



ST01. História e historiografia do poder político

Coordenador(es): José Luciano de Queiroz Aires e Faustino T. Cavalcante Neto

PARAHYBA OU JOÃO PESSOA? UM ESTUDO SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DA HISTÓRIA

*Antônio Fernando Cordeiro Guedes Júnior**

Na sétima temporada do famoso desenho americano *Os Simpsons*, há um episódio bastante curioso sobre a História e a função da História na sociedade, este episódio é chamado *Lisa, a iconoclasta*.

No referido episódio a cidade de Springfield, onde moram os Simpsons, se prepara para comemorar o bicentenário de sua fundação, algo que mexe muito com toda a cidade. Na escola, Lisa Simpson e seus colegas de sala são solicitados pela professora para que apresentem um ensaio sobre o fundador da cidade Jedediah Springfield, que inclusive deu nome a cidade.

Lisa empreende sua pesquisa a procura de informações na Sociedade Histórica de Springfield, tentando levantar sua narrativa sobre a personagem em questão. Lá encontra o curador Hollis Hurlbut, responsável pela guarnição da memória do ilustre Springfield, tido por todos como exemplo de valentia, moralidade e “bom espírito”, características estas que criaram a identidade daquela comunidade. Entretanto, em meio a suas pesquisas, Lisa encontra um manuscrito antigo que, ao ler, descobre não só que se tratava de um escrito do próprio Jedediah Springfield, como também uma revelação de que ele era uma fraude, se tratava das “confissões secretas de Jedediah Springfield”.

* Professor Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

O seu nome real era Hans Sprungfeld, um pirata que tentou assassinar George Washington e, não tendo êxito, fugiu. Teria tido a necessidade de recomeçar a vida mudando de identidade para não ser perseguido e acabou por fundar a cidade que leva seu segundo nome, transformando-se em herói e tendo sua memória revertida para a posteridade, ao contrário do pirata que nunca havia deixado de ser na verdade.

Lisa ao descobrir a História de Jebediah entra em conflito consigo mesma e passa a tentar desmistificar o herói bicentenário diante de todos. Ao escrever o trabalho para a escola, acaba por receber a menor nota possível, pois era inadmissível para a professora, aquela narrativa “difamatória”.

Ainda em sua campanha contrária ao herói exaltado por toda a cidade, tem suas ideias menosprezadas pelos mais diversos personagens que encontra. Os motivos para o menosprezo são vários, inclusive pessoais. Lisa retorna ao curador Hollis Hurlbut e finalmente consegue sua confissão, ou seja, realmente o curador já havia passado pelo mesmo conflito que Lisa, mas decidiu encobrir tudo. Lisa e o curador agora resolvem esclarecer tudo a sociedade e partem para o desfile que acontece na cidade. Crianças, jovens e adultos em um momento cívico participavam do ducentésimo aniversário da cidade. Hollis consegue interromper o desfile e diz que Lisa tem uma descoberta importante sobre Jebediah Springfield, passando em seguida a palavra a ela. Lisa, diante de toda a população, dos valores exaltados e da união da cidade, não revela, pois descobre que o mito de Jebediah Springfield “desperta o que há de melhor no povo da cidade”.

Há, em todo o episódio, questões interessantes para serem refletidas, a saber: por que a narrativa de Jebediah Springfield era importante para o povo da cidade? O que aconteceria se Lisa revelasse a verdade sobre aquele herói? Por que Lisa decidiu não revelar o que sabia?

No nosso objeto de estudo coisas semelhantes acontecem ao episódio dos Simpsons, a diferença é que, ao contrário de Lisa, o nosso personagem tem coragem e se propõe revelar a sua desejada verdade sobre o herói que intenta desmascarar. Então nossa narrativa não acaba como a de Lisa Simpson¹...

Flávio Eduardo Maroja Ribeiro, conhecido por "Fuba" ou ainda "Mestre Fuba" é engenheiro, músico, compositor, escritor, autor, poeta e produtor cultural. É um dos fundadores do Bloco Carnavalesco "Muriçocas do Miramar" e do Projeto Folia de Rua. Como produtor cultural, produziu vários artistas e implantou o Projeto Seis e Meia na Paraíba. Fuba também é político e publicitário. Natural de João Pessoa, passou boa parte da infância em Campina Grande. Sua inquietude, porém, o fez morar onze anos no Rio de Janeiro e dez em São Paulo. Passou por três cursos de engenharia, primeiro Engenharia Elétrica que cursou durante dois anos e depois transferiu para Engenharia Mecânica e, em seguida, para Engenharia Civil.

Fuba também já exerceu cargos políticos. Sua incursão na área aconteceu em 1995, quando se filiou ao PPS. Em 1996, foi candidato a vice-prefeito de João Pessoa na chapa encabeçada pelo deputado federal Luiz Couto, pela coligação PT/PPS/PV. Chegaram em terceiro lugar, perdendo por poucos votos, na corrida ao segundo turno. Depois, só reapareceu na cena política em 2003, quando foi candidato a vereador e venceu as eleições pelo PSB. Durante esses anos publicou em 1981 o livreto "Apenas um dia..." e a "Estrela Satelítica", além de vários folhetos de cordel e já em 2005 lançou o livro de crônicas "Nas ruas de nossas cabeças".

Em 04 de Setembro 2008, foi lançada em João Pessoa a obra "Parahyba 1930: A Verdade Omitida". A produção gráfica é da Editora Sal da Terra, da própria capital. O livro possui 492 páginas e conta com 117 fotos dos Arquivos da organização não governamental Parahyba Verdade, de Gilberto Stuckert, de Natércia Suassuna, do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica, dos arquivos particulares de João Paulo Sette e Sylvia Jabour, além dos arquivos do próprio autor.

¹ Desenho assistido durante ação de extensão, intitulado de: Teoria, pesquisa e ensino de história: para conhecer o pensamento de Jörn Rüsen, pelo Departamento de História da UFRN. Na oportunidade discutimos a função da História no referido episódio e suas repercussões na sociedade. Entendemos que a busca pela "verdade histórica" empreendida pela personagem muito se assemelhava as pretensões de Fuba e por isto acreditamos ter sido pertinente esta ilustração.

Em novembro de 2007, o então vereador mais conhecido como Fuba, estava à frente das ações e atividades do Movimento Paraíba Capital Parahyba (MPCP), com a realização de várias reuniões e formação de grupos de discussões. O objetivo do movimento era convocar a população a um plebiscito para decidir se, não só o nome da cidade, como também alguns de seus símbolos, como a bandeira estadual deveria ser mudado.

O MPCP alegava que a homenagem ao presidente do Estado da Paraíba na época foi feita num momento de comoção social, e que não existe um consenso a respeito da memória de João Pessoa para que ele merecesse tantos méritos. O movimento pretendia trazer de volta o nome antigo da capital: Parahyba, e também a antiga bandeira pré-1930. Integraram o MPCP historiadores, geógrafos, artistas plásticos, músicos, escritores, jornalistas, estudantes e educadores. Nas palavras do próprio Fuba:

A proposta central do Movimento é de que haja oportunidades para que a população da Capital paraibana tenha acesso à sua verdadeira história, recuperando, dessa forma, a sua identidade e conseqüentemente sua auto-estima.²

Acreditamos ter aqui um problema bem delineado. Entendemos, de fato, que esta é uma reflexão muito séria, porque nos lembra o quanto há de político, no sentido de confronto de visões e projetos sociais diferentes, no ato de nomear ruas, praças e, principalmente, cidades. Independentemente da escolha do nome, é sempre algo cercado de significados, porque tem relação com a memória coletiva de uma sociedade, aquilo que um povo pretende valorizar e perpetuar de seu passado. Renomear é uma escolha que está intimamente ligada ao momento presente, a outras funções a qual desejamos problematizar, pois ter o controle sobre o espaço, o direito de nomeá-lo, é também um exercício e uma forma de conquistar poder.

Em fevereiro de 2008, o MPCP ampliou sua ação, com o lançamento do “Coletivo Cultural Anayde Beiriz”, rememorando outra personagem histórica da Revolução de 1930 que teria feito parte dos vencidos. Este coletivo congregou artistas, escritores e poetas. Em Setembro do mesmo ano, Fuba lança seu livro: *Parahyba 1930: a Verdade Omitida*. Nessa obra o autor procura, em sua concepção, desmistificar os muitos “equivocos” em torno de 1930, e a necessidade da sociedade em buscar sua identidade e restaurar/resgatar seus símbolos verdadeiros.

² Mais informações podem ser encontradas em <http://www.cmjp.pb.gov.br/Noticia/1001_movimento-pela-mudanca-do-nome-da-capital-sera-intensificado-em-fevereiro>. Acesso em: 01 jun. 2010.

A obra de Fuba surge em um momento de acirrada disputa do Movimento Paraíba Capital Parahyba, numa tentativa de fazer o movimento ganhar corpo e adeptos. Porém, a obra vai além dessa intenção, ela é mais do que isso, é a materialização do movimento em uma obra de caráter histórico. Contou com apoio da ONG Parahyba Verdade, do Movimento Bandeira Viva³, do Coletivo Cultural Anayde Beiriz⁴ e de todos seus integrantes que alegavam ter a intenção de resgatar e preservar a História, a cultura e arte da Paraíba.

Assim, nas palavras de Langaro (2009, p. 43),

pode-se entender esses movimentos como construções de noções hegemônicas de lugar, criadas por diferentes sujeitos, com o objetivo de instituir um referencial espacial. Esses podem ser processos que não se dão em uma via única, mas dentro de um campo de tensão que envolve as relações sociais vividas por sujeitos e grupos sociais.

Esse momento identificado traz à tona histórias, memórias e disputas,

como realidade social criada e continuamente realimentada, tendo a memória como grande elemento que lhe confere materialidade, visibilidade e sustentação. Uma memória que não se constrói como “ideologia”, mas como campo de disputas que tem como terreno comum as relações sociais e as tensões e conflitos que se travam entre diferentes sujeitos (LANGARO, 2009, p. 46).

O livro suscita promover reflexões por parte do leitor e da historiografia oficial, fazendo-se mostrar o outro lado da Revolução de 30. Para o autor, nossa bandeira tem as cores do casuísmo, de uma comoção, de luto e tristeza que já perdura exageradamente. Aqui urge a busca por uma revisão histórica, aonde este livro vem no pretense objetivo de informar ao leigo, esclarecer os que têm dúvida e retomar a “verdadeira” História. Há uma necessidade clara de resgatar, restaurar, de fazer reparos em uma História que cometeu enganos, de abrir os olhos um povo que foi enganado e manipulado por um pequeno grupo que se mantinha no poder.

³ O Movimento Bandeira Viva foi criado em meados de 2005 e objetivava mudar a bandeira da Paraíba. A iniciativa teria partido de estudos feitos por historiadores que acreditam que a bandeira do Estado não representa o povo paraibano. Mais informações ver em: <<http://movimentobandeiraviva.blogspot.com/>>.

⁴ O Coletivo Cultural Anayde Beiriz, foi criado a partir do Movimento Paraíba capital Parahyba, com o objetivo de incentivar a revisão da História da Paraíba através de atividades artísticas e culturais, bem como de servir como mais um canal de difusão das expressões artísticas e culturais da Paraíba. Objetivava ainda resgatar na memória das pessoas a história de vida daqueles que lutaram pela liberdade em todas as suas formas. Mais informações ver em: <<http://coletivoculturalanaydebeiriz.blogspot.com/>>.

Partimos do pressuposto de que a História é constantemente reescrita, porque as mudanças dos homens e das sociedades no tempo trazem novas problemáticas e exigem investigações novas para se identificar as rupturas e as permanências. Assim, Fuba faz uma nova construção da representação do evento, tenta uma (des)construção e uma (re)significação da memória. Concordamos que devemos desconstruir a identidade pessoense, pois é necessário desmontar esta memória para entendê-la. Entretanto não interessa a “*Verdade Omitida*”, não interessa saber qual é a verdade, o que interessa é entender as operações de memórias que buscam uma intencionalidade para o futuro, um objetivo que se dá na continuidade.

Nesse contexto, Tedesco (2002, p. 9), nos chama atenção para que

Lidar com memória é mexer com gente, com interpretações presentificadas e, por que não dizer, intencionalizadas; com representações sociais reificadas e/ou pouco explicadas em termos de origem e objetivo; com camadas múltiplas de tempos e de espaços que se alimentam ou não de valores e significados culturais, manifestos nas condições objetivas de existência no passado, na atualidade e com intenções projetivas.

PARAHYBA 1930: a verdade omitida

A primeira frase da obra é emblemática: “Não sou historiador e nunca pretendi ser” (RIBEIRO, 2008, p. 9). Apesar da alegação, a obra tem caráter histórico, mais do que isto, tem uma função histórico-social da qual não podemos deixar de observar. Se o autor não ambiciona ser historiador, faz uso da História, como também da memória em jogo, para um objetivo. Fuba tenta mostrar que a “verdade” histórica desmistifica os heróis de 1930 e permite corrigir os equívocos: “A Paraíba está cheia de equívocos, e João Pessoa é um deles” (RIBEIRO, 2008, p. 10).

Fica claro, portanto, que o caminho da “verdade” será perseguido pelo autor, desde o título da obra, até suas considerações finais, tendo isto não só como objetivo, mas como necessidade. “É necessário, porém, conhecer os verdadeiros motivos que levaram a isto, através de uma análise justa e fiel, resgatando, sobretudo, o outro lado da história” (RIBEIRO, 2008, p. 10). O que devemos manter sempre presente é a necessidade da busca pela verdade se utilizando de um caráter imparcial, neutra.

É bem verdade, e compreensível, que todos nós busquemos na ciência, de maneira geral, e principalmente na investigação histórica, a verdade das coisas. Afinal, parece ter sido isto a motivação maior que levou o homem a tantos descobrimentos. Entender realmente como as coisas acontecem, por que acontecem, quando acontecem e onde acontecem.

Temos, no entanto, de ter bem presente que o sujeito, ao evocar/lembrar, não conta o que aconteceu, mas a sua reelaboração, a representação do real na qual as vivências do presente interferem, em diferentes escalas, no processo de reconstituição. A memória envolve campos de significados que são constituídos nas relações sociais (grupos de referência e espaços de sociabilidade) (FÉLIX, 2002, p. 24).

Para nós, historiadores, já sabemos o quanto é problemático tentar estabelecer uma “verdade histórica”, relatar os fatos tais quais eles ocorreram. Bem sabemos que engajamos nossas verdades naquilo que acreditamos, e que fazemos isto a partir de nosso espaço, do nosso posto de observação, com as fontes que antecipadamente nós escolhemos.

Em sua obra é possível verificar o uso demorado de palavras como resgatar, restaurar, restabelecer, recuperar. Mas até que ponto resgatar, restaurar, restabelecer ou recuperar o passado é de fato fazê-lo (se é que isto é possível) senão criar um novo paradigma social que usa, ou pretende usar, elementos de um passado histórico real ou imaginário?

O passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma. Ele se converte na descoberta da história como um processo de mudança direcional, de desenvolvimento ou evolução. A mudança se torna, portanto, sua própria legitimação, mas com isso ela se ancora em um “sentido do passado” transformado (HOBSBAWN, 1998, p. 30).

As falas de Fuba são amplamente adjetivadas, que objetiva mostrar um discurso comprometedor de várias memórias existentes. Não estamos aqui para cobrar um posicionamento “acadêmico” do autor, nem somente para criticar sua obra, uma vez que nosso objetivo é problematizar sua fala para quem ele fala, ou seja, buscamos perceber como sua retórica acaba por ser pertinente para àqueles que, para ele, no passado foram manipulados, exercendo uma função social importante.

Ecléa Bosi, em sua obra *Memória e Sociedade*, nos faz uma observação coerente ao tratar de memórias políticas. Parece ser este aqui o nosso caso, onde esta memória que está em jogo está indubitavelmente circundada de um debate que atinge o político, a cidadania, a

identidade, a representação de uma sociedade. Colocar em xeque a memória pessoense é remeter-se a todos estes conceitos. Vamos às palavras de Bosi (1987, p. 371), para quem

na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, narrando bem o lado em que estava naquela altura da História, e reafirmando sua posição ou matizando-a.

Bem verdade que quando Bosi nos dá esta contribuição, fala principalmente dos depoimentos de pessoas que participaram efetivamente dos acontecimentos aos quais se remetem. Entretanto, acreditamos que falar de política, mesmo não tendo participado diretamente dos fatos, é se posicionar de alguma maneira. Além de que a composição de nossa memória é feita também de maneira indireta, ou seja, há uma memória coletiva, social, do grupo do qual participamos e que absorvemos. São os quadros sociais aos quais Maurice Halbwachs se referiu em *A Memória Coletiva*, onde a presença de grupos de convívio e de referência são fundamentais no tocante a sua ação na formação da memória de cada indivíduo.

Para Halbwachs (1990) a memória se forma nos grupos de convívio que, por sua vez, formam os quadros sociais. A memória poderia ser dividida então em coletiva, vivida, e histórica, aprendida. É sobre esta memória histórica, aprendida, que gostaríamos de chamar atenção, pois há nela uma pretensão objetiva.

Seria fútil de minha parte querer reacender uma briga entre perrepistas e liberais, acontecida há mais de 70 anos, e que só prejuízo trouxe para nossa cidade e o nosso Estado, porém é necessário restabelecer a verdade para que as futuras gerações tomem conhecimento do que aconteceu naqueles fatídicos anos em que o autoritarismo, a intransigência, o fanatismo e a comoção tomaram conta da sociedade, manipulados pelas oligarquias vigentes, provocando um desequilíbrio coletivo que trouxe, como principal consequência, o interrompimento do nosso passado e da nossa história (RIBEIRO, 2008, p. 11).

Para Fuba houve uma interrupção em nossa História que deve ser renegado a luz da veracidade dos acontecimentos. Há um pretense objetivo de transformar uma memória histórica: “É necessário restabelecer a verdade para que as futuras gerações tomem conhecimento do que aconteceu”. Parece se ignorar o papel da sociedade, como se ela fosse sempre manipulável, que sempre cai nos planos daqueles que forjam a História e a memória. Há um tratamento da sociedade como passiva diante dos sujeitos históricos, como se ela mesma não fosse composta de sujeitos, fosse homogênea e apática.

Sabemos que dentre os códigos simbólicos a linguagem falada e a escrita são, sem sobra de dúvidas, os fatores mais importantes de estruturação da História e da memória. Escrever uma História é legitimá-la, é deixá-la como legado às gerações futuras, é possibilitar àqueles que não possuem o conhecimento de adquiri-lo, é socializar um saber, um conhecimento. O livro *Parahyba 1930* é dedicado ao MPCP e seus colaboradores, sendo uma extensão do movimento e ferramenta escrita do mesmo. É também dedicado àqueles que “entendem necessário uma revisão histórica, excluída de preceitos e preconceitos, irmanados no pensamento de querer restaurar, sobretudo, a nossa memória” (RIBEIRO, 2008, p. 15).

Nas palavras de Adhailton Lacet Porto, que prefacia o livro, a obra “vem para esclarecimento das novas gerações, afastando a nolição imposta por alguns escritores a respeito da história da Paraíba”. Parece ser realmente esta a função social da obra, abrir os olhos da sociedade paraibana para os erros de sua História, na tentativa de corrigi-los, se é que isto seja possível.

A última mudança do nome aconteceu “no dia 1º de Setembro de 1930, trinta e sete dias após a morte de João Pessoa, realizou-se uma Sessão na Assembleia Legislativa na tentativa dessa grotesca mudança”. (RIBEIRO, 2008, p. 43). Nosso autor se utiliza sempre do estapafúrdio para caracterizar as mudanças feitas dentro do contexto de 1930, mais uma vez desmerece as dinâmicas e mudanças sociais.

Há algo interessante a respeito de um dos símbolos maiores do Estado da Paraíba que também é colocado em xeque pelo MPCP, a bandeira. Antes da atual, que faz referência a morte de João Pessoa e ao luto, a bandeira anterior, ao qual o MPCP tomou como símbolo do movimento, havia sido extinta em 1922, no governo Sólon de Lucena num movimento patriótico em prol da unidade nacional, ou seja, havia oito anos que o Estado da Paraíba não tinha uma bandeira. É ponto importante de ressaltar, pois muitos acreditam que a bandeira atual foi colocada em detrimento de uma anterior, substituindo-a como se estivesse em vigor. Fuba, em seu livro, narra este detalhe importante, incluindo um projeto do governo João Pessoa para restauração da bandeira extinta. O projeto não toma cabo a tempo, João Pessoa é assassinado e acaba por haver a decretação de uma nova bandeira frente ao contexto histórico de 1930.



Figura 1 - Atual Bandeira do Estado



Figura 2 - Bandeira extinta em 1922

O que gostaríamos de frisar é que a retórica a respeito da bandeira é sempre em torno de uma imposição em detrimento de uma bandeira pré-existente, entretanto, o que é levado em consideração é sempre o tom de negatividade pelo luto e pelo sangue, é a representatividade de João Pessoa como homem feito pano, seu sangue, sua atitude (nego) imortalizados como representatividade de toda uma sociedade. Este parece ser o incômodo maior, ter João Pessoa como representante de um Estado através de uma bandeira.

Fuba (2008, p.46), aponta os assinantes do decreto que mudou o nome da capital e alega que, nenhum dos deputados era natural da capital paraibana. A tentativa de busca pela suposta “verdade histórica”, neste momento, acaba por resultar em argumentos estritamente políticos e até bairristas. Entendemos que uma cidade não é apenas de seus naturais, principalmente quando se trata de uma capital estadual. Parece haver certo bairrismo ao considerar alguns sujeitos, como o próprio João Pessoa. O resto do estado não tem direito de participação no que diz respeito a sua representação? Voltamos ao conceito de cidadania ateniense?

Diante os fatos, não restam duvidas da imposição em que a nossa história foi submetida. A população, devidamente articulada, pressionou os deputados para fazerem essa absurda mudança e não “um consenso coletivo provocado pela emoção”, como a maioria dos historiadores insiste em afirmar. Uma vergonha imperdoável. (RIBEIRO, 2008, p. 56).

Além da pesquisa feita por José Luciano Aires, onde vimos que em apenas sete capitais brasileiras não se encontra uma rua em memória de João Pessoa, segundo o sobrinho-neto de João Pessoa, Fernando Pessoa de Aquino, em entrevista ao Jornal da Paraíba de 27 de Julho de 2010, em razão das homenagens aos 80 anos de morte do ex-presidente, depois de Getúlio Vargas é o nome de João Pessoa que mais é colocado em praças e ruas em todo o país. Assim podemos dar conta da dimensão do “mito” João Pessoa por todo o Brasil.

Consideremos que realmente tenha existido uma “comoção fabricada” na capital diante dos fatos de 1930 e que, a partir daí, houve as mudanças das quais estamos a debater. Teria sido todas essas homenagens fruto dessa “comoção fabricada”?

Todas estas colocações são apenas reflexões que nos levam a pensar as funções sociais do discurso histórico. Há, sem sombra de dúvidas, uma disputa de poder pelo controle da História e da memória que é concretizada e legitimada pela historiografia. Uma disputa que pode nos revelar ainda detalhes interessantes sobre as operações feitas nesta memória social que o MPCP veio a saracotear e que, para nosso estudo, pode nos revelar o que hoje se deve lembrar/esquecer para esta sociedade pessoense.

A via está aberta a uma outra história; não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais ações memorializadas nem mesmo comemoradas, mas o vestígio dessas ações e o jogo das comemorações; não mais os acontecimentos por si mesmos, mas sua construção no tempo, o apagar e o ressurgir de suas significações; não o passado tal como aconteceu, mas seus reempregos sucessivos; não a tradição, mas a maneira pela qual é constituída e transmitida (DOSSE, 2003, p. 286).

O homem é um sujeito histórico e recordar pode sim ser um ato coletivo que, indubitavelmente está ligado a um contexto social, a um espaço e um tempo que, também, são construções coletivas. Recordar é conferir sentido às imagens do tempo presente, onde estão encravadas temporalidades, memórias, culturas históricas e culturas historiográficas diferentes que vão se sobrepondo. Mas, a imaginação e a razão criadora reanimam e enriquecem a memória quando dão vida às imagens, recuperando seus significados ou ressignificando-os, de acordo com os sentidos dados ao passado, a função social deste passado na contemporaneidade.

O próprio hino da cidade é audacioso e nos representa a coroação de um homem que virou espaço, memória, cidadania. Um sujeito que causou mais debates mudo, do que falante. Que legou a sua memória para (ab)usos dos sujeitos de seu tempo e do tempo que se sucedeu.

Temos de levar em consideração que, determinados discursos, enfaticamente repetidos e adjetivados acabam por ser “absorvidos” pela população. Em uma análise mais atrevida, podemos levantar a hipótese de que a sociedade pessoense se apropria de tais discursos e engajam um movimento que talvez não lhes pertençam, não no sentido de que não lhes diz respeito, mas no sentido que pode ser apenas reflexos de outras disputas. Ou seja, não se trata

de discutir História, mas sim de legitimar grupos e famílias que participaram e participam do cenário político paraibano.

O reverberar do MPCP é nítido, não só na capital, mas na segunda maior cidade do estado viu nascer um movimento irmão, o chamado Movimento Bandeira Viva (MBV). Este último nada mais é do que uma versão campinense do MPCP que visa o engajamento pela mudança da bandeira do estado. Este reverberar é apenas um exemplo, pois há um extravasamento maior do que se pode imaginar.

O Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação Social realizado em 2010 teve como sede a capital paraibana. Mas em sua propositura o encontro denominou-se ENECOM PARAHYBA 2010, nas palavras da comissão organizadora:

O Coletivo Conjunto, no Enecom 2010, utiliza “Parahyba” no lugar de João Pessoa, o nome da capital, pois é parte de um movimento que se posiciona contrariamente ao atual nome da cidade, e luta pela troca por Parahyba, antigo nome da cidade, com origens indígenas. O coletivo entende que o nome foi modificado em momento de forte comoção popular, logo após a morte do ex-presidente do estado, João Pessoa, em 1930, e foi um artifício político para martirizar e encampar historicamente uma campanha a seu favor. Além disso, entende-se uma extrema personalização e um erro histórico de se expor o ex-presidente como um revolucionário das causas populares.⁵

Todo o debate a respeito de João Pessoa ou Parahyba ganhou notoriedade neste evento nacional em 2010, mostrando como o MPCP teve repercussão e até hoje, mesmo não tendo atividades oficiais, continua, através de seus participantes, levantando este debate que nem de longe parece ter um desenlace.

⁵ Mais informações podem ver em: <<http://enecomparaiba2010.blogspot.com>>. Acesso em: 25 jan. 2010.



Figura 3 - Logotipo do ENECOM 2010

Entendendo Memória e História como produto das carências de seus sujeitos, acreditamos ter uma possibilidade de se investigar este espaço para além de um elemento socialmente criado e recriado nas relações sociais e nos referenciais culturais das pessoas. Precisamos perceber os sentidos que os diferentes e grupos sociais envolvidos nesse processo imprimiram e imprimem ao que se designou João Pessoa e, como essas noções adquirem significado e se articulam com as disputas políticas e sociais. Mais do que isso, poderemos perceber melhor quais as mudanças ocorridas depois do movimento e da empreitada de seus sujeitos. As novas funções foram estabelecidas e como se passou a elaborar tais funções são inquietações que merecem reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho intentamos discorrer sobre um momento de disputa em torno da memória de João Pessoa. Um tema que não é novo, mas que permanece pulsante na sociedade. Buscamos estudar o Movimento Paraíba Capital Parahyba e a obra *Parahyba 1930* porque consideramos um tema que traz uma disputa latente. Estamos tratando de um movimento que ambicionou mudar o nome de uma capital. Talvez tenha sido aqui a nossa contribuição maior: problematizar a relação entre a História e a historiografia nas relações de disputas na sociedade através dos nossos objetos, discutindo sobre as funções sociais da História e da Memória.

Neste sentido, acreditamos que cumprimos com o que nos propomos a debater, pois refletimos como a Memória e a historiografia podem ser construídas como um espaço de

disputas para a História. E, mais do que isto, discutimos o problema historiográfico da formação de determinadas representações históricas.

Fuba nos chamou atenção pela maneira ao qual se empenhou em criar uma nova narrativa que desconstruísse todo um discurso já consolidado e, mais do que isto, por se tratar de um não historiador que se utiliza da História para fomentar seu projeto, nos fazendo refletir sobre o papel da História na sociedade, suas apropriações e suas funções.

Debruçando-nos sobre a interpretação histórica promovida por Fuba e, principalmente pela maneira por qual desejou fazer, sem esquecermo-nos das implicações para a sociedade paraibana, encontramos um rico cenário para pensarmos sobre a relação da História como ciência especializada e a vida prática.

A personificação do movimento em Fuba, e sua maneira apaixonada em defender suas posições talvez tenham feito diferença no sentido de não ter conseguido êxito nas mudanças desejadas. Parece que as mudanças eram muito mais desejadas por ele próprio do que pelo resto do grupo. Fuba conseguiu orientar muitos, através de sua obra, que simpatizavam com o projeto mesmo sem entender as reais causas. São muitos que engrossaram o pleito apenas pelo "negativismo" da bandeira ou pela beleza da toponímia Parahyba. A partir de *Parahyba 1930* há uma fundamentação histórica para a mudança, que por ser polêmica longe de consenso e por envolver as famílias de muitos que ainda integram o cenário político paraibano, foi momentaneamente silenciado.

Entretanto, sem sombra de dúvidas, outros objetivos do movimento tiveram êxito, pois o debate tem sido feito em vários espaços da sociedade como demonstramos neste trabalho. Nos últimos anos, principalmente na capital paraibana, muito se tem discutido sobre a institucionalização desta Memória e desta História.

Percebemos que Fuba escreve "academicamente" utilizando valores da sociedade e não valores acadêmicos. Visa uma nova interpretação com uma imagem que as pessoas (não historiadores) possuem da História. Por isso, consegue atingir um grande número de pessoas que se identificam, afinal há uma carência latente na sociedade pessoense. Por isto Rüsen nos parece fundamental na medida em que se trata de um teórico preocupado em como entender a relação da ciência especializada com a vida cotidiana.

Escapar das armadilhas do trabalho com o passado deve ser a busca de todo historiador, mas verificamos que nem sempre é uma prática. Muito pelo contrário, por vezes somos muito pouco atentos a estas implicações e seus desdobramentos, ao qual julgamos subjetivos demais para considerarmos para quem está acostumado em lidar com a objetividade dos documentos. Queiramos ou não, aceitemos ou não, a História que escrevemos está necessariamente determinada por um paradigma, por uma maneira de construir o mundo. E se assim é, melhor que tais paradigmas sejam claros e objetivos.

A percepção de que a verdade é produzida e não revelada traz a possibilidade de rebater a ideia de que certos discursos são inquestionáveis. Qualquer interpretação é, indiscutivelmente, parcial e situada. Há uma linha tênue entre a produção da História e o nosso interesse em que ela tenha ocorrido da maneira que produzimos.

O efeito sobre a vida prática é sempre um fator do processo de conhecimento histórico, de tipo fundamental, e deve ser considerado parte integrante da matriz disciplinar da ciência da História. Com o seu trabalho científico, os historiadores podem e querem produzir efeitos.

REFERÊNCIAS

- AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias: a “Revolução de 30” na Paraíba.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- DOSSE, François. **A História.** Bauru: Edusc, 2003.
- FÉLIX, Loiva Otero. Política, memória e esquecimento. *In: TEDESCO, João Carlos (org.). Usos de memórias.* Passo Fundo: UPF, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História.** Cia das Letras, 1998.
- LANGARO, Jiani Fernando. Espaço, Região e História Social. **Revista Percurso-NEMO,** Maringá, v. 1, n. 1, p. 23-48, 2009,
- RIBEIRO, Flávio Eduardo Maroja. **Parahyba 1930: A verdade omitida.** João Pessoa: Sal da Terra, 2008.
- RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica – Teoria da História I: fundamentos da ciência histórica.** Brasília: UNB, 2001.

_____. **Reconstrução do Passado – Teoria da História II:** Os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007a.

_____. **História Viva – Teoria da História III:** Formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UNB, 2007b.

TEDESCO, João Carlos (org.). **Usos de memórias.** Passo Fundo: UPF, 2002.

A MEMÓRIA, AS TRAMAS E TEATRALIZAÇÕES DO POLÍTICO EM UMBUZEIRO E REGIÃO

*Jordan Queiroz Gomes**
*Luiz Carlos dos Santos***

RESUMO

No estudo da chamada Nova História Política se costuma enfatizar a forma como os atores sociais produzem e são responsáveis pelas ações políticas e sua representação imaginária. Resultando daí o interesse do historiador do Político em desvendar mitos, ritos e símbolos que a política coloca em cena. Desse modo, os diversos cerimoniais ligados ao universo político – a exemplo de posses, desfiles ou funerais – tornam-se bons exemplos de possibilidades que esse campo de estudo apresenta em termos de apreensão de certas práticas e representações do social. Ou seja, essa teorização abre espaço para o historiador investigar as chamadas teatralizações do poder, aplicada ao fenômeno político em geral dada a presença de caracterizações tidas como universais que extrapolam essa ou aquela experiência em particular. Assim, nosso trabalho pretende analisar as preparações e o cerimonial de posse do então prefeito de Umbuzeiro e Aroeiras Carlos Pessoa na década de 1930. Cabe destacar que tais preparativos foram acompanhados por um correspondente do Jornal A Imprensa em Umbuzeiro e região que se encarregou de narrar, em algumas páginas desse jornal paraibano, os eventos políticos e certas transformações urbanas pelas quais passou Umbuzeiro, seus distritos e povoados após a investida de Carlos Pessoa no executivo municipal. É bem verdade que estamos falando de um contexto em que a memória dos "Pessoas", na lembrança dos feitos de Epitácio, Antônio Pessoa e João Pessoa, se fazia preciosa, fazendo com o "novo" prefeito de Umbuzeiro, Carlos Pessoa, filho do ex-presidente do Estado da Parahyba Cel. Antônio Pessoa, se deixasse pintar nas páginas de A Imprensa como um herdeiro direto dessa tradição familiar. Daí, acreditamos que resulte todos os preparativos e o cerimonial de posse de Carlos Pessoa em Umbuzeiro que tenderam a montar um verdadeiro palco em que as representações do político redentor, o retorno do prefeito operoso e "trabalhador pelo engrandecimento da terra" ganhou destaque.

Palavras-Chave: memória, teatralizações, Umbuzeiro e região.

Compreender os vários sujeitos históricos e seus possíveis comportamentos junto a cena do política vem sendo uma das várias portas abertas pela história cultural, notadamente com a chamada “nova história política” que emerge com a literatura teórica advinda da terceira geração dos Annales. Essa teorização chama atenção, sobretudo, para os atores sociais que produzem e são “responsáveis pelas ações políticas e sua representação imaginária, em particular no tocante à fabricação dos chamados símbolos do poder e dos meios que recorriam

para que tais ações ou símbolos fossem aceitos favoravelmente, sem contestações”. Resultando daí o interesse do “novo historiador do Político” em “desvendar mitos, ritos e símbolos que a sociedade resgata e a política coloca em cena”. Desse modo, “os diversos cerimoniais ligados ao universo político – a exemplo de posses, desfiles ou funerais – são um bom exemplo das possibilidades que o novo campo de estudo apresenta em termos de apreensão de ritos e símbolos⁶”.

A esse campo aberto pelo “novo” historiador do político, deve-se somar a ideia de teatralização, em que pese ser possível aplicá-la ao “fenômeno político em geral”, conforme a caracterização que segue: ‘a representação política tem em si elementos que podem ser comparados à representação teatral. Ambas as representações se exercem em palcos montados, através de atores que tem papeis conhecidos e reconhecidos⁷’. Aqui a metáfora “teatral” ganha valor universal, extrapolando essa ou aquela experiência em particular. Neste caso, as preparações da posse de Carlos Pessoa tenderam a montar um verdadeiro palco em que as representações do político *redentor* ganhou destaque em vários momentos da programação. Um espetáculo...

Pois bem... Um pouco de teatro é o que ocorre no pequeno povoado de Aroeiras e da então cidade de Umbuzeiro a que pertencia na década de 1930⁸. Os fatos aqui analisados ocorrem mais precisamente quando transcorria os últimos meses de 1935. Ocorre que em dezembro daquele ano assumiria o executivo municipal da cidade de Umbuzeiro e, conseqüentemente de Aroeiras, o Sr. Carlos da Silva Pessoa, que retornara ao poder executivo após assumir o cargo de deputado federal. Naquele ano, o fato da eleição do então prefeito ganhou destaque na “A Imprensa” que a ela rende uma longa matéria. Sobre a festividade de posse, narra o correspondente que estava disponibilizando “pormenorizadamente para o conhecimento dos leitores, as notícias das solenidades” de posse daquele dia de 23 de dezembro de 1935. Antes mesmo da posse, diz, “foi organizado um programa de festejos,

* O autor é mestre em História pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG) e professor de História da Universidade Aberta Vida (UVA/UNAVIDA).

** O co-autor é mestre em História pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG)

⁶ Conferir a leitura de Aranha (2006, p. 20/1)

⁷ Leia em Aranha e sua leitura sobre a “metáfora teatral” na leitura de José Murilo de Carvalho na Esteira de Geertz (Op. Cit. p. 24). Ver ainda suas notas 25 e 26. Ainda sobre a noção de teatralização do poder ver as contribuições de Balandier citado por Aranha na nota 27 (p. 26).

⁸ A cidade de Aroeiras está situada no Agreste paraibano, distante de Campina Grande, cidade pólo, cerca de 54 km e de João Pessoa, capital do Estado, 178 km, aproximadamente. Segundo dados do IBGE, inscritos no Censo de 2010, sua população é de 19.082 habitantes, contendo sua unidade territorial, uma área de 374, 694 Km². A cidade pertenceu a comarca de Umbuzeiro até 1953 quando é emancipada.

tendo havido grande brilhantismo em todos os atos. Reuniu verdadeiro entusiasmo entre os amigos e correligionários do novo edil, para quem Umbuzeiro se acha voltado na esperança de paz, harmonia e trabalho...⁹”

Uma boa nota... Curiosa matéria... Acompanhem os passos dessa história que, como veremos, começa bem antes do momento dos festejos quando se tem notícia dos preparativos e da programação que daria posse ao prefeito Carlos Pessoa. Propositamente, confiaremos a matéria de A Imprensa nossos passos pelas linhas que seguem. Aqui devemos lembrar de uma nota previamente apresentada quando dos preparativos de nossa caminhada e do dialogo que fizemos com Luca (2008) para se trabalhar com essas fontes, a saber, os Jornais, levando em consideração, antes de tudo, a possibilidade de serem resultados de certo influxo de interesses, compromissos e paixões. O que faz com o pesquisador deva está atento a certos jogos de interesses quando da formulação de matéria publicada nesses periódicos.

Por outro lado, para Luca (2008) o jornal, ou a fonte impressa é tida como possível de se verificar certas experiências passadas, desde que o pesquisador historicize a fonte, posto que, nesse tipo de fonte, é comum se tentar distinguir a narração do acontecimento e o próprio acontecimento. Resulta daí a necessidade de identificar na fonte as possíveis ligações cotidianas com os diferentes poderes que, de certa forma, podem interferir nas publicações veiculadas pelos periódicos. Talvez porque se deve partir do pressuposto de que a imprensa escolhe, fazendo todo um trabalho de seleção das “notícias” que classificam como sendo dignas de chegarem até os leitores. Neste caso, é comum que seja pintada com as cores de interesses particulares. Aqui, caro leitor, essa nota poderá nos ser válida. Vejamos porque...

O retorno dos *Pessoas*... A memória da Posse... Os preparativos... O dia começa bem cedo na localidade. Naquele manhã, enquanto o sol dava os primeiros sinais de vida, “logo cedo, a população é acordada por duas estrondosas salvas que marcam o início das festas projetadas”. Certamente um anúncio de que o dia era realmente de festa na localidade. Em seguida, a programação é dedicada as celebrações religiosas e, “pelas 7 horas da manhã o Revdmo. Cônego Antônio Ramalho celebra a Missa de ação de graças”. E, na ocasião dos festejos religiosos, continua o correspondente,

Ao templo afluem quase todos os habitantes da vila, estando presentes também inúmeras pessoas vindas de várias localidades deste Estado e de Pernambuco, onde o dr. Carlos Pessoa gosa de real estima. Terminado aquele ato litúrgico, apresta-se a comitiva parterna ir a Itabaiana onde

⁹ A Imprensa, João Pessoa, quinta – feira 16 de Janeiro de 1936. p. 04-05.

teria lugar a posse e compromisso do dr. Carlos Pessoa, perante o dr. Juiz Eleitoral. Pelas 8 e 30, seguem todos os convidados em automóveis para aquela cidade, acompanhados do novo Prefeito. Em Itabaiana. Seria 11 horas, quando a chegada do curso de automóveis, no qual viajava o dr. Carlos Pessoa. Em Itabaiana, nesse mesmo dia, já se encontravam outros Prefeitos aguardando o compromisso. Ao Prefeito de Umbuzeiro é dado em primeiro lugar o compromisso da Lei, ficando desde logo para todos os efeitos o legítimo dirigente deste Município¹⁰

Os atos litúrgicos continuam a traduzir, aos moldes do culto católico, com o acréscimo do celebrar, aquele que seria um dia de festa para a comunidade. Era, antes, *o retorno* do “dedicado filho”, um “legítimo dirigente” que há muito servira à sua terra. Um retorno esperado, digno de comemoração. Na descrição¹¹ é ainda notória a indicação a personagens da Paraíba e de Pernambuco, na fronteira com Umbuzeiro, presentes no culto de modo a representar a “importância” do homenageado nessa região. Cessada celebração, a comitiva segue de automóvel à cidade de Itabaiana. O caminho, cremos, é a estrada de rodagem Umbuzeiro/Itabaiana pelas margens do Rio Paraíba. Sobre a ida a Itabaiana a Imprensa não nos traz maiores detalhes sobre a real natureza daquele encontro, exceto a presença do Juiz Eleitoral, o que pode indicar que a Zona eleitoral de Umbuzeiro estava sob a jurisdição de Itabaiana. Se assim for, queremos acreditar que a ida do prefeito e de sua comitiva à cidade de Itabaiana justificava-se mediante a sua indispensável presença naquele evento de posse e juramento coletivo dos novos prefeitos eleitos no último pleito cujas zonas eleitorais pertenciam a Itabaiana. O juramento foi feito. Legalmente, pela *vontade popular*, assumira o Cargo o então prefeito.

O retorno a Umbuzeiro... A memória dos “Pessoa”... O retorno a cidade de Umbuzeiro se dá naquele mesmo dia. Por volta das primeiras horas da tarde. Em Umbuzeiro, “aguardava o Dr. Carlos Pessoa grande massa popular que o recebeu e aos seus companheiros de viagem, sob uma salva de palmas e efusivos abraços de felicitações...” Em comemoração ao retorno da comitiva, “na casa de residência do Dr. Carlos Pessoa, foi oferecido a seus amigos um lauto almoço que decorreu na maior cordialidade¹²”. Cremos que se tratava de um banquete de seletos talheres, restrito a amigos, familiares, letrados e alguns poucos correligionários de Umbuzeiro e região. Na cidade, a programação dá sinais dos preparativos da posse simbólica no prédio do passo municipal.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Para fins de esclarecimento, em nosso texto, quando da transcrição de documentos de época utilizaremos a grafia de então, conforme a linguagem presente no contexto.

¹² Ibidem, p. 5.

É quando, “pelas 15 horas, literalmente cheio o edifício da prefeitura Municipal, chega o dr. Carlos Pessoa que é saudado por vivas e recebido entre uma chuva de confetis e palmas por uma comissão de gentis senhoritas da elite social umbuzeirense que naquele momento formavam alas a entrada principal do prédio”. Dentro do recinto, era, ao que indica, igualmente uma festa de poucos em que a elite letrada, muitos familiares do *novo* prefeito, além de alguns personagens ilustres ganhavam destaque na cena.

Mesmo assim, insiste a notícia no sentido de que certa massa popular lotara as ruas da cidade. De fato, por se tratar de um dia festivo, *um grande dia gravado na memória local como algo associado ao retorno do benfeitor da terra*, queremos crer que muitos moradores locais se faziam presentes nas ruas da cidade no momento da chegada do prefeito e de sua comitiva. Esses populares representavam peças fundamentais presentes naquela cena de retorno, fazendo da comemoração uma verdadeira festa cívica, onde a figura do prefeito *redentor, moderno*, capaz de instaurar a paz, a harmonia e trazer o progresso a terra *que lhe serviu de berço*, deveria ser ovacionado com falas e palmas. Um pouco de “teatro” invade o programa dos festejos. Sobre a dimensão dos “festejos” que invadem a cerimônia de posse do “novo” prefeito, Priore (2000, p. 10) já havia nos alertado sobre a possibilidade de pensarmos a festa como uma “expressão teatral de uma organização social”, ou seja, de acrescentarmos no festejar um “fato político, religioso ou simbólico”¹³.

Logo, em se tratando do caráter festivo, deve-se levar em consideração o fato de que a eleição e posse de Carlos Pessoa representava o retorno da tradição familiar “Pessoa” dirigindo o executivo local. O mesmo Carlos Pessoa já havia chefiado o executivo local entre 1917 e 1926, por indicação, sendo substituído por José da Silva Pessoa Sobrinho que assumira rapidamente o governo da cidade em 1926. Desde esse último, passaram-se quase uma década sem que os “Pessoa” estivessem diretamente no poder em Umbuzeiro¹⁴.

O próprio Carlos Pessoa se dizia herdeiro dessa tradição política, *Pessoa*, aprendiz “da escola cívica de Antônio, Epitácio e João Pessoa”, paraibanos Umbuzeirenses que, em um tempo não muito distante daquele vivido por ele, haviam ocupado os mais altos cargos da política nacional¹⁵. Entre eles, seu próprio pai, o Cel. Antônio Pessoa. Sobre essa herança

¹³ DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

¹⁴ Sobre a “Vida Administrativa do Município”, verifique-se as informações de Gomes (1995, p. 39-48).

¹⁵ Na ocasião de Comemoração do 4º Aniversário de Governo de Argemiro de Figueirêdo (Cf. **Quarto Aniversário do Governo de Argemiro de Figueiredo**. Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da Paraíba. João Pessoa, PB. 1939, p. 19) é dada a Carlos Pessoa a tarefa de proferir o discurso de encerramento da 3ª Reunião Ordinária do Congresso dos Prefeitos em 1939. Naquele discurso, diz Carlos Pessoa, a que se senti agradecido pela “honrosa investidura que me concedeu o discurso de encerramento” e completa, estava ali em

familiar, Linda Lewin (1993) já havia chamado atenção para a formação da Aliança Liberal na Paraíba e da liderança de Epitácio Pessoa nesse grupo político na região. A partir dele - Epitácio Pessoa -, vários nomes foram indicados e diretamente apoiados para governar a Paraíba bem antes dos acontecimentos que marcaram a década de 1930 no cenário político nacional.

Aires (2006), em outro exercício, mais precisamente quando analisou o processo de construção da memória em torno de João Pessoa, informa que o próprio João Pessoa nas eleições de 1930 havia sustentado a candidatura de seu primo, Carlos Pessoa, para o cargo de deputado contrariando, assim, a sua justificativa de renovação, sendo notadamente contrário a indicação de seu sucessor, João Suassuna, ao governo do estado. Nessa manobra, situava-se o interesse de manter os laços familiares de base oligárquica que havia, anos antes, levado João Pessoa ao governo da Paraíba. Nos bastidores dessa trama política ocorreu a chamada Revolução de 1930 tendo como acontecimento de repercussão nacional o assassinato do então presidente João Pessoa. Talvez por isso, aqueles idos de 1935, todos os preparativos para aquela festividade quando da posse de Carlos Pessoa no Executivo local. E, sendo assim, nada revelador ser um espetáculo noticiado com entusiasmo, uma memória digna de se guardar.

Dito dessa forma, podemos pensar as notícias da Imprensa sobre dois ângulos. O primeiro, nos leva ao encontro do conceito de "representação" para pensar sobre: como são constituídas tais imagens, leia-se representações em que surge as referências ao retorno do prefeito redentor, continuador de uma tradição política? A resposta, em termos conceituais, diz que as representações do mundo social, “assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupos que as forjam¹⁶”. Seriam, pois, determinados grupos aqueles responsáveis por produzirem, ao seu modo, as imagens, os discursos e enunciados sobre o espaço e seus personagens. Neste sentido, as informações devem partir de um lugar de interesses, como se desejassem mesmo criar tais imagens.

forma de “Homenagem ao município de Umbuzeiro, abençoado trato de terra a quem aprendi a amar e servir no exemplo e na escola cívica de Antônio, Epitácio e João pessoa”.

¹⁶ Referimo-nos ao conceito de Representação tal como evidenciado por Chartier quando enfatiza que as representações dizem respeito aos usos particulares que os sujeitos sociais fazem dos elementos que cercam seu cotidiano e o próprio cotidiano que é reinventado por práticas e representações. Neste sentido, propõe Chartier que a “investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”. Por isso, “as lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. Sobre o conceito de representação ver: (CHARTIER, 1990; 2009).

O outro caminho seria pensar que as imagens criadas pelas notícias da Imprensa sobre Aroeiras e Umbuzeiro, podem corresponder as investidas de uma memória que se queria salvaguardar, lembrada em uma dada posteridade. Não precisaríamos nos esforçar muito para imaginarmos, neste caso, o que desejavam lembrar tais memórias. Recordariam muitos leitores da Imprensa: o retorno e os consequentes feitos de um prefeito trabalhador a exemplo da tradição política a que pertencera¹⁷. Contudo, Pollak (1989), ao estudar a solidificação de certas “memórias coletivas” fortemente constituídas, como a memória nacional, ou mesmo grupal, nos chama atenção à necessária análise de sua função, ou seja, em sentido inverso, antes de tomá-las como prontas, indelévels de uma dada comunidade, cabe pensar como são constituídas tais memórias.

Nesse exercício, lembra Pollak, o trabalho de personificação da memória é defendido “por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade”. O trabalho de enquadramento da memória é feito por saberes técnicos especializados de modo que “toda organização política, por exemplo – sindicato, partido, etc. –, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma”. No tipo de memória que produzem, “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis”. O interessante, neste caso, é que o trabalho de “enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história¹⁸”, como forma incontestada de solidificar o passado que se quer salvaguardar criando uma identidade grupal. No caso das matérias da Imprensa, podem igualmente ser pensadas com “registros de uma memória” produzida tecnicamente afim de enquadrar determinados aspectos comuns a um grupo, a uma comunidade.

Essa memória grupal em que *o Progresso e desenvolvimento local estaria atrelado a tradição familiar Pessoa*, ganhava forma em algumas matérias da Imprensa de modo a querer imprimir tal imagem naqueles idos de 1930. É o que podemos perceber, por exemplo, em

¹⁷ Cabe salientar que, em 1938, A Imprensa elabora uma propaganda contendo os benefícios de anunciar naquele jornal e expõe um mapa da Paraíba em que contém as localidades em que o jornal tinha Assinantes. Dentre eles, observamos a presença de Aroeiras e Umbuzeiro. Não sabemos quem eram efetivamente seus assinantes na localidade, mas queremos acreditar que parte da elite letrada local tinha acesso as notícias veiculadas naquele periódico. Se assim acreditamos, podemos igualmente crer que tais notícias chegavam a essas localidades reforçando a memória que se queria criar, enaltecer e salvaguardar. Leia o mapa dos locais em que a A Imprensa tinha Assinantes em: A Imprensa, Jornal. João Pessoa, Dom. 06 de Março de 1938.

¹⁸ Cf. POLLAK, (1989. p. 7-11).

1938. Era uma terça-feira, quando a imprensa noticia sobre “O próximo aniversário da morte do Cel. Antônio Pessoa – o resgate de uma dívida que se impunha”. Nessa matéria, A Imprensa expõe as homenagens feitas em memória do falecimento do Cel. Antônio Pessoa em 1917, logo após se afastar do cargo de Governador do Estado que assumiu entre 1915 e 1916.

Na matéria diz que as gerações futuras deveriam lembrar dos feitos desse político local de expressão estadual, “pois, o benefício que se realiza, não é somente para uma geração, mas, sucessivamente, para todas as gerações que participam daquela benevolência. Umbuzeiro de hoje, como Umbuzeiro do futuro, viverá sempre da gloriosa tradição deixada pelo inolvidável pranteado dia 31 de outubro”, que “em vida foi um perfeito protótipo de virtudes cívicas e morais”. Esses “benefícios” seriam estendidos aos habitantes daquela região.

Cabe registrar que antes mesmo do presente indicado pela matéria, em um passado relativamente próximo, dez anos após a morte do Cel., ou seja, em 1927, parece que essa ideia de “reconhecer” a importância desse homem já rondava pelas ruas da pequena Aroeiras. Acontece que, em 13 de Maio de 1927, João Evangelista Pereira funda a “Sociedade Musical” que se denominou “Filarmônica Cel. Antônio Pessoa”, posteriormente chamada “22 de Novembro¹⁹”. Uma forma de homenagear o “benfeitor” que um dia governou essas terras. Certamente, uma iniciativa que, se não partiu dos próprios representantes do grupo político ligado a Antônio Pessoa, agradou a muito desses homens em Umbuzeiro.

Retornando à matéria veiculada pela A Imprensa em 1938, essa tradição ganharia continuidade naquele contexto, pois, dizia o correspondente, “o que estamos fruindo de paz, harmonia e progresso, é de certo, o reflexo benéfico d’aquela grande alma, reflexo que não somente transmitiu aos seus descendentes, mas também, à toda esta gente umbuzeirense e agora, unidos, filhos e conterrâneos, procuram honrar a memória sagrada do seu inesquecível benfeitor.” As homenagens de que fala a notícia foram as festividades de inauguração do “busto-herma” do memorável Cel. Antônio Pessoa, lembrado naquela ocasião com “profundo reconhecimento e saudade”. O busto foi colocado em “uma das mais lindas praças da cidade, em frente ao Grupo Escolar que tem o nome do homenageado”. Trata-se de uma homenagem em que estava em jogo o reconhecimento de uma “dívida que se impunha ao povo desta

¹⁹ Conferir Andrade. Cf. ANDRADE, Pedro Paulo. **Aroeiras sua Origem**. A UNIÃO Cia. Editora, 1984, p. 40).

terra²⁰”. Ainda sobre a transferência da tradição política, naquela ocasião, era extensiva ao seu filho, o então prefeito de Umbuzeiro, Carlos Pessoa.

A despeito dessa festividade, nos agrada a análise de Nora (1984) sobre os “lugares de memória” a indicar o interesse pelo processo de construção da memória nacional sob a edificação desses “lugares” que tem a função de “deter o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento²¹” fixando um estado de coisas. Portadores de história, trata-se de lugares referentes. Indicativos de um passado, são igualmente formas simbólicas de identificação coletiva, resistentes ao esquecimento. Logo, a praça, o busto herma simbolizam “lugares” edificadas com a pretensão de tornar presente essa memória, ou seja, trata-se uma memória que não se queria apagar. Os lugares de memória foram igualmente objetos de análise de Aires (2006) quando de sua percepção sobre a construção da memória de João Pessoa. E se alguns lugares de memória foram produzidos em torno da imagem de João e Antônio Pessoa, o herdeiro direto desse último não poderia ficar de fora.

Acontece que em 1938, corria o mês de Janeiro, “A Imprensa” informa sobre o que tinha sido um dia de movimentação na “Vila em virtude de ser essa data, a do aniversário natalício do ilustre Dr. Carlos Pessoa”. Nesse dia, “grandes foram as homenagens”. Um dia para ficar guardado na memória. Novamente, o cenário festivo é montado. E logo cedo, ao “alvorecer” os moradores da cidade foram acordados com os estampidos duma salvo de 21 tiros. Os foguetões tomam conta do céu da pequena Umbuzeiro. “as 8 horas teve lugar na Matriz dessa localidade uma Missa em Ação de Graças”. Em seguida “a assistência acompanhou S. Excia. O Dr. Carlos Pessoa até a sua residência”. Em horário previsto, por volta das “12 horas os amigos e admiradores” de Carlos Pessoa “ofereceram-lhe um banquete de 30 talheres”, tomando parte do mesmo, familiares, amigos próximos a alguns correligionários. “As 16 horas toda elite umbuzeirense se achava no Salão de honra do edifício da Prefeitura Municipal, onde pouco minutos depois era recebido sob calorosas palmas o Dr. Carlos Pessoa que se fez acompanhar de sua Exa. Família²²”. Uma homenagem preparada em que estava em jogo o “registro memorial” dos feitos desse homem político que, não por acaso, aparece sempre acompanhado de sua família.

As notícias da homenagem ganham destaque nas páginas da “A Imprensa” em outros momentos de fevereiro. No dia 25 do mesmo mês, o corresponde nos traz mais detalhes sobre

²⁰ Leia na Imprensa, Jornal. João Pessoa, terça-feira, 30 de Agosto de 1938. P. 6.

²¹ Veja, NORA. P. Les Lieux de mémoire. La République. Paris: Galimard, 1984, p. XXXII

²² Conferir A Imprensa, Jornal, João Pessoa, 09 de fev. de 1938.

esse dia em que “o povo de umbuzeiro lhe prestou, nessa data, expressivas homenagens, destacando-se pela significação e verdadeiro espírito de justiça”. Tratava-se da “aposição de seu retrato na galeria de honra que abrilhanta o salão nobre da Prefeitura Local”. Outro lugar de memória, ornado e “justamente” preparado para fixar as imagens de seus homens ilustres. Naquela ocasião, uma homenagem “merecida sob todos os motivos”, sobretudo por se tratar de “grande amigo, dedicado chefe e esforçado benfeitor, digno com o que mais o forem – pela magnanimidade do seu coração, sempre pronto a perdoar e sobretudo a amparar os humildes, desprotegidos da sorte”. Certamente temos aqui os indícios de um "enquadramento de memória" feito sob encomenda para se guardar.

Enfim, uma homenagem tida como justa pelas suas ações no “passado, e pelo seu presente inatacáveis sob todos os primas²³”, embora saibamos, no trabalho de "enquadramento da memória" as referências aos feitos passados devem ser cristalizados pelo tempo, solidificados pela memória. Qual a imagem fixada? A de um verdadeiro Herói? Ou um redentor? Neste caso, há alguma diferença? Enfim, quem mais abrilhantava esse lugar, com suas imagens? Seriam outros heróis a nível local? Ou as amplidões de seus feitos extrapolavam as fronteiras locais? Nada de admirar se encontrássemos, naquela ocasião, o “retrato” de Carlos Pessoa na galeria de “benfeitores e inconfundíveis servidores do município: Epitácio Pessôa, Antônio Pessôa e o grande Presidente João Pessôa²⁴”. Faltaria ainda algum personagem nessa galeria de homens ilustres em Umbuzeiro e região? E os demais habitantes do município, qual a recepção a essas imagens (retratos)?

Paralelo a isso, não estranhe se, a partir daquele contexto, matérias como essas tenham ganhado espessura nas páginas da “A Imprensa” no espaço sobre as “Notícias do Interior” em que Umbuzeiro, seus distritos e povoados, a partir de 1936, aparecem em sintonia com pretensão progresso material, ligado, indiscutivelmente a essa herança política. Nelas, Umbuzeiro surge como uma próspera cidade que cresce em face dos feitos e esforço do poder público municipal. Assim, continuemos a acompanhar o Programa de Posse do prefeito naqueles idos de 1935...

Preparados os ambientes por onde a comitiva deveria passar e se instalar, faltava ainda um conector de toda aquela festividade: os discursos do prefeito e de alguns de seus ilustres convidados direcionados ao público presente, acompanhado de calorosas *palmas e vivas*, como não poderia deixar de ser. “Tomados os logares, minutos depois o prefeito interino Sr.

²³ Ibidem.

²⁴ A Imprensa, Jornal, João Pessoa, 25 de Fev. de 1938.

Newton de Souza e Silva transmite o poder ao novo prefeito usando da palavra para exprimir ao empossado os seus votos de feliz administração e desejos de conagração entre todos os habitantes de Umbuzeiro”. O prefeito interino seria o primeiro dos oradores daquela tarde. “Após terminar o seu discurso, o Sr. Newton de Souza e Silva foi cumprimentado e em seguida discursaram os drs. Antônio Cabral e Diógenes Miranda que em vibrantes alocações externaram-se em conceitos, parabenizando Umbuzeiro por vê-lo entregue novamente ao respeitável político que é o dr. Carlos da Silva Pessoa²⁵”.

Decorrida as falas dos convidados, na ênfase aos votos de confiança e felicitações em nome dos umbuzeirenses e, ainda, os *parabéns* pelo *retorno* de Carlos Pessoa à frente do executivo local, a programação dá lugar ao discurso do *novo* prefeito. Sobre ele, diz A Imprensa, “levanta-se por fim o digno Prefeito recém eleito para agradecer aquelas homenagens e dizer de viva voz todo o seu desejo de fazer feliz a terra que lhe serviu de berço, pondo em harmonia todos os elementos tão discordantes, fazendo assim o que muitas vezes teve ocasião de prometer a paz, harmonia e prosperidade de Umbuzeiro”. Completa o correspondente, “suas ultimas palavras foram abafadas por estrondosas salvas de palmas e vivas ao seu nome”. Num cenário antecipadamente montado, era, não há dúvidas, a comemoração política que representaria o reconhecimento pelo retorno do operoso prefeito, como será lembrado ao longo da década de 1930. Estava quase conclusa a festa.

O momento da posse é ainda mais simbólico para pensarmos os enquadramentos da matéria sobre aquele dia festivo juntamente com o enredo teatral com o qual foi colorido. Já era final de tarde quando, “no instante em que se dava a posse do dr. Carlos Pessoa ouve-se uma estrondosa girândola de mais de 200 dúzias de fogos e uma salva de 21 tiros”. Um sinal para se ouvir à distância. Estava efetivamente de volta o Sr. Carlos Pessoa, prefeito do Município. À noite, a festa toma conta de algumas ruas e locais de encontro da elite local. “No Mercado Público, artisticamente ornamentado, segue-se um animado baile que se prolonga até alta noite, ao som de um mavioso jazz-band²⁶”. O baile, era a última atividade presente na Programação de Posse, *restrita a seleta e fina sociedade local*.

Estamos convictos que o mais interessante nessa história é o pano de fundo sob o qual repousa as intenções de Carlos Pessoa em se mostrar operoso, prefeito em sintonia com o moderno cuja imagem de homem público pertencente a tradicional família política irá envernizar muitas de suas ações enquanto chefe do executivo local. Vez por outra, Umbuzeiro

²⁵ A Imprensa. Op. Cit. p. 5.

²⁶ Op. Cit. p. 5.

e região será decantada como adiantada dada a presença de “digníssimo” administrador. Certamente uma imagem “cara” a Carlos Pessoa dentro do que se mostra claramente querer ocupar esse lugar de “herdeiro”.

Por outro lado, em 1936, o município de Umbuzeiro, se não apresentava algumas mudanças concretas de ordem material em relação aqueles anos de 1920, ao menos em termos demográficas pode-se atestar algumas alterações. Basta salientar que sua população passou de 24.780 habitantes em 1920, com uma densidade demográfica de 17 pessoas por Km², para 36.108 e uma densidade de 25 habitantes por Km² e para quase 43.000 habitantes em 1936, divididos em seu perímetro urbano e rural, entre a sede do município e seus distritos²⁷. Porém, sua população urbana não ultrapassava os 1.100 habitantes. Para além das mudanças demográficas registradas pelos saberes técnicos estatísticos do Estado, a cidade continuava a ser proclamada como adiantada, progressista em face de seu decantado *desenvolvimento*.

*O Estado da Paraíba que, dentro da comunhão nacional, gosa de merecido conceito, pela maneira como, desde o governo do presidente João Pessoa, soergueu as suas economias, tornando-se por isso mesmo, o paradigma de todos os outros, vai tendo nos dias que correm, um dos municípios que também há de servir de modelo para as outras comunas do Estado. É Umbuzeiro*²⁸.

Aqui as evidências novamente atestam, trata-se de “registrar” o continuísmo de uma decantada prosperidade, senão oriunda de um passado distante, ao menos desde o mandato de João Pessoa a frente do executivo do estado. Note-se que Umbuzeiro surge como o modelo de “Urbs” que segue o fio administrativo da Capital do Estado quando da época de João Pessoa. Pensemos, quem estava a frente do executivo local, em Umbuzeiro, nessa época? A pergunta é meramente provocativa. No contexto, de algum modo, Aroeiras também foi tocada por esse discurso, principalmente pelo fato de que as ações do prefeito irão se estender aos limites do seu mais “próspero povoado”²⁹.

Isso porque as menções são no sentido de que a administração pública do próspero município seguia com a maior atividade. Como nunca ocorrera antes, diz a matéria, a situação financeira da comuna era de desafogo. As rendas do município “arrecadadas com o maior zelo

²⁷ Os dados foram obtidos na enciclopédia dos municípios Brasileiros 1960 p. 414. Os quadros populacionais de 1921 e 1931 do Município podem ainda ser visualizados no Anuário Estatístico do Estado da Paraíba. Ano II, 1931. P. 32-33, no item que fala sobre: “Calculo da população do Estado da Paraíba a partir de 1921”.

²⁸ A IMPRENSA, Jornal. João Pessoa, 1º ago. 1936.

²⁹ veja-se matéria de A Imprensa. João Pessoa, Dom. 18 de Abril de 1937 e A Imprensa. Jornal, João Pessoa, terça-feira 31 de Janeiro de 1939, em que Aroeiras aparece como o mais próspero povado de Umbuzeiro em que as obras do Prefeito Carlos Pessoa teria mudado a vida social, cultural e econômica dos aroeirenses se referindo, categoricamente, a instalação da Luz elétrica em 1936.

e interesse pelos encarregados do fisco terem entrada nos cofres públicos para aplicação imediata nas causas de maior necessidade para o bem dos habitantes da terra, sem contudo haver desbarato e prejuízos³⁰”. Para A Imprensa, essa condição, aparece como indispensável aos esforços de dotar o município de algumas melhorias. Como será o caso da instalação da Luz elétrica em Aroeiras ainda em 1936, em que os recursos serão retirados dos cofres municipais. Mas, questionemos, tal indicação não faria parte do “jogo de representações” que tendia a querer enquadrar certa memória sobre a administração municipal naqueles idos da década de 1930?

Cabe destacar que, como nos lembra Gomes, muitas das obras e melhorias materiais realizadas no período entre 1917 a 1941 em Umbuzeiro, foram desempenhadas com “recursos dos próprios municípios³¹”. O que nos leva a crer que tais obras eram implementadas com muitas exiguidades orçamentárias. Vez por outra, é bem verdade, os cofres municipais recebiam incentivo financeiro do Governo Estadual e Federal para execução de algumas obras, como foi o caso da construção do Grupo Epitácio Pessoa e da Estação Modelo João Pessoa, ambos construídos nas década de 1920/30. Por outro lado, é bem provável que Umbuzeiro não comportasse todo esse clima de desenvolvimento e progresso apontado pelo periódico. Era, antes, uma pequena cidade cercada de problemas também desejosa por melhorias materiais mais concretas. Certamente o município era bem diferente da forma como era pintado nas matérias de A Imprensa.

Por outro lado, em 1939, numa ocasião de homenagens a Carlos Pessoa, narra A Imprensa aos visitantes que, “chegando-se aquela cidade”, a saber, em Umbuzeiro “que se encontra situada em um dos mais lindos contrafortes da Borborema, a 570 metros ao nível do mar, saturada do ameníssimo clima e enriquecida de belíssimas paisagens, digo”, completa a matéria,

...chegando-se lá, vem logo, ao observador consciente e justo a curiosidade de perguntar quem é o organizador de tudo aquilo que se nota em tão alinhada urbs: Praças e ruas ajardinadas, edifícios de moderna construção, como sejam, “Grupo Escolar”, prédio em que funciona a Prefeitura, Mercado público, palanque onde se vê, possante alto-falante, série de banheiros públicos, artisticamente construído, sob planta, vinda do Rio, linda capela, no cemitério da cidade, etc., etc. A tão curiosa e natural pergunta do turista em observação, vem sem demora, a resposta de quem quer que no momento se encontra conhecedor de tudo: todas estas realizações

³⁰ Ibidem

³¹ Veja-se, GOMES, José Eduardo. **Umbuzeiro 100 anos: nossa terra, nossa história, nossa gente**. Umbuzeiro, PB: 1995, p.42.

foram promovidas pela família Pessoa, tendo como alma principal, o Dr. Carlos... Já pela segunda vez o homenageado de hoje exerce as funções de prefeito do Município, sendo que na última, em Dezembro de 1935, o foi pela vontade espontânea e quase unânime, dos seus conterrâneos. Com o advento do Estado Novo, S. Excia. Foi confirmado naquele posto, pelo atual interventor Dr. Argemiro de Figueirêdo, ato de verdadeira justiça e que veio justamente ao alcance das aspirações daquela população. O Dr. Carlos Pessoa, não se faz creador, somente das homenagens que lhe rendem hoje no transcurso desta grata efemeridade, os seus Municípios e Conterrâneos, mas de toda a Paraíba, porquanto, muito moço, ao lado do seu honrado pai de saudosa memória, o Cel. Antônio Pessoa, ingressou na política do Estado, e tanto aqui, em mais de uma legislatura da extinta Assembléia Estadual, como no Rio, representando o Estado, na alta Câmara, foi, não há dúvida, um forte lutador pelo engrandecimento do nosso estremecido Estado³².

Além das alusões sobre as realizações e supostos “melhoramentos materiais” na cidade e suas povoações, a matéria nos dá indícios da representação com que foi pintado aquele administrador em algumas páginas de A Imprensa, onde sua imagem efetivamente aparece como continuadora dos feitos da Família Pessoa em Umbuzeiro e região. Essa última matéria é temporalmente inscrita no momento em que se aproximava o fim do mandato de Carlos Pessoa frente a prefeitura de Umbuzeiro. E nela há um apelo quase que formal a luta contra o esquecimento dos feitos passados daquele ciclo de homens políticos ligados a tradição familiar Pessoa, pois não “há dúvida” de que, como “lutador”, desde “muito moço, ao lado do seu honrado pai de saudosa memória”, Carlos Pessoa deverá ser lembrado.

Neste caso, notemos que as matérias as quais usamos, funcionaram como difusoras de muitas realizações públicas desse prefeito que voltara ao cargo do executivo local, lembra, pela *vontade, quase unânime de seus conterrâneos*, enquadramento uma memória que deveria ser resistente ao esquecimento. Nem mesmo as amarras do Estado Novo puderam conter sua operosa administração, como será noticiado³³. Homem que iniciara sua carreira política desde cedo, como se tivesse sido preparado, lembra, na escola de Antônio Pessoa, político local e ex-governador do Estado. Descortinadas, aquelas matérias, se encarregaram de pintar Carlos Pessoa como herdeiro direto da tradição familiar Pessoa, tão cara naquele contexto em que a

³² A Imprensa. Jornal, João Pessoa, terça-feira 31 de Janeiro de 1939.

³³ Em 15 de Novembro de 1937, A Imprensa dá notícias sobre o retorno de Carlos Pessoa ao Executivo local após ser destituído do seu cargo pela “Organização da Nova República”. Naquela ocasião, por indicação do então interventor Federal, retornava a “terra de Epitácio e Antônio Pessoa” o Dr. Carlos, como chefe do executivo local, fazendo jus “a vontade popular”. (Cf. A Imprensa, Jornal. João Pessoa, Quarta – feira, 15 de Dez. de 1937).

memória dos Paraibanos ainda se faziam lembrar dos "trágicos acontecimentos" de 1930. Eram, antes, "notas" de uma memória que se queria guardar.

REFERÊNCIAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando Tradições, Construindo Memórias: A "Revolução de 30" na Paraíba.** Dissertação de Mestrado em História. João Pessoa- PB, UFPB, 2006.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas.** Campina Grande: EDUFPG, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. **A História ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar.** Rio de Janeiro: Record, 1993.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: historia dos, nos e por dos periódicos. In: In: PINSKY, Carla Bassanezzi. Org. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2010.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos. Memória 3.** Rio de Janeiro: Edições Vértice, 1989.

JOSÉ AMÉRICO: MENINO DE ENGENHO QUE SE TORNOU CANDIDATO A PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*Jivago Correia Barbosa**

Poucas pessoas conseguiram articular, tão bem, duas carreiras importantes como ele o fez: ser um homem público de grande proeminência¹ e ao mesmo tempo, um escritor com projeção nacional, e porque não dizer, internacional². Na definição da historiadora Aspásia Camargo, José Américo seria

* Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba, sendo orientado pela Prof^a. Dr^a. Monique Cittadino. É professor de história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB) – Campus João Pessoa. Atua também como professor mediador da disciplina História da Educação Brasileira II, junto ao curso de Pedagogia a Distância (EAD/UFPB). Também está vinculado ao Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba (NUEJA/CATEDRA-UNESCO/CE/UFPB), na condição de pesquisador.

¹ Como homem público, ocupou inúmeros cargos importantes, dentre os quais podemos destacar: Procurador Geral do Estado (1922); Secretário de Segurança e Assistência Pública do governo de João Pessoa (1928); Interventor do Estado e Chefe do Governo Central do Norte (1930); Ministro da Viação e Obras Públicas do governo provisório pós "Revolução" de 1930 (1930-1934); Ministro do Tribunal de Contas da União (1935); Senador pela Paraíba (1947); Governador do Estado da Paraíba (1951-1953/1954-1956); novamente Ministro da Viação de Obras Públicas (1953-1954).

² Como escritor, publicou diversos livros: Reflexões de um cabra (novela - 1922); A Paraíba e seus problemas (ensaio - 1923); A Bagaceira (romance regionalista - 1928); O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação

“muito mais que o personagem de um ciclo histórico: é a expressão viva de um estilo em colóquio com os desafios do seu tempo. O grande orador de massas foi também o administrador austero e o intelectual introspectivo” (CAMARGO, 1984: 2). Interessante ressaltar que a maioria das preocupações surgidas ao longo da sua trajetória política reverberou na figura do escritor e estiveram presentes, de uma forma ou de outra, em suas obras literárias, contudo, “nem sempre tais questões estiveram colocadas de forma direta e pessoal. (...) A Obra de José Américo é uma obra engajada, que mesmo se revestindo de um discurso regionalista homogeneizador, visa instituir uma imagem da realidade a partir de referências particulares” (VIANA, 1995: 5 e 8).

A carreira pública de José Américo de Almeida.

José Américo bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1908 e durante o período em que esteve nesta cidade, aliou-se ao grupo paraibano que apoiava o ex-presidente Antônio Alfredo da Gama e Melo, líder da oposição e adversário político do padre Walfredo Leal, tio de José Américo e presidente da Paraíba entre 1905 e 1908, substituindo o então presidente eleito Álvaro Machado, que havia deixado o cargo para assumir a vaga de senador no Rio de Janeiro, capital federal. As críticas tecidas por José Américo ao grupo político liderado por tio, durante as eleições de 1907, vieram em forma de artigos de opinião³, divulgadas no jornal oposicionista A REPÚBLICA, administrado por Lyra Tavares.

Apesar dessa peleja com o sobrinho, Monsenhor Walfredo Leal acabou tendo um papel imprescindível na vida de José Américo. A inserção deste na vida pública se deu, indubitavelmente, a partir da influência do seu tio, irmão de sua mãe Josefa de Almeida; Monsenhor Walfredo seria a figura que estaria por trás das indicações dos primeiros cargos públicos ocupados por ele. Dessa forma, de posse do título de bacharel em Direito, no final de 1908, foi nomeado – por influência do tio

(1934); O Boqueirão e Coiteiros (novelas - 1935); Secas do Nordeste (exposição na Câmara Federal - 1935); Ocasos de sangue (crônica - 1954); Discursos do seu tempo e A palavra e o tempo (1965); O ano do Nego (memórias -1968); Eu e Eles (memória - 1970); Quarto minguante (poesias - 1973); e Antes que me esqueça (memória - 1976). De todas as suas obras, a de maior projeção foi indubitavelmente A Bagaceira, obra que, segundo Guimarães Rosa, “(...) abriu para nós os caminhos do moderno romance brasileiro” (*apud* ALMEIDA, 1989, p.8). Por sua contribuição intelectual, tomou posse na Academia Brasileira de Letras ocupando a vaga de Tobias Barreto em 1967.

³ “(...) com um pseudônimo de fácil identificação, o antigo aliado (José Américo) teceu comentários e fez críticas mordazes ao sistema dominante (...) A oligarquia Alvarista revezava-se, num movimento de gangorra, entre Álvaro, Walfredo e João Machado, através de eleição ou de renúncia, ora para a Presidência do Estado, ora para o Senado ou a Câmara Federal. (...) No vigor da mocidade, José Américo tornou-se um esgrimista animoso, de língua solta, nos editoriais que lhe competiam, sem dar ouvidos às advertências do outro tio padre, o moderado Odilon Benvindo Albuquerque de Almeida” (LUNA, 2000: 11) Essa foi efetivamente a primeira participação de José Américo em relação à política paraibana, justamente contra aquele que era a grande referência política de sua família e que congregava parte do poderio político do Estado.

presidente – promotor de justiça da comarca de Sousa, alto sertão da Paraíba. Um lugar ermo, distante de tudo, onde nem os trens de carga conseguiam chegar.

Embora tenha permanecido naquela região por pouco tempo – cerca de um ano – esse foi, sem sombra de dúvidas, o primeiro contato *in loco* de José Américo com a difícil realidade do povo sertanejo, sentindo de perto os efeitos da seca de 1908-1909, que abatera diversas regiões do estado. Possivelmente uma experiência que lhe marcou profundamente e que serviu de alicerce para as ações futuras de combate as secas de 1932 – na condição de Ministro da Viação e Obras Públicas – e de 1951-1953, primeiramente como governador do Estado da Paraíba e, em seguida, novamente como Ministro da Viação e Obras Públicas. Do mesmo modo, por influência do tio Walfredo Leal, foi nomeado procurador-geral do Estado em 1911. A partir de então, José Américo passou a firmar-se entre os intelectuais locais, tornando-se um colaborador do jornal A União e da revista Era Nova, mantendo também “(...) estreitos vínculos com os novelistas Carlos Dias Fernandes, Ademar Vidal, Alcides Bezerra e João Lourenço”. Ainda nesse período, mais precisamente em 1922, deixou o cargo de procurador-geral, sendo nomeado consultor jurídico do Estado, um cargo vitalício.

Após o lançamento do livro “A Bagaceira” (1928) e com fama já consolidada no cenário nacional, principalmente a partir dos elogios de Alceu Amoroso Lima, um dos mais importantes críticos literários da época, foi convidado pelo presidente recém-eleito da Paraíba, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1928-1939), para assumir a Secretaria Geral do Estado⁴. Ao lado de José Américo, o presidente João Pessoa pôs em prática as medidas de reforma junto à estrutura político-administrativa da Paraíba, buscando reerguer as finanças estaduais. Ao ser convidado, José Américo já havia sido alertado por João Pessoa de que as reformas que pretendia realizar na Paraíba iriam desagradar muita gente, até mesmo a amigos e correligionários políticos. A expressão “Vou dar uma vassourada”, foi pronunciada e posta em prática pelo novo presidente com o apoio do seu secretário geral:

A expressão vassourada seria a reforma política, a revisão do regime democrático, na prática. Com essa declaração ele me conquistou, e decidi renunciar a tudo para participar desse movimento. (...) Os municípios, na sua quase totalidade, sofriam as consequências do mandonismo – o chefão. O chefão enfeixava todos os poderes. Todos dependiam de sua influencia: a justiça, a polícia, o fisco, o magistério. (...) João Pessoa anunciou essa tarefa e desde logo provocou reações: tornou-se impopular (ALMEIDA, apud CAMARGO, 1984: 120).

⁴ Embora tenha desempenhado com afinco os sucessivos cargos públicos ocupados e possuir um profundo conhecimento sobre a realidade do estado paraibano, creditando-lhe conhecimento suficiente para assumir a função, outra questão servia de pano de fundo para essa decisão: a aliança entre Epitácio Pessoa e monsenhor Walfredo Leal, tio de José Américo, que mais uma vez teve um papel importante nessa sua indicação.

Essas medidas – algumas delas, até certo ponto autoritárias – seriam criticadas pelo seu próprio tio, Epitácio Pessoa⁵, que previa um sério desgaste da imagem do sobrinho perante as demais oligarquias alijadas nas relações com o Estado. Abaixo, a historiadora Monique Cittadino resume essas medidas:

Assim, ele centrou seus ataques contra as tradicionais práticas coronelistas, as quais garantiam aos chefes locais o exercício inquestionável do poder sobre as suas áreas de influência e limitavam, significativamente, o alcance do poder central nessas regiões, seja decretando o desarmamento geral para combater o banditismo e coibir as práticas de violência privada; seja modificando chefias locais e removendo juízes e promotores, buscando, dessa forma, controlar a atuação da justiça; seja, ainda, reforçando a atuação da máquina fiscal no sentido da imposição da cobrança de impostos aos grupos oligárquicos (CITTADINO, 2006: 65).

O estopim para a crise se deu com a canalização das transações comerciais exclusivamente para o porto de Cabedelo, medida que buscou aumentar efetivamente a rigorosidade sobre a arrecadação tributária do estado, pois boa parte dos negócios eram realizados por vias terrestres, entre as diversas cidades do interior paraibano – a exemplo do município de Princesa, localizada no alto sertão do estado, comandada politicamente pelo coronel José Pereira de Lima – e os estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, levando a uma significativa sonegação dos impostos. A partir de então, dois movimentos de irrupção surgiram dentro das bases da própria oligarquia epitacista:

a Revolta de Princesa, rebelião armada liderada por Zé Pereira, que representava o embate entre o poder local e o poder estadual, e a Guerra Tributária, campanha movida contra João Pessoa pelo periódico pernambucano Jornal do Comércio, de propriedade de seus primos, os Pessoas de Queiroz, com respostas veiculadas no jornal A União, do governo paraibano (CITTADINO, 2006: 65).

Na Paraíba, as vésperas das eleições que ocorreriam no dia 1º de março de 1930, João Pessoa – vice-presidente na chapa da Aliança Liberal – indicou o nome de José Américo para o cargo de senador da República, candidatura essa refutada pelo seu secretário: “Não posso. Sou muito novato em política” (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984: 136). Com a necessidade de colocar uma pessoa de sua confiança entre os políticos que atuavam em esfera federal e na tentativa acompanhar os

⁵ Segundo José Américo, diversas advertências foram escritas por Epitácio Pessoa ao sobrinho João Pessoa, sobre a situação de caos que poderia abater o seu governo: “Ainda estou lembrado de que Epitácio, às vésperas da primeira eleição que João Pessoa ia disputar já como presidente do estado, fez uma advertência: perguntou o que poderia acontecer, já que ele estava destruindo a sua própria máquina” (*apud* CAMARGO, 1984, p. 120).

problemas da Paraíba na capital do país, João Pessoa indicou novamente o seu nome, agora na condição de deputado federal. Dessa forma, José Américo experimentou a sua primeira eleição na condição de candidato – o princípio da sua inserção efetiva e definitiva na política paraibana – elegendo-se como o deputado mais votado em todo o estado: cerca de 28.000 votos⁶.

Retornando à Paraíba (1930), foi convidado pelo presidente João Pessoa para assumir a Secretaria de Segurança Pública com a incumbência de chefiar a luta armada contra os revoltosos de Princesa liderada pelo coronel José Pereira e apoiados pelo presidente eleito, Júlio Prestes. No dia 26 de julho, José Américo deixou temporariamente o campo de batalha e partiu para a capital, porém, no caminho, chegando à noite na cidade de Campina Grande ele recebeu a notícia dada pelo prefeito Lafayette Cavalcanti: “Mataram João Pessoa!” (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984: 163).

É nesse momento de ebulição que José Américo se viu diante de uma difícil missão: de um lado, na condição de Secretário de Segurança Pública, deveria conter a revolta da população e evitar que uma catástrofe ainda maior ocorresse em todo o estado; do outro, não “podia parecer que eu estava condescendendo com o adversário; era uma posição delicadíssima. Não admitia, de maneira nenhuma, depredações e violências; tinha que manter a ordem, pois, nas circunstâncias do assassinato do então presidente do estado podia, de um momento para o outro, ficar suspeito aos olhos daqueles que lutavam pela revolução” (*apud* CAMARGO, 1984: 68- 69).

Foram esses acontecimentos que consolidaram a participação de José Américo na trama do poder estadual e também da política nacional, pois os reveses de 1930 deram-lhe efetiva visibilidade política.

O “espalha-brasas”⁷ na “Revolução” de 1930: a consolidação da carreira política de José Américo à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Entre o assassinato de João Pessoa e a vitória da “Revolução” de 1930, no dia 3 de outubro, passaram-se cerca de 70 dias, momento de incertezas e perturbações sócio-econômicas. Durante esse período, quem assumiu a chefia do executivo estadual foi o primeiro vice-presidente, Álvaro de

⁶ Embora eleito, não chegou a assumir o cargo, pois toda a bancada situacionista da Paraíba e de Minas Gerais haviam sofrido uma espécie de “degola”, vítimas de uma “Comissão de Verificação de Poderes” instituída pelo Palácio do Catete e pelo ministro da Justiça. Desapontado com os rumos que a política partidária havia tomado, José Américo decide ficar no Rio de Janeiro. Mais informações a esse respeito, vide o sítio <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> (acessado em: 15/05/2010).

⁷ Adjetivo dado por Alceu Amoroso Lima a José Américo por sua atuação enérgica e marcante durante os acontecimentos que culminaram com a “Revolução” de 1930. Segundo ele, José Américo foi o responsável por trazer a esse momento político qualquer coisa de “(...) selvagem, de sem-modos, de rude, de telúrico (...). Fostes o **espalha-brasas** (Grifo nosso) (...) de verdades duras, de franquezas candentes de que desde as campanhas épicas de Rui Barbosa estava desabituada nossa política de boas maneiras” (*apud* CAMARGO, 1984: 2).

Carvalho, que embora fosse contrário aos ideais “revolucionários”, solicitou a José Américo que permanecesse no cargo de Secretário de Segurança Pública. É justamente nesse período de inseguranças que José Américo se fez mais presente na política paraibana, consolidou paulatinamente sua liderança à frente dos aliancistas e se tornou o centro irradiador das conspirações “revolucionárias” na Paraíba. A morte do presidente João Pessoa, candidato a vice-presidente da República ao lado de Getúlio Vargas, serviu como uma espécie de “gota d’água” para a efetivação dessas conspirações aliancistas que culminaram com a “Revolução” de 1930⁸.

Na Paraíba, ainda na condição de Secretário de Segurança Pública, José Américo assumiu a difícil missão de manter a Polícia Militar ao lado dos “revolucionários”, garantindo o “controle”⁹ da capital João Pessoa. No dia 4 de outubro, após a irrupção do movimento, o chefe militar da “revolução” no Norte, Juarez Távora, enviou uma carta a José Américo delegando-o chefe do executivo estadual, tornando-lhe o primeiro interventor da Paraíba e, em seguida, líder do Governo Central Provisório do Norte, passando este a nomear todos os interventores do Nordeste e Norte do país¹⁰: “Por setenta dias foi o ‘Vice-Rei’ do Nordeste, enfeixando força e poder absolutos. Tudo o que fazia era referendo revolucionário” (LUNA, 2000: 47).

Podemos afirmar que José Américo tornou-se um dos protagonistas – se não o ator principal – da “Revolução” de 1930, na região Norte do país, chamando muitas vezes para si a responsabilidade de tornar a Paraíba o núcleo do poder “revolucionário”, elevando o nome do estado onde nascera:

Antes a Paraíba era politicamente dependente de Pernambuco. As revoluções irrompiam em Pernambuco, e a Paraíba, como o Ceará e o Rio Grande do Norte, refletiam esses movimentos. Pernambuco foi politicamente independente da Paraíba em todas as revoluções: 1817, 1824, 1848... A Paraíba só teve a liderança em 1930 (ALMEIDA, apud CAMARGO, 1984: 190).

No dia 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório após a deposição do ex-presidente Washington Luís e indica o nome de José Américo para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas. Impregnado pelas marcas deixadas por João Pessoa na construção de sua personalidade política – uma nova racionalidade pública calcada nas reformas político-administrativas – e recebendo outras tantas influências do movimento tenentista, a exemplo

⁸ Na opinião do historiador Thomas Skidmore, devemos salientar que a única e verdadeira ruptura política proporcionada por esse grupo/episódio esteve ligado ao fato de que “(...) pela primeira vez, desde a proclamação da República, em 1889, o candidato do ‘governo’ não conseguiu chegar à presidência” (SKIDMORE, 1982, p. 21).

⁹ Esse controle não foi absoluto graças ao atraso em relação a tomada do 22º Batalhão de Caçadores, o que provocou a morte do general Alberto Lavenère Wanderley e de um ajudante de ordens.

¹⁰ Vale a pena ressaltar que a substituição dos antigos governadores – ligados as oligarquias locais – pelos interventores não pretendia aniquilar as estruturas oligárquicas nos estados, ao contrário, o pensamento de Getúlio Vargas e dos demais aliancistas era submeter essas chefias ao governo “revolucionário”.

dos ideais nacionalistas, possibilitou-o, após assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, enxugar a folha de pagamento daquela pasta, considerada a maior em termos de contingente de funcionários e a mais dispendiosa. Nomeou como chefes de gabinete dois paraibanos de sua confiança – Ruy Carneiro e Plínio Lemos – e solicitou que fosse realizada uma sindicância para apurar o número de pessoas em excesso naquele ministério.

Contudo, a atuação mais importante de José Américo esteve ligada a política de combate as secas, uma espécie de prioridade assumida por ele durante o período em que permaneceu à frente Ministério da Viação e Obras Públicas (1930-1934). Desde o ano de 1930, outra grande seca atingia a região Norte, verificando-se em 1932 o ápice dessa tragédia, onde na visão de José Américo, aquela teria sido a maior de todas as secas até então.

Ao assumir a condição de continuador do plano de combate as secas e amparo aos flagelados nordestinos, “criado” pelo ex-presidente da República Eptácio Pessoa, José Américo passou a atacar essa problemática sob três aspectos: 1º construção de açudes públicos e privados, buscando terminar as obras que haviam sido iniciadas por Eptácio Pessoa e que foram, supostamente abandonadas na gestão do ex-presidente Artur Bernardes; 2º construção de estradas, utilizando prioritariamente a mão de obra dos flagelados que se encontravam alojados em grandes “centros de concentração”, expressão utilizada pelo próprio ministro para designar os lugares – terrenos descampados, fazendas, dentre outros – onde eram abrigados os retirantes, chegando alguns deles a alojar mais de 100.000 mil pessoas, a exemplo do “centro de concentração” estabelecido entre a cidade do Crato e a capital Fortaleza (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984: 215); 3º o combate as migrações em massa de flagelados, evitando que as populações dos diversos estados atingidos se deslocassem para região litorânea ou até mesmo para os estados do sul do país e para o norte, mais especificamente em direção a região do Amazonas.

Enfeixando grande prestígio e poder em torno de sua figura – pois não podemos esquecer que o Ministério da Viação e Obras Públicas era a pasta que possuía o maior contingente de funcionários e o que mais recebia verbas nesse período, o que permitia a propagação da política do empreguismo – José Américo passou a dominar o cenário político de boa parte da região Norte e, mais especificamente, do estado paraibano. Se os princípios da “Revolução” de 1930 estavam ligados principalmente a ideia de superação das práticas políticas desenvolvidas durante a República Velha, o que se viu na verdade foi a continuidade destas práticas tão peculiares as velhas oligarquias. A grande diferença é que as verbas de combate as secas não estavam mais nas mãos dos “carcomidos”¹¹ do antigo regime, mas daquele que encabeçou o movimento “revolucionário” por toda essa região: “o

¹¹ Expressão pejorativa criada por José Américo para designar os políticos e suas formas de poder durante a República Velha.

controle, por parte de José Américo, das verbas do ministério para o combate às secas e a distribuição entre os seus correligionários, permitiu-lhe consolidar-se como liderança política de uma facção oligárquica, constituindo o que ficou conhecido como ‘americismo’¹² (CITTADINO, 2006: 70).

Desde o princípio, o que José Américo fez foi seguir a risca as advertências de Epiácio Pessoa – esquecidas por João Pessoa – em relação à manutenção de certos privilégios aos antigos aliados, procurando manter o diálogo com as esferas locais de poder e as oligarquias, de modo a reestruturar a máquina governamental sob a sua batuta. Embora tenha recebido algumas influências do presidente assassinado para a composição do seu perfil político, é na pessoa do ex-presidente da República, Epiácio Pessoa – que utilizou as verbas da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em prol de seus correligionários e aliados políticos –, que José Américo se espelhou, buscando também estruturar as suas bases políticas através da chamada indústria das secas¹³.

Para o estabelecimento de uma “nova” indústria das secas, comandada agora pelo ministro da Viação e Obras Públicas, foi preciso a confluência de três situações específicas: 1º um momento de grande estiagem que provocasse uma grave crise econômica; 2º criar ou copiar – como foi o caso – uma política de investimento de verbas públicas em obras contra a seca; 3º estabelecer um *lobby* para desviar os recursos enviados para o combate a seca (CUNIFF, *apud* FERREIRA, 1993: 72-73), beneficiando os líderes políticos das regiões afetadas que estivessem ao lado do ministro. Com o cenário de grande seca, como pano de fundo, foram iniciadas as primeiras medidas de combate a estiagem, comandadas a partir da re-estruturação da IFOCS a pedido do ministro. As prioridades estabelecidas naquele momento foram: uma ampla campanha de açudagem e irrigação, em parceria com os fazendeiros das regiões atingidas; a construção e pavimentação de estradas de rodagens e carroçáveis; e a criação dos chamados “centros de concentração” – “currais do governo”¹⁴ – distribuídos nos estados mais atingidos pela seca.

Na exposição dos motivos para aprovação do novo regulamento da IFOCS ao Chefe do Governo Provisório, José Américo mostrou que, embora outros tipos de soluções já tenham sido postas em prática por governos anteriores – “(...) estradas de ferro e de rodagem, perfuração de poços

¹² O termo americismo será empregado em nosso trabalho para designar a corrente política encabeçada por José Américo de Almeida no Estado da Paraíba, a partir da “Revolução” de 1930. Durante a sua longa gestão a frente deste ministério (1930-1934), ele jamais perdeu de vista as rédeas da política paraibana, interferindo diretamente sobre as nomeações de todos os interventores até a implantação do Estado Novo, em 1937.

¹³ Essa forma de burlar possíveis fiscalizações e de desviar o dinheiro público em prol das elites nordestinas não era algo novo, surgira durante a seca de 1877-79, através da criação da primeira medida pública de combate as secas, batizada de “políticas de socorros públicos” (FERREIRA, 1993: 61).

¹⁴ O termo “currais do governo”, ou “currais humanos” não é algo novo, foi registrado pela primeira vez durante a seca de 1915 e surgiu para designar os “centros de concentração” criados no Ceará. A idéia de criar esses espaços de confinamento dos flagelados surgiu no governo do Presidente da República Venceslau Brás Pereira Gomes (1914-1918), durante a seca de 1915, visando evitar a propagação dos saques realizados pela população faminta, vítimas da inoperância pública!

e cisternas, o desvio do curso do S. Francisco para o Jaguaribe, a arborização, etc” (ALMEIDA, 1982: 379) –, a solução mais eficaz para combater os efeitos da seca seria através da solução hidráulica:

Mas o que convém, precipuamente, como correção da natureza semi-árida do nordeste, é armazenar água copiosa que, distribuída irregularmente, se escôa pelo seu solo impermeável e declivoso. Obstar essa perda pela açudagem em larga escala é a solução directa do problema da sêca, visando estabilizar a população sujeita a um desastroso nomadismo e aproveitar terras propícias a tôdas as culturas agrícolas (ALMEIDA, 1982: 379).

Embora a seca atingisse a maior parte da região Norte do país, três estados passaram a canalizar estrategicamente a maior parte desses recursos: Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte¹⁵, a partir de decisão tomada pelo ministro sob a alegação de serem estes os lugares mais atingidos pela estiagem, por possuírem o maior contingente populacional, pelas condições geofísicas das regiões – que possibilitariam com maior facilidade a construção dos açudes e barragens – e por possuírem alguns “problemas em comuns: a cultura do algodão, a pecuária, a cultura de sisal que se iniciou lá e depois se deslocou para a Bahia” (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984: 212).

É interessante frisar que José Américo sempre soube dos desvios de verbas destinadas às políticas de combate as secas, praticados nos sucessivos governos durante a República Velha¹⁶. O fato é que nos discursos foi verbalizada certa isenção e respeito ao dinheiro público, mas na prática as ações relativas ao combate a seca se mostraram alinhadas a velha indústria das secas estabelecida desde a República Velha;

Dessa forma, de nada valem os argumentos retóricos do Ministro José Américo, para quem o regime instalado pelo movimento de 30 inicia um novo tempo no qual as verbas e as obras deixam de estar “ao sabor dos interesses regionais”. Na verdade, se essa é uma denúncia do Ministro contra o que se praticava no regime anterior, é, também, a entrega do regime por ele, ministro, representado (BATISTA NETO, 1986: 252).

¹⁵ Coincidência ou não, o fato é que esses estados privilegiados eram governados por aliados políticos de José Américo, interventores de sua confiança que continuavam mantendo em seus estados o projeto intervencionista do Governo Provisório: no Ceará, encontrava-se o irmão do ministro da Agricultura, Fernandes Távora; a frente da interventoria do Rio Grande do Norte encontrava-se Irineu Joffly; e na Paraíba quem ditava as regras do jogo político era o próprio ministro da Viação e Obras Públicas, indicando diretamente os primeiros interventores locais (Anthenor Navarro: 1930-1932 e Gratuliano de Brito: 1932-1934). Isso mostra que as bases da oligarquia americista e a política da indústria da seca, estabelecida nesse momento por José Américo, transcendiam as fronteiras do estado paraibano.

¹⁶ Ele mesmo criticou acintosamente a política de beneficiamento de determinados grupos políticos que construíam açudes numa parceria público-privada, em fazendas e outras propriedades particulares. Em seus relatórios erguia a bandeira da moralidade em relação à coisa pública e isso fica claro em outro trecho do relatório entregue a Getúlio Vargas, quando se refere às obras de açudagem em propriedades particulares: “Acarretava uma verdadeira odisséia êsse regime de cooperação: além de só serem atendidos os favoritos da política dominante, o recebimento dos prêmios dependia de formalidades burocráticas, que consumiam muitos lustros” (ALMEIDA, 1982: 167).

De acordo com os relatórios contidos no livro “O ciclo revolucionário do Ministério da Viação” – escrito pelo ministro José Américo e lançado no ano de 1934 – entre os anos de 1930 e 1934 foram construídos, iniciados ou finalizados as construções de 29 açudes e barragens públicas: Ceará - 6 açudes/barragens; Rio Grande do Norte - 5 açudes/barragens; Paraíba - 8 açudes/barragens; Pernambuco – 6 açudes/barragens; Sergipe - 1 açude/barragem; Bahia – 3 açudes/barragens (ALMEIDA, 1982: 165 e 166 e DNOCS, 1982: 139-14). Os relatórios afirmavam ainda que o Governo Provisório e o ministro José Américo buscaram incentivar e ampliar os investimentos, de uma forma mais efetiva, na construção de açudes em cooperação com particulares. Para justificar essa parceria público-privada, o ministro alegou que até o ano de 1930 haviam sido construídos 36 açudes particulares, um número pequeno diante de tão grave situação. Assim, em 1931, foram iniciadas as obras de 14 destes açudes; e no triênio 1931-1933, 51 açudes (ALMEIDA, 1982: 167).

Quando analisamos a aplicação de verbas públicas nesses “investimentos”, percebemos que em três anos foram construídos cerca de 65 açudes particulares, quase o dobro de todas as construções realizadas até a “Revolução” de 1930. Interessante ressaltar que a IFOCS – posteriormente chamado de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) – era o órgão federal nacional que deveria atuar não só na região Nordeste, ou seja, foi criado para combater a problemática das secas em qualquer região do país; contudo, não foi esse o caminho destinado pelos governantes a essa inspetoria, segundo Francisco de Oliveira:

Note-se, de passagem, que mesmo o problema das secas não era concebido como um problema exclusivamente do Nordeste semi-árido: o DNOCS era um departamento nacional, concebido para atuar no combate a esse fenômeno climático onde quer que ele se apresentasse no território do país. O fato de nunca ter realizado nenhuma obra fora do Nordeste, é um resultado de sua captura pela oligarquia regional, e não uma intenção ou objetivo inicial (OLIVEIRA, 1981: 51. Grifos nosso).

A partir desses dados, percebemos uma relativa diferença no número de açudes e barragens públicas (29) e público-privadas (65) construídas durante o período em que José Américo esteve à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas. Essa disparidade foi legitimada pelos discursos do ministro que apontou a açudagem particular¹⁷ como uma das importantes soluções para a seca que abatia o Nordeste:

¹⁷ Embora sejam tratadas como “solução subsidiária”, as construções dos açudes particulares tiveram um papel imprescindível para a consolidação do americanismo na Paraíba, pois ampliou o poder do ministro em todo o estado, estabeleceu vínculos de aproximação com as velhas oligarquias, mantendo-as sob o controle intervencionista de José Américo e de seus interventores, além de propagar a imagem do ministro da Viação e Obras Públicas como um homem ligado ao povo, tornando-o uma espécie de “salvador do Norte”, mais especificamente das populações sertanejas “vítimas” da seca.

O Govêrno Provisório incentivou, o mais possível, a construção de açudes em cooperação com particulares. (...) O açude particular, como já acentuei em meu relatório anterior, constitui um precioso elemento subsidiário na correção dos efeitos da seca. Si não é um fator de transformação econômica da região, representa uma solução individual que tem evidenciado a maior utilidade, permitindo, em longos períodos de estiagem, que as fazendas se mantenham, como verdadeiros oásis, em meio à devastação geral, no seu regime de trabalho agrícola (ALMEIDA, 1982: 166-167. Grifos nosso).

Outro ponto importante está ligado ao período em que se deram essas construções, ou seja, o recorte temporal que marca o início e o fim da maior parte das obras de açudagem totalmente públicas, ou público-privadas. Embora o ápice da estiagem ocorra entre os anos de 1932-1933, teremos um significativo aumento no número das despesas do Ministério da Viação e Obras Públicas nos anos de 1930 e 1934, principalmente em relação aos recursos públicos destinados a IFOCS:

QUADRO 1 – DESPESAS DO MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS - 1930-1934		
ANO	PAPEL	OURO
1930	569.119:843\$275	13.729.011\$549
1931	433.982:688\$897	9.535:291\$302
1932	400.642:688\$897	9.489:421\$776
1933	404.210:808\$000	9.919:047\$322
1934 ¹⁸ (Janeiro a março)	114.907:496\$800	—————
1934 (01/04 a 31/03/1935)	530.334:893\$000	—————

QUADRO 2 – VERBAS DESTINADAS A IFOCS				
1930	1931	1932	1933	1934
11.373:320\$000	8.885:310\$000	2.284:560\$000	12.734:560\$000	50.304:560\$000

(FONTE: ALMEIDA, 1982: 53).

¹⁸ Crédito especial aberto a partir do “(...) decreto nº 23.772, de 20 de janeiro de 1934, para ocorrer às despesas orçamentárias do trimestre de janeiro a março de 1934, incorporado por força do decreto nº 23.150, de 15 de setembro de 1933, ao exercício de 1933” (ALMEIDA, 1981, p. 55). Moeda corrente: contos de reis.

Por que foram destinadas tantas verbas a IFOCS em 1934, se o período de maior estiagem se deu entre os anos de 1932-1933? O ano de 1933 marcou a ruptura interna entre os aliancistas – ligados aos ideais políticos da antiga oligarquia epítacista –, fato esse que levou a criação de dois partidos no estado paraibano, adversários nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte: o Partido Progressista da Paraíba (PP), comandado pelo ministro José Américo e, portanto, vinculado ao interventor Gratuliano de Brito que possuía a máquina governamental em suas mãos; e o Partido Republicano Libertador (PRL), composto por elementos dissidentes que não acreditavam mais nas propostas governamentais estabelecidas no pós-“Revolução” de 1930, por causa da estreita ligação mantida entre José Américo e os “carcomidos”. Dessa forma, com a máquina estatal em suas mãos – tanto no estado paraibano quanto em âmbito nacional, através do Ministério da Viação e Obras Públicas – José Américo pôde angariar os recursos necessários para consolidar a sua liderança utilizando as verbas da IFOCS e o tão propagado discurso de “combate às secas”. O resultado desse estratégia política foi a ampliação das bases do americanismo no Estado, quando o PP conseguiu eleger todos os representantes para as cinco vagas disponíveis à bancada paraibana na Assembleia Nacional Constituinte, além de eleger Argemiro de Figueiredo governador da Paraíba durante as eleições de 1934¹⁹.

O “abandono” da liderança política na Paraíba e a campanha para Presidente da República em 1937.

No final de 1934, José Américo lançou sua candidatura para concorrer a umas das vagas ao Senado durante as eleições que ocorreram em janeiro de 1935, sendo eleito para um mandato de 4 anos (1935-1939). Contudo, a recomendação do nome de Argemiro de Figueiredo para o governo da Paraíba terminou por afastá-lo da política paraibana²⁰, perdendo paulatinamente o poder político que construíra nesses quatro anos à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Após deixar o Senado em 1935, José Américo solicitou do Presidente da República a indicação de seu nome para o Tribunal de Contas da União (TCU), na tentativa de se refugiar, ainda

¹⁹ Segundo a historiadora Monique Guimarães Cittadino: “As eleições de 1934 deram ao partido situacionista mais de 80% dos votos, além do cargo de governador, e de oito entre nove deputados federais, cabendo ao PRL a ocupação de apenas uma cadeira. Para a Constituinte Estadual, os progressistas fizeram 27 das 30 cadeiras, e os libertadores, apenas três. Contando com a maioria das cadeiras do Legislativo, o PP elegeu como governador, através do pleito indireto, o então secretário Argemiro de Figueiredo, que também acumulava a presidência do partido e cujo nome foi indicado por imposição de José Américo” (2006: 71).

²⁰ “Fiquei no Senado, mas depois que as coisas recaíram no que eram antes: a política era a mesma. A democracia não tinha lucrado muito; não se tinha aperfeiçoado. Eu tinha escolhido Argemiro de Figueiredo para governador da Paraíba contra a expectativa de amigos meus. E ele não estava dirigindo bem. Eu me desgastei muito com o caso da Paraíba também. Renunciei ao mandato de senador depois de três meses, renunciei também à chefia do partido da Paraíba e me afastei da Política” (ALMEIDA, *apud* CAMARGO: 244).

que temporariamente, da política brasileira. Sua solicitação foi prontamente atendida por Vargas e seu nome consolidado entre os ministros do TCU.

Em 1937, surgem os primeiros indícios de que José Américo sairia do seu auto-exílio, pois, não havia, até então, um homem com projeção política suficiente para enfrentar a máquina governamental estabelecida por Getúlio Vargas, durante os sete anos ininterruptos de seu governo. Nesse momento, existia um descontentamento quase unânime entre os tenentes que haviam participado das conspirações “revolucionárias” de 1930, desapontados com as práticas políticas adotadas por Vargas. No dia 25 de maio de 1937 foi lançada oficialmente a candidatura de José Américo no Rio de Janeiro, durante uma convenção organizada pelo governador de Minas Gerais, Benedito Valadares; evento que contou ainda com a presença dos governadores da Bahia e de Pernambuco. Em pouco tempo, a chapa encabeçada pelo ex-ministro da Viação e Obras Públicas já contava com o apoio da maioria dos governos estaduais de todo o país: “Dos vinte Estados, José Américo contava com dezessete, se sua campanha tivesse tido prosseguimento. Pela arregimentação de forças a vitória era inevitável e o Catete não ignorava essa tendência” (LUNA, 2000: 59).

Como pano de fundo em relação às campanhas presidenciais existentes nesse período, temos as articulações políticas instituídas por Getúlio Vargas e seus aliados – principalmente com o exército brasileiro, nas figuras dos generais Eurico Gaspar Dutra (ministro da Guerra) e Góis Monteiro – que consolidaram paulatinamente um projeto ainda maior, o golpe de estado estruturado sob o pretexto do “perigo comunista”, temática explorada exaustivamente pelo governo, como uma espécie de “bode expiatório” para a consolidação dos planos varguista.

A campanha de José Américo ganhou cada vez mais o apoio do povo, principalmente nas regiões mais carentes, levando Getúlio Vargas e a seus aliados a procurarem uma alternativa para barrar, a todo custo, a projeção da imagem de José Américo. Para a população pobre, ele prometia construir conjuntos de casas populares, diferentemente das “casas de cachorro” construídas pelo governo do presidente Vargas. Quando perguntado de onde tiraria o dinheiro para essas construções, José Américo proferiu, ainda na Esplanada do Castelo, uma de suas mais célebres frases: “E o dinheiro? É sempre a pergunta mole, desanimada, a pergunta que fica no ar. É fácil. É fácilimo. Eu sei onde está o dinheiro. Em vez de um arranha-céu, serão duzentas casas” (ALMEIDA, 1985: 59).

A partir de então, o governo Vargas passou a propagar a ideia de conspiração e complô²¹ envolvendo efetivamente a imagem de seu ex-ministro da Viação e Obras Públicas e de seus aliados.

²¹ Essa não era uma prática nova, há muito que esse tipo de mitologia política era explorada por grupos políticos dominantes, segundo Raoul Girardet: “Todo mundo sabe: do terror jacobino ao terror stalinista, a acusação de complô não cessou de ser utilizada pelo poder estabelecido para livrar-se de seus suspeitos ou de seus opositores,

Essas acusações foram utilizadas pelo *stablishment* para justificar as perseguições, torturas e prisões dos suspeitos que foram acusados de manterem ligações com os ideais subversivos propagados pelo comunismo. Dessa forma, com toda a estrutura político-ideológica montada a partir do arcabouço de um discurso político vinculado ao sentimento patriótico e anticomunista, se consolidou o golpe de Estado no dia 10 de novembro de 1937, suprimindo-se o poder legislativo e instituindo-se o chamado Estado Novo.

Depois desse desfecho traumático para a maioria dos brasileiros, o ex-“revolucionário”, que havia sido enaltecido pelos serviços prestados a nação na condição de “grande ministro das secas de 1932”, se afastaria da vida política brasileira e paraibana por sete longos anos. Nesse período, embora não quisesse permanecer junto a qualquer função vinculada ao governo, voltou a ocupar o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União. Após o primeiro dia de trabalho no TCU, José Américo demonstrou em seus escritos a passividade com que a maioria dos políticos e do povo brasileiro recebera aquela notícia:

Era dia de sessão no Tribunal de Contas. Como se nada tivesse sucedido, saí para meu trabalho, com um carro de polícia atrás, a vigiar-me. Nenhuma novidade na rua. O povo de 1889 e 1937 estava ausente. Não se mexeu. A democracia era extirpada com as suas raízes e nem choro havia. Não vi gente andando, nem parada. Nenhum movimento. (...) Não se ouviu um tiro (ALMEIDA, 1985: 30).

Considerações finais

As tramas políticas que envolveram o então ministro e candidato a presidência da República José Américo de Almeida, nos remete ao entendimento de que os jogos do poder na Paraíba pós-1930 construiu um espaço de poder em disputa. A perspectiva de outra fundamentação conjuntural para a política estadual, considerando a herança “revolucionária” de 1930, não galgou a prerrogativa de isenção administrativa e/ou moralidade política.

Mesmo sendo nomeado “ministro revolucionário do Norte e Nordeste” cujas ações foram respaldadas pelo presidente “revolucionário” Getúlio Vargas, as ações políticas de José Américo tiveram como fim a constituição do seu grupo político – o americismo, nos moldes estruturais e de práticas políticas que, pelo discurso, foram consideradas veementemente arcaicas. Na “nova” ordem, a velha prática de grupo foi mantida e as ações tidas como “revolucionárias” serviram para arregimentar os correligionários da base de apoio do americismo. Nesse sentido, a prática discursiva de falsa

para legitimar os expurgos e as exclusões, bem como para camuflar suas próprias falhas e seus próprios fracassos” (GIRARDET, 1987: 49-50).

moralidade política serviu para reforçar “uma espécie de código e (...) um conjunto de referências, formalizados no seio de um partido ou mais largamente difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política” (BERSTEIN, 2009: 31).

Ou seja, a conduta política de José Américo reforçou uma cultura de poder referenciada na barganha e na montagem dos grupos de apoio que, estrategicamente, ocuparia os cargos públicos de modo a garantir a formação do seu núcleo de influência nas hostes da estrutura estatal. Os espaços de poder conquistados pelo então ministro da Viação e Obras Públicas, ao longo de sua trajetória de homem público, deram-lhe as habilidades necessárias para se posicionar com os fins de arregimentar esses aliados. A estratégia de reestruturação da IFOCS ilustra esse encaminhamento político de José Américo, pois a cultura de poder reforçada pelo então ministro da Viação, traduziu os anseios da maioria e ofereceu respostas aos problemas do momento e,

por menos que o regime político se organize em torno delas [considerando a perspectiva de moralização do poder no pós-1930], vemos surgir um modelo político no qual se estabelece uma correspondência entre o sistema institucional, a política adotada, as estruturas sociais, as normas e os valores, por um lado, e os anseios majoritários da sociedade, por outro, criando assim um verdadeiro ecossistema sociopolítico em torno da cultura política majoritária (BERSTEIN, 2009: 37. Grifo nosso).

Nesse sentido, a imagem pública e política de José Américo esteve associada a isenção e a imparcialidade para com a coisa pública; o discurso que, aparentemente, justificou e reforçou a moralidade não alcançou a prática e ação política do então ministro e candidato a presidência da República, mas, resgatou uma cultura de poder majoritária de momentos anteriores como meio de formação e sustentação da sua base de poder, fortemente percebidas na política paraibana da Primeira República (1889-1930).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. 30 Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- _____. **A palavra e o tempo (1937 – 1945 – 1950)**. 2 Ed. Rio de Janeiro: José Olympio/Fundação Casa José Américo, 1985.
- _____. **A Paraíba e seus problemas**. 3ª Ed.. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1980.
- _____. **As secas do Nordeste**. 2 Ed.. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, Coleção Mossoroense, 1981.

_____. **O ano do Nego.** 3 Ed. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo de Almeida, 2005.

_____. **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação.** 2 Ed.. João Pessoa: Fundação Casa José Américo de Almeida/Fundação Guimarães Duque, Coleção Mossoroense, 1982.

_____. **Memória: antes que me esqueça.** Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976.

BATISTA NETO, José. **Como Uma Luneta Invertida.** (intervenção do Estado no Semi-Árido Nordeste através do discurso ideológico da IOCS/IFOCs-1909-1934). Mestrado em História – UFPE-CFCH. Recife, 1986.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. IN: AZEVEDO, Cecília [et al.] (orgs.). **cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009, p. 29-46.

CAMARGO, Aspásia. **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida.** Aspásia Camargo e Eduardo Raposo. CPDOC/FGV - Fundação Casa José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CITTADINO, Monique Guimarães. **Poder Local e Ditadura Militar: o Governo João Agripino – Paraíba (1965-1971).** Bauru: EDUSC, 2006.

DNOCS. **Barragens no Nordeste do Brasil.** José Amaury de Aragão Araújo (Coord.) Fortaleza: 1982.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

GIRARDET, Raoul. **Para uma introdução ao imaginário político.** Mito e mitologias políticas. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

LUNA, Maria de Lemos. **José Américo de Almeida.** Paraíba: Nomes do Século. Série Histórica, nº 17. João Pessoa: A União, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re (li) gião** (SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classe). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964).** Trad. Ismênia Tunes Dantas. 7ª Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Eletrônica

<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acessado em 15 de maio de 2010.

CENAS DE UM ESPETÁCULO POLÍTICO: A INTERVENTORIA DE RUY CARNEIRO

*José Luciano de Queiroz Aires**

Ruy Carneiro assumiu o governo paraibano em 17 de agosto de 1940, após demissão do interventor Argemiro de Figueiredo²². Como era de praxe na *cultura política* do espetáculo, sua chegada e posse no cargo foram imensamente ritualizadas. A multidão foi receber o novo chefe no campo da Imbirimbeira, de onde veio o cortejo cívico em direção ao Palácio da Redenção. As primeiras atividades do novo interventor foram assinar o termo de posse, discursar para a população da sacada do palácio e visitar o monumento de João Pessoa e o túmulo de Antenor Navarro. Essa visita buscava legitimidade para um governo que se iniciava e cujo respaldo simbólico repousava na aura do “grande presidente”. Discursar ao pé da estátua de João Pessoa era uma prática associada a rezar diante dos santos ou adorar o altar do divino. Por coincidência ou não, posteriormente, recebeu em Palácio o arcebispo D. Moisés Coelho, num gesto significativo para compreendermos as ligações estreitas entre o Estado e a Igreja Católica no contexto da Era Vargas.

Com Ruy Carneiro, entretanto, a data dos festejos do aniversário do governo foi alterada para o dia 16 de agosto, em virtude de ter sido o mês em que o mesmo tomara posse no governo paraibano após a queda de Argemiro. Não muito diferente dos dias de hoje, onde o governo que assume o poder, leva um tempo falando em “arrumar a casa” “desarrumada” pelo seu antecessor. Com Ruy Carneiro não foi diferente. Nas comemorações do primeiro ano de governo, em 1941, acusou uma dívida de 19.000: 000\$000, deixada por Argemiro com o caixa do Estado em torno de 900 contos de réis. Após 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, o discurso ruísta vai, aos poucos, enfatizando seu lado democrático. A revista *Maneira*, ao cobrir as festas do 4º aniversário do governo, trouxe um artigo intitulado “Governo e Democracia”. Descreve o interventor como um democrata “de formação”, “não chegou nunca o Sr. Ruy Carneiro a compreender a causa ou as substâncias que geraram, no passado, o tipo do capitão-mor”. (Revista *Maneira*, ago-set.1944) Insiste o periódico que aquele governante está ao lado dos que “desejam ser livres”. O artigo foi escrito no âmbito das contradições da política brasileira, que combatia lá fora um regime que se assemelhava ao próprio regime vigente no país. Ao falar de Democracia e

* Professor Adjunto I, lotado na UAEDUC/CDSA/UFCG, Campus de Sumé.

²² A nomeação ocorreu em 29 de julho.

liberdade, se reporta à aproximação do Brasil com os países “democráticos”, liderados pelos Estados Unidos.

A programação das comemorações do 16 de agosto seguia praticamente a mesma linha do seu antecessor: alvorada, desfiles, revista às tropas, retretas e inaugurações de obras. Nos meios de comunicação e nas escolas, faziam-se preleções biográficas sobre o interventor ressaltando as “grandezas” do passado do estadista e as suas realizações presentes no comando do governo paraibano. Quatro dias depois, Ruy Carneiro era homenageado mais uma vez, em decorrência de seu aniversário natalício.

Diferentemente de Argemiro, Ruy Carneiro manteve uma linha administrativa mais focada na assistência social. Grande parte de seu governo transcorreu concomitante à atuação da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba, instituição dirigida pela primeira dama do estado, Alice Carneiro. Um exemplo disso ocorreu nas festividades de 1943 quando foram distribuídos dez mil donativos em vários pontos da capital. Em cada ponto, ficavam alguns encarregados pela distribuição, que era realizada mediante a entrega de um cartão que a família pobre recebia em seu domicílio. Aliás, a imprensa oficial afirmava, exaustivamente, a grande preocupação de Ruy Carneiro com o bem estar dos humildes. Já no dia 20 de agosto, o presente era doado ao interventor, como em 1941, ocasião em que os sindicatos de classes doaram ao chefe do executivo um “bureau”, uma estante para livros e uma “bem trabalhada cadeira”, que ficaram em exibição ao público na Casa Comercial Maurício Rosenthal. (Jornal A UNIÃO, 20 ago.1941)

Havia, de certo, uma política focada no conceito de cidadania social estabelecido pelo projeto do Estado Novo. Ruy Carneiro utilizou o 16 de agosto também para inaugurar gabinete dentário, manicômio judiciário, aparelhagem de Raio-X, hospital de tuberculose, casas do Montepio do Estado, lançamento da pedra fundamental da Santa Casa de Misericórdia.

Em 1941, deu início a uma política habitacional para as classes populares, por meio da distribuição de casas para famílias pobres que tivessem acima de quatro filhos ou para pessoas responsáveis por manter uma família numerosa. Segundo informa o Jornal *A União*, o critério de distribuição estava dentro do “espírito da legislação trabalhista” vigente. As casas foram construídas na *Vila 10 de Novembro* e, uma vez entregues, não poderiam ser alugadas ou ocupadas por pessoas diferentes dos contemplados. O interessante é que o próprio governo, articulado com a teatralização política, informava aos populares contemplados que eles deveriam comemorar o acontecimento. E, mais interessante, ainda foi a data sugerida, o 23 de

junho, noite de São João numa nítida apropriação de uma festa da “cultura popular” para uma visita do interventor federal ao palco dos festejos dos pobres. A festa, de fato, chegou a ocorrer no 29 de junho, dia de São Pedro, com muita canjica, doce, frios e uma tradicional fogueira. Assim, Ruy Carneiro “deu um presente” aos pobres e foi comer e beber na festa com eles, ressaltando o seu *carisma hegemônico*, segundo expressão cara a E. P. Thompson.

As comemorações do espetáculo político do governo Ruy Carneiro decorreram, em larga medida, em meio à participação do Brasil na II Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, o regime político do Estado Novo procurava se reorganizar para se adequar à política internacional de combate ao nazifascismo. De modo que, em 1945, já se retornava ao pluripartidarismo e se organizavam eleições diretas para presidente. Nesse quadro, ocorreram as últimas festas comemorativas do governo Ruy Carneiro, talvez as de maiores proporções, pelo que noticiou a imprensa paraibana. O 16 de agosto, nesse momento, ganhara um novo significado político, cuja propaganda dos cinco anos do governo coroava o lançamento da campanha do general Dutra para presidente e de Ruy para governador estadual pelo PSD. As eleições para governador, convocadas para 2 de dezembro de 1945, acabaram não ocorrendo. Em virtude da queda de Vargas, elas foram adiadas para 1947.

O estilo do seu personagem na arte de governar se caracterizava pelas representações e práticas paternalistas²³. Ao lado de sua esposa Alice Carneiro, protagonista pioneira na política paraibana da figura da “primeira dama”, o governante empreendeu uma política assistencialista de grande envergadura. Em 1943, por exemplo, em meio às comemorações do 6º aniversário do Estado Novo, o governo paraibano concedeu um aumento salarial para o funcionalismo público, construiu o mercado central da capital, apoiou a “campanha do tostão para a cruzada da educação” e atendeu demandas sociais do operariado. Em relação a esse segmento, o assistencialismo resultou de atendimento, a domicílio, por uma enfermeira que também organizava ficha de controle de saúde e dava conselhos sobre regras de higiene para as classes populares da capital. Concomitantemente, o governo abriu o refeitório operário, cujo cardápio foi assim informado pela Revista MANAIRA (nov.1943)

Pela atual Diretoria, foi organizado o seguinte cardápio, que é servido regularmente no Refeitório da Fábrica evidenciando assim o interesse que existe pela saúde do operário: 2ª feira: Feijão, verduras, arroz, carne verde e frutas. 3ª Feira: Arroz, verduras, farofa, carne verde e frutas. 4ª Feira: cosido e doces. 5ª

²³ Historiadores como José Octávio, Eliete Gurjão e Monique Cittadino classificam o estilo do governo Ruy Carneiro como “populista”. Prefiro trabalhar pelo ângulo do trabalhismo, embasado nas ideias de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, uma vez que o conceito de “populismo”, em suas formulações clássicas, sugere a ideia de “massa manipulada” e “incapaz” de ler o jogo do poder e dele tirar proveito.

Feira: Feijão, verduras, macarrão, carne verde e frutas. 6ª Feira: Feijão, verduras, arroz, carne e frutas. Sábados: Carne, verduras, arroz e doces.

O assistencialismo do governo Ruy Carneiro tinha vinculações institucionais com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), instalada na Paraíba em 1942. Em 1943, foi organizada a Semana da Criança, com a instituição e distribuição da merenda escolar, na ocasião dos festejos, acompanhado de perto pela “primeira dama” paraibana. Também foram distribuídos lençóis e redes às famílias pobres e se tornou prática cotidiana a distribuição de sopa para crianças carentes.

O general Boanerges Lopes de Sousa, escrevendo para a Revista MANAIRA (ago. 1943), por ocasião do 3º aniversário do governo Ruy Carneiro (1943), assim se reportou ao interventor paraibano:

Sem preocupações doutrinárias, age de acordo com tema republicano de José Bonifácio: “A sã política é filha da moral e da razão”. Seus atos revelam nobreza de sentimento e vontade de acertar. É um crente, uma espécie de iluminado, a realizar um programa que se impôs, como discípulo de JOÃO PESSOA (...). No trato com as pessoas não distingue humildes da gente de fortuna ou de posição social. (...) Quando não lhe é possível amparar a pretensão de um candidato a emprego, socorre-o com o que pôde, do seu bolso particular.

Durante o 4º aniversário do governo Ruy em 1944, a atuação de Alice Carneiro na LBA sobressaiu na construção da popularidade do governo de seu esposo. Na programação da festa, Ruy Carneiro mandou incluir a distribuição de 7.000 roupinhas, confeccionadas pelas legionárias, para as pessoas humildes dos bairros da capital, cuja lista era preparada antecipadamente. Também foi inaugurado o Ambulatório “Desembargador José Novais” e iniciada a construção dos serviços do Pavilhão para crianças tuberculosas, anexo do Hospital de Tuberculosos. Ademais, refletiram-se na Paraíba as campanhas nacionais em favor das famílias carentes dos convocados para a II Guerra Mundial. A imprensa paraibana, à época, tratou de veicular a propaganda ruista como um governo “popular”, “trabalhador” e “humano”, de maneira que “os pobres que a má sorte chumbou, atirando-os na penúria, encontram, ali, dois braços abertos para ampará-los”. E acrescenta: “É o mesmo homem simples que já passou pelas agruras e os desenganos do jornal; é o sertanejo que moldou o seu caráter no panorama atormentado das terras sofredoras que o sol queima e não mata”. (Revista MANAIRA, ago./set./1944)

Entretanto, a maior demonstração de “paternalismo” espetacularizado daquela interventoria pode ser vista nas festividades do Natal dos Pobres. O cenário era o jardim do Palácio da Redenção e a Praça Venâncio Neiva. Os atores principais, Ruy e Alice, atuavam nos papéis de “defensores dos pobres”, distribuíam presentes de Natal à pobreza dos bairros

proletários da capital paraibana. Em 1940, por exemplo, o governo contratou cinco açougues no bairro de Tambiá que mataram dez bois para distribuição de carne para os pobres. Também eram distribuídos fazendas (tecidos) e brinquedos para as crianças pobres.

O interventor Ruy Carneiro abria as portas do Palácio da Redenção para receber os pobres todas as quintas-feiras. As pessoas pediam emprego e auxílio ou faziam algumas queixas ao governante. Ele ouvia histórias narradas pela população como a de Joana da Silva que, com um filho nos braços e mais oito ao redor, relatava que havia deixado o marido doente em Alagoa Nova e um filho de doze anos que “não dava para o trabalho” e apenas vivia a “atirar pedra nos passarinhos”. Ou ainda, a narrativa de José Claudino, um dos sertanejos que viera para a cidade e pedia ao governo a passagem de volta, cuja decepção foi resumida na seguinte frase: “_ Não dá certo não. Nasci para o cabo da enxada, seu moço”. (Jornal A UNIÃO, 21 set.1941)

O jornal oficial anunciava que “Todas contam a mesma história cheia de espanto diante das maldades do mundo. São as Joanas, as Carolinas, as Marias, que pisam descalças e conhecem a ferocidade das grandes secas”. (Jornal A UNIÃO, 21 set.1941). Esse testemunho, lido indiretamente, não deixa dúvidas quanto a existência da miséria social na Paraíba naqueles idos. Evidentemente que o desejo do documento era associar o problema da pobreza às “maldades do mundo” e o das secas a fatores da natureza, eximindo qualquer atributo sócio-político. A intenção era mostrar o governo não como parte do problema, mas como o motor da solução, o governo que resolve o problema dos pobres e “enxuga muitas lágrimas das mães sem amparo”. (Jornal A UNIÃO, 21 set. 1941)

Na capital federal, Ruy fazia uma recepção calorosa aos dez garotos paraibanos, filhos de pescadores, que desembarcavam a fim de estudar na Escola de Pesca Darcy Vargas. Andrade Queiroz, Secretário da Presidência da República, havia se dirigido ao interventor paraibano no sentido de que fosse providenciado o encaminhamento de dez crianças paraibanas para aprender em assistência técnica, sanitária e educacional. Os garotos escolhidos eram filhos de pescadores filiados as colônias Vidal de Negreiros, de Tambaú, dirigida por Franca Filho, e da colônia de Barreiras (hoje *Bayeux*), dirigida por Joaquim Costa.

Estudar o ato de caridade pública remete-nos para uma reflexão à luz do conceito de *economia do dom*. Para Paul Ricoeur (2007, p. 486): “Importa primeiro reconquistar a dimensão recíproca do dom, contra sua primeira caracterização como unilateral”. Acrescenta Edward Thompson (2001, p. 245): “(...) ‘a partir de baixo’, pode-se desvendar outros aspectos, muito diferentes e mais calculados. O pedinte ou o pobre podem visar extrair dos

ricos tudo o que é possível”. Tanto o filósofo francês como o historiador inglês se recusam a acreditar que o ato de doar seja inteligível visto apenas de cima, ao contrário, trata-se de uma relação de interesses na qual os dois lados procuram tirar proveito.

No bojo do Estado Novo, os governos paraibanos foram acompanhando a institucionalização da legislação trabalhista. Como já mencionei anteriormente, entre 1935 e 1937, Argemiro de Figueiredo disputou os sindicatos operários com os comunistas. Ao mesmo tempo em que articulava as forças repressivas, procurava atrair o sindicalismo paraibano para a órbita do Estado, por meio da União dos Trabalhadores Sindicalizados da Paraíba, comandada por Miguel Bastos.

O golpe de 1937 aniquilara os atores que buscavam uma atuação autônoma e o discurso governamental procurava incutir o apoio irrestrito e unívoco do operariado paraibano. Seguindo os passos do Ministério do Trabalho, naquele momento sob o comando de Waldemar Falcão, Argemiro acentuava o discurso do trabalhismo. Em 28 de outubro de 1938, festejava-se o dia do funcionário público, no qual o interventor discursou da Escola Normal. Ruy Carneiro²⁴ deu continuidade à realização da festa, que comemorava o decreto-lei nº 1713, que integrara os funcionários públicos nos critérios da Constituição de 1937 (Jornal A UNIÃO, 29 out.1941) A interventoria de Ruy Carneiro seguia essa orientação calcada no conceito de Democracia Social, imensamente veiculado pela propaganda oficial, principalmente no contexto da entrada do Brasil ao lado dos aliados na II Guerra Mundial. A dupla Vargas-Ruy sempre aparecia nas festas trazendo algum presente para os trabalhadores. Um exemplo disso foi nas festividades do *Dia do Funcionário Público* (28 de outubro/1941), quando o interventor paraibano assinou os estatutos do funcionário público e criou o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado. Essa data também era simbólica para que o interventor assinasse o aumento no salário do funcionalismo público estadual. Dois dias depois, era a vez do *Dia do Empregado do Comércio*, cujas solenidades eram realizadas, geralmente, na Academia de Comércio Eptácio Pessoa e no Comercial Clube. Assim, cada categoria social passava a ter seu dia de festa e seu presente específicos.

Também passou a funcionar na Paraíba, em 1938, a Comissão do Salário Mínimo, comandada por Vasco de Toledo. Além dele, faziam parte Francisco Lianza, José Aires Carneiro e Antonio Muribéca, representantes dos empregadores, e José Ramalho da Costa, Leonel do Vale Melo e Aluisio Navarro, representantes dos empregados. Logo nas primeiras

²⁴ Ruy Carneiro reunia os funcionários públicos do Estado para um almoço no Cassino do Parque ao som da *Jazz Tabajara* e com transmissão radiofônica.

reuniões, foi proposta pelo vogal José Aires Carneiro a idéia de um extra a ser adicionado ao salário das mulheres, que foi rejeitada sob alegação de que a lei que institui o salário mínimo não faz diferença entre os sexos.

Nesse contexto, as comemorações do Dia do Trabalho, juntamente com o dia do aniversário do Presidente Vargas e o 7 de Setembro, como bem assinala Ângela de Castro Gomes, marcariam a criação de um “tempo festivo” no qual o governo se encontrava com a multidão e com ela dialogava. Em 1939, os trabalhadores paraibanos festejaram o 1º de Maio agradecendo ao presidente Vargas pela assinatura dos decretos que criavam a Justiça do Trabalho e os refeitórios nos estabelecimentos industriais. A concentração se deu na simbólica Praça do Trabalho, de onde os operários se reuniram para ouvir o discurso de Getúlio, transmitido para alto-falantes instalados na praça. Em seguida, saíram em passeata pelas ruas da capital ao som da Banda da Polícia Militar, em direção ao Palácio da Redenção. Da sacada do Palácio, Argemiro de Figueiredo saudou os trabalhadores e sindicalistas, em meio ao discurso de Pedro Paulo de Almeida, vice-presidente do Sindicato dos Comerciantes.

Pelo que apurei da documentação oficial, percebi que o embasamento teórico a fundamentar o discurso do governo, era baseado na Encíclica *Rerum Novarum* ao se contrapor à idéia de luta de classes. O conceito de cidadania, conforme analisou Ângela de Castro Gomes, passa a ter uma significação mais expressiva em torno dos direitos sociais sendo retraídos os direitos civis e políticos oriundos do liberalismo clássico. Nesse caso, o Estado procurava representar a imagem “paternalista” das classes trabalhadoras, assinando uma legislação trabalhista e arbitrando as relações de classes.

Em primeiro lugar, é bastante evidente que, durante a Primeira República, foi na década de 1920 que ocorreu a fundação de um número considerável de sindicatos e associações de trabalhadores paraibanos, creio que carreado pelo contexto nacional do movimento operário e pela difusão das idéias da Revolução Russa. O Sindicato Geral dos Trabalhadores, fundado, em 1917 por Rafael de Holanda, e a Sociedade de Artistas, Operários Mecânicos e Liberais foram as instituições sindicais mais atuantes nas greves paraibanas da década de 1920. (GURJÃO, 1994) Pode-se dizer, acompanhando Ângela de Castro Gomes (1994), que esse era o tempo da “palavra operária” no qual a direção do processo de luta e ação esteve com os trabalhadores e que procuravam construir a identidade de classe com base na “lógica da solidariedade”. Em segundo, nota-se que, após o Movimento de 1930, outra leva de sindicatos e associações beneficentes foram se configurando no cenário político paraibano. Até 1935, mesmo com a lei de sindicalização e a busca do interesse do Estado pela tutela dos sindicatos,

havia essa busca por uma solidariedade dos trabalhadores cujos rastros pude acompanhar até o empastelamento dos jornais. Sugere-se, com isso, a coexistência e a concorrência com propostas sindicais autônomas em relação ao Estado. Por último, percebe-se que muitos sindicatos e associações, no período do Estado Novo, já se encontravam sob a órbita do Estado. Ainda baseado em Gomes diria que, a partir de então, passava a prevalecer a “palavra do Estado”, uma vez que, na configuração da identidade da classe operária é este quem fala e quem define o conjunto de medidas a serem implantadas, embora isso não signifique que esse discurso seja feito à revelia dos trabalhadores. (GOMES, 1994, p. 11)

Na Paraíba, acompanhando a dinâmica do Estado Nacional foi dado ênfase a ideologia do trabalhismo. Em 1940, o Jornal *A União* trazia matérias relativas à assinatura do decreto que instituía o salário mínimo nacional cuja comissão, na Paraíba, ficou a cargo de Vasco Toledo. O valor não era unificado para todo o país, pois se baseava nas condições econômicas de cada estado. Desse modo, estadualmente, o pagamento do salário mínimo ficou estipulado em 130\$000 para a capital e 90\$000 para o interior, não incluindo trabalhadores domésticos. Também foi instituída, no mesmo ano, a “semana inglesa” de trabalho, com oito horas e meia por dia, com exceção do sábado, que seria de apenas cinco horas.

Já em 1941, foi instalada a Justiça do Trabalho na Paraíba, oportunidade em que o interventor Ruy Carneiro empossou o presidente e seus vogais em meio ao discurso de Clóvis Lima, diretor daquela instituição. Nesse particular, a instalação da Justiça do Trabalho e a atuação da Inspeção Regional do Ministério do Trabalho se configuravam como as instituições que arbitriariam os interesses de classes e assegurariam, em tese, o cumprimento da legislação trabalhista na Paraíba. Ambas faziam parte da comissão organizadora das comemorações do 1º de Maio, com a presença de seus dirigentes nas solenidades das associações e sindicatos dos trabalhadores.

O novo delegado regional do Ministério do Trabalho, no estado, era Moacir Mesquita que veio assumir o cargo no momento da substituição ministerial de Waldemar Falcão pelo interino Dulphe Pinheiro Machado. Em julho de 1941, já era anunciada uma intensa vigilância em torno do cumprimento da lei de férias assim como aplicadas multas em várias firmas pelo descumprimento da legislação trabalhista. Ao mesmo tempo, ao reforçar as vantagens da sindicalização, o Estado mostrava as vantagens dos direitos sociais como, por exemplo, a medicina social disponibilizada à família dos sindicalizados. Em agosto daquele ano, Moacir Mesquita organizou uma Parada Trabalhista à qual os trabalhadores sindicalizados da Paraíba deveriam aderir, por ocasião das festividades do 7 de setembro. Porém, um indício nos leva a

presumir que ainda havia resistências por parte de muitos trabalhadores em participarem daquele espetáculo político, pois o comunicado era acompanhado da ressalva de que, pelos estatutos, era obrigatória tal participação em eventos cívicos, sob pena de punição aos que não se apresentassem na Praça da Independência. (Jornal A UNIÃO, 23 ago.1941) Entretanto, as resistências pontuais não ameaçaram a aliança selada entre Estado e classe trabalhadora.

O ano de 1942, porém, significou a contagem inicial para o “segundo tempo” do Estado Novo. (GOMES, 1994) Diferentemente do primeiro, no qual a legislação trabalhista se desenrolara muito mais no campo formal, agora chegava a vez de sua concretização. Com a nomeação de Alexandre Marcondes Filho para o Ministério do Trabalho, pode-se perceber uma guinada maior em relação à efetivação da ideologia do trabalhismo. Conforme salienta a autora (IDEM), o conjunto de palestras proferidas pelo ministro, pelas ondas radiofônicas, a divulgar a legislação trabalhista em consonância com a valorização da sindicalização corporativista, ajudou a selar o pacto recíproco entre Estado e classe trabalhadora. Na Paraíba, suas palestras eram publicadas no Jornal *A União* ou retransmitidas pela Rádio Tabajara. Igualmente publicada no periódico oficial paraibano foi a Consolidação das Leis do Trabalho (1943), chamando atenção da importância daquele documento elaborado como um verdadeiro “presente” de Vargas e Alexandre Filho aos trabalhadores brasileiros. Também conclamava-se a necessidade para a sindicalização que, mesmo sendo voluntária, condicionava-se à contemplação da legislação trabalhista. No mesmo ano, esteve visitando a Paraíba o inspetor de previdência do Conselho Nacional do Trabalho, Oscar de Azevedo Brandão acompanhado do médico consultor Dante Alonso Di Piero, viagem que objetivava observar a situação dos serviços médicos das instituições de previdência social para que fosse aplicado um eficiente serviço, conforme orientação da legislação social. A comitiva foi ao Palácio da Redenção e visitou as obras de assistência social desenvolvidas pelo interventor Ruy Carneiro.

Pelo exposto até aqui, nota-se o quanto a questão de justiça social norteou o discurso e as práticas estadonovistas. Falava-se constantemente em previdência e assistência social além da incorporação do conceito de medicina social da Europa do século XIX. A preocupação com a saúde do trabalhador que, a partir de 1930, passou a ser assistido pelo Estado, estava ligada não apenas com a questão de cura, mas também com a dimensão higienista objetivando a manutenção de um trabalhador forte e são. Em síntese, a preocupação era com a preservação, recuperação e manutenção da capacidade produtiva do trabalhador. (GOMES, 1994)

Juntamente com a sindicalização, a intervenção do Estado na vida social das classes trabalhadoras, mediante construção de casas populares, refeitórios nas fábricas, saúde do trabalhador, constituía um amplo projeto político de *governamentalização* da população. (FOUCAULT, 2009) Buscava-se controle social pelas estratégias do poder disciplinar ligado a uma concepção de cidadão-trabalhador. Essa era a identidade definida pelo Estado Novo, na qual o trabalho, além de direito, era dever patriótico de todos, contrariando as idéias de ócio e malandragem. Embora, conforme ressalta o historiador Jorge Ferreira (2011, p. 105), é sempre interessante relativizar o controle de classe social empreendido pelo Estado, isso porque, não existe um controle total sobre a sociedade nem mesmo nos regimes nazista e stalinista.

A legislação trabalhista cuja luta remonta, pelo menos, às reivindicações operárias das greves de 1917 a 1935, começava a se tornar uma possibilidade concreta. A classe trabalhadora tirava proveito duplamente, ao ser notada pelo Estado como ator coletivo importante e ao conseguir uma melhor cidadania social. Os sindicatos e associações de trabalhadores tinham voz ativa como representantes de classes, eles lutavam por dentro da órbita do Estado usando as garantias asseguradas, formalmente, pela legislação. Os trabalhadores também tinham voz ativa, pois, por meio do que era possível, à época, lutavam por seus direitos se apropriando do corporativismo estatal. Prova disso são alguns rastros indiciários cujas pegadas pude seguir. No Jornal *A União*, a partir dos anos 1941, o jornalista José Leal criou a *Coluna Trabalhista*, na qual a Inspetoria Regional do Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho e as associações e sindicatos publicavam a respeito das questões sindicais e trabalhistas. Nelas, foram divulgadas várias ações impetradas por operários na Justiça do Trabalho contra o descumprimento da legislação vigente. Ou ainda, foram publicadas várias matérias intimando o cumprimento de alguma lei que deliberasse sobre aumento de salário. Por exemplo, em 1943, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil avisava que já havia entrado em vigor o aumento do salário mínimo da indústria e o salário de compensação a que tinham direito todos os trabalhadores, e esperava o cumprimento efetivo por parte dos empregadores. Outro exemplo vem do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria de João Pessoa, em matéria que, assinada pelo presidente Antonio Martins de Lima, lembrava aos empregadores do ramo para o cumprimento do Decreto 5.473, de 11 de maio de 1943, que instituíra o salário adicional para todos ligados à produção manufatureira no país.

O Jornal *A União* também se encarregou de divulgar a assinatura, por parte de Getúlio Vargas, da regulamentação do abono familiar para os pais de famílias que tivessem mais de oito filhos e vencimento inferior ao dobro do salário mínimo. O abono era destinado à educação dos filhos e consistia no valor de Cr\$ 100, 00, sendo acrescido mais Cr\$ 20,00 no caso do pai que tivesse mais de oito filhos. Para receber o benefício, o pai tinha que provar que o valor recebido estava sendo investido na “educação moral” e “educação física” do filho. Segundo a matéria jornalística, tratava-se de uma conquista trazida no bojo da legislação social da Carta de 1937.

Um conjunto de fatores marcou a concretização da *invenção do trabalhismo* após os anos de 1940. (GOMES, 1994) Na Paraíba, esta ideologia esteve sustentada por um tripé institucional indissociável: a 7ª Delegacia Regional do Trabalho, a Junta de Conciliação e a interventoria federal. No conjunto, elas se constituíram como grandes canais de atendimento aos direitos sociais. Desse modo, consolidava-se um pacto onde o Estado relia as demandas das lutas dos trabalhadores e as transformava em gesto de “pura dádiva” empreendido pela “clarividência” do governo do Estado Novo. Contudo, é preciso reconhecer que, do outro lado, havia um sujeito coletivo ativo que sancionava esse pacto, que também sabia as possibilidades de seus ganhos. Assim como, conforme sugere análise de Jorge Ferreira (2011), havia uma diferença entre as intenções do Estado e a apropriação do discurso estatal por parte dos populares, tendo em vista que estes selecionavam e ressignificavam, em seus benefícios, diversos símbolos do discurso do Estado Novo. Nesse sentido, para haver esse pacto, era preciso reconhecimento mútuo de ambas as partes, anulando, assim, as idéias de manipulação e desvio da classe operária. (GOMES, 1994).

Isso ocorreu na Paraíba durante o período do Estado Novo. A ênfase na cidadania social, no trabalhismo e no assistencialismo ruista, chegou a ser aplaudida pelo sociólogo uspiano Roger Bastide em visita à Paraíba. Um amplo projeto assentado em construção de escolas rurais pelo interior, hospitais e maternidades, refeitórios para operários, casas de acolhimento para crianças e velhos, sindicalismo corporativo assegurador dos direitos trabalhistas. Isso explica a adesão em massa das camadas populares ao governo de Carneiro, pois era isto que estava no *horizonte de expectativas* daqueles segmentos.

Não apenas o 1º de maio, mas em todas as festas cívicas analisadas, percebi a participação de segmentos das classes populares e de lideranças sindicais no interior do espetáculo oficial. Sobre isso, Gurjão (1994, p. 169) nos fala o seguinte: “Aliás, dirigentes de entidades operárias, a partir de então, sempre aparecem nas cerimônias oficiais, ao lado das

autoridades, cooptadas, portanto, pelo regime, fornecendo a impressão de que ele contava com o respaldo popular”. Cabe interpelar, no entanto, se não havia adesão dos populares ao projeto trabalhista do Estado Novo e até que ponto esse apoio era mera “manipulação”. Em setembro de 1945, no bojo das propostas de reformas do Estado Novo, 90% dos grevistas da Fábrica de Tibiry queriam Getúlio no poder, com ou sem constituição. Pararam o trabalho, mas afixaram retratos do presidente pelas dependências da fábrica. A greve durou poucas horas e os operários conseguiram o aumento que desejavam, assim, agradeciam ao Estado e sabiam fazer uso da legislação trabalhista. A reportagem do Jornal *O Estado da Paraíba*, ouvindo os trabalhadores sobre a questão das eleições presidenciais, informa que a maioria se posicionava entre Getúlio e Luis Carlos Prestes. (Jornal O ESTADO DA PARAÍBA, 25 set.1945)

No meu modo de ver, com o advento do Estado Novo, em vez do “desvio”, ocorreu uma mudança de tática de ação por parte dos trabalhadores paraibanos. O regime fechado, os principais líderes políticos e sindicais foram presos. O parlamento estadual fechado impedia discussões acaloradas como as, até então, vigentes. As tentativas comunistas em Natal, Recife e Rio de Janeiro foram derrotadas no nível nacional. Sendo assim, prevaleceu a negociação, um pacto entre Estado e classes trabalhadoras. Naquele momento, outras formas de atuação política foram vislumbradas. Waldir Porfírio, analisando a atuação do deputado classista Anacleto Vitorino, notara que, ainda na fase da vigência do período constitucional, o parlamentar citado recuara um pouco no tocante à resistência direta a fim de que seu mandato não fosse cassado. Para o autor citado, “O ano de 1936 transcorreu sob o signo da ação defensiva dos movimentos sindicais e sociais, que amargaram a prisão das suas principais lideranças e a intervenção nos seus sindicatos e entidades populares”. (PORFÍRIO, 2006, p. 322) Porfírio ensaia uma posição analítica com a qual sou bastante de acordo. Em vez da “teoria do desvio”, ele ressalta que “diante desse clima de intranquilidade e insegurança, o Deputado Anacleto Vitorino muda de tática quanto ao seu mandato e restringe-se à apresentação de projetos e requerimentos (...)”(IDEM, 2006, p. 322) Passa, de fato, a negociar com os poderosos, pois, repetindo Thompson, ninguém pode passar a vida inteira resistindo. Em 1936, o deputado classista Anacleto Vitorino muda o discurso em relação ao governo Argemiro de Figueiredo, chegando a votar favorável à moção de aplausos à administração vigente, contudo ressalta: “o Governador do Estado se impõe pelas suas realizações em proveito do bem público e da grandeza da Paraíba. Dá o seu apoio à Moção, **mas sem caráter político**”. (apud PORFÍRIO, 2006, p. 322. Grifo meu)

Embora desproporcionais nas relações de poder, os trabalhadores também faziam uma leitura do jogo político e da estratificação social. Nesse sentido, ao demarcarem um lugar no palco oficial, forçavam o governo a atender suas demandas. Os segmentos populares escolheram o caminho da negociação, passaram a realizar escolhas dentro do Giovanni Levi chama de *racionalidade limitada*.

A pedagogia da festa, conforme nos ensina Balandier, também não tem sentido de mão única, pois se a cidade se entrega em homenagens ao seu governante, ao mesmo tempo exprime sua vontade de conseguir e manter seus direitos, cobrando o seu cumprimento por parte do Estado. A par desse referencial, entendo que a espetacularização da política paraibana, ao mesmo tempo em que procurava controle social, tinha que atender certas demandas das classes populares e, assim, também impunha limites aos poderosos do poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALANDIER, George. **O Poder em cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- CASTRO NEVES, Frederico de. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 40, São Paulo, 2001.
- CITTADINO, Monique e SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. Estado Novo na Paraíba: aspectos iniciais da interventoria de Ruy Carneiro (1940-1845). In: _____ e GONÇALVES, Regina Célia. (Orgs.) **Historiografia em Diversidade: ensaios de História e Ensino de História**. Campina Grande: Editora da UFCG, 2008, p. 121-142.
- FERREIRA, Jorge (Org.) **O populismo e sua história: debate e crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistências**. 10. ed. João Pessoa: A União, 2007.
- PORFÍRIO, Waldir. Anacleto Vitorino, a “pérola negra” do cais. In: MELLO, José Octávio de Arruda. (org.) **História & debate na Assembléia da Paraíba**. V. 3. João Pessoa: Sal da Terra, 2006, p. 292-336.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



ST02. Sociedade e cultura: política e sociabilidades no Brasil Oitocentista

Coordenador(es): Serioja Rodrigues Cordeiro e Solange Pereira Rocha

O BEIJO MALDITO: FLÁVIO MAROJA E SUAS LIÇÕES SOBRE SAÚDE

*Azemar dos Santos Soares Júnior**

“O beijo por maior affecto de carinho, amor de amizade que traduza ou revele, deve ser abolido dos nossos costumes como medida prophylatica de alto valor social”. Com essa afirmativa, publicada na edição do jornal *A União*, de 14 de julho de 1916, o médico sanitariano Flávio Maroja¹ revelava para a população paraibana a maldição do beijo. Algo que deveria ser evitado constantemente não apenas pelos enamorados, mas por todos que, de alguma forma, utilizassem o ato como forma de carinho. Um beijo poderia comprometer a saúde, colocar a vida em risco. Seria possível combater um ato cotidiano em algumas famílias, em especial num momento em que as obras literárias descreviam atitudes que envolviam namoro e sentimento? Pouco provável, mas Flávio Maroja tentou.

Nessa tessitura, esse artigo visa problematizar as lições sobre higiene postuladas pelo médico sanitariano paraibano Flávio Maroja. Em diálogo com a História Cultural que possibilita “descobrir e apropriar-se da ação dos homens no tempo, com reflexos sobre o indivíduo e a sociedade” (CHARTIER, 1990, p. 66) é que discuto as normas disciplinares defendidas no começo do século XX defendidas pelos médicos e publicadas como missão a

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, onde desenvolve a pesquisa intitulada “Physicamente vigorosos: medicalização escolar, higienização dos costumes e modelação de corpos na Paraíba (1913-1945)”. Atualmente é professor da Universidade Estadual da Paraíba.

¹ Médico sanitariano responsável por dirigir o Departamento de Higiene na Paraíba. Dedicou sua carreira a elaboração de projetos voltados para a higiene da cidade, dos órgãos públicos, dos hospitais, do corpo e das escolas. Foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, que dirigiu por longos anos, diretor da Santa Casa de Misericórdia; membro fundador da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba, Chefe do Porto; além, de ocupar cargos políticos (Deputado Estadual e Vice Presidente do Estado).

ser cumprida. São textos, falas, fragmentos de uma época em que se aspirava um corpo hígido, belo e vigoroso. Portanto, era imprescindível afastar de si qualquer sinal de doença e imundície.

Beijar tornou-se uma prática comum, não apenas para aqueles que se entregam às paixões, aos amores duradouros, aos que possuem a forma líquida, como também para aqueles que amam por vínculo de parentesco ou de amizade. O beijo da mãe com o filho, entre amigos, dos conhecidos, de irmão. A cena mostra uma realidade comum e desejada por tantas pessoas. Porém, de acordo com o artigo, tal prática parecia não ser muito bem vista.

Em *O beijo sob o ponto de vista higiênico*, além de alertar a população para os riscos de uma ação tão desejada por homens e mulheres, o autor afirmava a necessidade de um estudo

do beijo sob todos os aspectos dissecando-o com sciencia e arte, não lhe escapando mesmo aquele ‘ósculo insigne, que deu o infame Judas na face augusta de Jesus’, ósculo que nós vemos reproduzido fielmente todos os dias com a mesma hypocrisia e requintada falsidade nas cerimônias e festas sociaes².

Nesse momento, o beijo tornou-se um sério problema: representava uma via, um agente de fácil contágio de doenças, afinal, “todos elles offerecem maior ou menor somma de perigos positivamente manifestos e reconhecidos ao contágio pathogenico na trahição humana”³. Perigo constante, o sanitarista alertava não apenas para os riscos da transmissão de doenças, mas também para os riscos políticos associados ao beijo de Judas. Nos eventos sociais, políticos encontravam-se, apertavam as mãos, beijavam suas faces, conheciam seus adversários e, em suas mentes, calculavam seus próximos atos⁴.

O beijo, uma das grandes representações de carinho, de paixão e de amizade, deveria ser banido dos hábitos da época, em favor de uma forma de higienização do corpo, ou como diria o sanitarista: “medida profilática de alto valor social”. O beijo no rosto, o beijo dos amantes, dos enamorados, beijo de pai, de mãe e, inclusive, o beijo religioso, dado no padre, eram sinônimos de ameaça. Todo o tipo de contato relacionado ao toque da boca. Um comportamento moralizante que determinava não trocar salivas nem qualquer tipo de afeto fosse com quem fosse.

² A *União*, 14 jul. 1916.

³ A *União*, 14 jul. 1916.

⁴ A tendência da traição política, também presente no texto, é fruto de uma vida política do autor, que, além de funcionário público, exerceu vários cargos políticos, chegando a ocupar o posto de Vice Presidente do Estado da Paraíba no governo Solon de Lucena (1920-1924).

Não era difícil, nos romances que circulavam pela cidade, encontrar histórias de amor que embalavam a imaginação de moças e rapazes. É o que pode ser observado no romance *A moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo, introdutor no Brasil do amor romântico importado da França em meados do século XIX. Vejamos o diálogo entre os personagens Fabrício e Augusto:

O meu sistema era este – explica Fabrício:

Primeiro: não namorar moça de sobrado. Daqui eu tirava dois proveitos, a saber: não pagava o moleque para me levar recados e dava sossegadamente e a mercê das trevas, meus beijos por entre os postigos da janela.

Ora tu te lembrarás que bradavas contra o meu proceder, como inimigo de minha categoria de estudante; e apesar de me ajudares a comer saborosas empadas, quitutes apimentados e finos doces, com que as belas por vezes pagavam a minha assiduidade amantética, tu exclamavas:

- Fabrício, não convém tais amores ao jovem de letras e de espírito! O estudante deve considerar o amor como um excitante que desperte e atee as faculdades de sua alma; podes mesmo amar uma moça feia e estúpida, contanto que sua imaginação lhe represente bela e espirituosa. Em amor a imaginação é tudo: é ardendo em chamas, é elevado as asas de seus delírios que o mancebo se faz poeta por amor.

Eu então respondia:

- Mas quando as camas se apagam, e as asas dos delírios se desfazem, o poeta não tem como eu, nem quitutes nem empadas.

E tu me tornavas:

- É porque não experimentastes o que nos prepara, o que se chama de amor platônico, paixão romântica (MACEDO, 1995, p. 74).

Mais adiante, esse amor platônico é representado pelo tão sonhado ato do beijo. Ouçamos: “Ainda não sentiste como é belo derramar-se a alma toda inteira de um jovem na carta abrasadora que escreve a sua adorada e recebe de troco, uma alma de moça, derramada toda inteira em suas letras, que tantas mil vezes beija” (MACEDO, 1995, p. 75).

Para Fabrício, no namoro já vinham empadas e beijos roubados inclusos; para Augusto, o amor “[...] era deitar-se no solitário leito e ver-se acompanhado pela imagem da bela que lhe vela no pensamento ou despertar no momento de ver-se em sonhos sorvendo-lhe nos lábios, voluptuosos beijos!” (MACEDO, 1995, p. 76). Fabrício parecia ser bem mais prático do que Augusto: beijos por beijos antes os reais que os sonhados!

Para Flávio Maroja, os romancistas e poetas faziam “apologia ao beijo, atribuindo-lhe o aroma inebriante das flores ou emprestando o brilho sedutor das cores vivas”, mesmo assim, o beijo deve “ser apreciado como um dos grandes perigos sociaes”⁵. Pela boca, ou melhor, pelo beijo, entrariam nos corpos doenças como a sífilis e a tuberculose, a lepra e a peste, o cólera e a febre amarela, a varíola e a gripe. Doenças que “tão facilmente se

⁵ A *União*, 14 jul. 1916.

transmitem pelo beijo perigoso e humido depositado na face, ou na boca da criança e do adulto”⁶.

As palavras do médico sanitarista, dispostas nas páginas do jornal *A União*, apresentavam uma proposta higiênica e também moral. Um discurso que “tem haver com a postura do médico diante dos aspectos que fazem com que a interferência seja de fundamental importância” (VASCONCELOS, 2008, p. 71). São palavras que confundem os aspectos hígidos e morais. Apresentavam os cuidados “necessários” para evitar o contágio de doenças, mas também, exibiam uma fala moralizante, acentuando o nojo e a distância que deveria se ter do outro. O corpo do vizinho era divulgado como local do sujo, do imundo, do corpo que porta doença, que fede, que traz o mal. Um discurso recheado de maldade, que alimenta o desprezo pelo corpo do próximo.

A boca é o alvo do debate higiênico. É o local por onde o corpo se nutre, cartão postal da face, por onde o corpo se comunica. Faz parte de um conjunto chamado rosto, que, ao longo da história, deixou marcas de historicidade. O ato de lavar o rosto, por exemplo, mantém “o asseio do que se vê, elimina a sujeira das partes visíveis [...] aguça a visão, sobretudo quando a água é fresca” (VIGARELLO, 1996, p. 50-51). O primeiro discurso acerca da limpeza da face e das partes mais visíveis do corpo não era higiênico, sanitário, mas moral. É o que se apresenta. É a figura do corpo que revela características diretas daquela pessoa. Portanto, seu objeto é a decência, antes de ser a higiene. Nesse caso, a limpeza está ligada à conveniência e atinge apenas o campo do olhar.

Por outro lado, o discurso produzido por Flávio Maroja vai além do discurso moral. Faz referência à tradição médica que vive numa sociedade moralizante, que realiza o casamento das realidades médica, higiênica e moral, onde facilmente nos deparamos “com palavras como preguiça, maldade, orgulho e obstinação recheando os relatórios e os artigos de jornais” (FOUCAULT, 2001, p. 41). O mesmo se aplicava à boca, que comia e falava, que fedia e transmitia doença, que deveria ser higienizada. Na descrição dos corpos dos homens na França do século XVIII, impressa na literatura, descobri que “da boca eles fediam a dentes estragados, do estômago fediam a cebola e, nos corpos, quando já não eram bem novos, a queijo velho, leite azedo e a doença infecciosa” (SUSKIND, 2006, p. 11-12). Esse exemplo parecia não estar longe das preocupações de Flávio Maroja com a boca dos homens e mulheres na cidade da Parahyba, pois apresentava inconveniências e perigos a respeito da

⁶ Idem.

especialidade das moléstias da boca, inclusive do systema dentário, até hoje bem desenvolvida, sendo estudada e conhecida a natureza das fermentações e decomposições que afetam o meio bucal, modificam a reação química e preparam um terreno extremamente propício a propagação dos agentes microbianos. E daí até o estômago as operações são as mesmas⁷.

O rosto é o local de primeiro contato com as pessoas e as doenças. Dessa forma, ao lado das doenças do aparelho bucal, pode-se encontrar facilmente “as doenças do órgão visual, do nariz, cujas secreções apresentam enormes perigos no ato de beijar”⁸. A higienização dessas partes do rosto era fundamental numa época em que a peste bubônica e a gripe espanhola rondavam os limites da cidade da Parahyba. As secreções expelidas pelo corpo portavam, além de bactérias e vírus que invadiam outros corpos, uma forte ausência de marcas de civilidade, falta de educação. Códigos de postura datados de 1530, publicados por Norbert Elias sobre a civilidade, ditavam normas de boas condutas higiênicas, em especial diante de outras pessoas. Vejamos o que o autor nos diz sobre o ato de escarrar:

Vire-se quando escarrar, para que o escarro não caia sobre alguém. Se alguma coisa purulenta cai no chão, deve ser pisada para que não provoque repugnância em alguém. Se não tens condição de fazer isso, pegue o esputo em um pequeno pedaço de pano. É indelicado engolir a saliva, como também aqueles que vemos escarrando a cada três palavras, não por necessidade, mas por hábito (ELIAS, 1994, p. 156).

O ato de escarrar causava repugnância, até pela própria palavra escrita. Era desagradável. Já era combatido pelo discurso médico na cidade da Parahyba no início do século XX, não apenas pelo sentido de falta de educação, mas por uma falta de higiene e, conseqüentemente, pela proliferação de doenças. Para o sanitarista, o correto seria procurar o local adequado para realizar o escarro, jogando fora a excreção pastosa amarelada que desperta nojo até nos dias atuais. No caso de cuspir nas ruas, deveria se evitar fazê-lo longe para que não “tenha que procurar o escarro para pisá-lo com o pé” (ELIAS, 1994, p. 157). Porém, o melhor seria ser condutor de boas maneiras hípidas, divulgando uma educação higiênica que postulava acostumar as pessoas a “escarrar dentro do lenço quando estivesse na casa dos grandes [...] ou nas igrejas; depois de escarrar no lenço, você deve dobrá-lo imediatamente sem olhar para ele, e colocá-lo no bolso” (ELIAS, 1994, p. 157).

Medidas feitas para disciplinar a população começam a circular pelas ruas da cidade da Parahyba nas décadas de 1910 e 1920, a exemplo das posturas nos cinemas, onde “havia algumas proibições: dentro do recinto não se podia cuspir no chão” (MARIANO,

⁷ A *União*, 14 jul. 1916.

⁸ *Idem*.

2010, p.51). Esse tipo de proibição passa a ser divulgada no sentido de educar, de lapidar a população, adequando-a aos moldes propostos por um ideal de civilização⁹.

Engolir o catarro é falta de educação e causa tanta repugnância quanto escarrar. A expectoração do catarro, durante muito tempo, esteve no imaginário popular como sinônimo de doença, em especial, no século XIX, da tuberculose, causando repulsa às pessoas que escarravam ou engoliam o catarro em público. Os novos códigos de higienização do corpo na cidade da Parahyba ensinavam, através dos jornais e revistas, boas maneiras de se portar e disciplinar seus modos através da higiene.

O jornal *A Imprensa* considerava sinônimo de porcaria o hábito de cuspir nas ruas, por isso deu início a uma campanha contra esse “má costume”:

O Dr. Olympio Fonseca em sua secção da Academia Nacional de Medicina, da qual é secretário geral fez um apello a imprensa no sentido de ser aberta uma campanha forte contra o má costume de cuspir por toda a parte – nas ruas, nos passeios, nos bondes, nas egrejas, etc. É uma idéia louvável – combater esse peesimo habito, que é um grande atestado de nossa falta de educação¹⁰.

Cuspir com frequência, nesse momento, passa a ser uma das experiências que muitos especialistas – no casos dos médicos – julgam desagradáveis, juntamente com a falta de limpeza. Combater esse comportamento é seguir “o movimento inconfundivelmente do tipo que chamamos de progresso” (ELIAS, 1994, p. 158). Para isso, os jornais da época apresentavam guias de boas maneiras à mesa, nas ruas, nos recintos, nas escolas, nas igrejas, afinal, cuspir a todo o momento era um ato repugnante. As comparações com sociedades européias eram quase inevitáveis, pois “os padrões de moda, beleza, boa conduta e higiene eram ditados pela Europa, em especial pelo modelo francês” (SOARES JR, 2008, p. 65). Em

Paris, cuspir nas ruas está sujeito a uma multa. Na Suissa, nenhum aviso é distribuído nesse sentido, porque ninguém acredita que alguém seja capaz de commeter tão iginominioso acto. Nos Estados Unidos o ato de cuspir nos bondes será multado, e, se for milionário, não lhe doendo a pena, além da multa irá a cadeia¹¹.

Já na cidade da Parahyba “cospem-se os bondes, os passeios públicos, as egrejas, os trens e muitas vezes até o assoalho da casa familiar ou da repartição pública”¹², tudo isso sem esquecer do nosso “caboclo que não tem qualificação: mete meio metro de fumo na

⁹ Essas proibições também foram feitas na cidade de Cajazeiras. Após a reforma do cinema Moderno, o seu proprietário publicou no jornal local, *O Rio do Peixe* de 1926, uma nota na qual informava que, para o melhor funcionamento da casa, seriam feitas proibições: “1) é proibido fumar nas filas de banco de centro, não só porque este hábito incomoda às exmas. famílias que sempre preferem esses bancos, como porque prejudicava a projeção; 2) o cinema não funcionará com uma casa inferior a 20 pessoas; 3) que ninguém cuspa no chão”. Ver: *Itinerário histórico da Paraíba* (LEAL, 1989).

¹⁰ *A Imprensa*, 23 jun. 1923.

¹¹ *Idem*.

¹² *A Imprensa*, 24 jan. 1921.

bocca e ao sair de um lugar [...] deixa um formidável lago de cuspe, e alguns fazem das paredes escarradeira”¹³. Os costumes deixavam claro que, na capital paraibana, não cuspir no chão era um preceito de higiene utilizado por poucas pessoas.

Diante do fato, uma “propaganda bem feita sobre modo perseverante, se faz mister por meio da imprensa, de prospectos, cartazes e por todos que comprehendem a grande inconveniencia que resulta desse tão feio e pernicioso costume”¹⁴. O combate, por meio da propaganda, revela expor um novo modelo hígido dos costumes, não apenas o de deixar de cuspir, mas o de conscientizar que o ato de cuspir ou escarrar é repugnante, em especial nos locais públicos ou na frente de outras pessoas. Essas tendências proibitivas divulgadas nas páginas dos jornais começam a revelar uma pressão, um controle, a longo prazo, sobre a população, que, aos poucos, vai se policiando no sentido de combater o mau hábito.

A propaganda ainda apelava para as mulheres tornarem-se portadoras de divulgação das novas formas de educação higiênica:

Se a mulher brasileira conhecesse perfeitamente a porção dos males que provém do cuspir em qualquer lugar, não haveria autoridade melhor para fazer a propaganda do que Ella, porque tem influencia bastaute para fazer com que os maridos e os filhos abandonem esse costume tão anti higiênico¹⁵.

Outro cuidado que se deveria ter era com a higienização das mãos, que passa a ser uma necessidade recorrente após qualquer atividade individual dentro das casas, nas ruas ou no trabalho. É o que alega Flávio Maroja:

O médico que sahe de d’um hospital commum, ou de isolamento, que termina um trabalho de autopsia, ou mesmo após ter praticado qualquer intervenção cirúrgica; o padre que deixa o confessional depois de ter ouvido os pecados e recebido as despedidas de quantos alli apparecem; o engenheiro que examina as peças enferrujadas de uma machina, por mais que lavem suas mãos, tem-na sempre suspeitas para serem beijadas com reverencia, meiguice e amor pelas creancinhas inconcientes do mal que fazem¹⁶.

O beijo “reverente” é o causador do asco referido pelo médico. Os germes são depositados nas mãos beijadas, em especial pelas crianças, que, de forma inocente, de acordo com o documento, sem saberem do perigo que correm, deveriam ser evitados, mesmo com os que mantinham o hábito de lavar as mãos. Todas as mãos eram fonte de contágio de doenças e local de evidente asseio ou falta de higiene.

¹³ *A Imprensa*, 23 jun. 1923.

¹⁴ *A Imprensa*, 23 jul. 1923.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ *A União*, 14 jul. 1916.

Lavar as mãos é marca de uma limpeza antiga, mas que pouco foi comentada nos documentos e relatos pesquisados. Porém, limpar as mãos era muito mais do que uma prática pouco comentada, era um lugar social, fundamental àqueles membros da elite que se apresentam socialmente com as partes visíveis da pele higienizadas, antes de tudo as mãos. Assim, fazia-se necessário “dar água as mãos de uma pessoa como sinal de polidez e amizade” (VIGARELLO, 1996, p. 52). É possível, nesse momento, falar não apenas de uma predominância da aparência, mas também da difusão de uma educação hígida, que, mesmo por vias morais, começa a se estabelecer na capital paraibana.

Georges Vigarello (1994) aponta o ato de lavar as mãos tendo uma origem “de aparência” na Idade Média. Uma prática evidente de civilidade, mas que não constitui em si uma origem higiênica do corpo, isso se falando do período referido – o medieval. Seria apenas uma primeira figura suficientemente importante para constituir uma aparência moral. Lavar as mãos como sinal de higiene e cuidados médicos passou a ser inserido em meados do século XIX na cidade da Parahyba. A aparência e a limpeza agora estão ligadas à conveniência e à higiene, ao bem estar, não atingindo mais apenas o campo do olhar.

O sabonete para as mãos e a escova para os dentes já eram utilizados e comercializados em maior escala nos primeiros anos do século XX. As orientações escritas pelos médicos e publicadas nos jornais indicavam ações, hoje comuns aos que se higienizam: lavar as mãos ao acordar, após cada refeição higienizar a boca, assegurar a limpeza dos dentes para evitar o mau hálito e a putrefação dos mesmos, evitar alguns alimentos que possam deixar a boca fedida, dentre outros. Não apenas os “profissionais que acabo de falar, todos os outros incorrem em iguais penas, mesmo que o sabonete desinfectante e a escova entrem em ação nos cuidados de asseio”¹⁷, pois estes, além de estarem em contato direto com o público, acabam cometendo os mesmos erros de beijar seus parentes, transmitindo bactérias e tocando nas pessoas sem realizar a higienização das mãos. O discurso publicado chega a ser tão radical que o sanitarista afirma que, mesmo utilizando o “sabonete desinfectante”, não se deve tocar no outro, evitando passar alguma doença ou mesmo contraí-la.

“As mãos são portadoras de germens infecciosos, mesmo esfregadas a escova e lavadas a sabão”¹⁸. Com essa afirmativa, fica em evidência o gigantesco perigo a que os corpos de homens e mulheres da cidade da Parahyba estão expostos. Ora, “se as mãos assim esfregadas e lavadas oferecem perigo ao beijo, imaginem as d’aquelas que não têm esses

¹⁷ *A União*, 14 jul. 1916.

¹⁸ *A União*, 14 jul. 1916.

cuidados por motivos que todos estamos a dizer sem se fazerem precisos escrever!”¹⁹. É de deixar as pessoas de cabelos em pé, enlouquecidas com a “proibição” do contato. As afirmativas incisivas contra o contato pelo beijo ou pelo toque não paravam por ai, pois

as mãos são a sede de muitas moléstias de fácil contágio, e, mesmo asseadas com rigor de momento, se conspiram e infeccionam ao contato de qualquer dejecto de uso commum, dos animais domésticos, da moeda papel, do nickel, prata de cobre, ou do clássico aperto de mãos sujas e cascorrentas²⁰.

Tudo era sujo. Tudo portava a imundície. As doenças estavam presentes por todos os lados: no ar, na água, nas roupas, nos móveis, nas casas, no dinheiro, nas comidas, no corpo, no rosto, na boca, no beijo. Não temos notícias de como a população recebeu essas novas formas de conduta, muito menos se foram postas em prática. Mas sabemos que o discurso está inserido dentro de uma educação hígida do corpo que começa a ganhar espaço nos jornais que circulam pelas ruas da capital. Educação que lança novas formas de assegurar o asseio do corpo, que doutrina os hábitos, que regula os comportamentos e que passa a abominar tudo o que é considerado imundo.

Como uma mãe iria acariciar seus filhos sem o beijo? Ou como se deveria fazer reverência ao padre sem beijar-lhe a mão? Talvez, essas fossem perguntas que as pessoas se faziam diante do artigo publicado nas páginas de *A União*. Ao certo, sabemos que “o beijo, por maior affecto de carinho, de amor, de amizade que traduza ou revele, deve ser abolido dos nossos costumes como medida prophylatica de alto valor social”²¹.

A maldição estava lançada. Beijar estava terminantemente proibido. Não importava o tipo de beijo, pois todos os indivíduos eram considerados perigosos. Mesmo as pessoas consideradas saudáveis foram orientadas a não cometer o “pecado” do beijo. Um discurso que se pode chamar de

infantil, discurso que articula o saber científico dos médicos especificamente e um discurso moralizante. Seria o exercício do poder através da desqualificação explícita de quem o exerce, a engrenagem move-se para que essa manifestação de poderes dentro de uma noção de prevenção posta para as populações, seja anulada do detentor do poder pelo próprio psiquiatra, ou médico legal ou mesmo médico público – o médico sanitarista – não pode deixar de ser a própria imagem. Aquele homem prurido, tecnificado, burocratizado, transformado em uma máquina de saber técnico, devorante de tudo que possa ser desejado e desejanete (VASCONCELOS, 2008, p. 72).

É interessante observar que ao longo da década de 1910, os artigos publicados pelo jornal *A União* não apresentaram um discurso tão forte contra um ato tão comum e desejado

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

pela população. Em uma nota ligada ao artigo intitulado *O beijo sob o ponto de vista higiênico*, Flávio Maroja faz referência a um outro artigo publicado sobre o beijo. Era um trabalho realizado por Carlos D. Fernandes²², “talentoso director do orgam official, tão conhecido e admirado nas letras pátrias e que estuda o beijo sob todos os aspectos”²³.

Era comum, ao abrir um jornal da época, encontrar artigos referentes à saúde e à higienização, publicados nas folhas amareladas, contendo as mais diversas informações. Isto se dava, em especial, devido à ligação que o médico sanitaria Flávio Maroja tinha com outros médicos de fora do estado, mantendo inclusive contato direto com o Dr. Oswaldo Cruz. Chegavam correspondências quase que diárias sobre os mais variados temas da medicina, a exemplo dos cuidados com a saúde e o combate à peste bubônica, que eram escolhidos e publicados a mando de Flávio Maroja. Dessa forma, alguns artigos foram escritos pelo referido profissional a partir de informações expostas nesses textos recebidos. É o que parece ter acontecido acerca da maldição do beijo.

Das duas uma: ou o tema foi produzido e publicado graças a uma correspondência que postulava um olhar sobre o beijo como anti higiênico e propagador de doenças ou era, de fato, a intenção do médico postular o beijo como um ato abominável e que, portanto, deveria ser abolido; porém não se esperou uma possível não aceitação da população.

O alvo não fora apenas o beijo apaixonado, pois um desavisado poderia considerar, de cara, como algo que fosse pouco médico e muito mais moralizante, mas foi um discurso que aliava o comportamento moralizante a um cuidado preventivo absoluto.

Seja como for, o mal deveria ser combatido, em especial num momento em que a população da cidade da Parahyba desconhecia “a virulência do bacilo de Koch, produtor da tuberculose, e a actividade do germem Hausen, produtor da lepra, como a de todos os micróbios que pousam no universo matando sem distinção de classe, de sexo, de cor ou de idade”²⁴. E, para concluir, ainda deixa seu recado: “Todos os hygienistas, que se ocupam desses casos proclamam o grande perigo do beijo”.

²² Carlos Dias Fernandes nasceu na Província da Paraíba em 1875. Atuou como advogado e jornalista, escrevendo artigos para vários jornais locais e também na cidade de Rio de Janeiro. Realizou um estudo sobre o beijo que foi publicado no jornal *A União* no ano de 1916. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1942. Quero ressaltar que não tive acesso a esse artigo, pois a edição do jornal *A União* em que o texto foi publicado não está disponível no Arquivo Público do Estado da Paraíba. Possivelmente, a página foi deteriorada pela ação do tempo. No artigo *O beijo sob o ponto de vista higiênico*, Flávio Maroja comenta o texto e a publicação de autoria de Carlos Dias Fernandes, afirmando, inclusive, a existência de uma versão em francês. Ver: *Fretana* (FERNANDES, 1936).

²³ *A União*, 14 jul. 1916.

²⁴ *A União*, 14 jul. 1916.

Esse tipo de documento, às vezes silencioso, permite, no entanto, que se conclua a existência de qualquer limpeza corporal. Ela existe, mas de modo diferente daquela de hoje, tendo por referência regras diferentes. A esse respeito, não há ponto zero. Não seria possível haver uma região totalmente cega. O processo de civilização, ao qual pertence o gesto de limpeza, não tem um começo absoluto, é um processo lento e longo. Todavia, para alcançar as formas arcaicas desse próprio gesto e a evolução de seus sucessivos limiares, é preciso abandonar as referências que são nossas. Aí mora mais um desafio. Talvez, proibir o beijo, hoje, fosse uma ação que deixaria homens e mulheres enlouquecidos.

Referências

- CHARTIER, Roger. *História Cultural*. Entre Práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FERNANDES, Carlos Dias. *Fretana*. João Pessoa: EDGRAF, 1936.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2009.
- LEAL, José. *Itinerário histórico da Paraíba*. João Pessoa: A União, 1989.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *A moreninha*. São Paulo: Record, 1995.
- MARIANO, Serioja. *Signos Modernos? O Arcaico e o Moderno na Cidade de Princesa (PB) na Década de 1920*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2010.
- MARIZ, Celso. *Memória da Assembléia Legislativa*. João Pessoa: A União, 1987.
- SILVA, Vânia Cristina; SOARES JR, Azemar dos Santos. *Corpos educados: disciplinarização católica no jornal A Imprensa*. In: III Simpósio Internacional de Teologia e Ciência das Religiões, 3, 2010, Recife. *Corpos educados: disciplinarização católica no jornal A Imprensa*. Recife: Editora Católica de Pernambuco, p. 30-44.
- SOARES JR, Azemar dos Santos. *“Espelho, espelho meu existe alguém mais bela do que eu?”: Beleza feminina estampada nas páginas de O Cruzeiro nos anos rebeldes (1960-1969)*. Guarabira, 2008, 92 p. Monografia (Graduação em História), Centro de Humanidades, Universidade Estadual da Paraíba.
- SÜSKIND, Patrick. *O perfume*. A história de um assassino. São Paulo: Record, 2006.
- VASCONCELOS, Edson. *Em terra de leigo quem é higienista é rei: genealogia do olhar médico social na Paraíba*. João Pessoa, 2008, 120 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo*. Uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PODER E COMPADRIO NA PARAÍBA OITOCENTISTA: RESISTÊNCIA ESCRAVA NA VILA BATALHÃO

Eduardo de Queiroz Cavalcante¹

Resumo: Neste presente artigo pretendo trabalhar as relações de poder existentes na Paraíba oitocentista tomando como base as relações senhores-escravos presentes na Vila Batalhão, atual município de Taperoá-PB. Adentrando na história social, pretendo analisar a escravidão a partir de uma ótica que perceba o caráter consensual do sistema, não enfocando apenas as "relações adocicadas" da escravidão (Freyre), nem mesmo apenas relações conflituosas (sociólogos da escola Paulista), mas sim, relações recíprocas. Pretendo trabalhar, portanto, as resistências cotidianas (James Scott) negras estabelecidas a partir da prática do compadrio, tomando como base os estudos de Rocha (2009) sobre a população negra da Paraíba oitocentista.

Palavras- Chave: Vila de Batalhão; Família; Compadrio.

Neste trabalho pretendo apresentar algumas relações de compadrio na Vila de Batalhão entre os anos de 1840 e 1880, enfocando as relações familiares entre os escravos daquela localidade, procurando analisar os arranjos familiares composto pela prática do compadrio naquela vila, tomando como base os registros de batismo presentes na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

Dentre os estudos a respeito da escravidão, podemos observar nestas ultimas décadas um destaque especial para as relações de compadrio, visto que, a partir deles será possível fazer um mapeamento de quantos escravos nasceram neste período, quantos deles possuíam o nome de seu pai e sua mãe no registro batismal, quantos foram batizados por pessoas livres e quantos por cativos, possibilitando assim perceber como o compadrio se constituiu como uma das principais formas de resistência dos negros no cariri paraibano. Talvez porque o batismo foi o sacramento católico mais presente entre os escravos e através deles ampliaram-se as possibilidades do parentesco espiritual dentro e fora do cativeiro.

Ao estudar a escravidão em terras brasileiras tomamos como partida a obra Casa Grande e Senzala (1933) de Gilberto Freyre, temos que ela é considerada um dos clássicos da historiografia nacional, amada ou odiada sua obra é referência para o estudo da escravidão no Brasil. Desta forma, historiadores, antropólogos e sociólogos se utilizam de suas teses para

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba, atualmente é professor da educação básica 3 lotado na Secretaria do Estado da Paraíba. Email: Eduardo_queiroz05@hotmail.com.

elaborarem suas pesquisas, confirmando ou refutando-as, uma vez que se apresenta como inovadora por trazer novas fontes documentais, a exemplo de livros de culinária, receitas e fotografias.

Neste caso Freyre é considerado revolucionário por incluir em suas pesquisas os negros, os índios e os brancos pobres, entretanto é considerado conservador no momento em que defende uma convivência harmoniosa entre as três raças que compunham o Brasil.

Para os marxistas pertencentes à Escola Sociológica Paulista a obra *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre apaga as tensões e as contradições que ocorreram no período escravagista brasileiro, procurando esconder as lutas de classe que se estabeleceram ao longo deste período, ocultando as formas de dominação, de violência e de crueldade do sistema escravagista, ignorando os movimentos sociais na colônia.

Influenciadas pelos ideais marxistas temos a historiadora paulista Emília Viotti da Costa (1999), para ela as relações entre senhor/escravo foram marcadas por submissões e uma liberdade muito limitada, sendo que esta só poderia existir e se desenvolver numa relação de supremacia e controle da elite branca.

Outro teórico que escreve sobre a escravidão brasileira é Fernando Henrique Cardoso para quem: No geral era possível obter a coisificação subjetiva do escravo {...} Os escravos foram testemunhas mudos de uma história para a qual não existem se não como uma espécie de instrumento passível (CARDOSO, 1977, p. 85).

Não podendo esquecer de Jacob Gorender, que publica, na década de 1970, um novo livro sobre a escravidão: *O escravismo colonial* (1988). Nele, o autor vai buscar retratar a escravidão brasileira a partir das relações de produção, tentando demonstrar a importância do escravismo para a acumulação de capital. Enfatiza a repressão sofrida pelos negros, baseada unicamente na violência física. Na década de 1990 publica o livro *a Escravidão Reabilitada* (1990) em oposição aos historiadores sociais.

Além destes já citados historiadores, outros pesquisadores trabalham a escravidão sobre a ótica marxista como Clovis Moura (1981) na qual o conceito básico de sua obra está baseado na “luta de classes”. Além deste podemos perceber que Maestri (1988) compactua das ideias de Jacob Gorender procurando a todo momento denunciar a violência presente no sistema.

Segundo Gorender, atualmente é possível identificar uma virada na historiografia, no sentido de um retorno à linha de Gilberto Freyre – caracterizada como uma visão

patriarcalista da sociedade escravista, impulsionado inicialmente, pelo livro de Kátia Mattoso, *Ser escravo no Brasil* (1990).

Nos anos 1980, surge uma nova corrente historiográfica, a história social cultural, que teve como um dos principais expoentes o inglês Edward Palmer Thompson onde vai procurar retratar em seus estudos uma cultura popular em oposição a uma cultura das elites.

Essa nova história social cultural rompe com a visão patriarcalista de Gilberto Freyre, que defende a tese de que a escravidão em terras brasileiras se deu de forma harmônica, se distanciando também dos escritores da escola sociológica que analisam a escravidão como um sistema baseado apenas na violência, procurando mostrar apenas a crueldade do sistema. Distanciando-se desta perspectiva, os historiadores sociais vão analisar a escravidão a partir de uma nova ótica, tomando como referência a história social cultural porque, ao contrário de Freyre, não mostra os negros como seres passivos. Também, ao contrário dos marxistas não tratam o negro como coisa, objeto, agora a história social da uma nova abordagem ao estudo do negro, onde mulheres e homens escravizados passam a ser vistos como sujeitos da história, pois mesmo com a violência do sistema os negros(as) construíram uma lógica de sobrevivência e resistência, que passavam pela negociação cotidiana entre senhores e escravos.

É esta historia social que vem abrir um leque de oportunidades para o estudo da escravidão sobre uma nova ótica, possibilitando o estudo de famílias escravas e do compadrio.

Estudar o tema da família escrava ainda gera muitas controvérsias e críticas, visto que esta impregnado no senso comum e na maioria dos estudos do século XX, que negros não constituíram família. Dentre elas podemos destacar importantes estudiosos sobre a temática como Emilia Viotti da Costa, Jacob Gorender, Mario Maestri, Suely Robles de Queiróz, eles vão se mostrarem incrédulos ao tema da família escrava destacando diversos motivos dentre eles: a predominância de escravos do sexo masculino provocando um desequilíbrio entre os sexos dificultando assim a relação as relações mais estáveis entre os negros, a falta de privacidade já que todos viviam em senzalas coletivas o que contribuía para a promiscuidade sexual, o repúdio ao cativo o que fazia com que as mulheres escravas muitas vezes abortassem seus filhos para que estes não passassem a viver da mesma forma que seus pais. Para ela a família escrava praticamente não existiu devido ao sistema que eles estavam inseridos.

Segundo Lara (1988) na década de 1980 historiadores como Slenes e Melo vão abrir oportunidade para estudar a escravidão a partir de um ponto de vista social e dar início sobre o estudo da família escrava, este logo em seguida vai ser compactuado por outros historiadores como Chalhoub (1990), Reis (2003), Azevedo(1987), Carvalho (2002).

Estes historiadores sociais vão criticar o conceito de família utilizado pelos marxistas como sendo um tipo de família patriarcal estabelecido pelas classes dominantes, na qual os integrantes da família residiam em um mesmo espaço e a figura masculina era a central. Os historiadores sociais vão procurarem analisar os costumes e a cultura africana onde as relações familiares iam muito mais além do que coabitação da família no mesmo espaço e para além das relações consanguíneas onde o ato de apadrinhar faz com que famílias se unam a partir do laço espiritual, essas relações contribuíram para o fim do sistema escravista e permitiram aos indivíduos cativos uma vivência menos dura.

Os marxistas inconformados com esta tese vem acusar esta visão de neopatriarcalista, acusando este sistema de querer resgatar a benevolência da escravidão proposta por Freyre e esconder a violência do sistema, no entanto ela não nega por completo o tema da família escrava, mas coloca que a falta de estabilidade destas relações entre os negros uma vez que este sistema era cruel, impedia a constituição de famílias neste sistema escravocrata, se baseando em relatos de viajantes para mostrar a pouca expressividade da família escrava aqui em terras brasileiras.

Na Paraíba podemos destacar o importante estudo da Professora Solange Pereira da Rocha sobre a escravidão na Zona da Mata Paraibana, analisando a população, a família e o parentesco espiritual dos negros nesta localidade.

Tomando como base os estudos de Solange a partir do estudo da família escrava fica mais nítido a compreensão da importância do compadrio para se analisar formas de resistências cotidianas utilizadas pelos negros como uma forma de se destacarem perante os outros escravos.

Nas palavras de James Scott temos que esta resistência cotidiana são:

Formas brechtianas de luta de classe tem certos traços em comum. Elas requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; elas sempre representam uma forma de auto-ajuda individual e, geralmente, criam qualquer confrontação direta, simbólica com autoridade ou com normas da elite. Entender estas formas de resistência comum é entender o quanto os camponeses fazem “entre revoltas” para defender seus interesses da melhor forma possível. (Scott, 1985:29)

UMA BREVE DESCRIÇÃO DA VILA DE BATALHÃO

Dialogando com os trabalhos já citados anteriormente pretendo deter meu estudo a respeito do compadrio na Vila de Batalhão de 1840 á 1880. No entanto, acho de extrema importância mostrar um pouco da história do município a ser estudado para só assim compreender as relações escravas naquela localidade.

O atual município de Taperoá nem sempre possuiu este topônimo, seu nome de origem era Batalhão. Os desbravadores destas terras foram o licenciado Francisco Tavares de Melo, capitão Gonçalo Pais Chaves e o ajudante Cosme Pinto, os quais, por concessão do capitão mor Francisco de Abreu Pereira, receberam da Coroa, em 1703, as datas na encosta da serra da Borborema, numa extensão de doze léguas à margem do rio Unebatucu (hoje Taperoá). Aí se fixaram aqueles três chefes de família, fundando algumas fazendas de gado e desenvolvendo uma agricultura de subsistência.

Segundo Neto (2008) o nome batalhão designa de uma grande batalha travada em 1824 entre os republicanos da Confederação do Equador, que tentavam uma retirada para o Ceará, e as forças legalistas. Estas últimas foram as vitoriosas. Deste fato resultou o nome de Batalhão para a localidade, em memória da grande batalha (batalhão) que ali se havia travado.

Há, porém, quem queira relacionar o primitivo nome de Batalhão aos choques armados com os remanescentes índios cariris e os primeiros civilizados que penetraram na região e lá se estabeleceram.

Focalizando melhor os primórdios da sede do Município e a sua evolução, vemos em 1830, aproximadamente, Manuel de Farias Castro, descendente dos Farias Castro de São João do Cariri, fundar uma fazenda na área da atual cidade de Taperoá. Aí passou a residir e constituiu família. Seus filhos e genros, que foram numerosos, passaram a habitar, a povoar e a explorar os sítios Serrote, Bonito, Salgado, Carnaúba e Cosme Pinto. A estes, veio logo se juntar o português Costa Vilar que, com seus descendentes e agregados, muito contribuiu para o desenvolvimento da vida local.

Depois da concretização e da fundação da Vila de Batalhão tivemos a família Farias Castro e Costa Vilar como as mais influentes daquela localidade, podendo registrar também como as que mais detinham escravos naquela região, devido as fazendas de gado que estavam sob seu domínio.

A PRÁTICA DO COMPADRIO

Segundo as doutrinas da religião católica o batismo é a oportunidade da salvação da alma, este sacramento deveria ser realizado pelo pároco, apenas quando a criança corresse risco de vida poderia ser realizado por qualquer pessoa desde que esta tivesse boa intenção e proferisse as palavras “Eu te Batizo em Nome do Pai, do Filho, e do Espírito Santo. Amém”.

O sacramento do batismo significava para a igreja católica a passagem do mundo “pagão” para o mundo cristão. Este sacramento ocorria quase sempre nas igrejas onde a criança estaria na presença do pároco, dos pais e dos padrinhos, sendo logo em seguida elaborado pelo padre o assento batismal que compunha a data do batismo e do nascimento do bebê, assim como o nome da criança, sua legitimidade, condição social e cor; registravam-se também os nomes dos pais e dos padrinhos e suas respectivas condições sociais (livres, escravos e forros); por fim, o padre eventualmente anotava o nome da freguesia de domicílio dos pais e padrinhos. Como podemos observar no exemplo abaixo:

Aos 15 dias do mês de novembro de 1877, na fazenda Pereiro desta freguesia de São Joao, baptizei pelos santos óleos Amaro, nascido a 22 de agosto deste mesmo ano de 1877, filha legitima do preto dionízio e Raquel escravos de Bellino da Costa Villar, viúvo, forão padrinhos Paulo Professôr de Maria e Anna Maria da Conceição moradores no pereiro Freguesia de São Joao.

As relações de compadrio entre famílias inicia-se com o sacramento do batismo, o mesmo possuía o significado de “renascimento espiritual”, por isso os padrinhos agora passariam a exercerem o papel de “pais espirituais”. Este compromisso significava privilégio e deveres de ambas as partes, onde deveria haver obediência, fidelidade e respeito por parte do afilhado e cuidado sempre que os afilhados precisassem por parte dos padrinhos, estabelecendo-se assim relações entre os compadres.

Os escravos começaram então a verem a prática do compadrio como uma forma de resistência cotidiana (James Scott) e eficaz onde “o objetivo das formas cotidianas de resistência não é derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver” (SCOTT, 1985, p.108).

Os escravos da Vila de Batalhão procuraram estabelecer relações de compadrio na maioria dos casos com pessoas de condição mais elevada na hierarquia social, no entanto, observamos que dificilmente o senhor apadrinhava um escravo que lhe pertencesse.

ESCRAVOS DE BELLINO DA COSTA VILLAR

A Vila de Batalhão não era tão rica, mas possuía algumas famílias tradicionais e influentes como falei anteriormente podendo destacar Bellino da Costa Vilar, um grande proprietário de fazendas de gado do sítio Pereiro.

Para administrar toda a sua propriedade contava com um número expressivo de escravos. Aqui neste trabalho me deterei a estudar os casos de compadrio dos escravos do capitão Bellino da Costa Vilar.

As estratégias de compadrio de suas escravas estiveram direcionadas na escolha de pessoas da condição livre, sendo que apenas uma cativa foi madrinha.

Buscamos então, traçar a baixo, o perfil dos compadres escolhidos para os filhos das escravas.

BENEDICTA

Aos 15 dias do mês de fevereiro de 1860, na fazenda Pereiro batizei, Benedicta, nascida no dia 28 de dezembro de 1859, filha da parda Geronça, solteira, escrava de Bellino da Costa Villar, foram padrinhos Tito, viúvo, escravo de Suplício Villar de Carvalho, casado e Izabel, viúva, escravo de Bento da Costa Villar, viúvo, este e aquele morador do Pereiro e aquele no Bonito e todos da Freguesia de São João.

ROMUALDA

Aos 15 dias do mês de dezembro de 1861 batizei pelos santos óleos a Romualda, nascida em 31 de outubro deste ano filha da parda Geronça, solteira, escrava de Bellino da Costa Villar, casado, morador no Pereiro, foram padrinhos Suplício Maria de Torres Villar de Carvalho e Sincudina Maria Thereza de Torres, ambos solteiros moradores no Bonito todos da Freguesia de São João

ANDREZA

Aos 22 dias do mês de janeiro de 1867 batizei com os santos óleos Andreza, nascida a 30 de novembro de 1866, filha do preto Sabino e da parda Geronça, escravo de Bellino da Costa Villar, casado, morador no Pereiro e foram padrinhos Henrique de Andrade Bezerra e sua mulher Aquelina Amália de Jesus moradores na Alagoa de Piancó todos da Freguesia de São João.

IZABEL

Aos 22 dias do mês de janeiro de 1967 batizei pelos santos óleos a Izabel nascida a 8 de dezembro de 1866, filha legítima de Dionísio e Raquel pretos, escravos de Bellino da Costa Villar, casado, morador no Pereiro foram padrinhos Joaquim Ferreira de Guimarães e sua mulher Maria dos Martírios moradores no Carneiro e todos da Freguesia de São João.

IZABEL

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 1868 batizei pelos santos óleos a Izabel nascida no dia 1 de janeiro deste mesmo ano, filha legítima de Dionísio e Raquel pretos, escravos de Bellino da Costa Villar, casado, morador no Pereiro foram padrinhos Antônio de França e sua mulher Maria Jesus moradores no Pereiro e todos da Freguesia de São João.

GALDINO

Aos cinco dias do mês de junho de 1869 batizei pelos santos óleos a Galdino nascido a 18 de abril deste mesmo ano, filho legítimo do preto Leobino e da parda Geronça, escravos de Bellino da Costa Vilar, casado, morador no Pereiro, foram padrinhos Adelino da Costa Vilar e sua mulher Elizia da Trindade, moradores em Cacimba de Cima da Freguesia de São João

ROMANA

Aos 21 dias do mês de setembro de 1821 batizei pelos santos óleos a Romana nascida a 9 de agosto deste mesmo ano filho legítimo do preto Leobino e da parda Geronça, escravos de Bellino da Costa Vilar, viúvo, morador no Pereiro, foram padrinhos Jose Joaquim Trigueiro e sua esposa Maria da Conceição, todos moradores no Pereiro Freguesia de São João.

PETRONILLA

Aos 11 dias do mês de julho de 1875 na fazenda campo verde desta Freguesia de São João batizei pelos santos óleos Petronilla nascida a 31 de maio deste mesmo ano de 1875 filho legítimo do preto Leobino e da parda Geronça, escravos de Bellino da Costa Vilar, viúvo, morador no Pereiro, foram padrinhos Odilon Vilar de Carvalho e Anita Maria Delvino de carvalho ambos solteiros moradores no Pereiro Freguesia de São João.

INNOCÊNCIA

Aos 22 dias do mês de julho de 1875, na São João do cariri batizei pelos santos óleos a Innocência por nascida a 27 de maio deste mesmo ano de 1875 filha legítima do preto Dionízio e Raquel escravos de Bellino da Costa Villar, viúvo, foram padrinhos Paulo Professor de Maria e Anna Maria da Conceição moradores no Pereiro Freguesia de São João.

EZEQUIEL

Aos 13 dias do mês de maio de 1877 na fazenda Carnaúba Freguesia de São João batizei pelos santos óleos Ezequiel nascido a 21 de fevereiro deste mesmo ano de 1877, filho da parda Benedicta escrava de Bellino da Costa Vilar, viúvo, morador no Pereiro, foram padrinhos Manoel Ferreira de Carvalho e Felicidade Ferreira, todos moradores no Pereiro Freguesia de São João.

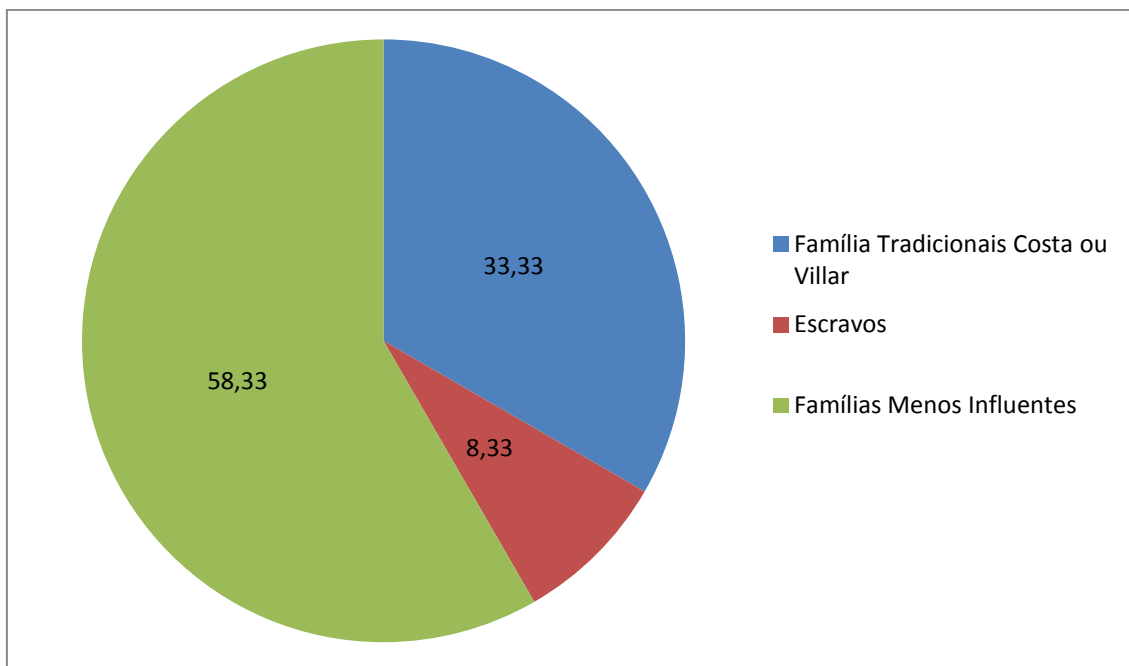
MARIA

Aos 13 dias do mês de maio de 1877 na fazenda Carnaúba Freguesia de São João, batizei pelos santos óleos a Maria, nascida a 21 de abril deste mesmo ano de 1877, filho legítimo do preto Leobino e da parda Geronça, escravos de Bellino da Costa Vilar, viúvo, morador no Pereiro, foram padrinhos Virgulino Ferreira da Costa e sua mulher Maria Anita Bandeira moradores em Livramento Freguesia de São João.

AMARO

Aos 15 dias do mês de novembro de 1877, na fazenda Pereiro desta Freguesia de São João, batizei pelos santos óleos Amaro, nascido a 22 de agosto deste mesmo ano de 1877, filha legítima do preto Dionízio e Raquel, escravos de Bellino da Costa Villar, viúvo, foram padrinhos Paulo Professor de Maria e Anna Maria da Conceição moradores no Pereiro Freguesia de São João.

Estes foram alguns dos escravos pertencentes a Bellino da Costa Villar que nasceram no período de 1860 a 1877 e que foram batizados na Vila de Batalhão, possibilitando assim analisarmos as relações de compadrio presentes naquela localidade como podemos ver no gráfico a seguir:



Compadrio dos escravos de Bellino da Costa Villar entre 1860 e 1877

Fazendo uma análise do gráfico podemos observar que as relações de compadrio presentes nos escravos de Bellino da Costa Villar aconteceram na maioria dos casos com pessoas de condição social mais elevada na hierarquia social se comparada com os escravos, correspondendo a 8,33% dos casos estudados.

Dos doze casos citados podemos observar que em apenas um caso ocorreu o apadrinhamento de um escravo por pessoas cativas, o de Benedicta que teve com padrinhos Tito, viúvo, escravo de Suplício Villar de Carvalho e Izabel, viúva, escravo de Bento da Costa Villar, correspondendo a 33,33% dos casos estudados.

Podemos encontrar quatro casos em que escravos foram batizados por pessoas influentes da época aqueles que pertenciam a Família Costa Ou Villar, foram os casos de Romualda, Galdino, Petronilla e Maria, correspondendo a 58,33% dos casos estudados.

No geral a maioria dos escravos foram batizados por pessoas livres, de não tanta importância social, mas que podiam oferecer algo de melhor na vida dos cativos foi o caso de Andreza, Izabel, Izabel, Romana, Inocência, Ezequiel e Amaro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo uma análise dos casos de apadrinhamento na Vila de batalhão pude observar o predomínio de padrinhos e madrinhas livres para os filhos de escravos, seguido de padrinho

e madrinha cativo. Observando assim que na maioria dos casos os escravos preferiam estabelecerem relações de compadrio com pessoas de condições mais elevadas na hierarquia social.

No entanto é praticamente inexistente os casos em que os próprios senhores apadrinharem seus afilhados, os escravos preferiam donos de propriedades e outros senhores que não fossem o seu para poderem apadrinhar seus filhos iniciando assim relações escravas com outras casas senhoriais, tem-se então que os escravos procuravam a todo momento selecionarem seus compadres. Como afirmou Gudeman e Schwartz os atores sociais “agem com base em informações, influencias aconselhamentos, pressões, expectativas e regras” (GUDEMAN e SCHWARTZ, 1988, p. 41).

Tem-se assim que por meio de laços de compadrio os escravos estavam se vinculando á outras casas senhoriais, onde teriam trânsito livre, permitindo que convivessem e se comunicassem com as escravarias e com os agregados das casas senhoriais que estavam se ligando, e ainda os laços de compadrio entre escravos, libertos e agregados, estariam formando uma comunidade de escravos e livres de cor (MACHADO, 2008b, p. 198).

Estes casos de apadrinhamentos se constituiu como uma das principais formas de resistência dos escravos no cariri paraibano, pois na perspectiva dos cativos esta aproximação entre escravos e pessoas influentes era vista como uma possibilidade de melhorar as condições de vida dentro do cativo e alcançar uma possível carta de alforria. Como bem indica Rober Slenes, “ havia a necessidade, num mundo hostil, de criar laços morais com pessoas de recurso, para proteger-se a si e a seus filhos.” SLENES, 199, p.145)

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Célia M. **Onda Negra, medo branco. O negro no imaginário das elites – século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, Marcus. **Liberdade, rotinas e rupturas do escravismo.** Recife, 1822-50. Recife: UNIVERSITARIA/UFPE, 2002

CHALOUB, S. **Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viottida. **Da monarquia á república: momentos decisivos.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. **Da Senzala a Colônia.** São Paulo: UNESP, 1999.

_____. **Coroas de glória, lágrimas de sangue.** A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala.** São Paulo: Global, 2006

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** 5.ed., São Paulo: Ática, 1988.

_____. **A Escravidão Reabilitada.** São Paulo: Ática, 1990.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. **Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII.** IN: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1988.

LARA, Silvia Hunold, **A escravidão no Brasil: um balanço historiográfico.** LPH. Revista de História da UFOP. Mariana (MG), v.3, n.1, p.215-44,1992

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista.* Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

_____. **Compadrio de escravos & paternalismo: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX.** *Anais eletrônicos do 3º Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”.* Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/12.12.pdf> Acesso em: 10 nov. 2008b.

MAESTRI FILHO, Mário José. **A Servidão Negra.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MATTOSO, Kátia M. de Queiros. **Ser escravo no Brasil.** São Paulo Brasiliense, 1982.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora.** São Paulo: Editora Camargo Soares,1990.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala: Quilombos Insurreições Guerrilhas.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **Os quilombos e a rebelião negra.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Editora Ática, 1988.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão Negra em Debate.** In. FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia Brasileira em Perspectiva.* São Paulo: Editora Contexto, 2005.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês(1835).** São Paulo. Companhia das letras, 2003.

REIS, José Carlos. **Anos 1930: Gilberto Freire.** In. *As Identidades do Brasil 1 De Varnhagen a FHC.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SCOTT, James. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven and London: Yale University Press, 1985.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1987

DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Livro de Batismo da Vila de Batalhão Freguesia de São João 1855 - 1910

A POPULAÇÃO LIVRE NEGRA NA PARAÍBA OITOCENTISTA: ENTRE A LIBERDADE E O MEDO DA ESCRAVIZAÇÃO¹

*Maria da Vitória Barbosa Lima**

Resumo:

Este estudo discute o medo da população livre negra na Paraíba, século XIX, de ser (re)escravizada. Nosso objetivo consiste em demonstrar que o medo é um constitutivo de uma sociedade montada na exclusão social e na violência. Essa foi a sociedade montada pelo projeto político liberal-escravista no Brasil imperial. O medo da (re)escravização da gente negra, na Paraíba, foi um fato ocorrido em menor ou maior incidência, de acordo com a conjuntura da época. A documentação utilizada consistiu em: fontes judiciais, para detectar aqueles que foram lutar pelo direito à liberdade; as correspondências da Chefia de Polícia, que encontramos indícios que comprovavam que a população negra livre e liberta teve, realmente, que ir ou mesmo retornar aos Tribunais para manter a liberdade; e jornais que denunciavam mulheres negras e seus filhos mantidos em “cativeiros ilícitos”. Constatamos, em nossos estudos, que para a população livre negra, ao entrar na posse de sua liberdade, por nascimento ou pela aquisição de uma carta que lhe conferia a alforria, não significou sua transformação em cidadãos plenamente livres, pois restrições de toda ordem, preconceitos, estigmas da escravidão ainda perseguiram esse grupo social, inclusive com a revogação do documento que lhe concedia a liberdade.

No século XIX, constatamos que, no Brasil, para a população negra, que entrou na posse da liberdade, por nascimento ou pela aquisição de uma carta que lhe conferia a alforria, não significou sua transformação em cidadãos plenamente livres, pois restrições de toda ordem, preconceitos, estigmas da escravidão ainda perseguiram esse grupo social, inclusive com a revogação do documento que lhe concedia a liberdade.

¹ Este artigo é um subitem do Capítulo “Liberdade Interditada” da minha tese de doutoramento defendida na UFPE, em 2010, e ainda inédita.

* Doutora em História (UFPE), Pós-doutoranda em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB), Pesquisadora Voluntária do NDIHR e NEABI (ambos UFPB)

O crescimento da população da Paraíba, entre os anos de 1763 a 1802, ocorreu de forma tímida, com apenas 299,41 habitantes por ano. Contudo, foi a partir do início do século XIX que o crescimento da população total se tornou acelerado. Portanto, em nove anos, 1802 a 1811, a população total cresceu para 71.572 habitantes, à razão de 7.952,44 pessoas por ano. Esse número se torna significativo porque o censo de 1802 registrava 50.835 habitantes em toda a província.

Entre os anos de 1811 a 1823, a população da província se manteve estagnada com o registro de 122.407 pessoas nesses anos, fosse pela instabilidade política no país, que impossibilitava dados mais aproximados da população, ou por outros motivos, como a não realização de um recenseamento adequado. Mas, a partir do período de 1823 a 1851, o aumento anual foi retomado e se tornou mais intenso no período de 1867 a 1872, com 15.245,2 habitantes por ano. Acredita-se que grande parte desses novos habitantes não resultou apenas do crescimento natural da população livre e escravizada, ou seja, do nascimento, mas proveniente, principalmente, da migração para a Paraíba. Mas, como se encontrava a população negra escravizada nessa evolução demográfica?

Observamos que a população escrava, durante todo o período estudado, apresentou um crescimento absoluto alcançando seu ápice em 1867, com 40.000 cativos, porém, em valores relativos, ela obteve sua maior porcentagem em 1763, com 23,7%, isto é, 9.293 escravos. A partir de 1823, foi se acentuando o declínio dessa população em termos relativos, 16,3%. Portanto, o universo populacional da Paraíba teve na população livre o fator primordial de seu crescimento.

Para conhecer a população livre na Paraíba, quantificando-a em relação à cor da pele e às atividades em que estava empregada, e melhor entendê-la no contexto social, elaboramos a **tabela 1**, a seguir.

Tabela 1: Porcentagem da população negra livre, Paraíba (1763-1872)

ANO	LIVRE TOTAL	LIVRE BRANCA	LIVRE NEGRA	% LIVRE NEGRA
1763	29.865	25.828	4.037	13,51
1798	30.997	15.145	15.852	51,14

1811	102.774	46.613	56.161	54,60
1872	354.700	154.288	200.412	56,50

Fontes: Ano de 1763 – Mappa geral dos fogos, filhos, filhas, clérigos, pardos forros, pretos forros, agregados, escravos, escravas, capelas, almas, freguesias, curatos, e vigária; com declaração do que pertence a cada termo, total de cada comarca, e geral de todas as capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Seara; extraído no estado em que se encontram no anno de 1762 para 1763; sendo governador e capitão general das sobreditas capitanias Luiz Diogo Lobo da Silva. Documento 3,1,28 – Biblioteca Nacional. **Anos de 1798 e 1811** - ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual.** Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. **Ano de 1851** – Relatório de Presidente de Província de 1854. **Ano de 1872** - Recenseamento da Província da Parahyba do Norte de 1872. Localização: Portal: <http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 nov. 2006.

Essa tabela mostra que a população negra livre era expressiva já no final do século XVIII e, no oitocentos, essa parcela da população aumentava de maneira rápida, e para algumas autoridades, como os Presidentes de Província e os chefes de polícia, de forma desordenada, provocando nessas constantes preocupações em relação à tranquilidade da Paraíba, uma vez que o ritmo do crescimento econômico não era compatível com o do contingente populacional apto para o trabalho. Podemos observar, ainda, que, na população livre, a partir de 1798, a população negra, constituída por pretos e pardos – para as autoridades brasileiras a população negra era bicolor e não multicolorida, era maioria no universo livre e se ampliava no decorrer dos anos. O crescimento dessa população pode ser explicado por fatores como o aumento das alforrias, mas, sobretudo, da miscigenação ocorrida entre pretos, brancos e índios.

Convém enfatizar que é difícil decompor quantitativamente a população negra em crioula e africana. Na Paraíba, foi somente com o censo de 1872 que conseguimos detectar, com exatidão, a nacionalidade e a naturalidade dos habitantes. Esse documento quantificou, pela primeira vez, os africanos, livres e escravizados, na Província. Entre a população negra de condição livre, que era constituída por 200.412 pessoas, os africanos eram constituídos por apenas 105 pessoas, o que equivalia a 0,05% daquele grupo. Entre os escravizados, havia 102 africanos, ou seja, 0,47% de um universo de 21.526 escravos. Porém, a discussão da historiografia sobre o grau de africanização da população escravizada, na primeira metade do Século XIX, no Rio de Janeiro, com Karasch (2000), e na Bahia, com Mattoso (1982), entre outros estudos, revela o predomínio dos africanos sobre os crioulos. Contudo, na Paraíba, essa

discussão demonstra certo grau de dificuldade de ser realizada, nessa mesma época, principalmente, pela ausência de fontes censitárias que registrem a nacionalidade desse grupo. Todavia, conseguimos elaborar o quadro a seguir, através da documentação que nos revelou as características da escravaria na Província.

Tabela 2: Razão de africanidade e de crioula da população escrava na Paraíba (1785-1888)

Períodos	NATURALIDADE						Total Geral
	Africana		Crioula		Sem registro		
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
1785-1849	520	26,6	1416	72,3	21	1,1	1957
1850-1888	58	2,2	2516	97,3	12	0,5	2586
T. Parciais	578	12,7	3932	86,6	33	0,7	4543

Fonte: Livros de Notas de Sousa e da Cidade da Parahyba, 1800-1861. *Localização:* IHGP. Inventário de Domingos João Dantas, 1853. *Localização:* Acervo Particular Waldice Porto; Inventário de José Pordeus Rodrigues Seixas, 1854. *Localização:* SEIXAS, Wilson. *Os Pordeus no Rio do Peixe*; Inventário de Josefa Antonia de Albuquerque Maranhão, 1855, Inventário de Joaquim Gomes da Silveira, 1871, e Inventário de Joaquim de Mello Azedo, 1869. *Localização:* AJFCC-JP; Correspondência da Chefia de Polícia, 1850-1888; Jornais, 1850-1888; LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “rainha da Borborema”:** uma história social da escravidão em Campina Grande – século XIX. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

Vemos, na **tabela 2**, que os escravizados de origem crioula predominam em relação àqueles de naturalidade africana. Entre os anos de 1785 e 1888, registramos 578 destes últimos que representavam 12,7% do total de escravos identificados em nosso estudo. Percebemos, ainda, que, na segunda metade do Século XIX, os africanos representavam apenas 2,2% do total geral de cativos, e os de origem crioula alcançaram o percentual de 97,3%.

Assim, na Paraíba, diferentemente da realidade de outras províncias, como o Rio de Janeiro e a Bahia, por exemplo, em nenhum momento do Oitocentos, a escravaria de origem

africana foi superior à crioula. Portanto, reafirmamos que o processo de criouliização foi consolidado em fins do Setecentos. Ficou evidente que, entre os fatores que aceleraram esse processo, constam o fim do tráfico internacional, em 1850, e as próprias limitações econômicas das elites paraibanas – conforme relatamos em capítulos anteriores. Contudo, se os dados da **tabela 2** revelam, ainda, que a população negra, recém-saída da escravidão, e reintroduzida na sociedade como liberta, era de origem crioula, ou seja, negros nascidos no Brasil, por outro lado, ela evidência que a criouliização, na Província, já era um fato desde o final do setecentos. Porém, não esclarece o significativo aumento da população escravizada, no ano de 1867, em 40.000 cativos.

Para a elite política e de mando, a constatação de que a sociedade paraibana era negra pode ter sido uma surpresa em 1872, pois a elite dirigente temia a “classe baixa” desfavorecida e desconfiava dela, que era composta de homens livres e pobres, fossem brancos ou negros, que não se sujeitavam ao trabalho como eles estabeleciam e por isso eram considerados vadios, desordeiros, perigosos, sendo, pois, necessário o braço forte do Estado para mantê-los no mundo do trabalho e distantes dos movimentos contestatórios.

A elite paraibana também desconfiava da “classe” escravizada e temia sua revolta, sua inserção e o conseqüente domínio (numérico) na sociedade. Desconfiava da sua capacidade para dar uma contribuição valiosa ao Estado, pois os escravizados eram vistos como inferiores e, portanto, incapazes de cuidar de si próprios; apesar de já terem sido considerados “os pés e as mãos dos senhores”. O escravo era temido pela potencialidade agressiva represada dentro de si e que, quando liberada, provocava danos à ordem social, através da incitação à desordem. O que sucedera em 1791 no Haiti – onde os escravos, embalados pelo ideal de liberdade e igualdade pregado pela Revolução Francesa, rebelaram-se, conseguiram libertar-se e assumiram o governo daquela ilha – isso era um alerta constante sobre os “perigos” latentes de uma sociedade escravista².

O alto contingente de pessoas negras na composição da população – mais da metade, como nos revela a **tabela 1** – preocupava a elite paraibana, com a impressão de que a proporção entre “brancos” e negros não estava bem guardada. Mesmo porque existia no grupo étnico “branco” um número expresso de homens pobres, desprovidos dos meios de

² Para maior compreensão do medo da haitização na sociedade brasileira, sugerimos a leitura de AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. O negro no imaginário das elites - Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

produção. Essa parcela da população acrescida dos negros pobres era percebida pelas autoridades com tendências ao “vício” e à “desordem” e, portanto, tida como perigosa. A percepção, por parte da elite, do crescimento dessa população “perigosa” e “desordeira” – que destoava das características do povo paraibano (identificado, principalmente, como os proprietários de terras e de escravos e profissionais liberais) que, em regra geral, detinha um “espírito ordeiro” – fez com que se aperfeiçoassem os mecanismos de controle social sobre esse grupo constituído por homens livres e pobres, de pele “branca” ou negra, e escravos. Esse controle se dava através das Leis Provinciais (conhecida popularmente como Posturas Municipais).

As Posturas Municipais estabeleciam regras para se viver em sociedade. Contudo, elas procuravam, também, enquadrar a população livre e pobre, assim como a escrava – quando esta escapava da vigilância de seus senhores – para a observância do cumprimento das medidas de controle. Algumas dessas medidas eram direcionadas para atingir, principalmente, as pessoas negras, fossem livres ou não. Entre os primeiros mecanismos de controle que podemos destacar, havia o *passaporte*. Podemos ressaltar, ainda, outros elementos de controle que afetavam a toda a população, porém havia alvos específicos, como a *proibição de ajuntamento; andar à noite após o toque de recolher; o bilhete do senhor*, que o identificasse, revelasse o que iriam fazer e o tempo que lhes concedia, para identificá-los que estavam a serviço de seu senhor, e não, “matando” o tempo ou em fuga.³

A população livre, negra e pobre, estava ocupada, principalmente, nos serviços agrícolas, em grande maioria não assalariados. Nós trabalhamos com a hipótese de que, na Paraíba, o trabalho livre se tornou importante já no final do setecentos, afinal, desde essa época, já existia uma grande quantidade de gente livre, com o predomínio de pessoas negras, diferentemente das regiões do Centro-Sul, a exemplo de São Paulo, que receberam, no século XIX, elevado contingente de imigrantes europeus. Na historiografia⁴ que trata das relações sociais de produção no Brasil, Século XIX, existem autores que, implícita ou explicitamente, afirmam que o trabalho livre se tornou importante somente a partir do final do referido século,

³ Confira sobre as formas de controle na Cidade da Parahyba em LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Crime e Castigo: a criminalidade escrava na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

⁴ Como exemplo dessa historiografia, tem-se CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 4. e. São Paulo: UNESP, 1998; GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

com a chegada maciça dos imigrantes europeus, e com isso, a ideia da incompatibilidade entre a escravidão e o trabalho livre.

Segundo Hoffnagel (1990, p. 44), na segunda metade do oitocentos, os homens livres já formavam o “elemento preponderante da força de trabalho na economia paraibana”. Afirma, ainda, esse autor que, mesmo na produção de açúcar, atividade que absorvia a maior quantidade de escravos, os trabalhadores livres representavam uma maioria da força de trabalho. Hoffnagel (1990) se baseia nos estudos de Galloway (1971) que, por sua vez, através do levantamento realizado pelo governo provincial em 1860, observou a existência de uma média de 13 escravos por engenho no município de Pedras de Fogo; em Pilar, essa média era apenas de 6,5, e os 37 engenhos de Mamanguape, incluídos no levantamento, abrigaram um total de 900 trabalhadores, composto por 400 escravos e 500 homens livres, a maioria composta por moradores⁵. Em época de plantio nos engenhos de Mamanguape, os trabalhadores livres aumentavam com a contratação de jornaleiros (NUNES, 1861, Anexo 16).

Se, por um lado, os estudos de Hoffnagel (1990), Galloway (1971) e o Relatório de Presidente da Província Luiz Antônio da Silva Nunes (1861) evidenciam a importância do trabalho livre, por outro, não revelam a pigmentação da pele desse grupo de trabalhadores. Mesmo sabendo da dificuldade de identificar a população livre negra, podemos afirmar que uma parcela dela foi um importante contingente social, pois se integrou economicamente e se disseminou nas várias camadas sociais. Na economia paraibana, a gente negra não foi apenas uma massa marginalizada e empobrecida. Ela esteve presente em diversas relações com a propriedade, tanto como pequenos agricultores, arrendatários, moradores, agregados quanto exercendo outras atividades dependentes de um grande proprietário, ou mesmo independentemente. Contudo, ela permaneceu, em grande parte, sem rosto e sem nome.

Mas, apesar desses problemas, podemos identificar alguns representantes do grupo de produtores de tonalidade de pele negra, cuja produção era voltada para o mercado interno.

⁵ Além da existência de trabalhadores livres fixos nos engenhos, havia aqueles com contratos temporários. A correspondência do presidente da província identifica um negro forro, oficial de pedreiro, trabalhando em um engenho (CHAVES, 1841, [fl. 1]). O processo sobre a tentativa de assassinato contra o Presidente da Província, Pedro Chaves (1842), revelou a existência de diversos pardos, entre os quais, Felipe Bizerra da Silva, casado, morador da Cidade da Parahyba, idade de 56 anos, que “vive de seu ofício de carpina e de agricultor” a serviço no Engenho Tibiri, localizado no distrito de Santa Rita. Veja a transcrição desse processo na **Revista do IHGP**, João Pessoa, v. 3, p. 439-470, 1911 e v. 4, p. 287-343, 1912.

Porém, iremos destacar, inicialmente, a de Simplício Narciso de Carvalho. Esse senhor era proprietário do Sítio Boi-Só, propriedade fixada na periferia da cidade da Parahyba e adquirida por volta de 1856. Era um homem pardo, que se tornou um dos grandes representantes do setor rural responsável pela produção de alimentos, pois sua propriedade ficou conhecida como o “celeiro alimentício” da capital, suprindo-a de verduras, frutas e cereais (RODRIGUES, 1994, p. 21).

Podemos tomar Simplício Narciso de Carvalho⁶ como um homem negro bem sucedido. Porém, outros que também tinham a ascendência africana e que eram em maior número, levaram uma vida muito sofrida. Já referimos anteriormente que a população livre e pobre era tida como causadora de desordem, portanto, ela era vigiada. Contudo, sobre a população negra pobre recaia, além da pecha de desordeira, a suspeita de ser escrava. Eram recorrentes as informações sobre a prisão de pardos, mulatos e pretos, a requisição do chefe de polícia ou do governador/presidente da Paraíba, para a averiguação de sua condição jurídica. Foi o que aconteceu com diversos homens e mulheres que, devido à tonalidade de sua pele, foram presos a título de serem escravos. Foi rastreando essas pessoas que conseguimos conhecer algumas histórias desse grupo étnico, a exemplo daquela de Fabrício Fernandes da Silva, um crioulo forro, que foi preso pelo capitão de campo, José Ximenez (ou Ximenez), no lugar de “Jaquipe de Lima”, por suspeita de ser escravo.

Contudo, Fabrício recorreu ao governador e obteve a sua soltura (SILVA, ant. 14 de julho de 1803, [fl. 1]). Mas a sua história não revela apenas elementos, tais como a suspeita que recaía sobre a população negra de ser escrava ou geradora de desordem, ou até a corrupção do capitão de campo, que tomou para si os bens do “suposto escravo”. Ela aponta, ainda, as atividades em que a população negra poderia trabalhar. Fabrício, quando foi preso, possuía um cavalo, quatorze mil réis em dinheiro, um par de meias brancas e um machado com o cabo solto. Ele revelou, também, que o cavalo obtivera em pagamento de uma dívida, assim, tirando qualquer possibilidade de ser enquadrado como ladrão de cavalos, além de “mostrar ser forro por nascimento”, através da certidão que anexou ao requerimento (SILVA, ant. 14 de julho de 1803, [fl. 1]). Apesar de não ser explícito na fala de Fabrício, é possível

⁶ Para saber mais sobre Simplício Narciso de Carvalho, sugerimos a leitura de RODRIGUES, Walfredo. **Roteiro Sentimental de uma Cidade**. João Pessoa: A UNIÃO, 1994; MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da Minha Infância**. João Pessoa: A UNIÃO, 1994; ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

que ele se dedicasse a atividades em que oferecia sua força de trabalho por tempo determinado: tanto poderia ser um jornaleiro quanto um caixeiro que vivia de negociar diferentes produtos. Ao ser interrogado, o capitão de campo revelou ter usurpado o cavalo de Fabrício. Em 15 de julho de 1803, o carcereiro da cadeia da capital, Nicolau A. Grangeiro, revelou a soltura de Fabrício com ordens do governador (GRANGEIRO, 1803, [fl. 1]).

Mas, ser um negociante negro, que vive de seus negócios por conta própria, pode ser tão problemático quanto ter uma profissão indefinida ou não tê-la. Foi o que aconteceu com Manoel Barrozo, preto forro, morador da praia de Lucena, e preso na cadeia da capital, em 1803. Ele estava preso há seis meses e vinte dias, quando passou a expor as razões pelas quais se achava preso. Manoel pedira “três bestas” à crioula, Ana Paula, escrava do Padre José Martins, a qual prontamente lhe emprestara, para fazer sua viagem ao lugar chamado “Vargigrande”, que era onde o suplicante costumava plantar os seus algodões. Chegando às terras em que plantava, não havia algodão para negociar, possivelmente, provocado pela seca que assolava a Paraíba desde 1802. Então, para dar continuidade aos seus negócios, optou pela compra de outro produto, isto é, comprou “uma porção de roça [mandioca] para fazer farinha” e aproveitou para vendê-la no mesmo local, sendo que uma parte ficaria para seu ganho, e a outra, para pagar o aluguel dos animais. Somente após a venda, regressaria, com os animais, a Lucena. Porém, a crioula Ana Paula, percebendo a demora de Manoel e presumindo que ele tivesse fugido ou vendido seus animais, resolveu mandar um “portador” para prendê-lo e conduzi-lo à cadeia. Esse mesmo portador tomou-lhe as bestas e mais o dinheiro que Manoel possuía, uma quantia de seis mil e trinta réis. Foi por esses motivos que ele passou mais de seis meses na cadeia (BARROZO, 1804, [fl. 1]). Manoel foi solto em fevereiro de 1804.

A presença da população negra livre em diferentes formas de trabalho, inclusive na condição de “morador”, já era evidenciada na Província desde o Setecentos, na carta de alforria que Ventura Soares Ferreira, preto forro, passou a sua mulher, Francisca Pereira, do “gentio de Angola”, por havê-la arrematado em praça pública na vila de Pombal, ocorrida em 1775, na qual revela que ele era “morador no sítio de Mato Grosso, que vive de plantar suas lavouras” (SEIXAS, 2004, p. 196-197).

A presença de negros, no entanto, com suas casas e roças, em determinadas áreas, não era bem aceita, principalmente quando os senhores escravistas procuravam expandir

suas lavouras. Foi o que aconteceu com o pardo João de Moema, morador da Vila de Pilar. Em 3 de fevereiro de 1842, ele teve sua casa destruída pelo senhor Diogo Velho Carvalho de Albuquerque, que residia no Sítio Chaves, e seus escravos. Além da derrubada da casa, Diogo Velho ordenou que se quebrassem “todas as telhas”, isto é, que não ficasse qualquer material inteiro que possibilitasse a reconstrução da casa. Sua ação foi considerada pelo subprefeito de Pilar como “desabafo de seu terrível gênio”. Mas essa autoridade não informa que tenha iniciado o processo contra o agressor (CARVALHO, 1842, [fl. 1]). Esse conflito poderia ser resultante da tensão entre os “roceiros”, produtores de alimentos, e os agricultores voltados para a economia de escravidão, fossem plantadores de açúcar ou algodão. Aliás, segundo Schwartz (2001, p. 151), desde o período colonial, existia tensão entre a produção de alimentos e a agricultura para exportação, principalmente, em períodos de expansão exportadora.

A situação dos homens livres, negros e pobres era bastante delicada, numa sociedade cuja principal fonte de acumulação de capital fora, por muito tempo, sustentada pela mão de obra escravizada. A constante preocupação com a escravidão e/ou reescravização era agravada, ainda mais, pelo processo de descapitalização que atravessava a Província, provocado pela queda dos preços, no mercado internacional, de seus principais produtos de exportação: o açúcar e o algodão. O açúcar há muito que não podia fazer face à concorrência antilhana e ao produto feito de beterraba produzido na Europa; também não conseguia fazer frente à concorrência nacional, principalmente, de açúcar produzido no Rio de Janeiro e, depois, São Paulo, que começou a abastecer os mercados do sul. O algodão também não tinha condições de enfrentar a concorrência do Sul dos Estados Unidos. A Paraíba também exportava couro, que ocupava o terceiro lugar nas exportações, mas era em pequena quantidade, em relação aos outros dois produtos, tanto em termos de volume quanto de valor da exportação.

Portanto, a acumulação de capital na Paraíba estava em estreita relação com as exportações dos seus produtos, e esses, sujeitos a flutuações do mercado. Os produtos paraibanos só alcançavam melhores preços quando a conjuntura dos principais países fornecedores retirava, temporariamente, do mercado internacional aqueles produtos, como ocorreu com o algodão, pelos Estados Unidos, durante a Guerra da Secessão, nos anos de 1865 a 1870. Desde a década de 1820, o algodão ocupava o segundo lugar nas listas das exportações da Província, e em 1850, superou o açúcar no volume de exportações até o

final do Século XIX, salvo os anos de 1857 a 1864⁷. Além desses problemas, havia aqueles provocados pelas secas e pelas epidemias e tinham que ser resolvidos.

Porém, o que ocorreu, de fato, foi o aumento da exploração da população livre e pobre e a perda da importância econômica da mão de obra escrava. Os trabalhadores livres dominavam as atividades que compunham os setores produtivos e os improdutivos. Assim, a conclusão é de que houve perda da importância econômica do fator escravo e a valorização e exploração do trabalho livre. Percebemos que os criadores e lavradores representavam um percentual de 94,9% (ou 132.545) dos trabalhadores livres, e eram às atividades de lavoura, com 96,1% (ou 9.125 pessoas), que os escravos estavam vinculados.

Esses fatores, como por exemplo, a crise econômica, o crescimento da população livre e a exploração exacerbada do seu trabalho, construíram uma massa populacional “perigosa” e, segundo as autoridades provinciais, produtora de desordem. As tensões sociais chegaram ao ápice e deram início a um dos movimentos sociais de grande repercussão nos anos de 1851-1852: a Revolta “Ronco da Abelha”, na concepção de Monteiro ([1980]), ou a “Guerra dos Marimbondos”, na denominação de Palácios (2006).

Para Monteiro ([1980]), a sedição iniciada em dezembro de 1851, nas terras pernambucanas, à primeira vista, caracterizava-se por ser um movimento da população rural mais pobre – distribuída em categorias como “moradores”, “agregados”, “proletários”, entre outras – contra os senhores de engenho e as autoridades locais, identificados pelos revoltosos como os produtores das “leis do cativo”. Porém, afirma o mesmo autor, essa população rural sofreu influências de outros grupos sociais para interpretar os conteúdos do decreto 797 – que instituiu o Censo Geral do Império - e o 798 – sobre o Registro Civil dos Nascimentos e Óbitos -, de 18 de junho de 1851, provavelmente, de grupos remanescentes da Revolta Praieira de 1848, que mantiveram certos ideais liberais e praieiros, pois a conjuntura econômica e social da época era favorável ao movimento porque os problemas que haviam feito o “Partido da Praia” se “levantar” não haviam desaparecido. Com esse pensamento, o autor descreve a ação dos rebeldes em Pernambuco e o deslocamento desse movimento, alcançando as províncias da Paraíba, de Alagoas – com maior intensidade -, Ceará e Sergipe – de forma “mais amena”. Acrescenta, ainda, que, em todos os pontos, as ocorrências foram idênticas: os revoltosos

⁷ Segundo Vianna (1980, p. 85), o período em que o algodão foi menos exportado que o açúcar foi o de 1857 a 1860.

constituíam o povo mais pobre que atacava as vilas e os engenhos, provocando a fuga de autoridades locais e grandes proprietários, ou faziam ameaças e reuniões suspeitas.

Já de acordo com Palacios (2006), a “Guerra dos Marimbondos”⁸ foi uma revolta de camponeses que interpretaram equivocadamente as leis promulgadas em 1851 - o Registro Civil dos Nascimentos e Óbitos e o Censo Geral do Império – como sendo as “leis do cativo”, pois elas vieram logo após a lei que abolia o tráfico de africanos. Dessa forma, os decretos nº 797 e 798 destinavam-se “a recuperar para o escravismo” os homens e as mulheres livres e pobres – entre os quais predominavam os agricultores não escravos – que, até então, não haviam sofrido a atenção do Estado e dos proprietários das “plantations”. Para o referido autor, o movimento foi “uma defesa da ordem anterior”, ou seja, “contra a extinção do escravismo”, porque esses camponeses não se interessavam em se igualar aos escravos na nova ordem capitalista que estava surgindo, pois, “enquanto houvesse escravos, o homem pobre continuaria sendo pobre, mas livre”.

O estudo de Palacios (2006) evidencia o tempo e o espaço da revolta, mostrando que as áreas sublevadas, em Pernambuco, ultrapassavam as fronteiras da produção de cana de açúcar. Aliás, ela foi mais “radical e virulenta” nas comarcas de Pau d’Alho, Limoeiro e Nazareth, regiões produtoras de algodão e fornecedora de gêneros de subsistência. Portanto, os grupos de revoltosos foram identificados entre os agricultores livres e pobres – sendo esses os mais numerosos -, procedentes de áreas distantes dos núcleos urbanos, e os moradores e agregados de engenhos existentes próximos às sedes das freguesias. O autor, por sua vez, desqualifica a tentativa de inserir a participação de líderes praieiros ou os ideais liberais praieiros, assim como a leitura dos decretos de 18 de junho de 1851 como fatores importantes para se entender o movimento.

Vale ressaltar, aqui, que nosso estudo não tem a pretensão de esgotar as possibilidades interpretativas sobre o “Ronco da Abelha”/a “Guerra dos Marimbondos” expostas por Monteiro e Palacios, mas demonstrar que os participantes da revolta tinham consciência de como era tênue a liberdade e, sobretudo, que não estranhavam a possibilidade de que pessoas livres poderiam ser reduzidas à escravidão. O fato de os revoltosos atacarem os senhores de engenho e outras autoridades atesta que não estavam alheios ao papel e à posição que ocupavam na escala social e contra quem e pelo que

⁸ A terminologia “Guerra dos Marimbondos” é usada nos trabalhos de Mário Melo e adotada por Palacios para melhor identificar a revolta.

deveriam lutar. No nosso entendimento, o fato de que os revoltosos, de maneira geral, foram constituídos por diversos grupos étnicos e não apenas por “gente de cor” não invalida a importância das tensões etnicorraciais na configuração da revolta, posto que as autoridades da época reconheciam esse fato, e ele foi o fator central para a decisão final do Estado de ceder às reivindicações dos insurgentes. Monteiro ([1980]) e Palacios (2006) perceberam que as hostilidades dos revoltosos se encerraram quando os decretos foram revogados pelas autoridades locais e que as tentativas de fazer vigorar as referidas leis reacendiam as ações dos sublevados.

De acordo com Mattos (2006), as tensões etnicorraciais existentes no Século XIX estavam presentes na configuração da revolta, pois a ordem de se registrar a cor dos escravos tornava os homens livres e pobres e os libertos extremamente vulneráveis às tentativas de escravização ou reescravização. Por isso, o movimento deve ser entendido, também, como uma luta em torno dos significados da cidadania e dos direitos inscritos na Constituição de 1824 – sobretudo os referentes à igualdade dos direitos entre os cidadãos livres -, reivindicados pela população livre e pobre e, principalmente, a negra; mesmo que isso, contraditoriamente, implicasse o “silenciamento” sobre a própria cor.

A revolta atingiu áreas de produção do açúcar – os municípios de Areia, Alagoa Grande e Alagoa Nova -, de algodão – Ingá e Guarabira (Independência) – e de economia mista, como Campina Grande. De acordo com Joffily (1977), os revoltosos eram os “matutos” que saíram de suas roças e foram para as feiras levar seus produtos à venda. Foi nas feiras em que os homens souberam da existência dos decretos e as mulheres, por sua vez, nas missas celebradas nas igrejas. Na primeira semana de fevereiro, o assunto principal das feiras era a “lei do cativo”. Assim, os decretos foram interpretados pelos homens livres e pobres e libertos como o “papel da escravidão”. As feiras foram o foco de disseminação de que “... a idéia de que o cativo dos homens de cor era o fim do registro”, e, para Albuquerque, presidente da Província, essa ideia se espalhou, e “alguns espíritos fracos subiu a altura do fanatismo ...” (ALBUQUERQUE, 1852, p. 3). O medo da escravização era algo palpável no Século XIX. Vale salientar que a divulgação dos decretos imperiais ocorreu em um momento em que se fechara uma das principais fontes de obtenção de escravos, que era o tráfico negreiro, em 1850, época em que os senhores de terras, na então chamada Região Sul (hoje Sudeste), reivindicavam mais “braços” para suas lavouras. Enquanto o Norte (hoje Nordeste), descapitalizado pela perda do mercado externo para seus principais produtos de exportação, o

açúcar e o algodão, vendia seus escravos para as fazendas de café e adotava novas relações de trabalho, como a de moradia, meação e outras formas, mão de obra não mais escrava, mas também não assalariada.

Contudo, não foram somente esses documentos que deram origem à revolta, também a exploração exacerbada do homem livre pobre e liberto, através de diversos mecanismos, entre as quais, a “*soldada*”, forma de garantir a permanência do trabalhador no engenho ou fazenda, através da denúncia ao juiz de que o mesmo era um menor órfão. Assim, a tutela do denunciado passava a ser de responsabilidade do proprietário, enquanto este, em troca do trabalho realizado, dava alimentação, vestuário e abrigo; a *parceria*: o parceiro, o pequeno produtor, recebia um pedaço de terra para plantar, e parte da produção era entregue ao proprietário da terra; a *moradia sob condição*: o morador de condição era obrigado a prestar um determinado número de dias de serviço no plantio e na colheita de cana de açúcar do proprietário. Segundo Hoffnagel, era com essa exploração que a classe dominante nortista (nordestina) conseguia atender às exigências e às solicitações do capitalismo internacional (HOFFNAGEL, 1990, p. 45).

As novas formas de exploração pelas quais passavam os homens livres e libertos, aliadas ao medo da (re)escravização, foram transformadas em “armas” nas mãos de grupos da oposição, insatisfeitos com o direcionamento da administração paraibana. A participação dos opositores fora percebida pelo então Presidente da Província, que afirmava: “... crer que o preconceito não viveu vigorosamente no espírito do povo é recuzar a verdade aos factos; acreditar também que não havia da parte de certos homens interesses em conservar o povo nesse erro e preconceito, interesse á que pôz termo o temor da punição, é imbecilidade ...” (ALBUQUERQUE, 1852, p. 3).

O Presidente Albuquerque percebia a participação no movimento popular da figura “... de provocadores homens da política distinta do governo ...”, mas que esse movimento não fora resultado de um plano político concebido e meditado previamente e, em seguida, posto em prática, mas originado pela ignorância da população diante da promulgação dos decretos, em momento de aflição, motivado pelo desconhecimento do que estava por vir (ALBUQUERQUE, 1852, p. 4-5). É interessante perceber que, no mapeamento dos crimes cometidos na Província, durante o ano de 1852, a revolta “Ronco da Abelha” não aparece como um movimento sedicioso, ao contrário do movimento ocorrido em 1874 (o Quebra-quilos); talvez, o motivo dessa omissão tenha sido o envolvimento de representantes da elite

agrária paraibana, descontentes com o governo conservador. Mas, apesar de ter sido sufocada a revolta, o medo da população negra, de ser reescravizada, persistiu. Delegados e subdelegados informavam ao presidente da província a existência de uma “sublevação do povo baixo”, na povoação de Pitimbu, nascida da ideia de que ali se haveria de ler “um papel do cativo” (VILLAR, 1854, [fl. 1]). As notícias das manifestações da “classe baixa” chegaram ao conhecimento da Corte, e o ministro dos Negócios do Império, Luís Pedreira do Couto Ferras, solicitou ao presidente que tomasse as devidas providências sobre a manifestação da “classe baixa”, na povoação de Pitimbu, acerca dos efeitos do Regulamento do Censo (FERRAS, 1854, [fl. 1]). Em seu relatório, o presidente da Província, João Capistrano Bandeira de Mello, na abertura da sessão ordinária da Assembleia, em maio de 1854, relata da seguinte forma o ocorrido naquela localidade:

Acrescentou, ainda, que “a moralidade do povo nenhum progresso tem feito”. A constatação de que a população livre e pobre continuava “ignorante” e “rebelde” revela que tinha medo de ser (re) escravizada. Apesar de o presidente da província, Albuquerque (1852, p. 4-5), afirmar que “[...] as ideias de liberdade nunca (foram) agredidas [...]”, a documentação da época – a correspondência da chefia de polícia e dos presidentes – aponta para a escravização de pessoas livres e libertas por causa da cor.

Nosso objetivo consiste em demonstrar que o medo é um constitutivo de uma sociedade montada na exclusão social e na violência. Essa foi a sociedade montada pelo projeto político liberal-escravista no Brasil imperial. O medo da (re) escravização da gente negra, na Paraíba, foi um fato ocorrido em menor ou maior incidência, de acordo com a conjuntura da época. Na nossa concepção, a luta pela liberdade, na Paraíba oitocentista, não se restringe à narrativa de alforrias de escravo e à resistência destes, fosse através de fugas ou mesmo da manutenção de elementos culturais identitários. Ela se estende a outro segmento da população negra, ou seja, àquele de condição livre, sendo incluídos nesse grupo os libertos.

Procuramos essa população, livre e liberta, inicialmente, nas fontes judiciais, para detectar aqueles que foram lutar pelo direito à liberdade. Porém, pela dificuldade de encontrá-la, recorreremos à correspondência da Chefia de Polícia e nos surpreendemos com o fato de que, na correspondência “reservada” dos chefes de polícia, com diversas autoridades policiais e judiciais, encontramos indícios que comprovavam que a população negra livre e liberta teve, realmente, que ir ou mesmo retornar aos Tribunais para manter a liberdade. Em nossa

pesquisa, localizamos, ainda, jornais que denunciavam mulheres negras e seus filhos mantidos em “cativeiros ilícitos”. E, assim, a nossa busca pelos processos cíveis referentes à população negra, livre e escravizada, foi reiniciada e ampliada, porém sendo alguns poucos localizados. No cômputo geral, identificamos, nas fontes⁹, 52 casos cujos assuntos revelavam ser referentes a ações de liberdade (11), tentativas de reescravização (8) e escravidão de gente livre negra (33).

Entre as fontes judiciais, localizamos 14 processos cíveis: onze referentes a *ações de liberdade*, em que escravos buscam na justiça seu direito à liberdade; dois sobre *ações de reescravização*, em que senhores desejavam o retorno de homens e de mulheres à escravidão; e um sobre o *crime contra a liberdade individual*, ou seja, tentativa de reduzir à escravidão pessoa livre negra (aqui, definida como escravização). Assim, pelos poucos processos localizados, coube às correspondências entre diversas autoridades – dentro e fora da província – papel fundamental na elaboração do estudo sobre a liberdade interdita. Revela a documentação o predomínio de casos em que pessoas livres foram reduzidas à escravidão e que, apesar de ocorrência em menor número, houve, não apenas tentativas, mas também reescravização efetiva.

A incidência de ações de (re)escravização teve seu ápice na década de 1850. Foi a partir dessa época que os presidentes de província iniciaram a estatística, embora bastante lacunar, sobre os crimes contra a liberdade individual, pois, antes, não havia sequer a referência desse crime nos dados sobre a criminalidade na Paraíba. Acreditamos que o fato seja revelador, pois o aumento das ocorrências, assim como a visão das autoridades em contabilizá-las, coincidem com o fim do tráfico internacional de africanos para o Brasil. Foi, também, a época da ocorrência de movimentos em prol da manutenção do direito à liberdade, a exemplo do “Ronco da Abelha”. Nesse sentido, a lei Eusébio de Queiroz, criada como um dos passos para a abolição da escravidão nas terras brasileiras, possibilitou que senhores inescrupulosos voltassem suas “garras” para a população livre negra e transformassem pelo menos uma parcela desse grupo em escravos para seus engenhos, suas fazendas, enfim, seus

⁹ A pesquisa foi realizada nos arquivos, em João Pessoa/PB: Arquivo Histórico da Paraíba, Fórum Civil da Capital, Instituto Histórico Geográfico Paraibano, Instituto de Genealogia e Heráldica da Paraíba, Toscano de Brito: serviço notarial e Registral; em Areia/PB: Fórum Cível da Cidade; Recife/PE: IAHGPE; Rio de Janeiro/RJ: Arquivo Nacional. Os dados obtidos na pesquisa podem ser alterados à medida que novos documentos forem localizados, em outros arquivos na Paraíba e outras regiões do Brasil. Acreditamos que os arquivos públicos e cartoriais dos municipais mais antigos da Paraíba podem fornecer outros casos e outra quantificação.

“negócios”. Revela, ainda, uma alta incidência de (re) escravizações na década de 1860, o que implica dizer que somente a partir dos anos de 1870, com o encaminhamento popular e político pela abolição no país, foi que diminuíram as ideias e as ações de reescravização e a redução de pessoas livres negras à escravidão.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. João Pessoa: SEC, 1987.
- ARANHA, Gervácio Batista. **Trem e imaginário na Paraíba: tramas político-econômicas (1880-1925)**. Campina Grande: EDUFCG, 2006.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**. O negro no imaginário das elites - Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CORRESPONDÊNCIA da Chefia de Polícia, 1850-1888. *Localização: Fundo NDIHR, Arquivo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional/UFPB*.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 4. e. São Paulo: UNESP, 1998.
- GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- HOFFNAGEL, Marc Jay. O trabalho livre, marginalização e manifestações políticas: o homem livre pobre na sociedade paraibana. **Ciência Histórica**, João Pessoa, ano III, nº 3, p. 41-56, out. 1990.
- INVENTÁRIO de Domingos João Dantas, 1853. Arquivo Provas Waldice Porto.
- Inventário de Joaquim de Mello Azedo, 1869. *Localização: AJFCC-JP*.
- Inventário de Joaquim Gomes da Silveira, 1871. *Localização: AJFCC-JP*.
- Inventário de Josefa Antonia de Albuquerque Maranhão, 1855. *Localização: AJFCC-JP*.
- KARASCH, M. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande – século XIX. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Crime e Castigo**: a criminalidade escrava na Paraíba. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

LIVROS DE NOTAS de Sousa e da Cidade da Parahyba, 1800-1861. *Localização: Notação A2P2, Fundo: Coleção de Documentos Coloniais, Imperiais e Republicanos (CDCIR), Arquivo Flávio Maroja, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.*

MAPPA geral dos fogos, filhos, filhas, clérigos, pardos forros, pretos forros, agregados, escravos, escravas, capelas, almas, freguesias, curatos, e vigária; com declaração do que pertence a cada termo, total de cada comarca, e geral de todas as capitânicas de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Seara; extraído no estado em que se encontravam no anno de 1762 para 1763; sendo governador e capitão general das sobreditas capitânicas Luiz Diogo Lobo da Silva. *Localização: Notação 3,1,28 – Seção de Obras Raras, Biblioteca Nacional.*

MATTOS, Hebe Maria. Identidade camponesa, racialização e cidadania no Brasil monárquico: o caso da “Guerra dos Marimbondos” em Pernambuco a partir da leitura de Guillermo Palácios. **Almanack Braziliense**, nº 3, p. 40-46, maio 2006.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da Minha Infância**. João Pessoa: A UNIÃO, 1994.

MONTEIRO. Hamilton de Mattos. **Crise agrária e luta de classes**. Brasília: Horizonte, [1980].

PALACIOS Y OLIVARES, Guillermo Jesus. Revoltas camponesas no Brasil escravista: a “Guerra dos Marimbondos” (Pernambuco, 1851-1852). **Almanack Braziliense**, nº 3, p. 9-39, maio 2006.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1977. 2 v.

PROCESSO (1842). O Presidente de Pedro Chaves: tentativa de morte (Processo dos assassinos do excelentissimo Presidente da Província da Paraíba do Norte acompanhado de algumas notas). **Revista de IHGP**, João Pessoa, v. 3, p. 439-470, 1911 e v. 4, p. 287-343, 1912.

RECENSEAMENTO da Província da Parahyba do Norte de 1872. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 nov. 2011.

RELATÓRIOS de Presidente de Província de 1837-1888. Portal: www.crl.edu/content/brazil/pari.htm>. Acesso em: 22 nov. 2011.

RETUMBA, Francisco Soares da Silva. Memória sobre os melhoramentos de que precisa a província da Parahyba pelo engenheiro de minas. **Revista do IHGP**, nº 4, p. 163-228, 1912.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

RODRIGUES, Walfredo. **Roteiro Sentimental de uma Cidade**. João Pessoa: A UNIÃO, 1994.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Os Pordeus no Rio do Peixe**. João Pessoa: Gráfica Universal, 1972.



ST04. História oral e memória, fontes primárias de investigação histórica
Coordenador(es): Giovanna de Aquino F. Araújo e Jair Barbosa Araújo

UMA DITADURA NO CAMINHO: MEMÓRIAS DA MILITÂNCIA UNIVERSITÁRIA CAMPINENSE 1964/68

Erica Lins Ramos¹

O objetivo deste trabalho permeia em analisar por intermédio das memórias e do jornal Diário da Borborema (DB), as representações dos estudantes campinenses sobre a atuação do movimento estudantil universitário na cidade de Campina Grande – PB. Neste sentido, nesta pesquisa nos apropriaremos dos instrumentos oferecidos ao historiador a partir da nova história cultural, em que, “[...] a História Cultural pode ser considerada hoje, uma História sem fronteiras, com difusão mundial.” (PESAVENTO, 2005:99).

Partindo deste pressuposto, a nossa pesquisa esta voltada em apreender a receptividade da política dos militares pelos universitários campinenses no imediato pós-golpe, até o ano de 1968, uma vez que, a maioria destes eram filhos de uma elite que por sua vez, apoia o golpe, peregrinando nas bandeiras de luta a partir do movimento universitário campinense e as relações articuladas com a política das Forças Armadas.

Quando pensamos em movimento universitário em plena ditadura militar, somos levados a pensar que os universitários de maneira homogênea, muito embora heterogênea nos métodos de resistência a ditadura, foram contra ao golpe, todavia, se sairmos pelas ruas em busca de relatos de algum estudante do período, que apoio a ditadura militar no imediato,

¹ Universidade Federal da Paraíba. Mestranda.

devido ao que se configurou posteriormente a esta política dificilmente algum universitário campinense se colocará a favor desta política, mas, como é real a existência de universitários que apoiaram a ditadura militar no imediato, as Faculdades de Campina Grande, também tem representação, neste âmbito, registramos a matéria publicada no jornal DB, em que os novos membros fazem um discurso a favor da “revolução”,

Solenidade simples marcou quarta – feira última, na Faculdade de Filosofia de Campina Grande, à posse da nova diretoria do Diretório Acadêmico daquele estabelecimento, de ensino superior de nossa cidade.

[...]

Abrindo os trabalhos falou o padre Maia que teceu comentários sobre a situação a que foi relegada a Escola quando do seu afastamento, e acentuou a não participação na política dos diretorianos.

Logo em seguida foi empossada a nova diretoria que esta assim composta: presidente, Violeta de Lourdes Castro Dantas; 1ª vice-presidente para assuntos culturais, Amenaide Santos; 2ª vice para assuntos nacionais e estaduais, Wilma Ximenes; 3ª vice para assistência universitária, Helena Passos; 4ª vice para assuntos municipais Rosélia Pachu; Secretaria Geral, Lúcia Maranhão; 1º Secretário, Paulo Rocha; tesoureira, Nadja Rocha; vice Tesoureira, Nadja Miranda.

Após a leitura da constituição do novo diretório, usou da palavra, a presidente empossada, senhorinha Violeta de Lourdes de Castro Dantas.

Em seu pronunciamento declarou <<Aqui estamos reunidos para oficialmente, comemorar uma nova ordem, restaurar um clima de paz, trabalho, respeito, disciplina, cordialidade e incentivo.

[...]

As Fôrças (sic) Armadas, como última esperança, retonaram a Pátria ao seu verdadeiro caminho, da liberdade, ao caminho da democracia, pelo seu papel de vanguarda, reestabeleceram o clima de paz, trabalho, e as conquistas sociais.

[...]

Pretendemos homenagear as Fôrças (sic) Armadas pela sua atitude, reintegrando a Nação e sua austeridade administrativa e zelo à coisa pública>>. (10/05/1964, p. 03).

A Faculdade de Filosofia de Campina Grande era administrada pela igreja, e estando a maioria do clero a favor da “revolução” temendo o “comunismo”, esta influenciava diretamente no corpo discente, e assim, pós-golpe, o DA de Filosofia elege novos membros que comungam com as limitações impostas pelo sistema, já que o padre Maia deixa claro a não participação dos discentes em assuntos políticos, ao mesmo instante em que a presidente do DA enaltece as medidas adotadas pelas Forças Armadas.

Todavia, não foi apenas a Faculdade de Filosofia de Campina Grande que no imediato pós-golpe apoiaram a ação das Forças Armadas, como nos enfatiza a reportagem publicada no

jornal DB, a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) e a Politécnica a princípio, também acreditaram neste projeto.

Iniciando o ciclo de conferências, integrante do Plano de Ação Psicológica que esta sendo levado a efeito pela Universidade da Paraíba, visando a esclarecer o povo os objetivos da Revolução de março último, o coronel Otavio Queiros, comandante do Batalhão de Serviço de Engenharia, aqui aquartelado, proferirá, amanhã, às 19:30 horas no auditório da Associação Comercial, a primeira palestra do ciclo a ser feita nesta cidade.

[...]

Professores das diversas Faculdades locais também (sic) terão oportunidade de expor, em linhas gerais, os objetivos do movimento revolucionário vitorioso a 31 de março e para tais conferências as diretorias da Faculdade de Ciências Econômicas e Escola Politécnica da Universidade da Paraíba estão distribuindo convites a entidades e autoridades campinenses. (02/06/1964, p. 03).

Nesta perspectiva, no imediato pós-golpe, as Faculdades de Campina Grande, estavam mais preocupadas em garantir o seu funcionamento do que com os acontecimentos políticos, nesta perspectiva, acordos eram buscados, sejam estes com as entidades estudantis na pretensão de unir forças em prol de edificar os cursos superiores existentes na cidade, seja a partir do apoio da política vigente.

Continuando a sua parceria de acordos, a FACE, indo de contra a um movimento desencadeado no país por parte dos estudantes universitários contra os acordos MEC\USAID, acordo este que previa reformas no ensino brasileiro, inspiradas em modelos e aplicadas por técnicos dos Estados Unidos (FÁVERO, 2009:91-93), convida representantes da USAID, para firmarem acordos conforme matéria publicada no jornal DB.

O ciclo de conferências (sic) denominado <<Teoria e Desenvolvimento>> promoção do Diretorio (sic) Academico (sic) da Faculdade de Ciencias (sic) Economicas (sic), terá prosseguimento, hoje as 9:30 horas no auditorio (sic) daquela escola superior com uma exposição do dr. Arthur Byrnes, educador e diretor, da USAID no Nordeste, subordinada ao tema <<A Aliança para o Progresso e o Desenvolvimento Latino-Americano>>. (19/06/1964, p. 03).

Sendo firmados acordos entre a FACE e a Politécnica, conforme publica a matéria no jornal DB, “No final de sua conferência, o diretor da USAID, prometeu colaborar com a Faculdade de Ciências (sic) Econômicas (sic) e a Escola Politécnica, principalmente ao que diz respeito à remessa de livros técnicos” (23/06/1964, p. 08). A FACE e a Politécnica não tinham seus problemas resolvidos.

Nesta caminhada também estava a Faculdade de Serviço Social, que devido às dificuldades financeiras, buscava vincular-se a Universidade Federal da Paraíba, conforme enfatiza a matéria do jornal DB,

O Reitor Guilardo Martins da Universidade Federal da Paraíba acolheu favoravelmente o pedido da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, que deseja integração parcial (agregação) naquela autarquia Federal do Ensino Superior.

Em sucinto memorial, a Faculdade campinense apelou ao dirigente máximo (sic) da UP, salientando em seu favor três pontos principais.

a) o pedido que visa a “quebrar o isolamento” em que a Escola se mantém, e que é contrario ao próprio espírito universitário que se deseja para o Brasil.

b) visa também (sic) a obter maiores recursos financeiros para expandir os serviços da Faculdade.

c) a proibição existente no estado da UP contra a agregação de novas Faculdades é anti-paraibana, impedindo que o Governo da União, através das Universidades, ajude a todas as Escolas, de Ensino Superior da Paraíba a se desenvolverem. (16/07/1964, p. 03).

Assim, as Faculdades, primeiro iniciam uma luta pelas instituições em que estavam agregados, como ratifica a nossa entrevistada Aline²,

Olhe, veja bem, a gente em primeiro lugar, a gente começava dentro da nossa casa, ou dentro da faculdade em função das nossas necessidades em função da nossa dor, nós aqui de Serviço Social nós tínhamos uma particularidade, porque Serviço Social não era ligado a nenhuma universidade, ela vivia uma vida pela entidade, ai que na realidade não tinha um, suporte financeiro era tanto que os professores daqui, teve muita gente que passou muito tempo aqui que dava aula e não recebia nada então nós começamos a luta. A gente queria se ligar as universidades, a Universidade Federal, que o grande sonho da gente, era ser reconhecida formalmente pela Universidade Federal. (entrevista realiza em 15/10/2007).

Aline a partir e sua fala nos apresenta uma angustia vivenciada pelos alunos da Faculdade de Serviço Social, angustia esta, que faz parte de uma representação da sua memória, uma vez que, “[...] a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de o reconstruir em memória e de o figurar tal qual como ele é”. (CHARTIER, 1990:20). Assim, e estando a Faculdade de Serviço Social até então “isolada” e com recursos escassos, a sua agregação a Universidade Federal da Paraíba era pensada pelos universitários como a “salvação” da sua instituição.

²Por uma questão de ética utilizamos pseudônimos na entrevistada aqui mencionada.

A partir de então, a luta pela agregação da Faculdade de Serviço Social a Universidade Federal da Paraíba, contagia as autoridades governamentais, industriais, da Diocese, dentre outras entidades, mas, ainda não provoca uma manifestação pública com o apoio dos universitários campinenses a causa dos universitários de Serviço Social.

Desta forma, identificamos até o momento, uma luta individual dos universitários por suas respectivas causas, todavia, se fazia necessário para a continuidade do desenvolvimento da educação de nível superior, uma luta conjunta.

A partir de então, e levando em consideração os pressupostos aqui apresentados, e ainda enfatizando o pioneirismo da nossa pesquisa, corremos o risco, e defendemos a tese de que no imediato pós-golpe, o movimento estudantil universitário campinense, não se revelou contra a “revolução” iniciada em 31 de março de 1964.

Portanto, 1964, foi um ano em que as Forças Armadas não precisaram usar da violência para com os universitários campinenses, muito pelo contrário acredito ter sido estas instituições de ensino superior, tidas como modelo, conforme pensado pelas Forças Armadas, o que não terá continuidade no ano de 1965.

Com nova diretoria no DA, a FACE inicia o ano de 1965, assim, como a Politécnica com velhos problemas, mas, com metodologias diferentes na busca em solucionar seus problemas. Desta forma, ainda no período de recesso começam as reivindicações dos alunos conforme matéria publicada no jornal DB,

Os círculos universitários locais não escondem sua irritação diante do tratamento desigual que o Reitor Guilardo Martins Alves vem dispensando as escolas de nível superior de Campina Grande, ou mais precisamente, Escola Politécnica e Faculdades de Ciências (sic) Economicas (sic).

As unidades de ensino superior não contam com veículos suficientes para execução de seus trabalhos e cerca de quarenta professores estão sensivelmente prejudicados uns com salários atrasados e outros com contrato por renovar. Enquanto isto o novo ano letivo esta as portas, sem que a situação dos mestres esteja regularizada por culpa da direção da Reitoria.

A propósito informa-se que a UP mantém em depósito cerca de 800 milhões de cruzeiros referentes às verbas de 1964, devendo receber vários bilhões em 65. Enquanto isto as Escolas superiores de Campina Grande, conforme adiantam as mesmas fontes, não são devidamente atendida em suas reivindicações. (16/01/1965, p. 08).

Os discentes da Politécnica iniciam o ano publicando uma nota de repúdio ao Reitor Guilardo Martins Alves, demonstrando a insatisfação no modo em que são tratados, alegando que o Reitor tem maior dedicação a Universidade da Paraíba do que a Politécnica. Em outras

oportunidades, verificamos os discentes reivindicando suas necessidades ao Reitor, mas, sem atacar o seu brio, o que passa a ser uma prática constante a partir de então.

Outro ato realizado pelos estudantes e universitários campinenses de grande repercussão na cidade, foi uma passeata realizada por estes estudantes, conforme informa a matéria publicada no jornal DB,

Ontem pela manhã, cêrca (sic) das 10 horas, um grande número de alunos pertencentes a diversos estabelecimentos de ensino de nossa cidade, predominando na sua totalidade do sexo masculino, se prostraram, em frente ao colégio Imaculada Conceição, mais conhecido dos campinenses, por colégio das Damas, localizado na Praça da Bandeira, promovendo uma grande algazarra, inclusive dificultando o tráfego de veículos naquelas mediações.

O intuito daqueles alunos era fazer com que as mestras daquela casa de ensilo liberassem as moças e meninas, suspendendo as aulas, a fim de que as mesmas pudessem participar das passeatas que os mesmos estavam realizando.

[...]

Foi quando apareceu no local o delegado Cap. Luiz Gonzaga que se postando na frente dos alunos enfurecidos, invocou a sua condição de autoridade policial e principalmente a de professores em nossos colégios procurando fazê-los compreender que os mesmos serão os responsáveis pelo Brasil de amanhã, apelando para que êles (sic) demonstrassem compreensão e debandassem saindo imediatamente em passeata por outras artérias da cidade, no que foi aliás, prontamente atendido pelos alunos.

Tudo foi finalmente sanado e a paz e o sossêgo (sic) restabelecido para a tranquilidade não apenas dos pais dos estudantes bem como professores e transeuntes. (08/10/1965, p. 05).

A passeata realizada pelos discentes de Campina Grande faz parte de uma série de passeatas, que veem ocorrendo no Brasil, em que os estudantes manifestaram “[...] rejeição às medidas do governo militar que visam impedir a sua manifestação política”. (MARTINS FILHO, 1987:102).

A partir do momento em que os universitários campinenses passam a ganhar as ruas, em seus movimentos, o corpo discente passa a receber uma atenção especial da política autoritária dos militares, assim, logo começam as sindicâncias nos núcleos de ensino da cidade como enfatiza a matéria publicada no jornal DB,

Estiveram ontem na direção do DIÁRIO DA BORBOREMA, o Presidente do Diretorio (sic) Estadual dos Estudantes (DEE), acadêmico José Ferreira de Andrade, o Presidente da sub-séde (sic) do DEE de Campina Grande, acadêmico Israel Fernandes, e Juvino de Souza Lima, tesoureiro do DEE.

Vieram da capital do Estado com a finalidade de fazerem um levantamento do material existente na UEEP, entidade extinta por ocasião da revolução de 31 de março. Essa comissão de Universitários encaminhará ao Magnífico Reitor da Universidade da Paraíba um relatório sobre a sindicância

realizada nesta cidade. Declaram os próceres da política estudantil que dentro em breve reabilitarão a sub-séde (sic) do DEE, criada o ano passado pela nova Lei 44/64 do Ministro da Educação Suplicy de Lacerda. A nova entidade máxima dos estudantes universitários da Paraíba, lutará pelos interesses dos estudantes, como também (sic) pela vigência (sic) da democracia. (23/10/1965, p. 05).

A partir de 1965, um grande número de universitários campinenses adere ao movimento estudantil que contesta a política dos militares, todavia, existiam aqueles que continuavam apoiando a “revolução”, assim, com a extinção das entidades estudantis no pós 1964 e mediante um discurso de política democrática, o governo militar, permite que novas entidades sejam formadas pelos “estudantes”. Segundo Poerner (1979, p. 260-261), o Governo Federal cria o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e a União Estadual pelos Diretórios Estaduais (DEES), para representar os estudantes. Contudo, como a UNE só foi extinta por lei, e não de fato, estas entidades direitistas só resistem até fevereiro de 1967, quando o ministro da Educação Raimundo Moniz de Aragão cria o Decreto Aragão, Lei de nº 228, de 28/02/67, visto que, só contavam com o apoio de 7,5% dos estudantes nacionais, podendo somente se reunir no período de férias, todavia, este mesmo Decreto que extingue as entidades estudantis de direita, cria a Confederação Nacional dos Estudantes (CNE), “a qual deveria se reunir a partir de convocação do Ministro da Educação, estando impossibilitada de discutir assuntos de ordem política, religiosa, partidária ou radical”. (CITTADINO, 1993:07).

Nesta perspectiva, na medida em que os estudantes iam demonstrando o seu repúdio a política dos militares, a cidade passava a ser mais “vigiada”, assim, conforme a matéria publicada no jornal DB, o prefeito da cidade faz uma visita ao major Evandro Edson Autran comandante da 2ª Companhia do 14 RI, sediada nesta cidade. “A visita foi de cortesia e com o fim de desejar as boas vindas ao Comandante da nova unidade militar”. (20/08/1966, p. 08).

Após a instalação dos novos cursos de nível superior, as instituições de ensino campinense iam aprofundando as reivindicações dos universitários, conforme as necessidades dos estudantes, assim, apenas uma instituição de ensino com salas de aulas não era o suficiente para uma educação de qualidade, levando em consideração que Campina Grande, com o desenvolvimento educacional passou a abrigar estudantes de outros municípios e estados. Desta forma, os universitários campinenses vão aos poucos solucionando alguns dos seus “problemas”, conforme matéria publicada no jornal DB,

[...] o professor Guilhardo (sic) Martins Alves, Magnífico Reitor da Universidade da Paraíba, manteve demorado contato com os estudantes João Mendes de Lacerda e José Tarcisio Formiga, presidentes do Diretorio

(sic) Acadêmico (sic) da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande e da Escola Politécnica da UFP, além de outros universitários, prometendo dar início até a segunda quinzena do próximo mês de agosto, a construção da casa do estudante universitário de Campina Grande. O professor Guilhardo (sic) Martins Alves, prometeu ajudar à restauração do Clube dos Estudantes Universitários, e, ainda instalar uma sub-sede da Cooperativa Escolar da Universidade da Paraíba. (13/07/1966, p. 08).

Campina Grande ao estar se tornando uma cidade universitária, e levando em consideração as dificuldades de deslocamento na época, devido aos transportes e as rodovias, e também a falta de recursos para manter estas viagens, se fazia necessário na cidade uma Casa que abrigasse os estudantes nos períodos de aula, assim, estes lutavam pela sua própria Casa, já que a Casa Felix Araújo dos Estudantes Secundaristas mal abrigava estes.

Até o momento pouco falamos das bandeiras da Universidade Regional do Nordeste, isto porque está foi fundada em 1966, e até então a sua luta era para se estabelecer enquanto universidade, todavia, logo da integração das Faculdades existentes e da criação de novos cursos, foram realizados novos exames de vestibular, o que a partir de então, tendo a Universidade sede própria em Campina Grande e tendo está poucos recursos para arcar com as suas despesas e investir em bolsas, os novos universitários, sendo estes não mais apenas os filhos dos grandes empresários campinenses, tornam-se também jovens trabalhadores. Daí surge um grande problema. Como a universidade a principio foi idealizada para atender aos filhos dos empresários campinenses, o seu funcionamento se dava no período diurno, todavia, na emergência destes novos estudantes, se faz necessário que as aulas sejam ministradas no período noturno, o que causa divergências entre os próprios universitários, conforme matéria publicada pelo jornal DB,

DIURNO OU NOTURNO – porque exercem atividades que praticamente requerem expedientes diurnos, diversos candidatos aprovados em vestibulares, estão reivindicando a Universidade Regional do Nordeste, que os cursos das Faculdades sejam ministrados à noite. Há, no entanto, oposição a idéia dos próprios colegas. (05/03/1967, p. 03).

Assim, existiam aqueles que concordavam com o pedido de aulas no turno da noite e os que discordavam, provavelmente por não exercerem atividade remunerada durante o dia.

No entanto, o trabalho para estes jovens não representava apenas o recebimento de um simples salário, mas, uma remuneração que lhes dava possibilidade de manter os seus estudos, e ainda, algumas destas atividades representavam a experiência colocada na prática e que de certo contribuía para uma acessão social. Neste âmbito, uma atividade remunerada podia representar,

A possibilidade de extrair da situação de trabalho a experiência indispensável ao reconhecimento social das responsabilidades que deve assumir, apresenta-se para o estudante sob forma de uma opção, assim proposta: ou no trabalho ele obtém a remuneração suficiente para converter-se numa unidade ativa de manutenção, assegurando a preservação da sua condição, ou então, no trabalho ele obtém a prática imprescindível à formação profissional. (FORACCHI, 1977:144).

Como já mencionado, as Faculdades campinenses foram criadas sobre o financiamento do capital privado, em que seus investidores apostaram na educação como um investimento que visa retorno, desta forma, estes universitários receberam apoio das indústrias campinenses.

Outro marco no movimento estudantil de 1967 foi o trote realizado pelos universitários campinenses, no qual, as indignações por parte destes partem deste os Reitores das Universidades existentes na cidade, já que tanto Edvaldo do Ó, quanto Guilardo Martins iniciaram o ano em viagem pelo exterior, quanto da política norte-americana na educação até a política das Forças Armadas, tendo estes ainda o apoio da população campinense, conforme informa a matéria publicada no jornal DB,

O trote dos calouros universitários campinenses, este ano, se constituiu num espetáculo que arrastou o povo à praça pública, para presenciar e apoiar-lo, ao contrario dos anos anteriores.

Seu êxito, entretanto, deve ser creditado aos diretórios acadêmicos das Faculdades e a organização que lhe imprimiu o Diretório dos Estudantes.

DISPOSIÇÃO

Na formação do trote as escolas superiores obedeceram esta disposição: Faculdade de Ciências Econômicas e Sociologia, Química Industrial, Administração, Filosofia e Serviço Social, com o carro volante puxando o desfile, sobre o comando do padre João Batista, o que levou um observador a comentar “A Igreja lidera a juventude”.

CARTAZES

Os cartazes exibidos lideram críticas as autoridades, federais, estaduais, municipais, e aos dirigentes de empresas e entidades ligadas a iniciativa privada, apresentando no seu compute geral numerosos restritos a política norte-americana para com os países latino-americanos, especialmente o Brasil.

Entre outro, a reportagem anotou estes dizeres: “Guerrilheiros até no Brasil se U.S.A.”; Reitor faz turismo. Estudante passa fome; Brasil-Praça dos três poderes: Exército, Marinha e Aeronáutica; Leite em pó ou talco Johnson?; O problema do latifúndio vem de Adão... A culpa foi de Deus que não aplicou a Reforma Agrária; Sonhos Frustrados: Vejo a terra livre (Castro Alves); Libertas quase serás também (Tiradentes) e Independência ou morte (Pedro I). (16/04/1967, p.01).

Traços em apoio a movimentos estudantis ocorridos no Brasil que repudiam a política das Forças Armadas no país já vinham ocorrendo pela maioria dos universitários campinenses desde o ano de 1965, porém, a cidade ainda não tinha presenciado um movimento de tamanha proporção, no qual, se encontrava unidos pela luta das bandeiras próprias, das demais Faculdades e do país, “universitários de todas” as Faculdades em atividades na cidade.

Outro marco deste movimento caracteriza-se pela presença do clero. Podemos ainda destacar a “ousadia” dos universitários campinenses ao criticarem os Reitores das Universidades aos quais se encontram vinculados; e criticarem em público as Forças Armadas. Acreditamos ser este um momento inédito desta natureza, uma vez que, durante a pesquisa não encontramos nem um registro documentado que atingisse os brios da política autoritária das Forças Armadas. Ainda fazendo menção a dimensão do “trote”, estes também não economizaram críticas ao acordo MEC/USAID. Também não podemos deixar de registrar o apoio da população campinense ao “trote” dos universitários, o que demonstra que os campinenses, já não tinham a mesma concepção com relação à “revolução” de quando do golpe, e aqueles que estiveram na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” agora aplaudiam o movimento universitário campinense.

Assim, estão os estudantes firmes em suas decisões, realizando novos movimentos contra o acordo MEC/USAID, conforme nota publicada no jornal DB,

Continua a greve universitária deflagrada esta semana, em Campina Grande, contra o acordo MEC-USAID, e que tomou nas ultimas horas caráter mais geral, atingindo o estabelecimento de ensino secundário, e até mesmo as próprias escolas primárias.

GREVE UNIVERSITÁRIA

Às nove horas de ontem, foi convocada uma Assembleia Geral, em caráter Permanente, sendo definitivamente homologada a greve, universitária campinense, até que seja solucionado o problema da Faculdade de Serviço Social.

ACAMPAMENTO

Um acampamento foi montado ao lado da Faculdade de Ciências Econômicas, na manhã de ontem, e os universitários, representantes de todas as Escolas Superiores de nossa cidade, permanecem em vigília executando hinos patrióticos.

Varias legendas e dísticos estão expostos naquele local, todos alusivos ao acordo MEC-USAID, e concitando os estudantes a permanecerem em greve, até uma solução definitiva ao caso. (27/05/1967, p.08).

Mais uma vez, os universitários estão unidos para buscar solucionar problemas de caráter geral e específico como é o caso da Faculdade de Serviço Social, que como mencionamos anteriormente muito já lutou sozinha, sem o apoio dos demais universitários,

todavia, agora a sua luta por verbas para pagamento dos professores e a redução do Currículo conta com o apoio de, se não todos, mas da maioria dos universitários da cidade.

Diante do movimento levantado pelos universitários, o Conselho Diretor da Fundação Universidade Regional do Nordeste, em reunião decide intervir na greve dos estudantes caso esta não seja interrompida, prestando total apoio ao Reitor Edvaldo Souza do Ó.

Contudo, mesmo diante destas ameaças, os universitários não desmancharam os seus acampamentos, permanecendo neste até que uma solução fosse encontrada para a Faculdade de Serviço Social, o que ocorre no dia 02 de junho de 1967, com o desligamento desta da Universidade Regional do Nordeste, conforme nos informa a Aline,

Então, nós estávamos engajados nas lutas políticas que existiam. Então a gente ia para a rua. Nós aqui do curso de Serviço Social, acampávamos ali vizinho a Catedral, aquela parte toda ali, não tinha construções, a gente fez uma greve de vários dias, montamos um acampamento ali vizinho e bancamos essa greve era para sair da universidade, a gente brigou para entrar e depois briga para sair, porque ela não estava mais respondendo aos nossos apelos, então quer dizer, existia uma efervescência, e a gente entrava nessa história de corpo e alma. (15/10/2007).

Mas, mesmo diante das evidentes repressões impostas pela política do governo militar, o golpe, ou, para fazer uso do termo utilizado pelas Forças Armadas, a “revolução” ainda comemora nas ruas de Campina Grande o seu IV aniversário, conforme informa a matéria publicada jornal DB,

Um vasto programa festivo assinalará domingo vindouro, em Campina Grande, a passagem do IV aniversário da revolução democrática de 31 de março de 1964, movimento que devolveu ao país o clima de tranquilidade, paz, e bem estar social. Essa comemoração cívica será realizada concomitantemente em todo (sic) o território nacional, com a participação ativa das nossas Forças Armadas e do povo em geral. (27/03/1968, p. 08).

Neste noticiário, se faz presente uma generalização sobre a aceitação da política desenvolvida pelas Forças Armadas no Brasil e em Campina Grande, uma vez que, o próprio jornal, em edições anteriores divulgou conflitos entre o movimento universitário e a polícia, ainda com relação ao “povo”, muitas pessoas apoiaram os trotes das faculdades de Campina Grande, que criticavam a política do governo militar, neste sentido, acreditamos em uma participação ativa das Forças Armadas, mas, duvidamos que esta se encontre de igual intensidade com relação à população, como se faz entender o noticiário.

Partindo deste pressuposto, o próprio jornal DB, noticia um movimento universitário, que tem o apoio dos estudantes secundaristas e da própria população um dia após ter ocorrido os festejos da “revolução”.

Expressando solidariedade a todos os estudantes brasileiros em resposta ao recente assassinato do estudante Edison (sic) Luiz na Guanabara, os estudantes campinenses realizaram ontem às 17:30 horas, na Praça da Bandeira, uma concentração que contou com a participação de grande número de estudantes universitários secundaristas, e do povo em geral.

[...]

GREVE

Um dos representantes da União dos Estudantes Paraibanos, anunciou uma greve de quarenta e oito horas, visando a uma definição da situação que para eles (sic), “não pode mais continuar”. Segundo o orador caso continue indefinida a resolução governamental, a greve também continuara indefinidamente.

O representante o Centro Estudantil Campinense, fazendo uso da palavra, aderiu também ao movimento dos universitários, decretando greve geral de quarenta e oito horas, para os secundaristas campinenses, em represália a morte do companheiro, na Guanabara, visando a que se tome providencias para a regularização da situação. (02/04/1968, p. 08).

A greve foi decretada, primeiro pelos universitários e secundaristas que se faziam presentes no velório do estudante Edson, em que “Todas as organizações estudantis decretaram uma greve geral para o dia seguinte e convocaram os alunos a participarem do enterro”. (ZAPATA e SOTO, 2008:71-72). Posteriormente, conforme os acontecimentos iam se espalhando pelos noticiários, os universitários e secundaristas iam aderindo a greve, todavia, não podemos esquecer que a mídia por um lado divulgava os preparativos para o 4º aniversário da “revolução”, e por outro, a repressão desta presente no primeiro corpo que lhe fugiu as mãos. Já que o estudante Edson, não foi o primeiro e nem o último corpo de estudante a ser vitimado pela Polícia Militar (PM), mas foi à primeira morte em que os militares não conseguiram conter a repercussão do ato, nem mesmo sobre justificava, em que “Para o governo, a ‘agitação’, colocando em risco a manutenção da ordem e a tranquilidade nacional, requer a tomada de medidas repressivas”. (VALLE, 2008:28). Neste sentido, se houve uma morte no meio dos estudantes a culpa não seria dos militares, mas, dos próprios estudantes que obrigavam a polícia a agir de maneira repressiva.

Outro momento de agitação em várias partes do país e em Campina Grande refere-se à realização da missa de sétimo dia do estudante secundarista, conforme informa o noticiário do jornal DB,

Exceção feita ao Ginásio da Imaculada da Conceição, SENAI, e Ginásio Anita Cabral, que realizaram aulas normalmente, todos os educandários campinenses, além de todas as escolas superiores da cidade, fecharam ontem suas portas, em sinal de solidariedade ao seu colega, estudante morto na Guanabara, vítima da ação da Polícia, que a todo custo tenta dispersar os movimentos estudantis em toda a nação, desde a última semana.

Na manhã de ontem estudantes de todas as Faculdades de Campina Grande, estiveram reunidos no pátio da Faculdade de Direito, quando de comum acordo, acertaram a realização, de logo mais às 8 horas na Catedral de Nossa Senhora da Conceição, de uma missa pela alma dos estudantes mortos ultimamente. (03/04/1968, p. 08).

Nesta perspectiva, a missa foi realizada na Catedral de Campina Grande em homenagem ao estudante sem a interrupção da PM, já no Rio de Janeiro os estudantes pretendiam realizar uma missa campal, que logo foi proibida pela PM, sendo esta realizada na igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro, contudo, antes mesmo que esta chegasse ao seu termino a cavalaria já tomava de conta do exterior da igreja.

Partindo deste pressuposto, a morte do secundarista Edson não é esquecida, mas, os movimentos estudantis, passado o imediato de sua morte, voltam suas atenções ao repúdio à política das Forças Armadas e aos problemas que os afligem, assim, é realizado o XXX Congresso da UNE.

Mesmo diante das evidencias de que o Congresso não deveria ser realizado na cidade interiorana de São Paulo – Ibiúna – os estudantes resolveram correr o risco e realizaram o XXX Congresso da UNE, nesta cidade. Congresso este que não concluiu sua missão devido ter sido interrompido pela Polícia Militar, ação esta que levou preso todos os estudantes que lá se faziam presentes, inclusive os paraibanos, levando os estudantes de Campina Grande a protestarem contra este ato conforme informa a matéria publicada no jornal DB,

Os estudantes campinenses voltaram, mais uma vez, à rua, na noite de ontem, protestando contra a prisão, pela Polícia paulista, dos seus colegas participantes do Congresso proibido da extinta União Nacional dos Estudantes (UNE), que se realizava na pequena cidade de Ibiúna, no interior do estado de São Paulo. (16/10/1968, p. 08).

Como resultado positivo das manifestações estudantis campinenses, o Governador João Agripino conseguiu que todos os estudantes paraibanos presos no XXX Congresso da UNE regressassem a Paraíba, conforme informa a matéria publicada no jornal DB,

O Governador João Agripino conseguiu, ontem, do Governador Abreu Sodré, de São Paulo, a libertação de todos os estudantes paraibanos, prêsos (sic) na capital paulista, após o malôgro (sic) do Congresso da UNE. O

governador paraibano, ainda, em São Paulo, determinou que os estudantes viajassem ao nosso Estado, em ônibus especial, a expensas do Govêrno (sic) paraibano.

Este movimento realizado pelos estudantes universitários campinenses, em prol da liberdade dos estudantes presos em Ibiúna e de outras bandeiras, não foi o último dos movimentos destes estudantes, mas, cumprindo uma delimitação temporal, e devido às limitações que se coloca para um artigo e diante da pesquisa realizada entre leituras bibliográficas, arquivos e diálogo com estudantes que militaram no corte temporal a que nos propomos a pesquisar, defendemos a tese de que, mesmo em um primeiro instante os estudantes tendo se articulado e não resistido à política autoritária que se implantou no Brasil a partir de 1964, estes estudantes, não estiveram de um sempre a margem da militância articulada pela União Nacional dos Estudantes, escrevendo a sua história de apoio a uma luta que contesta a gestão defendida pelas Forças Armadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

CITTADINO, Monique. **A UFPB e o Golpe de 1964**. Cadernos da ADUFPB-JP/SSIND. Ano 15, nº 10, 1993.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A UNE em Tempos de Autoritarismo**. 2. Ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FORACCHI, Marialice (Mencarini). **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira**. 2ª Ed. – São Paulo: Editora Nacional, 1977.

Jornal Diário da Borborema, Campina Grande, abril de 1964 a dezembro de 1968.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968**. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed.; Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 39-62.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros**. 2. ed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: O diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. 2 ed. Campinas, SP: Unicamp, 2008.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968: eles só queriam mudar o mundo**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2008.

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

ALINE: Entrevista para Erica Lins Ramos em 15/10/2007.

A ORALIDADE DOS DEPOENTES NAS FEIRAS CONTEMPORÂNEAS ALÉM-MAR

*Giovanna de Aquino Fonseca Araújo**

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar a metodologia utilizada na pesquisa histórica que teve como fonte primária de investigação a História oral. Para tanto faremos alguns apontamentos de como esta metodologia tem sido tratada não só no Brasil, mas também em Portugal, uma vez que a referida pesquisa abordou estes dois espaços. Em seguida mencionaremos as dificuldades empreendidas na coleta dos depoimentos, bem como os resultados que nos deram o aporte necessário para confirmarmos as hipóteses da investigação proposta.

Apresentação

A História oral como fonte metodológica¹ de investigação científica tem sido tratada como fonte de investigação história desde o movimento dos Anales, sobretudo na terceira geração. Entretanto os lugares de memória ainda “sofrem” algumas resistências, seja por parte dos entrevistados que muitas vezes não se dispõem a responder os questionamentos, ou mesmo pela própria academia que apresenta críticos a metodologia, que optam por considerá-la – história oral- como técnica², ou ainda como disciplina³.

Neste sentido o presente versará sobre os avanços e problemáticas evidenciadas neste campo. Para tanto dividiremos em cinco momentos, no primeiro deles intitulado História oral fonte primária de investigação histórica, discorreremos sobre a concepção metodológica da disciplina no geral, posteriormente discutiremos brevemente sobre a utilização desta fonte de investigação histórica dos dois lados do atlântico, no Brasil e em Portugal, e por fim

* Doutora em História (UFBA) e História Contemporânea (UMINHO- Portugal). Docente nas instituições: FAVIP, SEDUC-PMCG, SEDUC-PMP

¹ Concepção adotada a partir de leituras das autoras: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, como: AMADO, Janaína e Marieta de Moraes (coords.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

² História oral como cruzamento da tecnologia empreendida no século XX. Concepção presente na obra de Roger, Milliam. Notes on oral history. *Internacional Journal of Oral History*, 7(1):23-8, Feb. 1986.

³ Mikka, Ian. What on Earth is oral history? In: Elliot, James K. (ed.). *New trails in history*. Sydney, Australian Press, 1988, pp. 124-136.

trataremos da nossa experiência⁴ nos dois campos de atuação, destacando, sobretudo, as dificuldades encontradas sem solo luso ao inquirirmos os entrevistados, bem como os resultados alcançados.

História oral fonte primária de investigação histórica, aliada a memória dos que depõem

Sabe-se que apesar do Brasil ser um país em desenvolvimento, concentrando na década de 50 do século XX grande parte de marginalizados, foi na Europa e nos Estados Unidos que a História oral emergiu, dando “voz” aos excluídos, pertencentes aos movimentos sociais de classe.

O uso da fonte oral como metodologia tem ganhado espaço na academia desde a década de 1970 nos estudos da área de Humanas, sobretudo a História, a Antropologia e as Ciências Sociais. Sabemos, pois que, trabalhar com fontes orais hoje virou “modismo” para aqueles que investigam sobretudo a História Contemporânea. No entanto se faz necessário que fiquemos atentos a algumas questões para não cairmos nas “garras” dos críticos da História Oral.

Consideramos por exemplo o emprego da fonte oral associada à memória e as identidades para a construção dos sujeitos, uma vez que sabemos que no momento em que traçamos uma relação entre o nosso objeto com o contexto histórico, proporcionamos a reflexão pelos que estão sendo perguntados, além de permitir a este último que fale sobre o passado posicionando no presente. A memória se trata de uma representação das lembranças vividas e travestidas em experiências, tendo a oralidade como possibilidade de denúncia ou mesmo de anunciação para fatos até então silenciados. Nesse contexto, percebemos o papel da memória coletiva no mundo moderno estando associado aos aspectos culturais, ligados a experiência, ao cotidiano, as práticas coletivas de sobrevivência, a formas de resistências, aos embates, e todas as ações dos indivíduos praticadas individualmente ou em grupo que são rememoradas de forma autoconsciente fruto de um processo histórico.

Neste sentido, acreditamos ser a metodologia da História Oral, associada à memória dos que falam e do mundo popular, pois sabemos que no momento em que traçamos uma relação entre o nosso objeto com o contexto histórico, proporcionamos a reflexão pelos que estão sendo perguntados, além de permitir a este último que fale sobre o passado

⁴ Estudo de doutoramento realizado no período de 2007-2011, defendido em 2012. ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. *Continuidade e Descontinuidade no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007)*. Tese de Doutorado em História, UMINHO e UFBA, 2012.

posicionando no presente. Assim diversamente de um documento cartorial, a narração realizada na entrevista configura-se numa narração baseada na recordação, na rememoração de fatos acontecidos.

Breve relato da História oral no Brasil⁵

É sabido que a História oral como metodologia de investigação científica foi implantada no Brasil. Tal iniciativa foi resultado de cursos promovidos pela Fundação Ford, na Fundação Getúlio Vargas. Deu um lado viu-se os formadores de origem norte-americana, sobretudo mexicanos, do outro os formandos originários de instituições diversas, pesquisadores da área de Ciências Humanas e Sociais, a exemplo da História. O objetivo maior era o de dar visibilidade a estudos locais, resultante das experiências dos depoentes, bem como aproveitar a oportunidade da relação estabelecida entre as instituições, no sentido de fundar uma associação nacionalidade história oral. Objetivo somente alcançado na década de 1980, após abertura política, em um contexto onde se viu a necessidade de se preservar a memória dos envolvidos nos conflitos-ditatoriais.

Neste sentido os programas de pós-graduação passaram a fazer pesquisa utilizando essa metodologia (não ainda como fonte primária), nas produções de mestrado e doutoramento. Convém lembrar que a falta de familiaridade dos pesquisadores com a fonte, bem como a desorganização dos acervos eram elementos que atrapalhavam o processo. Marieta Ferreira (1998) descreve a respeito:

Até o começo dos anos 90, portanto, tinha-se o seguinte quadro no Brasil: a história oral não merecia figurar nos currículos dos cursos universitários, implicava pouca reflexão e não constava das programações de seminários e simpósios. Creio que várias ordens de fatores podem explicar essas dificuldades para a legitimação da história oral no Brasil: de um lado, questões de ordem política e econômica, e de outro, as características da própria concepção de história dominante nos meios acadêmicos brasileiros⁶.

Muitas foram as problemáticas vividas pelos adeptos da história oral, desde a utilização da fonte em si, como instrumento de veracidade até o fato de “explorar” por exemplo os discursos das elites políticas e classes dominantes ao invés de ouvir os “calados” do processo.

Na década de 1990 a história oral contou com uma forte aliada. Refirimo-nos a mudança de paradigma vivido pela própria história, diante do rompimento estruturalista. Passou-se a valorizar mais a análise qualitativa, bem como as experiências individuais dos sujeitos. A história cultural e social

⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. História Oral*, São Paulo, nº 1, p.19-30, jun. 1998. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/516.pdf acessado em 03 de Novembro de 2012.

⁶ Considerações presentes no texto: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. História Oral*, São Paulo, nº 1, p.19, jun. 1998.

ganha adeptos e com eles a utilização da oralidade como fonte primária de investigação científica, traduzida pelos autores da história– sujeitos responsáveis pela sua própria construção identitária.

Os anos 1990 deu lugar não só a democracia no cenário político, mas também nas academias, nos perfis criados para os “novos” cursos de História influenciados pelo que se vivia na França, com estudos do tempo presente a necessidade de se “resgatar” a memória individual e social dos agentes históricos.

Atualmente a metodologia da História Oral tem se difundido em todo o território nacional, nos programas de graduação e pós-graduação diversos, em pesquisas não só vinculadas as ciências humanas: história, geografia, antropologia, sociologia e filosofia, mas também nas áreas das ciências naturais e até as exatas.

Já em relação à Associação Brasileira de História Oral tem promovido bianualmente encontros⁷ nacionais e regionais, e disponibilizado publicação de periódicos em boletim eletrônico⁸, e revista⁹ de História Oral.

Breve relato da História oral em Portugal¹⁰

Diferentemente do Brasil a História oral em Portugal enquanto metodologia primária de investigação científica ainda ocupa um lugar bastante discreto. As evidências demonstram que somente na década de 1990, após o 25 de abril é que se ver indícios do uso dessa metodologia em pesquisas acadêmicas. No entanto, de maneira pouco significativa, haja vista ter como público alvo dos entrevistados majoritariamente participantes da revolução. Tanto é assim que foi criado o programa de história oral no Centro de Documentação 25 de Abril.

Ainda nos anos 1990, se viu outras iniciativas ainda discretas (no entanto relevantes) nesse campo, a exemplo do Museu da pessoa na Universidade do Minho, à Escola Superior de Educação de Santarém, à Rede Museológica do Município de Beja, ao Museu da Luz, ao Centro de Estudos de História do Atlântico na Madeira, à Academia de Marinha.

Somente nos anos 2000, as iniciativas ganharam maior visibilidade no que diz respeito a História oral, no entanto ainda como enquanto disciplina, foi o caso do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL. Neste sentido atividades acadêmicas nessa direção foram notadas como ressalta Luísa Tiago de Oliveira (2012):

(...) os primeiros congressos de história oral decorreram, nos meses de Outubro de 2006 e 2007, o primeiro na Faculdade de Letras da Universidade

⁷ Disponível em http://www.historiaoral.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=28 acessado em 31 de Outubro de 2012.

⁸ Disponível em <http://www.historiaoral.org.br/boletim/public> acessado em 31 de Outubro de 2012.

⁹ Disponível em <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho> acessado em 31 de Outubro de 2012.

¹⁰ Considerações presentes no texto: OLIVEIRA, Luísa Tiago de A História oral em Portugal. In: *Sociologia, problemas e prática*, n.º 63, 2010, pp. 139-156. Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n63/n63a08.pdf> acessado em 03 de Janeiro de 2012.

do Porto e o outro em Arcos de Valdevez, sucedendo-lhes o colóquio “Memória e Testemunhos Oraís”, organizado pela Fundação Mário Soares e pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, em Novembro de 2007, sendo que, em Fevereiro de 2009, a temática volta a ser abordada no seminário “Abordagens Biográficas, Memória, Histórias de Vida”, promovido pelo Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (ISCTE-IUL)¹¹.

Convém lembrar que António Costa Pinto foi pioneiro ao realizar uma prova académica sobre a emergência da história oral em 1986, que ficou inédita (Pinto, 1986).

Nota-se ainda que a difusão da história oral enquanto metodologia ainda está bastante escassa nas produções portuguesas, cabendo sua utilização a produções académicas científicas a partir de dissertações de mestrado e teses de doutoramento que apresentam como objeto de investigação a história política portuguesa, do Estado Novo e do 25 de Abril¹². Soma-se a isso trabalhos outros trabalhos que assumem a utilização dos testemunhos orais sobre o Estado Novo, ou ainda sobre a conjuntura revolucionária de tal período¹³.

Nos estudos dos anos 2000, as fontes orais não aparecem com frequência em estudos académicos na área de humanas¹⁴.

No entanto, não podemos nos esquecer de alguns trabalhos que tem fugido deste objeto – história política- e tem se debruçado para temas do cotidiano, mas que não apresentam a História oral como fonte primária de investigação, daí a diferença em relação ao Brasil.

Dificuldades encontradas no além-mar

Um conjunto de procedimentos que tem lugar central neste estudo são os relativos à chamada História Oral. Conquanto esta metodologia implique em problemas particulares, explorados em extensa bibliografia¹⁵, vimos nela a possibilidade de, através da observação e da interação entre

¹¹ *Ib dem*, p. 139.

¹² São estes por exemplo, os trabalhos de doutoramento: César Oliveira(1987), Fernando Rosas (1990), José Medeiros Ferreira(1991) e António Costa Pinto (1992).

¹³ São as investigações assinadas dos investigadores: João Freire (1992), João Madeira (1996), João Carlos Urbano Pires (1997), Paula Godinho (2001), Margarida Fernandes (2006), Dalila Cabrita Mateus (1999), José Pacheco Pereira (1999;2001;2005) , Luísa Tiago de Oliveira (2004), Vanda Gorjão (2002), Paula Borges Santos (2005), Inácia Rezola (2006), Maria Antónia Pires de Almeida (2006), Susana Martins (2005), Inês Fonseca (2007), Sónia Vespeira de Almeida (2009), Joana Tornada (2009).

¹⁴ É o caso dos trabalhos de mestrado de Diego Palácios Cerezales (2001) e de doutoramento de Irene Pimentel (2007) ou José Neves (2008), Palácios Cerezales (2003), Pimentel, (2007); Neves (2008).

¹⁵ Hall, M. (1992). *O direito à memória*. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo, p. 157-160 (“História Oral: os riscos da inocência”); Meihy, J. C. S. B. (2002). *Manual de História Oral*. 4ª Edição. Edições Loyola. São Paulo; Meihy, J. C. S. B. (org.). (1996). *(Re) introduzindo História Oral no Brasil*. Xamã. São Paulo; Alcazar I G. J.D. (setembro 1992-agosto 1993) As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*, v. 13, n. 25/6; Thompson, P. (1998). *A voz do passado: história oral*. 2ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro; Ferreira, M. de M. e Amado, J. (1996). *Usos e abusos da História Oral*.

pesquisador e sujeitos pesquisados, podermos ter acesso a informações e criar as condições necessárias para a compreensão do nosso objeto. Esta forma de investigação, como é bem sabida, implica um trabalho de campo, em que ocorre um contacto direto entre o pesquisador e as pessoas entrevistadas, evocando-se situações, locais, eventos¹⁶ e episódios¹⁷ do presente e do passado. Ela possibilita a criação de fontes para o estudo de indivíduos e grupos pertencentes a setores sobre cuja vida, muitas vezes, a documentação cartorial nada diz. O registro dos depoimentos e diálogos é como que um prolongamento desses contactos.

Num plano mais geral, nosso trabalho foi enquadrado no campo da história social da cultura¹⁸, em que se articulam uma história do cotidiano e uma história local de cada um dos lugares investigados.

A metodologia utilizada em nosso estudo privilegiou os relatos da História Oral, mas também foi pesquisado um conjunto diversificado de fontes de outros tipos, incluindo registros de diferentes instituições públicas e notícias de jornal. No trabalho de campo, além das entrevistas com feirantes e fregueses, utilizamos levantamentos fotográficos e cartográficos. Foram entrevistadas cerca de 240 pessoas (120 no Brasil e 120 em Portugal). Optamos por preservar as identificações dos depoentes atribuindo-lhes pseudônimos.

A aceitação em relação ao uso dessa metodologia não foi o mesmo no Brasil e em Portugal. Na verdade pelo fato de no Brasil este recurso já ser veemente utilizado na academia a aceitação ocorreu de maneira mais fácil, não tivemos grandes problemas no que diz respeito ao exercício dos inqueritos.

No Brasil, seguimos todas as etapas¹⁹ necessárias para as entrevistas, ouvimos os depoentes a partir de uma seleção de questões, questões essas relacionadas ao que queríamos investigar, enquanto problemática, evidenciada na constatação de nossa tese.

Já em Portugal a recepção não foi à mesma, nem por parte da academia, haja vista muitos questionamentos terem nos feito em relação a veracidade da pesquisa já que tratava-se de fontes orais como fonte primária de investigação, nem por parte dos inquiridos que se recusavam a responder.

Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro; Montenegro, A. T. (1992). *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. Contexto. São Paulo; De Certeau, M. (2008). *A escrita da história*. 2ª edição. Forense-Universitária. Rio de Janeiro, pp. 211-242 (“Os sistemas de sentido: o escrito e o oral”); Portelli, A. (1990). O que faz a história oral. *Revista Brasileira de História*, v.9 n°19: pp. 219-243.

¹⁶ Conceção de evento, adotada do historiador francês Paul Marie Veyne, como relacionada aos acontecimentos não apenas económicos, mas sobretudo políticos e sociais, vislumbrando uma reflexão mais próxima da História como um todo, da História Geral. Os eventos relacionados, portanto, ao contexto no qual estão inseridos. Ver: Veyne, P. M. (1995). *Como se escreve a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3ª edição. Editora da Universidade de Brasília. Brasília.

¹⁷ Percebemos os episódios a partir de uma análise de “descrição densa”, influenciados por Clifford Geertz. Vemos a cultura relacionada a uma teia de significados e não de maneira isolada. Assim são também os episódios. Ver: Geertz, C. (1973). *A interpretação das Culturas*. Zahar. Rio de Janeiro, p. 15.

¹⁸ Barros, J. D (2008). *O Campo da História: especialidades e abordagens*. 5ª Edição. Vozes. Petrópolis, pp. 55-90 (“História Antropológica e História Cultural”).

¹⁹ Meihy, J. C. S. B. *Manual de História Oral*. 4ª Edição. Edições Loyola. São Paulo, 2002.

Muitos foram os “não” que recebemos quando aproximávamo-nos dos candidatos às entrevistas, respondiam negativamente, o não dizia respeito a três concepções: “não tinham interesse pela pesquisa”, “não tinham tempo a perder”, ou “não podiam ajudar financeiramente”.

Muitas vezes após convenceremos o entrevistado a nos responder, após as perguntas objetivas, quando íamos fazer as perguntas subjetivas fazendo uso do recurso tecnológico do gravador, os entrevistados se recusavam a continuar com a entrevista com receio que sua fala fosse gravada e utilizada para outros fins, que não fosse à investigação científica.

Resultados alcançados

A utilização da História oral enquanto fonte primária de investigação em nosso estudo representou não só aquilo que é um dos objetivos desta metodologia no que concerne a dar visibilidade, as vozes daqueles que sempre estiveram “calados”. Refirimo-nos sobretudo aos feirantes valorizando suas experiências, seus contextos, suas diferenças. Mas também propiciou o entendimento de que a oralidade pode ser trabalhada como fonte primária articulada (dialogando) a outras fontes de investigação científica. A saber: periódicos (jornais, revistas científicas, sites), fotografias, livros, produções resultantes de pós graduações das diversas áreas do conhecimento (monografias, dissertações e teses), letras de músicas, poesias (cordel), dentre outras.

Os discursos dos dois lados do atlântico demonstraram que as feiras contemporâneas continuam sendo espaços de convívio, de sociabilidade²⁰, lugares de memória, lugar de diversão, entretenimento, mas também de muito trabalho, lugares de resiliências, de ressignificação, de concentração econômica, e também cultural, diante da troca de experiências, dos aprendizados, do patrimônio imaterial que merece ser preservado.

Na contemporaneidade, apesar de o capitalismo periférico se instalar a uma velocidade acentuada, com os supermercados luxuosos e higienizados, as feiras continuam a existir com características múltiplas, mantendo a ideia de local de perambulações à procura de compras, vendas, trocas, prazer, entretenimento, diálogo, amizades, furtos, vícios, enfim, polissêmicas sociabilidades. As feiras continuam a ser lugares de múltiplas territorialidades, sejam econômicas, políticas ou culturais, tecidas em mudanças que se misturam, se dissolvem e se transformam no dia-a-dia. A feira se constitui, em suma, num espaço de mobilidades

²⁰ Conforme elucidamos, ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. O cotidiano das feiras: aspectos sociais. *In: Continuidade e Descontinuidade no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007)*. Tese de Doutorado em História, UMINHO e UFBA, 2012, PP. 88-105.

comerciais e sociais que se concretizam através das diversas transformações ocorridas não só na localização geográfica e produtos comercializados, mas também nas formas de fazer a feira: atos, gestos, performances corporais e dizeres, fomentados pelos atores sociais que frequentam e transitam pelos seus labirintos. Estas dinâmicas tecem-se numa rede de sociabilidades vivenciadas pelos agentes sociais no âmbito dos territórios construídos e reconstruídos²¹.

Os discursos demonstraram também de maneira convergente que: diante da efervescência da globalização, mesmo buscando a conservação de algumas tradições, é notoriamente impossível que estes mercados tradicionais se mantenham no decurso do tempo, sem alterações. Neste sentido as resistências se dão em formato de resiliência, de ressignificação das tradições, de continuidade e de adaptação, criadas e recriadas pelos seus principais protagonistas — feirantes e fregueses.

Já a oralidade daqueles que representaram na pesquisa os poderes públicos e o turismo, cada um a sua maneira, consideraram as feiras contemporâneas não só como espaço de conflito, de disputa política, mas também como espaço de elevada importância no cenário econômico, histórico, cultural. Devendo portanto ser ressignificado, readequado às dinâmicas de mercado, adotando políticas de incentivo e valorização desses espaços.

Convém lembrar, ainda, que, para entendermos as falas dos feirantes e fregueses, foi preciso considerarmos a relação dialética existente entre a sua experiência e a consciência social dos sujeitos, expressa por meio da relação estabelecida entre oralidade e memória. Uma e outra foram consideradas de maneira associada, já que a memória foi abordada como uma representação das lembranças vividas e travestidas em experiência, enquanto a oralidade foi interpretada como a possibilidade de denúncia ou mesmo de anúncio de factos até então silenciados.

Os diversos tipos de documentos analisados permitiram perceber as diferenças entre os intervenientes, não só quanto aos gêneros, mas também quanto aos objetivos e interesses. É o caso, por exemplo, das elocuções proferidas pelos depoentes que ocupam lugares de fala diferentes, como os representantes dos poderes públicos e os feirantes. Em cada um destes grupos sociais as similitudes igualmente são percebidas, uma vez que existem interesses comuns.

²¹ *Ibidem*, p. 621.

O trabalho contribuiu para o enriquecimento da historiografia portuguesa, não apenas no sentido de preencher a lacuna que existe em relação a este tema na época contemporânea, mas também no que se refere à redescoberta de temáticas envolvidas com o fortalecimento do Patrimônio Cultural e imaterial português ainda pouco investigado, apesar da riqueza de seu acervo. Não é demais lembrar que todas essas concepções evidenciadas pelo uso da oralidade em primeiro plano.

Em relação à Historiografia Brasileira, apesar da existência de vários estudos no âmbito das Ciências Humanas e Sociais com o aporte temático relacionado às feiras, sejam elas modernas ou contemporâneas, entendemos que nenhum estudo percebeu as feiras em seu conjunto, nem tampouco estabeleceu uma análise comparativa com as feiras de além-mar.

Referencial bibliográfico

AMADO, Janaína e Marieta de Moraes (coords.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. *Continuidade e Descontinuidade no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1986-2007)*. Tese de Doutorado em História, UMINHO e UFBA, 2012.

BARROS, J. D. História Antropológica e História Cultural. In: *O Campo da História: especialidades e abordagens*. 5ª Edição. Vozes. Petrópolis, 2008, pp. 55-90.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª edição. Forense-Universitária. Rio de Janeiro, 2008, pp. 211-242.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil*. *História Oral*, São Paulo, nº 1, p.19-30, jun. 1998.

MEIHY, José Carlos S. B. *Manual de História Oral*. 4ª Edição. Edições Loyola. São Paulo, 2002.

MIKKA, Ian. What on Earth is oral history? In: Elliot, James K. (ed.). *New trails in history*. Sydney, Australian Press, 1988.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. Contexto. São Paulo, 1992.

OLIVEIRA, Luísa Tiago de A História oral em português. In: *Sociologia, problemas e prática*, n.º 63, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral. *Revista Brasileira de História*, v.9 nº19: pp. 219-243, 1990.

ROGER, Milliam. Notes on oral history. *Internacional Journal of Oral History*, 7(1):23-8, Feb. 1986.

VEYNE, Paul. M. *Como se escreve a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3ª edição. Editora da Universidade de Brasília. Brasília, 1995.

MEMÓRIA E ORALIDADE: O MUSEU HISTÓRICO LAURO DA ESCÓSSIA E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

*Marcílio Lima Falcão**

A cidade contemporânea torna-se um labirinto de imagens. Ela se dá uma grafia própria, diurna e noturna, que dispõe um vocabulário de imagens sobre um novo espaço de escritura. Uma paisagem de cartazes organiza nossa realidade. É uma linguagem mural com repertório das suas felicidades próximas. Esconde edifícios onde o trabalho foi encerrado, cobre os universos fechados do cotidiano.

Michel de Certeau¹

O museu é um espaço de exposição e construção de olhares sobre o passado. Lugar em que “a cultura material é elaborada, exposta, comunicada e interpretada,”² onde os objetos expostos em salas e galerias tendem a conservar o passado. No entanto, “os fragmentos do passado não podem ser vistos apenas como peças que reproduzem suas utilidades originais, mas como objetos que devem ser pensados e relacionados criticamente a outros objetos do presente.”³

Nesse aspecto, o Museu surge como espaço em construção, quer pela ação dos diretores, quanto à organização e exposição dos objetos, quer pelas atitudes dos visitantes em relação ao que se observa. Seu o papel social não se restringe a guardião do passado, mas incita a reflexão sobre a importância social e simbólica dos objetos nas experiências e relações sociais das sociedades em que estavam inseridos. Foi nessa direção pela

* Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

¹ CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**; tradução Enid Abreu Dobránszky. – Campinas, SP: Papyrus, 1995. – (Coleção Travessia do Século). p. 46.

² BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **Museus Históricos na França: entre a reflexão histórica e a identidade nacional**. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. Nova Série. v. 5. – jan./dez. 1997. p. 190.

³ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. **A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento)**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. Nova Série. Nº 1. 1993. p. 213.

uniformização da história que os objetos poderiam apresentar abrangência “universal, nacional e local/regional”⁴ e de construção de identidades.

Assim, as questões relacionadas à abrangência, à forma de organização do acervo, ao papel social do museu e sua transformação em lugar de memória fez do Museu Histórico Municipal de Mossoró um lugar de fabricação e reprodução da memória da resistência ao bando de Lampião e da trajetória de Jararaca em Mossoró.

Com a intenção de constituir espaços voltados à coleta de materiais geológicos, paleontológicos, arqueológicos e de mineralogia, pesquisadores como Câmara Cascudo e Vingt-Un Rosado demonstraram interesse em organizar museus que facilitassem a conservação dos objetos como resquícios do passado e incentivassem a pesquisa dos recursos minerais no Estado do Rio Grande do Norte.

Na edição de abril de 1950, O Boletim Bibliográfico⁵ comenta sobre a possibilidade de organização de dois museus no Rio Grande do Norte. Cita-se a tipologia do museu e o zoneamento geográfico à sua construção.

Ocorre-nos a essa altura, repetir a valiosa sugestão de Luis da Câmara Cascudo, sobre a fundação de mais dois museus, com maior amplitude dos que estamos lembrando. O Museu de Natal e um museu na região do Seridó, que talvez pudesse se localizar em Currais Novos. O Museu de Natal preocupar-se-ia mais com as Ciências Sociais no RN. O Museu de Currais Novos se especializaria em Geologia e Mineralogia do Rio Grande do Norte. O Museu Municipal de Mossoró, em funcionamento desde 30 de setembro de 1948, preocupar-se-ia principalmente com arqueologia e paleontologia do RGN. Pois a sua Seção de Arqueologia já está reunindo mais de 1010 peças, quase todas do nosso Estado já oferecem regular material para estudo e o fato de se localizar a cidade de Mossoró na região cretacea, região mais rica em fósseis no Estado, além de sua proximidade de regiões possivelmente quaternárias, pois há informações de fósseis de mamíferos no Trapiá, Município do Assu e em São Miguel, no interior do Estado, indicaria um maior desenvolvimento para a seção de Paleontologia. A especialização não redundaria em exclusivismo. Qualquer um dos museus possuiria duplicatas ou documentário fotográfico do que tivesse os

⁴ Ibidem. p. 213

⁵ O Boletim Bibliográfico foi criado pelo Decreto nº. 04 de 05 de abril de 1948, da Prefeitura Municipal de Mossoró. Órgão de publicação mensal da Biblioteca Pública Municipal de Mossoró e do Museu Municipal de Mossoró, publicava as atividades desenvolvidas na biblioteca como no museu e em seus relatórios aparecem os dados das pesquisas e visitas feitas a essas duas instituições, bem como a publicação de artigos sobre personalidades da cidade e de assuntos de interesse local como a produção de sal e os problemas sociais como a seca.

outros, e também colecionaria o que tivesse na região de interesse científico, e que não fosse da alçada os seus congêneres. Resumindo: o Museu de Mossoró procuraria se especializar cada vez mais em arqueologia e paleontologia do RGN, o Museu de Natal seria um verdadeiro Museu Social do Estado e o Museu de Currais Novos estudaria de preferência a geologia e a mineralogia da Província.⁶

A criação do Museu Municipal de Mossoró ocorreu a partir da fundação da Biblioteca Municipal durante a gestão de Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia, em 1948. Maria Lúcia Escóssia, diretora do museu desde 1984, afirma que:

O Museu nasceu com a criação da Biblioteca Municipal. O prefeito dessa época era Dix-Sept Rosado, então com a ideia de Dr. Vingt-Un Rosado, irmão de Dix-Sept, foi criada a biblioteca que funcionou no ACEU. Então, eles resolveram dividir e criar o Museu, é tanto que o Museu não tem Lei de fundação, quem tem é a Biblioteca. Ele funcionou lá até muito tempo, mas depois as coisas ficaram guardadas durante muito tempo. Em 1976 ele foi reativado e ficou ali na Rua 30 de Setembro sob a direção de Lauro da Escóssia, isso era prefeito João Newton Escóssia. Então, o Museu ficou lá durante muito tempo até que foi criado o Centro Histórico Cultural Manoel Hemeterio e o Museu começou a funcionar nesse local.⁷

A necessidade de estrutura física adequada é apontada por Maria Lúcia como um dos maiores problemas. Há mais de uma década que essa instituição necessita de reforma, sendo que suas coleções estão expostas a muitos problemas característicos dos museus. Sem sede própria, tanto Museu como Biblioteca ocuparam diferentes espaços no centro da cidade, até sua transferência para o Centro Cultural Manoel Hemetério. Esse prédio fora construído em 1880 para funcionar a Cadeia Pública.

Os objetos líticos e cerâmicos são citados por Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva, como a coleção mais antiga e uma das mais expressivas do Estado.

Os artefatos desta coleção computam aquisições advindas das mesorregiões Agreste, Central, Leste e Oeste do território potiguar. A coleção é composta basicamente por duas categorias de artefatos: líticos e cerâmicos. A grande maioria dos artefatos (cerca de 95%) são líticos lascados e/ou polidos. O material polido pode ser agrupado nos seguintes conjuntos artefatuais: lâminas de machado, cunhas, cinzéis, mós, mãos de mó, almofarizes, pilões e batedores – esféricos e semi-esféricos. Nestes conjuntos sobressaem-se as

⁶ Boletim Bibliográfico. Ano II. n.º. 23. abril de 1950. p. 07.

⁷ CASTRO, Maria Lúcia da Escóssia de. 82 anos, diretora do Museu Histórico Lauro da Escóssia, desde 1984. Entrevista realizada no dia 23 de dezembro de 2010 em sua residência localizada no Centro da cidade de Mossoró.

lâminas de machado. No que diz respeito ainda ao material lítico polido, existe também na coleção algumas contas de colar e um tembetá (adorno labial). No que concerne aos líticos lascados, há no Lauro da Escóssia a maior coleção de pontas de projeteis do estado. De fato, a menor quantidade de peças na coleção arqueológica do Museu Histórico Lauro da Escóssia fica por conta das cerâmicas, são cinco cachimbos, ou mais precisamente cinco forninhos de cachimbo que apresentam decoração incisa e excisa, havendo em um dos artefatos a elaboração de motivos geométricos em uma das superfícies.⁸

Além dessa coleção, o Museu Lauro da Escóssia possui os exemplares dos jornais *O Mossoroense* (a documentação possui exemplares do jornal desde sua fundação em 1872), *O Nordeste* e o *Correio do Povo* (ambos circularam nos anos de 1920, mas os exemplares são reduzidos e poucos foram conservados). Apesar dos exemplares mais antigos se encontrarem deteriorados e de difícil leitura, essa documentação é importante, pois esses jornais citam e mapeiam a trajetória dos cangaceiros na zona oeste do Rio Grande do Norte. Outros documentos, como as fotografias de cangaceiros e dos habitantes de Mossoró entre 1920 a 1960 estão presentes nos arquivos doados pela família do fotógrafo Manoelito.⁹ Há também as armas deixadas por cangaceiros e resistentes durante e após o combate de 13 de junho de 1927.

Esse acervo é composto pelo jornal *O Mossoroense*. Esse jornal foi vendido em 1975, mais ou menos, ai Lauro da Escóssia trouxe todos esses jornais pra cá. Nós temos desde o primeiro número, de 1872. Esses jornais servem muito para os universitários, são bem conservados. Aqui eles vêm e procuram *O Mossoroense*, pois não circulou diretamente. É o terceiro jornal mais antigo do Brasil ainda em circulação. Ele saiu de circulação em algumas épocas por questões políticas, por questões econômicas, mas são 38 anos que o jornal circula aqui em Mossoró.

Nós temos os jornais *O Mossoroense*, mas do cangaço nós temos pouco, como os estilhaços de bala que foi doado depois que foram fazer um serviço na Capela, encontraram os estilhaços de bala, aí trouxeram pra cá e temos também o acervo de Manoelito. Ele chegou aqui em 1933 e quando ele faleceu a família dele fez uma doação muito grande do acervo de seu Manoelito, nós temos aproximadamente 10 mil fotografias e uns quarenta

⁸ SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da. A "**Estratigrafia do Abandono**" em dois museus públicos potiguares. **O Público e o privado** - n°. 12 - Julho/Dezembro – 2008. p. 64.

⁹ Manoelito Pereira dos Santos Magalhães Benigno nasceu em Fortaleza-Ce em 1910 e faleceu em Mossoró em 1980. Quando chegou em 1933, “a cidade não dispunha de fotógrafo e, por isso, veio de Fortaleza a pedido da família Escóssia para trabalhar na Foto Escóssia, que ficava na Praça Rodolfo Fernandes e pertencia a Augusto da Escóssia.” (**Jornal de Fato, Caderno Domingo**, 15 de agosto de 2010. p. 09). O acervo de Manoelito está arquivado no Museu Lauro da Escóssia e dispõe de cerca de 50 mil fotos entre positivos e negativos.

mil negativos. As fotografias nós começamos a identificar. Como é gente do meu tempo, nós começamos a identificá-las. Tem muita foto identificada e muita gente procura essas fotos aqui.¹⁰

Maria Lúcia Escóssia cita a importância de Lauro da Escóssia para a composição de outro corpus documental para o museu: os exemplares do jornal *O Mossoroense* que ampliaria a tipologia das fontes do acervo. Aos poucos, o que era para ser um museu voltado para arqueologia e paleontologia ganha outra forma com a chegada de Lauro da Escóssia e do acervo do seu antigo jornal.

Essa nova documentação mudou paulatinamente o foco de atuação do museu e as visitas, pois a documentação jornalística serviu como forma de divulgar, por meio da comunidade estudantil que frequentava o museu, a invasão dos cangaceiros em 1927 e, com ela, toda uma série de acontecimentos, como a resistência dos mossoroenses, a prisão de Jararaca, sua entrevista a Lauro da Escóssia e os objetos deixados durante o combate.

O museu passava a ser o guardião da documentação que citava esse fato, e seus funcionários se preparavam para divulgá-la à sociedade mossoroense, através dos estudantes que visitavam a instituição. Foi montada uma estrutura para se constituir uma memória sobre a resistência ao bando de Lampião bem como a própria permanência de Lauro como o principal articulador dessa narrativa memorável.

Antônio Filemon Rodrigues Pimenta começou a trabalhar no Museu Municipal de Mossoró em 1978. Em seu relato, expõe uma profunda admiração a Lauro da Escóssia:

Eu tive o privilégio de trabalhar com ele, logo quando eu cheguei ao museu. Nesse tempo seu Lauro era diretor do Museu, jornalista, repórter, tudo isso. Ele até gráfico foi no jornal *O Mossoroense*. Então, devido a essa atividade no jornal *O Mossoroense*, e como o Museu necessitava de um diretor que gostasse de cultura, que entendesse de cultura e que fosse ligado à cultura mossoroense, o prefeito Dix-Huit Rosado o convidou para ser diretor do Museu Municipal. Evidentemente, como ex-diretor de *O Mossoroense* levou todos os arquivos de *O Mossoroense* para o museu, inclusive ainda tem esse acervo. Nem o jornal *O Mossoroense* tem o acervo que existe no Museu Histórico Lauro da Escóssia. Esse acervo serve para as visitas. De primeiro a gente recebia muitas escolas, principalmente municipais, que agendavam as visitas ao museu. Minha preparação, quando eu trabalhava lá no museu, era escrever e esperar os alunos lá no museu. Não só mostrava os objetos, como muitas vezes a gente levava os estudantes para uma sala e

¹⁰ CASTRO, Maria Lúcia da Escóssia de. Entrevista realizada em 23/12/2010.

dava palestras pra eles. E depois, com o museu já ficando precário, a direção passou a me mandar às escolas para fazer palestras. A ligação com a sociedade era essa. O ponto chave eram as escolas. Isso começou de 1970 pra cá, pois eu entrei no município em 1977 e cheguei ao museu em 1978. Essas atividades foram em 1985, pois antigamente o museu só recebia as escolas que estavam perto, as outras mais distantes não tinham nem transporte pra ir. Não tinha aquele processo de ônibus escolar, então era difícil para os colégios. Iam mais os colégios do centro, mas depois da mudança para o Centro Histórico, onde era a Cadeia Velha, a prefeitura já tinha condições de alugar um ônibus e mandar os alunos para a escola e para o museu. As próprias professoras agendavam. O museu se organizava para receber, especialmente eu, pois era orientado para fazer esse trabalho.¹¹

Filemon nos dá indícios de como eram organizadas as visitas e como o trabalho de exposição e discussão sobre os objetos eram feitos. Filemon passa a ser o articulador do que deveria ser escrito e dito sobre os objetos existentes no museu. Sua atividade no museu foi muito além de guia, pois em sua fala ele nos mostra como as visitas ocorriam (o público era, em sua maioria, alunos das escolas da educação básica): eram apresentados os objetos e posteriormente Filemon fazia uma exposição do material existente sobre o cangaço. Eram suas visões sobre a documentação existente sobre o cangaço que os visitantes ouviam:

A gente começava a contar a história do próprio prédio, em si. E depois passava pro Centro Manoel Hemetério, depois passava para os assuntos mais empolgantes da cidade, que é a Libertação dos escravos, o Motim das Mulheres, o Voto Feminino e evidentemente, não poderia deixar o cangaço, pois esse era o objetivo principal e a visita em si, a gente ia acompanhando, tinha os dados e eles iam fazendo perguntas. A curiosidade dele era que iam puxando a visita. O objetivo da gente era o leque histórico. Parece que são 52 mil peças, então a partir das perguntas dos alunos a gente ia orientando.¹²

As lembranças de Felton Almeida se referem a um tempo em que o Museu foi a casa das narrativas sobre a Invasão de Lampião/Resistência dos mossoroenses e que ao misturar em sua narrativa elementos vivenciados em seu trabalho no Museu com as narrativas sobre a Invasão dos Cangaceiros a Mossoró reforça a reflexão de que:

no processar da memória estão presentes as dimensões do tempo individual (vida privada – roteiro biográfico) e do tempo coletivo (social, nacional, internacional). Os sinais exteriores são referências e estímulos para o afloramento de lembranças e recordações individuais que constituem o

¹¹ PIMENTA, Antônio Filemon Rodrigues. 64 anos. Aposentado. Entrevista realizada em sua residência no dia 10/12/2010, na cidade de Mossoró.

¹² Idem.

substrato do ato de rememorar, que se relaciona segundo Halbwaschs (1990) com os quadros sociais da memória.¹³

Além da seleção dos acontecimentos que deveriam ser lembrados e comemorados, a existência de uma linearidade nas explicações aos estudantes fez com que um acontecimento passasse a ser mais divulgado que outro: tratava-se da relação de Mossoró com o cangaço como o principal assunto e do Museu Municipal como lugar de memória desse fato.

Essa narrativa, quando se refere à cadeia pública, contempla desde a construção do prédio até a permanência de Jararaca nesse local. Quanto aos jornais, são vistos como documentos que comprovam e dão consistência ao que está sendo narrado sobre a resistência. É através dessas atividades que o museu passa a ser, além de um lugar de conservação do passado, um espaço que produz e reproduz uma memória sobre a resistência dos mossoroenses ao grupo de Lampião.¹⁴

Nas margens dessa narrativa a trajetória de Jararaca aparece nas exposições e explicações aos visitantes, pois, entre as atividades desenvolvidas pelo museu, na época de Lauro da Escóssia, o dia 13 de junho tinha destaque, uma vez que Lauro organizava as comemorações do dia 13 de junho no Museu Municipal. Segundo Filemon Pimenta, “a cada ano que a gente comemorava o 13 de Junho, a gente ia melhorando as coisas. Aí depois, além daquelas fotografias, existiam exposições de livros e participação nas rádios no mês de junho.”¹⁵ Com essas comemorações, as narrativas produzidas pelos funcionários do museu chegavam a muitos que não frequentavam a instituição.

Quanto a Jararaca, Filemon comenta a visão de Lauro da Escóssia:

Achava que Jararaca era um injustiçado, pela maneira de como foi assassinado. Bandido, ele sempre achou que ele foi, agora à maneira covarde com que mataram ele, seu Lauro achava que ele tinha sido injustiçado, porque primeiro mentiram dizendo que tinham levado pra Natal, mas levaram foi para o cemitério. Ele achou que Jararaca podia ser condenado porque era uma

¹³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral- memória, tempo, identidades**. – 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.p. 16.

¹⁵ PIMENTA, Felon Rodrigues. Entrevista realizada no dia 10/12/2010. É interessante perceber que, durante a direção de Lauro da Escóssia (1976–1988), as questões relacionadas à resistência dos cangaceiros a Mossoró e a trajetória de Jararaca foram tratadas com muita peculiaridade, uma vez que Lauro tinha vivenciado a resistência à tentativa de invasão dos cangaceiros e era o principal responsável pelas reportagens que circularam no jornal *O Mossoroense* sobre o assunto. É nesse sentido que Lauro da Escóssia, ao dirigir o Museu Municipal, esforçou-se em reforçar a atuação do museu diante desse acontecimento e influenciou na construção de uma narrativa sobre a invasão e sobre Jararaca.

história viva. Ele podia revelar muito a história do cangaço, descobrir muita coisa. E seu Lauro me dizia que mataram ele como queima de arquivo, né. Ele me dizia que mataram Jararaca por causa disso, pois ele poderia descobrir muita coisa, muitos coronéis. Seu Lauro achava isso: que ele foi injustiçado. Que seja bem dito: Ele não achava que Jararaca fosse santo. Ele achava que Jararaca merecia pagar na cadeia pelos crimes que cometeu, mas não morrer da maneira tão rápida e violenta, tão mentirosa daquela maneira.¹⁶

As lembranças de Filemon Pimenta mostram o quanto a experiência de quem vivenciou os acontecimentos influenciou na construção da memória. Ser visto como bandido não era nada de se estranhar, mas apresentá-lo, como injustiçado por meio de narrativas produzidas a partir de instituições importantes como o Museu e o Jornal, fizeram de Lauro da Escóssia, enquanto homem de imprensa, o principal articulador e divulgador da visão de injustiçado a Jararaca.

Foi como diretor de Museu Municipal que Lauro da Escóssia encontrou espaço para produzir uma memória sobre o ex-jornal de sua família e sua atividade como jornalista. A organização do acervo já existente e a inclusão da documentação do *O Mossoroense* deram suporte para que a resistência conseguisse status de grande acontecimento da cidade. Assim, o Museu passava a ser uma instituição importante na produção das narrativas sobre o passado de Mossoró e para a manutenção de uma memória sobre Lauro e seu jornal (*O Mossoroense*).

Aqui tem história. Quando as escolas iam para o museu, eu contava a história do Museu, a história do prédio que é de 1880. Tem muita história bonita aqui, como em 1878, foi iniciada a construção da cadeia. Em 1880 acontece a inauguração simbólica da cadeia, em 1883, com o movimento abolicionista houve reunião aqui da sessão magna da libertadora mossoroense para libertar os escravos. Em 1927, aconteceu aqui no prédio a solenidade de votação da primeira eleitora da América do Sul. Ela não era mossoroense, era natalense, D. Celina Guimarães Viana e também tem a prisão do destemido cangaceiro Jararaca. Todo mundo que vem aqui pergunta: a cela que Jararaca ficou foi essa? Mas eu explico que não. Não era desse jeito, devia ser muito diferente. Em 1980 foi o centenário do edifício, o prédio é tombado pelo Patrimônio Nacional com o nome de Dr. Manoel Heméterio.

Eles perguntam muito sobre Lampião, sobre Jararaca. Perguntam sobre a roupa de Jararaca, mas a gente conta a história que temos no Museu. Aqui no Museu, nós temos um acervo muito grande, nós temos arqueologia, paleontologia, o estandarte que foi confeccionado na época da libertação

¹⁶ Idem.

dos escravos pela abolicionista Amélia de Sousa Galvão. Nós temos os dados de Celina Guimarães Viana.¹⁷

Nota-se que, ao dar importância à resistência ao bando de Lampião, a trajetória de Jararaca em Mossoró surge à margem de uma memória que se constituía a partir dos posicionamentos de Lauro da Escóssia, na documentação jornalística e das conversas que mantinha com funcionários, como Filemon Pimenta e Maria Lúcia.

A documentação sobre o cangaceiro Jararaca está exposta na segunda ala do Museu Municipal Lauro da Escóssia e restringe-se à entrevista feita por Lauro da Escóssia, em 1927, e três fotografias feitas na cadeia pública. Constituída por cópias de fotografias que apresentam os cangaceiros e volantes que estiveram presentes em Mossoró em 1927, essa exposição é permanente. Tem destaque as imagens do prefeito Rodolfo Fernandes e sua residência (local que funcionou como trincheira em junho de 1927), duas imagens do cangaceiro Jararaca (uma entre os soldados que o prenderam, e a outra mostra Jararaca baleado na Cadeia Pública de Mossoró) e a foto de Lampião com o cangaceiro Luiz Pedro.

Foto 07 – Exposição sobre a Resistência Mossoroense aos cangaceiros.



¹⁷ CASTRO, Maria Lúcia da Escóssia de. Entrevista realizada em 23/12/2010.

Fonte: Museu Lauro da Escóssia. Fotografia tirada no dia 01-06-2011. Acervo do autor.

Foto 08 – Jararaca Preso



Fonte: Museu Lauro da Escóssia. Fotografia tirada no dia 01-06-2011. Acervo do autor.

Essa foto fica exposta na segunda ala do Museu. Não tem como um visitante não vê-la, pois a forma como está exposta, próxima à entrada da terceira ala, põe o visitante em contato direto com a imagem do cangaceiro. Jararaca é o cangaceiro mais exposto no museu.

As outras imagens apresentam resistentes e cangaceiros, que se enfrentaram em Mossoró. A foto dos cangaceiros foi tirada em Limoeiro do Norte, no Ceará, e revelada no Ateliê de José Octávio, em Mossoró no ano de 1927. Ainda compõe a exposição a fotografia de Lampião e alguns volantes, e a entrevista feita por Lauro da Escóssia a Jararaca

Foto 09 – Mossoroenses que lutaram contra os cangaceiros em Mossoró.



Fonte: Museu Lauro da Escóssia. Fotografado em 01-06-2011. Acervo do autor.

Atualmente, no mês de junho, o Museu Lauro da Escóssia organiza outra exposição sobre o cangaço, como forma de marcar presença nas atividades comemorativas sobre a Resistência Mossoroense e de participar das festividades organizadas pela Prefeitura de Mossoró e Sociedade Brasileira de Estudos do Cangaço (SBEC), que nesse período organiza

o Fórum do Cangaço (o evento está em sua 13ª edição). Esse fórum reúne alunos da educação básica e das universidades locais para participarem das atividades promovidas pela SBEC. No fórum de 2010, uma das atividades foram as visitas ao Museu, Capela de São Vicente e Memorial da Resistência.

Foto 10 - Exposição sobre o Cangaço.



Fonte: Museu Lauro da Escóssia. Fotografia tirada no dia 01-06-2011. Acervo do autor.

Mesmo com poucos documentos, as narrativas que apareceram sobre Jararaca são intensas, uma vez que Jararaca foi o único cangaceiro preso, fotografado e entrevistado sobre os motivos que levaram os cangaceiros a invadirem a cidade. Assim Filemon Pimenta comenta que:

Além da documentação fotográfica, o único jornalista que conseguiu entrevistar Jararaca foi justamente seu Lauro da Escóssia. Lá tem a entrevista de Jararaca e ele teve uma participação muito importante na história do cangaço em Mossoró pelo seguinte fato: tem uma fotografia que tem um monte de cangaceiros, todo mundo conhece essa fotografia e

ninguém identificava, mas quem identificou foi justamente Jararaca. Foi ele quem identificou. Um fotografo do Ceará, bateu essa foto e como lá não havia revelação na época, então mandaram revelar aqui em Luiz Otávio e aproveitaram Jararaca vivo, aí ele identificou todinho. Essa foi a importância de Jararaca. A documentação é justamente essa, o acervo fotográfico, a documentação de Lauro da Escóssia. Foi nesse depoimento que ele revelou um bocado de coisa.¹⁸

Ao lembrar-se das fotografias e da entrevista, o narrador não faz comentários sobre o conteúdo desses documentos, mas reforça a importância de Lauro na produção desses documentos e a ideia de que Jararaca poderia ser importante para o conhecimento das redes de proteção que envolvia os grupos de cangaceiros e proprietários de terra em laços de apadrinhamento e proteção no nordeste brasileiro.¹⁹

O Museu Municipal passa a ser um espaço de preservação da memória de um de seus diretores (Lauro da Escóssia) e de organização das comemorações do dia 13 de junho. Essas comemorações surgiram como atividades escolares no Colégio Diocesano de Santa Luzia e como espetáculos públicos no adro da Capela de São Vicente, agora chegavam ao museu, em 1977.

¹⁸ PIMENTA, Filemon Rodrigues. Entrevista realizada no dia 10/12/2010. A fotografia que Filemon se reporta foi tirada em Limoeiro do Norte e revelada em Mossoró. Segundo o entrevistado, quem reconheceu os membros do bando foi Jararaca. Uma cópia dessa foto se encontra em exposição no Museu Lauro da Escóssia.

¹⁹ Sobre essa questão, Luis Bernardo Pericás comenta que um dos padrões de conduta mais comuns dos coronéis era a apropriação de terras e de pequenas fazendas pela força das armas ou sua compra de sertanejos endividados (ou que queriam mudar da região). Iam se apoderando de tudo em que pudessem colocar as mãos. Um pequeno número de latifúndios, portanto, anexava, legítima ou ilegitimamente, propriedades de moradores do sertão, aglutinando territórios, reconfigurando o espaço econômico regional a seu favor e controlando, política e economicamente, muitos minifúndios que permaneciam por lá. Era criada aí uma relação de dependência, de troca de favores e de clientelismo entre os patrões e sua parentela empobrecida, agregados e trabalhadores rurais. (PERICÁS, Luis Bernardo. **Os Cangaceiros: ensaio de interpretação histórica**. – São Paulo: Boitempo, 2010. p. 27). Essa apropriação levou Maria Isaura Pereira de Queiroz a pensar na formação dos grupos de jagunços como forma de ampliação do poder e de proteção dos proprietários rurais, sendo as relações de parentesco um dos elementos responsáveis pela formação desses laços. “As relações de Parentesco, de aliança matrimonial, de compadrio, de prestações de serviço, de gratidão, união todos estes habitantes entre si, compondo grandes grupos de parentelas, circundados por famílias de rendeiros e de moradores e por toda a sorte de outros protegidos.” (QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **História do Cangaço**. – 5ª ed. – São Paulo: Global, 1997. p. 20). Era por meio desses laços que os chefes de grandes parentelas se aliavam ou entravam em disputas sangrentas, fortalecendo a formação dos grupos armados a seu serviço. Foi com essa relação de dependência que vão se estruturar os dois tipos de cangaço: o dependente dos coronéis, que prevaleceu entre o final do século XIX e início do XX e o cangaço independente que vai até 1940. Ambos foram marcados por uma rede de informantes e de protetores, cuja origem se encontra nos laços de dependência política, na apropriação de terras e nos conflitos entre os proprietários de terras ou entre os políticos. Era nesse ambiente que os cangaceiros encontravam apoio e realizavam suas atividades criminosas.

Os funcionários do museu que foram entrevistados, além de manterem contato com Lauro da Escóssia, trabalharam no museu no período de 1978 a 2010. Estes, em suas falas, citam passagens interessantes relacionadas às memórias sobre a santificação de Jararaca.

MARCÍLIO – Como eram as visitas ao túmulo de Jararaca na década de 1970?

FILEMON – Eu sempre pesquisei isso e perguntava às pessoas que frequentavam o túmulo. Era um misticismo, mas muitas pessoas foram influenciadas por um jornalista do Ceará, Felon Almeida, que escreveu um livro: *O Cangaceiro que virou santo*. Então, esse livro ajudou muito a criar um misticismo em torno desse fato, justamente pela maneira de como mataram ele. As pessoas acreditavam plenamente que ele virou santo.

MARCÍLIO – Como foi a recepção da obra de Felon entre a elite letrada mossoroense?

FILEMON – Em primeiro lugar, pegaram mais por curiosidade. São pessoas que não têm nada com o cangaço. Como a história estava sempre na mídia e quando saía um livro do cangaço, as pessoas compravam. Para você ter uma ideia, todo livro do cangaço é bem aceito, seja qual for é bem aceito. Porque, se você procurar o que tem aí, é padre Cícero e Cangaço. Você vai numa livraria dessas que você encontra poucos livros do cangaço, porque sai logo. A sociedade aceitou para conhecer mais a história, pois naquela época não existiam livros, a não ser Raimundo Nonato com “Lampião em Mossoró” e Raul Fernandes, e só tinha esses dois que se baseavam historicamente e não tinha mais. Então, qualquer coisa que aparecesse no jornal todo mundo ia ler, porque era o assunto da história de Mossoró. O 30 de setembro é do mesmo jeito. Sempre sai matéria sobre ele, porque é história.

MARCÍLIO – Quanto à divulgação e circulação do trabalho do Felon Almeida, como ocorreu em Mossoró?

FILEMON – O livro foi extraído de matérias de jornais. Felon Almeida fazia uma matéria para sair no jornal e depois ele publicava. Em 1981 ele lançou o livro dessas matérias e muitos analfabetos ouviam dos coronéis. Eles diziam: “olha o Jararaca aqui... pá pá pá. Eles não liam, mas o coronel lia pra eles. Era o misticismo da época.”²⁰

Lançado em Mossoró, na Livraria Independência, em 1980, o livro de Felon é citado como uma obra que revolucionou as narrativas sobre Jararaca. Os livros que comentam sobre a invasão e a resistência dos mossoroenses ao bando de Lampião não comentavam sobre as visitas ao túmulo de Jararaca, tampouco falavam sobre as devoções que algumas pessoas faziam em sua intenção. São trabalhos que especificam mais sobre as condições do ataque e

²⁰ PIMENTA, Filemon Rodrigues. Entrevista realizada no dia 10/12/2010.

dos desdobramentos da prisão e morte de Jararaca. Já o trabalho de Fenelon, é especificamente sobre as visitas e as devoções no túmulo do cangaceiro.

O livro de Fenelon surgiu a partir de uma série de reportagens publicadas no Ceará pelo jornal *O Povo*. Para Filemon, “esse livro ajudou muito a criar um misticismo em torno desse fato”, mas, se o fato já estava criado, e as pessoas já faziam suas visitas desde a década de 1970, a importância do trabalho de Fenelon reside na circulação e penetração dessas narrativas (agora, por meio da escrita) nos espaços de leitura da cidade. Isso nos faz pensar na importância do livro na consolidação das narrativas.

Os impactos das notícias sobre o túmulo mais visitado de Mossoró ser o túmulo de um cangaceiro que realizava milagres não podem ser detectados facilmente. No entanto podemos entender como ocorria o processo de circulação dessas narrativas, uma vez que a maior parte dos devotos de Jararaca que foram entrevistados são analfabetos ou não concluíram o ensino fundamental e afirmam que não possuem o hábito de ler jornais, mas compravam cordéis e apreendiam as histórias que estavam neles. Em seu relato, Raimundo Edmundo Maria afirma que “tinha uns versos, daquele livro. Eu vi lá na rua e comprei. Li e deixei ali.”²¹

A influência dos cordéis²² na produção de narrativas sobre Jararaca é significativa. Filemon Rodrigues comenta que:

Inventavam até que ele sacudiu uma criança e aprou no punhal. Isso não foi verdade. Isso foi uma criação de Concriz, um coquista daqui de Mossoró que criou isso e deu certo. Então, essa invenção que Jararaca era perverso isso é mito. Quem criou esse negócio que Jararaca sacudiu o menino foi Concriz. Ainda hoje, ele está vendendo folheto de cordel sobre isso. Quando eu cheguei a Mossoró, já existia essa história. Ela foi contada pela mãe dele e avó dele e depois de muito tempo, ele passou para o cordel e ainda hoje ele tá vendendo isso. Vendendo folheto de cordel sobre essa ilusão. Sobre esse mito que botaram em Jararaca. O próprio Lauro vivia dizendo que nunca tinha escutado falar sobre esse negócio. Ele dizia que Jararaca nunca tinha contado esse negócio. E criação você sabe que existe

²¹ NASCIMENTO, Edmundo Maria do. Entrevista realizada em 22/05/2009.

²² Os folhetos de cordel são mais acessíveis a essa camada da população que os jornais e os livros. Na fabricação dos versos de cordel, os autores utilizam-se de informações que podem ter origem tanto na oralidade, como em fontes escritas. Para Gilmário Moreira de Brito, “a produção de folhetos a partir de narrativas que surgiram da oralidade possibilita discussões e sondagens entre fronteiras da voz e da escrita, da imagem e da letra, uma vez que o mesmo depois de impressos, adquirindo o formato de linguagem escrita, guardam vínculos com oralidade intrinsecamente relacionados ao gestual e ao visual.” (BRITO, Gilmário Moreira. **Culturas e linguagens em folhetos religiosos do nordeste: inter-relações, oralidade, gestualidade, visualidade**. – São Paulo: Annablume, 2009. p. 27).

muito sobre o cangaço, que Jararaca foi isso, Jararaca foi aquilo. Para contar essas histórias como a que cita que um cangaceiro obrigou outro a comer um quilo de sal já passou por vários cangaços. Foi Lampião, foi Zé Sabino, Jesuíno Brilhante, as pessoas criam.²³

Os versos de Concriz relacionam-se com as oralidades. Todos os entrevistados, nesta pesquisa, que frequentam e devotam algo a Jararaca, cita o caso do menino morto na ponta do punhal. O que deveria só reforçar a imagem do bandido, passou a reforçar o sentimento de arrependimento por tal atitude. Não existem documentos que firmem esse assassinato. A única narrativa escrita sobre esse fato é o cordel: *Jararaca arrependido por ter assassinado um menino*, de Concriz. Outros folhetos de cordel circulam em Mossoró e possuem como tema a resistência aos cangaceiros.²⁴ Sua produção, é na maioria das vezes, independente, mas o poder público, através da Prefeitura Municipal de Mossoró, criou, durante os festejos dos 80 anos da Resistência Mossoroense, o Prêmio Fomento, voltado à produção de Bens e Serviços Culturais. Por meio deste, foram publicados os cordéis que disputavam o prêmio. O intuito da Prefeitura de Mossoró era divulgar a Resistência através de versos e pela inauguração de um espaço que narrasse a resistência. Foi nessa perspectiva que foi construído o Memorial da Resistência, uma obra agregada ao corredor cultural da cidade e que tinha por finalidade apresentar a narrativa oficial sobre os acontecimentos de 13 de junho de 1927.

²³ PIMENTA, Filemon Rodrigues. Entrevista realizada no dia 10/12/2010.

²⁴ Entre eles podemos citar: **A Resistência de Mossoró ao bando de Lampião há 13 de junho de 1927**, de Cícero Laurentino da Silva; **Lampião queimou a fama no fogo de Mossoró**, de Severino Inácio; **Tem muito dinheiro gasto na cova de Jararaca**; **Os Bravos Mossoroenses resistiram a Lampião**, de Nildo da Pedra Branca; **Um prefeito bom de briga e o bando de Lampião**, de Antônio Francisco e **Mossoró na Resistência ao grupo de Lampião**, de Aldaci de França.



*ST10. Sujeitos históricos – entre caminhos e descaminhos nas pesquisas atuais –
memória, biografia, gênero e ensino*

Coordenador(es): Rosemere Olímpio Santana e Alba Cleide Calado Wanderley

PAPEIS FEMININOS [PRO]POSTOS PELA REVISTA ERA NOVA: CONSTITUINDO GÊNEROS

*Alzira de Cássia da Silva Rodrigues**

Resumo

Este trabalho visa a produzir um debate acerca da construção e identificação de imagens associadas às diferenças de gêneros, difundidas e significadas pela imprensa paraibana, em especial a revista Era Nova, que participava da constituição de sensibilidades voltadas a uma classe média urbana letrada. Lançando mão para tanto da categoria de gênero, proposta entre outros por Joan Scott, Judith Butler e Guacira Lopes Louro. O século XX traz a baila uma reestruturação dos papéis sócias dos homens e mulheres tanto nos espaços públicos quanto no que se refere aos costumes. Para controlar, o que na ótica dos burgueses eram de teor subversivo e contaminador da ordem social vigente, estes se apropriaram dos discursos moralistas fomentados pela Igreja e pelo Estado, para impingir novos valores e práticas. Legitimados através dos meios midiáticos, a visibilização de determinadas categorias, como, melindrosa, almofadinha, homem das letras, esposa virtuosa, contribuía para a construção do “corpo dócil”, versando, sobretudo, um processo civilizador, mas que ainda assim deixava entrever outras formas de vivenciar esse corpo.

Palavras-chave: Gênero. Sensibilidades. Era Nova

As mudanças sociais e tecnológicas que vem ocorrendo por todo o século XIX e continuam no século XX, afetaram significativamente as relações interpessoais, os hábitos e convicções do cotidiano, o que favoreceu a recomposição de novas expressões de sensibilidades, um o novo ideal de corpo, novos lugares de sociabilidade e a modificação da

dinâmica de trabalho, forjando novas identidades coletivas e provocando tensões nos vetores sociais pelas vicissitudes do processo de modernização das cidades.

Nesta perspectiva este artigo busca observar os códigos que atravessaram a construção de categorias de identificações de gênero, notadamente, o da *melindrosa*, do *almofadinha*, da *esposa virtuosa* e do *homem de letras*, na Parahyba do Norte, na década de 1920, para tanto lançamos mão da Revista *Era Nova*¹, periódico voltado a uma classe média, de caráter literário, noticioso e ilustrado, que foi fundada em Bananeira/PB em 1921 e manteve-se até 1926, passando posteriormente a ser editada na Parahyba do Norte, período relativamente longo, com uma remessa quinzenal, que circulava no estado e em regiões vizinhas. Com narrativas que ora se vestem de ficção, ora como descrição do real, os textos na *Era Nova* expõem, de determinado modo, traços do cotidiano da Parahyba do Norte, pelo que se encontra ali representado, inscrito, de tal modo, que seus personagens e histórias podem bem ser percebidos como que forjados a partir de códigos, disposições e sensibilidades do tempo presente ou passado do autor.

Tal categoria literária se faz, modeladora de subjetividades e incitadora de estereótipos, imprimindo a cada gênero seu papel e função social, agindo no sentido de normatizar as estruturas sociais, pois, resguardando as devidas proporções, segue via dupla e se por um lado anuncia, por outro calcifica representações à medida que difundi imagens de acordo com interesses e em função de idéias peculiares.

Ao trabalharmos com o periódico, buscaremos ter em conta certos apontamentos, pois é preciso atenção para perceber e identificar uma serie de aparatos, que por ventura perpassem o texto, de modo a conferir-lhe estratégias e dinâmicas para a absorção de algum propósito educativo. Maurice Mouilland (2002) ao trabalhar a forma como se é dado a ler os jornais - valendo a mesma regra para revistas - discrimina questões como a materialidade do jornal, que interfere no texto, seja no modo como ele vai ser apropriado, seja determinando a própria leitura. O jornal não é aleatório. Ele dispõe de uma organização intencional, planejada. Tudo a sua volta esta imbuído de significação: capas, títulos, colunas, disposição tipográficas, não

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

¹ O nome da revista *Era Nova* nos é explicado pelos editores como uma homenagem a um periódico homônimo, que contou com a colaboração de alguns jovens bananeirenses, por outro lado o nome também faz alusão aos seus propósitos de elevar a revista ao mais feliz destino, a fim de contribuir para um Era Nova, ao seu meio, em que se concentrassem seus ideias e aspirações de arte, letras e civismo em prol da moral e ordem parahybana.

estão de forma alguma inertes no texto. Tal materialidade tem forte ligação com o que não está dito, mas está ali representado, discursado, mesmo que de forma não literal.

O cuidado que se deve ter com as fontes, não se reporta apenas ao gênero literário, mas a toda sorte de documentos, tendo em mente que a linguagem, seja ela de caráter documental ou coloquial, não é isenta de intencionalidade.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez, sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupa, uma aparência enganadora, uma montagem. (LE GOFF, 1996, p.548)

É por isso que devemos buscar desmontar todas as partes de que são compostos os documentos, desmistificá-los, não subestimá-los enquanto testemunhos ou indutor de poder, e, sobretudo, não naturalizá-los tomando-os ingenuamente por dados objetivos, em especial por sabê-los produtos do seu tempo, mas também dos seus produtores, o que implica num grau de intencionalidade a que de forma alguma se deve prescindir, ora como já dissemos a revista não é um mero veículo de informações, é antes, um aparelho que resguarda interesses e intervém na vida social, o que de forma alguma lhe retira a frutífera possibilidade de área de pesquisa. Sendo assim a revista era uma fonte copiosa no que tange a tais “definições” de gênero. O que nos leva a questão do gênero em si.

Partimos da definição proposta por Joan Scott (1990) que pensa o gênero como um elemento constitutivo de relações sociais, fundadas sobre as diferenças entre os sexos, seu uso rejeitaria as explicações biológicas e essencialistas em favor de uma visão construcionista. O gênero, segundo esta definição, “é uma maneira de se referir as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (SCOTT, p.7, 1990). Por outro lado Jeffrey Weeks (2001) afirma que o termo se emprega, enquanto a apropriação cultural das diferenças sexuais, que procura dar conta de uma relação de poder historicamente enraizado, determinando valores e práticas desigualmente distribuídos entre “dois corpos singulares, o masculino e o feminino”.

Ainda ampliando esse debate recorreremos a Judith Butler (2008), que nos oferta outra possibilidade analítica, ao problematizar a teoria feminista, por esta, em certa, medida priorizar uma definição linguística que denotasse um corpo unívoco, consumindo a categoria

“mulheres” de forma a promover a visibilidade e construção política do sujeito mulher, a crítica que se faz se debruça, justamente, a essa busca de uma identidade comum (mulheres), promovendo um desfalecimento da diversidade. O termo não logra em expor o caráter multifário pelo qual se estabelece o gênero. Ora, a presunção política de haver uma base comum desconsidera os diferentes contextos históricos e a correspondência com modalidades como as de classe, raça e credo que são discursivamente construídas. Para Butler a solução estar na crítica às categorias de identidades fixas, engendradas e naturalizadas,

Se a noção estável de gênero da mostras de não mais servir como premissa básica da política feminista, talvez um novo tipo de política feminista seja agora desejável para contestar as próprias reificações do gênero e da identidade – isto é, uma política feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objeto político. (BUTLER, p. 23, 2008)

Esta discussão nos interessa à medida que serve para explicar como se da à organização e vinculação, dentro da categoria de gênero, de diferentes modelos masculinos e femininos, e como estes de se subordinam a uma hierarquização liame. Valendo-se de um referencial, quase sempre, de oposição binária, mas também de uma variação dentro da própria compleição, dão-se a conhecer alguns arquétipos que ora se contrapõe, ora se correspondem. Voltando mais uma vez a Butler, “o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes.” (p. 29, 2008) Cabe aqui traçarmos como a imprensa contribuiu na construção e normatização desses corpos através de discursos higienistas, filosóficos ou religiosos. Vale também ressaltar que muitos desses discursos vinham acoplados a um teor estético que serviam como leitura desses modelos.

Lançando mão da nossa fonte primária, a revista *Era Nova*, podemos estabelecer uma classificação de alguns tipos femininos e masculinos, mais recorrentes nos anos de 1920, que se relacionam em grande medida a conjuntura sociocultural pelo qual passava a Parahyba do Norte, a exemplo da *melindrosa*, *almofadinha*, *homem das letras*, *esposa virtuosa*, sobre estas variantes é que recai os projetos educacionais e os debates midiáticos a cerca dos costumes e da moral. Numa tentativa de minimizar o impacto dos tipos desviantes, disposto pela pequena mais significativa modernidade pela qual passavam as cidades da Parahyba, a imprensa carregou de tinta para defini-los, inferioriza-los ou mesmo execra-los, caso acreditassem que o modelo social vigente estava ameaçado. Por outro lado vemos emergir um reduzido, mas, significativo número de defensores de tais condutas, que alimentavam o dualismo dos

discursos modernos [pensados a época] versus o dito tradicional. Segundo Rodrigues (2012) A instituição familiar permanece com um papel de destaque na estrutura sócio-política, por isso, o Estado e a Igreja difundiam prédicas que não deixassem ferir importante instituição, em especial pra evitar ações que levassem a desordem ou insalubridade social. Assim, a supremacia da família e dos filhos da pátria, era pregada também na sociedade parahybana e com ela o ideal da mulher virtuosa, antítese da moça moderna. A “*esposa virtuosa*” deveria prever e satisfazer os desejos do seu marido, ser econômica, paciente, delicada, justa, honesta, discreta, possuidora de tantas outras qualidades. Sobre elas, a imprensa justificou sua razão, vejamos:

Mulher adorável [é o tipo] da mãe de família compenetrada, que escrava ou senhora, sabe resistir as tempestades da vida a sorrir bondosamente, tornando-se um admirável exemplo de virtudes christans. [...] É a mulher votada ao sacrificio, que se não importa de morrer um pouco cada dia para resuscitar gloriosa na pessoa dos filhos que lhe serão a coroa immortal na perpetuidade da espécie e dos costumes. (Era Nova, Parahyba, 15 de Abril de 1922, n°24)

Esta criatura virtuosa era constantemente referida por vozes já saudosista, pois apesar da recomendação de seguir-lhe o modelo, esses autores anteviam seu iminente desaparecimento. Culpavam, então, o desvirtuamento da moral, e a valorização do supérfluo, proporcionadas por uma educação carente que só preparava para a vida fútil da sociedade ou por outro lado para questões que não seriam benéficas a seu sexo. Sobre isso Rubião de Alencar nos alerta, “a mulher, creatura dócil, nasceu unicamente para ser a companheira amorável dedicada do homem. O que se faz necessário é dar-se-lhe em educação útil a missão sublime que ella há de cumprir no mundo, que é a de ser esposa e mãe [...]” (Era Nova, Parahyba, 15 de janeiro de 1922, n°19) em outro texto, no ano seguinte, assinado pela abreviatura A.S. o autor [a] recomenda:

Hoje mais que nunca se faz preciso que ella se levante desse plano inferior, mesquinho e deprimente em que, de bom grado, se acha, e com seu exemplo, procure sanar a contaminosa licenciosidade que, dia a dia, vae dissipando a dignidade feminina. E’ preciso que ella fuja dessa atmosfera impregnada de futilidades e desatinos, onde tudo se encontra, menos a virtude. (Era Nova, Parahyba, 15 de novembro de 1923, n° 52?)

A imprensa também descrevia o oposto, aquela que não se devia imitar, a “moça moderna” ou como era descrita constantemente na *Era Nova*, a “melindrosa”², cheia de liberdades, primava sempre por roupas curtas e decotes longos, exageradas na maquiagem e nos gestos:

Esta creatura merecedora do ridículo da gente seria se assemelha às bonecas que servem para distrahir creanças. É uma escrava da moda, do luxo. Sacrifica a saúde, a graça natural, a honra da família e a sua própria com insensatez reprochável, só visando effeito; quer, custe o que custar, ser o ponto de convergência na sociedade em que priva. (Era Nova, Parahyba, 15 de Abril de 1922, n°24)

Tal personagem acarreta um olhar desconfiando de boa parte da sociedade, em especial dos mais tradicionais, que temiam o futuro da sua linhagem aos cuidados de uma cabecinha fútil e estouvada, que só se preocupava em combinar seus “chapeusitos de palha” com seus vestidos “decotadíssimo”, uma vergonha! Era pois, merecedora de todo escarnio ou pena por sua vida inútil, que só seria corrigida pelo “correctivo do ensino domestico agrícola.” Apesar de tais discursos, outros, ainda que de maneira breve, deixam entrever que a *melindrosa*, endossava o imaginário masculino, seja pelo seu ar misterioso, seja pela sua graça. Numa sessão intitulada “Album de Mlle. Analice Caldas” os entrevistados respondiam a enquetes, umas das frequentes perguntas era, “o que diz da mulher melindrosa?” Há quem respondesse: “- Biscuit de leviandades que nos fascina” ou “Um brinco aprazível”. O que denota certa atração a tal personagem. Contudo, se indagados sobre seu ideal de mulher, logo reclamam “as que realçam a virtude”, e “a modéstia”³

Segundo Lopes (1997) o processo de fabricação dos sujeitos é continuado, por isso nosso olhar deve se voltar especialmente para as praticas cotidianas, gestos e palavras banalizadas que precisam se tornar alvo de atenção renovada, de desconfiança.

Nesta urdidura se abre espaço para, o par das *melindrosa*, o *almofadinha*⁴. Vejamos como são descritos:

² “A confecção do nome parte de “melindre”, que, por sua vez, se aproxima de “engodo”, “chiste”, denuncia o que estas mulheres representavam para boa parte dos homens: uma armadilha, cheia de perigo e beleza. Além desta alcunha, chamavam-nas, às vezes, de “borboletas” e “mariposas”, pela suposta leviandade com a qual voavam rapidamente de flor em flor (de homem em homem). A alcunha melindrosa sobreviveu, sobretudo, na linguagem carnavalesca, como um referente das mulheres “de roupas extravagantes e maneiras afetadas”, que se mostra num modelo tradicional de fantasia composto por vestido curto e decotado, tiara, bolsa e cigarro a tiracolo.”(MEDEIROS, p.107 , 2010)

³ Era Nova, Parahyba, 27 de março de 1924 n° 60/ março de 1924 n° 61.

⁴ “A partir dos relatos de vida de pessoas que viveram no Recife durante os anos 1920 e 1930, pudemos decifrar um pouco melhor a obscura formação da alcunha “almofadinha”: diziam eles(as) que os bancos dos bondes antigos eram feitos de madeira, o que deixava as nádegas doloridas depois de tantos vais-e-vens e solavancos; assim, algumas pessoas levavam de casa sua própria "almofadinha" para os bondes. Ao que parece, para as

O almofadinha ocupa realmente um lugar de destaque no mundo das cousas curiosas. Calças excessivamente estreitas e curtas, lábios nacarados, faces carminadas como rosas entreabertas que se mostram através da gaze branca de uma leve pincelagem de agua de beleza e, emfim, olheiras profundas vêm completar o typo desse personagem que figura nas paginas da moda ao lado das louras e fantásticas melindrosas. (Era Nova, Parahyba, 15 de fevereiro de 1922, nº 21)

O *almofadinha* era constantemente caçoado pelas suas vestimentas e atitudes, que mais se aproximavam de uma feminização do físico, ao distanciando do que, pra época, era pensado como próprio do masculino, de tal modo, que em muitas outras passagens esse personagem, ora era troçado como um ornamento de decoração, tal qual a “radiante vaporosa”, ora era energicamente reprovado por sua vaidade e seu despreparo pra vida. A nosso ver, umas das maiores tensões referentes aos *almofadinhas*, se trata do desvio que este faz a um tradicional culto ao patriarcal, que se fortalecia ante a acentuação das diferenças físicas e estéticas, demarcando lugares, entre homens e mulheres no século XIX.⁵

Hugo Vasconcelos Medeiros (2010) nos chama atenção para o paradoxo do ser *almofadinha* ou ser *melindrosa*, isso porque o que mais ‘assustava’, nestes casos, eram os deslocamentos provocados por estes dois personagens, que assumiam características tradicionalmente identificadas como pertencentes ao seu duplo: os *almofadinhas* adquiriam características consideradas femininas, e as *melindrosas* assumiam características consideradas masculinas. Características estas naturalizadas nos discursos oficiais, que se tornava sensível aos elementos do moderno.

Segundo Scott (1990) a ideia de masculinidade repousa sobre a repressão de aspectos femininos, introduzindo o conflito na oposição do masculino e do feminino. Contudo, se sabe que estas representações não são imutáveis, por mais que determinados discursos os faça parecer, através de uma tentativa de normatização dos corpos, antes eles correspondem a processos constantes de construção em relação as conjunturas sociais vigentes.

Para contrapor esse personagem, o *almofadinha*, a imprensa ressalta as virtudes do *homem de letras*, que aparecia diligente e sequaz nos discursos. Na sessão de “Mlle. Analice Caldas”, ao serem, os entrevistados, questionados sobre como devia ser o tipo masculino, as

mulheres não havia problema algum no comportamento. Para os homens, ao contrário...” (MEDEIROS, p. 103, 2010)

⁵ Segundo Del Priore (2011), todo o jogo de aparência colaborava para acentuar a diferença: a mulher tinha que ser dona de pés pequenos, seu cabelo tinha que ser longo e sedoso, cintura fina e espartilhada, ornada com muitas joias[no caso das pertencentes as classes mais abastardas], já os homes deviam manter seus longos bigodes e barbas, longe disso era considerado fracoso, e vestir-se sobriamente.

particularidades elencadas, por estes, eram sempre as que exaltavam a força e o caráter sóbrio, dito tanto por homens como por mulheres. Observemos então algumas respostas:

Analice de Azevêdo Monteiro: “_ Hoje não existem os Spartacus”.(Era Nova, Parahyba, 15 de novembro de 1923, nº52?)

Diogenes Caldas: “_ Masculo de corpo e de caracter”.(Era Nova, Parahyba, 27 de março de 1924, nº 60)

João Avelino da Trindade: “_ Instruido, culto e de educação domestica perfeita”. (Era Nova, Parahyba, 30 de Janeiro de 1924, nº56)

Segundo Del Priore (2011) o corpo musculoso e forte, com a modernidade, passou a equivaler como fator de desenvolvimento da sociedade. Valores como resistência, autoridade e competição simbolizavam a afirmação da masculinidade. “Isso porque a imprensa promovia a nova masculinidade, associando-a a caráter, trabalho duro e integridade. O bom macho era também o bom pai” (p. 156). Dai que, todo tipo masculino que se colocava desviante desse ideal de virilidade, era perseguido e pejorado, por representarem a decadência de um modelo moral. O que era percebido como empecilho para o desenvolvimento social. As classes detentoras de poder visavam sobre tudo o fortalecimento cívico e moral dos homens/pais/filhos da pátria.

É perceptível o desejo de construção do “corpo dócil”, versando, sobretudo, um processo civilizador, mas que ainda assim deixava entrever outras formas de vivenciar esse corpo. O corpo aqui não só pensado fisicamente, mas também metaforicamente. O corpo como lócus da experiência. Não só como uma coleção de órgão e necessidades biológicas, mas também lugar dos nossos desejos, vivencias. Segundo Weeks (2001) a Igreja, e o Estado tem demonstrado um interesse profundo no modo como nos comportamos, e vem na mesma intensidade intervindo e regulando, através de inúmeras instancias [escola, medicina, escritos], nossas atividades corporais.

Na medida em que a sociedade se tornou mais e mais preocupada com as vidas de seus membros – pelo bem da uniformidade moral, da prosperidade econômica; da segurança nacional ou da higiene e da saúde – ela se tornou cada vez mais preocupada com o disciplinamento dos corpos e com as vidas sexuais dos indivíduos. (WEEKS, p.52, 2001)

Contudo, é importante que se diga, que não se tome o discurso como norma, haja vista que por mais que o discurso tenha uma intenção pedagógica, as formas com que ele vai ser apropriado podem muito bem divergir, isso porque a sociedade é perpassada por constantes

mediações e constantes embates de força, que incorporam, adaptam ou mesmo anulam tais prédicas. Se sabe, todavia, que a linguagem, enquanto campo político e lugar de relações de força, institui ou demarca lugares de gênero, tanto pela ausência quanto pelas adjetivações. As forma como são posta, organizadas, classificadas ou por outro lado são disciplinadas, domesticadas ou desqualificadas, acata a função de fabricação do sujeito, por isso olhemos com desconfiança para estruturas naturalizadas ou para seu desvio, a anomalia, de forma a desestabilizar esse campo desigual de manutenção de poder.

As *melindrosas*, os *almofadinhas*, os *homens de letras* e as *esposas virtuosas* [diversas outras identificações de gênero eram contempladas nos jornais, revistas e folhetins], são figuras, de certo, caricaturadas, de tal forma que minam a chance de perceber o poder transitar entre outros grupos, como se esses epítetos guardassem em sim um valor estático, impermeável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*; tradução Renato Aguiar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas (SP): Ed. da UNICAMP, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

MEDEIROS, Hugo Vasconcelos. Melindrosas e Almofadinhas: relações de gênero no Recife dos anos 1920. In. *REVISTA Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 93 – 120, jul. / dez. 2010. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1958/1609>>. Acesso em: 28 out 2012.

MOUILLAUD, Maurice. Da Forma ao Sentido. In. PORTO, Sergio Dayrell. *O Jornal: Da forma ao sentido*. Brasília: Editora universidade de Brasília, 2002. 2 ed.

RODRIGUES, Alzira de Cássia da Silva. *Práticas Amorosas e Estratégias Normatizadoras das relações afetivas na Parahyba dos anos 1920*. In. Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2012/paper/viewFile/1313/657> Acesso em: 31 out 2012.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In *REVISTA Educação e Realidade*, Porto Alegre, jul/dez. 1990

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In. LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo horizonte: Autêntica, 2001

O “OURO VERMELHO” DO MARANHÃO: OS POVOS INDÍGENAS ATRAVÉS DA LEITURA VIERINA

*Hadassa Kelly Santos Melo**

Desde a década de 1980 a historiografia tem dado um novo sentido aos estudos sobre os povos indígenas coloniais. As demandas políticas que impulsionaram as reformulações nos modos de perceber essas sociedades têm raízes, principalmente, na busca, por parte dos indígenas contemporâneos, dos seus direitos jurídicos, sobretudo territoriais. Tratou-se de um movimento de “redescobrimto dos índios da América Portuguesa” (Cf. MONTEIRO, 2001), vistos a partir de então como protagonistas dos processos que envolveram a história dos contatos entre missionários e jesuítas no Brasil colonial.

Desse modo, considerou-se que os povos indígenas que habitavam a parte do Brasil invadida pelos ibéricos, negociaram com o outro o seu lugar social e a manutenção de suas práticas culturais por meio de incorporações/assimilações e, por vezes, também de negações, de códigos e lógicas alheias ao seu modo de viver e de se perceber no mundo. Esse jogo eminentemente político, demandou reformulações dos códigos europeus, como a língua, por exemplo, algo que pode ser comprovado pela invenção da língua geral do Brasil. Este trabalho corrobora esse tipo de visão sobre os indígenas.

O modo de apresentar o indígena mudou, no entanto, as fontes através das quais a leitura sobre os indígenas é feita, são ainda as mesmas de outrora. Cronistas e missionários apresentam-se como foros privilegiados para os estudos que se debruçam sobre as sociedades indígenas coloniais. No nosso caso, a leitura sobre os indígenas é feita através dos sermões¹ do Pe. António Vieira, talvez um dos maiores expoentes da cultura letrada no *mare lusitano*. Estamos nos referindo, notadamente, aos escritos religiosos da década de 50 do século XVII,

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em história da Universidade Federal da Paraíba sob orientação da Prof. Dr^a Regina Célia Gonçalves. Bolsista Capes.

¹ Principalmente os seguintes sermões: “Quinta Dominga da Quaresma” (1654), “Sexagésima” (1655), “Primeira Oitava da Páscoa” (1656), “Espírito Santo” (1657), e “Epifania” (1662). In: Pécora (2000).

circunscritos ao seu “tempo de missionar”². A leitura destes sermões nos permite perceber como o pensamento de Vieira sobre os indígenas foi se modificando ao longo do tempo, fortemente impulsionado pelo acirramento das querelas com o poder secular e com os colonos locais, nas quais a questão do controle do braço indígena era o norte. Desejamos então apresentar, mesmo que brevemente, uma leitura destes sermões para perceber o indígena descrito por Vieira sem desconsiderar o ambiente político em que ambos estavam inseridos.

Falar sobre a relação entre o Padre Vieira e os povos indígenas por ele missionados, é esboçar algo sobre uma determinada época da vida deste jesuíta, que não é das melhores. Primeiro porque, sendo este um dos religiosos mais importantes do seu tempo, não só pela sua longevidade (1608-1697), que atravessou quase todo o século XVII, mas também, pela quantidade de documentos que produziu nas diversas atuações³ que desempenhou durante sua vida, foi mandado ao Estado do Maranhão⁴, fronteira do Brasil, onde a organização colonial portuguesa ainda engatinhava em relação a organização do seu vizinho, e, empreende, nessa etapa da sua vida, uma nova atividade, desta feita, como missionário junto aos indígenas daquela região.

Por causa da atividade missionária de Vieira, emergem outras questões que culminaram, mais tarde, na sua expulsão do Maranhão, pelos idos de 1660, os constantes conflitos com a administração local, em torno dos povos indígenas, notadamente o que diz respeito aos modos distintos que colonos e missionários desejavam submetê-los: os primeiros para utilização de sua força de trabalho nas lavouras, os segundos através de um novo código cultural que andava lado a lado com a religião católica e, por isso, com a coroa portuguesa.

Como desejamos perceber a imagem que o padre Vieira imprime aos indígenas nos sermões que proclamou nos seus tempos de missionário, entendendo esse processo como um

² O tempo de missionar refere-se ao período de nove anos que Vieira passou no Estado do Maranhão e Grão-Pará atuando como superior daquela missão. Sobre a missão de Vieira e os sermões produzidos nesse tempo sobre, principalmente, os indígenas e sua relação com os colonos locais, ver Santos (1997).

³ De acordo com Azevedo (2008), que divide a vida de Vieira em etapas que se complementam, indicando também que uma é resultado direto da anterior, o padre passou por seis períodos nos 89 anos de sua existência, assim distribuídos: o religioso (1608-1640), o político (1641-1650), o missionário (1651-1661), o vidente (1662-1668), o revoltado (1669-1680) e, finalmente, o vencido (1681-1697).

⁴ “Quando nos referimos ao Maranhão, estamos falando do imenso território que começa a noroeste da capitania do Ceará, onde encontrava termo a ocupação efetiva do espaço pelo Império português, e vai até a desconhecida divisa com o Vice-Reinado do Peru. (...) Em dias de hoje, o Maranhão corresponderia aos Estados que compõem a chamada Amazônia legal (Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia, Roraima, Acre, Tocantins) e mais os atuais Piauí, Maranhão e, por vezes, o Ceará, muito embora essa transposição para dias atuais seja bastante pobre em termos descritivos. Na prática, o Maranhão terminava até onde alcançavam os interesses privados dos grupos lusos pernambucanos que fizeram a conquista.” (CARDOSO, 2002: 13-14).

conjunto de manipulações e adaptações em ambos os lados, procuraremos, num primeiro momento, colocar sob que perspectivas teóricas estão assentadas o nosso olhar para a construção da nossa narrativa.

Entendemos que o processo de colonização foi um conjunto de práticas que extrapolou os âmbitos político, econômico e cultural. Ela aconteceu (e acontece) simultaneamente em todos estes campos, inexoravelmente. É um processo “totalizante, cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do *colo*: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais. Contudo, os agentes desse processo não são apenas suportes físicos de operações econômicas” (BOSI, 1992:15). Concordamos com Bosi e acrescentamos, para ficar mais explícito, que os processos de colonização, que ocorreram na América portuguesa, deram origem a caminhos diretamente ligados à difusão planetária da dominação ibérica: a ocidentalização⁵ e a globalização⁶ (Cf. GRUZINSKI, 2003a).

Isso significa que os caminhos trilhados para que os processos de colonização/sujeição da terra e de seus naturais, lidos sob o viés religioso, criam costumes, corações, mentes, perspectivas, sonhos, vontades e inconscientes colonizados. Por isso falamos de uma “colonização do imaginário” (Cf. GRUZINSKI, 2003). Processos de dominação que ultrapassaram os campos político e econômico.

No entanto, são processos que, mesmo tendo se imposto de forma irremediável como empresas de transformação, não o foram pacificamente (não o foram e não o são). As tessituras dos mecanismos de ocidentalização para a globalização, provocam mesclas, mestiçagens, misturas, negociações, trocas simbólicas. Mestiçagens biológicas, de línguas e de crenças, dos saberes e das técnicas, sobreposição e imbricação das formas do trabalho. “Em outros termos, a ocidentalização provoca, deliberadamente ou não, mestiçagens. A Igreja

⁵ Ainda segundo Gruzinski (2003:335), a ocidentalização designa um processo de práticas que visam a conversão da natureza, dos seres, das sociedades e dos imaginários dominados, por exemplo, pela Monarquia Católica. “A cristianização, a sujeição dos autóctones a uma dominação política ocidental, a urbanização de tipo europeu, a difusão do alfabeto latino, da imprensa e do livro, a exploração econômica são as manifestações, nem sempre coordenadas, do processo de ocidentalização”.

⁶ O mesmo autor designa por globalização um “fenômeno de hegemonia ideológica particular. Sob a estratégia frontal de ocidentalização organiza-se outra estratégia que a completa e a reforça, pois impede, do coração mesmo da tradição ocidental, a difusão de vias alternativas, de modos de pensar ou de estilos diferentes: ou seja, qualquer forma de pensamento alternativo nascida localmente tem que ser circunscrita ao local ou violentamente erradicada” (2003: 337). Veremos, no decorrer de nossa exposição, que mesmo tomando um aspecto global, a dominação de uns sobre outros (catequizar é também dominar/reduzir), no caso da catequização jesuítica para com os povos indígenas no Estado do Brasil ou no Estado do Maranhão no século XVII ou mesmo antes dele, não se deu de forma hegemônica, o que ocorreu foram processos de tradução cultural (Cf. POMPA, 2003), ou seja, de adaptações nos dois lados do *front*, para que ambos os lados pudessem ser lidos e apreendidos.

explora os sincretismos cristãos para enraizar o culto católico. Do mesmo modo, a administração espanhola inventa compromissos, arranjos com as instituições autóctones. Ao contrário, outras mesclas são reações de adaptação, de sobrevivência à dominação européia: constituem um coquetel para o negro e o índio poderem enfrentar a sociedade colonial.” (GRUZINSKI, 2003 a: 336).

Em nossa perspectiva, que é na verdade, a de Gruzinski, quando coloca que, inexoravelmente, os encontros entre mundos provocam mestiçagens, misturas e adaptações, entendemos que essas “linguagens negociadas” (POMPA, 2003), esses reordenamentos de lógicas e códigos próprios aconteceram em ambos os lados, no nosso caso, entre Companhia de Jesus, representada pelo padre António Vieira e sua missão na fronteira do Brasil e os povos indígenas desta região.

De um lado, a Companhia de Jesus teve de sofrer várias acomodações, imbricando-se à cultura local como uma estratégia para alcançar seu intento, a salvação das almas e a própria salvação do jesuíta, em contrapartida⁷. Não somente o código lingüístico (a língua brasílica, que não era mais o tupi puramente, embora sua invenção fosse acompanhada do aprendizado deste) e os modos de falar foram modificados frente às particularidades dos nativos do Brasil, mas também a lógica de pregação, com a introdução dos aldeamentos, originando no país uma pregação fixa, em oposição à lógica itinerante, proposta a uma Instituição como a Companhia, responsável por *ir por todo o mundo e pregar o evangelho a toda criatura*, como uma maneira de tolher o avanço do protestantismo por ocasião da Reforma Protestante, pelo trabalho constante que as *murtas*⁸ do Brasil demandavam dos missionários.

Vieira surge como missionário quando estas modificações já estão em curso há muitos anos e, mesmo assim, o trabalho de catequização entre os indígenas não dá mostras de frutos duradouros e efetivos, sendo marcado por disputas de poder e pela grande dificuldade cotidiana de lidar com essa gente “especial”, tanto pela qualidade dela, inconstante e que não demonstrava interesse na escolha de um dogma, revelando sua capacidade plástica nas

⁷ Cf. CASTEUNAL'ESTOILE (2006), a salvação do missionário realizava-se mediante a salvação do outro. Este era, segundo a autora, o fim expresso da Companhia.

⁸ Alegoria utilizada por Vieira no *Sermão do Espírito Santo* (1657) para designar a natureza inconstante do nativo do Brasil. Comparando-o a estátuas de murta, o jesuíta diz que o indígena necessita de um trabalho constante, pois apesar de receberem com grande docilidade a palavra de Deus, logo a rejeitam lançando para fora de si a “Verdade” divina, demonstrando, em nosso entender, a capacidade de entendimento, por parte do indígena, dos cálculos que deve fazer para ora comportar-se como cristão regenerado, ora ser novamente o indígena “ingrato e avesso ao evangelho”. In: PÉCORA, 2000.

relações que empreenderam junto aos europeus⁹, quanto pela barreira da comunicação pela grande quantidade de línguas e pela pronúncia cerrada, sendo esta mais um obstáculo a ser superado pelos trabalhadores daquelas vinhas.

Em contrapartida, mas não do outro lado, senão lado a lado com as transformações da Companhia, temos as nações indígenas, que, no dizer de Vieira, eram “bárbaras e incultas, feras e indômitas, cruéis e carniceiras, sem humanidade, sem razão e muitas delas, sem Lei” (VIEIRA in PÉCORA, 2000: 421). Sociedades/nações que só poderiam ser verdadeiramente transformadas tornando-se cristãs “por meio da Fé e do Batismo” (Idem). Sociedades que, exigem do civilizador uma aculturação do seu próprio código, para citar apenas as adaptações do código lingüístico, o problema não é a mensagem, a palavra de Deus, “pois são capazes dela”, a questão é agora o destinatário (e esse destinatário é também participante), que clama uma linguagem diferente e “que não pode absolutamente ser a do colonizador.” (BOSI, 1992: 31). Nesse contexto particular, a cultura letrada, que viajou mares infindos, não pode simplesmente repetir os padrões europeus. No “Novo Mundo” ela não tem alternativas senão inventar, tomar outra forma para atender a esse novo espectador/participante.

Estamos tentando falar sobre desenvolvimentos de troca, de simbioses e de ressignificações em ambos os lados, sejam eles quais forem. Processos que tem no viés religioso uma perspectiva privilegiada para sua leitura, pois foi através da tentativa de imposição de uma política cultural religiosa católica, que os religiosos da Companhia de Jesus puderam ler o outro através de si. Partindo de seus próprios sistemas de crenças e valores é que estes moldam o outro e o classificam. A comparação entre os mundos assume aqui um papel importante pois é o “único instrumento epistemológico de compreensão cultural” (POMPA, 2003: 35). A falta de uma linguagem para designar o outro torna inevitável o processo de tradução cultural. A história da colonização brasileira lida sob o viés religioso é, portanto, uma história de analogias e traduções. Traduzir é dotar o outro de sentido para torná-lo inteligível.

Dito isto, esperamos ter elucidado que estamos assentados em complexos processos dialéticos nos quais costumes, corações, mentes, perspectivas, sonhos, vontades e

⁹ Um exemplo da plasticidade, queremos dizer, da capacidade de negociação dos indígenas no trato com os europeus, fossem batavos ou portugueses ou qualquer outro europeu, citamos o clássico exemplo das cartas tupi escritas por Pedro Poty e Antônio Paraupaba e trocadas entre si. (HULSMAN in Revista de História 2006: 37-69.)

inconscientes, imbrincam-se, tornam-se mestiços (GRUZINSKI, 2001), indicando que, ao invés de blocos opostos, “o que persiste após o contato e as adaptações em ambos os lados é uma linguagem simbólica negociada” (POMPA, 2003: 24).

A fala de Vieira nos permite entender como se deu o contato entre este, os indígenas e os colonos locais no Maranhão. Os conflitos decorrentes desse contato aparecem nos sermões da década de 50, época na qual Vieira esteve à frente da missão do Maranhão.

A despeito de outros tempos, nos quais Vieira gozava do favor do Rei e de grande fama na corte portuguesa, a década de 50 do século XVII inaugura um novo momento para o jesuíta. Está em visível decadência, após o malogro de seus serviços como Conselheiro Real, notadamente após sua proposta de cessão de Pernambuco aos holandeses no “Papel Forte”¹⁰. Após essa proposta Vieira fora alcunhado de “Judas do Brasil” pelos que ele chamou de “valentões” que defendiam a guerra em detrimento da paz com a entrega do território. Estes últimos, ao inflamar a opinião pública, não deram outra alternativa ao Rei, que não era tão soberano assim, senão proceder contrariamente ao que disse o seu conselheiro. Este é o primeiro sinal da queda da imagem de Vieira na corte portuguesa.

O ostracismo representou a volta para o Brasil, naquela parte mais ao norte, fronteira, onde trabalharia junto aos indígenas, colocando, mais uma vez a religião como pano de fundo para um outro plano, que esteve sempre presente em seu pensamento teleológico e cristão, a construção futura da cidade de Deus, o Quinto Império no mundo. Esse é um assunto que não nos deteremos aqui, mas não podemos, de forma alguma, esquecer dos propósitos de Vieira para o Brasil, local onde se realizaria este seu intento.

Nossa hipótese é a de que, trabalhando nas vinhas do senhor, nas longínquas terras do Maranhão, o que Vieira procurava não era a salvação do indígena, como meta primeira de sua empresa, e sim, o retorno do seu prestígio junto ao Rei. O inaciano deseja novamente o favor real que lhe garantia proteção e uma voz mais ativa quanto aos assuntos políticos de sua “pátria chica” (Cf. HESPANHA in MATTOSO, 1993).

¹⁰ Essa proposta de Vieira dizia respeito a possível entrega da Capitania de Pernambuco aos holandeses quando esta encontrava-se invadida pelas Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, dentre as quais a Holanda configurava-se como a mais importante política e economicamente, período do que compreendeu 1630-1654. Nesse tempo, como preposto da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), governou o “Brasil holandês”, o conde Maurício de Nassau (1637-1654), que trouxe em sua comitiva, vários pintores e “cientistas”, dentre eles Albert Eckhouth e Frans Post, responsáveis por retratar a imagem dos naturais e das paisagens nativas do Brasil. Cf. MELO, 2001 e MELLO 1998.

Partindo mais especificamente para um pouco do que representa nosso foco neste trabalho, perseguir a imagem impressa pelo pe. Antônio aos povos indígenas nos idos de 1650. Queremos expor o que significam os primeiros instantes de nossas pesquisas com os escritos religiosos de Vieira, procurando demonstrar como o pensamento de Vieira sobre esses povos foi de reformulando por ocasião dos conflitos constantes com o poder secular e com os colonos locais.

Os conflitos giravam em torno do quesito cativo indígena, que, pela falta de mão-de obra africana neste local, tinha no braço nativo seu principal contingente. Segundo Bulcão (2008: 124), a economia do Maranhão era baseada na cana-de-açúcar, no arroz, no algodão e no tabaco, sem contar com os produtos conhecidos genericamente como “drogas do sertão”, como cacau, cravo, baunilha, gergelim, canela, castanha, salsaparrilha, tartaruga e seus ovos e o peixe-boi, todas essas atividades eram executadas por indígenas que viviam sob a tutela dos colonos como escravos e recebiam por parte destes um tratamento que, segundo Vieira, configurava-se como um pecado mortal, manter seres humanos em privação de liberdade.

Em um primeiro momento, logo que chegou ao Maranhão, por volta de 1652, Vieira nos diz que os indígenas são reflexos daquela terra, inclinados ao ócio, preguiçosos e mentirosos¹¹ (VIEIRA in PÉCORA, 2000). Passado o tempo, e acirrados os conflitos entre o poder secular e o governo espiritual dos indígenas, Vieira vai modificando suas impressões sobre os indígenas. Não fala para eles, mas sobre eles para os colonos e a administração local. Um exemplo bastante elucidativo deste jogo retórico do qual se utiliza para falar aos locais sobre os nativos está presente no Sermão de Santo Antônio (1654), no qual o inaciano fala dos tipos viciosos do Maranhão em analogia com os peixes da região. Neste que é um dos sermões mais alegóricos que Vieira proclama, seu alvo são os colonos locais, que mesmo após o Sermão das tentações (1653) que trouxe a imagem do fogo do inferno como ameaça aos que ainda insistissem em manter indígenas cativos. Esta fala de Vieira foi implacável, e alcançou o bem maior de todo orador, a persuasão ao seu intento. O caso é que, passados os dias e o medo da condenação eterna, a falta de trabalhadores nas lavouras levou os colonos a acharem-se novamente ciosos do seu “direito”.

De 1652, quando chegou ao Maranhão até 1657, quando escreve o que pensamos ser o cerne do seu pensamento sobre o indígena, no Sermão do Espírito Santo, o pensamento de Vieira vai se modificando. De modo que, neste último, os indígenas aparecem como murtas,

¹¹ No Sermão da Primeira Domingo da Quaresma (1654).

plantas inconstantes e avessas ao evangelho, aqui manifestam-se não somente os ditames cotidianos com os colonos locais, mas, também, as resistências dos próprios indígenas caracterizadas pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro como sendo o que define o caráter indígena, “a sua proverbial inconstância” (2002: 186).

Quando do acirramento dos embates entre o poder secular e a missão de Vieira, pelos idos de 1661, o jesuíta é expulso das missões na fronteira com o Brasil e retorna a Portugal escrevendo e proclamando, um ano após¹², o que consideramos ser o maior contraponto ao que o jesuíta expõe no citado Sermão do Espírito Santo.

Já em Lisboa na Capela real, Vieira discursa, o objetivo desta sua fala é, em suas palavras, “a vocação e conservação da Gentilidade à Fé” (VIEIRA in PÉCORA, 2000: 593). Ele propõe a renovação do nascimento de Cristo através de novas cristandades resultantes da conversão dos gentios pelos portugueses; os missionários eram, portanto, necessários no Brasil, pois seriam a condição *sine qua non* para a manutenção legítima das conquistas da América.

Para nós é claro o objetivo de Vieira: voltar para o Brasil e mais especificamente para as missões do Maranhão, com permissão real e ter total liberdade na administração dos indígenas daquele Estado. A imagem que o pe. imprime ao indígena é a de um indivíduo completamente regenerado pela mão do jardineiro jesuíta e pelo trabalho junto a ele.

(...) aqueles Gentios [os indígenas], que hoje começaram a ser homens, ontem eram feras. Eram aqueles mesmos bárbaros, ou brutos, que sem uso da razão nem sentido de humanidade, se fartavam de carne humana; que das caveiras faziam taças para lhe beber o sangue, e das canas dos ossos frutas para festejar os convites. E estas são hoje as feras que em vez de nos tirarem a vida, nos acolhem entre si, e nos veneram como os Leões a Daniel: estas as aves de rapina que em vez de nos comerem nos sustentam como os corvos a Elias, estes monstros (pela maior parte marinhos) que em vez de nos tragarem e digerirem, nos metem dentro nas entranhas, e nelas nos conservam vivos, como a Baleia a Jonas. E assim nos tratam os Gentios e tais Gentios, quando assim nos tratam os Cristãos e Cristãos da Nossa Nação e do nosso sangue: quem se não assombra de uma tão grande diferença? (PÉCORA, 2000: 604).

Nesse trecho vemos Vieira colocando o passado em contraponto com o presente, o que eram e o que se tornaram os indígenas missionados pela Companhia no Maranhão; hoje são homens, ontem eram feras, bárbaros, brutos, sem sentido de razão nem de humanidade, fartando-se de carne e sangue humanos; hoje homens, veneradores e protetores dos

¹² No Sermão da Epifania (1662).

missionários. Da coisa fez-se o homem por meio da Palavra. É perceptível o esforço de Vieira para humanização destes indivíduos, antes, inanimados, agora, regenerados, salvos, agora homens, graças ao trabalho executado pelos missionários.

O que estamos tentando demonstrar é que o pensamento de Vieira sobre os indígenas obedece, fundamentalmente, ao pleito dos ditames cotidianos que ocorreram na sociedade maranhense. Portanto, conseqüentemente, as imagens que o jesuíta imprimiu aos indígenas, além de terem raízes nas prescrições oriundas da retórica aristotélica, da segunda escolástica e das produções sobre os naturais da terra realizadas por missionários anteriores a Vieira, como pe. Manuel da Nóbrega, por exemplo, são fruto direto das querelas em torno da necessidade de força de trabalho no Estado do Maranhão. Aliado as disputas em torno do braço ameríndio, claro, apresenta-se de forma irremediável os processos de resistência indígena ao longo do século XVII, um aspecto que não mencionamos aqui pelas limitações de espaço. Esse assunto será tratado em tempo oportuno.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, João Lúcio. **História de Antônio Vieira**. 2v. São Paulo, Alameda, 2008.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

BULCÃO, Clóvis. **Pe. Antônio vieira**: Um esboço biográfico.

CARDOSO, Alírio Carvalho. **Insubordinados, mas sempre devotos**: poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653). Dissertação (Mestrado em História/UNICAMP). Campinas, 2002.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril**: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru, Edusc, 2006.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

_____. O historiador, o macaco e a centaura: A história cultural no novo milênio. In: **Revista Estudos Avançados** (17). São Paulo, Ed. USP, 2003 a.

_____. **O pensamento mestiço**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

HESPANHA, António Manuel (coord.). O antigo Regime (1620-1807). In: MATTOSO, José (dir.) **História de Portugal**. Vol IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais. In: **Revista de História**. São Paulo, n. 154, USP, 2006 (37-69).

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada**: guerra e açúcar no Nordeste, 1630- 1654. 2a ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

MELO, José Antônio G. de. **Tempo dos Flamengos**. 4a ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 2001.
MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores**: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de Livre Docência. Unicamp, 2001.

PÉCORA, Alcir (org.). **Sermões**. 2v, São Paulo, Hedra, 2000.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: Missionários, tupi, tapuia no Brasil colonial. Bauru, Edusc, 2003.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **O pináculo do Temp(l)o**: O sermão do Padre Antônio Vieira e o Maranhão do século XVII. Brasília, Ed. UnB, 1997.

SENSIBILIDADES E SOCIABILIDADES HISTÓRICAS NA CONSTRUÇÃO DAS BRAÚNAS/BARAÚNAS

Janielly Souza dos Santos¹

Te conheci no passado
Com o teu jeito honrado
Muito bonita e singela
Tu tens o braço da vida
Nunca serás esquecida
[...]
Com teu passado bonito
Baraúna foi distrito
Da cidade de Picuí
Nos anos noventa e quatro
Desfizeram esse pacto
Ficou cidade daqui
Pequenina e modelada
Baraúna terra amada
Com teu jeito varonil
Até nós nos dedicamos
Sempre te homenageamos
A vinte nove de abril.

Ao tomarmos como referência este fragmento do Hino de Baraúna, composto em 2011 pela senhora Maria da Conceição Gomes de Sousa, num primeiro momento o utilizamos para chamarmos a atenção para a construção histórica das Braúnas/Baraúnas, objetivo deste trabalho. Num segundo momento, convidamos à percepção do relacionamento entre a oralidade e a tessitura da escrita, como fundamental ao mesmo.

Nesta perspectiva, na construção histórica das Braúnas/Baraúnas aqui proclamada, caminharemos pela via oral, tecendo uma escrita dos relacionamentos entre os gêneros nos

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

espaços de sociabilidades produzidos nas Braúnas/Baraúnas das décadas de 1950 e 1960. Neste campo de ação, necessitamos refletir as entrevistas aqui propostas como fontes no jogo transitivo do oral para o escrito.

Neste sentido, devemos pensar até que ponto uma entrevista se colocar como oral se no momento da transcrição ela prende a oralidade em palavras escritas, como nos adverte Albuquerque Júnior (2007, p.232-233),

[...] Horas de entrevistas registradas, horas de escuta atenta, horas de emoções partilhadas, horas de troca de experiências, e afinal chega o momento de se produzir o conhecimento histórico. É preciso, antes de tudo, transcrever aquelas falas, ou seja, torná-las escritas, traduzi-las para um outro código, e as primeiras dúvidas assaltam o historiador das oralidades: será que não se vai perder muita coisa? O que vai restar do oral no escrito? [...]

A concordância com Albuquerque Júnior é a aqui estabelecida, no momento em que essa angústia necessita fazer parte de nossas reflexões, para que não possamos tomar uma entrevista, principalmente depois de transcrita, como representante da oralidade em sua fase sublime, muito pelo contrário. Mas, como depois da angústia vem à possibilidade de seguir em frente, necessitamos seguir observando com cuidado o caminho escolhido.

Acompanhemos uma das narrativas do senhor² Severino Passos, que elenca um dos pontos iniciais da história da povoação das Braúnas:

Baraúna quando começou, a fazenda, [...] aí houve uma epidemia de bexiga, bexiga taboca como eles dizia, aí o Chico Italiano era meio estribado, concordaro, tinha muita pouca gente, mas já tavam chegando. Aí concordaram pra fazer um voto a Nossa Senhora do Desterro, se aquela bexiga passasse, ele fazia uma capelinha em homenagem a Nossa Senhora do Desterro e dava uma cinquenta de terra, essa aqui ta na terra da santa. Tudo bem, passou, aí se lembraro.

_ Seu Chico e a promessa.

Ele disse:

_ Vamo pagar.

Aí ele não aceitou a ajuda de ninguém, era, tinha dinheiro, fez ao punho dele, a capelinha [...]

Chamou o Padre Luís Santiago da Paróquia de Cuité, 29 de Agosto de 1929, pra celebrar uma missa e marcar o lugar da capela. 6 de janeiro de 1930 foi inaugurada a capela, pelo Padre Luís Santiago da Paróquia de Cuité. Aí Baraúna levantou-se, começou chegar mais gente [...]

Aí melhorou muito o, o lugar, por esse motivo. Aí começou a chegar gente, não na sede.³

Na primeira década do século XX José Ferino de Oliveira constrói a primeira casa próximo ao riacho das Braúnas, onde juntamente com sua família passa a criação de gado no local e a lavoura de subsistência. Anos mais tarde, chega do Rio Grande do Norte, o senhor Francisco Soares da Silva, já viúvo, que fica conhecido como Chico Italiano, devido à fala

² No decorrer de toda a dissertação, utilizaremos os termos senhor e senhora ao nos referirmos a nossos depoentes, no momento que partimos do presente e observamos as suas idades.

³ Entrevista realizada em 02 de Agosto de 2011.

embaraçada, e se casa com a filha de José Ferino, a jovem Antônia. Como era de costume, a família recém formada, passa a residir na fazenda, tornando-se mais adiante herdeira da já chamada Fazenda das Braúnas.

Por volta da segunda metade da década de 1920, passa a ocorrer na região um surto de varíola, chamada de bexiga taboca. Como não se tinha muito conhecimento sobre a doença, os hábitos cotidianos ajudavam a espalhá-la, chegando a dizimar algumas vidas. Foi nesse momento que, no local aonde hoje vem ser a sede do município de Baraúna, é feita uma promessa⁴ que viria a atuar diretamente sobre a construção do povoado. Uma promessa que dá origem a capela, que seria ponto de encontro entre os moradores da região. Espaço de oração e devoção, mas também de sociabilidades. E mesmo quando Chico Italiano vem a morrer na década de 40, deixando sua casa/fazenda ‘abandonada’, a capelinha permanece ativa.

No conjunto da narrativa citada anteriormente, é necessário aqui fazer uma reflexão quanto ao momento em que o senhor Severino Passos coloca ‘essa aqui ta na terra da santa’, em dois pontos. Primeiro porque ele exprime, durante a nossa conversa/entrevista, uma relação de afetividade com a religião católica, e nesse caso ter sua residência na ‘terra da santa’ é de certa maneira estabelecer uma relação de sacralização do espaço. Segundo, porque no momento em que pronuncia esta expressão, remete a si mesmo e a nós, ao presente, às relações que são estabelecidas entre o passado e o presente. Como nos propõe Amado e Ferreira (2006, p.21), “[...] narrativas orais referem-se tanto ao passado quanto ao presente, organizando-os e unificando-os [...]”.

O ano de 1956 foi marcante para a vida da comunidade católica da povoação emergente das Braúnas, e sítios circunvizinhos. No instante em que as necessidades cotidianas produzem historicamente as espacialidades, a demolição da primeira capela e construção da segunda influi diretamente no cotidiano e na história dos sujeitos e da sociedade que se coloca nas Braúnas.

Neste conjunto, quais motivos teriam levado a necessidade de construção de uma nova capela ou igreja? De acordo com Araújo (2005, p.12):

O crescimento da povoação tornou a capelinha, inaugurada na década de 1930, insuficiente para acomodar os fiéis. Foi quando surgiu a idéia de demolir a Capela Nossa Senhora do Desterro e construir outra maior. Assim, em 1956 a primeira capelinha foi demolida e a população passou a se mobilizar na construção da nova

⁴ Equiparada a um juramento, a promessa geralmente está associada à tradição cristã. Colocada perante Deus ou um santo, neste caso, a Nossa Senhora do Desterro, ela busca emitir segurança no atendimento do pedido, e em agradecimento a graça alcançada será cumprido o prometido.

capela de Nossa Senhora do Desterro. Todos procuravam participar com o que podia: tijolos, areia, dinheiro, dia de trabalho, um verdadeiro mutirão. Para adquirir a peça principal da capela, o sino, como era um pouco caro, tiveram a idéia de colocar uma rifa. [...]

Crescimento que também se deu a partir da própria capelinha, como era chamada, pois passou a acolher os fiéis que antes se deslocavam para Picuí. Não que estes naquele momento não pudessem ir mais às missas na cidade de Picuí, mas devido à distância e a falta de meios de transporte, o que deixava a viagem cansativa. Era mais cômodo vir a habitar a capelinha de Nossa Senhora do Desterro.

Convém observar que as missas não eram semanalmente, às vezes demorava até meses entre uma missa e outra, nas décadas de 1930 e 1940, todavia, ainda continuava sendo mais cômodo adentrar o espaço de oração da capelinha. Cabe notar que boa parte da população que ocupava as terras, que hoje vêm a ser o município de Baraúna, deslocava-se para as missas em Picuí de seis em seis meses, por ocasião de um batizado e/ou casamento.

Quando o padre não estava presente junto à capelinha, esta, ainda poderia continuar em atividade, com as novenas celebradas pela comunidade. Situação esta, não somente observada durante a primeira capela, mas principalmente com a nova que se erguera; até porque foi a época em que boa parte das pessoas colocaram-se junto à povoação das Braúnas não somente para visitar e estabelecer suas relações comerciais, religiosas e afetivas, mas para residir. As famílias, ainda em pequena quantidade, chegavam a procura de uma sede para moldá-la com suas próprias mãos, “um quadro para anichar a sua memória” (PESAVENTO, 2004, p.175).

Neste campo de atuação, a nova capela, além de espaço de oração, celebrações religiosas, ocupava também o posto de espaço de sociabilidades nas décadas de 1950 e 1960. Sociabilidades no momento em que há comunicação, trocas, reciprocidade nas conversas, nos olhares; atividades desenvolvidas entre pessoas que provocam efeitos do sensível nos outros, e em si; pessoas que estabelecem conexão nas redes de amizades, vizinhança e parentesco. Sociabilidades para os sujeitos que residira já no espaço das Braúnas e para os que se colocara em sítios/fazendas vizinhas.

No fazer do jogo das sensibilidades religiosas e das sociabilidades, o trabalhador do roçado, da casa, do comércio deveria encontrar tempo para ir/vir à missa ou a novena ficar mais perto de Deus, e também dos homens. Nestes cruzamentos de pessoas, as sensibilidades religiosas partilhadas ajudam na produção das sociabilidades, da própria sociedade que se ser construir.

A Igreja Católica, tanto figurada na primeira, quanto na segunda capela, era palco para muitos eventos importantes na vida das pessoas. Celebrações que iam do batizado, a primeira comunhão, a crisma, passando pelo casamento, e chegando a ritualizar algumas vezes até a morte. Lá dentro, o respeito a Deus e a Igreja era exigido rigidamente. O senhor Severino Passos, através do exemplo de um padre, atenta-nos ao silêncio exigido pelos padres durante a celebração da missa:

[...] No sermão dele, num era pra ninguém dá atenção a ninguém. Ele tava fazendo o sermão dele, acho que hoje não é mais sermão, eu não sei nem o que é, quando via uma mulher fazer assim.

_ Mulher! Deixe pra conversar em casa, aqui você ta rezando! (risos)⁵

Nesta fala além dos códigos da Igreja propostos aos seus fiéis, podemos observar uma imagem de gênero. A partir do padre, figura masculina, a mulher é adjetivada como faladeira, que fala demais. Na medida que o homem tinha outros espaços de falas, estabelecimentos de conversas, como a bodega, o bar, muitas vezes restava a mulher o lugar da missa, espaço público, para estabelecer conversas e relacionamentos com as amigas, até porque muitas não podiam vir ao eventos do terraço de Zé Lourenço, nem frequentavam os forrós nos sítios circunvizinhos as Braúnas/Baraúnas.

Outro ponto a ser observado é que as pessoas gostavam de andar o mais alinhado⁶ possível quando iam à missa ou a algum evento no Povoado das Braúnas/Distrito de Baraúnas, principalmente moças e rapazes deveriam mostrar-se impecáveis junto à celebração eucarística, que poderia agrupar ainda um batizado, uma primeira comunhão, a crisma, um casamento, sociabilidades capazes de produzir jogo de olhares, que causariam encantamento entre jovens; e quem sabe dali não surgiria um princípio de namoro.

Deste modo, as vestimentas deveriam ser produzidas com cuidado. E não somente os jovens, que estavam em busca de namoro e/ou casamento, realizavam ‘um desfile de moda’. A roupa representaria muito mais junto a Igreja e à sociedade, principalmente no que se refere ao corte de certo do modelo escolhido. Os códigos sociais, neste âmbito, instituía o que era permitido e o que era proibido no modelo feminino principalmente.

Observemos, por exemplo, como poderiam/deveriam vestir-se os meninos e meninas que viriam fazer a primeira comunhão, a partir da fotografia adiante elencada, lembrando ainda junto à Carvalho e Lima (2009, p.49) que, “O retratar-se é uma prática cultural que

⁵ Entrevista realizada em 02 de Agosto de 2011.

⁶ No sentido de elegante; todavia, dentro de suas possibilidades econômicas.

integra uma rede de comunicação e atua, como tantos outros processos, na regulação da sociedade”.



Primeira Comunhão realizada na Capela de Nossa Senhora do Desterro nas Braúnas/Baraúnas
Fonte: Arquivo pessoal de Maria Amélia Araújo Dantas (Socorro de Zé Lourenço), (1956-1968)⁷

Nesta fotografia podemos perceber as vestimentas como parte da regulamentação da sociedade em termos de gêneros. A menina vestia-se com um vestido similar a um vestido de noiva, completado ainda o traje com o arranjo ou coroa na cabeça, também chamada de capela. O menino também era formal, podendo usar calça comprida, ou calça curta como no caso deste da fotografia. Neste sentido, a senhora Oflia Mariano da Silva Souza (71 anos) nos informa:

Zé Mariano era pegado com eu demais. Eu mais Zé Mariano fizemos a primeira comunhão [...] Ele trajadinho de noivo e eu trajadinha de noiva [...] Capela, véu, capela, e ele todo trajadinho de manga comprida. Era bonitim demais. [...] Eu fiz a primeira comunhão, graças a Deus, era tanto menino. [...] Há, lá eu usava vestido comprido, manga comprida, e de capela, capelona alta, era daquelas alta, num era dessas coroinha não, era capela mesmo. [...] Eu ia tirar um retrato aí Maria num deixou. Num deixou não, porque disse que num tinha dinheiro, pai era pobre não tinha dinheiro pra pagá. Eu trajadinha de noiva.⁸

Neste conjunto, a narrativa acima e a fotografia anterior nos remete a outro ritual de passagem na vida das pessoas, sob custódia da Igreja Católica, o casamento. No caso da menina, vestir-se como uma pequena noiva, ‘uma noivinha’, ser agraciada pela emoção de estar ali no altar, colocava a necessidade familiar dela vir anos mais tarde para efetivar seu casamento perante a família e a sociedade. Além disso, a vestimenta feminina representada na

⁷ Como a senhora Maria Amélia de Araújo Dantas (Socorro de Zé Lourenço) não se lembra da maioria das datas das fotos que nos cedeu para digitalização, mas afirmou que foi do período que morava em Baraúna, consideremos as que estão sem datação entre os anos de 1956 e 1968.

⁸ Entrevista realizada em 9 de Julho de 2011.

fotografia, também nos remete a condição de pureza. Usar vestido branco ao casar, era declarar-se virgem e pura perante a sociedade. Na Primeira Comunhão era necessário se colocar como pura(o) para estar mais perto de Deus, comungar com Deus.

No espaço sagrado configurado na capela, além das missas, que incluíam os batizados, a Primeira Comunhão, a crisma, o casamento e algumas vezes a passagem do morto, havia, também a celebração das novenas. Algumas delas tinham dois momentos, o dentro da Capela e o fora dela. Falemos num primeiro momento das novenas do mês de maio, de Maria, que culminaria no ‘derradeiro de maio’, quando a população vinha celebrar, estabelecer seus vínculos com a Igreja e a sociedade. Segundo Socorro de Zé Lourenço,

Tinha, rezava o mês de maio todinho, aí juntava as flores, todo dia aquele pessoal, todo dia levava as flores, levava um buquê de flores, aí colocava lá na santa, quando era no outro dia, aquelas flores eram recolhidas e botadas lá no recanto, aí quando era no último de maio, aquelas flores, fazia uma fogueira e queimava as flores [...] Aí o pessoal cantando ao redor da fogueira [...] depois da novena.⁹

Era no espaço fora da capela, ao redor da fogueira que moças e rapazes sob suspeita de olhos vigilantes podiam estabelecer o *flirt*¹⁰. Os namorados e noivos podiam estabelecer conversas com suas namoradas sob a vigilância dos pais ou de uma senhora casada e ‘de respeito’. Os familiares e amigos conversavam entre si, e ainda quem estava ali para cumprir os rituais sagrados até o fim, iria entoar os hinos a Nossa Senhora. Não cessavam também os pedidos de casamento junto a Maria, já que se estava no mês das noivas. Nada melhor do que pedir para que naquele ou no próximo ano estivessem realizando o matrimônio.

A troca de alianças e a construção de uma família era um desejo a ser alcançado por homens e mulheres no Povoado das Braúnas/Distrito de Baraúnas nas décadas de 1950 e 1960, as últimas em maior intensidade que os primeiros. Neste campo de atuação, o modelo de família seguia os padrões da sociedade brasileira dos chamados anos dourados, como nos convida a perceber Bassanezi (2004, p.608-609):

Na família-modelo dessa época, os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – e das características próprias da feminilidade, como instinto materno, pureza, resignação e doçura. [...]

⁹ Entrevista realizada em 23 de Agosto de 2011.

¹⁰ “O flirt é uma troca de olhares. E’ talvez o início normal de quase todos os namorados, ou melhor, da maioria deles. Muitas vezes, um homem atraído por uma mulher segue-a olhando insistentemente. Se o olhar é correspondido, ele pode atrever-se a dirigir a palavra à mulher, e daí talvez resulte o namoro. Isso é o flirt.” (SILVEIRA, 1959, p.5)

Na sociedade aqui estudada, das Braúnas/Baraúnas e dos sítios circunvizinhos, este modelo se adequava ao ideal proposto pela sociedade. Todavia, é necessário observar que apesar do homem ser responsável direto pelo sustento da família, boa parte das mulheres ajudavam como podiam nas atividades econômicas. Dessa forma, no momento que havia mulheres que trabalhavam diariamente no roçado juntamente com seus esposos ou pais, possibilita-nos pensar que a participação das mulheres no sustento da família tinha relativa significação na sociedade ora problematizada.

Significação que não deixava ser percebida, explicitamente na sociedade. Embora trabalhasse igual ou mais que os maridos, muitas mulheres não assumiram essa condição, mas propunham apenas a noção de ajuda. Ela própria afirmava que era o marido que sustentava a casa e a família, o que implica códigos de gênero. As mulheres são produzidas historicamente para não assumirem sua posição em relação ao sustento da família, sentem vergonha pelo marido, por este não ser unicamente o provedor do lar e da família.

No que concerne às cerimônias de casamento, a partir do espaço de estudo proposto, observamos que estas poderiam ser realizadas nos sítios, na casa dos pais e/ou familiares da noiva, e com menor regularidade do noivo¹¹, na igreja de Picuí ou na capela das Braúnas/Baraúnas, e que serviam para reunir família e amigos no local da cerimônia, transformando-o em espaço de sociabilidades. Neste âmbito, a capela foi palco para casamentos, regidos pelas formalidades do ritual que se repetiam, e nas situações não comuns de acontecerem.

Segundo Severino Passos, o ritual do casamento comum às décadas de 1950 e 1960 na comunidade das Braúnas/Baraúnas e nos sítios circunvizinhos, realizava-se da seguinte forma: “Ia lá pra os pés do padre. O padrinho trazia a noiva, o cabra passava a mão nela, ia lá pro pés do padre. Aquele negócio de beijar, essa coisa assim, não. Num existia isso naquele tempo não.”¹²

O beijo na boca, assim como durante o namoro, não era evidenciado na cerimônia do casamento, nem tão pouco em público nas décadas 1950 e 1960 nas Braúnas/Baraúnas. De acordo as normas de conduta da sociedade, não era permitido o desfrute, pois além de expor a si, estava expondo as outras moças e rapazes a comportamentos não interessantes à comunidade. Como a honra da família, principalmente do pai, dependia da honra da moça, esta era bem mais vigiada do que os homens, não somente pela família, mas por toda a

¹¹ O pai da noiva era responsável direto pela maioria dos gastos do casamento, inclusive no que se refere à festa.

¹² Entrevista realizada em 02 de Agosto de 2011.

sociedade. Com Bassanezi (2004, p.613) observamos que, “O código de moralidade era de domínio geral e praticamente todos se sentiam aptos a julgar os comportamentos de uma jovem: os pais, o vizinhos, os amigos e amigas [...] A moralidade defendia a boa família, ou melhor, o modelo dominante de família.”

Casar pura, virgem, de vestido branco, véu e grinalda, era o objetivo da família, e da moça que não quisesse correr o risco de ser alvo de fofocas e burburinhos durante bastante tempo na comunidade e entre os conhecidos. Neste conjunto, além do noivo a caráter, de paletó e gravata, a dama de honra era primordial a todo casamento.

Viver em sociedade é está em meio a um conjunto de códigos comportamentais, costumes e crenças, que cabe ao sujeito assumi-los ou não. Os caminhos colocam-se a nossa frente cotidianamente, cada direção vai levar a possibilidades diferentes no seguimento da caminhada da vida e do relacionamento com os outros sujeitos.

Nos meandros da constituição das identidades, necessita-se perceber que elas são históricas e produzidas a partir de discursos colocados na constituição do espaço. Dessa forma, assim como nos coloca Hall (2000, p.109):

“É precisamente porque as identidades são constituídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.”

Para além da capela, outro espaço que contribuiu com bastante intensidade na formação do município de Baraúna, foi a feira. Num dia que já seria movimentado, devido à celebração de missa, com casamento e batizados, veio juntar-se uma campanha eleitoral. A palestra foi realizada em cima de uma caminhoneta, nos arredores da igreja e da casa de Zé Lourenço, e contou com o jogo de promessas, dentre as quais, uma realizara-se no ano seguinte, como nos conta Severino Passos:

O prefeito de Picuí era Francisco Eduardo de Macedo e o candidato dele era Roldão Zacarias de Macedo. Justamente foi eleito. Aí no dia desse batizado, vei um bocado de gente. Aí já tinha mais gente, por todo canto. Aí Paulo Hipácio, era vereador, olhou assim, pro canto, pra outro e disse:

_ As Braúna está crescendo, eu vou botá um projeto na câmara criando uma feira livre, pra amenizar a viagem desse povo daqui pra Picuí.

Olhou pra o prefeito, disse:

_ Sanciona, ou não sanciona seu Prefeito?

Aí ele sancionou, justamente foi criada a feira aqui. 9 de agosto de 1959 foi a primeira feira. Ta lá na história.¹³

¹³ Entrevista realizada em 02 de Agosto de 2011.

A feira de Baraúnas criada pelo decreto de Lei 63 de 04 de junho de 1959 teve início em 09 de agosto do mesmo ano, aos domingos para não concorrer com a feira de Picuí que era aos sábados. Além de funcionar como impulsionador do comércio local, também diminuía a necessidade dos moradores se deslocarem para Picuí, viagem muito sacrificada para a maioria da população pela falta de meios de transporte. Além disso, ela ainda vai servir como espaço de sociabilidades entre os gêneros, e favorecer o desejo das pessoas em residir na localidade.

No que se refere ao favorecimento dos relacionamentos entre os gêneros, principalmente entre os mais jovens, a feira, aos domingos em Baraúnas, foi proposta como palco propício a esses relacionamentos, bem como, uma possibilidade de espaço de lazer, como nos narra Severino Passos:

Janielly: Na feira aqui, só quem vinha era os homens ou as mulheres também vinham?

Severino Passos: Ah! A feira foi um sucesso. A primeira feira, a feira daqui, a de Picuí era muito difícil de ir [...] então pronto, aquela rapaziadinha com quinze, dezesseis anos não sabia o que era uma feira[...] A primeira feira deu muita gente, porque aquela rapaziada queria ver o que era uma feira.

Janielly: Tanto moça quanto rapaz?

Severino Passos: Moça, rapaz, essa hora ainda tinha gente aí na feira, que tinha deles que ia em casa, o povo era pouco, mas quando se juntava tudo, rendia mais um pouquinho. Então pronto, ela foi assim, foi, foi, começou quase como uma festa. [...]

Janielly: Interessante, quer dizer que a feira começou quase como uma festa.

Severino Passos: Era, era, o pessoal vinha conhecer o que era uma feira, não sabia o que era. Rapaz com quinze, dezesseis anos não sabia o que era uma feira. Naquele tempo as coisas era muito difícil, pra ir uma feira assim, as coisas era muito difícil, aí ficava lá, em casa:

_ Mãe, o que é uma feira? Pai o que é uma feira?¹⁴

No espaço da feira, homens e mulheres de todas as gerações poderiam estabelecer suas redes de sociabilidades, tendo como argumento a participação na feira. A princípio, esta se coloca, além de centro econômico, como atração, espetáculo aos olhos dos mais jovens que não tivera a oportunidade de participar de outra, em um espaço diferente. Apesar de pequena, em seus momentos iniciais, ela aguça a curiosidade. Quando não mais sobre sua forma, a expectativa colocava-se nas pessoas que iriam habitá-la. Quantas jovens não passaram a semana esperando a próxima feira para ter a possibilidade de encontrar e, quem sabe, conversar com o rapaz que ocupara seus pensamentos? Dessa maneira, a feira torna-se também ponto de encontros, passando a estar envolta por sensibilidades¹⁵.

¹⁴ Entrevista realizada em 03 de Setembro de 2011.

¹⁵ Segundo PESAVENTO (2006, p.161) “[...] A sensibilidade se expressa como uma forma de reação dos sentidos, através de emoções e sensações [...]”

Com o desenvolvimento do comércio, e a intensificação das relações de sociabilidades, a feira passa a ser espaço desejado, onde as pessoas queriam se aproximar e fixar residência, por ser realizada de frente a capela durante 1959 e toda a década de 1960, um motivo a mais para os sujeitos quererem habitar os arredores deste cenário. Observemos a seguinte narrativa:

Janielly: Depois da feira o pessoal [...]

Severino Passos: Ah! Juntou-se muita gente. Todo mundo queria vim pra aqui, pra encostado a feira. Tem um caso muito importante de Zé Lourenço, que eu digo que Zé Lourenço ajudou muito a Baraúna. Quando criou a feira, como você fez a pergunta, todo mundo queria se aproximar. Tava um lá, por exemplo, de Nova Palmeira, aí tem notícia que a terra aqui era muito produtiva, e era dentro da terra da agricultura. Vinha fazer uma casa na rua, e arranjava um roçado, trabalhava lá. Mas num tinha, tinha a terra da santa, mas ele queria ficar encostado à feira. Eu tava lá num dia que chegou um rapaz, disse:

_ Seu Zé Lourenço, me dê um chãozinho de casa, pra eu fazer uma casa.

Ele disse:

_ Nego, e porque não faz na terra da igreja?

A dele era propriedade privada.

Ele disse:

_ Não senhor, é porque eu queria fazer aqui perto da feira.

_ Vamo lá.

Naquela rua de comadre Dadá. Ali era de Zé Lourenço.

_ Quantos metros você quer?

_ Tantos.

_ Faça aqui, o oitão é meu.

Ele dava logo o golpe. Chegava outro.

[...]

Janielly: O oitão era uma parte que ficava, né?

Severino Passos: Era. Você quando levanta casa num fica um oitão dum lado e outro do outro.

Janielly: Sim, entendi, fica uma parede do lado, outra do outro. Aí no caso ele podia usar para fazer uma casa ou armazém.

Severino Passos: Um fazia ali outro fazia aqui, aí ele tampava assim era outra casa.¹⁶

Zé Lourenço foi apresentado nesta fala em duas perspectivas, como um homem que contribuiu bastante para a construção de Baraúna, e como um estrategista que soube usar do que lhe era proposto. No primeiro momento, ele aparece como a pessoa que lançou os alicerces para o povoamento do lugar que hoje vem a ser a cidade de Baraúna, ao doar terrenos para construção de casas, para as pessoas, famílias, interessadas em habitar o espaço junto à feira.

A princípio Zé Lourenço reluta em doar parte do seu terreno, justificando que tinha a terra da igreja, da santa, para a construção das casas, mas quando o interessado reluta, com a justificativa de que no terreno deste senhor é mais interessante, por estar mais próximo à feira.

¹⁶ Entrevista realizada em 03 de Setembro de 2011.

Zé Lourenço cede o terreno, porém, este usa de estratégia¹⁷ para tomar posse do ‘oitão’, e deste modo, ter duas paredes já prontas na construção de uma futura casa ou armazém.

Ainda a partir da narrativa anterior de Severino Passos, observamos o quanto à feira contribuiu para o povoamento das Braúnas/Baraúnas, principalmente nos seus anos iniciais. Desta maneira, a história da feira está intimamente ligada à história de Baraúna, assim como a capela. Dois espaços que contribuíram também no início da década de 1960 para a elevação do povoado a categoria de distrito.

A consolidação do povoado, enquanto Distrito de Baraúnas, ligado a Picuí, veio no momento em que a população crescente passava a perceber a importância de prédios e instituições públicas que sanassem suas necessidades cotidianas. Foi o caso do grupo escolar.

Criada pelo Decreto 2084 – 12/08/60, hoje Escola Estadual de Ensino Fundamental de Baraúna, na década de 1960, Grupo Escolar Professor Muribeca¹⁸. Esta instituição escolar veio contribuir com a comunidade a partir do momento que ajudara na educação de muitas crianças; quando antes muitas famílias não tinham condições de pagar um professor para seus filhos, com o grupo escolar o sonho de aprender a ler e a escrever tornou-se mais acessível. Neste âmbito, é ainda interessante notar que muitas crianças continuaram a margem da educação escolar, no instante em que muitos pais não deixaram seus filhos estudar pela distância e/ou pela necessidade deles trabalharem no roçado.

No momento que o grupo escolar receber o nome de um professor, gênero masculino, e a maioria dos docentes que ocuparam este espaço, na década de 1960, consolidara-se em figuras femininas, observamos uma marca de gênero presente na conquista do magistério pela mulher, processo que já havia se iniciado no século XIX.

Antes os homens ocupavam posição privilegiada na construção da educação formal, já que o destino natural da mulher era a casa, agora há um remodelamento desta profissão, as mulheres ganharam espaço, principalmente pela associação do magistério as características femininas propostas pela sociedade. Assim, Louro (2004, p.451) salienta que “O magistério era visto como uma extensão da maternidade, o destino primordial da mulher. Cada aluno ou

¹⁷ “[...] o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado. [...]” (CERTEAU, 2007, p. 99)

¹⁸ “[...] Começou como Professor Muribeca. Eu fui atrás dessa história, deu trabalho. Mas houve um professor Muribeca pelo sítio das trincheira, por ali, trincheira não, Manuel de Jacinto que era mais conhecido, aí foi dois alunos daqui estudar lá, parece que era Felipe e João Ferino de Oliveira, era os dois homens mais que tinha, aí foi a razão de dá o nome do grupo de Professor Murimbeca. [...]” Entrevista realizada com Severino Passos em 03 de Setembro de 2011.

aluna era representado como um filho ou filha espiritual e a docência como uma atividade de amor e doação à qual acorreriam aquelas jovens que tivessem vocação.”

Vocação que deveria ser expressada no cotidiano do funcionamento do Grupo Escolar. De tal modo, convém notar que além das redes de sociabilidades e solidariedades estabelecidas entre os sujeitos que atuavam neste espaço, havia um tempo reservado para lições de civismo e patriotismo, que iam do decorar a história do Brasil, com seus heróis a cantar o hino nacional. Do final do mês de agosto para o início de setembro, esse tempo era aumentado, porque além da história da Independência, o hino desse acontecimento deveria ser entoado com fervor.

Do lema dos ‘50 anos em 5’ com Juscelino Kubitschek a ditadura militar a partir de 1964, ressaltar o Brasil, sua história, era requisito básico junto as instituições escolares. Nesta perspectiva, os desfiles de 7 de setembro ganharam fôlego novo durante a ditadura, seja por patriotismo ou por obrigação. A necessidade de realização da parada da pátria era essencial. No caso do Distrito de Baraúnas não foi diferente.

Pais, irmãos, tios, avós, amigos aguardavam com expectativas seus pequenos desfilarem e mostrar que aprenderam a lição ao cantar o hino do Brasil e da Independência. Autoridades do Distrito e de Picuí vinham também perambular pelo desfile, de forma a mostrar seu respeito pelo espaço e assim manter seu prestígio.



Desfile de 7 de setembro em Baraúnas em 1966 na sua parada de frente ao Grupo Escolar.
Fonte: Arquivo pessoal de Maria Amélia Araújo Dantas (Socorro de Zé Lourenço), 1966.

Como esta imagem, coloca-se pelo ângulo de um fotógrafo que está na frente do Grupo Escolar, mais especificamente do lado esquerdo, possibilita-nos percebermos ao fundo um grupo de casas que compunham uma avenida. Como estas casas localizavam-se próximas à instituição escolar, este espaço passa a ser atrativo para construção de moradias, e atua no

povoamento do Distrito. Não mais somente a capela e a Igreja colocavam-se como atrativas aos olhos dos pretendentes a moradores do lugar.

No caso de comemorações cívicas, como o desfile de 7 de setembro, os arredores do grupo também podiam ser marcados pelas conversas entre os amigos e familiares; pelas trocas de olhares entre moças e rapazes, candidatos e candidatas ao compromisso do namoro; e ainda pela felicidade de crianças que se colocavam como espetáculo do desfile.

Diante das sociabilidades cotidianas junto à capela, a feira, e ao grupo escolar, além de outros lugares, o espaço das Braúnas/Baraúnas construiu-se historicamente nas décadas de 1950 e 1960. É razão de Severino Passos dizer: “tem esse nome as Braúnas, Distrito de Baraúnas e Baraúna¹⁹, por isso digo, ela tem três nomes.”²⁰

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004. p.607-639.

CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. Fotografias: Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p.29-60.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 13.ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

¹⁹ Em novembro de 1993 se realiza um plebiscito com resultado favorável ao desmembramento do município de Picuí. A emancipação política, contudo só ocorre oficialmente em 29 de abril de 1994, juntamente com outros municípios, a exemplo de Sossego, território circunvizinho. Em 1996 são eleitos prefeito e vereadores para compor o quadro do executivo e do legislativo junto ao recém nascido município. No ano de 1997, depois de tomada a posse dos respectivos representante do município, em uma das seções que se seguiu, foi aprovada o projeto de lei, no qual a cidade de Baraúnas perdia o ç e tornara-se Baraúna. Alguns dizem que isso ocorreu porque como a árvore estava em processo de extinção na região não havia motivo de chamar a cidade de Baraúnas. Outros dizem que foi simplesmente porque o então prefeito Severino Pereira Gomes quis, e bateu o martelo. Até o momento não se sabe ao certo o(s) motivo(s), se é que ele(s) existe(m), da mudança de nomenclatura. Mudança não aceita, num primeiro momento, no cotidiano das pessoas, que continuaram a falar e escrever Baraúnas, e que ainda se vê escrita hoje em correspondências, em placas de automóveis, por exemplo.

²⁰ Entrevista realizada em 02 de Agosto de 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A vitória de Antígona sob signo de Babel, a cidade brasileira dessacralizada. In: _____. (org.) **Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p.165-192.

SILVEIRA, Paulo Webber da. **Guia dos namorados**. São Paulo: Prelúdio, 1959.

SOUSA, Maria da Conceição Gomes de. **Hino de Baraúna**. Baraúna – PB, 2011. Disponível em <http://barauna-pb.blogspot.com.br/2011/08/concurso-do-hino-municipal-de-barauna.html> Consultado em 10 de Fevereiro de 2012.



ST13. História e documentos: o permanente diálogo entre a sociedade e seu passado

Coordenador(es): Ana Andréa Vieira Castro de Amorim e Joana Neves

UM MONUMENTO JURÍDICO: O REGIMENTO DA INQUISIÇÃO PORTUGUESA DE 1640

Afrânio Carneiro Jácome

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa vários aspectos do Regimento da Inquisição de Portugal de 1640. A Inquisição moderna, sua história e seus mecanismos aparecem neste trabalho servindo como apoio para refletir toda a complexidade do Regimento da Inquisição portuguesa do século XVII e suas atribuições jurídicas. A contextualização do Regimento leva ao objetivo central do trabalho: a análise do tratamento e das atribuições diferenciadas dos diversos níveis estamentais da sociedade portuguesa do século XVII. A contratação de funcionários, suas atribuições e o tratamento dado aos réus, receberão análise das atribuições normativas do documento jurídico do século XVII. Os diferentes perfis sociais de funcionários e réus são observados de forma meticulosa pelo Regimento, de modo que cada indivíduo receba tratamento e função de acordo com a posição na sociedade – este será o ponto chave analisado neste trabalho.

A Inquisição é um tema rico em pesquisas e atrai diversos estudos acadêmicos na atualidade. Apesar da variedade de trabalhos sobre a Inquisição, o documento em destaque – *O Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal* – é apenas citado em algumas obras, e em raras delas ele é tratado de maneira específica e detalhada. Daí resulta a importância deste ensaio: o fato de analisar de forma minuciosa um dos documentos mais importantes já elaborados pela própria Inquisição moderna motivará, quiçá, no futuro, o

surgimento de estudos que enriqueçam as pesquisas acerca deste monumento jurídico do século XVII.

A INQUISIÇÃO MODERNA: HISTÓRIA E ESTRUTURAÇÃO

A Inquisição moderna surge quando o Papa Sisto IV assina a bula *Exigit sinceræ devotionis affectus*, em primeiro de novembro de 1478. Essa bula veio atender às petições dos Reis Católicos que ansiavam por maior controle e fiscalização dos judeus e cristãos novos habitantes dos reinos de Castela e Aragão. A bula permitia aos Reis Católicos nomear, destituir e revogar do cargo ostrês inquisidores de um tribunal inquisitorial. “Esse poder concedido aos príncipes era um acontecimento inédito: até então, a nomeação dos inquisidores, cuja jurisdição se sobrepunha à jurisdição tradicional dos bispos em matéria de perseguição de heresias, estava reservada ao papa”¹. Para preenchimento do cargo de inquisidor, a indicação dos príncipes deveria obedecer a algumas exigências: ser bacharel ou mestre em teologia; ser clérigo ou religioso de ordem secular; ser licenciado ou doutor em direito canônico, além de apresentar idade especificada pelo regimento inquisitorial. A bula representa uma ruptura com a organização inquisitorial medieval – restrita à jurisdição eclesiástica; a partir de então, ela se torna uma ligação entre a jurisdição eclesiástica e a jurisdição civil que alterava as relações de fidelidade desses personagens históricos.

A experiência inquisitorial da era moderna rompe com o controle exclusivo da Igreja sobre a Inquisição. Na Inquisição medieval, o Papa centralizava as decisões acerca dos procedimentos e diretrizes dos tribunais, além de nortear os funcionários e suas práticas fiscalizadoras. Os regulamentos não apresentavam um caráter geral, variando de local para local, e os tribunais não procediam de acordo com uma jurisprudência ou legislação geral, que servisse como exemplo para avaliação de casos similares. “Apesar de a inquisição medieval ter sido, essencialmente, uma instituição idealizada e dominada pelo papa, isto é, dirigida por uma entidade supranacional, contava, em todos os países onde atuou, com o auxílio e a aprovação dos soberanos”². Quando, na Idade Moderna, os estados ibéricos decidem estreitar os laços com a instituição inquisitorial, todo o funcionamento dessa nova prática se modifica e

¹BETHENCOURT, Francisco. *História das inquisições*: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 531p., p. 17.

² NOVINSKY, Anita Waingort. *A Inquisição*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 96 p. (Tudo é História, 49). p. 15-16.

passa a responder, também, aos anseios dos príncipes e de seus projetos políticos, de modo mais direto. Os regulamentos e regimentos tornam-se mais completos e abrangentes, as leis civis confundiam-se com a legislação eclesiástica. Convém lembrar que o tribunal inquisitorial moderno é flagrante apenas em poucas áreas da Europa: no Império Espanhol, nos territórios portugueses (incluindo as colônias na Ásia, África e América) e na Península Itálica. As práticas dos tribunais ficam mais complexas e os regimentos passam a exigir uma maior obediência aos rituais jurídicos. Um exemplo disso é o *Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal de 1640*. Segundo Francisco Bethencourt, tratava-se de “um monumento jurídico”³. Os regimentos que surgiam de tempos em tempos eram criados por autoridades eclesiásticas para resolver novos conflitos e interesses. Cada nova regulamentação tornava-se cada vez mais específica, meticulosa e detalhada. Os regimentos passavam a regular horários dos funcionários, seus vencimentos, o procedimento jurídico e a etiqueta interna, descreviam de maneira muito cuidadosa como deviam transcorrer as fiscalizações e as visitas aos réus, mesmo os familiares dos funcionários eram alvo de regulamentação específica.

O cenário histórico em que nasce a nova prática inquisitorial é complexo e possui diversas facetas. O surgimento dos novos tribunais se concretiza em meio a conturbações na área política, econômica e social na Europa, cenário em que os países ibéricos começam a despontar. As ambições das coroas desses territórios vão buscar respaldo da Igreja Católica para realização de seus projetos. De início a Igreja resistiu às investidas dos Estados Ibéricos na tentativa de cooptar auxílio da Inquisição para seus projetos nacionais. Após diversos entraves e acordos diplomáticos, as parcerias começaram a se concretizar. As reformas religiosas foram um aditivo importante nas remodelações da atuação do Santo Ofício. Judeus, muçulmanos, cristãos novos e protestantes eram alvos estratégicos na viabilização dos projetos dos Estados que acolhiam o Santo Ofício.

Durante o medievo, territórios como a Península Ibérica, se comparados às demais localidades européias, eram regiões de tolerância e convívio aceitável entre diversas etnias e grupos religiosos. “Um fenômeno básico levou ao estabelecimento do Tribunal da Inquisição: a existência, no território ibérico, de três grandes comunidades, a cristã, a muçulmana e a

³BETHENCOURT, op. cit., p. 47.

judia”⁴. Esses grupos religiosos praticavam sua fé e exerciam seus costumes, durante a Idade Média, de maneira mutuamente tolerante. Os judeus ibéricos não eram confinados nos famigerados guetos, como em outras localidades europeias, embora se concentrassem em bairros específicos. Em Portugal, esses bairros eram chamados de “judiarias”, e na Espanha, de “aljamas”. Na Espanha, essa convivência entre diferentes gerava interessantes cenas como, por exemplo, a da procissão cristã, na qual se levava a imagem do Santíssimo, organizada para festejar a visita de alguma autoridade ou celebrar um fato importante, em que os judeus acompanhavam-na com os rolos da Torá entre os braços. Até ordenamentos papais eram descumpridos nesses locais: após o IV Concílio de Latrão, de 1215, quando se determinou que os judeus fossem obrigados a usar um distintivo para diferenciá-los dos cristãos, nem Portugal nem a Espanha cumpriram a exigência.

A Idade Moderna traz consigo novos ares para a política ibérica. A tolerância religiosa sofrerá graves abalos. Os tribunais inquisitoriais modernos surgem na Espanha, nos fins do século XV, e em Portugal, no ano de 1536, no reinado de D. João III. Porém, os interesses dos governos ibéricos já vinham apresentando rupturas nesse campo há algum tempo. “Os hebreus portugueses eram regidos por um direito público e, em muitos casos, por um direito civil especial ao começar o último quartel do século XV”⁵. As coroas desses territórios começam a fiscalizar e reprimir as populações mouras e judias. Aplicam códigos particulares e excludentes às comunidades desses povos e passam a marginalizá-las em relação à sociedade cristã. A expansão marítima ibérica é um forte agravante dessas medidas. Em 1492, ocorre a expulsão dos mouros espanhóis e a conversão daqueles que insistiam em continuar na Espanha. Em 1497, no reinado de D. Manuel de Portugal, concretiza-se o fenômeno conhecido como a “conversão” ou “batismo forçado”, que converteu um grande número de judeus lusitanos ao cristianismo. Esses processos dão origem, segundo Anita Novinsky, “à era dos cristãos novos”⁶.

O estabelecimento da Inquisição, em Portugal como na Espanha, está ligado às ambições de centralização do poder. Havendo um tribunal que

⁴NOVINSKY, Anita Waingort. *A Inquisição*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 96 p. (Tudo é História, 49). p. 21.

⁵HERCULANO, Alexandre. *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Porto Alegre: Pradense, 2002. 454 p. p. 54.

⁶NOVINSKY, Anita Waingort. *A Inquisição*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 96 p. (Tudo é História, 49). p. 34.

funcionasse sob seu controle, os reis espanhóis e portugueses teriam uma arma a mais para fazer dobrarem-se as posições a seu favor.⁷

A inquisição era uma ferramenta poderosa na fiscalização dos “hereges” e nas mãos do Estado tornava-se um poderoso instrumento de captação de recursos.

O Santo Ofício disseminou uma forte propaganda em meio à massa de fiéis contra outros grupos religiosos. As instituições que controlavam o Estado beneficiavam-se dessas medidas, gozavam do efeito das propagandas que geravam medo e submissão da população. A atuação da Igreja na administração dos estados modernos não estava em declínio com o advento da Idade Moderna; pelo contrário, o direito canônico não valia apenas para os clérigos e em questões de fé, “aplicava-se também a leigos e sobre matérias de natureza puramente temporais”⁸. O clero trabalhava em consonância com o Estado: as pregações dominicais, o ato de confissão, a obrigatoriedade de participar dos sacramentos eram poderosos instrumentos de disciplinamento das comunidades desses reinos. O não cumprimento dos ordenamentos religiosos acarretava marginalização social e risco de sofrer penas seculares. Relegados da vida política, perseguidos em razão das crenças heréticas, os mouros e principalmente os judeus intensificam suas atividades nas áreas comerciais. Mesmo quando se convertiam ao cristianismo, eram discriminados e excluídos das decisões políticas do reino, fiscalizados rigidamente pelo Santo Ofício – muitos continuavam a seguir suas religiões ancestrais – e, não raramente, tinham seus bens confiscados ou eram expulsos do local onde residiam há gerações, sendo obrigados a deixar os bens à mercê de confisco pelo Santo Ofício. “Em Portugal, nos séculos XVI e XVII, cristão-novo era sinônimo de ‘homem de negócios’, e na mente dos portugueses todos os cristãos-novos eram comerciantes”⁹.

Os cristãos novos adquirem papel relevante nas finanças dos Estados ibéricos durante os séculos XVI e XVII, inclusive no comércio de ultramar. Passam a ter participação intensa – para não falar em monopólio – no tráfico de escravos, no comércio do açúcar, de especiarias e outros produtos coloniais, além da facilidade que tinham de comercializar ao redor do mundo, devido às vastas ligações familiares que facilitavam os contatos e transações financeiras. Com a intenção de confiscar os bens desses grupos e barrar sua ascensão na sociedade, a nobreza e

⁷ Ibidem, p. 37.

⁸ HESPANHA, António Manuel. As estruturas políticas em Portugal na época moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001. p. 117-181. p. 125.

⁹ NOVINSKY, Anita Waingort. *A Inquisição*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 96 p. (Tudo é História, 49). p. 38.

o clero daqueles estados passam a criar instrumentos para coibir a livre atuação dos indivíduos nos setores produtivos do país. As perseguições e condenações, muitas vezes, era uma forma do Santo Ofício e das coroas espanhola e portuguesa levantarem grandes somas de riqueza em forma de terras, produtos e dinheiro. Limitação dos direitos dos descendentes de convertidos e aplicação dos estatutos de pureza de sangue foram artifícios usados para interromper o progresso dos cristãos novos na sociedade ibérica. Apenas na administração pombalina, já no século XVIII, é que Portugal haveria de dar um fim à distinção de tratamento jurídico entre cristãos novos e cristãos velhos.¹⁰

A administração inquisitorial moderna era complexa e hierarquizada, apresentando uma vasta rede de funcionários e uma burocracia monumental. Os regimentos ordenavam a estrutura do tribunal e seu proceder; os funcionários, as documentações, a etiqueta e o comportamento dos representantes e “familiares da inquisição” (familiares de funcionários); o tratamento dos processos, dos réus e dos autos da fé – essas são algumas das áreas de ordenamento dos regimentos inquisitoriais modernos. Cada novo regimento que surgia tentava atualizar-se para suprir as necessidades que as novas situações exigiam e compensar as falhas do anterior. Os redatores da Inquisição reuniam o pensamento jurídico inquisitorial de uma época, compilando-o no novo texto. Os tribunais inquisitoriais modernos não funcionavam de maneira equânime e sincronizada, e novas práticas e regulamentos surgiam em diferentes períodos e em cada nação em que o tribunal atuou. Os primeiros regulamentos da Inquisição moderna aparecem na Espanha, em 1484.

O caso português mostra-nos uma tradição administrativa centralizada desde o início. Naturalmente, os tribunais beneficiam-se da experiência espanhola, iniciada cerca de cinquenta anos antes, mas a regulamentação, tal como a prática, apresenta traços originais não se verificando uma sincronia entre medidas tomadas pela Inquisição espanhola e as elaboradas pela Inquisição portuguesa.¹¹

As primeiras instruções inquisitoriais portuguesas surgem no ano de 1541. O corpo de funcionários de um tribunal inquisitorial era vasto. O Regimento de 1640, por exemplo, regulamenta a atuação de vinte e cinco funções diferentes, sem contar a regulamentação dos familiares dos funcionários do Santo Ofício. Além dos inquisidores, um tribunal contava com

¹⁰ Cf. MAXWELL, Kenneth. *O Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 187p. p. 99.

¹¹BETHENCOURT, Francisco. *História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 531p., p. 44.

escrivães, notários, guardas, médicos, cirurgiões, barbeiros, solicitadores, qualificadores, visitantes de naus estrangeiras, deputados, promotores, meirinhos, alcaides, tesoueiros, entre outros cargos de menor relevância. Os familiares possuíam um papel relevante nas tarefas do tribunal inquisitorial: eram peças auxiliares em diversas atividades do tribunal. Eles podiam atuar no sequestro de bens, nas notificações, prisões e condução dos réus. Durante os autos da fé, os familiares merecem destaque, pois eram encarregados de cuidar da preparação, dos convites às autoridades e acompanhamento dos presos até o local onde a cerimônia do auto da fé se cumpriria. Para exercer uma função na Inquisição era necessário que os funcionários e seus familiares passassem por rigorosas análises de “pureza de sangue”; esse teste era de grande importância, pois verificava se o candidato possuía ou não ascendência moura ou judia. “O inquérito devia ser feito até a terceira geração, sendo necessário interrogar um mínimo de doze testemunhas entre as pessoas mais velhas e mais prestigiadas das cidades, vilas e aldeias onde tinham residido os antepassados do candidato ao posto”¹². Para os cargos mais importantes era necessária a condição de nobre.

Os tribunais deveriam fiscalizar a conduta das pessoas, os locais que costumavam frequentar e até as leituras que apreciavam. Os livros eram uma questão das mais importantes para a inquisição, pois, acreditava-se, serviam de instrumento para propagação de “heresias”. O Santo Ofício, através do controle das livrarias e das visitas de inspeção aos navios estrangeiros que chegavam aos portos, tentava inibir a entrada, circulação e reprodução de livros proibidos entre a população da época. Na Espanha, o cardeal Adriano de Utrecht começa, em 1521, a publicar éditos com o intuito de coibir a circulação de obras luteranas. Em Portugal, o primeiro Índice contendo os títulos dos “livros hereges” sai em 1547. “A publicação regular dos catálogos de livros proibidos foi acompanhada pela realização de visitas às livrarias, em que eram verificados os livros em depósito, de acordo com o ‘guia’ fornecido pelas listas de exclusão e de censura”¹³. A Inquisição possuía diversos agentes com a função de inspecionar livrarias e naus suspeitas de transportar livros proibidos. Em Portugal, no ano de 1551, o inquisidor de Lisboa, frei Jerônimo de Azambuja, intimou os livreiros a apresentarem ao tribunal todos os livros que os seus estabelecimentos continham, com o intuito de facilitar a fiscalização dos agentes.

¹² Ibidem, p. 137.

¹³ Ibidem, 198.

A Inquisição moderna fazia das visitas aos distritos uma eficaz medida de controle da população. Essa prática itinerante, que remonta à Inquisição medieval, era inexistente na Itália, mas na Ibéria ganhou força e era atuante desde o início do funcionamento dos primeiros tribunais. As visitas de distrito eram eventos que exerciam grande impacto na sociedade da época. Os regulamentos tratam sempre com muita importância dessa prática e aconselham aos inquisidores que fizessem as visitas aos distritos de quatro em quatro meses, sob pena de não receber seus ordenados. As visitas compreendiam ainda a publicação dos éditos gerais (guias dos inquéritos) – havia o ritual de recepção das autoridades inquisitoriais no distrito – e, geralmente, eram realizadas na Quaresma, período de preparação e purificação. As visitas envolviam autoridades eclesiásticas, nobres e outras autoridades locais. Havia grande formalidade e uma série de regras de etiqueta que deveriam ser seguidas rigidamente. O inquisidor era uma autoridade de grande força e autonomia nos locais que visitava. Francisco Bethencourt acrescenta: “Os inquisidores gozam de uma grande autonomia, que inclui o poder de castigar os pequenos delitos no local, prender os suspeitos de desvios mais graves e instaurar processos”¹⁴.

O Santo Ofício se utilizava de diversos mecanismos para encontrar suspeitos de práticas hereges. Um dos mais importantes era a denúncia, muitas delas anônimas. Essa era uma das formas mais comuns de localização de um suspeito de heresia. As denúncias podiam resultar em prisão, tortura, confisco dos bens e marginalização da família do suspeito. O nome do delator nunca era revelado ao delatado.

Os inquisidores guiavam-se por uma lista de nomes, extraídos de denúncias anteriores, que o réu ignorava, mas aos quais devia referir-se um por um. Caso não mencionasse todos os nomes, a confissão era considerada incompleta. Nesse caso, mandavam-no para a câmara de tortura.¹⁵

A tortura possuía regras. O regimento de 1640, por exemplo, exigia a presença de um médico para acompanhar as torturas e tratar dos encarcerados para evitar que enlouquecessem ou morressem. Tudo era documentado e passado para o “segredo” ou “secreto”, uma espécie de arquivo, ao qual, só os inquisidores tinham acesso. No secreto, eram repassadas as principais informações dos processos, das sessões no tribunal, das confissões, dos sequestros

¹⁴BETHENCOURT, Francisco. *História das inquisições*: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 531p., p. 211.

¹⁵NOVINSKY, Anita Waingort. *A Inquisição*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 96 p. (Tudo é História, 49). p. 59.

de bens, das denúncias e das sentenças. Todos esses mecanismos de fiscalização e controle, toda a ação contra os suspeitos e os réus confessos culminavam no auto da fé.

O auto da fé era uma grande cerimônia de caráter pedagógico e estrutura diairética, com arquibancadas montadas remetendo sua divisão aos estamentos sociais existentes, palco e expectadores para presenciar a leitura e execução das sentenças aos penitenciados e um grande palco centralizado onde se deflagrava o *Terribilis Spectaculum*. Toda a sociedade deveria comparecer a essa celebração: mercadores, servos, trabalhadores assalariados, autoridades seculares e regulares, membros da família real e os altos funcionários do tribunal inquisitorial; não raro havia nesses rituais a presença do rei. Os “familiares” do Santo Ofício participavam ativamente da montagem do auto da fé, que era programado e organizado com antecedência, e a publicação dos atos com as informações dos réus era crucial para a cerimônia. Esse era publicado com cerca de um mês de antecedência. Geralmente a data escolhida para a realização do auto da fé deveria ter um forte simbolismo cristão e eram realizados ou dentro das igrejas ou, na maior parte das vezes, em áreas abertas (largos paços, parques ou praças). Havia uma grande procissão dos inquisidores e dos presos até o local da cerimônia. A celebração se iniciava com a entrada das autoridades e dos presos, seguida do sermão e da leitura das sentenças; após ocorria o rito de abjuração dos reconciliados – momento de reintegração do réu na comunidade cristã e retratação para com Deus. Os presos que resistiam, insultavam as autoridades da cerimônia ou se recusavam a cumprir as ordens do ritual, geralmente eram amordaçados. Finalmente, após os ritos do auto da fé, realizava-se a execução dos condenados que haviam recebido a pena máxima. Essa prática era responsabilidade das autoridades civis, mas os inquisidores continuavam na vigília da sentença. Após a separação entre os reconciliados com a fé e os sentenciados à morte a execução se cumpria.

A assistência aos condenados era um aspecto fundamental dessa cerimônia, pois o espetáculo do castigo de heresia tinha sempre resultados ambíguos: por um lado, o rigor da Justiça era visto como meio de intimidação contra as crenças e as práticas desviantes; por outro lado, a exposição da impenitência demonstrava o fracasso pontual dos inquisidores e o triunfo do demônio, significando a perda de uma alma para as forças do mal e a fraqueza da Igreja em sua tarefa de conduzir o rebanho do Senhor.¹⁶

¹⁶BETHENCOURT, Francisco. *História das inquisições*: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 531p., p. 255.

Nesse momento da execução, era comum a manifestação dos espectadores exigindo que o preso se arrependesse e recebesse uma morte mais branda (a boa morte). O réu que não aceitasse a “reconciliação” era morto na fogueira ou pela mão do carrasco. Além da pena capital, outros meios de punição poderiam efetuar-se: prisões, uso do sambenito – uma espécie de casaco que expõe o crime do réu publicamente e deveria ser usado continuamente para expor o usuário a constrangimento público –, confisco de bens, exílio, envio do réu para trabalhos forçados e outros. É importante salientar que a maioria dos réus sobrevivia ao julgamento.

A Inquisição moderna se inicia no século XV e chega ao fim, em algumas localidades, no século XIX. Na Espanha, a abolição ocorre em 1834, mas, desde 1808, havia sido suprimida durante a dominação napoleônica; nesse meio tempo, houve um rápido retorno durante o reinado de Fernando VII, em 1814. Em Portugal, após a revolução liberal de 1820, a assembleia constituinte decide pelo fim do Tribunal. Em 1761, o Tribunal foi abolido na Sicília e em pouco tempo, várias regiões da Itália seguiram o mesmo caminho.¹⁷

ANÁLISE DO REGIMENTO INQUISITORIAL

O *Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal* data de 1640. Foi ordenado por mandado de Dom Francisco de Castro, o Inquisidor Geral do Conselho de Estado do rei de Portugal. Este documento é da maior importância para se entender o funcionamento interno e externo dos tribunais do Santo Ofício daquele país, no século XVII.

Os regimentos tiveram papel fundamental na consolidação e no estabelecimento da Inquisição portuguesa. Esses documentos mostram uma notável prática jurídica e administrativa por parte dos funcionários do Santo Ofício e revelam o elevado nível de centralização e burocracia dos tribunais. Das primeiras instruções de 1541, quando da criação de novos tribunais em Coimbra, Lamego, Porto e Tomar, até o ocaso do Tribunal, as normas

¹⁷Hoje, o Santo Ofício da Inquisição – em sua versão do Tribunal romano– denomina-se Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. Foram abdicadas as práticas de outrora e restringidas as ações contra teólogos e clérigos. Não há uso de torturas ou aplicação de penas de morte, mas teólogos e clérigos divergentes são advertidos ou mesmo excomungados quando suas ações e obras não condizem com as premissas da Cúria Católica. Foram exemplarmente julgados e condenados pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé: Edward Schillebeeckx, professor de teologia; Hans Küng, professor de Dogma e Teologia Ecumênica; o reverendo Charles Curran; o jesuíta John J. McNeill, o reverendo Anthony Rosnik e o teólogo brasileiro Leonardo Boff.

regimentais sempre marcaram de forma imperiosa a atuação da *Curia Timuerunt*. As normas inquisitoriais em Portugal mantiveram a prática de se renovar ao longo do tempo. Após as instruções de 1541, foram estabelecidos os regimentos de 1552, 1570 e 1613, antes de chegarmos ao regimento de 1640.

O regimento de 1640 é fruto de intensos debates e do trabalho de comissões que averiguavam questões como judaísmo e reformas de serviços nos tribunais, durante as décadas de 1620 e 1630, além da publicação, em 1624, do volumoso catálogo de livros proibidos. Bethencourt, acerca da *Immensum Opus* observa:

O regimento é um monumento jurídico em que são incluídas numerosas regras e deveres de conduta para funcionários, a par de uma definição pormenorizada do processo penal, bem como de uma caracterização da tipologia de casos possíveis e das respectivas penas.¹⁸

A obra é cinco vezes maior que o regimento precedente, apresenta uma descrição minuciosa da organização administrativa, da sistematização dos ritos (autos da fé, investidura, éditos, visitas e abjuração) e da etiqueta interna. É a primeira vez que um regimento vai se preocupar em abordar questões como etiqueta dos funcionários e exigir explicitamente a condição de nobre para inquisidor. Além disso, serão reforçados os cuidados com o segredo do tribunal, com a “qualidade” da origem social dos funcionários e o alargamento de atribuições dos inquisidores e do Conselho Geral, aumentando seus poderes e tarefas. Esse regimento é complexo e soube resistir ao tempo, orientando as funções inquisitoriais portuguesas até ser substituído somente em 1774 pelo último regimento inquisitorial português, no período final do governo pombalino.

Sobre a estrutura do regimento de 1640, observa-se uma divisão em três livros: o primeiro livro trata dos ministros, oficiais e demais funcionários do Santo Ofício e suas respectivas funções; o segundo livro discorre sobre as ordens judiciais e as práticas processuais, e o terceiro, das penas que recebiam os culpados nos crimes conhecidos pelo Santo Ofício. Cada livro é dividido em títulos que apresentam o tema a ser explicitado; esse tema, por sua vez, pode ser subdividido em parágrafos. O primeiro livro possui vinte e dois títulos, em setenta e três páginas; o segundo apresenta vinte e três títulos, em sessenta e nove

¹⁸BETHENCOURT, Francisco. *História das inquisições*: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 531p., p. 47.

páginas, e o terceiro livro vem com vinte e sete títulos, em cinquenta e três páginas. Esses números dão idéia do tamanho do documento.

O século XVII é uma época curiosa da história portuguesa e a inquisição de Portugal é afetada pelos acontecimentos e mudanças ocorridas nesse período. É no século XVII, por exemplo, que se verifica o fim da União Ibérica, iniciada em 1580, com o desaparecimento de Dom Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir, e finalizada em 1640, com a chegada de Dom João IV ao poder.¹⁹ A inquisição portuguesa lança seu terceiro regimento no ano que marca o fim da União Ibérica, para que o Santo Ofício se adequasse às novas realidades socioeconômicas que estavam sendo configuradas durante esses processos de mudanças nas estruturas de poder. Apesar desse momento de sobrepujança de Castela sobre Portugal, durante o período de controle da *dinastia filipina*, a inquisição lusitana conseguiu agir com certa autonomia em relação à inquisição espanhola. O regimento de 1640, escrito nos fins do período da união das coroas ibéricas, demonstrava essa autonomia em alguns dos seus artigos, como, por exemplo, nesse trecho do artigo trinta e um, título três do primeiro livro, em que o Conselho da inquisição portuguesa ordena que as correspondências para as inquisições na Espanha passem primeiro por seu crivo:

Os Inquisidores terão boa correspondência nos negócios que tocarem a outras Inquisições, procurando com toda a diligência dar fácil expedição às cousas que lhe forem pedidas; e quando houver nelas dilação, o farão saber aos Inquisidores por carta sua, declarando a razão que há pra se dilatarem; e esta mesma correspondência guardarão com as Inquisições de Castela, advertindo porém, que se delas lhe mandarem pedir culpas de pessoas que estejam delatas em alguma das Inquisições deste Reino, lhas não remeterão sem primeiro darem conta ao Conselho, e não havendo culpas, mandarão passar certidão, que lhe enviarão com resposta da mesa.²⁰

O regimento de 1640 apresenta uma preocupação clara em distinguir os cristãos novos dos cristãos velhos e de incluir, com exclusividade, a nobreza do reino na administração da inquisição, do seu conselho e dos tribunais. Em Portugal do século XVII, o poder do Estado estava intimamente relacionado com as ações da Igreja, e a instituição inquisitorial era uma ala forte da igreja nesse papel de *point de raccordement* com o Estado. Vários clérigos que

¹⁹cf. HESPANHA, António Manuel. As estruturas políticas em Portugal na época moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001. p. 117-181. p. 139 - 147

²⁰*Regimento do Santo Officio da Inquisição dos reynos de Portugal*: Ordenado por mandado do illustrissimo e reverendissimo senhor bispo dom Francisco de Castro, inquisidor geral do Conselho de estado de Sua Magestade. Lisboa-Estaos, Manoel da Sylva, 1640. Livro I, Título III, art. 31, p.18.

exerciam função na inquisição, frequentemente, exerciam algum cargo político de grande relevância. Como foi o caso do cardeal Dom Henrique, que se tornou rei de Portugal, sucedendo seu sobrinho, Dom Sebastião, no trono português; o arquiduque Alberto, que foi vice-rei e inquisidor-mor de Portugal; Dom Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa e inquisidor-mor, era um dos cinco governadores do reino português após a morte de Dom Henrique; Dom Pedro de Castilho, inquisidor-mor que ordenou o regimento de 1613, foi duas vezes nomeado vice-rei; o cardeal Nuno da Cunha, inquisidor-geral por quarenta e três anos e membro do Conselho do Estado; funções idênticas foram acumuladas por Dom Inácio de São Caetano. Outro caso curioso é a do bispo Francisco de Castro, inquisidor-geral que ordenou o regimento de 1640. Esse bispo era originário da primeira nobreza portuguesa, foi bispo da Guarda, nomeado inquisidor em 1630, era neto do vice-rei da Índia, Dom João de Castro. Chama atenção o seu poder durante a restauração da independência do Reino, em 1640, quando foi detido, em 1641, junto com outros nobres e clérigos de alta hierarquia, acusado de conspiração. Não somente escapou da execução, como lhe foram restituídos todos os títulos e dignidades em 1643, após pressão do Conselho Geral da inquisição e convencimento do tribunal régio de seu espírito de obediência. Em seus últimos dez anos de vida, manteve sérios atritos com o rei, pelo modo como esse utilizava o tribunal inquisitorial para perseguir cristãos novos e angariar recursos para seus projetos e conflitos bélicos. O rei nunca conseguiu demiti-lo do cargo. Francisco de Castro chefiou o tribunal de 1630 até a sua morte, em 1653. Francisco Bethencourt analisa a independência dos inquisidores portugueses nas decisões políticas do reino, neste trecho:

O envolvimento político dos inquisidores-gerais portugueses é ainda maior do que o de seus colegas espanhóis: num total de vinte dignitários, catorze exerceram funções políticas e administrativas na Monarquia, enquanto na Espanha a relação é de dezessete em um universo de trinta inquisidores-gerais nomeados entre 1483 e 1717.²¹

Em Portugal, o clero era ativo em todos os estamentos sociais. Os nobres e os religiosos recebiam privilégios e tratamentos especiais da inquisição em relação às camadas populares, pessoas de outras crenças e estrangeiros. O regimento de 1640 legisla de forma

²¹BETHENCOURT, Francisco. *História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 531p., p116.

clara sobre esses privilégios e tratamentos especiais. Iniciando na contratação de funcionários, no qual o regimento ordena que:

Os ministros e oficiais do Santo Ofício serão naturais do Reino, cristãos velhos de limpo sangue, sem raça de Mouro, Judeu, ou gente novamente convertida à nossa Santa Fé, e sem fama em contrário, que não tenha incorrido em nenhuma infâmia pública de feito, ou de direito, nem fossem presos, ou penitenciados pela Inquisição, nem sejam descendentes de pessoas que tiverem algum dos defeitos sobreditos, serão de boa vida e costumes, capazes para se lhe encarregar, qualquer negócio de importância, e de segredo.²²

Além dos altos funcionários, a fidalguia poderia contar com privilégios em audiências, confissões e outras matérias processuais. No artigo treze do primeiro livro, título três, o regimento ordena sobre a audiência dos inquisidores nas mesas dos tribunais. Segundo esse artigo, as pessoas comuns não poderiam depor senão na mesa inquisitorial, não sendo permitido, a inquisidor nenhum, recolher depoimentos e confissões fora da mesa do tribunal, salvo nos casos em que se tratar de bispos, mulheres que residam em mosteiros ou clausura; mulheres fidalgas ou casadas com homem de qualidade e fidalgos que estivessem doentes em casa – nesses casos, um deputado e um notário do tribunal seriam encarregados de cumprir a diligência nas residências de tais pessoas. No caso de “pessoas ordinárias” doentes, o regimento ordena que a diligência seja feita por apenas dois notários do tribunal, quando o caso for de grande importância para o processo.

O artigo quarenta do primeiro livro do título três legisla sobre a alimentação dos presos. Nesse artigo, é dito que era responsabilidade dos inquisidores cuidarem das cobranças de todas as receitas do tribunal, para que o mesmo cumprisse com suas dívidas e exercícios da casa; essas cobranças eram efetuadas pelo tesoureiro do tribunal quando se tratava dos presos pobres, e se tratando dos presos ricos a cobrança era feita com o passar de precatórios para ao Juiz do Fisco.

O documento inquisitorial descreve, também, como as relações da sociedade cristã com estrangeiros e pessoas de outra fé deveriam se efetuar, como, por exemplo, no artigo trinta e oito do primeiro livro, título três:

²²*Regimento do Santo Officio da Inquisição dos reynos de Portugal. Ordenado por mandado do illustrissimo e reverendissimo senhor bispo dom Francisco de Castro, inquisidor geral do Conselho de estado de Sua Magestade.* Lisboa-Estaos, Manoel da Sylva, 1640. Livro I, Título I, art. 2, p. 1-2.

Vindo a este Reino algum Judeu de sinal, os Inquisidores o mandarão chamar à mesa, e lhe ordenarão com graves penas, que traga sempre chapéu amarelo, e não se comunique em segredo com a gente da nação, e só fale com aquelas pessoas com que tiver negócios, e tanto quando for noite se recolha à sua casa, e ordenarão a um familiar de confiança que acompanhe, e faça cumprir o sobredito, e por este trabalho lhe assinarão o salário que parecer, que o mesmo Judeu lhe pagará.²³

Além disso, o documento também controlava a vida privada dos funcionários, como no caso do artigo cinquenta e um do primeiro livro, título três. Esse artigo ordena o que um funcionário do tribunal (oficial ou familiar de funcionário) deve fazer, caso resolva casar-se. Segundo o regimento, essa pessoa deve informar à mesa inquisitorial a sua intenção de contrair matrimônio, fornecer informações sobre a pessoa com quem se casará, incluindo informações sobre os pais e avós da mesma. Recolhiam-se detalhes sobre local de naturalidade da família da possível esposa, investigavam-se moradores do lugar e faziam-se o levantamento das informações de pureza de sangue da família. Após todo este processo, o funcionário era autorizado a casar-se. Caso o pedido fosse negado e mesmo assim contraísse matrimônio, era exonerado do seu posto no Santo Ofício. No caso de contrair matrimônio sem informar à mesa, o funcionário era suspenso do cargo até o fim da investigação. Não havendo provas contra o matrimônio, a suspensão era anulada. E não sendo o matrimônio aprovado pela mesa inquisitorial, o funcionário era privado do seu cargo.

Na estrutura do tribunal, verifica-se o cuidado do regimento em deixar claro o privilégio nobiliárquico, mesmo quando se trata dos móveis do lugar. As cadeiras onde se assentavam os fidalgos deveriam possuir espaldas, já as pessoas de baixo *status* social deveriam sentar-se em bancos ou cadeiras rasas. Um exemplo desta distinção pode ser vista no quinto artigo do segundo livro, título quatro, que ordena:

Os Inquisidores não mandarão prender Clérigo, ou Religioso algum, nem pessoa secular, a que conforme a este Regimento na mesa se deve dar cadeira de espaldas, ou mercador de grande cabedal, nem pessoa alguma pelo crime de sodomia, sem primeiro enviarem as culpas ao Conselho; e mesmo farão quando houver dúvida, se o culpado é mercador de grande cabedal, ou de qualidade, que na mesa se lhe houver de dar cadeira de espaldas; contudo se houver temor de fuga, fazendo-se dela informação

²³*Regimento do Santo Officio da Inquisição dos reynos de Portugal. Ordenado por mandado do illustrissimo e reverendissimo senhor bispo dom Francisco de Castro, inquisidor geral do Conselho de estado de Sua Magestade.* Lisboa-Estaos, Manoel da Sylva, 1640. Livro I, Título III, art. 38, p. 20.

judicial, quem se ajuntará às culpas, se poderá proceder a prisões nos sobreditos casos sem ordem do Conselho.²⁴

Na área das sentenças penais, o regimento elenca uma série de heresias e crimes contra a Santa Fé. Nessa parte do regimento, aparecem ordenamentos sobre quando se deve efetivar a tortura nos réus, administração das penas e os relaxamentos e procedimentos finais dos autos da fé. A tortura deveria ser sempre acompanhada por um médico, para avaliar a condição do preso e observar até que grau os tormentos poderiam atingir sem que significasse a morte ou invalidez do réu. Os médicos e cirurgiões do Santo Ofício eram chamados sempre que havia um preso doente. Deviam sempre passar informações sobre a situação clínica deles para a mesa inquisitorial. Além dos presos, esses profissionais zelavam pela saúde dos oficiais, ministros e familiares do tribunal inquisitorial, e prestando assistência aos funcionários inquisitoriais no fim dos autos da fé. A cada visita feita aos presos ricos, o artigo três do primeiro livro, no título vinte e um, define que os médicos e cirurgiões tinham direito a um ordenado extra, pago pelo tesoureiro do tribunal. No caso das visitas aos presos pobres ou visita aos presos ricos que tiveram seu patrimônio confiscado, não receberiam nenhuma provisão extra àquela que já recebiam mensalmente do tribunal.

O documento é rígido no caso dos heréticos confessos, porém muito mais rígido quando o investigado não confessava suas culpas. Para os réus clérigos, dependendo do crime, a punição poderia significar a suspensão do exercício da ordem para sempre, perdendo todos os benefícios e honras do cargo, além de sofrerem degredo; no caso de pertencerem a ordens regulares, seriam reclusos nos cárceres dos mosteiros. Os réus comuns, heréticos confessos, deveriam comparecer aos autos da fé e declararem publicamente os seus pecados e, variando as penas, poderiam ser obrigados a usar o sambenito ou hábito penitencial perpetuamente; não poderiam exercer ofícios públicos, tornando-se uma espécie de pária; eram proibidos de andar a cavalo, usar jóias ou peças de metais preciosos, roupas de seda e portar armas sem autorização dos inquisidores. Os filhos e netos dos condenados eram proibidos de exercer cargos públicos definidos pelo regimento e receber qualquer honra real ou eclesiástica. Essas medidas estão definidas nos artigos onze, doze e treze do terceiro livro, título três. Nos casos de blasfêmia, o regimento ordena açoites e degredo, além das penas espirituais. Em caso de pessoa plebéia blasfema, além de abjuração pública no auto da fé, se tratando de homens,

²⁴*Regimento do Santo Officio da Inquisição dos reynos de Portugal. Ordenado por mandado do illustrissimo e reverendissimo senhor bispo dom Francisco de Castro, inquisidor geral do Conselho de estado de Sua Magestade.* Lisboa-Estaos, Manoel da Sylva, 1640. Livro II, Título IV, art. 5, p. 89.

seriam açoitados em público, podendo chegar à condenação ao exílio nas galés; as mulheres poderiam ser degredadas a Ilha do Príncipe, São Tomé ou Angola. As pessoas nobres, por sua vez, ao praticarem o ato da blasfêmia, deviam ser condenadas a abjurar em local público, escolhido pelos inquisidores, devendo pagar uma multa pecuniária. Aos eclesiásticos, o crime de blasfêmia incorreria em abjuração leve e reclusão em local escolhido pelos inquisidores. Todas as pessoas presas por blasfemar que negassem sua culpa eram colocadas em tortura. Esses dados estão definidos no terceiro livro, título doze, artigos de um a seis. Todas as práticas heréticas ordenadas no regimento de 1640 apresentam ressalvas nas penas para pessoas fidalgas ou clérigos. As punições apresentam maior severidade sendo o réu plebeu ou cristão-novo.

CONCLUSÃO

Este trabalho debruçou-se sobre um documento chave para os estudos da Inquisição de Portugal. Nesta obra, procurei decifrar uma das facetas do regimento inquisitorial português de 1640, expondo os tratamentos e ordenações da inquisição para os diversos níveis estamentais da sociedade portuguesa do século XVII. A análise foi elaborada examinando o próprio regimento, usando como base, nesta pesquisa, obras de autores renomados na área dos estudos inquisitoriais, tais como: Francisco Bethencourt, Anita Novinsky e Alexandre Herculano.

DA PARAÍBA PARA A LUA: TRABALHO, CAPITAL E ALIENAÇÃO EM A PEDRA DA RIQUEZA

André Fonseca Feitosa¹

Este artigo pretende apresentar uma análise, preliminar, do curta *A Pedra da Riqueza* (1975) de Vladimir Carvalho. O documentário aborda a extração de scheelita no sertão paraibano na Mina das Cacimbas na qual homens trabalhavam sem saber que o minério extraído, em precárias condições, serviria às mais avançadas tecnologias da indústria bélica e espacial norte-americanas.

Analisaremos a denúncia social realizada pelo documentário, relacionando-a às reflexões sobre alienação e subdesenvolvimento de Leandro Konder em *Marxismo e Alienação* (1965) e ao cinema de V. Carvalho em sua inserção no contexto político e cultural da década de 1960.

Vladimir Carvalho: um cinema romântico revolucionário.

Vladimir Carvalho é um dos cineastas paraibanos de maior destaque. Nasceu em Itabaiana, na Paraíba, em 1935. Podemos destacar suas experiências pessoais no interior paraibano e sua participação nas atividades do Partido Comunista Brasileiro, no Centro Popular de Cultura (CPC) e no movimento do Cinema Novo.

Dentre algumas lembranças que destaca na sua biografia feita por Mattos refere-se a lembranças de seu avô materno que confeccionava artigos de couro para vaqueiros “verdadeiros centauros encourados de alto a baixo, rostos curtidos e suarentos, as esporas tilintando no compasso do caminhar” (2008:31); ou a produção de materiais de construção, no próprio terreno de construção, pois, dentre outros ofícios, seu pai era um “construtor compulsivo”: “Os homens sujos daquela lama generosa eram quase tão somente uma extensão da terra, como os outros que ali perto aravam o chão. Aprendi que todos estavam transformando o mundo em cultura” (2008:36).

A figura paterna foi uma grande influência para o artista. Luís Carvalho tinha ideias à esquerda e ativa participação política. V. Carvalho via seu pai devorar livros inteiros em uma

¹ Graduado e Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba.

noite sob a luz de candeeiro. Dentre tais textos, lembra-se de *Esquerdismo, Doença infantil do comunismo* (1920) de Lênin; foi em homenagem a este teórico comunista que se deveu a escolha do nome do cineasta.

Com a morte do pai, V. Carvalho precisou ajudar no sustento da família, indo para João Pessoa. Para ele, esse foi um momento importante de sua formação, pois acredita que, muitas vezes, é no trabalho que alguém “se aproxima muito de uma linha de compreensão da vida pelo custo da sobrevivência, pelo sofrimento (...) desenvolve em você em [sic] senso de solidariedade muito grande” (CARVALHO *Apud* MARINHO, 1998:87). Isso nos ajuda a pensar o caráter social e humano de seus filmes.

Na capital, participou de intensas atividades culturais – teatro, grêmio literário e cineclubes –, familiarizando-se com personagens e leituras que seriam importantes, para sua carreira como cineasta, além de viver intensa experiência política. Nesse momento, que aprofundou o contato com Graciliano Ramos, José Lins do Rego e outras literaturas que marcaram seu cinema. Dentre elas, *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha se tornou, nessa época, seu livro de cabeceira. Participou de um teatro socialista, almejando uma arte para o povo. Com frequência, lia jornais do PCB, *A Classe Operária* e *Folha do Povo*, e entra na juventude do partido. Com o surgimento das Ligas Camponesas, cobre os acontecimentos para *Novos Rumos*, jornal do partido editado no Rio de Janeiro (MATTOS, 2008:66-70). Sobre isso conclui que:

Não posso negar que esse período de estudos e atividades, com o aprofundamento contínuo dos conceitos disseminados pelo Partido, teve uma enorme importância na minha formação. Na minha e na de muita gente neste país. Descontados alguns sectarismos e equívocos, a escola do Partido – como era chamada no jargão próprio – estruturou-me moralmente para a vida. A insistência na esperança é um dos traços que dela herdei. (MATTOS, 2008:71)

Destaca-se a importância da Universidade Federal da Paraíba cujo núcleo aglutinador de um “pólo cineclubista”, a Faculdade de Filosofia, teve papel na formação do cinema paraibano (MARINHO, 1998, p.30). Sobre isso, Wills Leal afirma que:

todos nós éramos, até certo ponto, meio esquerda. (...) [excetua Linduarte Noronha e Jomard Muniz de Britto] o Vladimir, o João Ramiro... Todos nós fomos para a Faculdade de Filosofia. (...) éramos filósofos na época, mas uma filosofia Bernanos até certo ponto, mas até certo ponto também marxista (LEAL *Apud* MARINHO, 1998:31)

Quando fazia vestibular, V. Carvalho se envolve na realização de *Aruanda* (1960) com

Linduarte Noronha. Porém, rompe com Noronha após não constarem os créditos de sua participação na elaboração do roteiro do filme. Viaja para Salvador, onde termina a Faculdade de Filosofia. A Bahia lhe atraiu pelo destacado movimento de cinema. Lá participou do CPC, convidado por Geraldo Sarno, o que lhe fez engajar-se quase que definitivamente no cinema. Carvalho trabalhou ainda no filme *Cabra Marcado pra Morrer* em 1964, que não chega a ser finalizado, na época, devido ao golpe militar, por ser considerado subversivo.

O CPC foi um espaço de grande discussão das relações entre arte e política e de ações políticas. Interessa-nos apontar esse caráter afetivo e artístico-intelectual que participou da fundição do caráter do cineasta. Carvalho afirma que “Se não me envolve, se não me comove, eu não filmo (...) todos os filmes nasceram da necessidade irrelutável de faz[ê-los]” (CARVALHO, 2001)². Por essas, Marinho indica a semelhança entre a trajetória do artista e de seu pai, afirmando que “se o pai foi militante político, é na coerência de sua atividade como documentarista e como professor que ele [V. Carvalho] afirma suas posições [políticas] no cinema brasileiro” (1998:88)

O conceito de *romantismo revolucionário* de Ridenti nos auxilia a entender esse engajamento político no cinema. V. Carvalho elabora um filme sob a influência de práticas artísticas e políticas popularizadas na década de 1960, especialmente, na aproximação entre artistas e PCB. Eles utilizaram a arte como instrumento de transformação social. Buscavam particularmente nos camponeses e nos migrantes favelados temas para inspirarem o homem novo nascido dessa vontade revolucionária. Esse romantismo tinha caráter modernizante e, ao mesmo tempo, queria virtudes atribuídas a uma realidade pré-capitalista (RIDENTI, 2000:25-27). Em documento do CPC, a “arte popular revolucionária” é descrita como uma arte que se alinha com a essência do povo, este em recorte nacional e popular “os governados pelos outros e para os outros” (MARTINS, 2004: 149-150).

V. Carvalho se engajou no cinema “quase definitivamente” na sua experiência no CPC baiano. Participou da cobertura das Ligas Camponesas para um jornal do PCB e teve na “escola do partido” importante fase na sua formação. Esse contexto nos ajuda a situar a elaboração artística do cineasta de um documentário engajado, pelo qual elabora a representação de problemáticas nordestinas/paraibanas por razões afetivas, políticas e artísticas. Em entrevista, afirma que nunca trabalhara por encomenda e que seus filmes sempre partiram de propostas que se identificasse:

² Disponível em <<http://www.mnemocine.com.br/aruanda/vcarvalho3.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2012.

não era essa frescurinha da inspiração, Eu [sic] via que havia necessidade, depois via que aquilo podia ser útil. Eu sou um sertanejo, eu sou um nordestino, então se tinha a questão fundiária no país, uma coisa que nunca se fez, a reforma agrária, se tinha gente sofrendo por causa disso, se o latifúndio era algo pernicioso na economia nordestina, e eu via, assistia e conhecia aquele meio, aquela realidade, era a minha obrigação, se eu me defini pelo documentário, de dar aquele recado. (CARVALHO, 2001).

Carvalho demonstra que seu cinema detém uma forte vinculação afetiva aos temas sociais que aborda por uma questão de identidade sertaneja/nordestina ou por uma preocupação com a injustiça social. Seu documentário é um instrumento pelo qual “dá o seu recado”. Por isso, recusou-se a fazer filmes por encomenda, adquirindo certa independência. À carga afetiva de sua fala, podemos relacionar as suas experiências pessoais imersas em uma determinada cultura histórica e política.

Nichols afirma que o documentário, como outros discursos, “reivindica uma abordagem do mundo histórico e a capacidade de intervenção nele”, embora não “possa ser aceito como um igual da investigação científica” (2005:69). Isso explica a escolha de fazer documentários de Carvalho como meio de participar nas transformações do país pela abordagem da realidade brasileira. A aptidão para fazer documentários se deu ao assistir ao *Homen de Aran* (Flaherty, 1934); daí então, passou a ver o cinema de maneira nova:

Aquela gente filmada por Robert Flaherty tinha o brilho inconfundível do real (...) O que se destacava era a relação forte e lírica do homem com a natureza (...)Pensei que gostaria de conhecer melhor aquele tipo de filme. E que se um dia fizesse cinema, seria algo assim - um cinema possível e verdadeiro (MATTOS, 2008:73-74).

No final da década de 1960, V. Carvalho é convidado a lecionar na UNB, em Brasília, onde ensinou cinema durante longo tempo. Porém, viaja a Paraíba diversas vezes, a fim de filmar o sertão. Neste processo foi produzido *A Pedra da Riqueza*. Esse recorte espacial era devido, também, à repressão da ditadura militar pela qual Carvalho não pôde, à época, continuar as filmagens dos conflitos das Ligas Camponesas no litoral:

Havia tempos cultivava, o germe da idéia de um documentário sobre as contradições das relações de produção na Paraíba, sobre a exploração do homem disfarçada nos informativos do governo e da Sudene ou escamoteada no falso conceito de Novo Nordeste. (...) Mas a hora não aconselhava movimentos bruscos. Meros dois anos após a experiência das ligas camponesas, o Cabra [Mercado pra Morrer] e o golpe [de 1964], era ainda temeroso filmar na vigiada zona dos canaviais. Pensei, então, no sertão profundo, área do algodão e da pecuária, onde a imobilidade econômica perpetuava um quadro de miséria e uma prática rural bastante

primitiva. (MATTOS, 2008:113)

Essa citação não deixa dúvidas quanto à orientação ideológica dessa empreitada: denunciar as contradições das relações de produção capitalistas no Nordeste. Havia, assim, forte leitura marxista, econômica e política, no seu entender da região.

Como dito, Nichols diferencia o documentário da produção científica, reconhecendo que ambos procuram representar a realidade, o mundo histórico. Flores reconhece que, para além do campo da historiografia e seus cânones, há uma mediação entre o conhecimento profissional e outra história, sem historiadores, cuja difusão é realizada por uma diversidade de intelectuais dentre eles documentaristas (2007:95). O conceito de cultura histórica, auxilia-nos a “inventariar a articulação entre o processo histórico e a produção, transmissão e recepção do conhecimento histórico” (2007:84).

Entendemos que, além da história, outros campos elaboram representações históricas que participam dos processos históricos e influenciam no seu entendimento. Essas elaborações, os saberes históricos, podem servir de fonte/indício ao historiador. A análise de *A Pedra da Riqueza* nos permite identificar elementos de certa cultura histórica, pela representação do mundo histórico que faz. Por representação, entendemos as “matrizes de discursos e práticas diferenciadas (...) que têm por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua”(CHARTIER, 1990:18).

Por fim, o filme foi construído, a partir das experiências do cineasta circunscritas em um contexto histórico cultural específico. O artista se serve do *efeito de real* do documentário e pela credibilidade que este tipo de produção alcança. Preocupa-se com a denúncia de injustiças sociais, a partir de uma matriz de pensamento da esquerda do período, o *romantismo revolucionário*, e escolhe representar um espaço que lhe é caro afetivamente, o Nordeste. As relações entre o sertanejo/homem e o meio natural, oriunda de leituras do artista, tornam-se uma possibilidade cinematográfica.

A Pedra da Riqueza e sua produção.

A Pedra da Riqueza foi uma produção de poucos recursos, fenômeno comum desde *Aruanda*; por isso a maioria das tomadas eram únicas, pois não possuía quantidade de negativos que permitisse múltiplas filmagens para futura seleção³. Não havia condições

³Carvalho utilizou negativos vencidos e fez de quadros negros refletores de luz. Recebeu certo apoio, após

propícias para muito planejamento. Procurou, por isso, filmar aquilo que já se encontrava acontecendo. Essa “pobreza” participava de uma construção estética pela necessidade e pela própria condição de cineasta do subdesenvolvimento como descrevia Glauber Rocha em *Eztétyka da Fome* (1965). A falta de recursos impunha restrições que eram utilizadas em favor de seus filmes:

Filmado com negativo vencido, [A Pedra da Riqueza] apresenta uma fotografia preto-e-branco muito contrastada, em que os matizes desaparecem. Na tradição da 'expressão do subdesenvolvimento'. (...) Ficou claro que defeitos tradicionais de filmes brasileiros (...) tinham sido encampados para ressaltar o caráter de discurso do filme, de tal modo que se estabelece um equilíbrio entre a descrição e o referente, e o discurso revelado como tal. (BERNARDET, 2003:222)

Esse cinema possuía uma precariedade que era utilizada para causar efeitos estéticos propositais, tomada assim como parte da construção fílmica, como a granulação da imagem, a luz estourada – ausência de tons de cinza que realça os contrastes –, temática etc. Era uma prática existente desde *Aruanda*, mas havia novidades como os efeitos do uso de *som indireto* - não sincronizado – e sua digressão a respeito do próprio cinema, na figura de um narrador-espectador, como veremos adiante.

Leituras de A Pedra da Riqueza.

Apresentamos, nesta etapa, breve referência a três leituras de *A Pedra da Riqueza* que nos ajudaram na nossa análise e que atestam a múltipla possibilidade de interpretações possíveis de um mesmo filme.

Jean-Claude Bernardet, em *Cineastas e Imagens do Povo*, publicado em 1985, analisou diversos filmes brasileiros de curta metragem das décadas de 1960 e 1970, discutindo a representação do povo nesse cinema. Buscou entender a transformação na produção documentária nesse período. Ela se relacionava à política cultural adotada pelos governos nos anos 1960 e ao apoio que entidades estatais forneceram à produção de curtas-metragens; à margem dessa produção, encontraremos documentários:

inquieta tanto com os problemas sociais como com os da linguagem. Sob a influência da evolução política posterior ao golpe militar de 1964, dos movimentos sociais que foram abafados ou conseguiram se expressar, do

prestar serviços, a Antônio Mariz, amigo seu de infância e, na época, prefeito de Souza pelo PTB, “para hospedagem, uma viatura e algum dinheiro para os negativos” (MATTOS, 2008:114-115). Porém, mesmo com essa assistência, foram grandes as dificuldades e restrições financeiras.

questionamento ao papel dos intelectuais, das diversas revisões por que passaram as esquerdas, do aparecimento das 'minorias' que colocaram a questão do outro, da evolução do Cinema Novo e da perda de sua hegemonia ideológica e estética (2003:12).

Em síntese, pretendia contribuir para entender “os conflitos vividos por artistas e intelectuais brasileiros (...) no período de 1964 a 1980 em relação... às imagens do povo” (BERNARDET, 2003:10). A obra foi reimpressa em 2003 e trouxe apêndices com análises de filmes mais recentes incluindo *Cabra Marcado pra Morrer* (1984).

A segunda contribuição que dialogamos é *Dos Homens e das Pedras* (1998), publicação da dissertação de mestrado de José Marinho. O texto descreve o ciclo de documentário paraibano de 1959 a 1979, seu contexto histórico, seus principais expoentes e analisa alguns filmes de destaque. Representa uma grande contribuição para o mapeamento desse cinema, apresentando depoimentos riquíssimos de nomes importantes do cinema como Linduarte Noronha, Wills Leal, dentre outros.

Sua curta biografia de Carvalho e brevíssimo comentário de *A Pedra da Riqueza* foram muito importantes. Ressaltou bastante a realidade de injustiça representada no curta colocando-a como uma representação “precisa, exata”, para a “obtenção de uma informação correta” (MARINHO, 1998:103). Por isso, sua leitura se distancia mais das análises de Bernardet e de Mirian Ou, mestranda pela UFScar.

Mirian Ou, no artigo *A Pedra da Riqueza e seus Expectadores* (2011), ofereceu-nos interessantes contribuições. Enfoca um aspecto que não é o objetivo direto de nosso trabalho, mas que auxilia a compreender a riqueza e complexidade do filme: ressalta o distanciamento gerado pelo filme ao colocar um espectador incomum dentro do filme, caracterizando uma discussão metalinguística como veremos mais adiante.

Surge o documentário

A Pedra da Riqueza aborda a extração de scheelita na Mina das Cacimbas, na Paraíba, próxima a Santa Luzia do Sabugi. Exibe esse processo de trabalho e as péssimas condições de trabalho e salários dali. Ao final, mostra que seus operários mal sabiam que, para além do mercado de Campina Grande, onde seu produto era revendido, essa produção era destinada aos Estados Unidos onde serviria para avançada tecnologia.

Durante as viagens para filmar *O País de São Saruê* (1971), Carvalho se deparou

com essa realidade inesperada e sentiu que ali tinha um filme. Durante dois dias gravou aquele processo de trabalho, porém a organização e concepção mais sofisticada do filme se deram, anos depois, na montagem, em inusitado encontro, em Brasília, na UNB.

Carvalho costuma afirmar que os filmes é que o escolhem e não o contrário. O encontro inesperado com a Mina de Cacimbas não seria o único evento não planejado de *A Pedra da Riqueza*, mas outro acontecimento diverso às suas intencionalidades iniciais se somaria. Ao examinar as imagens em um auditório da UNB, em Brasília, é surpreendido com o reconhecimento das imagens por José Laurentino, funcionário da universidade e paraibano como Vladimir, conhecido como Barra Limpa. Este homem trabalhara na mina com seu irmão. Essa surpresa proporcionou realizar um documentário completamente diferente: enquanto mostrava as imagens para Barra Limpa, V. Carvalho gravou seus comentários, para torná-lo narrador de seu filme.

Por isso, o filme é “em parte, um documentário sobre um homem assistindo a um documentário” (OU, 2011:5). Barra Limpa é o espectador dentro do filme, que assiste na mesa de montagem, com Carvalho, as imagens da mina e cujos comentários são incorporados ao filme; o documentário é portanto, também, metalinguístico. Esse espectador-no-filme, como define Mirian Ou, reforça o contraste do moderno e do popular, pela sua linguagem e pelo “cenário” que está inserido: uma moderna mesa de montagem de cinema. Esse efeito será reforçado pela música do filme.

A música do curta, por fim, foi elaborada por Fernando Cerqueira a pedido. Ela tem uma “partitura concretista para bigornas, marretas, chapas de ferro, pilões rilhando pedrinhas, água escorrendo de torneiras”, cuja execução aconteceu em um ferro velho (MATTOS, 2008: 146-147). Mirian Ou chama atenção para o contraste entre a abertura do filme (com imagem em xilogravura e título parecido com a literatura de cordel) e

[a] música que acompanha os créditos (...) [que] não se assemelha em nada à música popular nordestina. Ela é tensa, atonal, pouco ritmada e incorpora muitos ruídos. Bastante moderna, faz um contraponto à estética popular e tradicional da abertura (2011: 2).

Trabalho, capital e alienação: “o que o garimpo dá, ele tira”.

A alienação aparece atrelada aos temas da exploração do homem pelo homem, subdesenvolvimento e separação entre produção e consumo. Para essa discussão utilizaremos *Marxismo e Alienação* (1965) de Konder foi escrito em um contexto de reorganização do

pensamento marxista brasileiro no pós-1964. Ele nos ajuda na reflexão acerca da realidade denunciada no filme pelo conceito de alienação.

O curta mostra o processo de trabalho na mina: inicia com a confecção de um instrumento de perfuração que, com a ajuda de um martelo, é utilizado para fazer um orifício na pedreira. Nesse buraco coloca-se uma dinamite conseguindo blocos de pedra. Verificada a presença de minério, são levados pelos trabalhadores para outro local onde são partidos em pedaços ainda menores. Em seguida, seguem para o quimbalé, instrumento manual enorme e pesado que é utilizado para esmagar as pedras. Após isso, obtém-se um pó que passa por lavagens, para, enfim, separar o minério.

Somos introduzidos por panorâmicas à grande extensão dessa mina e seu impacto ambiental. Os planos médios, que, nos termos clássicos de montagem, inserem os personagens no cenário valorizando sua relação com o meio, mostram o processo de trabalho que é dividido em etapas, como em uma fábrica. Há poucos *closes* ou grandes planos os quais geralmente são utilizados para valorizar emoções ou a subjetividade das personagens. Essa preferência estética nos permite indicar como o documentário se liga, tecnicamente, a concepção do homem e meio tão valorizada por Carvalho.

Os trabalhos são pesados e o transporte de materiais é todo feito manualmente. Não há instrumentos de proteção dos trabalhadores. Barra Limpa nos informa que quando as explosões são feitas ao ar livre, as pedras voam longe e podem ferir ou matar estes “operários”; quando feitas em mina subterrânea, as pedras não voam tão longe, porém há o risco de desabamento. Por isso, muitos trabalhadores dormem ao ar livre, ficando sujeitos ao tempo ou ataque de animais. Eles não possuem carteira assinada e, em caso de alguma fatalidade, não recebem assistência. Os salários são baixos e mal fornecem condições de recuperação da força de trabalho. Laurentino cita exemplos: de um colega que morreu soterrado e de outro que adoeceu devido ao pó da mina.

O documentário mostra um contexto de economia capitalista no qual homens são exibidos em um trabalho dificultoso e em condições inadequadas. As Leis Trabalhistas não eram efetivadas no campo e aqueles trabalhadores continuavam sem a proteção do Estado. Articulam-se, no filme, denúncias da esquerda de então: problemas da economia de subsistência, ausência de direitos trabalhistas e arbitrariedades patronais.

Barra Limpa comenta o sistema de dívidas que faz com que muitos garimpeiros, ao tentarem se desligar do trabalho, fiquem com muito pouco ou nada. Por isso a conclusão de

Laurentino é de que o garimpo

é um tipo de trabalho no qual a pessoa trabalha, trabalha e num tem muito valor. (...)o que o garimpo dá ele tira. A situação de garimpeiro é essa. Por um tempo ele tá bem de situação, assim, porque ele tá sempre tirando um “minérinho”, mas quando ele para de uma vez de tirar aí aquele dinheiro que ele tinha, uma reservinha, aí pronto se acaba num instante. E outra coisa, quando ele tira o minério que tá devendo ao patrão, quer dizer, que vai pagar, e fica na mesma a situação. Por isso que falo pro senhor o que o garimpo dá ele tira

O trabalho na mina é apresentado como uma atividade que não possui identificação pelos seus trabalhadores, pois os torna “sem muito valor”. Barra Limpa critica a permanência de uma situação de pobreza pela exploração desses homens, o que gera uma antipatia pelo garimpo. Baseado em Lukács, Konder escreve que:

A sociedade capitalista é a sociedade em que a alienação assume, claramente, as características da reificação (...) com o esmagamento das qualidades humanas e industriais de trabalhador por um mecanismo inumano, que transforma tudo em mercadoria (2009:130)

A transformação das coisas em mercadorias, a reificação, é uma característica da sociedade capitalista. As qualidades humanas sofrem esse processo, gerando uma desumanização dos homens e do trabalho o que só é possível pela dissociação entre meios de produção – neste caso propriedade do dono de terras – e trabalhadores aos quais só resta a mão-de-obra (também transformada em mercadoria) para vender. Esse processo é levado ainda mais ao extremo pela divisão de trabalho que leva a “dilaceração do homem, o fracionamento da humanidade [em classes], a ruptura da comunidade espontânea, a destruição da unidade humana primitiva” (KONDER, 2009:63).

No processo de divisão da sociedade em classes os indivíduos passaram cada vez mais a uma *atomização da espécie*: o indivíduo se vê cada vez menos como parte de um todo orgânico e semelhante ao próximo, valorizando as diferenças. Essas diferenciações individuais “passam a ser observadas independentemente da história concreta e das condições materiais de vida dos homens” (KONDER, 2009:70). Os homens são levados a enxergar uns nos outros possíveis compradores e vendedores: “O comerciante vê no outro um freguês em potencial, e o trabalhador no próximo vê um possível comerciante ou comprador a/para sua força de trabalho” (2009:131).

Neste sentido, a única desonestidade percebida por Barra Limpa é a do baixo salário e ausência de direitos, não da mais valia. Konder comenta algo sobre isso:

sob o capitalismo, a mercadoria dissimula o seu valor: o valor de troca da mercadoria não se apresenta como a expressão de uma relação entre indivíduos, não se apresenta como função da quantidade de trabalho socialmente necessária, nas condições gerais de produção da mercadoria, para produzi-la. O valor de troca encobre a sua natureza social com uma capa de mistério: a mercadoria se fetichiza (2009:146).

Dessa maneira, a realidade denunciada é de uma injustiça dentro da própria lógica ideologia capitalista, a partir do modelo de países desenvolvidos, nos quais conquistas sociais foram conseguidas. Nesse sentido, a denúncia também se relaciona com a própria visão do Brasil enquanto país subdesenvolvido no qual essas relações pré-capitalistas, atrasadas, estavam ainda por serem alteradas. Konder caracteriza um país subdesenvolvido, diferenciando-o dos países desenvolvidos pelo “desenvolvimento das suas forças produtivas, em um determinado momento histórico”. Aponta a dependência ao mercado mundial, a ausência de unidade econômica nacional, atrasadas formas de relações de produção (pré-capitalistas), dentre outros. A fraca integração e baixo desenvolvimento aparecem como traços marcantes desses países, levando a problemas como a rigidez na estrutura social (2009:226).

A questão da mais valia é apresentada pelo documentário. Em certa altura Barra Limpa afirma que “é porque ele é o dono da terra mesmo, ele vende aquele minério, ele compra pelo um preço e vende por outro. Se ele [o patrão] compra digamos por 2 contos de réis a eles [os trabalhadores], ele chega na mineração e vende por uns dez contos”. Assim, fica caracterizada a mais valia. Os trabalhadores alteram a matéria – transformam as pedras em minério –, valorizando o produto/capital, no entanto, o patrão se apropria do valor gerado pelos trabalhadores, pois o valor que paga pela mão de obra, é pequeno em relação ao valor gerado pelo trabalho. Consegue, assim, o lucro.

Barra Limpa parece resignar-se dizendo que isso ocorre porque ele é o dono da terra. A essa interpretação do ex-garimpeiro há duas possíveis leituras: uma de que ele identifica que o detentor dos meios de produção estabelece uma relação desigual de forças (pois há maior oferta de venda força de trabalho do que de compra), por outro lado, ele pode fazer uma leitura que se encaixa nos moldes da economia política clássica, pela qual é a terra, os meios de produção, que produziram o valor e não o trabalho.

Nesta situação, na qual esses sertanejos possuem apenas a venda da mão de obra para sobreviver, acabam se sujeitando a este regime de trabalho. Neste sentido, outra citação de Barra Limpa é válida:

quando começa a chover, o pessoal vão pra roça trabalhar (...) uma base de

seis meses eles ficam trabalhando na roça. Depois colhem algodão, milho, feijão, quando é bom no inverno, quando não é aí o cara fica na mesma situação vai ter que ir pro garimpo se sacrificar (...) uma situação assim que ele não vive bem de vida

Os operários das minas são, normalmente, agricultores. Laurentino ressalta que eles apenas recorrem ao “sacrifício” do garimpo quando o inverno não permite boa colheita. Surge no documentário o problema da economia de subsistência no Nordeste rural. Essa tese estava presente nas ideias de Furtado uma das referências de V. Carvalho para entender os problemas do Nordeste (Cf. MATTOS, 2008:113).

Em *A Operação Nordeste* (1959), Furtado afirma que o problema do Nordeste semiárido não é tanto a seca que não seria um problema tão grave caso houvesse ali outro tipo de economia (FURTADO, 2009:41). Porém, a economia de subsistência combinada com elementos de economia monetária, é um problema na região. O algodão-mocó e o gado, por exemplo, resistem bem durante as estiagens, porém

a produção de alimentos é a mais afetada. A grande massa de meeiros fica praticamente sem ter o que comer. Meio século de 'obras contra as secas' em nada modificou esse elemento do problema, que, com o crescimento da população, tende a agravar-se (...) É esse o homem que sai para a estrada (...) em busca de alguma fonte de emprego que lhe permita sobreviver (2009:43).

Nessa situação difícil, esses trabalhadores ficam sujeitos às arbitrariedades patronais⁴. Os trabalhadores não enfrentam apenas a apropriação da mais valia, mas o sistema de endividamento utilizado por esses donos de terra, a fim de mantê-los ainda mais subordinados. A venda da mão de obra por esses agricultores ocorre, em muitos casos, segundo Furtado, apenas quando não consegue produzir o que comer – situação agravada com as estiagens⁵.

O relato de Barra Limpa oferece certa dramaticidade e autoridade por meio da credibilidade de um testemunho (experiência) e por uma origem “do povo”. Por outro lado, o documentário detém certa frieza narrativa: a trilha sonora, concretista, chama atenção constantemente para o trabalho e não procura incutir sentimentos como afeto ou tristeza às imagens. Às vezes, porém, oferece tensão e incômodo. Marinho afirma que:

⁴ Cabe lembrar que o documentário é feito após a repressão das Ligas Camponesas que dentre seus objetivos almejava a chegada ao campo das Leis Trabalhistas através da organização do proletariado rural.

⁵ A esse respeito, Caio Prado Jr. critica as leituras do PCB, pois afirma que boa parte do campo nordestino já era proletarizado – vendendo sua mão de obra –, sendo a questão trabalhista, mais urgente pertinente para a organização política do campo que a reforma agrária.

Nota-se uma certa dureza no tratamento, uma preocupação de revelar apenas o essencial dessa atividade, a precária remuneração, o desconforto, o risco constante de acidentes, as moléstias provocadas pela contínua exposição à poeira nas minas. (1998:103).

Essa leitura, parece-nos, corre o risco de supervalorizar o “realismo” do documentário e ofuscar outros aspectos ricos do filme. Além da denúncia, *A Pedra da Riqueza* trabalha em um âmbito extremamente abstrato, conceitual, em uma prática que vai além de um anseio tão somente objetivista. Assim, por exemplo, Bernardet indica que as imagens alcançam expressões abstratas em diversos momentos, o que foi ratificado pelo próprio Carvalho (2003:222); e, como demonstrado por Ou, há uma discussão metalinguística do espectador no filme. V. Carvalho procurava mostrar uma realidade de exploração do homem através de maneiras sofisticadas, artísticas, fazer cinema⁶. Assim, o curta objetiva mais que demonstrar uma realidade corretamente.

Outro tema compreensível pelo conceito de alienação é a cisão entre produção e consumo. Ouvimos a descrição de Barra Limpa das dificuldades encontradas no garimpo, vendo imagens daquele processo de trabalho, porém, na conclusão do filme, altera-se a percepção global da narrativa quando Carvalho pergunta a Barra Limpa se ele sabe para quê serve a scheelita. Porém, Laurentino diz que apenas sabe que ela é vendida em Campina Grande para algum outro lugar, o “estrangeiro”. Enquanto escutamos a resposta de Barra Limpa, mostra-se um plano no qual trabalhadores estão na entrada de uma gruta escura, com a câmera filmando de dentro enquanto vemos suas silhuetas contrastadas com a brancura do sol ao fundo. Remete-se ao mito da caverna de Platão⁷. Por fim, o curta é concluído, com sua trilha fria e atonal e as seguintes legendas:

O tungstênio retirado da xelita é usado, sobretudo, na indústria de guerra, na requintada tecnologia das grandes potências. Foguetes e naves espaciais são revestidos dessa poderosa liga de aço, de têmpera resistente ao fogo e ao choque mais violentos. Seu uso poderá desempenhar também decisivo papel na indústria da paz, em função de bem estar social e humano e da melhoria de todos os povos. O garimpo visto aqui é um dos muitos de extração rudimentar no Nordeste, onde se situa a reserva brasileira de xelita, talvez a maior do mundo, depois das jazidas da China Continental.

A legenda elucida a finalidade da scheelita. Se durante a maior parte do filme Barra

⁶ Em nível de exemplo: quando V. Carvalho mostra o quimbalé, instrumento encurvado que balança de um lado para outro pela força do trabalhador, a câmera segue seu mesmo movimento, buscando reforçar um efeito de vertigem.

⁷ A interpretação desse plano foi uma importante contribuição do artigo de Mirian Ou (2011).

Limpa nos explica as imagens através de sua experiência, na conclusão, é exibida sua ignorância frente a um tema tanto simples como central para o tema. Informação, ao final, que demonstra a grande distância entre o conhecimento daqueles trabalhadores – representados por Laurentino – e o produto do final de seu trabalho: a cisão entre produção e consumo. O uso dessa legenda oferece um caráter impessoal à informação e se contrasta com o relato individual/pessoal de Barra Limpa, apesar desse efeito, a legenda é uma intervenção discursiva de Carvalho, assim como a montagem e a música.

O uso de uma dialética entre imagens relaciona o plano de Barra Limpa ao do mito da caverna, criando uma relação entre essas duas realidades de temporalidades diversas. A referência grega exhibe a necessidade dos trabalhadores de se libertarem dos grilhões e pararem de observar as sombras da caverna para explorarem o mundo lá fora. Parece-nos uma metáfora tanto da *alienação*, quando da necessidade de emancipação.

Conclusão

O relato, fotografia, planos, música e montagem são partes do discurso fílmico que, em um contexto histórico específico – em uma cultura histórica construída, principalmente, nas décadas de 1960 e 1970– e com intenções definidas – que podemos compreender pelo conceito de *romantismo revolucionário*. Através da análise dessa representação, identificamos como o curta sintetiza uma vontade de intervenção no mundo social, por meio de uma denúncia que se lança de uma linguagem artística e, portanto, com fins estéticos que são parte integrante da mensagem que transmite. Essa construção pode ser melhor entendida pelo cruzamento da trajetória pessoal – cultural e política – de V. Carvalho. *Marxismo e Alienação* de Konder nos permitiu apreender em uma racionalização conceitual aquilo que é transmitido no filme de maneira artística.

Referências

Fontes

A Pedra da riqueza. Direção e produção: Vladimir Carvalho. Brasil: Cinemateca do MAM, 1975. 1 DVD (15 min).

Bibliográficas

BERNARDET, Jean-Claude. **Cineastas e imagens do povo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003. [1985]

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

FLORES, H. C. “Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica”. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, PPGH-UFPB, n.16 jan./jun. 2007, p. 83-102.

FURTADO, Celso. “Operação Nordeste”. In FURTADO, Celso. **A Saga da Sudene: (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009. 1959. Il. (Arquivos Celso Furtado; v3).

KONDER, L. **Marxismo e Alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. [1965]

MARINHO, J. **Dos homens e das Pedras: o ciclo de cinema documentário paraibano (1959-1979)** de José Marinho. Niterói: EDUFF, 1998.

MARTINS, C. E. Anteprojeto do Manifesto do Centro Popular de Cultura, Março 1962. In: Hollanda, H. B. **Impressões de Viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. (p.135-168)

MATTOS, C. A. **Vladimir Carvalho - Pedras na Lua e Pelejas no Planalto**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

OU, Mirian. **A Pedra da Riqueza e seus Espectadores**. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2011/resumos/R24-0461-1.pdf>> Acesso em 03 nov 2012.

RIDENTI, M. **Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROCHA, G. “Eztetyka da Fome”. In ROCHA, G. **Revolução do Cinema Novo**. Rio de Janeiro, Alhambra / Embrafilme, 1981. p,28-33. [1965]

ENTRE A MEMÓRIA E O PRESENTE: O CASO DO MUSEU DO SERIDÓ/RN

Cláudia Cristina do Lago Borges¹

INTRODUÇÃO

Os rumos das discussões sobre a memória têm apresentado outro sentido desde que a história passou a se preocupar com o assunto, e deixando assim de ser tema exclusivo da psicologia. No decurso do desenvolvimento metodológico utilizado pela História, aquilo que

¹ Profª Adjunto do Dep. de História da UFPB, Drª pela UNESP-Assis.

os historiadores consideravam como *fonte histórica* passou a ser ampliada. Com isso, todos e quaisquer meios que venham a resgatar o passado tornam-se objetos de estudo. Nisso estão incluídos os artefatos arqueológicos, as fotografias, as paisagens, o registro oral, a memória entre outros. Desta forma, o documento assume um caráter de monumento (LE GOFF, 1994).

Entretanto, quando Le Goff discute a diferença entre o monumento e o documento, em que o primeiro é uma herança do passado, resultado de ações coletivas para a perpetuação da memória, enquanto o segundo é uma escolha do historiador, ou seja, o monumento é uma construção das sociedades históricas, uma construção material das idéias, dos costumes, da própria história, e, portanto, evoca o passado e perpetua a recordação. Por outro lado, o documento só é passível de conhecimento a partir do momento em que o historiador torna-o conhecível. De qualquer forma, o monumento existe entre a sociedade, mesmo sem que ela realmente se der conta de que ele existe como tal.

A memória encontrada ou descrita por indivíduos e que faz parte da História é definida pelo grupo, pela sociedade a qual pertence esse indivíduo. A sociedade define quais os acontecimentos que possam ter relevância para o grupo e o que deve ser perpetuado, assim, a memória passa a ter um caráter seletivo e maleável.

Nessa discussão entre história e memória, questiona-se qual o uso da memória social. Por que para alguns povos é tão importante preservar e lembrar suas memórias enquanto para outros não é algo primordial? A memória social serve para identificar determinado grupo, bem como para que o grupo se reconheça entre os acontecimentos comuns. Batalhas, revoltas, conquistas, enfim, tudo pode estar relacionado à História, e entre os acontecimentos estão os atores marcantes desses momentos que, de uma maneira ou de outra, tornaram-se representantes do povo, sejam eles os “heróis” ou indivíduos comuns. E como a memória social é resultado de uma ação coletiva, cabe ao grupo decidir quem e o que deve ser lembrado ou esquecido.

CULTURA E MEMÓRIA

Na definição de cultura, muitos conceitos são atribuídos. A complexidade atribuída ao termo se dá pela sua própria caracterização, tendo em vista os diversos aspectos ligados à sociedade. Dentre os vários conceitos, vê-se que a cultura não se restringe apenas as

atividades artísticas, há uma variedade de elementos que podem caracterizar os diferentes grupos sociais. Nesse sentido, estão incluídos a história, a memória e a identidade de indivíduos dentro do seu próprio grupo e em relação a outros.

A partir do processo tecnológico promovido pela Revolução Industrial, a sociedade de consumo transformou a cultura em um produto, uma mercadoria, cujo prazer está apenas no consumir, e não na sua utilidade ou aprendizagem. Essa troca de valores se refletiu nas posições intelectuais – que substituíram a prática concreta por conversas abstratas - e na própria popularização da cultura por meios de comunicação. Desta popularização, gerou-se uma amnésia social, na qual a sociedade, muitas vezes de forma involuntária, simplesmente esquece sua história.

Essa amnésia social interfere no desenvolvimento histórico, se os grupos esqueceram, ou simplesmente “apagaram” de suas memórias seus momentos históricos, fica difícil para as gerações futuras conhecerem a si própria. Como afirma Le Goff (1994:45), “a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações pode determinar perturbações graves da identidade coletiva”.

Alguns fatores são responsáveis pela “lembança” ou “esquecimento” da memória. São os meios de transmissão existentes entre os grupos. Para Peter Burke (2000), uma das formas de manter a memória entre o grupo é através dos espaços de memória, representados pelos monumentos, edifícios destinados à guarda de documentos, ou mesmo espaços abertos como parques ecológicos ou áreas que tenham servido de campos de batalhas, podem ser designados pela memória coletiva como um monumento histórico. Em geral, esses espaços representam o imaginário de um grupo. Os grupos sociais se reconhecem nesses espaços, bem como os espaços não devem representar apenas uma obra arquitetônica, mas devem transmitir ou garantir a preservação da memória da coletiva.

Maurice Halbwachs (1990) define a memória como uma construção social, enquanto a história escrita é algo objetivo. Para o autor, a história é uma compilação de fatos escolhidos e classificados para serem guardados na lembrança, e ela “começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social” (HALBWACHS, 1990:80). Já a memória coletiva, ou memória social, se diferencia da histórica, primeiro por ela ser contínua, e por isso retém do passado as lembranças ainda vivas na consciência do grupo; segundo, por ter esse caráter de continuidade, não há separação de

linhas de mudança histórica e social. A memória coletiva absorve apenas as analogias, já a histórica deixa despercebidas as rupturas que ela mesma provoca.

Assim, segundo Halbwachs aquilo que está além do limite da memória coletiva, isto é, além das gerações ou grupos capazes de restituir suas lembranças, é resgatado pela história através dos registros escritos. Para isso, os historiadores contam com o papel das imagens espaciais na reconstrução da memória coletiva. O detalhe do lugar é relevante apenas para os membros do grupo, e os acontecimentos relacionados ao lugar são tão significativos quanto os objetos. Por isso a atenção dada pelo autor em relação aos lugares de memória, visto a existência de uma relação de apego entre o indivíduo ou os grupos e seus espaços ocupados:

Quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado aos seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão de imagens que lhes representam os objetos exteriores. (HALBWACHS, 1990:136).

Mas apesar das mudanças que são muitas vezes inevitáveis, a memória permanece viva nos grupos. Quando os espaços são modificados, o desconforto de um indivíduo não causa efeito, entretanto, quando isto atinge ao grupo, esse não se manifesta de forma direta, ele tenta adaptar-se ao novo espaço, e, ao mesmo tempo procura manter suas antigas tradições.

Assim, para Halbwachs os espaços têm tanta importância quanto à própria memória. Como ele mesmo refere, “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”. Com essa análise, o que Halbwachs demonstra é a resistência do lugar, em que muitos ocorrem pela força do hábito, mas outros desaparecem por não haver contestação diante da destruição. Mas, a razão pela qual nossa memória consegue se reportar para além dos limites da lembrança individual é a existência dos espaços que, até mesmo pela sua permanência, convence-nos de não ter havido mudanças, e por isto estarmos sempre próximo ao passado.

Em seu artigo *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, Pierre Nora (1993) afirma que o motivo por se voltar à memória é porque ela não existe mais. A afirmação parece forte, mas há um sentido de preocupação. O que as sociedades sabem sobre si, sobre o seu passado e sobre a sua história? Na verdade, a resposta explica essa preocupação: o fato é que pouco sabemos sobre nós.

Pierre Nora faz uma série de distinção entre a história e a memória, chegando a afirmar que uma se opõe a outra. Para ele, a memória é formada por grupos sociais, e por isso é evolutiva, múltipla e coletiva. Ao mesmo tempo é vulnerável a usos e manipulações. Por sua sensibilidade às cenas particulares – de efeito fotográfico – forma-se o elo com o presente. Na verdade, segundo o autor, a memória está enraizada “no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Enquanto isso, a história é uma reconstrução do que não existe mais, é apenas uma representação do passado, algo que pertence a todos e a ninguém. Está ligada às continuidades temporais e dela acaba decorrendo uma análise crítica do discurso.

Segundo o autor, essa “mutilação” da memória tem fatores diversos, dentre os quais ele classifica a mundialização, a democratização, a massificação, a mediatização, e tudo isso auxiliado pela atuação da mídia a qual “dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (NORA, 1993:8). Essa aceleração do esquecimento distanciou a verdadeira memória – especialmente aquelas inspiradas nas sociedades primitivas que preservaram as suas origens – da memória de nossas sociedades atuais que são levadas e condicionadas pelas mudanças da modernidade.

Como consequência desse esquecimento, as sociedades acabaram criando os espaços de memória, lugares destinados à preservação e conservação de um passado histórico que, segundo o autor, não seria, de fato necessário se as sociedades pudessem conservar sua própria história, seus atos cotidianos, “como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez”. Como define Nora, esses lugares são restos, sobras da história que a sociedade não conseguiu tornar permanente, ou simplesmente a ignoraram. A sociedade privilegia o novo no lugar do antigo e o futuro ao invés do passado. Assim, museus, arquivos, bibliotecas ou qualquer outro lugar destinado a manter as coleções ou objetos que referenciem o passado, são nada mais do que testemunhos de um outro tempo. E por causa deles vê-se que a memória não é espontânea ou natural, ao contrário, ela precisa ser recriada, revivida.

Mas por que é tão importante lembrar o passado? Nora afirma que a memória é constituição daquilo que não é mais possível de lembrar, e à medida que ela desaparece, a sociedade sente a necessidade de criar espaços e acumular os vestígios que a ligue ao passado. Assim, testemunhos, documentos, monumentos, imagens, discursos, enfim, tudo aquilo que pode ser usado como prova, acaba tornando-se a *materialização da memória*.

Essa materialização surge como referência, “nossa percepção do passado é a apropriação veemente daquilo que sabemos não mais nos pertencer” (NORA, 1993:20). É a partir deles que os grupos procuram se identificar, visualizam o passado e o presente, o “antes” e o “depois”. Ao mesmo tempo, aquilo que referencia o passado parece não mais pertencer às sociedades. A memória então, apesar dos objetos que a ela remetem, parece tão distante quanto o próprio tempo.

E é por esquecermos o passado, ou não nos identificarmos com ele, que os lugares de memória são criados. Entretanto, Pierre Nora afirma que tais lugares só existem de fato se houver uma representação simbólica ou uma relação ritual. Assim, para o autor, são considerados lugares de memória uma estrutura arquitetônica, tal como um palácio, um documento escrito, uma praça, uma manifestação de grupos, ou ainda um momento histórico. Porém, tais lugares só se tornam representativos para a memória se a sociedade assim o fizer. Dessa forma, os lugares possuem três significados: material, simbólico e funcional. Eles coexistem sempre e simultaneamente. Mas quando há um desequilíbrio entre estes aspectos ou há falta de intenção, os lugares de memória serão lugares de história, ou seja, eles simplesmente existirão, mas sem um significado coletivo. Alguém dirá que ele existe, mas não saberá por qual razão.

Nessa contextualização dos espaços de memória, podemos focar especificamente os museus, definidos como espaços destinados a conservação, proteção e manutenção de bens culturais que foram produzidos ao longo dos anos, seja pela ação humana, da natureza ou de forma concomitante. Por sua formação, os museus têm, ao longo dos anos, moldado seu caráter e definido a sua função enquanto espaço de memória. A princípio, os museus eram formados a partir de coleções; no século XV tinham o objetivo de expor aquilo que parecia curioso aos olhos humanos ou às sociedades vigentes. Já no século XIX, viajantes europeus que visitavam as Américas ou terras cujas culturas eram completamente diferentes da européia, mostravam artefatos que pareciam exóticos. Com o passar dos anos, especialmente no século XX, os museus adquiriram um conceito mais educativo, e muitos acabaram se transformando em centros de pesquisas especializados.

No geral, os museus podem ser enquadrados na categoria de patrimônio cultural. E isso pode ser entendido tanto no que diz respeito ao acervo quanto ao edifício. Os grandes centros urbanos têm construído espaços modernos para abrigar os objetos que refletem a sua

história ou representantes de sua arte, mas também se ver o aproveitamento de antigas edificações para o mesmo fim. Neste caso, o museu assume uma dupla função de patrimônio: enquanto edifício e enquanto acervo.

As antigas construções, quando transformadas em museus, permitem ao visitante um retorno ao passado pouco ou muito distante. Assim, a idéia que se deve ter ao organizar um acervo museográfico é quais as lembranças ou aprendizado que ele remeterá ao seu visitante. Esse é o sentido educativo vinculado ao museu. Por isso, esses espaços destinados à preservação e manutenção do passado, da história e da memória não podem ser vistos ou tratados como simples vitrines. O museu deve possuir um conceito pedagógico e uma interação com o seu visitante. Este deve não apenas lembrar, mas também conhecer e aprender. Como afirma Francisco Ramos, “mostrando relações historicamente fundamentadas entre objetos atuais e de outros tempos, o museu ganha substância educativa, pois são construídas relações entre o que passou, o que está passando e o que pode passar.” (RAMOS, 2001:111).

É dessa relação que ligamos o museu à memória, mesmo que esta não tenha sido vivida, mas é ao menos lembrada.

A EXPERIÊNCIA NO MUSEU DO SERIDÓ

O atual município de Caicó, situado na região do semi-árido norte riograndense, teve sua fundação ainda no século XVII, em decorrência da expansão pecuarista na então capitania do Rio Grande. Mesmo contando com a maioria da população nas áreas rurais, a povoação de Caicó, oficialmente fundada em 1735, aos poucos se consolidava como referência urbana para os residentes naquela região. Assim, as primeiras edificações a representarem essa consolidação foram a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora Santa’Ana e a colocação do pelourinho “para serem aplicados os castigos aos criminosos, aos escravos, aos ladrões e aos filhos desobediente aos pais” (Arquivo da Prefeitura de Caicó, livro 2, anos 1734 a 1737).

Mas, foi somente em 1788, quando a povoação foi elevada à categoria de Vila que seu caráter administrativo foi reforçado pela construção do primeiro Senado da Câmara, que segundo SANTOS e NETO (2003:17),

Foi com o nascimento de vilas e cidades nas primeiras décadas do século XIX, na região do Seridó, que começaram as primeiras construções presidiais agregadas ao Senado da Câmara (...). Essa junção arquitetônica da época tinha a função tanto judicial quanto administrativa. No pavimento do andar térreo, colocavam-se presos de diferentes origens criminais (...). A parte superior do prédio era destinada às reuniões administrativas.

Entretanto, a edificação da Casa de Câmara e Cadeia só foi consolidada em 1812, a mando do Sr. Tomás de Araújo Pereira, com a participação da população local e sem apoio do poder público, em terreno doado pela freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Anna (SILVA e ARAÚJO. 2002). Mesmo tendo sido presídio público, o prédio era de propriedade particular e destinava-se a prisão de infratores da lei, principalmente ladrões de gado. Em estilo colonial, o prédio foi edificado com pedras e tijolos, argamassa e cal, com pavimento inferior e superior. A partir de sua construção, o logradouro onde o prédio está situado passou a ser referenciado pela população local como “a rua da Cadeia”.

Em 1890, deu-se a construção de um novo prédio para fins administrativos, e com isso, transferiu-se assim a Câmara do Senado por facilitar e agilizar os assuntos competentes a Vila, restando no antigo prédio, apenas a chamada força policial. Porém, com o passar dos anos, a própria deteriorização do prédio tornou a cadeia pública inadequada para fins de carceragem, sendo evidente a necessidade da construção de um novo espaço para o cumprimento penal. Desta forma, em 1935, a Cadeia foi finalmente desativada. Até fins da década de 1960, a antiga cadeia teve diversos fins, desde fábrica de mosaicos à residência. Somente em 1968, o referido prédio foi tombado pelo Patrimônio Municipal.

Pensando na história e nas tradições locais do seridoense, o Monsenhor Antenor Salvino de Araújo, então vigário da Paróquia de Sant'Ana, ainda por volta de 1962, passou a arrecadar junto a população e fiéis, objetos que traduzissem os aspectos do cotidiano e da cultura local, dentre eles mobiliário, louças, fotografias, armas, artefatos pré-históricos (instrumentos líticos e cerâmica), imagem sacra, entre outros.

Após ficar na igreja Matriz, e depois no antigo Sobrado do Pe. Francisco de Brito Guerra, todo o acervo foi transferido para o antigo prédio da Casa de Câmara e Cadeia, que em 1973, já se configurava como Museu. Em 1979, o então Museu do Seridó, bem como seu acervo, passou para a responsabilidade administrativa e acadêmica do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que buscou manter a política de preservação e salvaguarda da memória regional criada pelo Mons.

Antenor Araújo, e adotando como proposta museográfica a preservação dos costumes, da tradição e da cultura do seridoense a partir do tema central *Seridó, Terra Nossa de Cada Dia*. Nesse contexto central, predominava a divulgação da geografia e da biodiversidade, das artes, do trabalho, dos ofícios e da devoção.

Esse tema central museográfico permaneceu até 2003, quando então, mantendo o mesmo eixo temático, pensou-se numa política de educação patrimonial pautada no tripé história/identidade/memória, ou seja, no resgate da memória a partir da relação do acervo com os costumes, o cotidiano e o passado de seus visitantes. Importante ressaltar que a exposição do acervo buscava atender aos anseios dos visitantes em dois públicos distintos: o turista, que vê o acervo com certa curiosidade, mas busca o conhecimento e aprendizado; e, de forma mais especial, o próprio morador local, que buscava no acervo um reconhecimento da sua própria história. Para tanto, reordenou-se a exposição sob o eixo da sociedade e seus costumes, com predominância de objetos que faziam, e fazem parte do dia-a-dia do seridoense, e neste caso, citaremos duas exposições específicas, que traduziram o efeito dessa relação de reconhecimento junto ao acervo museográfico.

Uma das principais áreas de exposição foi denominada *A casa do sertanejo*, composta por mobília, quadros, vestuário, alimentos e demais objetos decorativos, dispostos a retratarem a vida cotidiana do seridoense da área rural. O objetivo dessa sala era impactar junto ao visitante uma relação intrínseca entre o passado e a memória, em que o visitante local visse a si próprio como pertencente àquele lugar, e, no caso do turista, conhecer o habitat do sertanejo na sua forma simples de viver.

A área tinha como início a disposição de uma sala, também conhecida pelo seridoense de outrora como *cupiar*, com bancos e baú de madeira cobertos com tampos de couro; na cozinha, mesa de madeira com bancos compridos, e sobre ela cestas com frutas da região, feijão de corda, arroz da terra, rapadura e paçoca de carne seca; nas paredes, quadros com retratos de famílias ou imagens religiosas. O mais importante na composição desta sala foi a disposição em detalhes dos objetos que compõem a casa do sertanejo, seguindo descrições e relatos de livros e documentos que variavam do século XVIII e XIX. A partir dessa pesquisa documental, viu-se que pouco havia mudado na vida dos moradores da região, como se o passado fosse ainda o presente.

A outra exposição que correspondeu aos nossos objetivos foi a de *Brinquedos da roça*. Neste espaço dedicamos exemplares de brinquedos que faziam parte do imaginário infantil, tais como pião, bonecas de pano conhecidas como bruxinhas, currais feitos de ossos, arapuca, argolinha, breque entre outros. Muitos deles já são totalmente desconhecidos pelas novas gerações, porém os visitantes mais antigos reconheciam cada objeto, chegando mesmo a descrever detalhadamente alguns pormenores sobre a nomenclatura e uso de alguns deles.

Em análise geral, tendo como pressuposto as discussões sobre história, memória e identidade cultural, é possível afirmar que a proposta apresentada pelo Museu conseguiu estabelecer vínculos de identidade cultural, onde o espaço museográfico configurou um espaço de memória. Neste caso, o Museu do Seridó resgatou não somente a história do prédio em si, que ao longo dos anos, havia sido esquecido ou simplesmente ignorado pela população local, servindo apenas de referência espacial para identificação da rua em que está edificado, “a Rua da cadeia velha”; por outro lado, permitiu também que a população local conhecesse mais a sua história a partir da sua cultura material.

Durante o processo de reestruturação do Museu, em que a circulação de alunos graduandos nas suas dependências era constante, fez com que os próprios moradores da rua sentissem a curiosidade e interesse de visitá-lo. Para alguns, mesmo vivendo anos na vizinhança, nunca haviam conhecido a parte interna do prédio, e, ao mesmo tempo, para as crianças do local, o Museu era parte do imaginário, como algo obscuro. Mesmo tendo o prédio se transformado em Museu em 1973, o que ficara na memória coletiva era o prédio enquanto cadeia. Com isso, nem o Museu e nem o seu acervo faziam parte, até então, da história da população local.

Foi a partir da visitação desses moradores que o trabalho foi tomando direcionamento, sendo eles um indicador do grau de relação entre a identificação do indivíduo ou do grupo frente ao acervo exposto. Não raro, esses visitantes se emocionavam, ou ainda tentavam interagir com o acervo, em especial na exposição dos Brinquedos da roça. Nestes casos, a participação desses visitantes tornou-se vital para uma melhor organização do Museu e, assim, das metas a serem alcançadas.

O que podemos observar a partir desse projeto de reestruturação do Museu do Seridó foi a necessidade que os indivíduos possuem em ter resgatado a sua memória coletiva. Os espaços de memória são referências daquilo que foi, de um passado que existe, mas não é

lembrado. E desta forma, os indivíduos procuram se “encontrar” em algo que lhe é familiar, é a busca por uma própria identidade que está configurada na cultura, nas tradições e no cotidiano de sua comunidade. Ao verem os objetos dispostos nas dependências do Museu do Seridó, seus visitantes reconheceram a si próprios, tendo a ideia ou o sentimento do que é ser seridoense, do que é fazer parte de um espaço cuja história está pautada no universo da pecuária, e ainda, perceber que o passado se faz ainda mais presente quando observamos o nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 248-281.
- BORGES, Ana Lígia do Lago. *Caicó. O lugar onde a memória vive*. Caicó: CERES, 2005. (Monografia de Especialização em Patrimônio Histórico, Cultural e Turismo).
- BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GOMES, M. I. de M. Museu do Seridó. In: MACEDO, M. K. de (Org.). *Caicó: Uma Viagem Pela Memória Seridoense*. Natal: SEBRAE / RN. 2003. p. 28
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 425.
- MACEDO, M. K. de. *A Penúltima Versão do Seridó*. Natal: Ed. Sebo Vermelho. 2005, p. 70.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*. Projetos História. Revista do Programa de Pós-Graduação em História São Paulo: PUC, n. 10. dez. 1993.
- OLIVEIRA, Marcus Vinícios de Faria et all. *Brinquedos e brincadeiras potiguares: identidade e memória*. Natal: Ed. CEFET-RN, 2007.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. Museu, ensino de história e sociedade de consumo. In: *Trajeto*. Revista de História UFC. Fortaleza, vol. 1, nº 1, 2001.
- SANTOS, I. e NETO, V. Q. *O Cárcere no Seridó: Da Cadeia Velha ao Pereirão*. Caicó, 2002. Monografia (Bacharelado em História) – Centro de Ensino Superior do Seridó, Departamento de História e Geografia, UFRN.
- SILVA, N. DOS S. e ARAÚJO, W.G. *Museu do Seridó: Uma contribuição a sua história*. Caicó, 2002. Monografia (Bacharelado em História) – Centro de Ensino Superior do Seridó, Departamento de História e Geografia, UFRN.

OS INVENTÁRIOS E O ESTUDO DOS CABEDAIS FAMILIARES NO SERTÃO DO RIO PIRANHAS

Janice Correa da Silva*

Nos últimos anos a historiografia paraibana vem passando por alguns deslocamentos analíticos e até epistemológicos, no entanto, alguns temas não são priorizados, principalmente quando se trata de abordagens que privilegiem as áreas interioranas. É por isto que este artigo tem como finalidade estabelecer uma discussão acerca das possibilidades de estudo oferecidas pelos inventários depositados no Fórum promotor Francisco Nelson da Nóbrega da cidade de Pombal (sertão do Estado da Paraíba) para o estudo dos cabedais familiares no sertão do Rio Piranhas, Capitania da Parahyba do Norte.

Os inventários *post-mortem* são os processos judiciais para a legalização da transmissão de bens. Eles tinham como finalidade apurar o que compõe a herança, os haveres, tais como terras, casas, escravos, animais, entre outros bens (FILHO, 2003: 9-10). Esses documentos eram muito importantes na cultura política¹ de Antigo Regime², pois, faziam parte de um circuito burocrático e político.

Esses processos eram lavrados pelo juiz ordinário de órfãos. Obviamente, só produziam estes documentos, uma pequena parcela da população, que no percurso de sua existência, amalhara bens de valor suficientemente apreciável para transmitir. Mas, os despossuídos, pobres e escravos, também aparecem, “visto que são citados ou como bens (escravos), ou como credores e devedores dos inventariados (escravos e trabalhadores livres)” (MACEDO, 2007: 85). O inventário de bens era indispensável e tinha data limite para seu início. Era elaborado a partir de uma solicitação da família ou do juiz dos órfãos, notadamente quando existia menores entre os herdeiros (MOTA, 2007:47).

*Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba. PPGH-UFPB. Bolsista Capes.

¹A noção de cultura política é aqui compreendida como “um conjunto de códigos culturais, que se expressam por meio de crenças, comportamentos, valores e visões de mundo, delineados a médio ou longo prazo. Esse arcabouço cultural, tanto se faz presente em termos globais da sociedade, quanto individuais. Trata-se de um fenômeno de mão dupla. Ao mesmo tempo em que se estrutura no íntimo dos sujeitos, ganha ares coletivos, pelo agregamento de pessoas que comungam de semelhantes ideais, valores e posturas de vida” (PAIVA, 2012, p. 16).

² Utilizamos a expressão de Antigo Regime entendida como a “forma de governo encontrada em Portugal desde fins do século XVI até o XVIII” (PAIVA, 2012, p. 20).

Proceder à elaboração de inventários dos bens deixados era uma prática habitual nas sociedades de colonização portuguesa. Regido pelas Ordenações Filipinas³, o sistema de herança era algo muito sério naquela sociedade, em virtude da transmissão de bens às novas gerações ser parte basilar no funcionamento das atividades produtivas [...] (MOTA, 2007: 47).

Além do inventariante, os inventários em geral apontam o nome do inventariado, a época e local do óbito, a *causa-mortis*, assim como o estado civil do falecido, “o nome do cônjuge, a filiação, a existência de herdeiros, o seu número, se diretos ou colaterais, os seus nomes, o sexo, o estado civil, a idade, o grau de parentesco, legitimidade, entre outros” (FILHO, 2003: 9).

Está inclusa ainda a exposição detalhada dos bens móveis, imóveis, das dívidas ativas e passivas, suas avaliações judiciais, o total do legado, os tributos de tramitação, entre outros. Logo após a partilha que é iniciada pelos bens móveis, passa-se aos bens de raiz e depois as dívidas ativas, em seguida o escrivão procede fazendo a entrega aos herdeiros na forma das cotas decretadas pelo juiz. Realizados esses passos, os herdeiros colocam-se em poder dos quinhões estabelecidos nas partilhas (FILHO, 2003: 9-10). Um dado importante: os bens aparecem nos inventários repartidos por itens, que são nomeados de títulos. Exemplo: título do dinheiro, título do ouro, título de bens móveis etc.

Tendo em vista justificar a quantia atribuída aos bens que estavam sendo avaliados, os comissários avaliadores exibem diversas informações que enriquecem o arrolamento. Por exemplo, no momento de avaliar uma terra, era indicada também sua localização, área e qualquer acrescentamento que ela possuísse (proximidade do rio, existência de benfeitorias etc.) (MOTA, 2007: 47-48).

Privilegiamos para o desenvolvimento deste artigo o inventário de José Alves Barreto,⁴ com o intuito de encontrar elementos que forneçam uma compreensão acerca dos patrimônios no espaço geográfico delimitado para a pesquisa, nessa empreitada, concordamos com a ideia de que

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira. E esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu

³ Ver Ordenações Filipinas Livro IV, Título XCVI, disponível em: www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt. Acesso em: 07/11/2012.

⁴ Esse documento pode ser encontrado no Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega da cidade de Pombal no alto sertão do estado da Paraíba.

estatuto. (CERTEAU, 1982: 81)

Temos o entendimento de que “o ofício ou, por outro lado, a prática científica do historiador requer um diálogo imprescindível com os atos e os testemunhos que podem nos falar da experiência humana no tempo, quais sejam: as fontes históricas”. (SILVA & SILVA FILHO, 2009: 2-3).

Obviamente os inventários não são fontes inéditas, todavia trata-se de uma documentação pouco consultada. São documentos extensos. Quanto ao estado de conservação, estão muito danificados, com trechos ilegíveis, rasurados, furos provocados pela ação de fungos, grafia ininteligível, além de outras dificuldades como forma própria de cada escrivão redigir, expressões da época, palavras que deveriam ser separadas e estão juntas e vice-versa, abreviaturas etc. É, pois, um trabalho que requer muita perseverança, (MASCARENHAS, 1998: 43). Para o auxílio da transcrição paleográfica contamos com o apoio de trabalhos específicos.⁵

Os inventários encontrados no Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega da Cidade de Pombal nos favorece permitindo uma aproximação do cotidiano das famílias sertanejas que viveram o período colonial. Mediante a análise destes legados, tivemos a possibilidade de perceber suas ocupações, o interior de suas casas, seus utensílios, seus objetos de uso pessoal, vestimentas, as ferramentas de trabalho. Vemos então que estes pertenciam a diversificados segmentos sociais: proprietários de terras, sargentos-mores, capitães-mores, alferes, tenentes, ajudantes, escrivães etc. (vale ressaltar que apenas alguns desses aspectos serão aqui discutidos).

Vamos então “mergulhar” nessas fontes e perceber essas vozes dispersas na escrita buscando uma compreensão das vivências e do cotidiano de algumas famílias sertanejas. Mas sempre sabendo da impossibilidade de uma ressurreição do passado, uma vez que a história pode ser lida, mas não vivida, em virtude dela ser pensamento, representação, destarte ela não se trata de emoção associada à imediatidade e ao inesperado (PROST, 2008: 246).

José Alves Barreto teve seus bens inventariados no ano de 1785, tendo como inventariante seu filho. Vejamos um fragmento de seu inventário:

⁵ Ver SAMARA, Eni de Mesquita; Dias, Madalena Marques & BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein *et al.* *Paleografia e fontes do período colonial*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH / USP, 1986; BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: áulico, anatômico, architectonico...* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728. 8 v. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionário/1/capela>. Acesso em 07/11/2012.

Declarou o Inventariante possuir o defunto seo pai hum espadeiro de prata com o peso de noventa oitavas e meia visto e avaliado pelos Avaliadores cada oitava [ilegível] que emportão em noventa mil e cincoenta reis com que Se Sae [...] Declarou o Inventariante possuir o defunto seo pai huma espingarda velha vista e avaliada pelos Avaliadores em quatro mil reis com que Se Sai [...] Declarou o Inventariante possuir o defunto seo pai huma canastra em bom uso vista e avaliada pelos avaliadores em mil e seiscentos reis com que Se Sae [...] Declarou mais o Inventariante possuir o defunto seo pai um escravo chamado Pedro do gentio de Angola velho visto e avaliado pelos Avaliadores em quarenta mil reis com que Se Sae [...] Declarou o inventariante possuir o defunto seo pai tres bois mancos [?] Avaliados pelos avaliadores em seis mil reis cada [hum] que emportam em desoito mil reis com que Se Sae [...] Declarou o inventariante possuir o defunto seo pai oito cavalos mancos [?] entre elles dois velhos avaliados pelos Avaliadores em sete mil reis cada hum que emportão em cincoenta e seis mil reis com que Se Sae [...] Declarou o inventariante possuir o defunto seo pai secenta ovelhas entre grandes e pequenas avaliadas pelos Avaliadores cada cabeça a duzentos reis que emportão em doze mil reis com que Se Sae [...] Declarou o inventariante possuir o defunto seo pai da parte do Nascente no Riacho Santa Gertrudes Sociedade em meia legoa de terra com seos Tios João Pereira dos Santos de Vasconcelos e o sargento Mor Salvador [?] dos Santos de Vasconcelos em que cada hum toca quatrocentas braças [...]»⁶

Tratava-se de um proprietário rural, embora não possamos perceber a descrição de todos os seus bens no longo fragmento acima, possuía uma casa de taipa no sítio em que morava, avaliada em 13\$000 (talvez por localizar-se no sítio apresentasse um preço reduzido). Essas casas possuíam um processo de edificação rápido, pois ela necessita simplesmente de uma teia de varas, se possível, retilíneas, as quais eram trançadas, e depois amarradas com cipós ou cordões de sola, a madeira de lei só era usada para esteios, vigas e traves (LIMA *Apud* MACEDO, 2007: 54). Constituía a grade da morada, o fabricante da casa fazendo uso das mãos barreira as paredes, rebocando-a (MACEDO, 2007:54).

Essas casas eram térreas, uma vez que não aguentavam com segurança pavimentos elevados, pois suas paredes eram erigidas com materiais não muito resistentes, as vigas sendo os troncos e galhos da caatinga (MACEDO, 2007: 156). No interior dela (casa) os móveis domésticos eram poucos (como se verá adiante).

No sertão do Rio Piranhas, era muito mais importante possuir bens que conferissem um estatuto social elevado do que possuir outros bens pertencentes ao mobiliário por exemplo. A terra, entre outros elementos, constituía fonte de riqueza e projeção social no espaço sertão,

⁶ Fragmento retirado do inventário de Jose Alves Barreto. Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal, PB.

concedendo *status* e poder as famílias, (PESSOA, 2003:181). Isso fica nítido na obra de Tavares, pois no dia 2 de janeiro de 1779, o

Tenente João de Andrade de Medina e mariano de Sousa, dizem que no sertão do Piancó, se acha uma serra denominada dos Milagres, com terras devolutas que pretendem por sesmaria de três leguas de comprimento e uma de largo, pegando no poço do Serrote, riacho acima até Barreiras, extremando para o sul com terras do Saraiva e para a parte do norte com os providos confinantes. Foi feita a concessão no governo de Jeronymo José de Mello e Castro. (TAVARES, 1982: 382)

Notemos os argumentos apresentados pelos colonos na forma de requerer essas terras. Eram justificativas diferenciadas daquelas apresentadas pelos colonos estabelecidos nas áreas litorâneas, visto o sertão dispor uma natureza propícia ao desenvolvimento de outros tipos de atividades econômicas. Assim, nos requerimentos de sesmarias encontramos sempre referências a terras que teriam a finalidade de criar gado, ou “para recreação de seus gados”. Algumas vezes os requerentes afirmavam que a antiga sesmaria perdeu-se e pretendiam nova data, que as terras que possuíam não bastavam, alegavam a perda dos títulos, declaravam que tinham dúvida nas suas confrontações, e no caso de Francisco de Arruda Câmara, afirmava que era contador dos dízimos de gados daqueles sertões e necessitava de mais terras. Vejamos outro fragmento abaixo:

Manoel Pereira de Azevedo e Pedro Ferreira, dizem que descobriram terras devolutas com capacidade para criar gados (grifo nosso) e querem por sesmarias três léguas de comprimento e uma de largo, no sertão das Piranhas, confrontando de uma parte a ponta da serra d’agua dos Pintos até a serra de João Valle, a contestar com as terras do dito, e servindo de extrema naquelles lados e rumos que pede demarcação se descobriu o lugar ou Saco chamado Sinêta, cujas águas em o mesmo lugar do Saco ficará incluída dentro desta data, cuja irá correndo ao longo do riacho Timbaúba, descendo por ele abaixo até contestar com o sítio da Aldeia, ficando incluídos poços e águas que pertencerem. Foi feita a concessão, de Jeronymo José de Mello e Castro. (TAVARES, 1982:383).

Queremos destacar também a presença do escravo no rol dos bens inventariados pertencentes a José Alves Barreto (não é nosso objetivo aprofundar a discussão em torno do tema da escravidão). Percebemos a constante presença do escravo no sertão do Rio Piranhas. Nos 14 inventários que analisamos, eles (os escravos) só não apareceram no inventário de José Gonçalves Ferreira.

José Alves Barreto possuía 03 escravos, um deles era velho e por isso apresentava preço menor e os outros dois além de serem velhos, eram doentes o que implicou num preço ainda

menor no momento da avaliação. A significativa presença do escravo nos inventários do sertão do Rio Piranhas vem nos mostrar que os homens e mulheres que emergem da documentação aqui utilizada pertenciam a um segmento social mais elevado, detentores de terras, esses indivíduos possuíam também escravos. Esses personagens possivelmente foram participantes da conquista dessas terras que agora estavam sob seu poder, adquiriram certamente a posse dessas terras como recompensa pela participação nos embates de conquista. Com o decorrer do tempo foram adquirindo outros bens. Exemplo: gados, escravos etc.

José Alves Barreto também possuía muitos animais, especialmente o gado *vacum* (157 cabeças). Capistrano de Abreu mostrou como se tornava favorável a criação do gado *vacum* no sertão, visto que a atividade não necessitava ser desenvolvida na proximidade da praia; requeria um pequeno número de pessoas; e fornecia alimentação constante. O autor mostra o papel desempenhado pelo couro na fabricação dos mais variados objetos utilizados pelos sertanejos, nomeando o sertão como a civilização do couro. De acordo com ele,

Pode se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a civilização do couro. De couro eram as portas das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alfoje para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas da faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal [...]. (ABREU, 1998:133)

Maximiliano Lopes Machado nos informa que

O Piancó era o lugar preferido pelos criadores em razão da abundância de pasto para o gado, encostas de serras e boas agoadas para ahi havia affluído gente rica e poderosa da Bahia e outras partes, a qual pediu providências ao governo contra aquelles bandos, representando no sentido de crear-se Villa naquele logar [...]. (MACHADO, 1909: 258)

O gado *vacum* aparece na maior parte dos inventários analisados. O seu preço variou de 1\$600 a 6\$000. Esses dados informam que a atividade de criação de gado ocupava a proeminência nas atividades econômicas de então.

Somos informados por Fernandes e Amorim que no primeiro século de colonização a criação de gado foi responsável por atender as necessidades dos engenhos, localizando-se, portanto nas suas proximidades, “tornando-se inclusive fator de ocupação de algumas áreas que, posteriormente, serão tomadas pela cana-de-açúcar”. Contudo, a partir de 1660, a criação

de gado é transferida para áreas mais distanciadas na tentativa de que o gado não devastasse os canaviais e para que sirva de alimento durante o inverno, na ocasião em que os engenhos estão parados. A expansão vai se processando, especialmente depois da invasão holandesa, de forma pausada, nesse movimento, a atividade criatória vai adquirindo formas próprias de reprodução, diferenciadas daquelas do período em que se estabelecia simplesmente como “atividade complementar dos engenhos” (FERNANDES & AMORIM, 1999: 22).

Mais recentemente, tratando acerca dos *empreendimentos* (grifo do autor) da Casa da Torre, Ângelo Emílio da Silva Pessoa mostrou como “os currais foram o ponto de partida para o exercício de outras práticas econômicas, que se desenrolaram em *negócios* (grifo do autor) de arrendamento de terras, abastecimento de carnes, exploração de salitre, e outros”, que se energizavam ao sabor das alterações de mercado da grande economia, tendo em vista sempre uma expectativa de alargamento e ampliação desses empreendimentos (PESSOA, 2003:165).

Segundo Pessoa, a pecuária no contexto da formação econômica do Brasil colonial caracteriza-se como uma forma de economia complementar as atividades de exportação (açúcar, mineração) e também é distinguida por uma capitalização e rentabilidade inferiores. A referida atividade assume ainda uma dimensão expressiva no tocante à produção de animais para transporte e tração, além do provimento da nascente rede urbana e da formação de um mercado interno. (NARDI *apud* PESSOA, 2003:165).

Entre os móveis domésticos pertencentes a José Alves Barreto está 01 canastra. Tratava-se de uma caixa larga não muito alta, fabricada com ripas de madeira ou revestida de couro. Ao investigar os sertões do Seridó, Macedo (2007:162) percebeu que os móveis eram prontamente reposicionáveis (canastra, bancos) já que os espaços em casas rurais eram comumente multifuncionais. Esta realidade também é percebida no sertão do Rio Piranhas.

José Alves Barreto possuía ainda 01 mesa de cedro nova, e 01 caixa de timbaúba velha. A presença destes últimos elementos (mesa e caixa) nos faz também perceber que o inventariado era integrante dos segmentos sociais mais elevados ali constituídos, uma vez que o cedro e a timbaúba são madeiras nobres oriundas da Mata Atlântica.

O inventariado tinha 05 colheres de prata, não muitas, portanto. Os pratos também eram reduzidos, um número de 04. Os pratos eram fabricados de estanho já que eram mais comuns e baratos (MACEDO, 2007:184). As colheres de prata mencionadas, não ultrapassaram a quantia de 07 (em 01 inventário). Sobre isto, Macedo (2007:185) afirmou que os talheres de prata encontrados nos inventários não apresentavam valor prático diário. Importavam muito

mais pelo metal que enfeixavam. Juntamente com outras joias eram entesourados, sendo assim moedas fortes no mercado matrimonial ao compor os bens passados em dote.

Isto explica o fato dos utensílios de prata acima mencionados apresentarem um preço mais elevado que os demais. Se o uso dos talheres já era reduzido, prossegue o autor, “entre famílias de posse, entre os pobres miseráveis e escravos, certamente que não eram utilizados”. Os utensílios como os pratos e talheres, por exemplo, ainda não eram utilizados para exibição diária, em armários, “eram guardados na maior parte do ano em arcas para virem a lume em ocasiões festivas, ou na recepção de visitantes ilustres” (MACEDO, 2007:187).

Temos notícia de que em finais do século XVIII o ato de comer fazendo uso das mãos ainda era corrente, mas, ao ser observada a presença destes utensílios constata-se que os hábitos coloniais estavam se refinando (BRAUDEL, *Apud* PEREIRA, 2011: 334).

Pereira (2011:337) notou nos inventários de Sabará (século XVIII) uma diversidade de utensílios domésticos como leiteiras, sopeiras, pratos, chocolateiras, louças provenientes da Índia e da China (não é o nosso caso, não constatamos uma diversidade de tais utensílios). De acordo com a autora, isso se explica pelo fato de que nos 171 inventariados de Sabará analisados por ela, 29 indivíduos eram naturais de Portugal. Essa variedade aponta para uma propensão a recriar e interiorizar usos e costumes europeus no seio das famílias mineiras, numa tentativa de criar novamente o *modus vivendi* do além-mar.

Deparamo-nos com a seguinte situação quando analisamos os inventários sertanejos: de um lado, propriedades rurais, escravos, gado, inumeráveis utensílios rústicos etc. de outro lado, bens de luxo como sedas, tecidos escarlate, móveis de madeira nobre etc. (é bem verdade que estes últimos aparecem em pequenas quantidades e não muito frequentemente). Será que a presença de bens de luxo nos inventários é indício de que estava se iniciando um processo civilizatório?⁷ Ainda não temos uma resposta para essa indagação (nosso trabalho ainda segue em desenvolvimento).

No que diz respeito aos objetos de uso pessoal de José Alves Barreto, uma coisa nos chama a atenção: não existe nenhuma referência aos sapatos propriamente ditos, ou a botas (isto em todos os inventários analisados até o presente momento). Os sapatos só são percebidos por meio da referência a outros objetos como as fivelas, botões e meias de seda. Que interessante! Nenhuma citação ao sapato em si, mas a presença de meias fabricadas com

⁷ Sobre a noção de processo civilizatório, cf. ELIAS (1994).

tecido de luxo (seda). Não temos ainda uma explicação para isso. Essa situação também foi verificada por Macedo (2007:175) para a ribeira do Seridó.

Em se tratando da presença de bens que denotam fausto, Pereira (2011:343), considerou para o caso da Sabará setecentista que a circulação de bens de luxo como o vinho português, o algodão maltês, a seda indiana e outros, não ficou restrita as grandes praças mercantis do litoral.

Assim, variadas peças eram utilizadas no dia-a-dia por homens e mulheres que não cruzaram o Atlântico, mas podiam ter em suas mesas louças talheres, guardanapos dos quatro cantos do mundo português. Desse modo, a atividade comercial foi fundamental (nas Minas Gerais do século XVIII) também para a circulação dos bens desembarcados nos portos da América portuguesa (PEREIRA, 2011:343-344).

No caso do sertão da Paraíba, Paiva (2009, p. 37), fez menção das ligações mantidas pelas vilas sertanejas com as Capitânicas de Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e a própria Paraíba. A autora percebeu através da análise dos Mapas Econômicos e Populacionais produzidos entre 1798 e 1805 na capitania da Paraíba um afluxo de manufaturas e mercadorias diversificadas vindas pelos portos dessas capitânicas. Se produtos como tecidos finos, louças etc., afluíam para aí, afirma Paiva, é por que existia um mercado consumidor para eles. Em decorrência disso, as atividades sertanejas deveriam suscitar condições para comercializar e consumir esses bens.

A documentação que utilizamos (inventários) não descreve a proveniência dos bens arrolados, mas também aponta as ligações do sertão como outros espaços (Pernambuco, Bahia, Ceará, etc.). Por isso, aqui assinalamos apenas esses espaços como os locais por onde circulavam os bens presentes nos inventários, e nessa trajetória chegavam ao sertão paraibano. Mesmo não sabendo a origem de tais bens, não estranhamos a presença desses elementos nos inventários sertanejos, uma vez que o sertão não se encontrava isolado. A presença de objetos de luxo (ainda que numa pequena proporção) informa também que a distância geográfica entre o sertão e outros espaços não significou um obstáculo para que esses tipos de bens fizessem parte no cotidiano das famílias sertanejas.

Esporas e sela também constavam no rol de Bens de José Alves Barreto. Entre seus bens profissionais aparecem ainda, um tacho de cobre, utilizado para cozer os queijos de manteiga e doces, (MACEDO, 2006:182). Este autor lembrou que os objetos de metais eram

raros na colônia, pois, grande parte do ferro e do cobre eram fundidos na Europa e, portanto, dispendiosos em seu beneficiamento.

Como se explica então a constante presença de instrumentos fabricados de ferro e cobre, por exemplo, como os machados, enxadas, espingardas tachos e outros nos inventários sertanejos? Como eles chegavam ao sertão? Já tratamos acerca da comunicação das vilas do sertão com as capitanias de Ceará, Pernambuco e Rio Grande Norte. Essas ligações são responsáveis pela presença desses instrumentos nos sertões da Paraíba no período colonial, vindos (através dos portos dessa capitania) de outros espaços onde a atividade metalúrgica já tinha alcançado um maior grau de desenvolvimento.

Em meio aos espólios podemos encontrar também 05 cangalhas. Se as esporas e sela também aparecem, podemos inferir que o inventariado fazia uso constante de montarias, o que faz sentido, se levarmos em consideração o fato de que era possuidor de 38 cabeças de gado *cavalari* de toda a sorte, isto é incluíam bestas, poldros, cavalos etc. Um último aspecto: a espingarda de acordo com Koster (2003:130) era um item que fazia parte da indumentária de um homem do interior. Ela estava presente no patrimônio de José Alves Barreto. Certamente apresentava uma função de proteção pessoal.

Tivemos a oportunidade de perceber ao longo do texto como os inventários nos fornecem informações preciosas acerca da composição dos cabedais dos habitantes do sertão de Piranhas, portanto, os documentos são instrumentos preciosos na percepção do cotidiano daqueles indivíduos. Finalmente, temos a considerar que os legados apresentados nos inventários apontam para o predomínio das terras e gado como sendo os elementos principais que compunham as riquezas no sertão de Piranhas, no entanto, outros itens como os objetos de luxo também se fizeram presentes. A constatação de objetos suntuosos talvez indique o início de um processo civilizatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Vol. 1: as artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERNANDES, Irene Rodrigues & AMORIM, Laura Helena Baracuhy Amorim. *Atividades produtivas na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária, 1999.

FILHO, Milton Stanczyk. *Instrumentos de pesquisa: Indicadores possíveis na exploração de testamentos e inventários post-mortem*. In: Anais da V jornada setecentista, Curitiba, 2003. Disponível em: < <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/jornadas/v-jornada-setecentista-2003/>> acesso em: 07/11/2012.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 12 ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Fortaleza: ABC Editora, 2003.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas coloniais: elite e riqueza em Salvador 1760-1808*. São Paulo, USP, 1998, (Tese de Doutorado).

MACEDO, Muirakytan. *Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII)*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. (Tese de Doutorado).

MOTA, Antonia da Silva. *A dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na capitania do Maranhão*. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. (Tese de Doutorado).

PAIVA, Yamê Galdino. *Capitania da Paraíba: população e circuitos mercantis na virada para o século XIX*. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. (Monografia).

PESSOA, Ângelo Emílio. *“As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia d’Ávila – Família e propriedade no Nordeste colonial”*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, (Tese de Doutorado).

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita; Dias, Madalena Marques & BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein *et al. Paleografia e fontes do período colonial*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH / USP, 1986.

SILVA, Janice Correa da. & SILVA FILHO, Osmar Luiz da. *O avesso do Silêncio: as fontes documentais do Alto Sertão paraibano nos setecentos*. In: Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica: Diálogos interdisciplinares. I, 2009, Campina Grande. *Anais*. Campina Grande: UFCG, 2009, p. 1-8. CD – ROM.

INTERVENTORIA RUY CARNEIRO (1940-1945): DIFICULDADES E POSSIBILIDADES PARA UMA ANÁLISE TEÓRICA METODOLÓGICA

Jean Patrício da Silva

Objetivo principal deste artigo é identificar as dificuldades e possibilidades em abordar de forma teórico-metodológica o período intitulado Estado Novo, mais precisamente a Interventoria Ruy Carneiro (1940 – 1945). Igualmente, vamos explicar alguns pontos norteadores deste período, a exemplo das reformas administrativas, os direitos sociais, e o processo de "redemocratização" na Paraíba durante o período de 1940 - 1945.

INTRODUÇÃO:

Estudar o Estado Novo na Paraíba especificamente a Interventoria Ruy Carneiro surgiu à época em que fui monitor da disciplina História da Paraíba II na Universidade Federal da Paraíba. Ao longo da pesquisa bibliográfica, surgiram inúmeros problemas no sentido de não se ter um trabalho de cunho mais acadêmico que demonstrasse a dinâmica sócio – econômica do Estado à época¹. Diante dessas inquietações, resolvi por conta própria pesquisar mais sobre a temática. Ocorre que, diante das fontes consultadas, observei que vários temas poderiam ser estudados, a exemplo de questões concernentes a previdência social, racionalização da máquina pública, assistencialismo, populismo², emergência de sindicatos, e como se processou a desmontagem deste aparato governamental já no fim do Estado Novo. Ratificando tal premissa, minha dissertação intitulada A Construção de uma Nova Ordem: A Interventoria Ruy Carneiro no Estado da Paraíba (1940-1945) procura exatamente isso: trabalhar o Estado Paraibano a partir de algumas premissas, quais sejam: Crise

¹ Tal perspectiva já foi abordada de forma um tanto resumida nos seguintes trabalhos: “Populismo e Golpe de Estado na Paraíba 1945 – 1964” da professora Monique Cittadino, e “Nos tempos de Felix Araújo: Estado Novo, Guerra Mundial e Redemocratização (1937 – 1947)” do professor José Octavio de Arruda Mello.

² Em nossa interpretação, temos três correntes teóricas que abordam o tema a nível nacional e regional: a primeira de cunho mais “Clássico” tem como referencial a nível nacional os trabalhos: O populismo na Política Brasileira de Francisco Weffort, e a nível regional os trabalhos: “Populismo e Golpe de Estado na Paraíba 1945 – 1964” da professora Monique Cittadino e “Ruy Carneiro: uma pagina do Populismo no Nordeste” de José Octavio de Arruda Mello, publicado na revista do IHGB: Ano 164, n.418, p. 149 – 163, jan./mar.2003. A segunda, que trabalha com o termo trabalhismo, e tem no trabalho: “A invenção do Trabalhismo” de Ângela de Castro Gomes sua principal representante. Em nível regional, desconhecemos algum autor/autora que trabalhe tal temática. Por fim, temos uma terceira, que trabalha a temática do Assistencialismo. Em nível regional temos o trabalho de Jivago Correia Barbosa “Política e Assistencialismo na Paraíba”. O Governo José Américo de Almeida 1951 – 1956. (Dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba) (2011)

financeira, reforma do estado e mecanismos de centralização, políticas assistencialistas e atuação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) fundada em 1942 na Paraíba e que tinha como presidente de honra Alice Carneiro³, e processo de “redemocratização” com a desmontagem da máquina política do Estado Novo.

Muitos autores consideram a segunda metade da década de 30 como um período de grandes avanços administrativos e econômicos. O escritor Humberto Mello (1987, *apud* SYLVESTRE, 1993, p. 299) afirmou em um de seus trabalhos: “Administrativamente, a gestão de Argemiro foi extremamente profícua. Ele conseguiu passar à história como um dos maiores administradores do Estado”. Seguindo a mesma linha de pensamento o político e escritor Joacil de Brito Pereira (1947, *apud* SYLVESTRE, 1993, p. 299) afirmou: “Realizou uma obra de tal envergadura que definitivamente galgou os patamares da História como um dos mais dinâmicos governantes da Paraíba”.

Diante desse quadro econômico, o crescimento da máquina administrativa do Estado na segunda metade da década de 1930 atingiu um limite no ano de 1940. Investido no cargo de Interventor Federal em agosto de 1940, Ruy Carneiro recebe das mãos do seu antecessor a máquina Estatal totalmente comprometida. Com um orçamento em que a receita se mantinha instável, a folha comprometida desde a gestão anterior em 65% da arrecadação e 15% com pagamento de dívidas, o governo passou a adotar medidas visando a uma racionalização e contenção dos gastos públicos, iniciando uma reforma administrativa que redirecionou a máquina estatal. O primeiro passo neste sentido foi à publicação do decreto nº. 140 de 30/12/1940 que substituiu o antigo sistema de pessoal criando um quadro único de servidores do estado. (CARNEIRO, 1943, p.32)

No plano das relações de poder, a década de 40 marca no plano nacional o fortalecimento de uma política que vinha se desenvolvendo ao longo da década de 30, qual seja a implantação dos Direitos Sociais, como também suas singularidades no período estudado, qual seja o público e o privado na gestão pública e o assistencialismo em solo paraibano como política de estado.

Na Paraíba, a implantação de tal política de nítido caráter assistencialista neste momento de estagnação da máquina administrativa deve-se primordialmente a união de dois

³ Filha de Henrique de Almeida e Julia Ciprinano de Almeida. Nasceu em João pessoa a 27 de março de 1905. Primeira dama durante o mandato de seu marido entre os anos de 1940 a 1945. Instalou em 1942 a Legião Brasileira de Assistência (LBA) seção Paraíba, sendo sua presidente até 1945. Faleceu em 04 de Novembro de 1976 em Brasília, Distrito Federal. Informações obtidas em: CARNEIRO, Alice: “**Imagem da Mulher Paraibana a Serviço das Grandes Causas Sociais**”. Senado Federal, Centro Gráfico. Brasília, 1977.

fatores: institucionalização da assistência social, em parceria com a iniciativa privada e a instalação do núcleo estadual da legião brasileira de assistência (LBA) ligada diretamente ao Palácio do governo, (estes núcleos estavam instalados principalmente nas cidades de João Pessoa e Santa Rita, sendo presidida pela primeira dama Alice Carneiro) e Concentração de recursos em ações direcionadas à saúde capitaneada pelo irmão de Ruy Carneiro, José Janduhy Carneiro⁴.

Em relação à desmontagem da máquina do Estado Novo, e a transição de um regime de exceção para um “democrático”, o mesmo deve ser compreendido a partir de suas particularidades que apresentou características marcantes. Nossa intenção é demonstrar as singularidades do processo de “redemocratização na Paraíba”, visto da ótica do governo e do partido criado na Paraíba sob a direção de Ruy Carneiro (PSD), ou seja, pretendemos analisar de que forma o governo conduziu esse processo até a outorga da Constituição de 20 de Outubro de 1945.

Em síntese, sobre o período de 1940-1945, ainda não se conseguiu aprofundar a discussão sobre a reforma do estado empreendida e a mudança do eixo com a decadência do coronelismo e afirmação e particularidades dos Direitos Sociais no Estado, e se podemos afirmar se temos um movimento trabalhista no Estado? Como se processaram estas reformas e seus desdobramentos? E como se configuram as relações de poder estabelecidas entre a Interventoria de Ruy Carneiro (1940-1945) e as forças populares do estado, considerando o movimento político nacional? E de que forma se processou a desmontagem da máquina estatal e a transição para “democracia” com todos os desdobramentos políticos durante o ano de 1945? Estas são questões que constituem o propósito deste trabalho.

⁴ Ingressou na vida pública, por convite realizado por João Pessoa, para apoiar o grupo oposicionista em Pombal, liderado pelo coronel José Avelino de Queiroga. A situação era liderada pelo médico Dr. José Ferreira de Queiroga, chefe político tradicionalmente ligado ao coronel José Pereira. Realizadas as eleições municipais em 1929, logrou a oposição êxito no município. Com a vitória da Revolução, em Outubro de 1930, Janduhy foi nomeado, em 05 de outubro de 1930, prefeito de Pombal. Administrou o município até 1934. Logo após, realizou curso de saúde pública no Instituto Manguinhos, no Rio de Janeiro. Em 16 de Agosto de 1940, com a posse de seu irmão na Interventoria do Estado, foi convidado, em 1942, para estruturar e assumir a direção do Departamento de Saúde [cargo equivalente ao de Secretário de Saúde], posto que ocupa até 1945. Com a “redemocratização” de 1945, é um dos fundadores da legenda do Partido Social Democrático (PSD), sendo o presidente da agremiação, no estado. Eleito e reeleito deputado federal por várias legislaturas, destacou-se na Câmara dos Deputados como membro das comissões de saúde, orçamento e de tecnologia. Faleceu em João Pessoa, a 07 de julho de 1975, no exercício da atividade parlamentar. Dados obtidos na seguinte plaqueta de autoria do ex-deputado federal Antônio Carneiro Arnaud: **Janduhy Carneiro, o Médico e o Parlamentar:** Câmara dos Deputados, Brasília, 1983.

REFERENCIAL TEORICO:

Três assuntos serão utilizados neste trabalho, formando o seu referencial teórico: A “Nova” História Política, cultura política e a discussão acerca do Populismo e Trabalhismo. “Nova” história política em virtude dos debates que surgiram dentro da história nas últimas décadas. Cultura política devido à sofisticação que este conceito trouxe ao estudo do político, partidos, grupos sociais, etc.

A história política entrou em ostracismo a partir da crítica dos Annales. A política era tida por estes, como a história dos acontecimentos, que valorizava a particularidade e a parcialidade, ignorando as massas e a consciência social (JULLIARD, 1976, p 130). A partir das décadas de 1970 e 1980 a história política passou por renovações teóricas e metodológicas. A sociedade passou a fazer parte do vocabulário do político. Assim, outros agentes históricos passaram a ser visualizados. Para René Remond (1996, p. 26) a história política se diversifica passando a confluir com outras disciplinas trazendo a tona novos debates. Partidos, eleições, biografias, a mídia entre outras categorias transformaram a história política mais democrática. Assim, a política deixou de ser apenas uma narrativa de eventualidades para ser um mecanismo de discussão sobre a vida e a organização política na sociedade.

Já há alguns anos que a história política, anteriormente tão rejeitada e criticada, sobretudo nas colocações da Escola dos Annales e ao Marxismo, que a acusaram de ser factual, narrativa, vinculada ao positivismo, centrada nos grandes homens e voltada para os interesses sociais do Estado, tem mudado o seu perfil.

A história política pode ser compreendida como um redimensionamento do estudo em torno do poder leia-se poder político, relacionado com a renovação dos temas e das abordagens da disciplina histórica, renovação esta, que está atrelada ao Movimento dos *Annales*, que surge com a Revista *d’Histoire Économique et Soliale*, sob a direção de Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929. A partir deste momento, os historiadores passam a revisitar temas considerados tradicionais, sob novos olhares e perspectivas, se contrapondo a História Metódica, “dita positivista”, que vigorava na produção histórica até então.

No entanto, os estudos em torno da política, durante a Primeira e Segunda gerações não foram predominantes, uma vez que a ênfase especial dos estudos destas gerações se dava em torno do social e do econômico. É com a 3ª Geração que a História Política assume

novamente um lugar de evidência na produção historiográfica, se propondo a dialogar agora, com outras áreas das ciências sociais, como a Sociologia e a Antropologia. Além disto, toma cada vez mais corpo, neste campo do saber, a relação entre a história política e história cultural, uma vez que as discussões culturalistas passam a abarcar as práticas, representações, discursos, símbolos, além do corpo, das identidades, das emoções, dentre diversos outros temas.

A Nova História Política trouxe com si o conceito de cultura política. Originado pela Ciência Política na década de 1950, a cultura utilizada em seu conceito tinha sentido de erudição. Eles dividiram a cultura política em três níveis: a cultura política paroquial, cultura política da sujeição e cultura política participativa. A partir da década de 1990, a historiografia se apropriou deste conceito como ferramenta de trabalho. Para Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p.21), cultura política é o:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados para o futuro.

Nesta perspectiva, a cultura política é essencial para a pesquisa sobre história local. As famílias tradicionais que detêm o poder administrativo e, que escrevem “a história” dos municípios, não são os únicos agentes históricos. Pois ao tratar o local como “grupo humano”, o conceito de cultura política incluiu outros agentes sociais. Nenhuma família conseguiu chegar a “Chefia Suprema” sem a participação destes agentes históricos. A cultura política, como conceito, sofisticou as relações de dominação. Ela demonstra que pode haver negociação entre dominantes e dominados, o que não exclui a exploração de classes. Os dominados passam a serem sujeitos da própria história (GOMES, 2005, p.24). A experiência vivida pelos grupos criam espaços de expectativas que configuram a identidade social dos municípios.

Uma história local, escrita na perspectiva da cultura política, ajuda-nos a refletir sobre as deficiências da participação política por parte dos cidadãos. Pois ela demonstra que a população tem poder, baseado na experiência, de agir politicamente. A partir da análise biográfica e governamental de seus governantes, a população deve construir um discurso crítico das famílias que comandam seus locais. Assim, eles se virão como agentes históricos.

A relação entre cultura política e cultura histórica fica mais explícita na obra *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história* organizado por Martha

Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo. Neste livro contém também um artigo de Ângela de Castro Gomes (2007, p.48) que coloca a cultura política como:

Um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo trabalho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar.

Rodrigo Patto usa “leituras do passado” na sua conceituação de cultura política. Ângela de Castro Gomes sofisticou mais o conceito devido ao seu estudo sobre o trabalhismo no Estado Novo. A partir de políticas públicas, o Estado buscou construir uma identidade para o país, daí foi necessário construir um passado do qual a cultura histórica passou a ser uma “dimensão constitutiva e também estratégica da cultura política” (GOMES, 2007, 49).

Em relação à dinâmica social da Interventoria, e a discussão sobre o Populismo ou Trabalhismo, temos no momento três correntes teóricas que, procuram explicar tais perspectivas no contexto nacional e Paraibano.

Tais posicionamentos, ainda serão discutidos de forma mais ampla no corpo de nosso trabalho, levando ao final a conclusão se realmente temos uma política populista ou trabalhista no período ora estudado.

ASPECTOS METODOLÓGICOS E *CORPUS* DOCUMENTAL

Para a consecução deste trabalho pretendemos utilizar a pesquisa documental e bibliográfica.

Em relação às fontes documentais utilizadas, em especial os jornais, algumas considerações devem permear este estudo. Como fonte, o jornal era pouco utilizado até meados da década de 1960 como fonte para o conhecimento da história do Brasil. A historiografia referente à introdução e difusão da imprensa já contava com bibliografia significativa, com estas colocações podemos observar que neste período temos uma história da imprensa, e não uma história por meio dela.

Vários fatores explicam tal situação como bem nos ensina Tânia Regina de Luca:

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com o seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade (.....) Neste

contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presenteEm vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, *apud* PINSCK, 2005 p. 112) (10)

Com o passar dos anos, a objetividade do jornal não mais era discutida, a discussão estava relacionada ao uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionados e utilizados ao prazer do pesquisador. Daí o amplo rol de restrições que convidavam à prudência e faziam com que alguns só se dispusessem a correr riscos quando premidos pela falta absoluta de fontes, outros tomavam a imprensa como instância subordinada às classes dominantes.

Esta situação tendeu a mudar quando a professora Ana Maria de Almeida Camargo avaliou como estes desafios estavam sendo enfrentados na prática. Apesar do balanço pouco animador a autora defendeu com veemência as possibilidades ensejadas pelos jornais, a partir da análise dos trabalhos que até o final da década de 1960 haviam se valido de forma sistemática das fontes mencionadas nesta discussão, passando pelo pioneirismo de Gilberto Freyre, como também de autores formados segundo padrões acadêmicos como Leôncio Martins Rodrigues e Emília Viotti.

Entende-se que a utilização de jornais como suporte da pesquisa histórica tem muito a contribuir com a construção do saber histórico; se analisado de forma crítica seu conteúdo, na busca por ideias, projetos políticos e a influência do Estado. Os textos jornalísticos aliados à conjuntura político-social e a outras fontes documentais (Decretos e relatórios) podem seguramente fornecer as bases necessárias para uma pesquisa histórica consistente e rica em conteúdo.

Considerando ainda os trabalhos de História Política, pode-se observar, em outros estudos, que o jornal tem se configurado como fundamental na apreensão das discussões acerca dos momentos políticos, das ideologias e das nuances que o poder construiu no afã de se constituir como hegemônico. Assim, tivemos considerando que:

Jornais e revistas são empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (LUCA, IN. PINSCK, 2005.p.140)

Em relação à pesquisa documental pretendemos utilizar os textos publicados nos periódicos da Paraíba, entre os anos de 1940 e 1945, sendo o Jornal A União, órgão oficial do

Governo⁵ utilizado para a consecução de nosso trabalho, cuja coleção pode ser encontrada no Arquivo do Estado, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP. Sendo assim, temas como saúde, economia, departamento do serviço público, parte oficial e assuntos diversos da Interventoria, será objeto de nossa pesquisa.

Sobre o Jornal oficial, e importante ressaltar que sua escolha deriva, além de questões praticas, da própria conjuntura política a época, ou seja, a censura imposta aos meios de comunicação.

Dos Jornais diários, com circulação estadual que conhecemos atualmente (Correio da Paraíba, o Norte, A União, Diário da Borborema e Jornal da Paraíba) apenas dois existiam a época: O Norte⁶ e a União. O primeiro, fundado em 1908, tinha uma circulação bastante irregular, não circulando durante varias décadas, só retornando a sua circulação em 1952. Quanto a União, este circulou periodicamente durante toda a década de 1940, centralizando a época todas as publicações do governo a exemplo do Diário Oficial, e seção de expedientes onde constava a movimentação diária das petições e despachos do Interventor Federal.

Sua importância ao nosso trabalho deriva em grande parte desta “amplitude” de informações, que somadas às notícias e os artigos encontrados no corpo do periódico constituem a principal fonte de nosso trabalho.

Outros Jornais, a exemplo da “Imprensa” da Igreja Católica teve sua circulação suspensa em 1942, retornando em 1946.

Outras fontes que utilizamos em nosso estudo documentação oficial, vinculadas ao governo e constituídas por relatórios, Decretos, Anuários Estatísticos e alguns documentos manuscritos produzidos pelo gabinete da Interventoria atualmente depositados no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. Pela quantidade de informações, iremos utilizar a seleção de documentos, especificando as temáticas que pretendemos trabalhar neste estudo.

Outra fonte recém-incorporada ao nosso trabalho deriva do projeto intitulado “História Oral da Paraíba”, que teve como Coordenadora a Professora Maria Antônia Alonso,

⁵ O Jornal “A União” foi fundado em 1893, na gestão de Álvaro Machado, como órgão do partido republicano. Para maiores esclarecimentos sobre o “nascimento” deste periódico, o trabalho: Paraíba Imprensa e Vida (1826 – 1986), 2.ed. de Fatima Araújo poderá fornecer maiores informações.

⁶ Jornal fundado em 1908 pelos irmãos Órris e Oscar Soares. Em 1930, estava sob a dependência do senhor Januário Barreto. Tal periódico, ao longo do ano de 1930, fez forte oposição ao Presidente João Pessoa. Com a vitória da “revolução”, teve suas dependências depredadas incluindo as maquinas e equipamentos. Só voltou a circular cinco anos depois, em 1935, através de seu novo proprietário, o industrial Manuel Veloso Borges. Tais afirmações encontram-se disponíveis em: GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Centenário do Jornal “O Norte”**. In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Ano XCXIX – João Pessoa – Setembro 2007 – nº 40. Ed. Universitária da UFPB, 2008.

financiado pela Fundação Getúlio Vargas, e que durou de junho de 1978 a fevereiro de 1981. Com a conclusão das entrevistas, várias foram transcritas ou publicadas em livro. Destas, três merecem destaque em nosso trabalho: a de Ruy Carneiro, José Américo de Almeida e Samuel Duarte⁷.

As duas primeiras, encontram-se publicadas em forma de livro e no site do CPDOC. A de Samuel Duarte, ex - secretário do interior e justiça da Interventoria Ruy Carneiro, encontra-se disponível para consulta no arquivo do NDIHR. (núcleo de documentação e informação história regional) da Universidade Federal da Paraíba.

Em relação à pesquisa bibliográfica, que dará suporte ao contexto histórico Nacional e estadual iremos utilizar algumas bibliografias que são referência para o estudo. A bibliografia a ser utilizada divide-se em dois grupos. O primeiro é referente a estudos sobre a História do Brasil, que trazem passagens sobre o Estado Novo, dando ênfase a seus aspectos políticos e sociais. Podemos citar como exemplos os trabalhos: *Estado Novo: Novas Histórias de Maria Helena Rolim Capellato*; onde a autora aborda várias temáticas bastante recorrentes durante o período: Totalitarismo, controle dos meios de comunicação, propaganda política, novo prisma acerca do Estado Novo, etc. Outro estudo que merece destaque o trabalho da professora Ângela de Castro Gomes: *A Política Brasileira em Busca da Modernidade: Na fronteira entre o público e o privado*, onde a autora debate, dentre tantos temas, a questão do corporativismo durante o período estudado. Outro estudo de relevo é *Estado e Planejamento Econômico no Brasil* de Octavio Ianni. Deste estudo, iremos utilizar o segundo e terceiro, onde temáticas como a ação do poder público, a “redemocratização”, etc.

Por fim, temos o livro “*Saúde no Governo Vargas (1930-1945) dualidade institucional de um bem público*”, de Cristina M. Oliveira Fonseca, onde a construção e implementação de um modelo de saúde é estudado a nível nacional.

Em nível regional destacam-se os seguintes trabalhos: Monique Cittadino e Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva (2008), Oswaldo Trigueiro do Valle (1978), José Octavio de Arruda Mello (2003), Flavio Sátiro Fernandes (2009), Monique Cittadino (1998) e Josué Sylvestre (1993) cada um com contribuições sobre o período ora estudado.

⁷ Os livros e sites que nos referimos são os seguintes: CAMAGO. Aspásia; RAPOSO. Eduardo; FLAKSMAN. Sergio: *O Nordeste e a Política: Dialogo com José Américo de Almeida*: 1ª ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – Fundação Casa de José Américo, 1984; Paraíba Nomes do Século: A União, 2000, de Antônio Carneiro Arnaud; e CARNEIRO, Ruy: *Depoimento ao CPDOC*: Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1977. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/historiaoral/arq/Entrevista239.pdf> do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

REFERÊNCIAS:

- ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CAMAGO. Aspásia; RAPOSO. Eduardo; FLAKSMAN. Sergio: **O Nordeste e a Política: Dialogo com José Américo de Almeida:** 1ª ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV – Fundação Casa de José Américo, 1984.
- CARNEIRO, Ruy: **Depoimento ao CPDOC:** Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1977. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/historiaoral/arq/Entrevista239.pdf>
- CAPELLATO, Maria Helena Rolim. **Estado Novo: Novas Histórias: Historiografia em Perspectiva/Marcos Cesar de Freitas.** (org.) – 5. Ed. – São Paulo: Contexto, 2003.
- CITTADINO, Monique. SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Estado Novo na Paraíba: Aspectos Iniciais da Interventoria de Ruy Carneiro (1940 – 1945).** Historiografia em Diversidade: Ensaios de História e Ensino de História. Orgs. Monique Cittadino e Regina Célia Goncalves: Campina Grande: Ed. Universitária. UFCG, 2008.
- _____. **Populismo e golpe de estado na Paraíba (1945-1964).** João Pessoa: Idéia/Universitária/UFPB, 1998.
- FERNANDES, Flavio Sátiro. **História Constitucional da Paraíba. 2.ed.** João Pessoa: ED, Fórum, 2009.
- FONSECA, Cristina M. Oliveira: **Saúde no Governo Vargas (1930 – 1945): dualidade institucional de um bem público:** Rio de Janeiro, ed. FIOCRUZ, 2007.
- GOMES, Ângela de Castro. **A Política Brasileira em Busca da Modernidade: Na fronteira entre o público e o privado. História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea/** coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; Organizadora do volume Lilia Moritz Schwarcz. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998. – História da Vida Privada no Brasil, 4 ed. 1998.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1996.
- MELLO, José Octavio de Arruda: **Paraíba Nomes do Século Serie Histórica: Samuel Vital Duarte.** 1ª ed. João Pessoa: A União, 2000.
- _____. **Nos Tempos de Felix Araújo: Estado Novo, Guerra Mundial e Redemocratização (1937/47).** 1ª ed. João Pessoa: SEC – PB/IPHAEP, 2003.
- _____. **Ruy Carneiro: Uma pagina do Populismo brasileiro no nordeste.** Revista do IHGB: Ano 164, n.418, p. 149 – 163, jan./mar.2003.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na história: novos estudos.** Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes históricas:** São Paulo: Contexto, 2005.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Editora Contexto, v.15, n.30, p.9-22. 1995.

SYLVESTRE, Josué. **Da revolução de 30 a queda do Estado Novo - Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)**. Brasília: Senado Federal, 1993.

VALE, Oswaldo Trigueiro do: **O General Dutra e a Redemocratização de 45**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira S.A, 1978.

O TEMP(L)O DO REI: O MEMORIAL JACKSON DO PANDEIRO ENQUANTO ESPAÇO DE MEMÓRIA

*Lucilvana Ferreira Barros**

1- Introdução

[...] O fim de uma tradição de memória é o tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída [...](NORA, 1993: 12-13).

Ao entrarmos na cidade de Alagoa Grande/PB, no sentido João Pessoa-Alagoa Grande, a primeira imagem que contemplamos é um imenso pandeiro suspenso no ar, um pórtico em forma de instrumento musical circundado por uma placa próxima ao monumento, com os dizeres: "Alagoa Grande - Terra de Jackson do Pandeiro".

A imagem instaura uma memória musical para a cidade: é a terra da música, dos cocos e sambas, de um Rei. A imagem fabrica o visitante, fazendo-o ler/ouvir os sons de uma espacialidade (de) marcada pela música. Mas este jogo de imagens não existiu desde sempre. Os arquivos que vão desde as imagens e discursos veiculados pela mídia à construção de um memorial no centro da cidade, faz parte de um projeto mais amplo: territorializar na memória dos cidadãos o sentimento de orgulho pelo lugar (de) marcar em suas subjetividades os signos de reconhecimento, identificação com uma espacialidade arquitetadamente imersa em uma cultura musical, bem como legitimar perante os visitantes do município e seus habitantes o valor, respeito, e admiração que a cidade possui pela produção musical de um de seus filhos mais ilustres: Jackson do Pandeiro. É mais uma forma de (re) afirmação da identidade do lugar, que já vinha sendo trabalhada através das celebrações das datas, festividades e rituais cívicos.

Foi no interior desta rede de preocupações que se assistiu em dezembro de 2008 a inauguração do “Memorial Jackson do Pandeiro”, localizado na cidade de Alagoa Grande/PB. Organizado e financiado pela Prefeitura municipal, em parceria com o Ministério do Turismo, e com o apoio do jornalista e escritor Fernando Moura, o memorial biográfico¹, foi idealizado como arquivo de memórias, devendo eternizar em seu interior os fragmentos (discos, objetos, documentos, fotografias, vestuários, instrumentos musicais, entre outros elementos) de um “passado glorioso” tecido pela trajetória do cantor e compositor paraibano Jackson do Pandeiro.

Marco da ilusão de eternidade, o memorial foi idealizado a partir de uma missão: “parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentidos num mínimo de sinais” (NORA, 1993: 22), e assim, “disseminar o legado do rei do ritmo, para as gerações futuras²”, buscando através da tessitura desta memória legitimar uma identidade e um passado para o lugar (im) mortalizando as frestas da trajetória de um dos cidadãos cujos talentos musicais, segundo os organizadores do Memorial, teriam sido aprendidos ainda no solo do município.

A aceleração do mundo contemporâneo, atrelado à instantaneidade das pertencas culturais, impulsiona os sujeitos a habitarem o *não lugar* (AUGÉ, 1994), e vivenciarem forasteiramente uma ou outra forma de cultura, reafirmando a tese de que a mesma não pode ser compreendida como um elemento natural, autêntica e essencializada, de populações espacialmente circunscritas, visto que a contemporaneidade se configura como um mundo de cultura em movimento, de hibridizações, em que os sujeitos e objetos se desvincularam de suas localidades particulares para se reconfigurarem num espaço e tempo globais. De acordo com a antropóloga Marta Anico (2005: 72):

Observamos no mundo contemporâneo um crescente distanciamento e alheamento dos indivíduos em relação ao seu passado histórico, às suas raízes, origens, e especificidades culturais locais, produzindo sujeitos descentrados em busca de mecanismos e instrumentos de identificação e vinculações locais em contexto mundial. Esses elementos reforçam a sensação de ausência dos referentes identitários, estabilidade e continuidade, em face de uma ameaça de ruptura e de desaparecimento de

* Mestranda em História pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Campina Grande-PPGH/UFCG.

¹ De acordo com Ana Cláudia Brefe os museus biográficos são aqueles “voltados a exaltação e celebração da memória de um grande homem”. BREFE, Ana Cláudia Fonseca. (1997), “Museus históricos na França: entre a reflexão histórica e a identidade nacional”. Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, v. 5: 187-188.

² Dados institucionais do Memorial Jackson do Pandeiro. Memorial Jackson do Pandeiro, Alagoa Grande, PB. 2010.

recursos culturais, reais ou imaginários, produzindo um sentimento nostálgico em relação ao passado, abrindo o caminho ao desenvolvimento de uma indústria da nostalgia em que o passado é (re) inscrito, idealizado, romantizado, e não raras vezes, inventado, mediante processos que incluem, a exemplo de Alagoa Grande (grifos nossos), a patrimonialização da cultura.

A elaboração do Memorial Jackson do Pandeiro situou-se a partir deste propósito, de reafirmar a identificação e vinculação local, engendrando a configuração de um referente simbólico de filiação coletiva através da valorização de uma produção artística do lugar, a cultura musical, sendo gestada no município a imagem de Jackson do Pandeiro como “representante” dessa cultura, atribuindo-lhe um espaço de valorização, e patrimonialização de seus objetos, produção musical, etc., mitificando sua imagem, glorificando seus talentos, fabricando-o enquanto autoridade dessa cultura. É nesse sentido que tenho buscado analisar a escrita da história desse personagem no município, o movimento por meio do qual o artista foi sendo recortado, construído, dado a ver e ouvir pelos habitantes do município e visitantes do Memorial. Um mosaico de imagens e discursos que vem sendo gestada na cidade especialmente após o lançamento da biografia do músico em 2001³.

O final do século XX e início do XXI significaram, portanto, uma nova etapa na história de Jackson do Pandeiro, especialmente em sua cidade natal. Juntamente com as homenagens, celebrações, Biografia e o Memorial, assistiu-se o (re)avivamento de sua imagem, signos da glória e do sucesso construído nos anos dourados de sua carreira, estes retornavam por meio da narrativa, dos enunciados que como escritas colonizadoras (CERTEAU, 2001: 3-9) se apossavam do seu corpo, de suas memórias fazendo-o (re)torнар como artista-monumento, autoridade da música nordestina, como Rei, era a “*Eterna redescoberta de Jackson*” conforme assinala o Jornal da Paraíba no dia da inauguração do seu Memorial:

Alagoa Grande tem seu lugar nas cidades que deram contribuições a música Brasileira. Afinal, é a cidade natal de Jackson do Pandeiro, o ‘Rei do ritmo’, que agitou o Brasil com “Sebastiana”, “Chiclete com banana” e “Como tem Zé na Paraíba”. Agora, a terrinha inaugura sua principal homenagem ao filho famoso: o Memorial Jackson do Pandeiro (Rua Apolônio Zenaide, 687 Centro), que será inaugurado hoje às 16h. Discos, objetos, documentos, fotografias e roupas de apresentação estarão em permanente exposição no casarão de 1898, restaurado e adaptado. O Memorial também abrigará os restos mortais do artista, que será trasladado do Cemitério do Caju, no Rio

³ MOURA, Fernando; VICENTE, A. **Jackson do Pandeiro: o rei do ritmo**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

de Janeiro, para sua terra natal, 26 anos após o falecimento e as vésperas dos 90 anos de nascimento. Também será entregue um gigantesco pórtico em forma de pandeiro, instalado na entrada da cidade⁴. [...].

As narrativas que dele foram se apropriando se inscreveram enquanto marco na produção de sua identidade, pois na medida em que o seu corpo foi sendo tomado por palavras foi se delineando uma cartografia, um mapa da trajetória desse sujeito escrito para ser Rei. O resultado do trânsito dessas escritas colonizadoras que se apossaram do seu corpo foi a sua emergência no tempo presente como majestade do ritmo, autoridade da música nordestina. O Memorial é o lugar por excelência de afirmação dessa identidade, espaço legitimado para ser “*O Templo do Rei*”⁵, como está escrito na lápide que guarda seus restos mortais na entrada do Memorial:

[...] Aqui dorme Jackson do Pandeiro, eternizado ser regional, que tornou plural sua aldeia. Um brasileiro coroado, Rei do ritmo, majestade das sonoridades planetárias. Um vivente, brincante, sonhante. Nascido em 1919, filho de José Gomes e Flora Mourão, o intérprete, compositor e instrumentista volta ao seu berço natal para um descanso perene. Volta para casa, ao abraço dos seus⁶ [...].

A construção do Memorial Jackson do Pandeiro foi, portanto uma estratégia fundamental para a (re) criação do artista- monumento, imortalização do músico. Neste espaço configura-se uma trama de objetos expostos agenciando tempo e espaço que compõem uma narrativa material da biografia do artista. O Memorial, transfigurado em templo da memória, é instituído enquanto um “espaço fora do tempo, onde um arquivo geral de objetos, imagens e discursos, imune a corrosão da passagem do tempo e conservado num presente eterno, configura um projeto de organização e acumulação de todos os tempos” guardando para a eternidade, enquanto espaço heterotópico, a vida do músico⁷.

⁴ Eterna redescoberta de Jackson: Memorial dedicado ao “Rei do Ritmo” será inaugurado hoje em Alagoa Grande, reunindo importante acervo do músico e mantendo acesas as luzes sobre ele. Paraíba, 19 de dezembro de 2008.

⁵ O Templo do Rei: Jackson do Pandeiro ganha Memorial em Alagoa Grande, terra onde nasceu. O Norte, João Pessoa, 18/ 12/ 2008.

⁶ Lápide do túmulo onde estão contidos os restos mortais de Jackson do Pandeiro. Memorial Jackson do Pandeiro.

⁷ “As heterotopias são “uma espécie de contestação ao mesmo tempo mítico e real do espaço onde vivemos”, onde os homens se encontram em ruptura com o seu tempo tradicional. “São lugares que estão fora de todos os outros lugares”, ainda que tenham determinadas características e sejam localizáveis, adquirindo formas variáveis de acordo com a sociedade e o momento histórico. Foucault considera que os museus são exemplos de “heterotopias do tempo que se acumula ao infinito”, lugares onde se constitui e se eterniza uma espécie de arquivo geral para “guardar em um lugar todos os tempos, todas as épocas, todas as formas, todos os gostos, a

É a ostentação desta memória que se materializa no pórtico de entrada da cidade, no espaço do Memorial, na escuta diária das músicas do ritmista neste espaço, nas festividades anuais no município, nos projetos de “resgate” da cultura Jacksoniana, etc., é a produção de um aglomerado imagético e discursivo que multiplica no corpo da cidade espaços de celebração da memória, ou lugares de memória, onde o músico possa ser visto, referenciado, imortalizado, como afirma Nora (1993: 12-13):

[...] O fim de uma tradição de memória é o tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída [...] Os lugares de memória são antes de tudo restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade de uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processo verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade[...].

Assisti-se desta forma, a concretização desta memória dever, onde é preciso lembrar-se de se lembrar de Jackson, não é algo natural, espontâneo, mas algo construído, edificado, intencional, Jackson do Pandeiro vem ganhando nos últimos anos um lugar de símbolo cultural de Alagoa Grande porque em torno de seu corpo ocorre um trabalho de mediação, de conquista, de construção memorialística que o faz ser tomado a partir desta representação. Como afirma mais uma vez Nora (1993: 13):

[...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da

ideia de constituir um lugar de todos os tempos que esteja ele mesmo fora do tempo”. (FOUCAULT Apud DELGADO, 2003: 20).

história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva (NORA, 1993:13).

Assim, o movimento de (re) ativação cultural neste município vem se destacando nos últimos anos pela apropriação e projeção da cultura Jacksoniana, patrimonialização de sua imagem, de sua cultura musical. Este músico mesmo que tenha saído bem cedo de sua terra natal, e pouco faça referências a mesma, vem sendo tomado pelo poder público municipal como um emblema cultural deste espaço, um patrimônio local, um símbolo imerso na cultura deste espaço, um emblema cultural em vias de desaparecimento, visto que a poética da desestabilização cultural engendrada no contexto da globalização vem dessacralizando-o, silenciando-o, dotando-as de novos significados, de uma outra representação.

Instituindo-se dessa forma enquanto um templo do passado e santuário de memórias do músico, o Memorial por meio da guarda e exposição de seus objetos, ao longo dos anos vem transformando Jackson do Pandeiro em um patrimônio local, um símbolo cultural de Alagoa-grande, atribuindo-lhe visi e dizibilidade local, nunca o músico foi tão visto e ouvido em sua terra natal. Segundo Gonçalves (1996: 21) a constituição de um patrimônio relaciona-se a prática de colecionamento, onde um grupo de indivíduos restaura e preserva objetos com o propósito de expô-los para que sejam vistos e preencham as funções pedagógicas e políticas que lhe são atribuídas. Ainda de acordo com autor, “todo e qualquer grupo exerce algum tipo de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado “outro”. O resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um patrimônio”.

As práticas de exposição e colecionamentos de objetos emergem comumente como desafio de salvar uma gama de valores, instituições e objetos associados a uma “cultura”, “tradição”, “identidade” ou “memória” nacional em vias de desaparecimento. Os remanescentes do passado, assim como as diferenças entre culturas, tenderiam a ser apagadas e substituídas por um espaço marcado pela uniformidade. Esse processo é considerado de modo unívoco, reificadamente, sem que se leve em conta, de modo complementar, os processos inversos de permanências e recriação das diferenças em outros planos. O resultado desse imaginário é desenhar em enquadramento mítico para o processo histórico, que é equacionado, de modo absoluto, a destruição e homogeneização do passado e das culturas. (GONÇALVES, 1996: 22-23) Na medida em que esse processo é tomado como um dado, e que o presente é narrado como uma situação de perda progressiva estruturam-se e legitimam-

se aquelas práticas de colecionamento, restauração e preservação de “patrimônios culturais”, a exemplo do que vem ocorrendo nas últimas décadas com Jackson do Pandeiro, tanto em sua cidade natal Alagoa Grande, quanto na Paraíba, onde a sua musicalidade vem sendo tomada como símbolo de autenticidade, e originalidade da música nordestina.

Podemos observar esse movimento pela presença no Memorial de um conjunto “de banners contendo a ‘Vida e Obra do Rei do Ritmo’ composto por textos retirados da biografia “Jackson do Pandeiro o Rei do Ritmo” e 180 imagens com legendas, medindo 0,90 X 1, 50, que durante as festividades no município, em especial no mês de agosto, quando é comemorado o aniversário do ritmista, circulam nas escolas e ambientes públicos na Região⁸”, é uma das estratégias utilizadas pelo município para a legitimação da importância do músico. É um Memorial itinerante a levar para outros espaços, para além de Alagoa Grande, a vida e obra do “Rei” Jackson do Pandeiro.

Esse exercício de produção e gestão da memória é configurado por um discurso que propõe um resgate, da “essência” de uma história de vida por meio de uma exposição auto-significante e autoexplicativa. No entanto, tanto os banners quanto o acervo museológico é fruto de uma seleção material e simbólica, cujo interesse não é reproduzir toda “Vida e Obra” de Jackson do Pandeiro, mas enquadrar o passado dentro dos limites de uma biografia que se quer oficializar. A monumentalização perpetua algumas passagens da vida do músico, ao mesmo tempo em que apagam outras.

Para a montagem da exposição, determinados objetos, imagens e discursos são escolhidos como vestígios da memória e estabelecidos como documentos biográficos, cujo conjunto se propõe a narrar uma trajetória de vida. Em contrapartida, outros tantos objetos, imagens e discursos são descartados, silenciados, num trabalho de produção do esquecimento, tarefa em que implica em narrar comumente, passagens da vida do artista que ajudem a legitimar sua identidade de Rei, e preferencialmente aquelas que estabeleçam cada vez mais a sua vinculação a terra natal, seguindo o exemplo da mensagem contida na placa da entrada da cidade: “Alagoa Grande, terra de Jackson do Pandeiro”, é a materialização do projeto de construir e divulgar o jogo de imagens: “Aqui jaz um Rei”, “A esta terra pertence Jackson do Pandeiro”. Como podemos observar na narrativa contida no panfleto de divulgação do Memorial na época da inauguração, assinada pelo prefeito Hildon Régis Navarro Filho:

⁸ O Templo do Rei: Jackson do Pandeiro ganha Memorial em Alagoa Grande, terra onde nasceu. O Norte, João Pessoa, 18/ 12/ 2008.

A volta do filho pródigo

Quando Jackson do pandeiro, ainda menino, deixou Alagoa Grande para buscar seu devido lugar no mundo, a maioria de nós nem era nascida. Vagando na lembrança de alguns conterrâneos que tiveram o privilégio de conhecê-lo pessoalmente, o filho do oleiro José Gomes e da coquista Flora pairava sobre sua cidade como um mito distante e inacessível, quase uma lenda urbana. Até agora (grifos nossos).

Vencedor na arte que abraçou, o intérprete, compositor, e instrumentista, nascido no Engenho Tanques, as vésperas da passagem de seus 90 anos, retorna ao berço de sangue, para reverências e descanso eternos. Para ficar em casa (grifos nossos).

Ao entregar a Alagoa Grande, a Paraíba e ao Brasil este Memorial Jackson do Pandeiro, reunindo o maior- e único- acervo sobre a vida e obra do Rei do Ritmo, a Prefeitura de Alagoa Grande, em parceria com Ministério do Turismo, reestabelece um compromisso de honra com seu mais ilustre filho (grifos nossos). Espaço plural, imagina-se que a estrutura, os equipamentos e o material reunidos estimulem nos visitantes, além da preservação da memória do artista (grifos nossos), o prazer pelas artes, pelo conhecimento e pela história, ferramentas que podem alavancar cidadania, auto-estima e o desenvolvimento de qualquer lugar. Que seja aqui, então.

Jackson é do Brasil, mas mora em Alagoa em Grande (grifos nossos), no Brejo da Paraíba. Um chão de sementes férteis, cujas as raízes estão fincadas, definitivamente, no jardim da Música Popular Brasileira. Este é o nosso legado.⁹

Hildon Régis Navarro Filho
Prefeito de Alagoa Grande

Jackson do Pandeiro não apenas era tomado por sua terra natal, mas era fixado a este solo, tornava-se parte dele, era territorializado neste. De acordo com (GUATTARI e ROLNIK, 1986: 323) um território,

[...] Pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.

Ou seja, criar um território é se apropriar, material e simbolicamente, das diversas dimensões de um corpo, é torná-lo espaço de investimento, de apropriação, de conquista. Segundo Albuquerque Júnior (2007: 08) o homem caracteriza-se desde cedo por ser um animal territorial. Sua relação com a terra se dá pelo apossamento, pelo domínio, pela emissão de sentidos, mesmo que provisórios.

⁹ Texto contido no folder de inauguração do Memorial Jackson do Pandeiro, dezembro de 2008.

Assim, o movimento de territorialização que Alagoa Grande vem desenvolvendo nos últimos anos manifesta-se como reação a poética da desestabilização cultural engendrada no final do século XX e início do século XXI. Tornando-se o artista o próprio território de investimento do qual a cidade se apropria, um corpo colonizado, fixado ao município, bem como se faz do espaço do Memorial e cidadão também o território de fixação do artista. Alagoa Grande tática e sutilmente vem tornando-se a “A terra de Jackson do Pandeiro”. A colonização de sua imagem se dá por meio dos feixes de imagens e discursos, que a exemplo do folder de divulgação do memorial citado acima, habilmente vão fixando sua imagem ao solo do lugar, ou seja, a imagem do “filho pródigo” que mesmo tendo afirmado em 1972 no programa MPB Especial da TV Cultura não ter o desejo de voltar a Alagoa Grande, é fixado nesta terra, sendo re-territorializado neste solo, em seu “berço de sangue”, voltando “para os seus”, para seu lugar de origem, sua terra natal.

1.1- Arquetando o Temp(1) do Rei

O projeto do Memorial Jackson do Pandeiro ao que tudo indica, emergiu no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 como um plano de cunho memorialístico e ao mesmo tempo turístico para a cidade de Alagoa Grande/ PB. De acordo com alguns cidadãos do município o projeto foi desenvolvido com o apoio dos jornalistas Fernando Moura e Antônio Vicente, no interior da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Alagoa Grande durante a administração do Prefeito Hildon Régis Navarro Filho (2002- 2008). Esta teria conseguido junto ao Ministério de Turismo- (MTur) através do Programa Turismo no Brasil o financiamento necessário para a construção do Memorial.

Para a recepção do acervo, após a compra do jornalista Fernando Moura foi escolhido no espaço da cidade um casarão antigo de 1898, restaurado e adaptado para a guarda das peças do artista. Este espaço que outrora teria sido uma das primeiras prefeituras da cidade, uma construção de 1898, consiste em um prédio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba- IPHAEP, sendo necessário dessa forma na época da reforma, a autorização, e o laudo técnico do órgão¹⁰ para que nesse espaço pudesse funcionar o Memorial. No entanto, mais do que o valor histórico e arquitetônico do prédio, é como o memorial do artista- monumento que a antiga construção é singularizada no conjunto do patrimônio Alagoa-grandense. Não obstante, o amálgama entre o músico e o prédio é

¹⁰ Ofício nº 34/2008; LAUDO TÉCNICO- PROCESSO 0018/ 2008; Ofício Adm. N. 0070/ 08/ IPHAEP.

muito mais complexo, pois constitui um dos mecanismos fundamentais no processo de monumentalização de Jackson: A lagoa Grande transformou a sua antiga prefeitura em um templo de memória de seu “mais ilustre filho”.

Para que o projeto de implantação do Memorial fosse aprovado também foi necessário junto ao Ministério do Turismo (MTur) e a Caixa Econômica Federal a legitimação da importância que o novo espaço teria para a cidade, sendo construída nesse sentido por parte da administração local o argumento de que o Memorial atrairia grande quantidade de turistas para o município, ajudando a cidade a recuperar-se economicamente após o rompimento da barragem de Camará ocorrido 17 de junho de 2004. Como podemos observar nos dados institucionais do Memorial:

[...] Aliado aos aspectos memorialísticos, integrados por indissolúveis componentes históricos e culturais, o projeto do Memorial Jackson do Pandeiro traz em sua essência um nítido apelo turístico, ampliando as possibilidades sócio-econômicas do município, que vai, aos poucos, recuperando a capacidade produtiva, após a tragédia de Camará, ocorrida em 2004. O turismo cultural é uma das saídas para o desenvolvimento do município de Alagoa Grande, visto que sob o ponto de vista cultural e artístico nossa terra é amplamente agraciada, com figuras ilustres, como Margarida Maria Alves, Oswaldo Trigueiro, além de casarões históricos e o quilombo de Caiana. Visitar Alagoa Grande e o Memorial Jackson do Pandeiro é fazer parte de uma história que jamais será esquecida: a história do Ritmo¹¹!

Assim, o Memorial foi planejado no sentido de guardar em seu interior os signos memorialísticos da trajetória de Jackson, (re) territorializando-o em sua cidade natal, bem como projetando a cidade turisticamente a partir desta memória, desta vinculação do músico a este espaço, transformando a sua imagem no cartão postal da mesma.

O Memorial Jackson do Pandeiro emerge como espaço turístico e memorial de Alagoa Grande no dia 19 de dezembro de 2008, valendo-se da estratégica localização do prédio situado no centro da cidade, tornando-se como afirma Nora (NORA, 1993: 26), um lugar topográfico da memória, “que deve tudo a sua localização exata e a seu enraizamento no solo”. Construído como um templo da memória de um homem que foi transformado em monumento, símbolo da identidade cultural deste município. O memorial foi objetivado pelos discursos enquanto um conjunto de práticas que promoviam a construção, preservação e

¹¹ Dados institucionais do Memorial Jackson do Pandeiro. Memorial Jackson do Pandeiro, Alagoa Grande, PB. 2010.

divulgação da memória de Jackson como mecanismo do processo de gestão da memória coletiva.

As práticas de evocação e celebração da memória do músico tornaram-se também expressivas pela própria configuração física do Memorial onde a arquitetura de sua exposição manipulam o tempo, desafiando-o, de forma que o passado se transfigure num imperecível presente, reinventando constantemente o monumento e perpetuando-o para o futuro. Atrelado a este aglomerado imagético e discursivo presente no memorial para produção do músico, vale também ressaltar os folder de divulgação do Memorial, distribuído no dia de sua inauguração. Composto por um conjunto de textos e imagens, adornado por uma minibiografia escrita pelo biógrafo, Fernando Moura, o folder exalta o ritmista atribuindo-lhe a nomenclatura de Identidade Nacional, epíteto ressaltado em outros espaços de divulgação do músico na busca de legitimar sua importância, sua contribuição para campo musical brasileiro, fixando-o mais uma vez nesta representação de enunciador da música nacional. No verso do folder podemos também observar a trama de interesses de projeção do município por meio da imagem do ritmista, pois atrelado aos slogans da cidade, do Ministério do Turismo, e do Memorial, encontramos em relevo as imagens do pórtico da entrada da cidade e da placa contida pelo discurso “TERRA DE JACKSON DO PANDEIRO”.



Frente e verso do folder de divulgação do Memorial Jackson do Pandeiro.

Além da exposição museológica o memorial também se posiciona enquanto máquina de territorialização e monumentalização de Jackson pela presença em seu espaço dos restos mortais do músico. Chegando as pressas, às vésperas da inauguração do Memorial, os restos mortais de Jackson do Pandeiro foram trasladados do Cemitério do Caju, no Rio de Janeiro, para sua terra natal, 26 anos após o seu falecimento e às vésperas dos 90 anos de nascimento.

Este foi conduzido para sua terra natal para ocupar um trono, um espaço de celebração de suas memórias, seu Memorial. Assim, o conjunto de imagens e discursos distribuídos no corpo do Memorial, atrelados as festividades anuais realizadas em homenagem ao músico, constitui uma característica fundamental na estratégia de “vigilância comemorativa” empreendida pelo município para a imortalização do artista. Refletindo com Delgado (2003: 38) sobre o sentido da expressão “vigilância comemorativa” utilizada por Pierre Nora para designar uma das funções dos lugares da memória, compreendemos o trabalho realizado pelo município, com suas atividades em prol da memória do músico, e o Memorial: “vigilância” está definida no Dicionário Aurélio como *“zelo, diligência”*, entendida como ação de *“administrar diligentemente; tomar conta de (algo) com o máximo cuidado e interesse”* e comemorar significa *“trazer a memória; fazer recordar; lembrar ou ainda solenizar, recordando”*. Portanto, a cidade, com seus trabalhos e o Memorial, não apenas produzem e preservam a memória material de Jackson, mas também (o) engendram incessantemente, com as práticas de comemoração, determinados significados simbólicos para o monumento.

Após a inauguração do Memorial em 2008, a cidade passou a promover uma grade de eventos anuais em homenagem a Jackson. Dentre estes vale ressaltar a rota cultural “Caminhos do Frio”, realizada entre os meses de julho e setembro em algumas cidades do Brejo paraibano, tais como: Bananeiras; Serraria; Pilões; Areia; Alagoa Grande e Alagoa Nova. O “Caminhos do Frio” é um evento promovido pelo Fórum Regional do Turismo Sustentável do Brejo Paraibano, em parceria com Banco do Nordeste, SEBRAE-PB e Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Cultura; apoio das prefeituras municipais participantes e divulgação nacional por parte da PBTur. Este evento surgiu em 2005, quando da realização do “I Seminário de Regionalização do Turismo do Brejo Paraibano”, com a participação de grande parte dos municípios da região. Na ocasião, foi apresentada a ideia de um roteiro turístico cultural para a região, norteado pelas diretrizes de regionalização do turismo. Segundo a atual presidente do Fórum, Vânia Ferreira, o mesmo tem como objetivo principal “promover o desenvolvimento da cadeia produtiva e do turismo da região, divulgando o frio nordestino, interiorizando o turismo e valorizando a cultura da região¹²”.

Durante o evento cada cidade envolvida na rota projeta-se por meio dos elementos sócio- econômicos e culturais que consideram como representantes de cada espaço, a saber:

¹² <http://www.paraiba.pb.gov.br/54739/mais-do-que-sol-e-mar-caminhos-do-frio-diversifica-turismo-paraibano.html> Acesso em 22 de janeiro de 2012.

Bananeiras - *Aventuras e Arte na Serra*; Serraria - *Natureza, Seresta e Engenhos*; Pilões - *Festa das Flores, Banana e Artes*; Areia: *Frio, Cachaça e Arte*; **Alagoa Grande - *Festival de Artes Populares Jackson do Padeiro***; Alagoa Nova - *Festa da Civilização do Açúcar*. Como podemos observar desde que a cidade de Alagoa Grande aderiu ao evento, em 2009, que vem projetando-se por meio da imagem de Jackson do Pandeiro. Este Festival que ocorre geralmente no mês de agosto, ocasião que coincide com o período do aniversário de Jackson, é realizado por meio da Secretaria de Cultura do município, com uma série de eventos culturais que buscam trazer visibilidade e turismo para o município.

Em 2009, quando houve a realização do primeiro Festival na cidade, comemorava-se também o aniversário de 90 anos de Jackson do Pandeiro, um evento que se tornou um marco na produção memorialística de Jackson neste município. Tomando o nome do ritmista como elemento identificador do evento, o município por meio dos diversos canais de divulgação (sites, jornais, reportagens, etc) promoviam tática e silenciosamente o entrelaçamento entre a preservação da memória de Jackson e a divulgação da cultura local. Um evento que ao mesmo tempo em que evoca seu personagem central, o artista monumento de sua cultura, decreta também o seu marco biográfico como uma celebração pública, “*numa espiral do coletivo e do individual*” *própria dos lugares de memória*” (NORA, 1993: 22).

Assistiu-se, portanto em Alagoa Grande a invenção de uma nova tradição (HOBBSAWM, 2002) no calendário anual das festividades do município, institucionalização de uma nova prática cultural, que pela sua repetição ordenada engendrava-se enquanto hábito. De acordo com Hobsbawm (2002: 12), a expressão “invenção das tradições” inclui tanto as tradições propriamente inventadas e institucionalizadas, quanto àquelas que surgem repentinamente e da mesma forma se estabelecem, permanecendo tal como as outras, como se sua origem fosse remota, ainda que durem relativamente pouco. Esse conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica teriam por objetivo incorporar determinados valores e comportamentos definidos por meio da repetição em um processo de “continuidade em relação ao passado”, via de regra, um passado histórico apropriado. No caso de Alagoa Grande o passado histórico apropriado é a vida e obra de Jackson do Pandeiro, sua imagem, sua cultura musical, tomados como pertencentes a este espaço. Como podemos observar no texto de apresentação do folder de divulgação, assinado pelo prefeito municipal, do I Festival de Artes Jackson do Pandeiro:

Jackson do Pandeiro, o mais importante ritmista brasileiro, em todos os tempos, tem despertado mais comentários e idolatria que audição e estudos, desde seu último disco, “Isso É Que É Forró”, lançado em 1981. Falecido em 10 de julho de 1982, José Gomes Filho, o rei do ritmo, o gênio de Alagoa Grande, na Paraíba, um dos pilares da música popular brasileira da década de 1950 para cá, ainda tem sua rica e vasta obra restrita às lembranças de quem vivenciou seu período áureo ou esquecidas, empoeiradas prateleiras de solitários e escassos colecionadores. Há coisa de uns 10 anos, a curiosidade em torno do músico e sua vasta e consciente obra vêm ganhando contornos de perpetuação. Por isso para comemorarmos a altura que esse ilustre Alagoa-grandense merece, iremos festejar os seus 90 anos de existência com a realização do I FESTIVAL DE ARTES JACKSON DO PANDEIRO¹³.

Assim, com este propósito de estimular a produção discursiva em torno do Artista-monumento, a cidade institui o evento como uma forma de manipular o tempo, de fazer com que a história do ritmista se transfigure num imperecível presente, reinventando constantemente o artista e perpetuando-o para o futuro. As homenagens, celebrações, ritualizações realizadas ao longo da festividade atribuindo-lhe visibilidade instituem uma forma de inscrição do artista que não apenas o engendra na memória das pessoas, mas o imortaliza. O festival torna-se desta forma, muito mais que uma homenagem a Jackson, mas um ritual de rememoração do artista, um lugar de memória. (NORA, 1993).

Dessa forma a cidade vai estabelecendo rituais simbólicos cíclicos de evocação e celebração da memória de Jackson, agenciando a produção contínua de novos discursos textuais e iconográficos, reafirmando o culto à pessoa símbolo de sua cultura, e instituindo uma memória biográfica oficial que se reafirma pela ligação de Jackson a este município produzindo-se assim, um passado harmonioso que joga para a zona do esquecimento os momentos biográficos de tensões e conflitos, a exemplo da trágica saída de Jackson com sua família desta cidade no final dos anos 1930 e os sofrimentos vividos após a morte do pai, que delinearam situações dolorosas e provocaram o exílio voluntário do músico deste município pelo resto da vida. Armaguras e ressentimentos que são silenciadas, fazendo-nos compreender que subsiste na cidade de Alagoa Grande uma memória dissidente e subterrânea que também constrói uma biografia do Artista-monumento, trabalhando outros eixos de ressignificação do passado, emergindo como um importante agente da batalha de memórias (DELGADO, 2003: 47).

¹³ Texto de apresentação do folder de divulgação do I Festival de Artes Jackson do Pandeiro, 2009.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.

ANICO, Marta. **A Pós- Modernização da cultura**: patrimônio e museus na contemporaneidade. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23: 71-86, jan/ jun 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Economia Escriturística**. In: **A Invenção do Cotidiano**. 1- Artes de Fazer. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2002: 221-246.

_____. **A Escrita da História**. 2ª Ed. Rio Janeiro: Forense – Universitária. 2002.

DELGADO, Andrea Ferreira. **A invenção de Cora Carolina na batalha de memórias**. Campinas/SP: Tese de doutorado, UNICAMP – IFCH, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. (1996), **A Retórica da Perda**: os Discursos do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, MinC/ IPHAN.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografia do desejo. 2º Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

HOBBSAWM, Eric J. **Introdução**: A invenção das tradições”. in **A Invenção das Tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

LE GOFF, Jacques. (1984), **“Documento/monumento”**. Memória-História. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda (Enciclopédia Einaudi, vol. 1): 95-106.

MOURA, Fernando; VICENTE, A. **Jackson do Pandeiro: o rei do ritmo**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

NORA, Pierre. **Entre história e memória**: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, 1993: 7-28.

ENTRE A MONARQUIA E A REPÚBLICA: A ESCRITA DA HISTÓRIA ASSUENSE

*Roberg Januário dos Santos**

Introdução

Como parte de um projeto político de consolidação do poder imperial no Brasil, a Monarquia brasileira desencadeou esforços no sentido de constituição de uma identidade nacional. Neste contexto, a narrativa histórica torna-se recurso imprescindível na construção da nação, uma vez que traceja uma escrita exaltando as riquezas do país, suas delimitações

geográficas e a fixação de uma memória sagrada (GUIMARÃES,1988). Desse modo, esse projeto nacional, guardado as devidas circunstâncias históricas, foi continuado na República, oportunidade em que a invenção da Nação (SANDES, 2000) persistiu, sendo dessa feita intercambiada entre recursos republicanos e monárquicos.

Nesse sentido, este trabalho busca problematizar a escrita da história da cidade do Assú/RN¹ capitaneada por três escritores/ “historiadores” vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio do Grande do Norte - IHGRN e Academia de Letras do Rio Grande do Norte que produziram textos de cunho histórico/memorialísticos na década de 1920. Nossa análise da historiografia local toma por base as seguintes obras: *Noções sobre a História e Geografia do Município do Assú* (1921), de autoria de Antônio Fagundes; *Municípios do Rio Grande do Norte* (1929), seção Assú, escrita por de Nestor Lima e *O Município de Assu* (1929), obra composta por Pedro Amorim.

Além disso, tomamos como alicerce teórico desse trabalho as discussões em torno da análise da escrita da história operando assim por meio do pensamento de Michel de Certeau, perscrutando suas contribuições naquilo que possibilita problematizar a produção do espaço (assuense) através dos discursos de cunho historiográfico que visam a produção de identidade.

Interrogaremos esta produção historiográfica procurando investigar como ela se presta, em parte, a uma construção identitária do espaço assuense, haja vista que partindo da aproximação história e espaço, particularmente da ideia de descortinamento da produção das espacialidades, considero que a fabricação de identidade (s) serve como suporte para a construção de espaços, estes entendidos aqui como invenções humanas localizadas em dado momento e determinada época cujas condições que os produzem emergem das práticas discursivas e não-discursivas vinculadas a lugares de produção e voltadas para produção de paisagem. O espaço de acordo com Michel de Certeau (2011a) é um lugar praticado, ou seja, é um lugar movimentado, subjetivado, inscrito, projetado, imaginado e sonhado. Ele é o resultado da modificação ocasionada no lugar, é fruto da interferência humana no território. Assim, o espaço está no âmbito da relação e não necessariamente da localização e extensão.

* Mestrando em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

¹ Assú localiza-se na área sertaneja do Estado do Rio Grande do Norte.

Compreendendo em linhas gerais a concepção de espaço, devemos elencar que as identidades são substanciais para a produção destes, pois as identidades enquanto formas de pertencimento e reconhecimento de uma dada situação de apego são

[...] construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2009: 109).

Assim, as identidades devem ser entendidas como marcas muito mais da diferença e da exclusão do que de uma unidade idêntica e natural, elas devem ser problematizadas a luz das desnaturalizações, pois tal procedimento implica mostrar o avesso das verdades cristalizadas e dos poderes ocultos. A(s) identidade(s) proposta nas linhas da escrita da história deve ser interrogada, pois a narrativa historiográfica é a narrativa de um poder, ou melhor, é uma narrativa possuidora de poder que tangencia rumo a um passado e que em muitos casos torna-se um movimento de fuga de uma sociedade, haja vista que é lá que se encontram as origens, tradições e influências. Esse poder deve ser pensado levando em conta a constituição da operação historiográfica, notadamente (de)marcada por uma articulação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita (CERTEAU, 1997). Por isso, este tipo de operação deve ser analisada por meio das modalidades enunciativas que concede, pois “[...] a encenação de uma efetividade (do passado), ou seja, o próprio discurso historiográfico, oculta o sistema social e técnico que a produz, isto é, a instituição profissional” (CERTEAU, 2011b: 46). É por este viés que penso a escrita da história assuense.

Ainda devo salientar que estas obras da escrita da história assuense na década de 1920, já citadas acima, além protagonizarem a insurgência de um arquivo histórico e memorialístico para o Assú, ou seja, um saber construtor desse espaço, elas também dizem respeito à questão do poder, este entendido aqui não como tradutor de sistemas de dominação, mas como aquilo pelo que se luta, pois corresponde a produções sobre dizer e fazer um espaço, operação pela qual se constrói discursivamente uma cidade. Assim, estes autores e intelectuais por meio de práticas advindas de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - IHGRN, entre outros, ao elaborarem suas obras também agiram pelo poder da dizibilidade, da visibilidade e da demarcação de um lugar de fala em relação ao Assú.

1 - A produção da história do espaço assuense e suas vinculações com o projeto historiográfico do IHGB/IHGRN

Uma reflexão sobre a história é pertinente quando a prática histórica torna-se o lugar de um questionamento.

Michel de Certeau (2011b: 163)

As obras da escrita da história assuense da segunda década do século XX possuem seus espaços de produção definidos e estiveram envoltas em princípios norteadores de certa operação historiográfica pertinente a segunda metade do século XIX e início do XX. As narrativas da história assuense da década de 1920 (novecentos) apresentam traços e características de um discurso histórico aos moldes do projeto historiográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no oitocentos, Assim, em um primeiro momento, conforme Diehl

Num quadro amplo, o conhecimento histórico e a historiografia brasileira são, até pelo menos o final da década de 1920 deste século, basicamente os mesmos dos verificados durante o século XIX. Essa historiografia guarda as mesmas limitações tradicionais e, no conjunto, sequer, muitas vezes, toma conhecimento do progresso das ciências sociais no final do século XIX (DIEHL, 1998: 141)

Conforme esses apontamentos de Diehl, boa parte da historiografia da década de 1920 esteve pautada nos ensinamentos de escrita propulsada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de modo que em alguns espaços de produção histórica, particularmente em âmbito estadual, as discussões sobre o saber histórico e suas relações com as ciências sociais emergentes eram praticamente desconhecidas. Corroborando com Diehl, Reis (2007: 25) adverte que “até 1931 – 1933, o IHGB exercerá uma grande influência e será o único centro de estudos históricos do Brasil”.

Nas províncias e posteriormente nos Estados, a produção histórica ficou a cargo dos intelectuais dos institutos históricos estaduais e dos letrados que buscavam corroborar com a construção da identidade nacional. Nossos autores da história assuense aí se encaixam, uma vez que Antônio Gomes da Rocha Fagundes militou na área de ensino, pois mesmo não sendo assuense de nascimento em função de ter nascido em 1896 no município de Canguaretama/RN, este escritor e educador mediante a sua profissão docente veio morar em Assú onde dirigiu e lecionou no Grupo Escola Tenente Coronel José Correia entre a segunda e a terceira década do século XX. Todo esse contexto influenciou para que este intelectual viesse a escrever uma história assuense de viés patriótico, até porque sua área de atuação: o magistério

era um dos setores em que mais se aviltava o sentimento nacional, haja vista a tarefa pedagógica que os espaços escolares possuíam em ensinar o “verdadeiro” conhecimento do país, além do mais, entre as disciplinas que Antônio Fagundes costumava lecionar estava a de Civismo.

Já Nestor dos Santos Lima escreveu sua obra: *Municípios do Rio Grande do Norte* sobre as balizas institucionais do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN, este fundado em 1902. *Municípios do Rio Grande do Norte* tornou-se uma grande coletânea sobre a história de vários municípios potiguares, parte da obra destina-se a história do Assú (1929). Nascido em Assú em 1887, advindo da família Santos Lima, Nestor Lima era filho do Coronel Galdino dos Santos Lima e de D. Ana dos Santos Lima. Este escritor teve trajetória de vida parecida com a de outros intelectuais assuenses, uma vez que logo deixou sua terra Natal para formação e desempenho de suas atividades profissionais em cidades de maior porte. Desse modo, após curso preparatório no Atheneu Norte Rio-Grandense, ele seguiu a tradição dos bacharéis ao forma-se em Direito pela Faculdade do Recife em 1909. Logo após militou no setor de ensino e na produção cultural do Estado, oportunidade em que pertenceu ao IHGRN e Academia de Letras Norte Riograndense.

O último dos autores aqui citados é Pedro Soares de Araújo Amorim, nascido em Assú em 1880, membro da tradicional família Amorim, uma das estirpes familiares do município com predisposições para o mundo das letras e da política. Dr. Pedro Amorim, assim como ficou conhecido em Assú e região, diplomou-se em Medina na Bahia em 1903 passando a exercer a profissão nas próprias circunvizinhanças do Assú, neste último ele se fez representante político, oportunidade em que por várias vezes foi prefeito do município, além de ter se eleito deputado. Após a morte de seu pai, Pedro Soares de Amorim, Dr. Pedro Amorim seguiu a função intelectual que o mesmo ocupava, por sua vez, passando a ser, por volta de 1915, correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, conforme está registrado em publicação dessa instituição (REVISTA DO IHGRN, 1915?). Assim, embora sua obra *O Município de Assú* (1929), tenha sido elaborada em formato de monografia para ser apresentada em um congresso econômico do Estado à época, seu conteúdo reflete além do ideário político, o que já diz acerca da postura historiográfica do autor, os postulados do projeto histórico do IHGB ao qual o IHGRN estava vinculado.

Desse modo, em linhas gerais, as três obras aqui listadas como responsáveis pela emergência de um arquivo histórico/memorialístico acerca do Assú convergem quanto à perspectiva histórica e geográfica delineada pelo projeto formulado pelo IHGB, daí é recorrente em ambos os trabalhos a apresentação de um histórico do município de caráter continuísta, ou seja, protagoniza-se uma exposição de acontecimentos que somados denotam a evolução da cidade, principalmente no concerne ao período de formação das primeiras instâncias administrativas e jurídicas com destaque para a fundação dos arraiais, da freguesia, da vila (Nova da Princesa), a comarca e a cidade. Também se registra que cada obra destina-se a apresentar certa corografia assuense, há assim uma descrição de rios, lagoas, climas, serras, serrotes, riquezas animais e vegetais, lugares e povoações constituintes da paisagem do município, além de extensões e limites. Vale destacar que a narrativa de tons patrióticos é assumida com mais ênfase por Antônio Fagundes em *Noções sobre a História e Geografia do Município do Assú* (1921).

Devemos atentar para a operação historiográfica praticada por esses três autores, pois ela nos esclarece quanto a determinadas regras de seus enunciados. Assim, devo adiantar que a produção das três obras discutidas aqui se situa entre a concepção de história enquanto mestra da vida e a busca da verdade histórica moderna, algo típico da historiografia do IHGB no período. Essa postura pode ser entendida como uma prática de escrita que deve ensinar e direcionar o presente e o futuro por meio dos eventos passados ancorando-se numa base documental geralmente situada em arquivos canonizados, como o próprio arquivo do Instituto do IHGRN. Assim, os “fatos” históricos seriam narrados conforme uma lógica de causa e efeito e linearmente transcorridos num passado longínquo com implicações nos períodos vindouros, por sua vez, provados mediante documentos. Tudo isso evidencia que “não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição do Saber” (CERTEAU, 1997: 93-94).

Nesse contexto, em *Noções sobre a História e Geografia do Município do Assú* (1921), de Antônio Fagundes, *Municípios do Rio Grande do Norte, seção Assú*, (1929), escrito por Nestor dos Santos Lima e *Município de Assu* (1929), de Pedro Amorim, notamos que os três operaram por meio de pesquisa em arquivos e que, além disso, fizeram uso de uma referência considerada pioneira dos estudos do IHGRN sobre o cenário potiguar, notadamente *Capitães Mores e Governadores do Rio Grande do Norte*, escrita pelo desembargador e

também idealizador do Instituto Vicente Simões Pereira de Lemos, em 1912. Vale ressaltar que esta obra trata da fixação portuguesa na Capitania do Rio Grande o que por si só explica a sua utilização. Devo lembrar que a temática relacionada aos capitães-mores e governadores do RN ao lado de outras duas, a saber: “índios celebres do Rio Grande do Norte” e “Holandeses no Rio Grande do Norte” preenchiam os textos históricos publicados nas primeiras publicações da Revista do Instituto que começou a circular a partir de 1903 (MENEZES, 1997: 55).

Também devemos registrar que em Antônio Fagundes e Nestor Lima aparecem referências às revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o que denota a prática de pesquisa nos arquivos desse Instituto. Observamos que desde o início, as Revistas do IHGRN se caracterizavam por transcrições de sessões do Instituto, transcrição de documentos, resumo de atas das sessões, notas biográficas e necrológicas e narrativas históricas, genealógicas e geográficas do cenário estadual. Assim, essas características já nos informam acerca de que tipo de suporte de leitura esses dois escritores tiveram como base. No caso de Antônio Fagundes, este chega a utilizar em seu texto o ensaio corográfico de Manoel Dantas publicado em uma das revistas do Instituto, registrando ainda informações de pessoas amigas do Assú. No início do seu livro *Noções sobre a História e Geografia do Município do Assú* (1921), ele demonstra o trabalho em arquivos em nome da história do Assú e do Brasil, pois elenca que

Num transporte cívico removamos o pó dos arquivos, consagremos, por alguns instantes, a nossa inteira atenção ao passado honroso dos filhos da terra de Ulysses, a nesga do fecundo solo brasileiro, orlada pela beleza dos verdes carnaubaes, e encontraremos paginas repletas de civismo, o maior e mais pratico exemplo de devemos seguir todos nós, filhos da Terra e Santa Cruz (FAGUNDES, 1921: 13-14).

Nestas palavras, Antônio Fagundes além de evidenciar a relação com arquivos, coloca o trabalho com os mesmos em função de um tipo de viagem ao passado para lá encontrar os verdadeiros e honrosos exemplos de civismo assuense que devem ser consagrados como reais feitos patrióticos da Nação brasileira, feitos da terra de Ulysses Caldas, tido como herói assuense na Guerra do Paraguai, feitos notáveis de constar na galeria do patriotismo da Terra de Santa Cruz. Aqui fica patente que o autor situa Assú como um tipo de pequena pátria pertencente à pátria mãe: Brasil. A ênfase concedida ao solo brasileiro e a

beleza dos carnaubais assuenses explica-se em função de estarmos num contexto de valorização das riquezas naturais da pátria, entre elas: o solo e as matas.

Além do mais, Nestor Lima também fez uso das revistas do IHGRN, bem como de bibliografia produzida neste Instituto e outras publicações e documentos constantes no mesmo. Deve-se atentar para o uso de jornais, por parte desse autor, particularmente o Jornal *A República* de Natal. Ainda devo registrar que as informações concernentes à colonização do Assú no livro de Nestor Lima também provem do primeiro trabalho de cunho histórico sobre o Rio Grande do Norte produzido antes mesmo da criação do IHGRN, notadamente *Breves Notícias sobre a Província do Rio Grande do Norte*, escrito por Manoel Ferreira Nobre em 1877. Obra que tratou da história, geografia e economia potiguar num estilo de compilação de informações. Observa-se assim, a tentativa de tornar crível o relato histórico por meio de obras já canonizadas na historiografia potiguar.

Já Pedro Amorim, para confeccionar seu relatório histórico, recorreu a arquivos públicos da Intendência para tal tarefa, uma vez que quando lista os cidadãos que exerceram a chefia pública do Município informa que “não existem no arquivo da Intendência livros de actas de 1822 a 1828” (AMORIM, 1929: 29). Em outros trechos da mesma obra torna-se perceptível a utilização de documentação desse porte. Nas obras interrogadas aqui, o principal procedimento é uma narrativa que se apoia em documentos que, por sua vez, não são interpretados no sentido crítico, nem inquiridos, mas sim, são tidos como apresentadores e comprovadores dos acontecimentos. Assim, não podemos esquecer que estas investidas em prol da verdade não podem ser dissociadas do poder e seus mecanismos. Os pressupostos de uma escrita da história na modernidade assentaram-se na racionalidade e no objetivismo do texto mediante o amparo irrestrito dos documentos, pois assim se garantia o estatuto científico daquilo que se produzia.

Por isso, a história do Assú nestes termos é narrada por meio de um processo evolutivo, oportunidade em que o início desta já adquire grandeza, pois se faz referência por volta 1650 de uma tribo indígena denominada “Taba-assu” com tradução para aldeia grande. Mas, a referência maior se faz ao processo de colonização, momento em que são erguidas as bases do Assú, quando por meio da expansão pecuarista se dá o encontro entre o homem branco e o indígena, encontro esse marcado pela preponderância do branco sobre o índio, implicitamente justificado pelo nascimento de um novo espaço: Assú. Essa estratégia de

início de narrativa diz respeito a uma tentativa de associação com a história da colonização brasileira e, por conseguinte do Rio Grande (do Norte) onde primeiramente as coisas começaram pelos indígenas e posteriormente o “descobrimento” por parte dos portugueses. Por isso, Antônio Fagundes destaca que “a história do Assú tem seu início nas aldeias indígenas, como acontece em todo o Brasil. Aqui dominava a tribo dos *janduys*, guerreira e feroz [...]” (FAGUNDES, 1921: 14).

O destaque de guerreiros e ferozes atribuído aos indígenas tornou-se condição concebida em tais enunciados, de modo que estes tenderam a ressaltar o papel dos homens colonizadores do espaço assuense imputando a estes uma tonalidade quase heróica, haja vista o enfrentamento com os “selvagens”. Assim, a feitura desse espaço na narrativa de Nestor Lima passou pelo empenho de bravos homens, a exemplo do capitão João Fernandes Vieira, que nos idos de 1668 iniciou a colonização da região do Assú, ordenando a fundação de um arraial neste lugar. Entretanto, registra Nestor Lima a enorme dificuldade de colonização da Ribeira do Assú em função dos “naturaes da terra, numerosa tribo tapuya, que declarou guerra de morte aos colonizadores, a quem causava toda sorte de danos em medonhas investidas” (LIMA, 1929: 138). A visão de que os indígenas da região tornaram-se empecilho para a colonização também é reforçada por Fagundes quando adianta que após 1682 terminava a catequização dos bárbaros, pois os índios do Assú começavam a impedir o povoamento desse “fértil solo”, de modo que surgia “[...] um período de tyrannias e discórdias, de uma luta entre essa gente e os colonos aqui chegados para continuar a obra da civilização” (FAGUNDES, 1921: 18)

Essa concepção em torno dos indígenas da região produz uma ideia de comportamento e estética inferior destes para com o homem branco e colonizador. Cabe ressaltar que o conflito aqui aparece, mas de modo a enfatizar o empecilho indígena para a colonização e ao mesmo tempo evidencia a valentia destes, inclusive a bravura dos índios é um dos únicos aspectos positivos destes aproveitados nas narrativas históricas sobre o Assú. Hora, seria necessário justificar a vitória do homem branco e civilizado sobre um inimigo forte, pois a significação da conquista ganharia grandes dimensões. Por isso, o confronto entre indígenas e portugueses será destacado explicitamente em Antônio Fagundes e Nestor Lima, por sua vez, aparecendo implicitamente em Pedro Amorim. A contenda citada acima foi referendada como um tipo de guerra de conquista, pois na medida em que os indígenas ofereceram resistência ao

domínio branco, sua ação foi tida como bárbara daí posteriormente esse embate tenha sido denominado de Guerra dos Bárbaros pela historiografia.

Particularmente nos livros de Nestor Lima e Antônio Fagundes, aqui em análise, percebemos uma história que se desdobra em páginas de grandeza e sobrepujamento do homem branco e português sobre os indígenas da região, branco esse portador da “carteira” de representante da civilização que traria as luzes e a cultura a este espaço. Por isso, Fagundes ao descrever a catequização dos índios adverte que “impossível se tornava, pois a permanência desses bárbaros, de costumes tão extravagantes, entre os colonos. Era preciso instruí-los na religião, nos sublimes preceitos da moral, afim de torná-los civilizados, senhores de seus direitos e deveres numa sociedade” (FAGUNDES, 1921: 18). Assim, concordamos com Certeau (2011b, p. 183-184) quando aponta que “[...] o discurso histórico multiplica as marcas da alteridade pelo uso sistemático da datação, nomes próprios, citações, detalhes secundários, “reproduções”, gráficos, etc”. Aqui, nossos autores estabelecem marcos cronológicos, sequenciam nomes próprios, além de se ancorarem em produções tidas como tradicionais no campo da historiografia potiguar, praticando assim enunciados que corroboram para compor certa alteridade aos indígenas, por este viés a identidade assuense vai sendo produzida enquanto branca e herdeira da obra europeia nos trópicos. O espaço nesse sentido é constituído nos moldes da civilização.

Essa investida civilizatória sobre os indígenas explica-se pela própria prática de debate em torno do índio protagonizada pelo IHGB, pois seus sócios herdaram uma concepção de história iluminista marcada pelas noções de linearidade e progresso, por sua vez, tradutoras de uma postura evolutiva. Assim, de acordo com Guimarães o historiador pesquisador da história brasileira era impulsionado “[...] a recuperar a cadeia civilizadora, demonstrando a inevitabilidade da presença branca como forma de assegurar a plena civilização” (GUIMARÃES, 1988:11). Daí Antônio Fagundes considerar que “a civilização é sempre o balsamo que tonifica a vida dos homens” (FAGUNDES, 1921:17).

Observamos nas escritas aqui interrogadas, no que tange a visão sobre os indígenas, semelhança entre suas intenções discursivas e a postura histórica do IHGB, por sua vez, manifestada na obra do seu principal representante no oitocentos: Francisco Aldolfo de Varnhagen que escrevera *História Geral do Brasil* (1854-1857), nesse livro, Varnhagen refere-se aos indígenas do Brasil de modo a enfatizar que estes eram “uma gente nômade, que

vivia em cabildas, morava em aldeias transitórias, pouco numerosa em relação a extensão do território. Violentos, mantinham guerras de extermínio entre si; bárbaros, não nutriam os altos sentimentos de patriotismo” (REIS, 2007: 35). É preciso salientar que a existência de certo racismo no discurso de Varnhagen não é de ordem biológica e sim estrutural, na medida em que não se trata da superioridade de uma raça sobre outra, mas sim de uma estrutura organizacional alinhada a civilização, notadamente representada pelo Estado-Nação, ou seja, a superioridade branca se explicaria pelo seu desenvolvimento na história dos povos (ODÁLIA, 1997).

Temos assim uma fundação inicial de caráter “heroico” e religioso, uma vez que a vitória do colonizador ganhou contornos de conquista e esta última, mediante a narrativa apresentada, transparece ditada e abençoada pelos princípios da religiosidade, pois os dois maiores arraiais foram batizados com nomes de santas e antes de ganhar o título de Vila, Assú se denominava povoação de São João da Ribeira do Assú, homenagem ao padroeiro desse lugar. Essa colonização de ordem religiosa culminaria na criação da Freguesia de São João Batista, tida por Nestor Lima como a mais antiga do interior do Estado, tendo sido criada em 1725 e canonicamente instituída em 1726 com a construção da Matriz em referência ao santo cultuado naquele espaço. Quanto a esta construção, Pedro Amorim em *O Município de Assu* considera que “é um templo bello e majestoso, edificado na Praça da Proclamação” (1929: 22). Vale ressaltar que desde o século XIX a historiografia destacou a contribuição da religião como instrumento civilizador, mas não acima do Estado, entidade máxima da formação e organização de comunidade de interesses comuns.

No tocante a caracterização corográfica, nas obras de Nestor Lima, Antônio Fagundes e Pedro Amorim, nota-se um território não só de dimensões físicas avantajadas, mas rico em recursos da natureza, com destaque para a carnaúba, minérios e fauna, além da montagem de uma paisagem marcada por muitos lugares e uma rica hidrografia, inclusive, daí aparece descrições como a de Nestor Lima em relação às lagoas, pois evidencia que “o município é dotado de grandes lagoas, que dão abundante peixe e excellentes vasantes, nas margens descobertas” (LIMA, 1929: 161). Neste ponto, os autores concedem destaque a Lagoa do Piató, maior lago do município. Compreendendo que a corografia correspondia naquele momento delimitar as os limites territoriais, compreender as riquezas do lugar.

Assim, Pedro Amorim chega até mesmo a narrar a natureza dos terrenos do Assú, notadamente na intenção de mencionar e fornecer visibilidade a várzea do Rio Assú, “região plana, fertilíssima, constituída por terreno de aluvião, com uma área de 40.000 hectares apropriados a serem facilmente irrigados [...]” (AMORIM, 1929: 6). Essas informações acerca da várzea permite-nos rastrear a leitura da obra de Antônio Fagundes por Pedro Amorim, pois as informações concernentes a este assunto no segundo escritor são semelhantes aquelas postas pelo segundo escritor.

Já no que concerne aos aspectos históricos, ambos os textos buscam alçar Assú ao platô de um espaço ancestral, um espaço de tradições, estas espalhadas pelos mais diversos setores, a exemplo dos festejos alusivos a São João Batista, aos feitos militares, aos atos políticos, as conquistas territoriais, ao progredir das letras e da intelectualidade. Tudo isso por meio de uma prática escriturística que de acordo com Certeau (2011a) angariou valor mítico nos últimos séculos na cultura ocidental, de modo a se tornar um domínio por onde passa a ambição de se fazer história.

Municípios do Rio Grande do Norte (1929) e *O Município de Assú* (1929), respectivamente de autoria de Nestor Lima e Pedro Amorim apresentam um quadro destinado, como assim denominou Nestor Lima, “as figuras salientes”. Em ambas as obras são dispostas uma parte para listagem de nomes de sujeitos e suas profissões, é a expressão das figuras importantes, em Nestor Lima aparecem três categorias: a administrativa, eclesiástica e a jurídica. Já em Pedro Amorim além das três categorias citadas anteriormente foram classificadas várias outras, como a dos grandes agricultores, dentistas, farmacêuticos, médicos, engenheiros e professores.

Cabe registrar que a ênfase concedida aos profissionais da área de saúde provavelmente se atribui a especialidade do próprio Pedro Amorim que era médico e a listagem dos professores consta apenas três, inclusive estes vinculados a famílias de destaque na cena social da cidade. Esse realce dado a figuras importantes do Assú reflete a prática da historiografia do IHGB em produzir uma história nacional que seja conduzida por grandes personalidades, é uma história com grandes exemplos pessoais a serem registrados, daí a projeção nesse período das biografias dos grandes homens. Por isso, segundo Reis (2007: 25), “o IHGB produziu uma história biográfica, constituindo uma galeria de vidas exemplares que iluminavam a ação futura”.

Em se tratando de heroísmo, podemos conferir que as obras aqui analisadas trabalham tal questão, mesmo que com suas especificidades. Assim, em *Noções sobre a História e Geografia do Município do Assú* (1921), seu autor, Antonio Fagundes, demonstra apego à tradição de heroísmo nacional, inclusive tanto na obra deste autor quanto em Nestor Lima percebe-se uma escrita da história que se assemelha a narrativa da história do Brasil, haja vista o conteúdo escriturístico de esses autores convergirem para a exaltação de momentos áureos da história assuense que por circunstâncias correspondem ao da história brasileira, por sua vez, marcada pela atuação de heróicos e importantes sujeitos. É assim que se desenvolve toda uma construção sobre a colonização portuguesa e seus respectivos desdobramentos nas ribeiras do Assú no período colonial. Daí segue-se momentos como independência, emancipação política, guerra contra o Paraguai, abolição da escravidão, entre outros. Por isso, Fagundes ao tratar da independência do Assú elenca que

Quando se deu o movimento da independência do nosso Brasil, o assuense Te. Cel. José Correia de Araújo Furtado, homem notável por seu patriotismo, tino administrativo e ideias liberais, e que muito se esforçou pela colonização do Arraial, tornou-se saliente por seus feitos cheios de abnegação (FAGUNDES, 1921: 25).

Este trecho da narrativa de Antônio Fagundes a respeito da independência do Assú exemplifica bem a tonalidade do texto desse autor, oportunidade em que por várias vezes há uma ênfase nos feitos e indivíduos locais e sua contribuição para pátria. Precisamos ler este ponto da narrativa de Fagundes à luz do ano que seria a véspera das comemorações do centenário da independência, momento áureo do patriotismo nacional e definidor da criação da nova nacionalidade no século XIX. Devo registrar que o entusiasmo de Fagundes ao se remeter a independência é tributário de um movimento de celebração de uma data magna da Nação que transbordou o recinto dos salões fechados dos institutos históricos perpassando assim a enunciação de vários homens de letras no Brasil daquele momento (SANDES, 2000).

Conclusão

Desse modo, a história assuense, assim como praticada no projeto do IHGB e estendido ao projeto do IHGRN, seria o repositório de acontecimentos dignos de serem lembrados e seguidos, uma história que teria como espaço a experiência, uma história mestre da vida, de ensinamentos. Estaríamos assim falando aqui de uma concepção clássica da historiografia, um palco de experiências passadas que serviria de exemplo para o presente por

meio de uma operação dita moderna de se produzir história, oportunidade em que nota-se o apego aos documentos, ao arquivo e a ideia de prova. Desse modo, a historiografia assuense da década de 1920 tornou-se um dos primeiros movimentos a dizer e fazer ver este espaço, dizeres escritos que projetaram uma ideia, uma concepção e uma noção do que era o Assú. Uma historiografia que, em ressonância a um projeto de história/identidade nacional do IHGB, produziu um discurso carregado de atributos patrióticos e cívicos.

Além do mais, nota-se uma historiografia que contribuiu para a emergência de saberes acerca do Assú, uma historiografia produtora de espaço e identidade, uma prática enunciativa capaz não só de narrar uma história de feições metódicas, eventual e corográfica, mas uma escrita da história carregada de imbricações entre autoria, lugar de produção e contexto nacionalista. Esses escritos sobre o Assú se constituem em extratos que só apresentam sua formação quando definimos sua especificidade discursiva, aqui interrogamos a emergência de um arquivo de textos e imagens subjetivadores e construtores da identidade espacial assuense. Nessas narrativas a história assuense a exemplo do Brasil seria fruto de uma cultura europeia, branca, civilizada e católica.

Sobre a ótica de leituras acerca da historiografia brasileira, a exemplo dos trabalhos de Diehl (1998), Reis (2007), entre outros, compreendemos que embora estas obras responsáveis por uma história assuense tenham sido escritas na República, à operação historiográfica posta em prática apresenta pressupostos provenientes do século XIX, na medida em que se registra o apego ao nacionalismo, à questão racial, destaque aos grandes fatos e eventos, a ênfase nas corografias, além da concepção moderna de história. Portanto, a escrita da história assuense na década de 1920 esteve entre a Monarquia e a República.

Referências

AMORIM, Pedro. **O município de Assu**. Imprensa Oficial, 1929.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____, Michel de. **A invenção do cotidiano: I. Artes de fazer**. 17. ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2011a.

_____, Michel de. **História e psicanálise: entre a história e a ficção**. Tradução Guilherme João de Freitas Texeira. – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011b.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FAGUNDES, Antônio. **Noções sobre a história e geografia do Município do Assú**. Typ. Jaguaribe, [Aracati], Ceará, 1921.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte: Areia Branca, Arez, Assu e Augusto Severo**. Edição Fac-Similar da revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte. Vol. 25/26 – 1 Edição – 1929. Coleção Mossoroense. Série C – Vol. DXCV, 1990.

MENEZES, Carla. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907**. Caderno de História, Natal, V. 3/4, n. 2/1, p. 41-47, jul/dez 1996; jan/jun. 1997.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da Nação: entre a Monarquia e a República**. – Goiânia: Ed. da UFG. Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Texeira, 2000

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE – IHGRN. Natal. Vol. XI - XII – XIII. 1913 – 1915. Atelier Tipográfico M Victoriano & C. 1915?

NARRATIVAS, MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES A PARTIR DAS IMAGENS DO CANGAÇO

*Wesley Rodrigues Dutra**

O importante jornal pernambucano *Diário de Pernambuco*, na sua edição de 27 de dezembro de 1936, foi o primeiro veículo a noticiar um acontecimento inusitado: Lampião, sua mulher Maria Bonita e outros cangaceiros tinham sido filmados e fotografados pelo sírio-libanês Benjamin Abraão Botto. O jornal, que continha uma entrevista com o homem responsável por tal faceta, veio recheado com fotos que mostravam um pouco do cotidiano

dos cangaceiros.

Lampião nesse período já era conhecido em todo o país, seus feitos e façanhas eram narradas em versos de cordéis, livros¹, e nas conversas populares. Os caixeiros-viajantes que cortavam as íngremes estradas da caatinga, também contribuía para a difusão nos vários rincões, das notícias sobre Lampião e seu bando. Os próprios jornais, desde o ano de 1922, quando, pela primeira vez liderando um bando, Lampião atacou a residência da baronesa de Água Branca - AL, Joana Vieira de Siqueira Torres, quase que semanalmente estampavam em suas páginas alguma notícia sobre o "terrível" cangaceiro, como eles representavam o líder cangaceiro (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 29 ago. 1922).

As imagens e representações construídas pelos jornais sobre Lampião sempre vinham marcadas com a concepção de ser ele um "bandido sanguinário", "fera despudorada" que infelicitava o Nordeste, espalhando terror, morte e destruição. Ele era mostrado como um demônio que entravava o desenvolvimento da região e congregava a própria barbárie reinante naquele espaço.

As imagens fotográficas feitas por Abrahão em 1936 não foram as primeiras já captadas dos cangaceiros. Em 1922 já se tinha conhecimento de fotos de Lampião e em 1926, ele foi fotografado por Lauro Cabral de Oliveira, por ocasião da sua estadia em Juazeiro do Norte - CE, afim de integrar-se ao Batalhão Patriótico que estava sendo organizado naquela cidade para combater a Coluna Prestes.

No entanto, a importância do feito de Abrahão se deve ao fato dele ter conseguido pela primeira vez filmar, em *locus*, o cotidiano dos cangaceiros, sua alimentação, as festas, crenças, formas de se vestir, etc. Isso nos ajuda a entender um pouco da vida daqueles cangaceiros e suas expressões. O cangaço tornava-se imagens que podiam ser experienciadas, visionadas por olhos ávidos em esmiuçar o "exótico" exposto na película. Aqueles "seres bestiais" que os jornais apresentavam como escórias da sociedade podiam ser conhecidos de uma forma mais amigável, fenômeno esse possibilitado pelas imagens fílmicas.

Não se pode esquecer ter sido o século XX o século da imagem, da espetacularização dessas e da arraigada relação entre os sujeitos e as imagens. Essas passaram a fazer parte das

* Doutorando em História Cultural pela Universidade de Brasília, onde desenvolve pesquisas **que pretendem entender como se deu o processo de construção/fabricação da imagem pública de Lampião. Contato: wescley.dutra@bol.com.br**

¹ Durante a sua vida Lampião foi biografado duas vezes, em 1926, por Érico de Almeida e em 1933, por Ranulpho Prata. Ver: ALMEIDA, Érico de. **Lampeão**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996; PRATA, Ranulpho. **Lampeão**. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1933.

relações sociais, foram tidas como documentos inquestionáveis que guardavam no seu âmago verdades; no caso das imagens fotográficas e dos documentários fílmicos, verdades e memórias do passado. No entanto, é interessante sempre questionarmos o caráter das imagens, pois,

se não tivermos consciência das causas que produzem imagens e se soubermos claramente que a imagem jamais nos oferece a própria coisa imaginada tal como é, cairemos fatalmente nas ideias imaginativas definidas por Espinosa como 'ideias inadequadas', isto é, feitos que são tomados como causa (NOVAES, 2005, p. 10).

Baseando-nos no documento produzido pelo sírio-libanês, gesta-se uma tripla interrogação: "Qual a importância desse material para a compreensão, "articulação do passado" em uma perspectiva benjaminiana, do que foi o cangaço?" "Haveria um jogo de interesses subjacente às imagens, pelas quais tanto Lampião como Abrahão tentaram manipulá-las para conseguirem "instituir" representações sobre si e sobre o próprio movimento do cangaço?" "Haveria uma dimensão de memória nessas imagens, e ela entrou em confronto com outros projetos de memórias florescente no período de 'reinado' do cangaço lampiônico?".

Metodologicamente dividimos esse texto em duas partes, na primeira pretendemos apresentar um panorama geral das imagens fotográficas produzidas sobre Lampião e os cangaceiros até 1936; e, em um segundo momento, nos debruçamos sobre o trabalho de Benjamin Abrahão. Salientamos ao leitor que, muitas das questões aqui levantadas ainda se apresentam de forma embrionária, pois serão amadurecidas no decorrer das pesquisas de doutoramento².

1 - As fotos de Lampião e suas narrativas: o “feito” de Abrahão e os olhares fotográficos anteriores a 1936

De acordo com os relatos da vasta bibliografia sobre o cangaço, Benjamin Abrahão Botto, era natural do lugarejo chamado Zahelh, na Líbia, sendo que abandonou a sua terra durante a I Guerra Mundial, fugindo de uma possível convocação para juntar-se ao exército. De início fixou-se no Recife, exercendo a profissão de mascate, vendendo tecidos e produtos

² Atualmente estamos desenvolvendo pesquisas para a elaboração da tese intitulada: “A construção da representação de Lampião como símbolo da cultura nordestina (1922-1970)”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

provenientes do sertão nordestino³.

Por volta do início dos anos 20, ele empreendeu uma viagem ao sertão, chegando em Juazeiro do Norte, no Ceará, onde após ganhar a simpatia do padre Cícero Romão Batista, chefe político e religioso daquela terra, tornou-se seu secretário particular (O POVO, 12 jan. 1937). Por ocasião da estadia de Lampião e seu bando na "Meca nordestina"⁴, no período de 04 a 09 de março de 1926, se deu o primeiro encontro entre o secretário e o chefe cangaceiro.

Desde meados da década de 20, o bancário Adhemar Bezerra de Albuquerque, manifestava uma admiração pela fotografia e pelo cinema, encabeçando a filmagem em terra cearenses dos primeiros documentários sobre as mais variadas temáticas relacionadas a cultura e cotidiano do Ceará. Isso o levou a criar em 1934, a Aba Film, uma empresa especializada no ramo da fotografia e do cinema. O jornal *Correio do Ceará* na sua edição de 31 de março de 1933, já salientava o pioneirismo de Adhemar Bezerra na produção fílmica local e até mesmo nacional. Segundo o periódico:

Todas as vezes que um dos nossos cinemas exhibe um film brasileiro, nota-se pronunciada curiosidade por parte do publico. E mais ainda quando este film foi feito aqui e por gente nossa [...] a 'Aba Film', que ora inicia uma serie de filmagens de aspectos cearenses, é uma iniciativa que vae obtendo os primeiros sucessos. Embora seus films não possuam a nitidez precisa tal a dos americanos, defeito este que de futuro há de ser sanado, contudo ella, nos faz prever um futuro promissor a essa industria nova, ainda até hoje cultivada por simples amadores. São Paulo, Rio e Pernambuco, nos teem enviado, vez por outra, alguns films medíocres e desses, 'Cousas Nossas' e 'Campeão de Foot-ball', duas producções que lograram sucessos, atestam que o genero comico merece as preferências dos productores principiantes e que ainda não dispõe recursos technicos aperfeiçoados. A curiosidade do publico em ver um film nacional é o índice da preferencia que aos mesmos será dada. Os amadores da filmagem deveriam pleitear do governo viagens de instrucção technica. E uma vez habilitados em conjunto com technicos estrangeiros, poderiam desenvolver uma industria cuja amplitude não pode prever.

Com um campo profícuo para a produção cinematográfica, no ano de 1925, por ocasião da filmagem do documentário "O Joazeiro do Pe Cícero", se deu o primeiro contato entre Abrahão e Adhemar Bezerra. Mais tarde, ao expor seu projeto de filmar Lampião e seu bando *in loco*, o sírio-libanês conseguiu a aceitação do proprietário da Aba Film que lhe cedeu, para a concretização da empreitada, uma câmara cinematográfica de 35mm Nizo Kiamo (MELLO, 2004, p. 143), com lentes Zeiss, uma máquina fotográfica Interview

³ Para aprofundamento, ver: ARAÚJO, Antônio Amaury Corrêa; FERREIRA, Vera. **De Virgolino a Lampião**. São Paulo: Idéia Visual, 1999; _____; ARAÚJO, Carlos Elydio Corrêa. **Lampião: Herói ou Bandido?** São Paulo: Claridade, 2009.

⁴ Termo usado para referir-se a Juazeiro do Norte por ser considerada um dos maiores centros religiosos do país.

Établissements André Debrie e rolos de 100 pés de filmes Gevaert-Belgium (UMBERTO, 2005, p. 22).

Após seguir em busca do bando, no ano de 1936, como o libanês expôs na entrevista concedida ao jornal cearense *O Povo*, edição de 12 de janeiro de 1937, ele conseguiu encontrar-se com Lampião que, ao confirmar não ser a visita de Abrahão uma emboscada para capturá-lo, permitiu ser filmado. Esse feito aconteceu entre março e outubro de 1936 (MELO, 2004, p. 203). De acordo com o já referido jornal,

Depois de inteiramente revistado e de haver constatado o bandoleiro que eram pacíficas as intenções do rapaz, tanto assim que em matéria de arma só conduzia um facão para cortar o mato, o Sr. Abrahão, começou a granjear familiaridade entre o grupo, com o qual esteve cerca de cinco dias, obtendo-lhe os hábitos e apanhando diversos flagrantes fotográficos.

É inquestionável a importância do feito de Benjamin Abrahão, haja vista ter sido ele o primeiro e único que conseguiu *in loco*, fotografar e filmar os cangaceiros no seu cotidiano. Até então, as fotografias de Lampião e seu bando, na nossa interpretação, configuravam-se, da parte dos bandoleiros, como um meio de impor medo, mostrar a sua força, organização e poder bélico. Era um meio de propagandear um micro-poder que se instituía no sertão nordestino a revelia do Estado oficial. Essa ideia fica bastante clara quando debruçamo-nos sobre as fotos tiradas em 1922, 1926 e 1927.

Nas primeiras, temos um jovem líder ainda com características de adolescente liderando um bando cangaceiro; as fotos configurando-se como um mecanismo de auto-afirmação de sua liderança. A fisionomia expressada na imagem é a de um chefe encabulado. O jovem Lampião nesse período não estava inebriado pela fama, regia-se pelo objetivo de vingar o assassinato de seu pai. Estava vivendo a “fase” do "cangaço vingança", como tão bem problematizou Frederico Pernambucano de Mello. De acordo com Mello, essa forma de cangaço objetivava apenas vingar a afronta cometida; pegar em armas era a única solução possível em um meio social no qual a lei estava sempre do lado dos poderosos (2004, p. 113-167).



Figuras I – Fotos de Lampião e seu bando em meados de 1922⁵

Já as fotografias produzidas por Lauro Cabral de Oliveira, em março de 1926, por ocasião da estadia de Lampião e seu bando em Juazeiro, mostra um Lampião mais refinado, com uma fisionomia um pouco mais segura de si. As vestes cangaceiras deram lugar aos trajes civis do Batalhão Patriótico, apenas estando o lenço, o punhal e os bornais, como caracterizadores da "antiga" vida cangaceira. Em apenas uma das fotos, na qual Lampião pousa acompanhado do seu irmão Antonio Ferreira, o líder cangaceiro apareceu com o chapéu símbolo do cangaço. Todas as demais fotos, apesar de reafirmarem o poder exercido pelo cangaceiro, sempre estando presente a arma como instrumento legitimador do seu poder e força, demonstram um Lampião já preocupado com sua imagem social, tanto é que deixou-se fotografar ao lado dos seus familiares, representando-se não como um sujeito hediondo,

⁵ Fotos do acervo particular do colecionador Ivanildo Silveira – Natal/RN.

como os jornais faziam questão de salientar constantemente, mas alguém igual a qualquer outra pessoa, que tinha família e se preocupava e respeitava ela.

Segundo Lauro Cabral de Oliveira, Lampião fazia questão de ser fotografado ao lado de sua família e de pessoas próximas. Os trajes civis de cada um dos retratados parecem significar que as fotografias fazem parte de um ritual social: Eles se fizeram representar em seus melhores trajes, na forma que lhes pareceu a mais adequada para perpetuar uma bela imagem de si próprios. A foto é último testemunho da unidade familiar que Lampião desejou perpetuar, um tipo de garantia de seu passado (JASMIN, 2006, p. 126).

É interessante atentarmos para uma peculiaridade, ao longo das fotografias Lampião tentou esconder seu olho direito que era cego e tinha uma aparência não tão agradável. O próprio jogo de sombra presente na composição da foto preto e branco depôs a favor de Lampião. Essas fotos não estão tão envoltas por uma ostentação de poder como as subsequentes e principalmente as produzidas por Benjamin Abrahão.



Figura II – Lampião, fotografado em 1926, por Lauro Cabral de Oliveira em Juazeiro do Norte⁶

Dessa feita, segundo a nossa interpretação, esse foi um primeiro momento que Lampião tentou humanizar a sua imagem social, instituir uma nova representação contrária a que mostrava-o como demoníaco, desumano, sem sentimento e família. Inicia-se um confronto de imagens, representações e memórias, as que Lampião propunha e fazia de si e seus cangaceiros, e aquelas que o Estado e a imprensa construía sobre eles. Essa era uma maneira encontrada por Lampião de aproximar-se dos populares, angariar para si a simpatia, haja vista os cangaceiros não se verem como bandidos, mas sim, como injustiçados sociais, vítimas da realidade instituída de opressão e mando.



Figura III – Lampião com sua família. Fotografia de Lauro Cabral de Oliveira, Juazeiro do Norte – 1926⁷

Essas fotografias ganhavam o caráter de narrativas, eram narrativas históricas e memórias, carregavam no seu âmago as representações construídas pelo fotógrafo, pelo modelo fotografado, no caso os cangaceiros, e pelos leitores das imagens, aqueles que posteriormente as contemplavam. Assim, elas são campos profícuos de leituras, contêm em si um seleiro de narrativas, histórias e memórias que estão sempre em processo de resignificação e interpretação, gerando novos sentidos. Como nos lembra Nancy Magalhães, "é pela narração que se interpretam sentidos do tempo vivido, de modo nunca definitivo" (2008, p. 144), pois as palavras e fotografias cartografam experiências, que vão sendo resignificadas e tornam-se presente por meio da linguagem (2008, p. 141).

Lampião buscava a imagem fotográfica como um meio de resignificação das narrativas que almejavam desqualificá-lo. A imagem do "bom cangaceiro" deveria sobrepor aquelas

⁶ Fotos do acervo particular do colecionador Ivanildo Silveira – Natal/RN.

⁷ Fotos do acervo particular do colecionador Ivanildo Silveira – Natal/RN.

representações instituintes que o apresentava como o "grande mal do Nordeste" (O NORDESTE, 13 ago. 1927). Através de vestígios e fragmentos que condensavam tanto os interesses do fotógrafo como do próprio Lampião, o cangaceiro possivelmente almejava recompor as narrativas que eram lapidadas sobre ele, de forma a torná-las mais favorável a si.

Aqui apresentamos a narrativa não como etimologicamente os dicionários definem-na, como uma mera relação oral ou escrita de um acontecimento real ou imaginário, mas para nós, ampliando essa concepção, as imagens e os sons também são detentores de narrativas e são eles próprios, narrativas.

As fotos dos cangaceiros tiradas em Limoeiro do Norte, Ceará, no ano de 1927, por José Otávio, mostra um Lampião altivo, que pretendia maquiagem a sua derrota em Mossoró alguns dias antes, de onde foi expulso ao tentar invadir a cidade, perdendo dois cangaceiros, Colchete e Jararaca⁸. Na composição da foto todos os cangaceiros postaram-se organizados como um grupo militar, com armas em riste e um posicionamento bem articulado. Algumas das vítimas sequestradas também foram apresentadas no plano da fotografia, o recado de Lampião aos seus inimigos, de acordo com a nossa interpretação, era o de que mesmo vencido em um combate, ele não tinha sido derrotado por completo, o seu poder ainda continuava efetivo. Era um recado para aqueles que ousassem macular o seu poder. Bem vestido, armado e municado, pelo menos assim tentou aparecer na imagem, o cangaceiro fotografado de maneira tímida em 1922 e como um legalista em 1926, agora apresentava-se de forma mais familiarizada com as lentes.

Lampião foi um dos primeiros cangaceiros a ter uma preocupação maior com a sua imagem pública, a usar os recursos modernos a seu favor, propagandeando a sua valentia, como se estivesse a desafiar constantemente os seus inimigos. Ele ia tornando-se um sujeito midiático, o que leva as imagens produzidas por Benjamin Abrahão a comprovar essa ideia. Seus antecessores, como por exemplo Sinhô Pereira e Luís Padre, poucas vezes deixaram-se fotografar, e quando isso aconteceu optaram por apresentarem-se em trajes civis e sem armas. Talvez tivessem já a incipiente ideia de que essas imagens podiam contribuir para o reconhecimento deles em público, o que levaria a possíveis desconfortos ou ataques posteriormente (MELLO, 2004, p. 142).

⁸ Ver: "A construção representacional do ataque a Mossoró nas páginas jornalísticas (1927)". In: DUTRA, Wesley Rodrigues. **Nas Trilhas do "Rei do Cangaço" e de suas Representações 1922-1927**. 2011. 176f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Histórica) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. p. 94-133.



Figura IV – Lampião e seu bando em Limoeiro do Norte - CE. Fotografia de José Otávio – 1927⁹

Como lembra a historiadora Élise Jasmin ao discutir as múltiplas apropriações possíveis das imagens fotográficas, ela salientou que elas estariam “ora a serviço do poder estabelecido, ora a serviço da subversão, chegando mesmo a servir à elaboração de mitos que vivem até hoje” (2006, p. 16).

Há códigos, silêncios, memórias, recados e narrativas por trás das fotografias de Lampião e seu bando, elas não são apenas o que é visto e captado pelo olhar, há todo um discurso por trás do visível que precisa ser apreendido, “a imagem não se esgota em si mesma. Isto é, há sempre muito mais a ser apreendido, além daquilo que é, nela, dado a ler ou ver [...] A imagem é uma espécie de ponte entre a realidade retratada e outras realidades, e outros assuntos” (PAIVA, 2006, p. 19), por isso a necessidade de sempre atentar para o contexto de produção das imagens e o poder que essas exercem na sociedade.

2 - As lentes de Abrahão: quando narrativa e memória se encontram nas imagens

Como dissemos, torna-se inegável a importância do material fílmico produzido por Benjamin Abrahão, ele possibilita-nos pensar as peculiaridades que cercavam o cangaço lampiônico e ajuda-nos, de certa feita, a dissolver a concepção maniqueísta que envolvia os cangaceiros com o discurso da bestialidade, representando-os como animais irracionais que nas íngremes caatingas viviam em estado de selvageria. Esse discurso, o qual dava margem a formulação de representações e imagens múltiplas sobre os cangaceiros, no nosso

⁹ Fotos do acervo particular do colecionador Ivanildo Silveira – Natal/RN.

entendimento, era uma tentativa de justificar o banditismo e dissimular os fatores responsáveis pela eclosão de grupos cangaceiros, pois eles refletiam a crise de toda uma sociedade e do sistema, o descaso e o mandonismo local. De acordo com a historiadora francesa Élise Jasmin:

Aqueles [os cangaceiros] que poderiam ter sido considerados personagens de pouca envergadura, cuja zona de influência e cujo poder de nocividade pareciam restritos a uma região miserável, foram, em seu tempo, os reveladores das falhas de um sistema político, econômico e social, da incapacidade do Brasil de forjar sua unidade, numa época em que a sociedade se acreditava moderna, unificada e coerente (2006, p. 15).

Houve a partir do feito de Benjamin Abrahão uma quebra na narrativa sobre o cangaço, até então as imagens sobre Lampião e seus subordinados brotavam dos textos escritos, eram imagens construídas por letras, narrativas guiadas por palavras, assim o cangaço lampiônico ia ganhando forma. A partir de 1936 a narrativa conseguiu um novo rumo, uma nova dimensão, ela passou a ser construída também pelo campo visual. Mediante a experiência vivenciada pelo mascate libanês durante os dias que esteve com os cangaceiros, ela possibilitou a abertura de um caminho para que outras pessoas que tivessem acesso ao material por ele coletado, construíssem suas concepções e representações sobre o cangaço. Como nos lembra Adauto Novaes:

As imagens permitem, pois, este duplo movimento: sair de si e trazer o mundo para dentro de si. É nesse movimento entre olhar e imagem que está o princípio do pensamento. Sem o pensamento, a imagem do mundo seria apenas um decalque do que acontece no exterior, sem nenhuma intervenção da inteligência. Com o pensamento, cria-se um mundo imaginário, que, nesse sentido, não é ficção, mas invenção do novo. Não é por acaso que tantos pensadores escolheram a visão como modelo do saber, aquilo que eles designam os ‘olhos do espírito’ (2005, p. 12).

Algumas questões pontuais devem ser refletidas sobre o material do sírio-libanês. Salientamos que da película original só restam pouco mais de onze minutos, haja vista que devido o conteúdo ter sido interpretado pelos representantes do governo como uma afronta ao Estado, ele acabou sendo confiscado em abril de 1937 (CORREIO DO CEARÁ, 7 abr. 1937), pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo.

As imagens foram vistas como maculadoras de todo um projeto de sociedade que Getúlio Vargas estava tentando instituir no Brasil, afinal, nitidamente via-se um "sub-poder" sendo exercido nos sertões nordestinos por bandidos, um “reinado” não legalizado, cuja lei e domínio tinha a frente cangaceiros. Isso colocava todo o projeto de integração nacional no âmbito da discussão de sua eficácia e questionava a própria unidade nacional e a atuação do

Estado nas várias partes do país. Era inaceitável a proliferação de um filme que mostrava sujeitos os quais se colocavam contra a nação e o governo, pois como Vargas gostava de salientar nos seus discursos que eram transmitidos pelo rádio, o Brasil precisava de cidadãos os quais se subordinassem ao governo em favor do bem comum. A título de ilustração, isso ficou explícito no fragmento do discurso exposto abaixo:

Tenho recebido do povo brasileiro em momentos graves e decisivos inequívocas provas de uma perfeita comunhão de idéas e sentimentos. E por isso mesmo, mais do antes juro-me no dever de transmitir-lhe a minha palavra de fé, tanto mais oportuna e necessária se considerarmos as responsabilidades decorrentes do regime recém-instituído, em que o patriotismo se mede pelos sacrifícios e os direitos dos indivíduos têm de subordinar-se aos deveres para com a nação (A UNIÃO, 04 jan. 1938).

O material que estava mal condicionado nos porões do DIP, no Rio de Janeiro, só foi descoberto em 1957, por Alexandre Wulfes e Al Ghiu (UMBERTO, 2005, p. 30) que recuperaram um pouco mais de 10% do original. São fragmentos desconexos, mas que permitem pensar como houve toda uma intencionalidade da parte de Abrahão e de Lampião em passar uma imagem positiva do cangaço. Para nós foi essa imagem positiva do cangaço o responsável pela confiscação do filme, haja vista termos notícias que na década de 1920 foram produzidos três filmes que tinham no seu enredo a figura dos cangaceiros: "Filho sem Mãe", de Tancredo Seabra, 1925; "Sangue de Irmão", de Jota Soares, 1926; e "Lampião, a Fera do Nordeste", de Guilherme Gáudio, 1930. Essas produções perderam-se no decorrer do tempo, mas segundo notícias, todas apresentavam a figura dos cangaceiros como maus, despudorados e bandidos, talvez tenha sido por isso que tais produções não foram vistas como uma ameaça ao Estado (CAETANO, 2005, p. 114).

O próprio título do filme de Abrahão já se apresentava uma forma tendenciosa de suavizar e, porque não dizer, exaltar a figura do líder cangaceiro. "Lampião, o Rei do Cangaço", concentrava em si toda uma afirmativa contundente para a sociedade estadonovista, afirmava o poder, o micro-poder, o micro-estado de um cangaceiro que naquele período, por dezoito anos, desafiava as forças volantes e os governantes.

Apesar do conceito "Rei do Cangaço" não ter sido pensado por Abrahão, pois já era recorrente na época esse termo lapidado pelos jornais para qualificar Lampião, no filme do sírio-libanês, ele soou como uma afronta, haja vista o maior poder de convencimento que as imagens têm, em detrimento dos textos escritos. Retomando a concepção de Aduino Novaes, já apresentado neste texto, as imagens levam a uma reflexão, a um convencimento maior, ela

estabelece relações com a realidade, como definiu Jean Starobinski, "o olhar é menos a faculdade de recolher imagens e mais a faculdade de estabelecer relações" (NOVAES, 2005, p.161), relações com a vida, com as experiências do sujeito. A própria ideia de "Rei" trazia para a lembrança dos indivíduos o velho sistema monárquico, deposto em 1989, e que ainda era um fantasma a assustar uma república com problemas de legitimação, organização e aceitação.

Em vários momentos da película, observa-se um Lampião tranquilo, seguro de si e do seu poder, que, e juntamente com seus cangaceiros, viviam no coito sem a menor preocupação com o ataque de uma força volante. Sujeitos que rezavam ajoelhados e de forma contrita o ofício de Nossa Senhora diante da estampa de uma imagem, a qual veneravam e rendiam respeito. Homens que apanhavam água para as necessidades básicas, que matavam animais para as refeições mostrando seus pratos cheios e fartos; e uma "Maria do Capitão"¹⁰ penteando o "Rei do Cangaço" que abundantemente jogava perfume sobre si e depois em direção a câmera. Uma Maria vestida com roupas de seda e escolhendo das mãos do cangaceiro Sabonete, espécie de secretário particular dela, as jóias que usaria, como se quisesse impressionar os interlocutores.

As imagens mais contundentes são as dos cangaceiros dançando, com sorrisos fartos estampados nos rostos e uma familiaridade incrível com a câmara. Para nós esse foi um dos pontos mais críticos que incomodou as autoridades, pois soou como uma apologia ao banditismo, como se aquela vida fosse prospera, haja vista não faltar comida em abundância, coisa que muitas vezes faltava para a maior parte dos sertanejo; e possibilitar diversão com festas realizadas em plena caatinga. Além do mais, um Lampião com um enorme punhal é filmado em formato de close, vindo em direção a câmara, a falar algumas palavras como se estivesse a desafiar um sujeito imaginário ou a reafirmar o seu poder.

Festas, comida, bebida e a própria simulação de um confronto, no qual os cangaceiros sorridentes fingiam lutar, fazem parte do pouco que restou do filme de Abrahão que também fez questão de ser filmado e aparecer na película, sendo essa atitude uma espécie de autentificação do seu feito, legitimação da sua coragem e ousadia em conviver com os cangaceiros para captar aquelas imagens.

O sírio-libanês apresentou-se como um aventureiro que, de porte de um facão, foi filmado saindo de uma caatinga fechada em busca dos cangaceiros, em uma cena

¹⁰ Como Maria Bonita era chamada no interior do bando.

extremamente teatralizada. Posteriormente foi filmado recebendo bebida do cantil de um cangaceiro e cumprimentando amistosamente o "Rei do Cangaço". A sua aparição acabava revelando-se como a contundente assinatura da autoria das imagens, sendo tal feito reconhecido pelos jornais da época, os quais espetacularizaram o feito: "Sensacional vitória da 'Aba-Film' - Uma das mais importantes reportagens fotográficas dos últimos tempos - Lampeão, sua mulher e seus sequazes filmados em pleno sertão" (O POVO, 29 dez. 1936).

O Lampião apresentado por Abrahão não é aquele sujeito bárbaro, que aterrorizava as famílias, matava e roubava de forma descomunal, mas sim um sujeito calmo, atencioso com os seus subordinados, sempre a espreita e na vigilância a observar os serviços do bando, um líder que sabia ler, filmado lendo o jornal *O Globo* e *A Noite Ilustrada*, escrevendo enquanto Maria Bonita segurava o tinteiro e costurando seus paramentos. Há uma cordialidade advinda da parte dos cangaceiros que permeia toda a filmagem. Temos aí um confronto de representações sociais e memórias, a oficial/elitista que caracterizava os cangaceiros com as vestes da barbárie, e a representação que os próprios cangaceiros faziam de si e tentaram expressar na filmagem.

É inevitável perguntarmo-nos se o filme é um documentário fiel da vida cangaceira ou uma ficção manipulada para instituir uma imagem positiva sobre o cangaço? Tal questionamento é extremamente complexo, pois é bastante problemático afirmar o que seria "verdadeiro" nas ações apresentadas pelos cangaceiros durante as filmagens e o que seria teatralização e auto-representação.

Sabemos que o próprio ato de filmar algo, seja uma ficção ou um documentário, já é um ato de representar, no qual o projeto fílmico estaria envolto por interesses e intencionalidades. Um possível "real" e ficcional são faces de uma mesma moeda, na qual se confundem, completam-se, dão sentido a narrativa, pois como nos lembra Walter Benjamin, quando em 1940, apresenta as suas teses "Sobre o conceito de História": "Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'tal como ele propriamente foi'. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo" (apud. GAGNEBIN, 2006, p.40), assim, esses fragmentos do passado, os quais são resquícios de experiências, não contém o passado, são constituintes deste. No entanto, não nos permite conhecermos a verdade em plenitude, é apenas uma centelha que ilumina nosso presente, uma forma virtual de significar um tempo que não nos será possível apreender no seu todo, restando-nos apenas recolher os cacos das experiências e lembranças para articulá-los e para

interpretá-los, tendo a certeza que esse não é o passado, mas um reflexo de outrora, essa é a nossa única certeza e verdade.

O trabalho de Abrahão não deixa de ser um documentário, apesar da teatralização notória em boa parte das ações desenvolvidas na frente da lente. Trazemos para reflexão algumas das indagações do historiador José Walter Nunes, afim de pensarmos um pouco no caráter de "verdade" dos filmes documentários. Não apresentamos respostas para tais questionamentos, eles ajuda-nos a instigar nosso raciocínio no intuito de racionalizar o que seria "verdade, realidade e ficção":

Atribui-se a esse gênero de filme [documentário], um caráter de verdade - em oposição à fantasia que o chamado filme de ficção (científica ou não) carrega consigo - pois a combinação depoimento oral - de pessoas que vivenciaram ou testemunharam fatos e situações - com documentos escritos e visuais, além de outras linguagens como a musical, gestual, entre outras, contribuem para essa ideia de verdade. Mas, aqui, cabem algumas indagações: tais combinações afastam, realmente, desse tipo de narrativa histórica-fílmica o espectro da ficção? Ou os relatos orais (ou escritos) estão isentos de qualquer caráter ficcional? Ou os procedimentos e os elementos de construção do documentário são tão distintos do gênero fílmico de ficção que induziriam as pessoas a uma compreensão de verdade em torno daquilo que assistem? (NUNES, 2009, p.140).

Dessa feita, para nós, apesar de haver certa teatralidade nas imagens dos cangaceiros em frente as câmaras, isso não desqualifica a importância das mesmas, mas legitima um ponto bastante interessante, o que diz respeito a forma como os bandoleiros gostariam de serem vistos e como se auto-representaram¹¹. Apesar de não ser um documentário “fidedigno” do cotidiano, ele deixa explícito uma série de fragmentos que dão margem a uma rearticulação em torno da vivência no meio da caatinga. Mesmo com uma teatralização das suas ações, aquelas imagens refletem uma vivência real.

Para nós, fica perceptível a dimensão de memória presente no filme, e o próprio “projeto” de memória que os cangaceiros almejavam apresentar sobre si. Elas entram na dinâmica das disputas de memórias: a que o Estado e a imprensa tentavam instituir sobre os cangaceiros, pela qual eles deveriam ser lembrados como bárbaros, bandidos e selvagens; e a memória construída pelos cangaceiros, na qual apresentavam-se como vítimas de um sistema, ou mesmo como cidadãos comuns que não seguiam a forma de vida padronizada imposta pela sociedade. Pretendiam serem vistos como sujeitos alegres e cordiais, essas são imagens

¹¹ Sobre a discussão em torno do conceito de representação social, ver: CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990; _____. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

recorrentes durante todo o filme de Abrahão¹².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto o Estado, a imprensa e os próprios cangaceiros tentaram manipular as imagens para instituírem uma memória que lhe conviesse. Como ressalta Georges Duby, “a história foi sempre fabricada para reforçar um poder, para apoiar uma reivindicação [...] O passado foi sempre triturado, colhido em redes de discursos entrelaçados para envolver o adversário ou para nos protegermos em combates em que o que está em jogo é o poder” (1989, p. 73), o poder de convencimento, o de instituir “verdades” no meio social, de angariar admiração, de evitar perseguição. Lampião, possivelmente, sabia que as imagens de Abrahão alcançariam um público significativo, o que o levou a apresentar-se da melhor maneira possível. “Há sempre manipulação da memória, em função, é claro, de interesses” (1989, p. 73).

A imagem de um “bom cangaceiro” foi um discurso tentado passar por meio das imagens fílmicas documentadas pelo sírio-libanês. O cangaceiro usou a imagem para possibilitar que os sujeitos pudessem ter acesso a outras “verdades”, tivessem outras leituras sobre a vida bandoleira, assim, a história dele e dos demais homens sob sua liderança ia sendo discursivamente reinventada e resignificada.

Os fragmentos que restam do trabalho de Abrahão condensam a síntese de uma época e abre margem para a rearticulação de várias histórias de vida que se cruzam; concentram memórias que constroem a vida social. A nós cabe a missão de decifrar os rastros e recolhemos os restos desse passado que desafia o presente, ou melhor, se fazem presente e constroem o presente.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Érico de. **Lampeão**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

ARAÚJO, Antônio Amaury Corrêa; FERREIRA, Vera. **De Virgolino a Lampião**. São Paulo: Idéia Visual, 1999.

_____; ARAÚJO, Carlos Elydio Corrêa. **Lampião: Herói ou Bandido?** São Paulo: Claridade, 2009.

¹² Para confirmar a autenticidade das imagens, Lampião escreveu o seguinte bilhete e entregou a Abrahão: “Illmo Sr Benjamin Abrahão. Saudações. Venho lhi afirmar que foi a primeira peça que consegui filmar eu com todos os meus peçoal cangaceiros, filmando asim todos us movimento da noça vida nas catingas dus sertões nordistinos. Outra peça não conciguiu nem conciguirá nem mesmo eu consintirei mais. Sem mais do amigo Capm Virgolino Ferreira da Silva. Vulgo Capm Lampeão”. Uma cópia do bilhete encontra-se no jornal *Diário de Pernambuco*, edição de 18 de fevereiro de 1937.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura história da cultura. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAETANO, Maria do Rosário. **Cangaço**: o Nordeste no cinema brasileiro. Brasília; Avathar, 2005.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

_____. **À Beira da Falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DUBY, G.; LARDREAU, Guy. **Diálogos sobre a Nova História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

DUTRA, Wesley Rodrigues. **Nas Trilhas do “Rei do Cangaço” e de suas Representações 1922-1927**. 2011. 176f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Histórica) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar Escrever Esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

JASMIN, Élise. **Cangaceiros**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

MAGALHÃES, Nancy Alessio. “Memórias de estudantes de Angola no Brasil”. In: **Cadernos CERU**: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, v. 19. Nº 1. São Paulo: CERU/USP, jun. 2008. p. 139-150.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. 4.ed. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

NOVAES, Adauto (org.). **Muito além do Espetáculo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

NUNES, José Walter. “Narrativa histórica no filme documentário: realidade e ficção se encontram?” In: DUARTE, Geni Rosa; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson (orgs.). **Práticas socioculturais como fazer histórico**. Abordagens e desafios teórico-metodológicos. Cascavel: Edunioeste, 2009. p. 139-160.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagem**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PRATA, Ranulpho. **Lampeão**. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1933.

UMBERTO, José. “Benjamin Abrahão, o mascate que filmou Lampeão”. In: CAETANO, Maria do Rosário. **Cangaço**: o Nordeste no cinema brasileiro. Brasília; Avathar, 2005. p. 17-31.



ST14. História, metodologia e práticas de ensino: refletindo sobre experiências com as linguagens

Coordenador(es): Regina Maria Rodrigues Behar e Adeilma Carneiro Bastos

PRESERVANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL ATRAVÉS DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Álvaro Carvalho Dias da Silva¹

Resumo: Manter viva nossas raízes é o que norteia este estudo assim como o grupo de debate em questão. A ideia de valorizar e preservar o patrimônio histórico-cultural do Estado da Paraíba, mesmo em seu mais simples sentido não precisaria de nenhuma justificativa, já que manter sobre proteção objetos e valores que retratem nossa história faz parte de um direito que a humanidade tem e deve ter a consciência de preservar e conservar. O alcance da memória até as futuras gerações através dos projetos e experiências que se desenvolvem em diversas localidades do país, inclusive o que será tratado aqui com o título de “São Bento em HQ: Tecendo Histórias”, onde este faz a união entre preservação histórico-cultural e a dinâmica dos quadrinhos, traz neste breve recorte, parte da luta do povo paraibano em manter suas conquistas e desventuras registradas nos caminhos da História, fazendo com que a cultura nordestina paraibana não seja esquecida e fique para sempre registrada como patrimônio nacional.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio hitórico-cultural; memória; quadrinhos; História.

Introdução

¹ Mestrando em Ciências da Educação(UAA – Universidad Autonoma de Asunción); Pós-graduado em Psicopedagogia(FIP – Faculdades Integradas de Patos); Graduado em Licenciatura Plena em História(FIP – Faculdades Integradas de Patos); Editor Original/Roteirista da Revista São Bento em HQ:Tecendo Histórias; Professor na Educação básica da disciplina de História onde atualmente utiliza a Revista como resgate e preservação do patrimônio histórico e cultural do município.

A valorização do patrimônio histórico-cultural do Estado da Paraíba ganhou ênfase na atualidade, esta alcançou e vem alcançando seu fim almejado, ou seja, esta valorização não mais se resume à mera ideia de proteção de bens materiais, mas seu alcance atravessou as fronteiras do palpável, brotando assim uma tomada de consciência da importância da necessidade do ato de preservar na mente da população.

No início desse breve estudo, faremos um breve percurso tratando em linhas gerais sobre alguns questionamentos para entendermos o foco de nossa temática. Como o por que devemos preservar? Ou quais as razões que a sociedade teria para manter vivo seu patrimônio para as gerações futuras? Entendendo esses questionamentos, veremos que o ato de preservar vai além de manter objetos intactos para as futuras gerações, mas a manutenção da própria identidade, para só assim, compreendermos como parte da investigação Historiográfica que o resgate de todo esse processo possibilitará na compreensão do presente e de ação no futuro.

Outra questão importante será definir a resposta para Patrimônio Histórico e Memória, onde veremos que estes configura-se hoje como temas bastantes debatidos nas academias, porém com várias nomenclaturas. No estudo que se segue, através dos autores consultados busca-se responder está indagação de forma clara como requisito pra entendermos a ideia central do trabalho.

Outra tema a ser tratado, é como e porque utilizar Histórias em Quadrinhos como recurso didático na construção do conhecimento? A necessidade de integrar novas linguagens na educação é justificável por si só, sendo assim os HQ como são chamados, são hoje utilizados como fuga do livro didático para auxiliar no ensino-aprendizagem facilitando o trabalho do professor em sala de aula.

Assim, fazendo uma junção de resgate à cultura histórica e incentivo a leitura em sala de aula como recurso didático, o *Projeto São Bento em Quadrinhos* vem unindo o útil ao agradável, onde além de preservar o patrimônio histórico e cultural do município de São Bento Paraíba vem difundindo a cultura dos Quadrinhos de uma forma dinâmica e criativa expondo o conteúdo de História em sala de aula buscando formas de sair um pouco do tradicionalismo.

Por que devemos preservar?

A consciência em si acerca da preservação do patrimônio histórico nacional é um fato recente para o povo brasileiro. Sobre a questão, levanta-se o seguinte questionamento: por que

preservar? Se procurarmos a definição para o termo veremos sua abrangência e necessária reflexão sobre o assunto.

O Aurélio(1988) define Preservar como “livrar de algum mal, manter livre de corrupção, perigo ou dano, conservar, livrar, defender e resguardar”. Ou, ainda, é um ato para a perpetuação e prolongamento de um bem cultural ou natural. Uma lei, um ato público ou particular para evitar a destruição de um patrimônio.

Atualmente a discussão sobre a necessidade de preservação já toma dimensões de obrigação, a valorização do passado das cidades, não só na arquitetura, mas nas diversas áreas do cotidiano é assunto em pauta. O Patrimônio Arquitetônico e suas manifestações culturais representam uma produção simbólica, carregada de diferentes valores e capaz de expressar as experiências sociais de uma sociedade. Mas, com o rápido e desordenado crescimento das cidades brasileiras, com uma progressiva perda e descaracterização do Patrimônio Histórico, nos faz refletir acerca da constante necessidade de transformação dos espaços urbanos, paralelo às implicações referentes à qualidade ambiental e preservação do patrimônio construído. Sobre essa construção simbólica Ortiz nos afirma que:

Toda identidade é uma construção simbólica (e necessária), o que elimina, portanto as dúvidas sobre a veracidade ou a falsidade do que é produzido. Dito de outra forma, não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos. (ORTIZ,1994:138)

A destruição da casa de seus antepassados, de antigos cinemas, bares, teatros e outros prédios históricos. Toda essa “destruição do patrimônio” para dar lugar ao automóvel ou aos gigantes edifícios de aço e concreto deixam cidades poluídas, e seus habitantes perdem um pouco da identidade e identificação com o local onde vivem. Passado a euforia do modernismo, o homem se volta para a busca de seu passado, de suas memórias. Essa busca vem do anseio de uma civilização dominada pela técnica que deseja voltar seus olhos para o passado. Uma espécie de saudade da época em que nossas cidades eram mais humanas, em que o homem tinha mais tempo para refletir sobre seu destino.

Assim, a memória coletiva das cidades está em seus velhos edifícios e registros. Eles são o testemunho, hoje mudos, porém valioso, de um passado distante. Servem para transmitir às gerações posteriores os episódios históricos que neles tiveram lugar e também como referência urbana, arquitetônica e bibliográfica para o nosso momento atual (CHOYA, 2001).

A preservação, ou seja, o ato de manter os testemunhos das manifestações culturais e ambientais(materiais) possibilita à sociedade reconhecer a sua identidade, valorizando e estabelecendo referenciais para a construção de seu futuro. Para isso, são tomadas medidas protecionistas, através de procedimentos que o poder público e privado adotam, no intuito de preservar os bens patrimoniais.

Geralmente observamos o desinteresse por parte dos governantes que, esquecidos de seus princípios éticos, não adotam políticas de conservação adequada e abandonam a própria sorte, uma parte significativa do patrimônio cultural da cidade. Os próprios cidadãos como integrantes desse processo deveriam exigir métodos eficazes e buscar meios para manter suas raízes a salvo do vandalismo e desgastes ambientais provocados pelo tempo. Uma tarefa da população e de governos comprometidos com as causas populares no sentido de definirem os artífices desta identidade e desta memória que se quer coletivos, é na elaboração de projetos de integração da população com os temas da “revitalização” do patrimônio cultural em interação com as questões urbanas mediante formação de associações que articulam conceitos como Arte, Educação e Cultura, que mobilizou esta pesquisa no decorrer das próximas páginas.

A conservação dos bens históricos e culturais resgata parte do que é o passado de uma sociedade, permitindo assim possibilidades de se compreender o presente, e de ação no futuro (POLLAK,1992). Partimos do pressuposto que o passado constitui um referencial imprescindível para o presente e seu conhecimento possibilita entendimentos, bem como uma percepção diferenciada do mundo, a Educação e a valorização do Patrimônio Histórico-cultural traz consigo reflexões, que perpassam a prática e a teoria, mostrando aos alunos um encontro com mundo material, ou seja, a expressão da cultura material interiorizada em diferentes documentos históricos, ou seja: edifícios, praças, ruas entre outros vistos diariamente no cotidiano deles.

Conhecer a história da cidade e seu processo constitutivo é saber que cada indivíduo faz parte deste processo como ser ativo. É o caminho para a criação de uma identidade, primeiramente para com o seu local, depois regional e finalmente atingir a identidade nacional. Mas antes, a preservação do Patrimônio Cultural e a Educação Patrimonial são formas de interpretações conjugadas entre várias disciplinas e que envolvem uma série de atores sociais e políticos. Para o aluno, pode ser a oportunidade de um entendimento distinto do mundo que o cerca, além da possibilidade de criação de laços íntimos com o espaço, na

tentativa de se evitar a depredação de bens e locais públicos, bem como pensar a importância destes para a paisagem urbana e o espaço comum de convivência.

A Preservação do Patrimônio Cultural é uma questão de cidadania e interessa a todos por se constituir um direito fundamental do cidadão e esteio para a construção da identidade cultural.

Considerar a preservação do patrimônio histórico como uma questão de cidadania implica reconhecer que, como cidadãos, temos o direito à memória, mas também o dever de contribuir para a manutenção desse rico e valioso acervo cultural de nosso país (...). Ademais, por admitirmos o papel fundamental da instituição escolar no exercício e formação da cidadania de nossas crianças, jovens e adolescentes, é que defendemos a necessidade de que a temática do patrimônio histórico seja apropriada como objeto de estudo no processo ensino-aprendizagem (Oriá In: Bittencoutr, 2003:141)

A proposta de preservação cultural que iremos trabalhar, tem como objetivo levar para sala de aula material de qualidade onde os alunos poderão manter vivo o conhecimento histórico-cultural sobre sua cidade de maneira clara e divertida, produzida pelos próprios conterrâneos afim de despertar talentos e leitores no tocante dos bens móveis e imóveis de sua terra preservando e valorizando suas tradições.

Definindo Patrimônio Histórico e Memória

A preservação do patrimônio histórico e cultural configura-se hoje um tema bastante discutido nas escolas e academias. Quando falamos em patrimônio logo nos vem ao sentido como este sendo sinônimo de memória, ou seja, algo que faz parte da nossa memória, seja material ou não. Desse modo um patrimônio histórico de uma nação não abrange apenas objetos físicos ou sua tradição sócio cultural, mas toda e qualquer forma de expressão de conhecimento que esta sociedade registrar. Como afirma nossa Constituição Federal no Artigo 216:

patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos dirigentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; os modos de criar, e fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços às manifestações artísticos-culturais; V – os conjuntos urbanos e

sítios de valor histórico, paisagísticos, artísticos arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 2000: 145)

A Carta de 1988 avançou ao garantir proteção ao patrimônio material e imaterial, ou seja, não só se preservará o “construído”, mas também o “transmitido”. Em consonância com a política mundial, a Constituição reconhece que o patrimônio cultural do povo brasileiro é ingrediente de sua identidade e da diversidade cultural. Podendo também tornar-se um importante fator de desenvolvimento sustentado, de promoção do bem-estar social, de participação e de cidadania.

É mesmo um conjunto de elementos que compõe o que se entende por patrimônio. O patrimônio cultural tem como sujeito de interesses toda a sociedade que reflete sua relevância e é uma categoria que abrange bens de naturezas diversas, que podem se classificar como bens materiais ou imateriais, móveis ou imóveis, públicos ou privados.

A proteção que pretendeu o constituinte de 1988 foi de estabelecer e abranger o fenômeno cultural que possui três dimensões fundamentais: criação, difusão e conservação. Estas dimensões fundamentais – a criação, a difusão e a conservação – estão contempladas no texto constitucional, que põe sob a tutela do Estado (Poder Público), contribuindo, também, a sociedade. Assim, caberá ao Governo Federal, especialmente por intermédio do Ministério da Cultura, formular e operacionalizar as políticas públicas que assegurem os direitos culturais ao cidadão, criando instrumentos e mecanismos que possibilitem o apoio à criação cultural e artística, o acesso a estes bens culturais e a distribuição destes, bem como a proteção, a preservação e a difusão de todo patrimônio cultural brasileiro.

Segundo Nestor Garcia Canclini(1994), por patrimônio entende-se como herança cultural de cada povo, os bens produzidos por estes segmentos hegemônicos em determinado momento histórico e também os bens culturais visíveis e invisíveis, tais como a língua, documentação, conhecimento, artesanato, e também os produtos da cultura dos povos ditos populares. No Aurélio(1988) Patrimônio definiu-se como: “Bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país, ou para a humanidade, e que, ao se tornar(em) protegido(s), como, p. ex., pelo tombamento, deve(m) ser preservado(s) para o usufruto de todos os cidadãos”.

A memória e o patrimônio configuram-se como problemáticas relevantes das sociedades contemporâneas. A História como disciplina em certos momentos percebeu-se intimamente imbricada com a memória e, nas últimas décadas, vem construindo-se através do distanciamento da memória e seu processo de construção pelos diferentes grupos sociais e

indivíduos. A História busca tomar as memórias como objeto de investigação, recuperando seu olhar crítico sobre as relações sociais, embora não deixe de perceber a memória como sua matriz.

Os estudos empreendidos por Maurice Halbwachs(1990) contribuíram definitivamente para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. Para ele a memória aparentemente mais particular remete a um grupo. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. É no contexto destas relações que construímos as nossas lembranças. A rememoração individual se faz na tessitura das memórias dos diferentes grupos com que nos relacionamos. Ela está impregnada das memórias dos que nos cercam, de maneira que, ainda que não estejamos em presença destes, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem a partir desse emaranhado de experiências, que percebemos qual uma amálgama, uma unidade que parece ser só nossa. As lembranças se alimentam das diversas memórias oferecidas pelo grupo, a que o autor denomina “comunidade afetiva” (HALBWACHS, 1990:34). E dificilmente nos lembramos fora deste quadro de referências. Tanto nos processos de produção da memória como na rememoração, o outro tem um papel fundamental.

Dessa forma, o processo de construção da memória coletiva tem a função de permanência e transmissão cultural da herança do grupo, ou seja, de um passa comum que compartilha memórias. Ela garante o sentimento de identidade dos indivíduos calcados numa memória compartilhada não só no campo histórico do real, mas sobretudo, do simbólico. Conforme Henry Rousso:

seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, as rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. (ROUSSO, 1998:94-95).

É interessante ainda apontar que a memória é um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos. Decidir sobre o que deve ser lembrado e também sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro. Desse embate resultam, entre outras, as escolhas sobre os currículos escolares. O que será lembrado, que datas receberão atenção e comemoração, que histórias, consideradas importantes para todos deverão integrar os livros e os saberes necessários aos alunos.

Nesse sentido, memória e história imbricam-se inexoravelmente, cabendo a nosso campo formar o conhecimento que problematiza os processos de construção, invenção, criação, perpetuação, manipulação das memórias nas diferentes sociedades. O patrimônio constitui-se em forma específica de mediação com a memória e o passado nas sociedades modernas ocidentais.

Atualmente a História vem se aproximando desse campo de estudo investigando as várias dimensões da preservação do passado, atuando nas políticas de gestão dos patrimônios nas sociedades em seus mais amplos espectro (arquitetura, registros escritos e áudio-visuais, vestígios arqueológicos, oralidade, práticas, arte.), buscando meios de incluir estes registros nas práticas pedagógicas no ensino de história de forma mais dinâmica na construção do conhecimento.

História em Quadrinhos como recurso didático

É inegável a necessidade de integrar diferentes linguagens na construção do conhecimento nas aulas em todos os níveis de ensino. A atualização das diferentes linguagens possibilita a dinamização do cotidiano da sala de aula diversificando a prática do ensino das disciplinas, permitindo uma melhor contribuição para o processo de ensino-aprendizagem. De acordo com o Atlas Escolar da Paraíba:

*O homem paraibano tem demonstrado, com sua criatividade e harmonia, o interesse de preservar a cultura e difundi-la com suas produções e **projetos**, de forma oficial e particular. Como produtor de cultura, é também responsável pela preservação de nossos bens culturais, ecológicos e arqueológicos, expressados através da arte. As produções plásticas, teatrais, literárias, musicais, artesanais, além dos cine-vídeos, formam e geram um conjunto de produtos culturais que fortalecem a cultura nacional. (RODRIGUEZ, 2002:85)*

Pensamos assim, que a compreensão dos conteúdos históricos, pode acontecer de diversas maneiras, inclusive utilizando diferentes documentos ou artesanatos, fugindo assim, da tradição do livro didático.

Portanto, a escolha que fazemos da proposta de uso de histórias em quadrinhos para o ensino, além de ferramenta de resgate da cultura histórica, é a de romper com a metodologia centrada apenas no livro didático como fonte de informação e reflexão a respeito da História no processo ensino-aprendizagem, buscando então, possibilidades de tornar o trabalho em sala de aula e o resgate a cultura mais prazeroso tanto para o aluno como para o professor.

Conhecendo o Projeto São Bento em HQ: Tecendo Histórias

A construção de Histórias em Quadrinhos sobre o município de São Bento no Estado da Paraíba, estas construídas baseadas através de relatos de pessoas mais velhas e pesquisas em documentos feitas pelos integrantes do projeto e mesmo passagens fictícias hoje fazem parte de documento didático que preservam histórias que antes estavam sendo esquecidas. Segundo Roger Chartier:

Atualmente, sem dúvida mais que em 1998, os historiadores sabem que o conhecimento que produzem não é mais que uma das modalidades da relação que as sociedades mantêm com o passado. As obras de ficção, ao menos algumas delas, e a memória, seja ela coletiva ou individual, também conferem uma presença ao passado, às vezes ou amiúde mais prazerosa do que a que estabelecem os livros de história. (CHARTIER, 2007:21)

O Projeto fez parte em sua primeira edição da seleção do “Microprojetos Mais Cultura²”, este financiado pelo Governo Federal, Ministério da Cultura e Instituto Nordeste Cidadania que tem como objetivo promover a diversidade cultural por meio do financiamento não reembolsável de projetos de artistas, grupos artísticos independentes e produtos culturais. Sendo assim, foi a partir da seleção e aprovação no Microprojeto Mais Cultura, que foi lançado no ano de 2010 à primeira Edição da revista “São Bento em HQ: Tecendo Histórias”:

² O objetivo da ação é promover a diversidade cultural por meio do fomento e incentivo aos artistas, grupos artísticos independentes e pequenos produtores culturais. Os prêmios serão concedidos a pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos que desenvolvam projetos nas áreas de artes visuais, artes cênicas, música, literatura, audiovisual e artes integradas. Os projetos deverão ser realizados e concluídos em um ano, a partir da data de assinatura do contrato entre os contemplados e o BNB. Saiba mais: <http://www.cultura.gov.br/site/2009/05/20/microprojetos-mais-cultura-investira-r-135-milhoes-no-semiarido-brasileiro/>

Figura 1³:

Como contribuição, até a presente iniciativa, projetos dessa natureza nunca tinham sido realizados na cidade de São Bento. Estamos vivendo um período de muita dificuldade para quem lê e escreve (termos esses que representam poucos menos de 50% nas produções de histórias). Nossa cidade é carente em cultura e expressões artísticas, por isso a falta de oportunidade para os desenhistas e escritores apresentarem suas habilidades, já que são os próprios estudantes das escolas que se voluntariam para participar da escrita da revista, já é uma grande justificativa para ação. Como afirmou o idealizador do Projeto São Bento em Quadrinhos na abertura da revista:

Figura 2⁴:

Todos aqueles que já conviveram com crianças sabem que a realidade delas é uma grande fantasia, que muda conforme as necessidades de suas vidas. Conseguir retratar a história de uma cidade através das mãos de uma criança é permitir que ela seja rei e guardião do papel da história. Essa revista tem como objetivo relatar breves iluminações da construção histórica da cidade, e ao mesmo tempo, mostrar que a expressão daquilo que o adulto entende por “arte” é bastante circunstancial. Não existe desenho feio, feio é a folha em branco! (Lailton João⁵)

³ Capa da Primeira Edição da Revista *São Bento em HQ: Tecendo Histórias* lançada em Dezembro do ano de 2010. Esta teve seu lançamento com Show de Bandas de Rock e Concursos de Cosplays além de sua distribuição totalmente gratuita entre os estudantes, Escolas e bibliotecas da cidade.

⁴ Representação do idealizador do Projeto em foto-imagem em cima de alguns clássicos dos quadrinhos na apresentação da Revista e seu texto de abertura (Mensagem ao leitor)

A importância do Projeto é revelar artistas e valorizar a cultura da cidade – Seguindo esse pensamento o projeto “São Bento em Quadrinhos” busca resgatar o cotidiano do ambiente nordestino, vivenciado por crianças e adolescentes da cidade de São Bento – PB. Com intuito de criar uma ponte entre o tradicional e o moderno, entre a Paraíba e o universo das histórias em quadrinho, com o projeto, acreditamos na possibilidade de revelar novos talentos. Essa classe jovem da cidade de São Bento poderá, através desta atividade, não só observar a arte por um novo ângulo, como também, resgatar histórias e peculiaridades de sua própria raiz cultural. O projeto levou e continua levando aos participantes obras de renomados desenhistas através de palestras ministradas sobre o tema: “A cultura das Histórias em Quadrinhos pelo Mundo”. O projeto São Bento em Quadrinhos proporciona uma inovadora visão e versão cultural, onde a juventude da cidade reconta, em quadrinhos, suas histórias tomando como base a própria vida.

Atualmente o *Projeto São Bento em Quadrinhos* em atividade de produção e construção de sua segunda Edição, encontra-se constituído por mais de 30 participantes voluntários (desenhistas, roteiristas, editores), além desses integrantes a dimensão do projeto alcançou o apoio de vários colaboradores que vêm e acreditam na preservação da cultura local através das Histórias produzidas pela Equipe. Hoje o projeto conta com o apoio físico e financeiro para manter-se em andamento da Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação, Escolas Públicas e Privadas, Bibliotecas. Sendo assim, concluímos a partir deste estudo a importância do Projeto na valorização do patrimônio histórico e cultural local e sua relevância para manter as tradições vivas nos registros da História.

Considerações Finais

Percebemos então que apesar de todos os alcances provindos das leis constitucionais e projetos pela valorização do patrimônio histórico e cultural, todos os cidadãos devem promover essa consciência a preservação, dando ênfase ao que diz Souza Filho quando afirma que o sentido de preservar o patrimônio “não é pela materialidade existente, mas pela representação, evocação ou memória que lhe é inerente” (SOUZA FILHO,2006:53).

⁵ Laílton João é Laílton João da Silva é Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo; Coordenador e Autor do Projeto São Bento em HQ: Tecendo Histórias; Oficineiro no Programa Mais Educação na cidade de Patos-PB onde lançou livro em Quadrinhos sobre a História da Patos em Quadrinhos em 2011.

Até onde se sabe, foi somente em 1936 que o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, pede ao intelectual Mário de Andrade que elabore um projeto para a proteção dos bens culturais do Brasil, onde o texto original definia o Patrimônio Artístico Nacional como, todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil (LEMOS, 1987:38). Hoje, a expressão tomou dimensões mais ampla, ao invés de simplesmente “patrimônio histórico e artístico” esta foi substituída por “patrimônio cultural”, conceito este que observa o produção humana como um processo em curso e em constante transformação, exigindo uma nova postura da administração pública com relação ao assunto.

Desta forma o tema da preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural é de extrema importância na atualidade, a ideia parte do pressuposto de herança paterna, de alguma coisa que se transfere de uma geração para outra, de um tempo a outro, que logo nos remete ao conceito de memória, já que o patrimônio a tudo aquilo que faz parte da cultura, mesmo o aprendizado sem intencionalidade ao se transformar em informação acaba se tornando memória e por sua vez história.

Em sala de aula, quando esta informação é bem trabalhada, proporciona uma aprendizagem significativa, onde os educandos preservarão em suas memórias informações como o novo, o inesperado. Sendo este canal fundamental de armazenamento chamado “memória”, que o ajudará a ler e interpretar o mundo na área do patrimônio cultural, tornando-os cidadãos na compreenderam de sua identidade cultural e seu exercício para com a cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, C. (Org.) *O Saber Histórico em Sala de Aula*. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Organizada por Paulo Lenir dos Santos. Porto Alegre: Sagra e Luzatto, 2000.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CANCLINI, N. G. *O patrimônio Cultural e a Construção do Imaginário Nacional*. In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n.23, 1994. p.95 – 116.

CHOAY, F. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LE MOS, C. A. *O que é patrimônio histórico*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1.ed. 1994.

POLLAK, M. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, v. 5, n.10, 1992, p.200-212.

RODRIGUEZ, Janete Lins.(Coord.) *Atlas Escolar da Paraíba*. 3.ed. João Pessoa: GRAFSET, 2002.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coord.). Usos e abusos de história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *Bens culturais e proteção jurídica*. 2 ed. Porto Alegre: UE, Porto Alegre, 2006.

PARA ALÉM DO QUADRO E DO LIVRO: NOVAS PRÁTICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

*Keliene Christina da Silva¹
Vânia Cristina da Silva²*

O professor de História, no exercício cotidiano de seu ofício, incorpora noções, representações, linguagens do mundo vivido fora da escola, na família, no trabalho, nos espaços de lazer, na mídia etc. A formação do aluno/ cidadão se inicia e se processa ao longo de sua vida nos diversos espaços de vivência. Logo, todas as linguagens, todos os veículos e materiais, frutos de múltiplas experiências culturais, contribuem com a produção/ difusão de saberes históricos, responsáveis pela formação do pensamento, tais como os meios de comunicação de massa – rádio, TV, imprensa em geral –, literatura, cinema, tradição oral, monumentos, museus etc. (FONSECA, 2003, p.164, **Grifo nosso**)

Como podemos observar na citação acima, o professor de História deve estar preparado para incorporar e trabalhar com diversas linguagens em suas aulas, pois, as “[...] metodologias de ensino, na atualidade, exigem permanente atualização, constante investigação e contínua incorporação de diferentes fontes”. Ademais, a referida autora nos alerta ainda que, “Ao incorporar diferentes linguagens no processo de Ensino de História, reconhecemos não só a estreita ligação entre os saberes escolares e a vida social”, mas

¹ Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB.

² Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB.

também a necessidade de “(re) construirmos nosso conceito de ensino e aprendizagem” (FONSECA, 2003, p.164).

Os tempos são outros e precisamos ter consciência de que os professores não são mais aqueles que apresentam um monólogo para alunos passivos que acreditam no poder da memorização como forma de lidar com a História. Afinal de contas, qual professor nunca se deparou com as seguintes indagações e afirmações durante suas aulas?

“Professor, afinal, para que serve a História?”

“Para estudar História, basta decorar!”

“A aula de História me dá muito sono”.

Colocações como estas fazem parte do cotidiano de muitos professores de História. Não é surpresa escutar reclamações dos alunos enquanto tentamos ministrar uma aula.

Em seu livro, *Ensino de História: fundamentos e métodos*, a pesquisadora Circe Maria Bittencourt (2009), nos apresenta questões inerentes ao Ensino de História, seus fundamentos e métodos. Na referida obra, a autora se preocupa com os aspectos do ensino e aprendizagem de História do ponto de vista dos problemas teóricos que baseiam o conhecimento escolar. Trata-se de um importante trabalho, pois nos propicia uma reflexão acerca da nossa atuação enquanto professores, nosso papel na formação dos nossos alunos e as finalidades dessa disciplina.

Além de Bittencourt (2009), temos outro trabalho importante acerca do Ensino de História, seus desafios e possibilidades. Trata-se de um livro organizado pela pesquisadora Selva Guimarães Fonseca, *Didática e Prática de Ensino de História* (2003), no qual discorre sobre o Ensino de História e suas dimensões, além de questões didáticas, práticas de ensino, sugestões de metodologia, relatos, técnicas de ensino e comentários críticos acerca do tema em questão.

Malgrado inegável contribuição de sua obra, Fonseca apresenta outro trabalho de relevância para essa discussão: *Ensinar e aprender História: formação, saberes e práticas educativas* (2009). Trata-se de uma proposta de trabalho do grupo de pesquisa “Formação docente, saberes e práticas de Ensino de História” da UFU. A coletânea “reúne 11 textos, registros de experiências, pesquisas, reflexões sobre saberes e práticas formativas em

diferentes tempos, espaços e contextos educativos do Estado de Minas Gerais” (FONSECA, 2009, p.09). Os textos aí apresentados nos possibilitam compreender as possibilidades e os desafios postos ao Ensino de História.

De acordo com a autora, “No cotidiano educacional brasileiro, são recorrentes os debates sobre necessidades, dificuldades e possibilidades” (2009, p.09). Pensando nisso, a mesma nos apresenta essa coletânea de textos que abordam a “formação docente, o ensino e aprendizagem da História em diferentes realidades sociais e institucionais” no Estado de Minas Gerais.

Em uma sociedade na qual as crianças aprendem a utilizar o computador antes mesmo que aprendam a ler, nosso trabalho tem se tornado um verdadeiro desafio. Os alunos, independentemente de suas faixas etárias, teimam em reclamar que as aulas são enfadonhas e cansativas e os professores encontram dificuldades em estabelecer pontes entre os conteúdos programáticos e a realidade dos mesmos. Nesse sentido, as imagens, o cinema, as histórias em quadrinhos e a música, se apresentam como ricos suportes a serem utilizados no trabalho em sala de aula.

O cinema pode se tornar um aliado nesse processo, pois através de um filme, “pode ocorrer uma aproximação maior com os fatos/momentos passados. Muitas vezes, o que temos dificuldade de compreender e/ou visualizar lendo um texto se torna mais claro quando assistimos a uma produção cinematográfica” (GUERRA; DINIZ, 2007, p. 135).

Outra possibilidade de enriquecer a aula de História é a utilização das Histórias em Quadrinhos. Estas, não podem ser reduzidas apenas a um passatempo, uma vez que “[...] guardam ‘codificadas’, em seus jogos de palavras, em imagens, informações importantes não somente sobre a época em que estas foram criadas, mas sobre as ideologias e cosmovisões que expressam”, ou seja, “com um rigor apologético ou mesmo com bom-humor refinado, seja implícita ou explicitamente” (SIQUEIRA, 2011, p.2).

Por último, apresentamos a música como suporte nesse processo, pois consideramos que a mesma trata-se de uma rica fonte histórica a ser trabalhada em sala de aula e, “[...] enquanto linguagem, letra, utilizada para o Ensino de História deve ser percebida como poesia, as metáforas e rimas também compreendem aspectos essenciais na interpretação como documento histórico” (SIMONGINI E CORDEIRO, 2012, p.22).

A esse respeito, também nos alerta Sekeff (2007, p.133):

Como função cultural, o exercício da música possibilita vivenciar sentimentos pretéritos e presentes de uma época, pela percepção de como o compositor diz o que diz. Como código musical envolve a ideologia e a “maneira de ser” de determinada época, sua vivência estimula formas de pensamento distintas do rotineiro, o que significa dizer que a música possibilita ao educando atentar para seus sentimentos, alimentando-os com experiências vivenciadas e ressignificadas em novas relações. E se a obra musical aponta determinada direção aos sentimentos do educando (ouvir música é ouvir direções), ela também descortina novas possibilidades de que ele se sinta e se conheça, pois a maneira de vivenciá-la é exclusivamente pessoal, é exclusivamente função do receptor. Expressando sentidos irreduzíveis a palavras, a música cria um espaço em que os sentimentos dos educandos acabam por encontrar novas e múltiplas possibilidades de ser.

Nesse sentido, a proposta desse texto é uma rápida análise acerca de alguns recursos que podem ser utilizados durante as aulas de História. Estreitemos, a partir de agora, nosso foco para a reflexão sobre algumas possibilidades de trabalho com as referidas linguagens no Ensino de História, e você, caro leitor, é nosso convidado nesse passeio.

A imagem no Ensino de História

A imagem foi um recurso muito utilizado pelos seres humanos ao longo da história, em qualquer suporte em que esteja. É inegável a primeira finalidade de uma imagem, que é a comunicação. Para um grande público, para um pequeno número de pessoas, ou para si mesmo, a imagem remete a um significado, às vezes explícito, outras não. É uma tarefa árdua observar uma imagem e não tentar atribuir a ela um significado.

A imagem ocupa um espaço importante na veiculação do conhecimento devido à sua linguagem ágil e dinâmica, aberta à rápida compreensão e à ampla possibilidade de diálogo. Desde a segunda metade do século XX, as imagens já se apresentavam nos livros didáticos, porém, apenas nas últimas décadas observamos sua utilização de forma mais sistemática. O tipo de imagem encontrado com mais frequência nos livros didáticos é a fotografia. Desde seu advento, durante o século XIX, essa fonte tem conquistado espaço, tanto por seu poder de captar o momento, quanto pela capacidade de manipulá-lo, pois quem opera a câmera pode criar um dado efeito desejado à fotografia, e a mesma pode também ser alterada *a posteriori*, principalmente hoje, na era da tecnologia digital. Porém:

[...] o problema central que se apresenta para os professores é o tratamento metodológico que esse acervo iconográfico exige, para que não se limite a

ser usado apenas como ilustração para um tema ou como recurso para seduzir um aluno acostumado com a profusão de imagens e sons do mundo audiovisual. (BITTENCOURT, 2009, p. 360-361)

Uma imagem não é apenas uma ilustração, de acordo com Burke (2004, p. 17), uma imagem é uma “testemunha ocular” do seu período. Ela registra mais informações do que aparenta, pois em si não está contido apenas o registro do momento, mais importante que o próprio é a forma como o mesmo foi registrado. Uma imagem fala para alguém ou para um grupo, e parte também de um determinado grupo (CHARTIER, 1990, p.17). Portanto, no trabalho com análise de imagens:

É sempre necessário perguntar o que está sendo fotografado, a fim de compreender *por que* e *para que* algumas fotografias foram feitas. Uma foto é sempre produzida com determinada intenção, existem objetivos e há arbitrariedades na captação das imagens (BITTENCOURT, 2009, p. 367).

No presente estudo, não nos debruçaremos especificamente sobre o uso de fotografias, porém, acreditamos ser necessária essa referência, uma vez que a mesma compõe o que Bittencourt (2009) chama de “imagens tecnológicas”. Estas são: cinema, fotografia e televisão. Nosso estudo abraça, no sentido do trabalho com imagens, o cinema e as histórias em quadrinhos, logo, a ligação com a fotografia torna-se mais que necessária, pois o que é o cinema senão várias fotografias em movimento? E no caso das histórias em quadrinhos também podemos compreendê-las como imagens em sequência, colaborando para a composição de uma história, algo que poderia ser feito, e muitas vezes o foi, com a utilização de fotografias.

O cinema vai à escola

De acordo com Bittencourt (2009), o cinema tem se apresentado como uma grande ferramenta para romper com a ideia tradicional de ensino. As imagens em movimento encantam e agregam em si uma capacidade de transmissão de informação muito rica, pois o que por escrito pode ser desenvolvido em muitas páginas e capítulos, na transposição para a linguagem fílmica é condensado em alguns minutos. Além disso, o alcance da referida linguagem é amplo e a diversidade de opções é grande. Entretanto, essa relação entre cinema e práticas pedagógicas nem sempre foi tão harmônica, o cinema levou muito tempo para ser aceito como ferramenta pedagógica, e mais tempo ainda para ser aceito como fonte de estudo da história (BITTENCOURT, 2009, p. 373):

Os trabalhos dos historiadores sobre a iconografia cinematográfica começaram em torno dos anos 60 e 70 do século passado, acompanhando os debates que, entre outros problemas, destacavam a importância da diversificação das fontes a serem utilizadas na pesquisa histórica, especialmente da história contemporânea. (BITTENCOURT, 2009, p. 373)

Ainda segundo a autora, os primeiros a se debruçarem sobre o tema foram os historiadores Marc Ferro e Pierre Sorlin, desenvolvendo “métodos para uma efetiva crítica de fontes audiovisuais” (BITTENCOURT, 2009, p. 373). Os autores citados trabalharam com propostas diferentes, Ferro analisou filmes soviéticos e nazistas, buscando ater-se à uma análise conjuntural, e Sorlin o neorealismo italiano, no qual avança mais além da proposta de Ferro e busca se apropriar da análises dos semiólogos, mas suas abordagens encontram um ponto de convergência, pois ambos “evidenciaram que a imagem não ilustra nem reproduz a realidade, (...), mas reconstrói a realidade com base em uma linguagem própria, produzida em determinado contexto histórico” (BITTENCOURT, 2009, p. 373).

Um filme não trata apenas do contexto histórico que representa, mas também, e ousamos dizer que muito mais, do qual é produzido. A arte é uma forma de discurso, e o cinema, como uma manifestação artística, é um discurso carregado de intencionalidades. Dessa forma, para evitar a utilização dos filmes em sala de aula como mero elemento ilustrativo, apoiando-se na ideia de que o mesmo se constitui como algo familiar ao universo do aluno, Bittencourt (2009) propõe três aspectos que considera fundamentais para a análise de filmes e com os quais concordamos:

- a) os elementos que compõem o conteúdo, como roteiro, direção, fotografia, música e atuação de atores;
- b) o contexto social e político de produção, incluindo a censura e a própria indústria do cinema;
- c) a recepção do filme e a recepção da audiência, considerando a influência da crítica e a reação do público segundo idade, sexo, classe e universo de preocupações. (KORNIS *apud* BITTENCOURT, 2009, p. 375)

Como exemplo de prática com o uso do cinema na sala de aula, utilizamos um trabalho desenvolvido pela professora Keliene Christina da Silva com turmas de 9º ano do ensino fundamental de uma escola no Município de João Pessoa/PB. O tema abordado foi Primeira Guerra Mundial, através da exibição do filme *Pelotão de Elite*³, que conta a história do Capitão Oliver Woodward, que na Frente Ocidental lidera um pelotão secreto de escavadores na tentativa de romper o avanço alemão.

³ Informações técnicas: *Pelotão de Elite* (Beneath Hill 60th)/ Diretor: Jeremy Sims / Ano: 2012 / Origem: Austrália / Duração: 122 minutos. IN: <http://www.filmesdecinema.com.br/filme-pelotao-de-elite-7619/>

Primeiramente, o conteúdo foi exposto de forma convencional na sala, pois era necessário conhecer até que ponto chegavam as informações dos alunos sobre o tema abordado. Ao contrário do que muitos afirmam, a aula expositiva pode ser muito produtiva quando se constitui em um espaço para diálogo entre professor e aluno. Em seguida, ocorreu a exibição do filme, em conjunto com a disciplina Geografia, que estava abordando o mesmo conteúdo⁴. Após a exibição houve uma roda de conversa, para um compartilhamento das impressões causadas pelo filme e a relação estabelecida dos mesmos com o conteúdo trabalhado em sala de aula. A avaliação foi realizada a partir do preenchimento de uma ficha de leitura cinematográfica, feita de forma simplificada e tomando como base a ficha elaborada pela professora Regina Maria Rodrigues Behar para o mesmo tipo de leitura, porém, em ambiente acadêmico. A ficha ficou organizada da seguinte forma:

FICHA DE ANÁLISE CINEMATOGRÁFICA

- Informações técnicas:
- Título:
- Diretor:
- Ano:
- Duração:
- Origem:
- Dos conteúdos trabalhados em sala de aula, o que você conseguiu identificar no filme?
- Sinopse (Resumo do filme).
- Apreciação crítica (dê sua opinião sobre o filme).

Algumas críticas produzidas pelos alunos foram publicadas no blog da referida professora⁵, de forma a divulgar seus trabalhos e estimulá-los a participar tanto do trabalho em questão, quanto dos vindouros. Nessa abordagem, o filme foi usado como uma extensão do conteúdo e apresentado na íntegra, mas existem diversas possibilidades de uso dos filmes em sala de aula, variando tanto de acordo com o gênero quanto da necessidade da aula,

⁴ Uma ótima proposta de trabalho é buscar relacionar as aulas de Geografia e História, especialmente no ensino fundamental, onde os conteúdos guardam uma proximidade grande. Assim, as aulas podem ser mais produtivas para ambas as disciplinas.

⁵ Diário da Professora <http://diariodaprof.blogspot.com.br/>

podendo mesmo serem usados apenas trechos do filme, que de forma significativa podem auxiliar a prática do Ensino de História.

Histórias em quadrinhos na sala de aula: porque sim!

Durante muito tempo, as histórias em quadrinhos foram consideradas um tipo de leitura desaconselhável, socialmente condenada pelas atividades ligadas à educação. Hoje, a situação é bem diferente, considerada como um importante veículo como estímulo à leitura, no Brasil, foram incluídas nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e alguns títulos deste tipo de linguagem entraram na lista do PNBE (Programa Nacional Biblioteca na Escola). Além desta entrada, agora pela porta da frente, no cenário escolar brasileiro, acompanhamos, desde a década de 1990, um crescente número de adaptações destas para as telas do cinema, ou mesmo seriados de TV, o que nos faz perceber as atenções direcionadas às mesmas atualmente.

Segundo Paulo Ramos (2009, p. 14), “[...] ler quadrinhos é ler sua linguagem, tanto em seu aspecto verbal quanto visual (ou não verbal)”. Ou seja, para compreender as histórias em quadrinhos é necessário estar atento às duas linguagens que a compõem: a escrita, transmitida através dos balões, e a visual, representada por meio das imagens.

Essa atenção, em escala crescente, dedicada às histórias em quadrinhos, proporciona a divulgação de outros títulos, diferentes dos já conhecidos, entre estes, percebemos a presença de adaptações da literatura para a linguagem dos quadrinhos, criando uma proximidade de conceituação entre ambas, possibilitando a caracterização de histórias em quadrinhos como um tipo de literatura. No que diz respeito a este assunto, compartilhamos com Ramos a ideia de que chamar quadrinhos de literatura é “uma forma de procurar rótulos aceitos ou academicamente prestigiados (caso da literatura, inclusive a infantil) como argumento para justificar os quadrinhos, historicamente vistos de maneira pejorativa, inclusive no meio universitário” (2009, p. 17).

Dessa maneira, concordamos com Ramos ao afirmar que: “Quadrinhos são quadrinhos. E, como tais, gozam de uma linguagem autônoma, que usa mecanismos próprios para representar os elementos narrativos” (2009, p. 17). Portanto, apesar de reconhecidos os pontos de ligação com outras linguagens que não apenas a literatura, mas também o cinema, por exemplo, de acordo com o autor, devem ser analisadas respeitando suas características

próprias e como um produto cultural que não precisa necessariamente estar atrelado a outro tipo de manifestação artística para ser considerada como tal, tese com a qual corroboramos e a partir da qual tratamos as histórias em quadrinhos como uma linguagem autônoma.

Uma grande especificidade reservada à linguagem dos quadrinhos é a forma como o texto é inserido neste tipo de representação. Pois, diferentemente da literatura, em que a escrita cursiva ocupa todo o espaço e se encarrega da descrição de cenário, ou das sensações e sentimentos dos personagens, nos quadrinhos o texto é veiculado por meio de um recurso próprio deste tipo de linguagem: o balão. Tendo como uma das suas funções a de representar a fala, “os balões talvez sejam o recurso que mais identifica os quadrinhos como linguagem” (RAMOS, 2009, p. 34). Assumindo formas diferentes para cada mensagem que pretendem expressar, os balões revelam a entonação do personagem, se é em voz alta, se está sussurrando, ou mesmo, se é apenas um pensamento.

Em relação aos recursos da escrita empregados nos quadrinhos, há um empregado especialmente neste tipo de linguagem e que, assim como o balão, também a caracteriza: a onomatopéia. Elas são palavras escritas fora do balão e que, dessa maneira, fazem parte da composição da cena, utilizadas para expressar ruídos, sons da natureza ou gritos. Uma curiosidade é que, devido à grande influência do quadrinho norte-americano, é que a maioria das onomatopéias utilizadas hoje foram importadas daqueles, como, por exemplo, o uso das palavras CRACK (para indicar o som de algo sendo partido) ou SPLASH (que indica o som da água sendo derramada ou de um mergulho).

Quanto à imagem, a forma como o desenho é elaborado revela sempre as intenções do autor. Em primeiro lugar, devemos ter em mente que o principal elemento visual da narrativa em quadrinhos é exatamente o quadro, mesmo que ele não seja limitado pelas linhas laterais, como no caso de alguns trabalhos de Will Eisner, o espaço visual onde transcorre a cena é o elemento fundamental deste tipo de narração. Tal qual o diretor faz no cinema, quando um artista desenha em plano geral, ou seja, mostrando todo o cenário em seus detalhes, quer passar ao leitor uma visão mais ampla da cena, entretanto, quando desenha em *close*, ele quer evidenciar apenas um detalhe da cena, ou mesmo a emoção de um personagem, através de sua expressão facial.

Além disto, os quadrinhos guardam outra especificidade que nos faz necessitar de um conceito mais amplo, o corte gráfico. Ao contrário do que ocorre com o cinema, nos

quadrinhos não podemos ter uma continuidade do movimento em todos os quadros da página. Dessa maneira, o leitor é responsável por construir a sequência mentalmente entre um quadro e outro. Este recurso recebe o nome de elipse.

Devido à sua linguagem de rápida compreensão, os quadrinhos se constituem numa poderosa ferramenta para o trabalho em sala de aula. Além disso, as características próprias da linguagem oferecem espaço para o desenvolvimento dos mais diversos trabalhos. No caso do nosso estudo, propomos três tipos de abordagens:

1. Histórias em quadrinhos como material de leitura, uma narração;
2. Histórias em quadrinhos como representação do período produzido;
3. A produção do aluno no formato de histórias em quadrinhos.

O primeiro caso, guarda uma relação muito próxima com o segundo. Os quadrinhos podem ser empregados como material de leitura sobre um determinado tema da aula de história, mas, ao mesmo tempo, ele também representa o contexto em que foi produzido, assim como as características próprias do grupo ao qual pertence seu produtor/veiculador. Tomemos como exemplo a obra MAUS, de Art Spiegelman.



Maus narra a perseguição estimulada e empreendida pelos nazistas aos judeus no contexto da Segunda Guerra Mundial, o autor toma como fio condutor a história dos seus pais, sobreviventes do campo de concentração de Auschwitz. A história tanto pode ser usada como uma representação da Segunda Guerra Mundial, no caso o episódio da perseguição aos judeus, quanto o relato partindo de um determinado grupo e que, assim, defende seus interesses. O próprio título já oferece um momento de reflexão mais intenso, pois preferiu-se

manter o original alemão em uma alusão ao discurso de Goebbels, onde o mesmo compara judeus à ratos (KURTZ, 2011, p. 6-7).

A forma como a história é contada também possibilita uma abordagem mais intensa, pois na mesma, os judeus são representados como ratos, tal como no discurso, os alemães são gatos, os norte-americanos cachorros e os poloneses porcos. A adoção da biografia também oferece espaço para a realização de um trabalho interdisciplinar com as disciplinas Língua Portuguesa e Educação Artística. O mesmo tipo de abordagem pode ser aplicado às charges e tiras cômicas, pois, como representação do momento, elas têm muito a oferecer, assim como estão carregadas de significados próprios do ambiente ao qual pertencem seus autores.

Para comentar a terceira abordagem que propomos utilizaremos mais um trabalho realizado em sala de aula pela professora Keliene Christina da Silva. O trabalho foi aplicado com turmas do 6º ano do ensino fundamental e o tema escolhido foi o povo hebreu. Os motivos para a escolha do respectivo tema foram: em primeiro foi levado em consideração o fato de que muitos deles já conhecem a temática, por informações adquiridas nas aulas de catecismo ou na escolinha dominical; em segundo lugar, foi considerada a grande quantidade de material disponível na *internet*, de maneira que facilitaria a pesquisa dos alunos ao oferecer ampla diversidade; e em terceiro, foi observado pela professora que os alunos de 7º ano têm uma grande dificuldade em entender a formação das religiões monoteístas, portanto, essa experiência serviria como uma base para o ano seguinte.

O trabalho teve início através de uma exposição oral do conteúdo, tanto para oferecer aos alunos um primeiro conhecimento do tema a ser abordado, como para observar o que eles já sabiam sobre o conteúdo, tendo em vista que a exposição oral não é apenas um trabalho de repasse do conhecimento do professor para o aluno, mas muito, além disso, é um importante instrumento de sondagem. Além de expor o conteúdo e verificar o que eles já conheciam, foi explicado o que seria precisamente o trabalho final, para que, desde o início, eles direcionassem a pesquisa para a produção de determinada linguagem.

Feito isso, o segundo passo foi levá-los, divididos em grupos de três componentes, para realizar uma pesquisa na sala de informática, para que identificassem todo o material necessário para a construção da história em quadrinhos, para tal, foi seguido um roteiro elaborado anteriormente na sala de aula junto com os alunos. O próximo passo foi reunir

referências visuais, obtidas através da exibição da animação **O Príncipe do Egito**, produzida pelos estúdios **Dream Works** em 1998, ressaltando o fato de que a mesma se tratava de uma livre interpretação dos produtores sobre a história de Moisés.

Em seguida, na sala de aula, foram feitas as comparações entre o material pesquisado e as referências obtidas por meio da animação. Feito isso, realizou-se uma revisão sobre a linguagem dos quadrinhos e os grupos partiram para a elaboração dos mesmos. A proposta era escolher apenas algumas passagens, as que eles tivessem achado mais interessantes, porque não seria possível resumir toda a história dos hebreus em poucas aulas. O mais interessante é que todos os trabalhos vistos em conjunto compõem uma sequência da história dos hebreus, mesmo tendo dado a liberdade para que escolhessem a passagem que quisessem, é muito bom verificar a variedade de passagens representadas pelos alunos. Apresentamos, aqui, um dos resultados:



Caminhando e cantando e seguindo a canção: a música e o Ensino de História

De acordo com Kátia Abud (2005), as letras de música se constituem em “evidências, registros de acontecimentos a serem compreendidos pelos alunos em sua abrangência mais ampla, ou seja, em sua compreensão cronológica, na elaboração e re-significação de conceitos próprios da disciplina”. Segundo a autora

[...] a utilização de tais registros colabora na formação dos conceitos espontâneos dos alunos e na aproximação entre eles e os conceitos científicos. Permite que o aluno se aproxime das pessoas que viveram no passado, elaborando a compreensão histórica, que vem da forma como sabemos como é que as pessoas viram as coisas, sabendo o que tentaram fazer, sabendo o que sentiram em relação a determinada situação (ABUD, 2005, p. 316).

Contudo, devemos ter em mente que a canção não pode ser compreendida somente como um texto informativo, ela se difere de um texto de jornal ou de um livro didático. “Antes, deve ser tomada como um texto poético, literário, passível de uma análise objetiva, mas, também, intuitiva e imaginativa, obviamente depois de esgotados o contexto, e os limites históricos que lhe são inerentes” (FIÚZA, 2006, p. 77).

No livro *Ensino de História*, de Kátia Maria Abud (2010), mais especificamente, no quarto capítulo, é notável a preocupação desta autora em nos mostrar que a música está inserida no meio social, podendo expressar indignação, resistência e religiosidade. Contudo,

Cabe ao professor entender esse processo e articular de modo hábil o contexto histórico mais amplo do período histórico estudado com as músicas apresentadas aos alunos. Trata-se de uma maneira de problematizar a ‘escuta’ musical do aluno em relação ao processo de construção do conhecimento histórico. [...] Esse percurso nos mostra que as representações históricas construídas pelos alunos com base na música podem ajudar na construção do conhecimento histórico ao propiciar a identificação dos diferentes significados dos elementos definitivos e provisórios contidos nessas representações. Esses elementos podem ser compreendidos e trabalhados de maneira diagnóstica pelo professor por meio dos instrumentos de leitura histórica da linguagem musical, processo que pode se transformar numa ponte entre a realidade atual e o passado histórico. (ABUD, 2010: 63 e 64)

Trabalhar com esse método é possibilitar que nossos alunos pensem e reflitam sobre os processos históricos através das letras musicais. Contudo, para utilizarmos adequadamente a música no Ensino de História, “[...] é necessário que o professor conheça as principais características dos períodos da história da música para que possa fazer a devida correlação com o assunto que ele esteja ensinando” (GÓES, 2011, p.03). Nesse sentido, Raynor (1986, p.14/23) nos alerta que:

[...] A música, a menos que não passe de rabiscos casuais em sons, tem o seu lugar na história geral das idéias, pois sendo, de algum modo, intelectual e expressiva, é influenciada pelo que se faz no mundo, pelas crenças políticas e religiosas, pelos hábitos e costumes ou pela decadência deles; tem sua influência, talvez velada e sutil, no desenvolvimento das idéias fora da música.

Como podemos observar, muitos pesquisadores procuram enfatizar a importância da música como facilitadora e mediadora entre os conteúdos de história e os alunos. Não obstante, Marcos Napolitano (2006), em seu artigo: A história depois do papel (2006), enfatiza que, ao abordarmos a música como fonte, é essencial:

Considerar as fontes áudio visuais e musicais como um outro tipo qualquer de documento histórico, portadora de uma tensão entre evidência e representação [...]; Perceber as fontes áudio visuais e musicais em suas estruturas internas de linguagem e seus mecanismos de representação da realidade, analisando, a partir daí, sua condição de ‘testemunho’ de uma dada experiência histórica e social [...]; Articular a linguagem técnica – estética das fontes áudio visuais e musicais e as representações da realidade histórica ou social nela contida. (NAPOLITANO, 2006, p. 281)

Como nos aponta o pesquisador, esse trabalho é um desafio, pois não se trata de lançar uma música à turma aleatoriamente, mas sim travar com esses alunos um diálogo que os possibilite articular o que foi trabalhado em sala com as letras das músicas sugeridas pelo professor.

Ao estimular a capacidade desses alunos e levá-los a interpretar e (co) relacionar fatos, estamos construindo uma ponte entre o saber histórico e as letras musicais carregadas de intencionalidades e mensagens explícitas e/ou implícitas de uma determinada época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Vem, vamos embora, que esperar não é saber...”

Neste texto, apresentamos algumas possibilidades de trabalho com as linguagens no Ensino de História, tais como: a imagem, o cinema, a história em quadrinhos e a música. Contudo, as ideias aqui apresentadas não são ideias prontas, mas, em construção. Porém, trata-se de uma discussão que, por mais que pareça recorrente, ainda precisa ser discutida, afinal de contas, como professores de história, temos que ter “A certeza na frente, a história na mão [...] aprendendo e ensinando, uma nova lição.

Muitas são as possibilidades de um trabalho enriquecedor através das linguagens históricas. É possível aprender história analisando imagens, se aventurando nas telas da TV, interpretando as histórias em quadrinhos e, também, “cantando, e seguindo a canção”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUD, Kátia Maria. **Registro e representação do cotidiano**: a música popular na aula de história. Cad. CEDES vol.25 nº.67 Campinas Sept./Dec. 2005.
- ABUD, K. M. ; ALVES, R. C. ; SILVA, A. Ch.de M. . **Ensino de História**. 1ª. ed. v. 1. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: Edusc, 2004.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. São Paulo: Difel, 1990.
- CORDEIRO, Marcela Taveira ; Simongini Jemima Fernandes. Aula oficina: a música como proposta de produção de conhecimento histórico com os alunos. In: **História & Ensino**, Londrina, v. 18, p. 73-94, Especial, 2012.
- FIÚZA, Alexandre Felipe. Reflexões sobre o trabalho com a canção na sala de aula. In: **Ensino de história e educação**: olhares em convergência. Luis Fernando Cerri (Org.). Ponta Grossa: UEPG, 2007.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**: Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- _____. *Ensinar e Aprender História: Formação, Saberes e Práticas Educativas*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.
- GÓES, Priscilla da Silva. A utilização da música nas aulas de história com os alunos do 8º ano. In: **Anais V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”**. São Cristovão-SE, 2011.
- GUERRA, F. de P.; DINIZ, L. M. V. A incorporação de outras linguagens ao ensino de história. **História & Ensino**. n. 13, 2007.
- KURTZ, Adriana Schryver. **O cinema nazista à serviço do holocausto judeu** (ou um percurso da fábrica de sonhos à morte industrial) In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.
- NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2009.
- RAYNOR, Henry. **História Social da Música, da Idade média a Beethoven**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- SEKEFF, Maria de Lourdes. **Da música seus usos e recursos**. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 2007.
- SIQUEIRA, A. L. O ensino de conceitos históricos a partir dos HQs de “Hagar, o Horrível”. **Revista Eletrônica do Laboratório de Ensino e Pesquisa do Curso de História**, Curitiba-PR, Jan. 2011. Disponível em < http://www.utp.br/lep/N2/artigos/o_ensino.pdf> (Acesso em 19 out. 2012).

ENSINO DE HISTÓRIA E PESQUISA EM HISTÓRIA LOCAL: MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES A PARTIR DAS MEMÓRIAS DE PICUÍ NO SERIDÓ PARAIBANO

*Manoel Pereira de Macedo Neto**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Todas as pessoas que participam da trama social, dos processos políticos e culturais são sujeitos da história e portadores de memória histórica. Nesse sentido, a memória coletiva, ao longo da história, tem sido objeto de disputa na luta das forças sociais pelo poder. A manipulação da memória e do esquecimento tem sido instrumento eficaz nas mãos das classes, dos grupos, das culturas, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 2003, p.422). Manter viva a memória de um povo é, muitas vezes, um ato político de resistência cultural e identitária.

As identidades são construídas como produto de múltiplas influências, dialeticamente articuladas na confluência entre o global e o local. Na pós-modernidade, as identidades têm assumido características híbridas e flexíveis, entretanto, o local continua exercendo papel significativo na constituição da identidade étnico-cultural e política dos grupos sociais.

A abordagem sob o recorte da História local é um campo privilegiado de investigação dos processos socioculturais, das relações de poder entre indivíduos, grupos e instituições, e, em especial, dos vínculos afetivos que aproximam e identificam homens e mulheres em torno de valores comuns e do sentimento de pertencimento. Nesse caso, a valorização da memória coletiva atua como alimento para que todos se reconheçam como cidadãos e sujeitos do processo histórico.

Ao mesmo tempo, consideramos ser de grande relevância que a História ensinada em sala de aula possa incorporar temas relacionados às experiências locais. Assim, a proposta desse trabalho é enfatizar a importância da articulação entre o ensino de História e a pesquisa em História local.

O fio condutor dessas reflexões é o projeto de pesquisa **A Voz dos Vencidos: diálogos entre oralidade e escrita nas memórias de Picuí**, do Programa Institucional

de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT). O referido projeto está sendo desenvolvido por um professor de História e três alunos, da educação básica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus de Picuí.

Um dos objetivos do referido projeto é a elaboração de um texto com os resultados da pesquisa que possa ser utilizado em sala de aula e, com isso, promover a inclusão de temas ligados às experiências históricas locais no currículo de História do Ensino Técnico Integrado ao Médio do IFPB, campus de Picuí.

MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES A PARTIR DAS MEMÓRIAS DE PICUÍ

Para a consecução de pesquisa empenhada em articular memória oral e memória escrita, recorreremos aos estudos e teorias sobre memória coletiva de Jacques Le Goff (2003, p.419-476), para o referido historiador, a memória coletiva, concebida como construção histórica, passa por profundas transformações em função das mudanças históricas na oralidade e na escrita.

Ao mesmo tempo, a memória coletiva e as articulações entre oralidade e escrita se constituem numa seara de disputas e interesses estratégicos dentro de qualquer grupo social.

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 2003, p.470).

Outra importante contribuição para o nosso estudo é o trabalho de Maurice Halbwachs sobre memória coletiva (1990), a questão central em seu estudo sobre memória consiste na afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo.

Na discussão sobre história local, referenciamos nossas análises no artigo **História local e construção da identidade social**, de Joana Neves (1997), através do qual a autora defende que a construção do conhecimento a partir do local é a melhor forma de superar a dicotomia entre o saber e o fazer.

A concepção de sujeito histórico que apresentamos na presente pesquisa se afasta da História voltada à exaltação dos vultos, compreendendo-a como uma construção coletiva em que homens, mulheres, reis, escravos, crianças, prisioneiros, prostitutas são sujeitos ou construtores da história.

Dessa forma, a nossa compreensão sobre sujeitos históricos tem forte proximidade com o que Eric Hobsbawm chama de pessoas extraordinárias:

Essas pessoas constituem a maioria da raça humana. As discussões entre os historiadores sobre o quão importante são na história os indivíduos e suas decisões não dizem respeito a elas. Os escritos sobre tais indivíduos ausentes na história deixaram traços pouco significativos na narrativa macro-histórica. [...] Suas vidas têm tanto interesse quanto a sua ou a minha, mesmo que ninguém tenha escrito sobre elas. Minha questão diz respeito, antes, a que, *coletivamente*, se não como indivíduos, esses homens e mulheres são os principais atores da história. O que realizam e pensam faz a diferença. Pode mudar, e mudou, a cultura e o perfil da história, e mais do que nunca no século XX. Essa é a razão por que dei o título a um livro sobre essas pessoas, tradicionalmente conhecidas como “pessoa comuns”, de pessoas *extraordinárias* (2005, p 7-8).

Ao articularmos escrita e oralidade em um estudo de memória coletiva, propomos pensar acontecimentos e personagens da história local na visão dos moradores da cidade de Picuí, narradores de sua própria história ou a história da cidade contada pelas “pessoas extraordinárias” do lugar.

Dentro desse entendimento, a nossa pesquisa, em andamento, se propõe a investigar acontecimentos e personagens da história do município de Picuí, localizado na mesorregião da Borborema, no estado da Paraíba.

Tentando romper a tradicional dicotomia entre saber acadêmico e saber popular, entre cultura escrita e cultura não-escrita e entre memória escrita e memória oral, estamos analisando acontecimentos e personagens da história de Picuí através de fontes bibliográficas e de relatos orais.

Para isso, elegemos três temas relacionados à história do referido município: a sua fundação, a presença de militares estadunidenses explorando urânio em Picuí no contexto da Segunda Guerra Mundial e a cultura popular, especialmente a arte de Basto Doido¹.

* Doutorando em Educação pela UFPB. Professor de História do IFPB. macedohistoria@uol.com.br

¹ Artista popular que nos anos 1960/1970 encenava teatro de bonecos na cidade.

Mais do que informações que possam nos conduzir a veracidade e precisão dessas experiências e acontecimentos históricos, tem nos interessado saber qual a percepção dos moradores da cidade acerca de sua própria história, como a memória oral e a memória escrita se articulam, até onde se complementam ou se confrontam.

O primeiro acontecimento, com característica mais próxima da História político-institucional da cidade, está nos oferecendo caminhos para a compreensão do comportamento político da cidade, de suas lideranças e de seus moradores diante de questões políticas importantes para o município. Ao mesmo tempo, a análise de tais fatos tem nos possibilitado articular acontecimentos nacionais, como a Proclamação da República, com a história política local.

Além disso, as memórias e as falas dos moradores da cidade de Picuí têm nos permitido mergulhar no imaginário popular, visitando histórias e percepções presentes no cotidiano da cidade. Por exemplo, ao ser indagado sobre a fundação do município de Picuí, um morador da cidade faz os seguintes relatos:

[...] O primeiro chefe político daqui foi o Coronel José Ferreira de Macedo, então em 1588, surgiu uma epidemia de cólera-morbus matando a população, era uma coisa terrível. A pessoa não durava 24 horas, era uma febre terrível. Então o Cel. José Ferreira, com os outros donatários acharam por bem fazer uma promessa a São Sebastião, que se ele intercedesse, fizesse com que aquela cólera fosse debelada, que eles fariam uma capela, que até ai não tinha né. Então segundo a história, depois daquela promessa não morreu mais ninguém da cólera né. Então o Cel. José Ferreira de Macedo foi buscar um padre em Areia, esse padre chamava-se Francisco de Holanda Chacon, foi ele quem celebrou a primeira missa aqui. Aí porque como não morreu mais ninguém aí ele fez um mutirão. Moças, rapazes, senhoras, senhores, carregando pedra pra fazer a capelinha [...].²

Esses relatos tratam de uma narrativa que permeia o imaginário picuiense e que associa elementos místicos à fundação da cidade, como a interferência de São Sebastião para salvar a cidade que se encontrava na iminência de ser dizimada por uma ameaçadora epidemia. A força dessas narrativas que perpassam gerações e a "crenças nessas histórias" fortalecem os laços entre a população e o misticismo religioso local.

Os outros dois temas estão possibilitando incursões na cultura popular e no imaginário dos moradores.

² Fala de um morador da cidade obtida através de entrevista concedida como parte do projeto de extensão realizado sob orientação da professora Fernanda Karoline Martins Lira.

Por exemplo, a presença dos militares estadunidenses em Picuí, de acordo com matéria divulgada na Revista de História da Biblioteca Nacional, edição n. 51 de dezembro 2009, deixou um “bocado de histórias que continuam na boca e no imaginário do povo”.

Ao dialogar com os moradores sobre a presença de estrangeiros interessados no minério de Picuí, percebemos que são muitas as memórias vivas acerca dessas experiências. Entre elas, destacamos as lembranças de um morador da cidade, cujo pai, nascido em Jerusalém, morou em Picuí e se tornou o principal explorador de minério da região. Ao falar sobre o seu pai, o referido morador afirma:

[...] nasceu em Jerusalém, certo, nós chegamos aqui, e ele explorou minério, era o maior comprador da região, certo, no caso ele veio em função da Primeira Guerra, ai ele fazia a exploração de minério? Comprador e explorava columbita, berílio, mica, xelita. [...] ele começou em Pocinhos vendendo roupa, ai não deu certo, ai veio morar pra Picuí, ai começou a explorar e vender minério.³

Essa discussão, além de aflorar o imaginário popular, possibilita o debate sobre as articulações entre Picuí e o contexto global, especialmente com Segunda Guerra Mundial, articulando local e global.

A arte de Basto Doido, que mobilizava populares em suas sátiras ao coronelismo local (ARAÚJO, 1984, p. 74-77), foi o ponto de partida para florescer nossas conversas sobre a cultura popular. A inserção no universo das manifestações artísticas locais, tem nos permitido conhecer muito da capacidade criativa do povo e a presença da arte como forma de expressão de suas angústias, alegrias e tristezas. Como podemos perceber nos versos de um morador, feitos para homenagear sua mãe:

Adeus Mamãe

Peço força a Jesus Cristo, filho da mãe concebida.
Me ajude no momento com rima bem escolhida,
Para falar sobre a morte da minha mamãe querida.
Mulher que me deu a vida, no seu lindo apogeu,
Foi morar com Jesus Cristo, nosso Santo Galileu,
Ainda sinto a doçura dos beijos que mãe me deu.

Daqui desapareceu, destes meios sociais,
Foi morar com Jesus Cristo nos reinos celestiais,

³ Entrevista realizada como parte da pesquisa **A Voz dos Vencidos: diálogos entre oralidade e escrita nas memórias de Picuí**, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus de Picuí.

partiu da Terra pra o céu, pra não vai voltar nunca mais.
Mãe foi boa até demais, por esta forma assim,
era a rosa mais bonita que tinha no meu jardim,
e só mamãe quem sabia fazer as coisas pra mim.

Ela me olhava da maneira que eu olhei,
o seu dia primoroso muito presente lhe dei,
mãe diga a pai lá no céu, que aqui na Terra eu ceguei.
Com ela ontem sonhei, lá na Santa Eternidade,
nos pés de Nosso Senhor, cheia de felicidade,
e eu tristonho na Terra, sentindo muita saudade.

Hoje chorei dentro da sua casinha,
as lágrimas que me jorraram da sala até a cozinha.
Dê lembrança a tio Joaquim, Estelita e Mariinha.
Eu recordo mamãezinha, sua voz e seu sorriso,
foi morar com o Salvador no jardim do paraíso,
me despeço de mamãe até dia de juízo.

Fiquei um pouco indeciso quando ela viajou,
o rio enxurrou de lágrimas que Picuí derramou,
com pena de uma filha dele que Jesus Cristo tomou.⁴

O estudo dessas histórias tem sido um importante alimento para a memória local e para a sistematização de experiências vividas. Assim, nosso projeto partiu da seguinte questão-problema: o que dizem e como se articulam memórias escritas e orais na apreciação de acontecimentos e personagens da história de Picuí?

Para o desenvolvimento da nossa pesquisa de natureza qualitativa, selecionamos (como dito anteriormente) três temas relacionados à História de Picuí: a sua fundação, a presença de militares estadunidenses explorando urânio em Picuí no contexto da Segunda Guerra Mundial e a cultura popular, especialmente a arte de Basto Doido.

O primeiro passo foi o levantamento das fontes bibliográficas e documentais disponíveis como livros, artigos e documentos que nos trouxeram informações relacionadas ao objeto do estudo.

No segundo momento, levantamos fontes já existentes oriundas da memória oral local relacionadas aos objetivos da pesquisa. Para isso, dialogamos com o projeto de extensão sobre memória local desenvolvido sob orientação da professora Fernanda Karoline Martins Lira Alves do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – campus de Picuí.

⁴ Os versos foram recitados por um morador da cidade durante uma entrevista realizada como parte da pesquisa **A Voz dos Vencidos: diálogos entre oralidade e escrita nas memórias de Picuí**, do Programa

Na fase seguinte realizamos entrevistas semiestruturadas, com 04 moradores da cidade que nos permitiram obter outras informações. Utilizamos um roteiro que nos auxiliou na condução das entrevistas no sentido dos objetivos da pesquisa. Dialogamos com os sujeitos da pesquisa sobre aspectos da história da cidade como forma de valorização de suas memórias e de seu envolvimento no resgate de acontecimentos da história de seu local.

Na quarta fase da pesquisa estamos realizando a análise do material e a elaboração de um texto dissertativo⁵ com os resultados da pesquisa, primando pelos diálogos entre as fontes orais e escritas e pela apreciação de acontecimentos e personagens da História de Picuí. Para análise dos dados, estamos recorrendo a algumas técnicas de análise de conteúdo, que entendemos ser um recurso aplicável a uma pesquisa de natureza qualitativa e “adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (BARDIN, s.d, p.33).

ARTICULANDO A PESQUISA EM HISTÓRIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

Uma dificuldade sempre muito presente para o estudo da História local é a escassez de fontes, pois há pouca produção disponível, por exemplo, que trate da História do cotidiano e das tradições de municípios pequenos. Algumas vezes, essa produção existe, mas reproduz “vícios” como localismo, personalismo, fragmentação e folclorização (NEVES, 1997, p.24-25).

Por isso, torna-se imprescindível a articulação entre a História local e a pesquisa voltada à produção do conhecimento local. Nessa mesma direção, é fundamental que as universidades, através dos projetos de iniciação científica e cursos de pós-graduação, a Associação Nacional de História (ANPUH) e os sistemas de ensino estimulem as pesquisas em História local. Neves chama atenção para a importância dessa articulação, nos seguintes termos:

Os diversos programas de pós graduação, exigindo trabalhos originais, fazem com que os historiadores se voltem para temas cujas fontes inéditas (primárias) são mais acessíveis; estas são, geralmente, as que

Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus de Picuí.

⁵ A elaboração do texto é parte do esforço no sentido de melhor divulgar os resultados do estudo, se possível, com posterior publicação.

estão, ou podem ser produzidas, no próprio local de realização da pesquisa (1997, p.25-26).

Ao mesmo tempo, o ensino de História e os professores de História, da Educação Básica, devem dialogar com as pesquisas em História local, fazendo da sala de aula espaço privilegiado de socialização, discussão e problematização do conhecimento produzido a partir das referidas pesquisas. Entendemos que tal articulação é essencial para a superação da dicotomia entre o ensino e a pesquisa, isto é, entre a produção e a divulgação do conhecimento.

A articulação entre o conhecimento produzido no local e o ensino de História permite que cheguem à sala de aula elementos da memória, das tradições e da cultura local, dito de outra forma, significa valorizar “aquelas narrativas, histórias locais e memórias subjugadas que foram excluídas e marginalizadas nas interpretações dominantes da história” (GIROUX E SIMON apud BARBOSA, 2006, p.64).

Outro elemento indispensável para a articulação entre a História local e o ensino de História é a abertura do currículo à incorporação do conhecimento local. Essa flexibilidade do currículo é condição indispensável para que as culturas populares locais possam ser apreciadas e valorizadas no espaço da sala de aula. Com isso, as classes populares tendem a sentirem-se mais identificadas com a escola e a encontrarem nela elementos de sua história e de seus modos de vida.

Diante de questões como essa, as discussões sobre políticas curriculares e, *a fortiori*, as articulações entre currículo e cultura, vêm ocupando significativo espaço nos debates educacionais no Brasil e no mundo. O currículo tem se configurado como espaço de disputa entre projetos diferentes; por um lado, atua em sintonia fina com os postulados neoliberais, buscando a performatividade associada ao produtivismo do mercado, a oportunidade de lucro (BALL, 2010, P. 21-45) e a padronização cultural; por outro lado, se coloca como contributo para a formação da pessoa humana crítica, preparada para desenvolver formas de resistência contra intolerâncias e preconceitos e comprometida com a defesa das diversidades socioculturais.

Nas políticas curriculares brasileiras, tem sido perceptível essa disputa, na medida em que, algumas iniciativas permitem o diálogo com as culturas locais e com a História local, enquanto outras se empenham em impor modelos globais e nacionais às realidades locais. Por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino de História possibilitam o estudo de História local.

Na organização dos conteúdos de História em cada ciclo, os PCNs propõem trabalhar o ensino de História a partir de eixos temáticos. Para o Ensino Fundamental, o documento sugere quatro eixos temáticos, sendo que para o primeiro ciclo (1ª e 2ª séries), a proposta é “História Local e do Cotidiano”. Nesse eixo se propõem conteúdos voltados, preferencialmente, “às diferentes histórias pertencentes ao local em que o aluno convive, dimensionadas em diferentes tempos” (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997, p.40).

Nessa proposta, há uma manifesta preocupação com a História local como ponto de partida, isto é, o estudo de História deve partir da história de vida do aluno, partindo do local os alunos devem ampliar sua capacidade de olhar seu entorno para a compreensão de relações mais amplas.

Ao mesmo tempo, é importante destacar os riscos representados por algumas políticas oficiais como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), na medida em que tendem a nacionalizar o currículo do ensino médio e, assim, tornar “desinteressante” a História local.

O ENEM surgiu, em 1998, como exame de avaliação da qualidade do ensino médio, mas, a partir de 2009, passou a ser utilizado como forma de seleção unificada para ingresso nas universidades públicas federais. Na Paraíba, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB)⁶ utilizam as notas do ENEM como critério para ingresso dos vestibulandos.

Com isso, a Matriz de Referência adotada pelo ENEM passa a ser o principal referencial para a seleção das experiências históricas (conteúdos) a ser trabalhadas em salas de aula de todo o Brasil. A nacionalização dos temas abordados no ensino de História, provocam a padronização curricular e a conseqüente desvalorização das experiências locais e da História local.

Diante desse embate, nossa pesquisa procura se colocar como contributo à articulação entre História Local e ensino de História, o que não se trata de defender o anticosmopolitismo provinciano, mas de pensar possibilidades que permitam o diálogo entre o global, o local e o ensino de História.

Um exemplo dessa articulação, alimentada pelo nosso projeto, foi a inclusão do tema “Picuí no Contexto da Segunda Guerra Mundial” em um seminário apresentado

⁶ A UFPB utiliza as notas do ENEM para preenchimento parcial das vagas.

por alunos do 3º Ano do Ensino Técnico Integrado ao Médio, nas aulas de História. Na ocasião, foram socializados resultados parciais da pesquisa, possibilitando maior articulação entre o local e o global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tem demonstrado relevância no sentido de articular os alunos pesquisadores com temas da história da cidade de Picuí, aproximando jovens alunos da iniciação científica e valorizando seu envolvimento com a ciência histórica. A pesquisa tem valorizado as falas e as memórias de moradores da cidade de Picuí.

Além disso, as próximas etapas possibilitarão a produção do texto dissertativo sobre os resultados da pesquisa e a articulação entre esses resultados e o ensino de História, visto que esse texto deverá ser referência para a realização dessas discussões no âmbito da sala de aula.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Heleno Henriques de. **Antologia da Acauã**. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1984.
- BALL, Stephen J. Vozes/redes políticas e um currículo neoliberal global. In: PEREIRA, Maria Zuleide Costa. **Diferença nas políticas de currículo**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.
- BARBOSA, Wilma de Lurdes. Ensino de História local: redescobrimos sentidos. **Saeculum** - Revista de História, João Pessoa, Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, n. 15, jul./dez. 2006, p.57-85.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, s.d.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Primeiro e Segundo Ciclos do ensino fundamental - História e Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.
- HOBBSAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. Tradução de Irene Hirsch, Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- NEVES, Joana. História local e construção da identidade social. **Saeculum** - Revista de História, João Pessoa, Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, n. 3, jan./dez. 1997, p.13-27.

A LEI 10.639/03 E O LIVRO DIDÁTICO: ANÁLISE DA COLEÇÃO “A ÁFRICA ESTÁ EM NÓS”

Paulo Sérgio da Silva Cruz

RESUMO

Com a promulgação da lei 10.639, no ano de 2003, o Ensino da temática da História da África e Cultura Afro-brasileira tornou-se obrigatório nas escolas de Educação Básica. Com isso ampliou a publicação de livros didáticos para atender a necessidade de novas práticas curriculares na Educação Básica brasileira, uma vez que se colocou como obrigatoriedade a inserção da temática da população negra e da História da África no currículo escolar. No ano de 2004, foi lançada a Coleção “A África está em nós”, de Roberto Benjamin e outros autores. Esse trabalho, resultado de um trabalho de conclusão de curso, tem o objetivo analisar os livros didáticos da mencionada Coleção, com base nas reflexões teóricas de autores/as que discutem a temática do livro didático e relações raciais, a exemplo de Munakata (2002), Munanga (2005), Mauad (2005), Gomes (2006, 2011), Dias (2007), como procedimento metodológico, selecionamos imagens e trechos de alguns dos manuais didáticos, visando identificar se os conteúdos estão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004) e o Plano Nacional da implementação da Lei 10.639 (2009), cujas legislações orientam para uma Educação que valorize as diferentes matrizes culturais (indígenas, europeias e africanas) que compõem o Brasil, que contribua na construção e na afirmação da diversidade étnico-cultural e também que novas posturas pedagógicas colaborem para difusão do direito à *diferença* e para a consolidação dos direitos sociais da população brasileira.

Palavras-chave: Ensino de História. Livro Didático, Lei 10.639/03.

Introdução

O processo educacional é um meio para a preservação de valores e práticas, e também de transformação social. Sendo que, por vezes, os valores da classe dominante são recriados para manter inalteradas as relações de dominação. Assim, a escola seria o local propício, no qual esses processos são aprendidos formalmente. Para controlar o que seria reproduzido nesse espaço em geral, com valores e ideologias dos grupos dominantes inseridos como verdades absolutas. Dentro dessa realidade a desigualdade existente entre negros e brancos é bastante singular devido “o estigma da escravidão” que transformou o negro em símbolo de sujeição e de inferioridade (MUNANGA, 2005: 41).

De acordo com Domingues (2007) a “luta na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os excluem do mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural” os fez criar mecanismos para combater essas situações. Nesse sentido, os Movimentos Negros vem lutando contra esse estigma por muitas décadas, desde o fim da escravidão brasileira em 1888 até os dias de hoje.

Durante décadas, houve várias propostas para a superação das discriminações, dos preconceitos e do racismo pelos Movimentos Negros. Na década de 1970, chega-se a um consenso que teria que se “resgatar” a real contribuição dos negros para a sociedade brasileira, elemento importante para se estimular construção de uma identidade negra positiva (JESUS citado por RODRIGUES, 2005, p.46).

Nesse propósito, há atuação dos Movimentos Negros na Constituinte, de 1987, na “Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias”. A principal reivindicação era para a aprovação do artigo 5^o¹ do anteprojeto da Subcomissão. Ela foi modificada e acabou se transformando no artigo 242 inciso 1^o². A justificativa dada para a mudança, segundo Rodrigues, era de que se “tratava de questão particular e deveria ser abordado em legislação complementar específica” e deveria ser discutida quando da formulação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Aspectos sobre a Lei de Diretrizes e Bases/LDB

A discussão sobre a nova LDB começou em 1986 com o movimento pró-nova LDB que culminou com a criação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) que tinha como seus componentes entidades ligadas a educação, organizações de classe e do movimento estudantil³, sendo permitida a elas a apresentação de emendas e discussão das mesmas. Não foi permitida a participação dos movimentos populares, principalmente dos Movimentos Negros, que eram considerados movimentos culturais. Apesar da restrição por parte dos movimentos populares, a primeira versão da LDB apresentada pelo deputado Octávio Elísio, em novembro de 1988, foi considerada a que contou com maior discussão da sociedade.

¹ O ensino de “História das Populações Negras indígenas e demais etnias que compõem a Nacionalidade Brasileira” será obrigatório em todos os níveis da educação brasileira, na forma que a lei dispuser.

² O ensino de história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e étnicas para a formação do povo brasileiro.

³ Entidades que compunham o FNDEP: 03 organizações de classe: CUT, CGT, OAB; 12 da área de educação propriamente dita, 4 são voltadas para ensino, pesquisa e/ou para a divulgação (ANPED, SBPC, SEAE, CEDES); 06 são entidades de trabalhadores profissionais da área da educação (ANDES, ANDE, FENOE, FASUBRA E ANPAE); 02 do movimento estudantil. Na preparação da LDB a sua composição se ampliou (CONAM, UNDIME, CONSED, CRUB) (GOHN citado por RODRIGUES, 2005, p. 63).

A primeira etapa de discussão da LDB (1988 a 1993, período de tramitação na Câmara Federal), é marcada por ampla discussão das entidades já citadas. Nessa primeira etapa o tema raça não entra em discussão ficando evidente o discurso da Ideologia da Democracia Racial⁴.

A não abordagem do tema racial expressa em sua justificativa à concepção do mérito, sendo suficiente assegurar o direito ao acesso, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade pelo seu “sucesso”. Dessa forma a atribuição da FNDEP como principal interlocutor, bem como suas propostas, atuação e composição apontam e até explicam a ausência da discussão sobre raça por admitir que a clivagem social que por excelência explica as desigualdades no Brasil é a classe (RODRIGUES, 2005: 66).

Durante a sua primeira etapa houve vários atrasos na sua discussão. Primeiro em 1990, por conta de nova legislatura federal, houve mudança no perfil da Câmara dos Deputados com políticos mais conservadores. Segundo, o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), e também as eleições municipais do mesmo ano, contribuíram para a não aprovação da LDB. A aprovação ocorreu na Câmara em 25 de Novembro de 1992. A discussão no Senado ocorreu sem maiores atropelos e a votação aconteceu no final de 1993, não sendo aprovado por falta de quorum deixando a responsabilidade para a próxima legislatura.

Na segunda etapa da tramitação da LDB, foi realizada uma manobra regimental pelo senador Darcy Ribeiro, considerando o Projeto inconstitucional e o retirando de discussão. Ele aproveita para apresentar um novo projeto de LDB, o substitutivo Darcy Ribeiro. Inicia-se uma das lutas das entidades integrantes do FNDEP para que seja reprovado o Projeto de Darcy Ribeiro e aprovado o anterior, por ser fruto de anos de discussão e debates.

Dá mesma forma que o projeto anterior as reivindicações dos Movimentos Negros não são contempladas. Nesse momento há a atuação da senadora Benedita da Silva que, segundo Rodrigues (2005), apresentou e defendeu propostas de reformulação do ensino de História do Brasil e a obrigatoriedade em todos os níveis educacionais da “História das populações negras no Brasil”, porém as duas propostas foram negadas com a justificativa de que uma base nacional comum para a educação tornaria desnecessária a existência de uma garantia e espaços exclusivos para a temática⁵.

⁴ Essa noção de identidade nacional pressupunha que tínhamos uma cultura homogênea e singular, resultado da miscigenação racial. O país seria a comunhão de costumes, religião, raça, língua e de memórias sobre o passado que passaram a definir aquilo que fazia de todos nós brasileiros (ALBUQUERQUE, WLAMYRA, 2006, p. 225).

⁵ O parecer negativo as propostas apresentadas pela senadora Benedita da Silva foi apresentada concomitantemente a Marcha Zumbi dos Palmares em Brasília (RODRIGUES, 2005, p. 70).

Como o projeto do senador Darcy Ribeiro interessava mais ao governo, houve várias manobras políticas para facilitar a sua aprovação nas duas casas legislativas e sendo sancionado pelo Presidente Fernando H. Cardoso, em 20 de Dezembro de 1996, sem nenhum veto. Assim, toda a trajetória de tramitação e discussão da LDB deixou de fora o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Da marcha Zumbi dos Palmares (1995) à lei 10.639/2003

No período das discussões políticas para a aprovação da LDB ocorreu a “Marcha Zumbi dos Palmares, Contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida”, realizada no dia 20 de Novembro de 1995, em lembrança aos 300 anos da morte de Zumbi⁶ e reuniu cerca de 30 mil pessoas em frente ao Congresso Nacional, na Esplanada dos Ministérios em Brasília. Ela pode ser considerada um marco na luta dos Movimentos Negros, pois conseguiu reunir ativistas de todo o país e deu abertura para várias atitudes oficiais em relação ao negro: como criação do Grupo de Trabalho Interministerial para valorização da população negra; aprovação do tema transversal Pluralidade Cultural.

Outro ato tomado pelo Governo Federal refere-se à questão dos livros didáticos que aprimorou em 1996, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com novas orientações para avaliar os livros didáticos para detecção de preconceitos de origem, cor, condição social, raça/etnia, gênero ou qualquer outra discriminação.

Ainda no mesmo ano de 1996, começaram a ser discutido o papel das políticas afirmativas para a área da educação, especialmente as cotas nas universidades públicas, com o seminário “Multiculturalismo e Racismo: o Papel das Ações Afirmativas nos Estados Democráticos Contemporâneos”, que discutiu a experiência estadunidense e as possibilidades brasileiras. Em 1999, foi produzido o livro “Superando o Racismo na Escola” (MUNANGA, 1999), que foi distribuído especialmente para os professores do Ensino Fundamental como mais um instrumento de combate à discriminação racial nas escolas e com propostas de conteúdos e propostas pedagógicos para serem inseridas nas atividades escolares.

⁶ Líder do maior e mais duradouro. Símbolo da luta dos negros no Brasil contra o regime escravocrata: a República/Quilombo dos Palmares, morto em 1695, cujo Quilombo resistiu por um século, na Serra da Barriga, no estado de Alagoas, localizada á época a capitania de Pernambuco.

Em março de 1999, os Deputados Esther Pillar Grossi (PT/RS) e Benhur Ferreira (PT/MS) apresentaram, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 259/99, de autoria do Deputado Humberto Costa (PT/PE), com a ementa: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira' e dá outras providências". Nas duas casas legislativas o projeto foi aprovado depois de um amplo debate e assinado já nos primeiros meses do governo Lula sob o número 10.639/03 e alterou os artigos 26º e 79º da LDB/1996:

Art. 26-A - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2º - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

"Art. 79-B - O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'" (Leis de Diretrizes e Bases..., 2010: 24-25).

Após a assinatura da lei 10.639/03, o então Presidente Lula criou em março do mesmo ano, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), com *status* de Ministério para coordenar a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial do Governo. A SEPPIR passou a coordenar a regulamentação da lei 10.639/03 e assim foi criado um Grupo de Trabalho para regulamentar a temática História e Cultura Afro-brasileira e como resultado resultam o Parecer do CNE03/2004 e a Resolução 01/2004 que orientam ampla e claramente as instituições educacionais quanto a suas atribuições.

Nesse contexto, no ano de 2004, a coleção de livros "A África Está em Nós", de autoria de Roberto Benjamin, começou a ser publicada e destinada ao Ensino Fundamental. Pretendia ser uma das primeiras coleções a abordar a temática História e Cultura Afro-brasileira. Várias questões são levantadas em relação a esses livros: será que estão retratando a História da África corretamente? E os estereótipos estão presentes? Os conteúdos propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações etnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana estão presentes nessa coleção?

Conhecendo a Coleção “A África está em nós”

A Coleção de livros didáticos “A África está em nós” foi publicada pela editora Grafset, de João Pessoa, Paraíba, desde o ano 2004⁷. A coleção é composta por sete livros (do 2º ao 8º ano do ensino fundamental) e a autoria é dividida em duas partes: do livro um ao quatro são de Roberto Benjamin⁸, em parceria com Janete Lins Rodriguez⁹ e Maria Carmelita Lacerda. A partir do quinto volume, a autoria é exclusiva de Roberto Benjamim. Vale salientar que nas primeiras edições da coleção, Josilane Maria do Nascimento Aires¹⁰ constava como autora.

A análise desenvolvida neste trabalho procurou trazer aspectos gerais e uma breve avaliação da coleção “A África está em nós”.

Análise da coleção “A África está em nós”

A abordagem de conteúdos históricos de cada volume respeita as diversas séries a que são destinadas, correlacionando-os com aspectos educacionais como, por exemplo, o grau de cognição, o estímulo à problematização e o nível de contextualização do conhecimento, assim como coloca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996):

Artigo 27 - Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

- I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III – orientação para o trabalho;
- IV – promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.

(Leis de Diretrizes e Bases..., 2010: 25).

As imagens estão presentes em grande quantidade, facilitando a compreensão e a aprendizagem. A maioria das imagens dos livros trazem as manifestações culturais dos afrodescendentes e africanos, sendo que as figuras utilizadas nos sete livros trazem uma visão folclórica da História da população negra. É preciso que o professor faça a interpretação

⁷ Neste trabalho foram analisados todos os exemplares da edição de 2009.

⁸ Bacharel em Jornalismo (pela Universidade Católica de Pernambuco) e em Direito (pela Faculdade de Direito, da Universidade Federal de Pernambuco), com livre-docência em Ciência Política (pela Universidade Federal Rural de Pernambuco). Atualmente é professor aposentado da Universidade Federal Rural de Pernambuco e pesquisador da Rede de Estudos em folkcomunicação.

⁹ Graduada em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (1968) e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (1980). Atualmente é professora aposentada (adjunto IV) da Universidade Federal da Paraíba, professora titular da Universidade Estadual da Paraíba.

¹⁰ Professora aposentada da UFPB e atualmente, está trabalhando na Editora Grafset.

adequada dessas imagens, de forma não discriminatórias e estereotipadas. Para isso é preciso capacitação dos professores para o ensino de conteúdos que valorizem a presença do negro na sociedade brasileira.

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas (Diretrizes Curriculares Nacionais..., 2004: 20).

FIGURAS 1 – Variantes de danças afro-brasileiras



Fonte: BENJAMIN (2009: 36, Livro 5).

Em relação à História da África e dos afro-brasileiros, os livros trazem informações bem superficiais. Por exemplo, no livro 5, ao tratar da diversidade africana, o autor destaca a natureza, fazendo com que o aluno não desvincule o continente africano da geografia (desertos e florestas, por exemplo) e grandes animais. A própria descrição do continente é marcada por referências predominantemente geográficas. Em relação aos vários grupos étnicos existentes, são mencionados somente os que foram escravizados, utilizando a classificação clássica. E a religiosidade, apesar da sua riqueza, é pouca mencionada no livro.

FIGURA 2 – Pirâmides do Egito e animais do Quênia

1.1 O que é a África

Quando a gente pensa na África imagina um ponto distante do outro lado do Oceano Atlântico. Mas a África é um continente muito grande, com mais de 30 milhões de quilômetros quadrados, dividido em mais de 50 países, onde se falam mais de 2000 idiomas e que é povoado por quase 800 milhões de habitantes. Podemos ter uma ideia da diferença de proporções entre o nosso país e a África, de onde veio uma parte dos nossos antepassados, se lembrarmos que o Brasil tem pouco mais de 8 milhões de quilômetros quadrados e mais de 184 milhões de habitantes e que a língua portuguesa é falada pela maioria absoluta da nossa população.

O continente africano tem sido habitado pelos homens há milhões de anos. Eles viveram espalhados por regiões bastante diferenciadas, as quais, ao longo do tempo, também sofreram grandes modificações geológicas e climáticas.

Às vezes se pensa na África apenas como uma região de florestas úmidas e grandes animais mamíferos - elefantes, zebras, girafas, hipopótamos, rinocerontes, gorilas, leões - como tem sido mostrado no cinema. Outras vezes, a África é vista como um grande deserto, com dunas de areias a perder-se no infinito, com caravanas de camelos tocadas por beduínos.



Zebras do Quênia

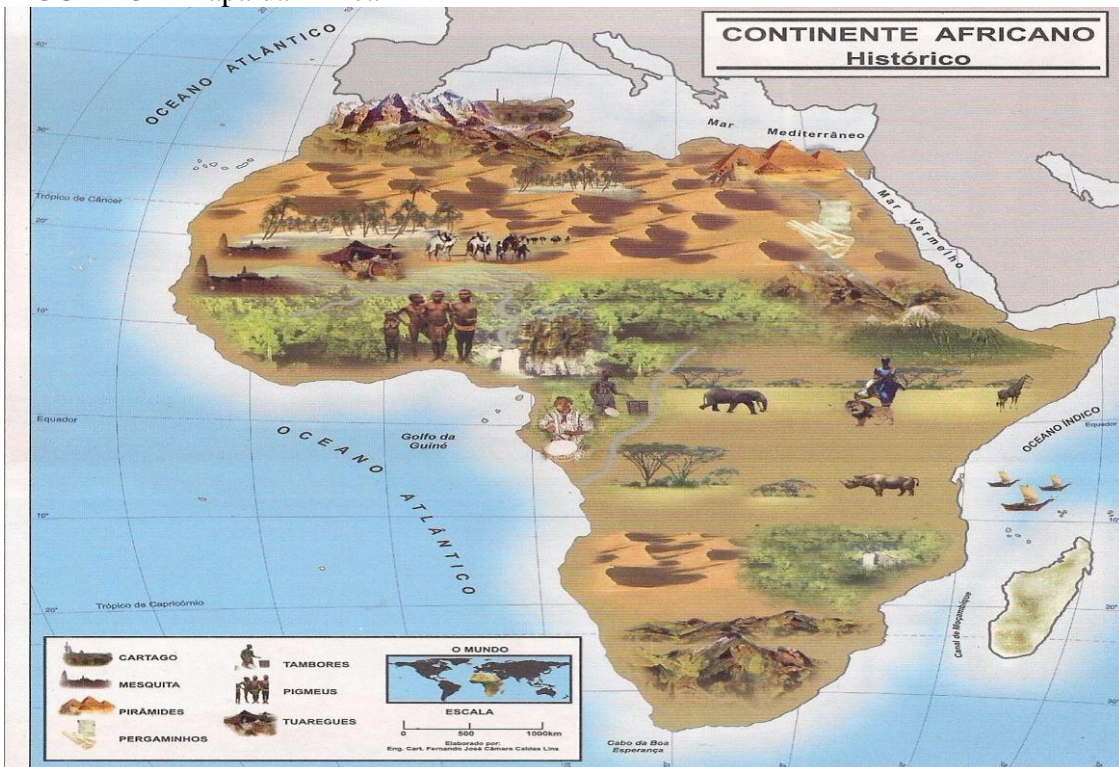
A África é tudo isso e muito mais! Planaltos e planícies com savanas e estepes. Altas montanhas com picos nevados: no Marrocos, próximas das areias do deserto, elevam-se as montanhas denominadas Atlas, que chegam a 4.000 metros de altitude, com vegetação semelhante à do sul da Europa; no Quênia, país cortado pela linha do Equador, as savanas têm o clima tórrido, mas no monte Quênia, de mais de 5.000 metros de altitude, cai a neve. O Quilimanjaro, na Tanzânia, com mais de 5.800 metros de altitude, tem neves eternas. Ruanda tem sete vulcões e no Chade o vulcão Tipisti está ativo. A Tanzânia tem, também, uma



Pirâmide do Egito

Fonte: BENJAMIN (2009: 10, Livro 5).

FIGURA 3 – Mapa da África



Fonte: BENJAMIN (2009: 41, Livro 5).

O autor também não explora as múltiplas manifestações religiosas afro-brasileiras, dando uma rápida explicação sobre a temática e não mencionando os aspectos sagrados dessas religiões, seus valores espirituais e as visões de mundo. Nem tampouco menciona como forma de resistência cultural ao processo de escravização dos africanos e de seus descendentes. Para o tema escravidão, os escravizados são classificados de acordo com o que é usado na documentação colonial, como “boçal” (trazido da costa da África), “ladino” (em processo de aculturação) e “crioulo” (nascido no Brasil de mãe cativa). Benjamin continua com os equívocos tradicionais da literatura didática (OLIVA, 2003) quando não coloca os africanos como mercadores ativos no tráfico africano e nem aborda a complexidade da escravidão e do tráfico internacional de africanos na época moderna.

No tocante ao protagonismo a resistência à condição de escravizados, o autor destaca as rebeliões, como ocorridas em Salvador, no Espírito Santo, em Pernambuco e em Minas Gerais. O foco maior é para os quilombos, destacando o de Palmares (PE) e também destacou o Quilombo de Catucá (PE). No que se refere ao fim da escravidão, autor dá ênfase a participação dos abolicionistas, da situação econômica e da Princesa Isabel. O protagonismo negro contra o regime escravista não é tratado e nem considerado fator importante para o fim do escravismo no Brasil.

No que se refere à situação da população negra no século XX, vale destacar uma que são evidenciados, no livro 7, imagens de personagens dos Movimentos Negros e da intelectualidade negra na atualidade (Abdias do Nascimento, Milton Gonçalves, entre outros), mas nos outros livros não identificam outros personagens históricos que mostram a sua atuação intelectual e política.

Considerações finais

Desde antes da Abolição do regime escravista brasileiro, em 1888, o negro luta para ter seus direitos garantidos. Após a Abolição não houve oportunidades para a inclusão na educação, política, trabalho e social. Dessa forma, desde o fim do século XIX, surgiram diversos movimentos que lutaram para que os negros tivessem seus direitos garantidos.

Nas duas últimas décadas do século XX, o Movimento Negro conscientizou-se que para atingir a igualdade de direitos para com os outros cidadãos no Brasil ela deveria ser pela via da educação no qual havia (e ainda há) grande discriminação fazendo com que os afrodescendentes negassem a sua negritude e a sua ancestralidade. Como resultado dessas

lutas, em 2003, foi promulgada a lei 10.639/03 que instituía o Ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas. A partir daí vieram outros dispositivos legais que fortaleceram ainda mais a luta pela igualdade.

Em análise geral a coleção “A África está em nós” não está cumprindo seu papel como veículo propagador de um ensino plural e étnico. Apesar da tentativa de trazer no seu conteúdo assuntos pertinentes a cidadania, igualdade entre os povos, geografia, literatura, folguedos, danças, entre outros, contudo falta muito em aspectos de conteúdo históricos (tanto brasileira como africana), que são incrivelmente resumidos e com teor estereotipado do continente africano, assim como não realiza uma contextualização histórica adequada para abordar a cultura negra. Em geral, as representações da população negra estão ligadas a ideia de folclore, no sentido de enfatizar a “cultura”, desvinculada da experiência histórica dos africanos e de seus descendentes, sem o

“O cuidado para que se dê um **sentido construtivo** à participação dos diferentes grupos sociais, étnico-raciais na construção da nação brasileira, aos **elos culturais e históricos** entre diferentes grupos étnico-raciais, às alianças sociais”. (Diretrizes Curriculares Nacionais..., 2004: 20).

De maneira que a cultura(s) negra(s) sejam compreendida(s) como forma de resistência de um grupo social – os descendentes de africanos – que foi subjugado, mas conseguiu se reinventar na diáspora africana.

Diante do exposto, constatamos que “Coleção África está em nós” não atende às Diretrizes Curriculares (2004) e o Plano Nacional da Lei 10.639 (2009), de modo que está colocado o desafio, para os acadêmicos e outros profissionais, desenvolver livros didáticos e paradidáticos – tanto com conteúdos exclusivos da temática da história e da cultura afro-brasileira, quanto com a inserção de conteúdos de forma transversal nos manuais didáticos das várias disciplinas da Educação Básica –, para, assim consigamos avançar para um ensino de inclusão, sem preconceitos, discriminação e valorização da diversidade étnico-cultural e que em breve:

[...] com o debate, e as ações práticas, no campo das relações raciais podemos, **brancos e negros**, encontrar novos caminhos para a construção de uma sociedade na qual ninguém tenha que negar ou apagar sua **identidade étnico-racial** e o hedonismo seja uma opção para todos que quiserem por ele se orientar, e não uma ‘imposição’ das ‘castas’ que insistem em não permitir que as instituições brasileiras sejam **anti-racistas na consciência e multirraciais em sua composição** (SILVÉRIO, 2004: 28), Grifos nossos.

Finalizamos, destacando que o desafio de produzir livros para atender a Lei 10.639/2003 precisam ser enfrentados para assim se efetivar a aplicação da mencionada legislação educacional. Vale salientar que, recentemente, tivemos publicado o livro *Africanidades Paraibanas* (2011), sob coordenação de Elio Chaves Flores/UFPB, pela mesma editora de Benjamin. Este material também merece uma análise, todavia esse poderá ser assunto de outro trabalho acadêmico.

REFERÊNCIAS

LIVROS DIDÁTICOS ANALISADOS: COLEÇÃO “A ÁFRICA ESTÁ EM NÓS”

BENJAMIN, Roberto. RODRIGUEZ, Janete Lins. LACERDA, Carmelita Lacerda. **A África está em nós: História e cultura afro-brasileira. Livro 1.** Editora GRAFSET. João Pessoa, 2009.

BENJAMIN, Roberto. RODRIGUEZ, Janete Lins. LACERDA, Carmelita Lacerda. **A África está em nós: História e cultura afro-brasileira. Livro 2.** Editora GRAFSET. João Pessoa, 2009.

BENJAMIN, Roberto. RODRIGUEZ, Janete Lins. LACERDA, Carmelita Lacerda. **A África está em nós: História e cultura afro-brasileira. Livro 3.** Editora GRAFSET. João Pessoa, 2009.

BENJAMIN, Roberto. RODRIGUEZ, Janete Lins. LACERDA, Carmelita Lacerda. **A África está em nós: História e cultura afro-brasileira. Livro 4.** Editora GRAFSET. João Pessoa, 2009.

BENJAMIN, Roberto. **A África está em nós: História e cultura afro-brasileira. Livro 5.** Editora GRAFSET. João Pessoa, 2009.

BENJAMIN, Roberto. **A África está em nós: História e cultura afro-brasileira. Livro 6.** Editora GRAFSET. João Pessoa, 2009.

BENJAMIN, Roberto. **A África está em nós: História e cultura afro-brasileira. Livro 7.** Editora GRAFSET. João Pessoa, 2009.

BIBLIOGRAFIA E TEXTOS NA INTERNET

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma história do negro no Brasil.** Centro de Estudos Afro-Orientais. Fundação Cultural Palmares: Brasília, 2006.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 30 de nov. de 2010.

_____. **Lei 10.639/03**. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 07 maio de 2010.

_____. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2009.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro**: alguns apontamentos históricos. 2007. Disponível em Acessado em: 14 de jul. de 2010.

JESUS, [Marlucia Pontes Gomes de](http://damarlueducar.blogspot.com/2010/05/educacao-das-relacoes-etnicorraciais.html). **Educação das relações étnicorraciais**. 2010. Disponível em: <http://damarlueducar.blogspot.com/2010/05/educacao-das-relacoes-etnicorraciais.html>. Acesso em: 07 de jul. de 2011.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4575.pdf>. Acesso em: 09 de jun. de 2010.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. São Paulo: Autêntica, 2004.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **Movimento Negro no cenário brasileiro**: embates e contribuições à política educacional nas décadas de 1980-1990. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

SANTOS, Sales Augusto. A Lei nº. 10.639/2003 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Educação Anti-Racista**: Caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/2003. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 21-38.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **O movimento negro e os novos contornos do debate brasileiro sobre raça, etnia e democracia**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel25/ValterSilverio.pdf>. Acesso em: 08 nov. de 2011.



PAINÉIS

Coordenadora: Solange Pereira Rocha

MATIZES DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA: SOCIALIZAÇÃO E INTERLOCUÇÃO DE SABERES

Aldeir Fernandes de Oliveira¹

RESUMO:

Este trabalho visa socializar os resultados das atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão EDUCARTE, vinculado ao PROBEX/UFCG (2011), bem como discutir a importância da extensão universitária como forma de criação de espaços para estudos, debates e troca de experiências, de ampliação de conhecimento teórico-metodológico e de qualificação de professores de Arte Educação do Ensino Fundamental e Médio das escolas municipais de Cajazeiras – PB. Problematiza a ação extensionista no âmbito do ensino da arte, e suas diferentes linguagens, tendo como fundamento metodológico a pesquisa ação, por meio de trocas de experiências entre os docentes e com o objetivo de (re) significar suas práticas pedagógicas visando contribuir com a formação do aluno enquanto produtor cultural e ampliar, continuamente, o campo de possibilidades de ações que possam ser aplicadas no âmbito das salas de aula.

Palavras chave: Arte Educação, Socialização de Saberes, Formação Continuada, Práticas Didático-Pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO:

Nos últimos tempos, a extensão universitária tem sido considerada como um dos principais segmentos das universidades brasileiras para a socialização e a interlocução dos

¹ Bolsista PROBEX 2011 e Graduando em História, pela UACS/CFP/UFCG, Cajazeiras – PB.

saberes, a qual é realizada a partir do contato direto, impregnado de uma ação transformadora, da comunidade acadêmica universitária com um determinado público da sociedade.

Segundo Paulo Freire o conhecimento humano se constitui a partir das relações de transformações existentes entre o homem e o mundo, o qual é aperfeiçoado a partir do questionar, do problematizar e da crítica. (FREIRE, 2006)

Neste sentido, o conceito de extensão que vem sendo propagado, atualmente, é que os acadêmicos não são os únicos possuidores do conhecimento ou saber necessário à transformação social, visto que, este pode ser construído e/ou (re) significado a partir de uma interrelação dialógica entre a equipe extensionista e o público alvo. Assim, há uma atuação mútua e de mão dupla que é crítica e democrática aos sujeitos participantes, a fim de produzir um novo sentido, por meio de um ciclo de trocas de saberes que deve existir entre a universidade e a sociedade.

Nas diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Extensão (2000), o processo extensionista deve ser constituído sob quatro eixos essenciais que são: Impacto e transformação, interação dialógica, interdisciplinaridade e a Indissociabilidade entre ensino – pesquisa – extensão.

Nesta perspectiva, o processo extensionista universitário busca, principalmente, a transformação da realidade problemática presente na sociedade, e, nesse processo, além de promover a transformação, a universidade também se autotransforma no sentido de que, (re) significa a sua atuação enquanto instituição produtora e promotora de conhecimento/saberes.

Este trabalho se detém a demonstrar os resultados de uma ação extensionista, desenvolvida por meio do projeto “EDUCARTE” vinculado à PROPEX/ UFCG, o qual viabilizou um processo de formação continuada realizado com professores de Arte da rede municipal de ensino de Cajazeiras – PB. As atividades foram desenvolvidas através da utilização da pesquisa-ação e de princípios metodológicos participativos. Segundo Thiollent, (2005) esse tipo de metodologia fundamenta-se na interação participativa entre pesquisador e pesquisado, a qual considera a pesquisa e a ação como elementos concomitantes e o público alvo passa por transformações não apenas no âmbito da produção do conhecimento, mas, também, da prática.

2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: SOCIALIZAÇÃO E INTERLOCUÇÃO DE SABERES

O saber se tornou um dos bens mais preciosos da humanidade, pois na sociedade em que vivemos este é primordial para a realização de diversas atividades cotidianas. Desse modo, o ser humano sempre construiu e constrói, permanentemente, um saber necessário à sua vivência, instigado pela curiosidade e pelo desejo de aprender cada vez mais, ou seja, o homem está sempre produzindo conhecimento/saberes. E, segundo Paulo Freire, “O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações.” (FREIRE, 2006: 36).

A ideologia da extensão universitária, com base nessa compreensão, surgiu a partir das lutas empreendidas por estudantes universitários brasileiros, nos anos de 1950/60, organizados na União Nacional dos Estudantes – UNE que reivindicavam o reconhecimento de movimentos culturais e políticos como fundamentais na formação de lideranças intelectuais de que carecia o país.

E a partir da década de 1980, com o fortalecimento da sociedade civil, das classes populares e o enfraquecimento da sociedade política, possibilitou repensar sobre concepção de universidade vigente, tendo como base a redefinição das práticas de ensino, pesquisa e extensão.

Foi exatamente neste período que a extensão foi reconhecida legalmente e incluída na Constituição brasileira e com a realização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (1987) emergiram em favor da comunidade acadêmica, condições e a possibilidade de uma conceituação precisa da extensão universitária. Segundo no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido aquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a

troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (BRASIL, 2000/01, p. 5)

Este conceito que se tem sobre a extensão está ligado à ideia de que o conhecimento produzido por instituições pesquisadoras e produtoras de conhecimento deve, primordialmente, proporcionar ações transformadoras na realidade social posta, com o intuito de intervir em suas deficiências. Ao longo da sua história, nas universidades brasileiras, a extensão passou por diversas transformações conceituais, bem como, nas suas diretrizes e orientações norteadoras para o seu desenvolvimento, pois segundo Rossana Serrano (sd):

Da extensão cursos, à extensão serviço, à extensão assistencial, à extensão “redentora da função social da Universidade”, à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã, podemos identificar uma ressignificação da extensão nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos, e na sua relação com a comunidade em que esta inserida. (SERRANO, sd, p.1)

Entretanto, hoje em dia, o conceito que propagamos é de que os acadêmicos não são os únicos possuidores do conhecimento ou saber necessário à transformação social, visto que, este pode ser construído ou (re) significado a partir de uma interrelação dialógica entre a equipe extensionista e o público alvo. Assim, há uma atuação mútua e de mão dupla que é crítica e democrática aos sujeitos participantes. Conforme o FORPROEX:

[...] A produção do conhecimento via extensão, se faz na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade. (BRASIL, 2000, p. 2)

Neste sentido, as universidades nos dias atuais busca, por meio da extensão, a popularidade em meio ao povo e a nação, buscando isso através da interação dos saberes que são produzidos nela com a saberes do local, ou seja, há a produção de um novo sentido por meio desse ciclo de trocas de saberes que deve existir entre a universidade e sociedade.

O processo extensionista universitário busca, principalmente, a transformação da realidade problemática presente na sociedade e, nesse processo, além de promover a

transformação, a universidade também se autotransforma no sentido de que, (re) significa a sua atuação, enquanto instituição produtora e promotora de conhecimento/saberes.

A extensão universitária deve, pois, respeitar seu público alvo, aceitando-o como um importante agente, nesse processo formador e (re) significador, e não como paciente, visto que, esse público atendido, são seres pensantes, reflexivos, críticos e portadores de uma cultura, de valores e de conhecimento/saberes. Para que isso ocorra é necessário ter como princípio a promoção de uma interação dialógica que vise afirmar esses dois grupos como protagonistas – não apenas um só e sim os dois – da extensão universitária.

Segundo o Plano Nacional de Extensão (2000) existe atualmente diretrizes que são essenciais para a realização da extensão universitária que são elas: Impacto e transformação, interação dialógica, interdisciplinaridade e a Indissociabilidade entre ensino – pesquisa – extensão.

O impacto e a transformação dizem respeito a uma orientação que deve nortear as ações extensionistas em razão da diversidade e da complexidade que a sociedade dispõe, nesse sentido, torna-se prioritário o estabelecimento de uma problemática que seja efetiva para contribuir com a transformação social. As indagações que orientam essa problemática devem ser estudadas profundamente, no intuito de propor soluções viáveis, atuando de forma comprometida com a mudança.

A interação dialógica se constitui numa diretriz base, pois extensão universitária deve estar impregnada por um diálogo construído, permanentemente através da interlocução de saberes entre a universidade e a sociedade. Esse conceito procura atualmente desmitificar a ideia de uma hegemonia acadêmica na realização da socialização dos saberes, pois a própria universidade também aprende com a sociedade.

A interdisciplinaridade deve proporcionar uma conexão entre os saberes, de forma que haja uma interação de modelos e conceitos que são comuns, de material analítico e de metodologias, e sempre procurando a constituição de elementos teóricos e operacionais a fim de estruturar um trabalho para os agentes do processo social, e esse processo conduz a outra interação e inter-relação a que existe entre as instituições, ou seja, a interinstitucionalidade.

A indissociabilidade entre ensino – pesquisa – extensão diz respeito ao fato de que as ações extensionistas devem estar ligadas a um processo formativo e produtor de

conhecimento, bem como, é uma prática que interage com o ensino e a pesquisa principalmente para promover uma ação transformadora para procurar resolver as “enfermidades” da sociedade. Nesta prática existem estudantes que estão envolvidos, os quais devem adquirir, durante o desenvolvimento do projeto, implicações necessárias as suas formações como profissionais cidadãos, bem como assumirem uma postura crítica frente a realidade que os rodeia. Existe também um reconhecimento curricular para os alunos envolvidos, pois estes recebem créditos na academia e assim a extensão também faz parte do currículo acadêmico universitário.

Neste sentido, propomos uma reflexão sobre como o conhecimento produzido nas academias está sendo posto à sociedade por meio da extensão universitária (re) significado a partir do desenvolvimento do projeto “EDUCARTE” vinculado à PROPEX/ UFCG.

A nossa proposta parte da compreensão de que a extensão universitária é o principal meio para a socialização e interlocução dos saberes produzidos na academia e, ainda, que a partir da pesquisa-ação, torna-se possível uma ação transformadora. Por isso, nos dispusemos a criar espaços para discutir o ensino da arte, e suas diferentes linguagens, possibilitando trocas de experiências entre os docentes das escolas públicas municipais de Ensino Fundamental e Médio, vislumbrando a qualificação profissional dos mesmos e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que visem à formação do aluno enquanto produtor cultural e amplie, continuamente, o campo de possibilidades de ações que possam ser aplicadas no âmbito das salas de aula.

3 O ENSINO DE ARTE COMO LÓCUS DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA

Desde 2009, no município de Cajazeiras–PB, o projeto de extensão “EDUCARTE” vem difundindo uma proposta de formação continuada para professores de Arte. As ações extensionistas ocorrem por meio da formação de um grupo de estudos para discussões teóricas, da elaboração de conteúdos didático-pedagógicos, do acompanhamento sistemático, da orientação teórico-metodológica, da ministração de cursos, oficinas e palestras, proporcionando ao educador uma articulação entre teoria e prática na produção e socialização do conhecimento artístico, e conseqüentemente o redimensionamento do ensino de Arte.

Propôs-se a criação de um “Plano de Curso Programático Coletivo” que foi elaborado em 2010 e reelaborado em 2011, o qual é concebido como parâmetro didático-pedagógico

para o ensino de Arte no município de Cajazeiras - PB. Este plano busca inovar o ensino de Arte, sistematicamente, através da unificação de temas, objetivos específicos, conteúdos, metodologias e avaliações a serem desenvolvidos pelos professores nas salas de aula, do 6º ao 9º ano. Este plano tem como princípio a importância da Arte na escola, pois ela é um meio de ativar e estimular as emoções, as sensações e o potencial criativo, dentro das linguagens artísticas ensinadas. Segundo Pimentel (2007):

Arte, na escola, é a oportunidade do aluno explorar, construir e aumentar seu conhecimento, desenvolver suas habilidades, articular e realizar trabalhos estéticos e explorar seus sentimentos. O ensino de arte propicia meios de conhecer, apresentar, interpretar, simbolizar e metaforizar em contexto de apreciação estética e de valorização cultural. (PIMENTEL 2007, apud ZAGONEL 2008, p.37)

As oficinas e encontros para discussões a respeito da Arte foram de suma importância para o intercâmbio de saberes e experiências relacionados aos acontecimentos significativos no processo de ensino e aprendizagem em Arte e que, essas atividades, consideradas como uma interação dialógica, possibilitaram, a construção de um nível maior de segurança para o exercício docente e para a construção de novas ideias aplicáveis à sala de aula.

Nesse contexto, educadores de diversas escolas do município puderam compartilhar o conhecimento adquirido, as experiências e/ou experimentos vivenciados, na sua prática didático-pedagógica. E isso se torna importante, pelo fato de que há uma troca de ensaios particulares – de ideais, de habilidades, de dinamicidade e de didatismo – que cada um possui ou aplicou para ensinar e assim surge a possibilidade de produzir novas atividades, bem como, (re) significar antigas práticas.

A partir das atividades realizadas, o que se evidenciou é que, por vezes, a arte produzida pelas crianças é tratada ou percebida pelos adultos de forma equivocada e/ou com desprezo. E a escola, muitas vezes, continua associando arte ao lazer, em oposição às disciplinas “sérias” como Português, Matemática, etc.

De acordo com essa compreensão, segundo Rodrigues (2008), as escolas impõem uma espécie de “esquartejamento mental”, pregando que as emoções devem ficar fora destas para não atrapalhar o desenvolvimento intelectual, e a disciplina de arte assim como os recreios seriam momentos de lazer, para a fluência de sentimentos e emoções.

Discordando completamente dessa postura existente nas escolas, Ana Mae Barbosa (2003) acredita que:

Por meio da Arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo ao indivíduo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada. (BARBOSA, 2003, p.18)

Na conjuntura que envolve o projeto de extensão EDUCARTE, de todos os professores que participam das ações extensionistas, apenas um é licenciado em Arte. Ou seja, praticamente todos lecionam na disciplina de Arte como complemento de carga horária, e isso, além de gerar uma rotatividade, constitui um dos elementos que configuram o ensino como descontextualizado, sem fundamentação e aprofundamento teórico adequado, proporcionando os equívocos e as incoerências que tem caracterizado o ensino de arte. Essa rotatividade de professores também é fruto da escassez de cursos de licenciatura em Arte na região.

Tal situação se manifesta nas experiências pessoais narradas verbalmente pelos professores, os quais, nas reuniões e encontros, ao compartilharem suas práticas didático-pedagógicas, relatavam, sempre, a ausência de preocupação dos gestores municipais para qualificá-los, devido à compreensão de que qualquer um pode dar conta desta disciplina e de que é desnecessário o cuidado em realizá-la com zelo e excelência.

Portanto, um dos principais resultados obtidos nas ações extensionistas que desenvolvemos é de que o professor de Arte que temos, hoje, na maioria dos casos, não é qualificado nesta área específica de conhecimento e apenas se encontra ministrando a disciplina por uma questão de cumprimento de carga horária.

A formação inadequada desses profissionais os leva a “transmitir” conhecimentos desta disciplina curricular a partir de noções incipientes (não aprofundadas), contribuindo, efetivamente para a presença de um ensino de Arte não significativo nas escolas de modo que o ato de imaginar, gerar, elaborar etc., que deveria nortear o ensino de Arte, é substituído pelo ato de arranjar-se às pressas, fazer sem prévio preparo, criar na hora etc.

Segundo Barbosa “A falta de uma preparação de pessoal para entender a Arte antes de ensiná-la é um problema crucial nos levando muitas vezes confundir improvisação com

criatividade.” (BARBOSA, 2007, p.15). Essa confusão, ainda contribui para o ensino de Arte tornar-se desvalorizado e não ser considerado como fundamental e determinante no processo educativo e de produção de cidadania.

Acrescenta-se também a esses obstáculos, o fato de que não existe nas escolas um material teórico e didático-pedagógico para dar suporte às aulas. Situação que se agudiza com a falta de colaboração dos órgãos competentes no acompanhamento e no processo de formação continua desses professores.

Também assume significância, com a realização das ações extensionistas, a possibilidade de análise das tendências pedagógicas que orientam o processo de ensino e aprendizagem em Arte, o que permitiu a escolha de práticas adequadas para o exercício do ensino de arte. Esse processo serviu como subsídio para que os professores refletissem e questionassem a sua prática enquanto educador promotor da democratização e da cidadania e fundamentassem o Plano de Curso Programático coletivo que foi elaborado e (re) significado com vistas a unificar e qualificar o ensino de Arte no município, do 6º ao 9º ano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão universitária é concebida, atualmente como um dos pilares centrais das universidades brasileiras, uma prática acadêmica que liga a sociedade à universidade, buscando por meio da pesquisa-ação desenvolver atividades que visem a transformação social de uma determinada realidade problemática, possibilitando também ao graduando envolvido uma formação profissional cidadã. Assim, a extensão vem se credenciando como oportunidade de produção do conhecimento e de superação das desigualdades sociais.

É importante salientar que essa intervenção na realidade não teve como pretensão substituir funções de responsabilidade do Estado, mas produzir e socializar saberes e os tornar acessíveis à população, principal público alvo dos resultados produzidos nesse processo.

A efetivação do referido projeto permitiu a apreensão da existência de inúmeras dificuldades que envolvem o ensino de arte nas escolas de rede municipal de ensino de Cajazeiras-PB. Como exemplo, pode-se destacar as aulas de arte que, geralmente, são consideradas como um passatempo e não como um espaço para o desenvolvimento das capacidades criativas e críticas dos alunos. Dificuldades que se avolumam mesmo diante do crescimento intelectual, cultural e criativo dos professores e alunos.

Percebe-se, ainda, que com a realização do projeto os professores passaram a (re) significar suas práticas didático-pedagógicas considerando os referenciais teórico-metodológicos debatidos, o que lhes permitiu refletir sobre sua prática e revisar suas ações, na perspectiva de um processo de construção de uma identidade profissional melhor qualificada.

Portanto, as atividades de formação continuada com professores de Arte das escolas da rede municipal de ensino de Cajazeiras–PB, concretizadas sob a ótica da extensão universitária evidenciou a relevância de se pensar o ensino de Arte como uma dimensão humana e cidadã, tendo em vista a formação artística dos alunos das escolas públicas e os princípios e diretrizes norteadores da extensão universitária.

5 REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e mudanças no ensino da Arte**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. FORPROEX, *Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Plano Nacional de Extensão Universitária. Coleção extensão universitária*, 2000. Disponível em: http://www.extensao.ufba.br/arquivos/inextensao/plano_nacional_de_extens%EA3o_universitaria.pdf; acessado em: 14 de agosto de 2011

_____. *Grupo de Trabalho (GT): Avaliação da Extensão Universitária. Avaliação Nacional da Extensão Universitária: pressupostos, indicadores e aspectos metodológicos*, 2000. Disponível em: http://www.unifal-mg.edu.br/extensao/files/file/colecao_extensao_univeristaria/colecao_extensao_universitaria_3_avaliacao.pdf; acessado em: 14 de agosto de 2011

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. *Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*, 1996.

COUTINHO, Rejane G. A formação de professores em arte. In: BARBOSA, Ana Mae (Org.) **Inquietações e mudanças no ensino da Arte**. In 3ªed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 153-159.

DENARDI, Christiane. *Disciplina Arte: o que e como ensinar e avaliar*. Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/artigos/disciplina-arte-o-que-e-como-ensinar-e-avaliar.php>; acessado em 04 de jul 2011.

HAUSER, Arnold. **História Social da Arte e da Literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARTINS, Mirian Celeste; PIROSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha. **Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte**. São Paulo: FTD, 1998.

RODRIGUES, Karinne L. O professor de arte que temos e o professor de arte que queremos. **Akrópolis** Umuarama, v. 16, n.3, p. 165-170, jul./ set. 2008. Disponível em: <http://revistas.unipar.br/akropolis/article/view/2464/1957>; acessado em 04 de jun de 2011.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire.** Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf; acessado em: 14 de agosto de 2011

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação.** 14ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ZAGONEL, Bernadete. **Arte na Educação Escolar.** Curitiba: IBEPEX, 2008.

RESGATANDO MEMÓRIAS DE VIOLÊNCIA EM CAMPINA GRANDE

*Aline Guedes Ferreira**

Resumo

Campina Grande, Rainha da Borborema, cidade boa para fazer morada e para trabalhar, conhecida por suas universidades, suas feiras, seus festejos e seu clima agradável. No entanto, este é apenas um ângulo de visão. Nossa pesquisa se propôs a analisar a face contraditória da cidade, ou seja, a partir de nossa investigação percebemos e analisamos problemas urbanos de infra-estrutura, pessoas pobres vivendo de maneira imprópria, e mesmo insalubre; bairros considerados perigosos pela opinião “pública” por serem habitados em sua maioria por marginais e usuários de drogas; brigas entre vizinhos, trabalhadores, prostitutas e entre parentes, que acontecem cotidianamente nas ruas, mas principalmente em lugares de divertimento como bares, festejos, boates; violência contra populares exercida de forma arbitrária pela polícia etc., tendo como recorte temporal as décadas de 70 e 80 do século XX.

Assim, sem perder de vista o discurso da classe dominante, nos propomos a discutir e problematizar como os populares se comportavam diante destas situações de conflito e se de fato eram passivos ante as imposições feitas de cima para baixo na sociedade campinense e como se davam de um lado as situações de resistência e de outro a adequação destes populares aos padrões ditos burgueses. Esse trabalho se baseou em fontes orais de memória de populares que viveram nesta cidade na época em questão e em matérias do Jornal da Paraíba do mesmo período.

Introdução

Nossa pesquisa se insere na temática de Cidades, um tema que já vem sendo trabalhado a muito e sob diversos aspectos por historiadores, antropólogos, sociólogos, geógrafos, urbanistas, juristas, pela medicina e outros, sendo por isto possível trabalhar de maneira interdisciplinar. Esse tema tornou-se mais “popular” na História a partir da década de 80 do séc. XX e tem ganhado cada vez mais espaço neste século XXI. O motivo disto reside, principalmente, no fato de que com a crise dos paradigmas iniciada nos anos 80, impulsionada essencialmente pelos historiadores da terceira geração dos Annales, muitos trabalhos passaram a problematizar questões novas, ou mesmo questões antigas como a cidade, mas

* Aluna bolsista PIBIC, graduanda do curso de História, Unidade Acadêmica de História e Geografia, UFCG, Campina Grande, PB. Email: alinehistoriadireito@yahoo.com.br

analisadas agora através de metodologias e fontes novas. Além disso, temos que a partir dos pressupostos teóricos de Edward Palmer Thompson, aprimoraram-se as discussões sobre a presença dos populares nas cidades e as pesquisas passaram a ser voltadas para a análise das tensões específicas aos processos de modernização da sociedade brasileira a partir do século XIX, especialmente em relação à vida urbana. Assim, o novo contexto intelectual, acadêmico e universitário passou a encarar tais personagens como protagonistas da história.

Deste modo, no âmbito da História temos localmente os trabalhos de Fábio Gutemberg, do professor Gervácio (sobre a chegada do trem à Campina Grande), do professor Luciano Mendonça (que trabalha com conflitos urbanos em Campina Grande no séc. XIX), do próprio professor Antônio Clarindo, que investiga os usos e representações dos lugares de lazer em Campina Grande, os trabalhos sobre sanitarismo e práticas médicas do professor Iranilson Burity, além dos trabalhos nacionalmente conhecidos de Sidney Chalhoub, os da Sandra Pesavento, de Raimundo Arrais e tantos outros, que vão trabalhar a cidade como palco de sociabilidades as mais diversas, de conflitos e contradições sociais e culturais, ou seja, a cidade sonhada, a cidade falada, a cidade disciplinar, a cidade do progresso, do espetáculo, da pobreza, da violência etc.

Nosso recorte espacial restringe-se à cidade de Campina Grande. O recorte temporal que fizemos para esta pesquisa limita-se às décadas de 1970, 1980 até o ano de 1990. Esta investigação, por possuir uma grande diversidade de sub-temas, e pela proximidade no tempo, se utilizou basicamente das fontes impressas (jornais que circularam na cidade de Campina Grande). Todavia, outros aspectos se apoiaram explicitamente nos depoimentos orais, por se constituir na melhor fonte possível para este tipo de abordagem em cidades de pouca ou nenhuma tradição de guardar a sua memória de forma escrita. Embora as diversas fontes possam dialogar, os pesquisadores (professor e aluno envolvidos na pesquisa) não utilizaram outras fontes além das citadas acima.

Ademais, partimos do pressuposto trabalhado por Edward Palmer Thompson, de que produzimos uma história que proporciona o aparecimento de sujeitos vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo, trazendo a história para dentro da comunidade e extraído de dentro da comunidade, contribuindo para que os menos privilegiados conquistem seu espaço nos lugares de memória, através de sua voz que aqui foi analisada. Desta feita, nossas atenções se voltaram para personagens como feirantes, camelôs, operários e operárias, costureiras, donas-de-casa, empregadas domésticas, prostitutas,

trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do comércio e moradores de bairros considerados pela imprensa da época como entes perigosos à ordem pública.

Foi escopo deste projeto compreender as estratégias (no sentido atribuído por Michel de Certeau) utilizadas pelas classes dominantes para submeter os populares, em especial, as mulheres às suas regras sociais, mesmo através da violência, problematizando a idéia de que estas permaneceram inertes diante das imposições dos que detinham o poder, em sua maioria homens, procurando investigar e ressaltar os possíveis desvios aos costumes, enfrentamentos, táticas e astúcias (no sentido atribuído pela obra de Michel de Certeau) de donas-de-casa, trabalhadoras da cidade e mulheres “da vida” no cotidiano campinense, seja no espaço familiar, do trabalho e na relação com outras pessoas, como vizinhos e parentes, desconstruindo a idéia de total dependência e submissão das mesmas aos seus irmãos, pais e maridos.

Além disto, investigamos que tipos de sociabilidades eram vivenciadas pelas pessoas nos espaços destinados a diversão, a exemplo de bares, cinemas, praças, festas como o Carnaval e mesmo locais pouco aceitos pela camada mais conservadora como os prostíbulos, identificando que usos eram feitos destes lugares pelos populares, enfatizando situações em que os mesmos eram vítimas e/ou agentes ativos de violência. Também procuramos problematizar o tratamento diferenciado direcionado a ricos e pobres, mulheres e homens, pelas autoridades administrativas e policiais. Procuramos, ademais, discutir as práticas e os lugares que eram interditados às mulheres e aos pobres, de uma maneira geral, como forma de autoafirmação da masculinidade e dos grupos sociais econômica e politicamente dominantes. E ainda, analisamos as relações entre vizinhos, colegas de trabalho, e mesmo pessoas consideradas amigas, que nem sempre eram tão amistosas, sendo que muitos destes casos de violência eram noticiados na imprensa, tornando-se instrumento importante para nossa pesquisa.

Também foi nossa intenção discutirmos como eram as condições de vida nos bairros populares de Campina Grande no período entre 1970 e 1990, investigando como era a infraestrutura dos mesmos, se os locais eram salubres e as casas próprias para moradia e em caso negativo se as pessoas pobres lutavam por mudanças neste sentido, se havia liberdade para protestar e como se davam estas reivindicações.

O que os jornais e as fontes orais informam sobre os populares

Para a elaboração de um texto final, optamos por proceder com uma análise temática. Nesse sentido, escolhemos dentre os temas por nós pesquisados e entre uma infinidade de assuntos presentes nos periódicos pesquisados, um tema específico para estudar e escrever sobre, pois para realizar um estudo mais escrupuloso, necessário se fazia restringir nosso objeto de estudo ao ponto de podermos identificar minúcias como comportamentos, práticas culturais, as contradições, incoerências, as táticas e estratégias utilizadas por determinado grupo.

Desta maneira, selecionamos matérias que dissessem respeito à violência contra mulheres e situações em que elas “revidavam” essa violência, fosse ela verbal, física, psicológica etc., e a partir disto, buscamos analisar o discurso promovido pelo jornal em relação a este tipo de prática, situando-o no contexto da época. Ademais, investigamos e analisamos as regras sociais que eram impostas às mulheres populares, procurando problematizar os possíveis desvios aos costumes, enfrentamentos, táticas e astúcias de costureiras, donas-de-casa, empregadas domésticas, prostitutas, entre outras, no espaço familiar, do trabalho e da cidade como um todo. Investigamos que tipos de sociabilidades eram vivenciadas por elas nos espaços destinados a diversão, como bares, praças, cinemas, festas como o Carnaval e prostíbulos, identificando situações em que as mesmas eram vítimas e/ou agentes ativos de violência envolvendo autoridades e outros populares. Além disso, buscamos explorar como a mulher campinense trabalhava, seja dentro de casa e/ou fora do ambiente doméstico.

Percebemos, a partir de nosso trabalho, que o jornal possui uma linguagem peculiar, principalmente quando se trata de assuntos envolvendo violência. Quando conversamos com as pessoas hoje sobre como era a violência nas décadas de 70 e 80, há unanimidade em dizer que tudo era muito tranquilo, que as pessoas circulavam livremente pela cidade, portando seus bens, sem medo de sofrerem algum atentado, assalto ou algo semelhante. Por outro lado, vemos que nos jornais concernentes à mesma época, a violência era algo bastante presente, não na proporção que temos hodiernamente, porém não há que se falar em ausência de conflitos, assaltos, mortes, estupros, espancamentos etc. Ademais, observamos que no jornal pesquisado há certa ênfase nos casos envolvendo populares, isto é, pessoas do povo, o que nos leva a imaginar que a violência que se tinha à época, era colocada, assim como hoje, como algo relativo ao pobre, aquele morador das favelas ou dos bairros da periferia. Essa hipótese foi levantada, justamente por causa da marcante recorrência de matérias envolvendo

populares em situações não amistosas e a notável ausência de artigos que tratem de violência envolvendo pessoas de camadas sociais mais abastadas.

Com isso vemos que havia certa seleção de casos a serem explorados pela mídia, ou seja, aqueles que trariam maior repercussão e conseqüentemente tornariam a vendagem do jornal mais lucrativa. Além disto, ao analisarmos a linguagem utilizada em muitas matérias do Jornal da Paraíba, percebemos que há uma preocupação em manter certa aproximação com o leitor¹ através do emprego de termos presentes no cotidiano das pessoas, abstendo-se de uma linguagem formal, em muitos casos, até mesmo para causar mais impacto ao relatar o ocorrido. Esta característica aparece, na maioria das vezes, na manchete das matérias, o que confirma nossa hipótese de que este apelo por uma linguagem coloquial tem como maior objetivo atrair o leitor.

Sobre isto temos que:

... essa linguagem, fartamente adotada também pelas pessoas cultas em suas conversações diárias, tem demonstrado aos estudiosos, cada vez mais, seu caráter expressivo e, por isso, muitas vezes, um vocábulo gírio, uma expressão popular nos surpreende sob o ponto de vista comunicativo e se torna, em certos contextos, a melhor forma de expressar algumas idéias [...]. (DIAS, 1996:15-16)

E, ainda,

escândalo, no sentido de exposição chocante de fatos, coisas, acontecimentos e idéias, é um instrumento básico do sensacionalismo. Trata-se de expor o que é oculto ou proibido, ou extremar o que é vulgar e corriqueiro, para emocionar além dos graus normais da tensão psicológica em que se vive. (BARROS, 1969:74)

Vejamos agora alguns exemplos de manchetes do JP que fazem este tipo de jogo de palavras e sentidos, ora para enfatizar a violência, ora para supostamente facilitar o entendimento ou uma aproximação com o leitor popular através de uma linguagem marcadamente coloquial:

“Mulher atingida com um balaço na perna” (JP, 22/02/1976: 7)

“Banhada em sangue mulher recorre à Polícia” (JP, 16/03/1976: 7)

“Deu carinho e recebeu bofetões do esposo” (JP, 16/09/1976: 9)

¹ Campilongo afirma que: *Não se pode ignorar, também, que uma das formas mais sutis e perigosas de violação de direitos reside na linguagem. A condenação do estilo “chulo” e “popularesco” [...] é reveladora de grande preconceito. Impedir o acesso do leitor a essa forma de jornalismo por razões estilísticas, significa discriminar e excluir do direito à informação uma expressiva parcela da população.*

“Esborrachou a cara de uma mulher, no B. Meretrício” (JP, 18/06/1977: 10)

Ademais, afirma CHALHOUB (2001: 41), “cada história recuperada através dos jornais [...] é uma encruzilhada de muitas lutas: das lutas de classe na sociedade, lutas estas que se revelam na tentativa sistemática da imprensa em estigmatizar os padrões comportamentais dos populares – estes “brutos”!”. Vemos a partir da fala deste autor que a linguagem jornalística cria estereótipos sociais, pois que acaba por associar a violência e o gosto por ela aos populares, pessoas de nível educacional “inferior”, como se fosse algo inerente ao pobre e somente a ele o envolvimento recorrente em situações não amistosas. Assim, atribui-se ao povo o desejo, a ânsia pela violência, e ao jornal o papel de satisfazer este desejo quase que natural desta classe. Enfim, o bordão que se adota neste tipo de discurso é “dar ao povo aquilo que ele quer”.

Quando se fala sobre a violência contra a mulher, vemos que isto se tornou algo corriqueiro ao longo dos séculos, ou seja, era como se o homem tivesse o direito natural de domínio sobre a mulher, daí achar-se na condição legal de violentá-la. Desta feita, esta foi uma prática que persistiu mesmo em finais do século XX e tem se prolongado no século XXI, apesar das diversas políticas públicas de combate a violência doméstica e das novas leis de proteção à mulher. Nossas entrevistadas foram unânimes em dizer: “Mulher sempre foi espancada por marido”. Enfim, quando o jornal afirma que uma mulher não tinha tendência para apanhar, diz de forma implícita que havia aquelas mulheres que tendiam a ser agredidas por sua fragilidade e até passividade em relação ao sexo masculino, mas também aquelas que se rebelavam, por não aceitarem a agressão. Desta maneira, fica claro que mesmo dentro de uma sociedade machista, na qual os homens sentem-se superiores às mulheres e onde muitas destas aceitavam esta posição havia aquelas que não aceitavam este tipo de dominação e tentavam de alguma forma desviar-se disto.

Um grave problema enfrentado pelas mulheres daquela época era o fato de não haver uma delegacia especializada para a mulher. Ela tinha de fazer a denúncia perante um homem, que por mais que tentasse ser neutro, estava com a consciência impregnada de preconceitos e ideias machistas, características da própria sociedade em que estava inserido e o caso acabava sendo resolvido de forma amigável entre agressor e delegado, afinal “eles se entendiam.”. Veja o que diz uma de nossas entrevistadas sobre isto:

... nunca existia aquele estímulo de dizer, denuncie!, porque uma mulher quando chegava numa delegacia né, pra, pra reclamar de uma coisa dessa

até, era motivo de risada dos policiais rirem dela né, porque apanhou, “não vá pra casa quando ele lhe der um cheiro passa” entendeu, então isso existia já na época, isso aí sempre existiu e muito né, mas só que antes ninguém denunciava com medo né...

Um fato interessante e que resulta destes estudos, é que existe certa predisposição dos pobres em chamarem a polícia ou registrarem queixa quando as agressões ocorrem, disto decorre o motivo para tantos casos aparecerem na página policial envolvendo esta classe, enquanto que os pertencentes às classes médias e altas, por quererem manter as aparências, abstêm-se de fazer acusações por vergonha e medo de serem reconhecidos publicamente, o que reforça a imagem ilusória de que os lares de pessoas ricas são absolutamente tranquilos, enquanto que o ambiente familiar do pobre é marcado pela violência.

Assim, era como se o conceito de violência só pudesse ser utilizado para o popular, e mesmo que uma pessoa tivesse práticas agressivas, mas fosse de família de condição mais favorecida, esta acabava utilizando-se de seus privilégios sociais para fugir das consequências de suas atitudes ou as praticava às ocultas para não causar escândalo no meio social em que vivia ou, ainda, se realizasse a agressão e esta viesse à tona, a explicação seria a de que tal atitude agressiva resultou de um momento de forte emoção, ou seja, não fazia parte de sua personalidade.

Portanto, a violência doméstica estava presente tanto nas famílias mais abastadas, quanto nas menos favorecidas, porém a maior diferença era a maneira como as classes ricas utilizavam-se de seu status para que suas práticas não viessem a público. A própria mídia não trazia a lume este tipo de reportagem envolvendo violência entre os endinheirados, enquanto que os casos envolvendo populares, na maioria das vezes, era noticiado, para mostrar que a barbárie, a criminalidade é cometida por quem está à margem da sociedade, como se quem não mora no subúrbio não cometesse crimes.

Considerações finais

Foram muitas as conclusões a que chegamos a partir de nossa pesquisa e que o espaço deste artigo não comporta mencionar, mas o que extraímos de mais importante de ambos os estudos, tanto no que se refere aos jornais, quanto à análise das entrevistas, dentro da temática escolhida para a elaboração deste texto, é que encontramos na sociedade campinense entre as décadas de 70 e 80 do século XX, mulheres que foram violentadas, que sofreram preconceitos, que foram abandonadas pelo marido, mas que independente de todas as limitações buscaram táticas para tentar burlar padrões, normas comportamentais e para usar

espaços da cidade de forma democrática. Encontramos aquelas que lutaram para trabalhar, que casaram, que se separaram, que se divertiram, que amaram, que não foram submissas, enfim, foram mulheres.

Por fim, vimos nas fontes pesquisadas um meio bastante rico para compreensão dos populares na cidade de Campina Grande, sua maneira de viver e de lidar com as situações do dia a dia, sua forma de ver o mundo e de representá-lo. Enfim, concluímos que a linguagem jornalística é bastante peculiar e no que se refere ao tema violência é bastante singular sua forma de veicular notícias, principalmente quando os personagens das manchetes eram pessoas do povo, pertencentes a bairros de pouco prestígio social.

Quanto aos depoimentos orais de populares, estes nos mostraram uma miríade de compreensões e de significações e ressignificações que as pessoas fazem, ao longo do tempo dos espaços, dos territórios, do trabalho, das formas de diversão, das instituições como a família, o governo etc, especificidades estas que não ficam tão claras nos periódicos, mas que no discurso destes populares perdem o caráter homogêneo criado por uma classe dominante e apresentam-se de forma homogênea, com múltiplas possibilidades de análise.

Referências Bibliográficas

BARROS, B. Ferri de. Moral e sensacionalismo. In: MELO, J. Marques de. (org.). Jornalismo sensacionalista. São Paulo, 1972.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. O discurso da violência – as marcas da oralidade no jornalismo popular. São Paulo: EDUC/Cortez, 1996.

REDES SOCIAIS E POLÍTICAS NA POVOAÇÃO DO BOM SUCESSO DO PIANCÓ-PB, SÉCULO XVIII

Baíza Faustino Soares¹

Resumo: Este trabalho advém do projeto de pesquisa PIBIC/CNPq/UFCG intitulado “Procurações, libelos, escriturões e nobres da terra: a dinâmica da administração no sertão do Rio Piranhas, Capitania da Parahiba do Norte (1725-1750)”, coordenado pelo prof. Dr. Rodrigo Ceballos. O projeto visa proporcionar um novo olhar sobre a dinâmica social e administrativa estabelecidas no sertão da Capitania da Paraíba ao longo da primeira metade do século XVIII. Nesta perspectiva de análise, tomo como base o caso do Alferes Thomas Denis da Penha, morador no sítio de Santa Lucia na Ribeira do Sabugi que deixou seus bens a herdeiros legítimos. Por meio de fontes cartoriais, apresento algumas relações parentais estabelecidas na jurisdição da Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (atual cidade de Pombal), na Capitania da Parahiba do Norte, para demonstrar a importância das redes familiares e de compadrio como mecanismos cristalizadores de uma organização política local e de manutenção de espaços de poder.

Palavras-Chave: Paraíba Colonial; Alto Sertão; Redes Parentais; Sesmarias.

No decorrer do século XVIII, o sertão e o trato de gado levaram muitas pessoas a adentrar pelas ribeiras do Rio Piranhas. O sertão passou a ser um lugar de oportunidade econômica para aqueles que não conseguiram se estabelecer e criar redes de compadrio no litoral. O sertão, portanto, tornou-se um lugar economicamente interessante e valoroso, pois representava uma possível transformação de condições sociais. Ao longo dos oitocentos, passaram a chegar famílias que buscavam terras para morar e criar seus gados, com a finalidade de alcançar melhores condições de vida, neste espaço chamado de sertão até então desconhecido e habitado pelo gentio.

De acordo com Ana Paula da Cruz de Moraes (2011), o sertão de Piranhas, além de ter uma cultura econômica baseada na criação de gados, também podia se tornar um lugar de fuga, de desejos, de confrontos, de arranjos e rearranjos políticos e econômicos.

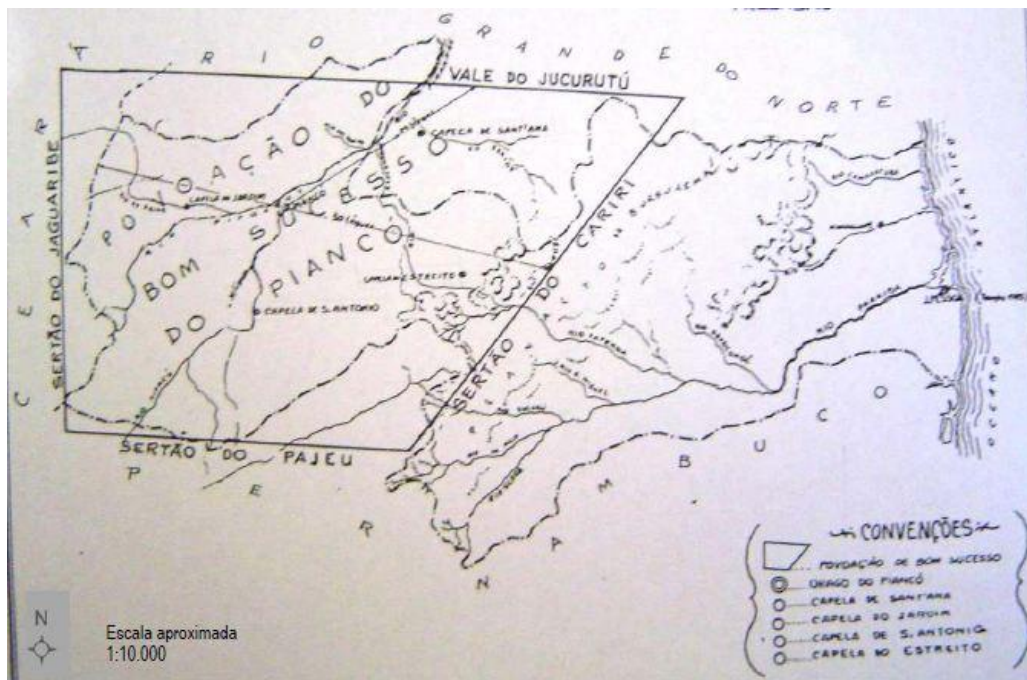
Durante o processo de conquista e manutenção dos novos territórios adquiridos, a Coroa Portuguesa buscou ao máximo conservar o seu controle político e administrativo sobre a colônia: tanto nas grandes povoações do litoral, assim como nas povoações dos sertões. Não se pode desconsiderar o fato da existência de fortes laços entre as elites locais e os representantes reais. Para tanto, a metrópole utilizava-se de setores do seu corpo de poder.

¹ Aluna do Curso de Licenciatura em História, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, UFCG/CFP (Campus de Cajazeiras), Campina Grande, PB, E-mail: baiza_br@hotmail.com. Pesquisadora PIBIC/CNPq/UFCG no projeto intitulado: PROCURAÇÕES, LIBELOS, ESCRIVÃES E NOBRES DA TERRA: a dinâmica da administração no sertão do Rio Piranhas, Capitania da Parahiba do Norte (1725-1750). Coordenado pelo prof. Dr. Rodrigo Ceballos.

No caso dos sertões da Paraíba foram identificados na documentação² os seguintes cargos militares e administrativos: juiz, tabelião, escrivão, capitão mor, sargento mor, alferes, mestre de campo e testamenteiro. Mesmo sendo os representantes reais, muitas vezes esses senhores se encontravam inseridos dentro das teias clientelares que envolviam esta sociedade sertaneja. A formação das redes familiares e de compadrio era uma das principais vias de se burlar o controle da Coroa. Este mecanismo presente no Brasil colonial se tornou uma via de sustentação do arranjo político local e de conservação de seus domínios (FRAGOSO, 2001).

Partindo desta concepção buscamos analisar nesta pesquisa o papel desempenhado pelo Alferes Thomas Denis da Penha, homem solteiro, morador no sítio de Santa Lucia na Ribeira do Sabugi sob a jurisdição da Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, no ano nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo³ de 1740. Por meio deste caso particular e excepcional, buscamos entender como nesta sociedade sertaneja poderiam estabelecer-se alianças familiares e de compadrio para obtenção/manutenção de vantagens locais.

As redes familiares se formaram e consolidaram seus laços de compadrio na organização política local ao longo do século XVIII. Desde o período de conquista e ocupação essas alianças foram montadas como um negócio de família a fim de garantir sua permanência no controle do poderio local.



² As fontes analisadas aqui são provenientes dos “Livros de Notas” localizados no Cartório I Ofício João Queiroga na cidade de Pombal – PB no Oitocentos.

³ Esta é a grafia utilizada no século XVIII.

Jurisdição da Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó. (apud SARMENTO, 2007, p. 63)

De acordo com Serioja Mariano, a família é uma instituição social baseada em laços matrimoniais e de sangue cujas “(...) alianças entre os proprietários de terra, se efetivavam pelo casamento ou herança, e a riqueza se constituía em um forte fator para a associação.” (MARIANO, 2011: 13). A autora analisa a dinâmica da política na Paraíba relacionando a atuação das elites regionais e suas conexões no século XIX, mas para tanto se remete ao final do século XVII e início do século XVIII para reforçar que foram nestes períodos que as redes familiares e suas alianças de compadrio começaram a serem montadas.

As elites locais eram produto das práticas e instituições e estiveram presentes na conquista, na administração real e na Câmara Municipal (FRAGOSO, 2001). O casamento foi o principal mecanismo utilizado por essas famílias para a manutenção de seu *status quo*; a política matrimonial voltou-se para casamentos com seus parceiros sociais para facilitar as alianças políticas. Isso acarretou a instauração de *bandos*⁴ dentro de uma sociedade sertaneja em formação.

O casamento também se caracteriza como sendo uma estratégia para a manutenção de cabedais dentro da mesma família. Podemos perceber este arranjo parental em uma importante família baiana: a fuga de Isabel d’Ávila tornou-se um verdadeiro escândalo público para a época, pois Isabel era herdeira de uma das maiores fortunas da Bahia (PESSOA, 2008).

A Casa da Torre⁵ governada pela família D’Ávila se tornou a maior proprietária de terras das Capitânicas do Norte (atuais estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco). Os d’Ávila foram os primeiros a abrir caminho na conquista dos sertões da Paraíba ocupando as terras do Piancó, Piranhas e Rio do Peixe, na Capitania da Parahiba do Norte, a partir de 1664. (SEIXAS, 2004).

⁴ O conceito de *bandos* é utilizado para denominar diferentes grupos políticos comandados por famílias da nobreza da terra. O mercado e os mecanismos de acumulação de riqueza da nobreza da terra se orientam no domínio sobre a República e na manutenção da sua qualidade em meio a uma hierarquia social cuidadosa de suas diferenças. A história da República no seiscentos foi marcada por conflitos ente os diferentes bandos de nobres pelo poder (FRAGOSO, 2001).

⁵ Garcia d’Ávila, o fundador da Casa da Torre, chegou à colônia juntamente com o primeiro Governador-Geral Tomé de Souza em 1549 e participou da fundação de Salvador. Devido aos privilégios que o governador consentia a família D’Ávila, alguns historiadores dizem que Garcia era filho bastardo de Tomé de Souza, entretanto não passar de uma suposição, já que este fato não foi confirmado. (PESSOA, 2008).

Com o intuito de que os seus pedidos de sesmarias⁶ fossem aceitos pela Coroa portuguesa, os D'Ávila bem como outros conquistadores promoveram batalhas militares em favor de Portugal, como na expulsão holandesa e na guerra contra o gentio. Esses desbravadores se envolviam em combates com a intenção de virem a barganhar favores com a Coroa, declarando terem prestado seus serviços ao rei, recorriam ao Governo português e por meio de seus argumentos tentavam induzi-lo a conceder-lhes benefícios. Foi por meio destes desbravadores – que se empenharam em conquistas e ocupações do território – que se deu o início ao efetivo processo de conquista e colonização do sertão a serviço da Coroa portuguesa.

O coronel Francisco Dias d'Ávila comendava a Casa da Torre e administrava os bens da família no ano de 1678, já era um homem de idade e ainda se encontrava solteiro. A família naquele momento preocupava-se com o casamento das jovens herdeiras, pois não queriam dividir o seu cabedal, e por meio do casamento almejavam estreitar laços com outras famílias importantes. Mais relevante que os desejos de afeto, o casamento significava a garantia da preservação da Casa e as alianças de poder com outras famílias da elite local.

No momento de sua fuga, Isabel tinha menos de 25 anos e estava destinada a um casamento sob escolha dos pais; uma união sem afeto com seu tio, o coronel Francisco Dias d'Ávila. O casamento era um negócio, um dever para as gerações anteriores e futuras da família com o intuito de manter a fortuna e o prestígio da família. Tais casamentos montavam redes de poder familiar e o direito de sucessão dos bens implicava na manutenção e ampliação desse mesmo poder. Romper com esses ditames comprometia não apenas o patrimônio, mas também a respeitabilidade da família (PESSOA, 2008). Dessa forma, sua fuga com Manuel Pais da Costa, um indivíduo de poucas posses, colocou em xeque o patrimônio e a moral da Casa da Torre.

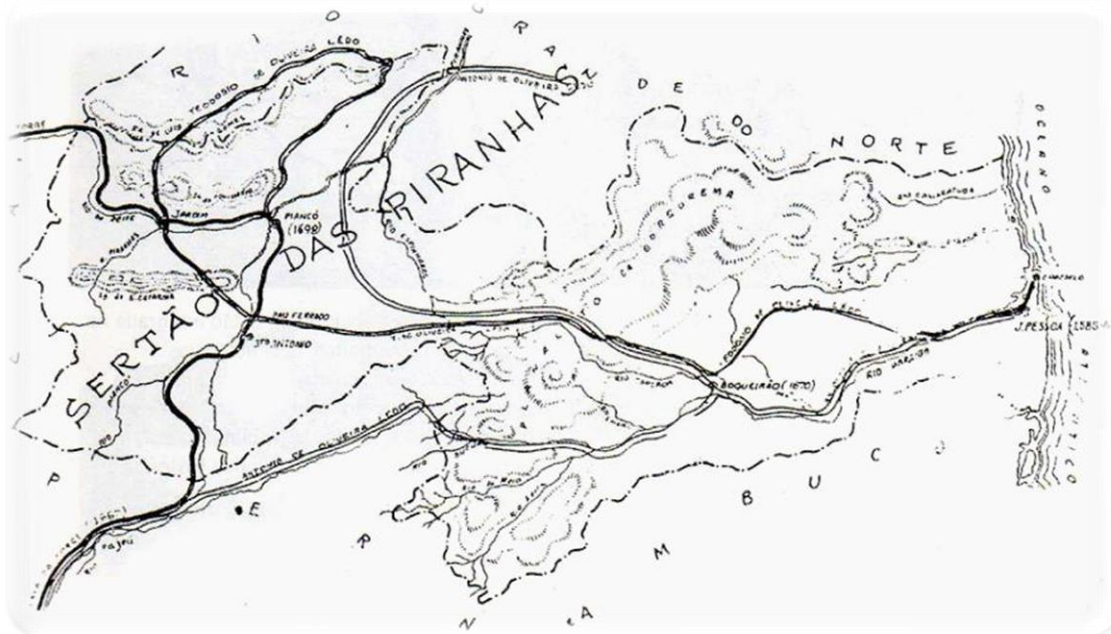
No período colonial, principalmente com o intuito de preservar e ampliar esse patrimônio,

era exercido um rígido controle sobre o casamento dos filhos, condição essencial para garantir a composição e partilha de bens, evitando sua fragmentação e visando a sua ampliação, unindo famílias de grande fortuna, honra e posição. (PESSOA, 2008: 7).

A família Dias d'Ávila fez o possível para anular o casamento de Isabel. Certamente, caso a união matrimonial fosse anulada, a jovem seria mandada para um convento, fato que

⁶ Sesmarias eram concessões de terra feitas a particulares, mas a posse da propriedade continuava sendo do Rei. Cada colono deveria tornar a terra produtiva fosse pelo cultivo da cana-de-açúcar, gêneros alimentícios ou com a criação do gado. (ROLIM, 2012).

restituiria a honra da família. Entretanto, como o casamento não foi anulado na justiça se adotou a deserção de Isabel e de seus futuros descendentes.



Rotas de penetração do litoral ao Sertão das Piranhas e Piancó. (apud SARMENTO, 2007, p. 58)

Em contrapartida ao trágico desfecho da fuga de Isabel d'Ávila, temos na ribeira do Sabugi o caso do alferes Thomas Denis da Penha, homem solteiro, detentor de terras e possuidor de bens, que deixou sua herança a herdeiros ilegítimos⁷, já que o mesmo não se casou seguindo os ditames da Igreja. Em ambos os casos podemos perceber que as relações de afeto prevaleceram, mesmo tendo em vista a importância do compromisso que o casamento representava nesta sociedade formada aos moldes do Antigo Regime. Isabel d'Ávila e o alferes Thomas Denis da Penha optaram por viver suas respectivas relações de afeto, ao invés de dar continuidade às tradições familiares.

Vale ressaltar a preocupação de Thomas Denis da Penha em deixar em notas do tabelião a sua “doação de esmollas”, “visto não poderem serem os herdeiros em morte”⁸

⁷ Utilizamos aqui o conceito de herdeiros ilegítimos tomando por base que o dito alferes Thomas Denis da Penha não teve seus filhos dentro da instituição do sagrado casamento estipulado pela Igreja.

⁸ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requerer¹⁰ do Alferes Thomas Denis da Penha”, fl. 10.

Percebemos aqui o desejo de um pai em deixar seus bens aos seus três filhos “meninos batizados por meus filhos Joanna[,] Micaella e Thomas filhos da parda Jeronima da Cunha”⁹.

O alferes Thomas Denis da Penha não é casado, contudo teve três filhos com a mesma parda Jeronima da Cunha¹⁰, provavelmente descendente de escravos; fato que nos leva a acreditar que mesmo não havendo a união religiosa por meio do casamento o alferes possuía uma união afetiva com esta mulher. A documentação não nos revela a idade dos três filhos, fato que nos impossibilita de estipular o quão duradoura poderia ter sido a relação entre o alferes e a parda.

A considerável herança deixada pelo alferes a seus filhos nos leva a acreditar que ele era uma importante figura na sua localidade, já que além das terras, também possuía gado, cavalos e escravos. O alferes representava, portanto, um destacado papel dentro desta sociedade sertaneja. Na doação consta entre seus bens imóveis o de “hum citio de terras chamado Raposas na Ribeira do Seridó”¹¹, bem como mais uma sesmaria de localização indefinida na documentação.

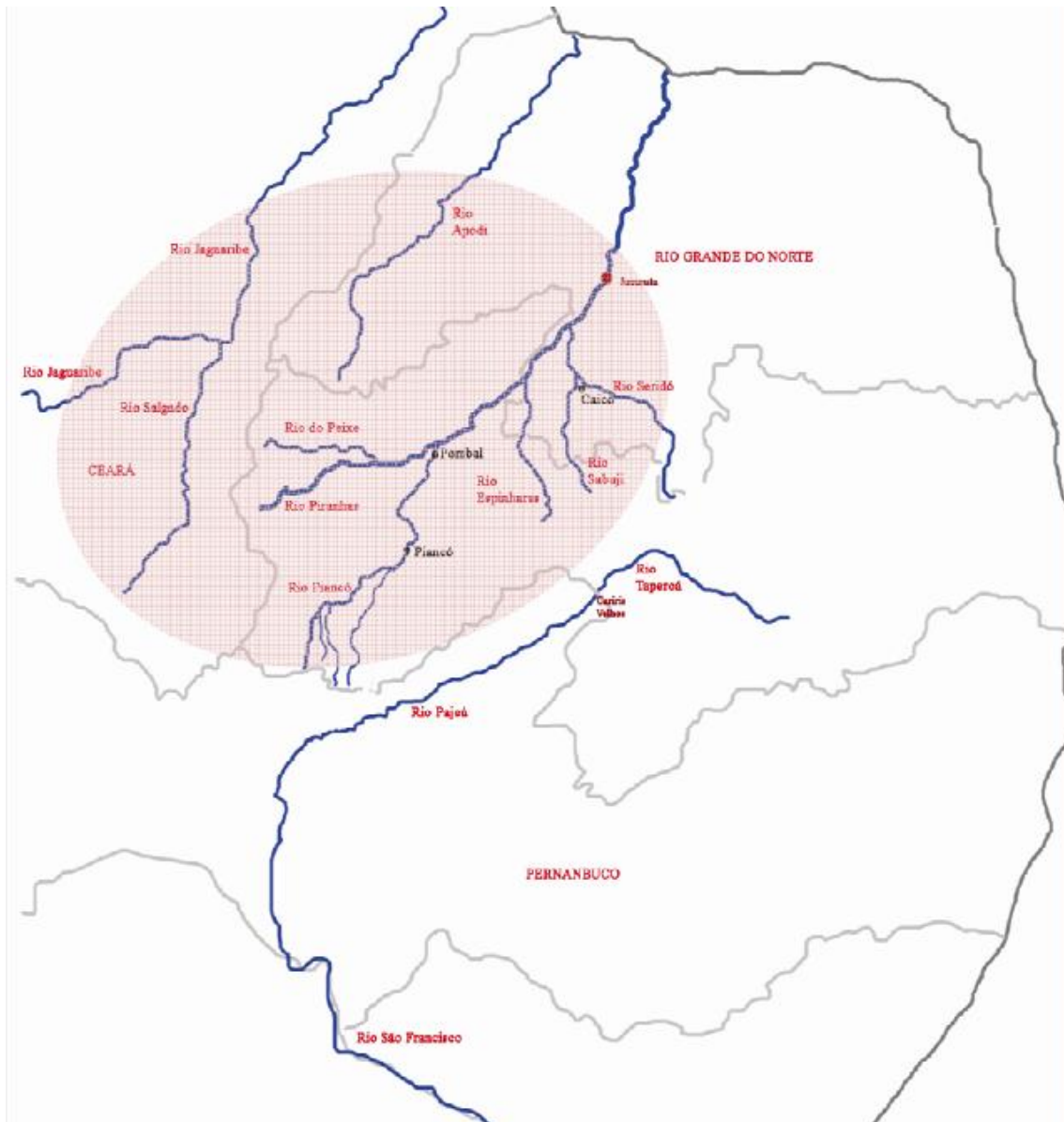
Entretanto, em 1741 o capitão Geraldo Ferreira Neves faz uma doação para suas sobrinhas Antonia e Maria, filhas de seu irmão, “de hum citio de terras de criar gados chamado Santo Antonio citio na ribeira do rio Capauã”.¹² Por coincidência para minha pesquisa, a largura voltada ao oriente do dito sítio fazia fronteira com as terras do alferes Thomas Denis da Penha. Consideramos que a sesmaria deixada pelo alferes, cuja localização não consta na fonte, sejam estas terras localizadas na proximidade da ribeira do rio Capauã.

⁹ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requerem^{to} do Alferes Thomas Denis da Penha”, fl. 10.

¹⁰ A fonte não faz referência do lugar social à qual pertencia Jeronima da Cunha, apenas especifica que ela é a mãe dos três filhos do alferes.

¹¹ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requerem^{to} do Alferes Thomas Denis da Penha”, fl. 8.

¹² Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Escriptura de doação que faz o capitão Geraldo Ferreira Neves as suas sobrinhas Antonia e Maria filhas de seo irmão Luis Ferreira das Neves de hum citio de terras de criar gados chamado Santo An^{to} na Ribeira do rio Capauã”, fl. 66.



Mapa aproximado da hidrografia do sertão paraibano no século XVIII. (apud CRUZ, 2011, p. 30)

A má conservação do documento não nos possibilita saber ao certo todos os bens deixados pelos alferes, mas a fonte nos dá uma dimensão da sua considerável fortuna deixada aos seus filhos, “lhes faço senhores da dita esmolla pelo amor de Deus lhes faço por esta ser minha ultima vontade e não ter outros herdeiros por ser solteiro livre”¹³.

esta he minha vontade e por conhecer a saber serem meus filhos assim mais [deixo] a minha filha Joanna duas egoas e huma duzia de vacas

¹³ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requerem^{to} do Alferes Thomas Denis da Penha”, fl. 10v.

para ajuda de seo dotte e a Micaella uma egoa e mais duzia de vacas e a Thomas huma egoa [e] mais duzia de vacas.¹⁴

Acreditamos que pelo fato de Jeronima ser uma “parda”, ou seja, ser uma mulher de cor, de alguma forma foi impossibilitado o casamento entre eles. Contudo, mesmo sem a benção da Igreja, o alferes não deixa seus filhos desamparados. No caso de sua morte ele nomeia procuradores para cuidarem dos interesses de seus filhos.

Que este dia estando em meu juizo perfeito sem contradição nem obrigação de pose algua se não por minha vontade livre e dezempedida faço lhe a elles esmola pelo amor de Deus amor visto não poderem serem os herdeiros em morte lhe faso a elles esmola¹⁵

Os procuradores deveriam a partir da renda do sítio manter a alimentação das crianças¹⁶, bem como buscar uma ama para cuidar de seus filhos, caso lhes faltasse criação. Consideramos aqui que a falta de criação deva ser da ausência da mãe das crianças. O teor do documento no leva acreditar que todos os três filhos do alferes ainda são menores de idade, já que os menos necessitam da presença de uma ama e de procuradores para administrarem seus bens.

A mais velha, Joanna – receptora do dote –, foi incumbida de cuidar dos mais novos. Aos procuradores foi dada a tarefa de ficarem responsáveis pelas crianças. Caso Joanna não viesse a se casar, o seu dote viria a ser repartido entre os seus irmãos.

Podemos perceber por meio da fonte que a filha mais velha era Joanna, já que a mesma recebeu um maior número de bens moveis que os outros dois irmãos. O excedente de benefícios se explica devido à necessidade de um dote para que Joanna pudesse casar. Quando mais valioso for o dote maior será a possibilidade de a moça conseguir um bom casamento com um homem de prestigio social.

De acordo com Fragoso (2011) a elite senhorial da sociedade colonial no Rio de Janeiro teve sua origem nos conquistadores e primeiros povoadores, que serviram ao rei se tornando funcionários régios e camaristas. Estes por meio de seus cargos e redes de alianças construíram engenhos e formaram a nova sociedade nos trópicos. Essa nobreza da terra de

¹⁴ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requerem¹⁰ do Alfêres Thomas Denis da Penha”, fl. 10.

¹⁵ Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requerem¹⁰ do Alfêres Thomas Denis da Penha”, fl. 10.

¹⁶ Não identificamos no documento a idade de cada um dos filhos do alferes Thomas Denis da Penha. Utilizamos crianças para se referir aos filhos do alferes, por este ainda precisarem da presença de uma ama.

origem pobre tanto social como econômica transformaram-se nas melhores famílias da terra no Rio de Janeiro.

Os casamentos passaram a ser usados como um mecanismo de garantia da hegemonia da nobreza da terra sobre a sociedade colonial. E a partir dos dotes pode-se perceber o movimento da riqueza colonial, pois por meio dos casamentos ocorriam os vínculos entre as famílias que se caracterizava na transferência de cabedais.

Concluimos que os laços familiares se estabelecem mesmo sem a presença do mecanismo do casamento. O alferes era homem com propriedades e bens que não buscou pro meio dos laços matrimoniais ampliar ainda mais seu poder e sua fortuna. Viveu sua vida com mulher “parda” que não possuía bens e títulos, com ela teve três filhos para os quais deixou como herança seus bens, e mesmo com sua morte deixa procuradores para cuidarem do bem estar de seus filhos e não lhes deixar faltar nada. O alferes teve o cuidado de registrar em notas do tabelião a sua livre vontade para que esta fosse cumprida sem contestação alguma.

Para além dos laços afetivos, inquietação do alferes Thomas Denis da Penha em deixar em notas do tabelião sua doação a seus filhos, também mostra a importância de salvaguarda a futura participação de seus três herdeiros dentro deste arranjo político e econômico nesta sociedade sertaneja em formação no século XVIII. Ao tornar seus filhos detentores de bens, o alferes está ao mesmo tempo abrindo um espaço para que seus filhos venham a fazer parte de uma rede clientelar.

Referências bibliográficas

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **As milícias d’Rey: Tropas militares e poder no Ceará setecentista**. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense/UFF.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)**. João Pessoa, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba/UFPB.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Família e Relações de Poder na Capitania da Paraíba: o Governo de Jerônimo de Melo e Castro (1764-1797)**. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

MARIANO, Serioja R. C. **Culturas políticas, administração e redes familiares na Paraíba (1825-1840)**. Saeculum - Revista de História [24]; João Pessoa, jan./jun. 2011.

MORAES, Ana Paula da Cruz de. **Nas veredas do Sertão de Piranhas (século XVIII)**. In: ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURITI, Iranilson de Oliveira e SOUZA, Antonio Clarindo (orgs.). *Cultura e cidades*. 1ª Ed. Campina Grande: EDUFPG; 2009, pp 253-275.

_____. MORAES, Ana Paula da Cruz de. **Em busca da liberdade: os escravos no sertão do Rio Piranhas (1700-1750)**. João Pessoa: EDUFPG, 2011.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **A fuga de Isabel: herança e poder na Bahia colonial**. Anais do II Encontro Internacional de História Holonial. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

ROLIM, Leonardo Cândido. **“Tempo das Carnes” no Siará Grande: Dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati (c.1690-c.1802)**. João Pessoa, 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba/UFPA.

SEIXAS, Wilson. **O velho arraial de Piranhas (Pombal)**. 2 ed. João Pessoa: Grafset, 2004.

Fontes

Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Escriptura de doação que faz o capitão Geraldo Ferreira Neves as suas sobrinhas Antonia e Maria filhas de seo irmão Luis Ferreira das Neves de hum citio de terras de criar gados chamado Santo An^{lo} na Ribeira do rio Capauã”, fls. 65v, 66, 66v e 67.

Cartório I Ofício João Queiroga. Livro de Notas de 1740/42. “Papeis lançados nesta notta a requeren^{lo} do Alferes Thomas Denis da Penha”, fls. 8, 8v, 9, 9v, 10 e 10v.

NAS TRAMAS DO PODER: CANTO ORFEÔNICO COMO LEGITIMADOR DO ESTADO NOVO NA PARAÍBA

*Bruna Victor dos Santos Silva**
*Márcio Justino dos Anjos Silva***

O período que compreende as décadas de 1930 e 1945 vem recebendo diferentes abordagens, que levantam vários questionamentos acerca da identidade, política, repressão,

cultura, economia, entre outros, como tentativa de melhor analisar o funcionamento social e humano deste momento. Todavia, os discursos em torno das relações existentes entre Estado e sociedade, apresentam-se aqui como foco central deste trabalho. A partir desta perspectiva, tentarei avaliar a difusão e o envolvimento histórico do Canto Orfeônico¹ na Era Vargas, contextualizando, mesmo que de modo sucinto, a estrutura social daquele período, salientando o seu aspecto político, bem como o projeto ideológico e autoritário, no qual insere-se a educação e a implantação do ensino da música nas escolas.

Sendo assim, de acordo com a historiografia, a vitória do movimento revolucionário de Outubro de 1930, mostra-se como o marco do período conhecido como “República Nova” ou “Segunda República”. A partir daí inicia-se o período da formação de um Estado Nacional unificado e coeso, que tinha como objetivo difundir uma ideologia nacionalista, ao mesmo tempo em que procurava construir uma idéia de nação que influenciasse a sociedade brasileira.

Dentro deste contexto surge o Canto Orfeônico enquanto disciplina, atendo ao mesmo objetivo de outrora na França, lugar de sua origem, “teria sido usado com a função de elevar o nível moral e artístico da população, ou “civilizar” grandes contingentes da massa popular, o que seria permitido por estar inserido no sistema público de educação” (LISBOA, 2005:58). No Brasil suas primeiras manifestações datam do início do século XX, introduzido deste modo no advento da República apesar desta modalidade de ensino ter encontrado em Villalobos sua consolidação, na década de 1930.

Porém, vale ressaltar que as primeiras manifestações de música nos currículos escolares no Brasil, foram constatadas desde meados do século XIX, quando a mesma foi incluída no ensino por meio do Decreto Federal n. 331A, de 17 de novembro de 1854. “O referido documento estipulou a presença do ensino de ‘noções de música’ e ‘exercícios de canto’ em escolas primárias (que abordavam o ensino de 1º e de 2º graus) e Normais (magistério)” (LISBOA, 2005:67). Entretanto, nesse período compreendido entre os últimos anos imperiais e o advento da República, a música era ministrada apenas nos estabelecimentos particulares, estando ligada sempre a missões religiosas, que a posteriori também atingiu a escola pública regular, atuando como atividade de ocupação e recreação entre os intervalos das demais disciplinas, e não se constituindo como disciplina autônoma.

* Universidade Estadual da Paraíba. Graduanda.

** Universidade Estadual da Paraíba. Graduando.

¹ Segundo Lisboa, o Canto Orfeônico é uma modalidade de canto coletivo que teve a função de elevar o nível moral e artístico da população.

Foi durante as décadas de 1910 e 1920, que as primeiras manifestações de um ensino caracterizado como canto orfeônico, puderam ser observadas no Brasil. Este canto “foi utilizado com o objetivo de atuar na escola pública com a função de pedagogização e de popularização do saber musical, por meio da alfabetização musical da população inserida no sistema público de educação” (LISBOA, 2005:68). O repertório baseava-se em melodias folclóricas infantis, hinos e canções de caráter cívico e patriótico, objetivando transmitir valores morais e determinados padrões de repertório musical, assim como ocorreu, a priori, na França.

Contudo, o principal objetivo da disciplina era,

Elevar e civilizar o gosto artístico da população, processo a ser iniciado ainda na infância, em detrimento da música dita “popularesca”, que constituía o padrão de escuta difundido no meio popular e, assim, associado às classes baixas e suas respectivas maneiras “bárbaras” de comportamento. (LISBOA, 2005:70)

A partir desta citação percebe-se claramente que a questão relacionada a “civilização dos costumes” também esteve fortemente embutida no desenvolvimento da prática orfeônica no Brasil. Todavia, dentro deste contexto em que o Brasil caracterizou-se pela suplantação do sistema monárquico, dava-se início a idéia de nação brasileira que seria concretizada lentamente, entrando em cena os ideais de nacionalismo e patriotismo, nos quais inseriam-se também os ideais da nova escola. Além disso, o canto encontrou um solo propício para seu desenvolvimento no Brasil, já que se associava aos ideais nacionalistas, patrióticos, educacionais e também “civilizadores”, seguindo os padrões morais estabelecidos pela nascente burguesia brasileira e ligados as causas nacionalistas.

Entretanto, esses objetivos ampliaram-se ainda mais a partir da década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, bem como suas novas configurações de ordem sócio-político-econômica que tomaram forma no Brasil. Iniciou-se ainda nesse período uma maior centralização de poder e, conseqüentemente, a construção do Estado Nacional brasileiro, estando este fortemente ligado a ideologia nacionalista e aos ideais de patriotismo, mas esta será uma discussão abordada a posteriori.

Por outro lado no que tange as diretrizes educacionais da Escola Nova², estas assumiram influência em âmbito nacional, uma vez a partir de 1930 foram criados o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Conselho Nacional de Educação, sendo todos

² Movimento de renovação escolar que defendia a universalização da escola pública, laica e gratuita.

esses aspectos direcionados à maior popularização da educação pública. A partir dessa perspectiva, surgiram no Brasil, dentro de uma política centralizadora, nacionalista e com os primeiros traços populistas, os movimentos e mobilizações de massa, estando Villa-Lobos inserido nesse contexto com desenvolvimento do seu projeto de canto orfeônico.

Embora este compositor em seus textos a respeito do canto orfeônico, faça referência a este projeto como pioneiro no Brasil, e fruto de uma idéia sua, o que se percebe é que essas ideias e suas respectivas diretrizes já haviam sido “importadas” e postas em prática no país ainda no início do século XX. Sendo assim, Villa-Lobos, a partir de 1930, teria recebido toda uma estrutura pronta que já havia passado pelo lento processo de implantação e oficialização, e o componente curricular “canto orfeônico”, precedida pela disciplina “música”, só teve seu reconhecimento legal neste mesmo ano, assim como a criação oficial do título “professor de canto orfeônico”.

Contudo o projeto orfeônico desenvolvido por Heitor Villa-Lobos (1887-1959) foi adotado oficialmente no ensino público brasileiro, no Distrito Federal, a partir do ano de 1932. A implantação desse projeto foi realizada por meio do Decreto nº 19.890, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, em 18 de abril do referido ano, que tornou assim o Canto Orfeônico, uma disciplina obrigatória nos currículos escolares nacionais ao longo de três décadas (1930, 1940 e 1950). Neste período o músico também criou um conservatório, o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, para formação de professores especializados.

Durante o Estado Novo a educação desempenhava um importante papel, residindo nela, “a possibilidade e o controle da elite dominante e da massa dominada, grupos apontados como os responsáveis pela paz e coesão social” (ALMEIDA, 1998:2). Desta forma, a educação funcionaria como reprodutora da ideologia do Estado Novo, cabendo a esta solucionar os problemas nacionais, recuperando-a desta forma como um veículo de transmissão do nacionalismo.

Sendo assim, na tentativa de melhor analisar o Canto Orfeônico enquanto contribuinte da Cultura Política Varguista, procuraremos enquadrá-lo na perspectiva da Nova História Política, uma vez que esta deixou de lado os estudos relacionados apenas ao Estado, para dar lugar ao estudo das relações de poder, sendo estes imaginários, representações, memórias, teatralização, mitologias, simbologias, práticas discursivas, ou seja, os conceitos que estão associados ao poder, e passou a ser, “Uma ‘História vista de Baixo’, ora preocupada com as

grandes massas autônomas, ora preocupada com o ‘individuo comum’” (BARROS, 2004:107).

A partir deste pressuposto a história política passou a utilizar o conceito de Cultura Política, embora este conceito tenha ganhado mais espaço dentro da Nova História Política, pois

Uma das razões que vem sendo apontadas como das mais significativas, embora não seja a única, é justamente o fato de o conceito de cultura política permitir explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades. (GOMES, 2005:30).

Considerando tal citação fica evidenciada a importância dada ao conceito de cultura política pela Nova História Política, já que as relações de poder, não podem ser entendidas apenas como sendo fruto do campo político institucionalizado, mas como “(...) igualmente como legitimidade, adesão e negociação”. (GOMES, 2005:31).

Todavia, o conceito de cultura política, apresenta-se ainda como sendo, “‘Um sistema de representação, complexo e heterogêneo’, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (...) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo” (GOMES, 2005:31).

Por assim dizer, a cultura política, a partir das relações sociais e políticas, mostrou-se capaz de modificar comportamentos e condutas, tanto individuais quanto coletiva, de uma sociedade em relação à política. No entanto, se faz necessário ressaltar que o conceito de representação, mostra-se como um dos principais elementos para a compreensão de uma cultura política, já que segundo o conceito de representação

Primeiro, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem; em seguida, as formas de exibição do ser social ou do poder político tais como as revelam signos e "performances" simbólicas através da imagem, do rito ou daquilo que Weber chamava de "estilização da vida"; finalmente, a "presentificação" em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade. (CHARTIER, 1994:108).

Sendo assim, a ideologia nacionalista se implantou em todos os setores sociais, tendo sido propagada principalmente através os meios de comunicação de massa, como o rádio. Por outro lado o sistema público de educação também desempenhou um importante papel nesta difusão ideológica, sendo possível por meio do mesmo uma propagação dos valores morais da

sociedade e os ideais de patriotismo entre os alunos. Considerando esse ponto de vista insere-se o papel “civilizador” do Canto Orfeônico, que com as manifestações culturais nacionais, influenciados pelos padrões culturais europeus, sobretudo da França, constituíram ideais de nação e de identidade nacional, ideologia essas que influenciaram gerações de artistas, que passaram a se preocupar com a busca de uma identidade brasileira nas artes.

Essa constante busca pela identidade, bem como das raízes nacionais manifestou-se, especialmente, no resgate, na valorização e no estudo ordenado do folclore nacional. A música brasileira, portanto, antes mesmo das práticas orfeônicas de Villa-Lobos, tornou-se um terreno fértil para a posterior atuação educacional desse compositor. Pode-se dizer que o Canto Orfeônico em seu desenvolvimento contou com a presença elementos nacionalistas e “civilizadores” desde suas primeiras manifestações no Estado de São Paulo, não sendo as ideias de Villa-Lobos totalmente originais como o pretendia, mas ajustadas sobre diretrizes “importadas” e anteriormente postas em prática no Brasil, dessa forma o canto mostrou-se como meio de sustentação do “ideal civilizador” revestido pela ideologia nacionalista, que fundamentava a ideia de um Brasil Novo.

Em relação ao projeto político de construção do Estado Nacional a pedagogia se destaca por ter como meta primordial a juventude, como ressalva (BOMENY, 1999). Dessa forma, ao Estado caberia “modelar” seu pensamento, ajustando-a ao novo ambiente político, preparando-o para a convivência a ser estimulada no Estado totalitário. Dentro desse plano de símbolos a serem difundidos e cultuados, existiam uma série de programas a serem cumpridos, principalmente relacionados à educação. Nessa perspectiva se insere o canto orfeônico e seu projeto de exaltação ao nacional.

A obra Canto Orfeônico, divide-se em dois volumes, publicados, respectivamente, em 1940 e 1951. Foi adotada oficialmente nas escolas públicas e nos cursos da SEMA (Superintendência de Educação Musical e Artística), especializados na formação de professores. O segundo volume, publicado onze anos mais tarde, teve sua adoção oficial em todas as instituições que praticassem o canto orfeônico.

O primeiro volume, cujo subtítulo é “Marchas, Canções e Cantos Marciais para a Educação Consciente da ‘Unidade de Movimento’”, possui a maioria de suas canções referentes a temas patrióticos, em que predomina o trabalho com o ritmo de marcha. A necessidade da prática desse padrão rítmico, segundo Villa-Lobos, justificava-se pelo seguinte motivo:

Após longos anos de estudos na experimentação da sensibilidade rítmica da mocidade brasileira, quer individual ou coletiva, onde se observa uma relativa facilidade de assimilação intuitiva, embora enfraquecida e duvidosa, quando implantada sob o regime de uma marcação rigorosamente metronômica, para definir os tempos regulares de qualquer compasso, cheguei a conclusão da absoluta necessidade de serem ministrados a juventude, exercícios constantes de marchas, cantos, canticos ou cantigas marciais. (VILLA-LOBOS,1940:3).

Percebe-se que as canções contidas neste volume não seguem uma ordem cronológica de composição, datam do período compreendido entre 1919 e 1940, observar-se ainda que a maioria das canções não foi composta por Villa-Lobos, que participa, na maior parte dos casos, em arranjos de músicas previamente compostas.

Tendo como base as premissas acima, buscaremos analisar algumas das músicas que compunham o programa oficial do Canto Orfeônico, a começar pela valorização do trabalho, já que durante o Estado Novo foi construída “(...) toda uma estratégia político-ideológica de combate à ‘pobreza’, que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho”. (GOMES, 1999:55). Essa promoção ao homem brasileiro acabava por transformá-lo em cidadão/trabalhador, que além de ser responsável por sua própria riqueza, também deveria ser contribuinte na construção da riqueza da nação.

Contudo, o desenvolvimentismo varguista com uma valorização do trabalho era capaz de estimular às “massas” a praticá-lo com disciplina, em um contexto envolto por um processo de racionalização das atividades difíceis e pautado pelo controle do tempo e do ritmo de produção. Não é por acaso que o Canto Orfeônico se incumba da missão de elevar os valores do trabalho. Esta questão se evidencia no fragmento que se segue, onde são colocadas expressões antagônicas, como esforço e conforto, exaustão e leveza, que se confundem na rede semântico-ideológica varguista:

Trabalhar é lidar sorridente,
 Num empenho tenaz p’ra vencer,
 E’ buscar alentado conforto,
 No fecundo labôr do viver!
 O trabalho enobrece e seduz,
 Faz noss’alma pairar nas alturas,
 Quem trabalha semeia em terreno,
 Que nos dá fortes mésses maduras!
 O trabalho é dever que se impõe,
 Tanto ao rico que a sorte bafeja,
 Como ao pobre que luta sem trégua,

Na mais dura e exaustiva peleja!

Trabalhar é, portanto, uma obrigação a ser realizada com alegria e empenho, já que o trabalho também enobrece e/ou dignifica o homem, elevando a sua “alma” a um patamar superior. O trabalho é entendido ainda como um valor universal, uma vez que é dever tanto do rico quanto do pobre, sendo, um fator necessário ao futuro e à segurança da pátria, cabendo à todos os seus filhos a missão de honrá-la com o esforço.

A promoção do esforço individual do trabalhador chegou a tal instância que “A própria Constituição de 1937 adotava o critério de que o trabalho era um dever de todos (art. 136), o que implicava a desocupação ganhar o estatuto de crime contra o próprio Estado”. (GOMES, 1999:67). Assim era o Estado, na figura de Vargas, quem levaria os indivíduos a conquista dessa riqueza.

Por outro lado, podemos perceber que a circulação do canto orfeônico funcionou como um aparato de sustentação simbólica para medidas concretas que se instituíram no decorrer do governo Vargas e que tiveram consequências nas práticas cotidianas do trabalhador, a exemplo das Leis e Decretos de sindicalização, extinção da pluralidade sindical, Lei de Segurança Nacional, entre outras.

Ao retomarmos o hino Brasil Novo, já citado anteriormente, identificamos a referência à pátria e seus valores, onde é feita uma constante exaltação às características da natureza do país e às qualidades do povo brasileiro, sempre tido como forte, destemido, ativo, varonil, com traços heroicos. A atribuição de características heroicas a figuras históricas e ao povo brasileiro em geral é bastante recorrente, podendo ser observada no texto de várias canções. Também é expressiva a exaltação do passado e da história do país, considerados gloriosos.

O hino em questão possui ainda referências implícitas à “República Velha” e suas “más condições”³, como no trecho: “Contra esse tempo de desconforto, Lutam, quebrando o jugo servil, Sobre as ruínas dum Brasil morto, constroem mais vivo, o Novo Brasil!”.

Desta forma, o canto orfeônico construiria não apenas a legitimidade institucional do Estado Novo, como também salientava o “Novo” como algo bom e desejável, além de ser construído por todos.

A referência às crianças como futuro da nação também se mostra como finalidade do canto. Para isso foram criadas várias canções que faziam parte das “Machas Escolares”, a

³ Cabe-nos ressaltar que a República Velha foi uma designação criada pelo Governo Vargas para depreciar os governos anteriores à Revolução de 1930. Cf. Galinari (2007).

exemplo da canção “Soldadinhos”: “Somos soldados pequeninos, Fortes na luta do dever, Nossas conquistas e destinos, Vamos a pátria oferecer”.

Há um estímulo ao ato de marchar, com disciplina e alegria, além da menção à luta sem temor na defesa da pátria, certos da vitória. Nos textos em relação à temática infantil, há sempre uma apologia à vida estudantil das crianças, promovendo uma relação entre estudo e trabalho, este último seria o instrumento de construção do futuro da pátria e, assim, mesmo as crianças poderiam colaborar nessa construção por meio do estudo.

Outro tema recorrente nas canções é a menção ao “grande chefe da nação”, que teria dado novos ânimos ao país e ao povo brasileiro, no qual seria depositado a confiança no futuro. Percebemos ainda a existência de referências e/ou reverências à política trabalhista e ao “pai dos pobres”, o fragmento a seguir demonstra explicitamente essa “glorificação” á Vargas, a começar pelo próprio título “Saudação a Getúlio Vargas”: “O Brasil deposita a sua fé sua esperança e sua certeza do futuro no chefe da Nação!”.

A vinculação construída entre o território institucional do Estado e a figura de seu líder, acabava por funcionar como estratégia de legitimidade e credibilidade, tendo em vista a posição de autoridade ocupada por Vargas, autenticada pela moral cívica oficial.

Contudo, podemos dizer que no discurso político oficial do Estado, o futuro e a glória nacional só poderiam ser implantados com o “sacrifício e o esforço”, de todos, num projeto comum a ser executado no presente, sendo a “felicidade e o progresso” alcançados com o trabalho, desgaste e disciplina.

Partindo do pressuposto que os objetivos utilitaristas do canto orfeônico visavam estimular o convívio coletivo, proporcionar a educação do caráter, inculcar o sentimento cívico e promover a confraternização entre os escolares, além do desenvolvimento do bom gosto e do senso de apuração, partiremos agora para importância das manifestações orfeônicas na legitimação de um ideário nacionalista pautado na ordem e no progresso na Paraíba.

As primeiras demonstrações orfeônicas de grande porte ocorreram no Estado de São Paulo, com o apoio do interventor federal João Alberto. Em 1931, Villa-Lobos organizou uma apresentação de canto orfeônico chamada "Exortação Cívica", envolvendo cerca de 12 mil vozes, reunindo representações de todas as camadas sociais paulistas.

Além das manifestações em São Paulo, também ocorreram grandes apresentações no Rio de Janeiro, Distrito Federal, entre outros estados. As concentrações orfeônicas tornaram-se frequentes e passaram a fazer parte dos ritos das festividades cívicas como o Dia da

Independência, o Dia da Bandeira e outras datas significativas do calendário como o Dia da Arvore, Dia da Música e Dia do Trabalho.

Após a implantação do Estado Novo (1937), a frequência dessas solenidades comemorativas aumentou e, com ela, o respectivo número de vozes e participantes. Essas grandes cerimônias cívicas destinavam-se sempre a uma confraternização político-moral e nessa toada os jovens, foco das manifestações orfeônicas, assimilavam a ideia de um Brasil Novo, no qual a ordem, a paz e a disciplina cooperariam na construção do futuro.

A Semana da Pátria, por exemplo, organizada anualmente nos dias próximos ao 7 de setembro, convertia-se na expressão máxima dessas realizações figurativas. Além das paradas militares, havia o discurso proferido pelo interventor Argemiro de Figueiredo, seguido pelos fogos de artifício, e a Juventude paraibana, por sua vez, entoava as canções patrióticas, direcionando a Getúlio as reverências simbólicas e a sua gratidão eterna.

Sendo assim, pode-se dizer que o caráter educativo dos orfeões ultrapassava o espaço das salas de aula, fazendo-se ver e ouvir em todos os ambientes de convivência da nação, permitindo desta forma que houvesse uma “popularização” do canto, no qual caberia ao estado assumir o papel de enunciador e a sociedade de receptor de tais ideias.

Nos jornais da época, a exemplo da *União* encontram-se alguns relatos que demonstram as concentrações orfeônicas na Paraíba. No jornal *A União* de 9 de Setembro de 1938, relata, “A grande concentração orfeônica em homenagem a Getúlio Vargas reuniu um total de aproximadamente 2 mil estudantes que entoaram o Hino Nacional sob a regência do maestro Gazzí de Sá”. (UNIÃO, 1938)

IMAGEM: COMEMORAÇÕES DA SEMANA DA PÁTRIA DURANTE O GOVERNO DE ARGEMIRO (1938)



Fonte: Jornal União, 9 de Setembro de 1938.

A imagem acima retrata a dimensão das manifestações orfeônicas na Paraíba, essa apresentação referia-se a “Semana da Pátria”, comemorada todos anos e que recebia uma grande visualização através do Jornal *A União*, responsável por informar todos os acontecimentos principalmente na capital, além de trazer notas demonstrando a grandiosidade das comemorações cívicas, como na matéria de 7 de setembro de 1938, intitulada “O maior dia da Pátria”, na qual é mencionado o cronograma de festejos a serem realizados nas principais cidades do Estado.

Não podemos deixar de ressaltar as intencionalidades do jornal em exaltar sempre os feitos de Argemiro e Vargas. Havia durante os anos iniciais do Estado Novo uma grande preocupação em “controlar a massa”, através do imaginário, nesta perspectiva constantemente relacionava-se a linguagem escrita às imagens. No caso do jornal supracitado, percebemos seu poder de persuasão ao trazer muitas vezes em primeira página a imagem de Argemiro e logo abaixo a descrição de suas obras, ou mesmo comemorações cívicas principalmente em sua homenagem.

“Todas as festas cívicas foram alvo dos fotógrafos, procurando inculcar os valores nacionalistas e anticomunistas apropriados de um passado homogeneizado e glorioso”. (AIRES, 2012, p. 170).

As demonstrações orfeônicas, além de tenta promover o “novo”, também ajudaram na construção de uma cultura política através das representações, de modo promover o argemirismo e o varguismo. As apresentações se mostravam como forma de teatralizar o poder, tendo em vista os espetáculos visuais expunham valores e utilizam do simbólico para tornar seu poder legítimo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, Luciano de Queiroz. **Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. 2012, 394p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História (PPGH). Universidade Federal de Pernambuco.

ALMEIDA, M. G. A. A. **Estado Novo: projeto político pedagógico e a construção do saber**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 137-160, 1998.

BARROS, José D’Assunção. História Política e História Social. In: ____ **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.106-124.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: **REPENSANDO o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

BRASIL. **Decreto nº 19.890**, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>.

CHARTIER, Roger. **A História Hoje**: Dúvidas, desafios e propostas. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994. p. 97-111.

GOMES, Ângela Maria de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICANHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs). **Cultura Política**: Ensaios de História Cultural, História Política e Ensino de História. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 21-44.

_____. A política brasileira em busca da modernidade : na fronteira entre o público e o privado. In: Fernando Novaes; L. Schwacz;. (Org.). **História da Vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, v. 4, p. 489-558.

LISBOA, Alessandra Coutinho. **Villa-Lobos e o Canto Orfeônico**: Música, Nacionalismo e ideal civilizador. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Música) - Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista.

VILLA-LOBOS, Heitor. **Canto Orfeônico 1º volume**: marchas, canções e cantos marciais. São Paulo: Irmãos Vitale, 1940.

_____. **Canto Orfeônico 2º volume**: marchas, canções, cantos: cívicos, marciais, folclóricos e artísticos. São Paulo: Irmãos Vitale, 1951.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA (IHGP) – JOÃO PESSOA

- *Jornal A União* (1937-1940).

OS POVOS INDÍGENAS NA ESCRITA DIDÁTICA DE HISTÓRIA

Damião Cavalcante do Nascimento¹

Introdução

Na sociedade brasileira existem diversas práticas culturais, isso faz com que vários elementos indeníários sejam evidenciados, no entanto, as diversas identidades ainda não compõem o livro didático de História. Nesse material didático, apesar de os conteúdos sobre os povos indígenas estarem presentes, prevalece uma única perspectiva de cultura, ou seja, a eurocêntrica.

Acerca dessa questão, é pertinente discutirmos o lugar dos povos indígenas no livro didático de História. Estes povos estão no livro, mas são representados geralmente como se fossem todos iguais, e só tenham vivido no período colonial da história. Esse tipo de representação se deve ao fato de a escrita didática sobre a história do Brasil ainda ser escrita na perspectiva eurocêntrica.

As representações dos povos indígenas no livro didático têm instigado questionamentos entre os (as) pesquisadores (as) das diversas áreas do conhecimento, tais como: Qual o papel dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira? Outro questionamento que se faz ao livro didático é se os povos indígenas são representados como agentes sociais ou coadjuvantes da história?

Estas são algumas das questões que discutimos ao longo deste trabalho, e assim cremos que colaboramos com o processo educativo de modo que ele venha a ser igualitário, onde as expressões culturais dos povos indígenas não sejam apenas discutidas, mas valorizadas na sala de aula e na sociedade, visto tratar-se de uma cultura que faz parte da matriz cultural do Brasil e está no cotidiano dos (as) brasileiros (as).

Os povos indígenas no livro didático, novas perspectivas e novos olhares

Desde os primeiros contatos com a história aprendemos que o Brasil é um país formado por índios (as), negros (as) e brancos (as), entre outras etnias, assim constitui-se uma nação pluricultural e multiétnica.

¹ Estudante de Iniciação Científica. Curso de História/UEPB/Campus de Guarabira. Pesquisa financiada pelo CNPq.

Contudo as expressões culturais que comumente prevalecem na sociedade são as dos (as) brancos (as), visto que índios (as) e negros (as) ainda são colocados (as) a margem da sociedade nas várias questões. Essa condição é resultado do processo de negação que a cultura indígena e afro-brasileira foi historicamente submetida, o que por sua vez acabou sendo motivo de exclusão das práticas culturais de tais povos da escola, sobretudo, do currículo escolar, quando estas são cotidianamente vivenciadas pelos (as) brasileiros (as).

Acerca da discussão sobre a história dos povos indígenas no livro didático de História, muitos (as) pesquisadores (as) já trabalharam, pretendemos aqui dialogar com alguns desses profissionais, no sentido de identificarmos os pontos convergentes e divergentes entre eles (as) e nossa perspectiva de discussão.

Apesar do diálogo com vários (as) pesquisadores (as) não esgotamos a discussão acerca da representação dos povos indígenas no livro didático de História, sobretudo, porque a cada ano novas demandas surgem na sociedade, o que faz as instituições gestoras da educação exigirem dos produtores e editores de livros didáticos outras abordagens acerca das grandes questões, a exemplo da cultura brasileira.

A história e cultura indígena no livro didático não é uma discussão recente, está na ordem do dia a alguns anos, mas desde o final da década de 1990 se propagou devido à ação da sociedade civil organizada, que passou com veemência a reivindicar dos gestores públicos mudanças no paradigma educacional no sentido de que as culturas indígenas e negras passassem a compor o currículo escolar e por extensão os materiais didáticos utilizados por professores (as) e estudantes em salas de aula da educação básica.

Como decorrência desse contexto foi sancionada pelo Presidente da República do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva a lei 11.645/008 que obriga as escolas da educação básica a incluir no currículo escolar os conteúdos de história e cultura indígena. Essa lei também foi fruto dos movimentos sociais indígenas e movimentos de professores (as) preocupados com a discussão do ensino de história e a construção da identidade nacional brasileira.

Nesse sentido, recorreremos à representação como categoria de análise e atentamos para as considerações de Chartier (1985), devido às formulações teóricas desse pesquisador nos possibilitar referências quanto ao significado de representação, e deste modo contribui com a discussão que fazemos neste trabalho, sobretudo, porque trabalhamos com o conceito de representação dedicado aos povos indígenas. Este pesquisador nos mostra o sentido de representação e considera-a “instrumento de um conhecimento mediado que faz ver um objeto

ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de reconstruir em memória e de figurá-lo tal como ele é” (CHARTIER, 1985, p. 20).

Desta feita, Chartier (1985) ao situar a representação no campo do saber difere-a da imaginação, e discute que a realidade é construída a partir dos diferentes grupos sociais, o que gera melhor compreensão do mundo.

Dessa forma ao trabalharmos com representações dialogamos com a história cultural, haja vista abordarmos as diferentes representações que o livro didático de História traz dos povos indígenas.

Nesta perspectiva, Chartier, considera que a história cultural é “um espaço de trabalho entre textos e leituras, no intuito de compreender as práticas complexas e múltiplas, diferenciadas, que constroem o mundo como representação.” (CHARTIER, 1990, p.28).

Acerca dessa questão (SANTOS, 2010) nos mostra que mesmo negada, a cultura indígena sempre esteve presente no cotidiano do povo brasileiro, visto que atenta para o fato de que o Brasil “independente” precisava se manter em unidade. Desse modo surgiu à necessidade de criar a história nacional e nesse processo o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) foi o principal agente.

Por isso veio à tona a história “depreciativa do outro”. Todavia, a historiografia construída a partir do IHGB passou a definir quem seriam os excluídos da civilização, estes por sua vez foram índios (as) e negros (as), pois a ideia de civilização elaborada por esta instituição remetia aos propósitos de branqueamento.

A exclusão dos povos indígenas da história do Brasil escrita a partir do século XIX vigorou, desta feita a “historiografia do século XIX acabou reduzindo a variedade de povos com línguas e culturas diversas a dois grandes grupos: os tupis e os tapuias” (SANTOS, 2010, p. 3).

A partir de então, os povos indígenas passaram a ser generalizados e os livros didáticos também colaboraram com a construção da imagem destes povos como cultura homogênea. Assim como afirmou Santos “os manuais didáticos se apropriaram da historiografia produzida pelo IHGB, e prosseguiram perpetuando imagens e interpretações sobre os índios brasileiros através de uma postura etnocêntrica, preconceituosa, de negação e ausências de autonomia e ação” (SANTOS, 2010, p. 3). Esse autor ainda aborda o papel dos povos indígenas na formação da identidade cultural do Brasil, e ressalta a importância do livro didático nesse processo, visto ser carregado de ideologia.

Na abordagem que constrói sobre o índio (OLIVEIRA, 2003) nos diz que esse é mostrado nos livros didáticos, na TV, nos jornais, revistas e outros meios midiáticos através de uma gama de “artefatos”. Este é parte de uma rede discursiva e se torna produto de identidades, ou seja, a partir dos diferentes discursos as “relações de poder” interagem e atribuem aos indígenas determinados conceitos, criando-o e recriando-o ou até mesmo proibindo-lhe determinadas práticas, visto que, segundo o discurso midiático existe um jeito natural de ser índio.

Esta pesquisadora afirma que ao trazer referências sobre identidade, o livro didático, assim como outros artefatos associa-a a um determinado “sujeito” ou grupo e por sua vez o expõe “frequentemente de forma generalizada e pejorativa, para explicá-la e defini-la como única, quando os sujeitos possuem diversas vivências e experiências” (OLIVEIRA, 2003, p. 26).

De certo modo os indígenas foram “inventados sob o olhar português”. Essa pesquisadora faz referência à representação dos indígenas, ou seja, ao modo como eles foram vistos: como o selvagem, enquanto o branco é visto como o civilizado. Tal representação resultou de um processo de construção social, vigorado num discurso que classifica e exclui os indígenas. Conforme podemos perceber nesta citação retirada do livro didático analisado por esta autora:

Índios usam arco e flecha; moram em ocas; furam o corpo para colocar objetos estranhos, como ossos e pedaços de madeira, considerados enfeites; andam nus (ou seminus), enfim, são diferentes de nós (OLIVEIRA, 2003, p. 29).

Essa pesquisadora ainda faz menção ao fato de que no livro didático, os indígenas são assemelhados a certos animais, como se isso fosse algo natural e bom. Esse tipo de compreensão é colocado para demonstrá-los “como sujeitos dotados de conhecimentos, costumes e habilidades específicas e essenciais, de forma que pareça que somente esses sujeitos às possuíam” (OLIVEIRA 2003. p. 30).

A esse respeito os pesquisadores (FEITOSA E XAVIER, 2010) atentam para as imagens dos povos indígenas no livro didático que foram influenciadas pela historiografia tradicional. Estas imagens colocam o colonizador como ser superior. Esses pesquisadores criticam a obra “Casa Grande e Senzala”, visto colocar que os indígenas teriam se desorganizado econômica e socialmente. Segundo Feitosa e Xavier (2010) outros

pesquisadores (as) também colocaram o europeu como sendo o superior e assim contribuíram para o não entendimento da vida e costumes dos povos indígenas.

Com sua pesquisa (FEITOSA E XAVIER, 2010) constataram que o livro de história não é utilizado pelos indígenas como afirmam a seguir: “os professores optaram por não utilizar este livro, pois tratam pouco ou nada do índio e ensinam coisas que não corresponderiam ao índio verdadeiro” (FEITOSA; XAVIER, 2010, p. 12). Desse modo, o europeu foi considerado como o superior, o indígena relegado a algo desvalorizado e a história tradicional fez parte disso. Portanto, tais atrocidades devem ser combatidas, pois tal visão vem sendo transmitidas há séculos.

Outro pesquisador relevante na discussão da imagem dos indígenas no livro didático de História é Grupioni (1996). Ao tratar do livro didático crítica como vem sendo utilizado o livro e o que nele contém acerca dos indígenas, além das deficiências no que diz respeito à diversidade.

Nesse ínterim coloca a importância do livro e o espaço que este ocupa além dos processos que estão ligados a formação de referenciais das crianças como afirma: “O livro didático é uma fonte importante, quando não a única, na formação da imagem que temos do outro. Alia-se a isto o fato do livro didático constituir-se uma autoridade, tanto em sala de aula quanto no universo letrado do aluno” (GRUPIONI, 1996, p. 426). Por isso deve-se ficar atento ao que vem sendo impresso nos livros, pois as formas muitas vezes são cristalizadas tanto para alunos quanto para os (as) professores (as).

De fato, as sociedades indígenas ainda são tratadas como se fossem lacunas, fragmentos colocando-as como pano de fundo, como afirma esse pesquisador no que diz respeito aos indígenas: “pela forma como essas sociedades são tratadas – geralmente pela negação de traços culturais considerados significativos: falta de escrita, falta de governo, falta de tecnologia para lidar com metais, nomadismo etc.” (GRUPIONI, 1996 p. 428).

Desse modo, não se deve ficar só nisso, pois ao criticar a imagem que corriqueiramente aparece nos livros o pesquisador abre novas portas e busca argumentos para ressaltar a importância dos indígenas, mas que os livros não trazem como afirma: “eles operam com a noção do índio genérico, ignorando a diversidade que sempre existiu nessas sociedades” (GRUPIONI, 1996. p. 430). Em função disso, os indígenas são representados no livro com uma imagem contraditória e muitas vezes deturpados. Segundo esse autor:

Num primeiro momento da nossa história, que, de acordo com os livros didáticos, começa com a chegada dos europeus, os índios da colônia são cordiais e amigáveis: carregam o pau-brasil em troca de bugigangas e miçangas, ajudam os portugueses a construir fortes e casas que dão origem às primeiras povoações e ensinam os brancos a sobreviver e a conhecer a nova terra (GRUPIONI, 1996. p. 431).

De certa forma, é isso que se passa por gerações como se os indígenas fossem um primitivo “bom” ou “mal”, ou seja, muitas vezes são vistos como primitivos e que por isso vão desaparecer.

Desse modo o material didático é um referencial importante, mas não se deve prender totalmente a ele, mesmo que auxilie o (a) professor (a). Sendo assim, Santiago e Dias apontam aspectos do livro didático e o seu papel como veículo que transporta conhecimento. Além disso, o livro também é um importante auxiliar do (a) professor (a), haja vista, “o livro didático ser resultante da interação de um conjunto de normas, disposições e determinações culturais”. (SANTIAGO & DIAS. 2009. p. 2).

O livro didático tem sua carga ideológica, transmite e repassa certos significados para quem o ler. Aborda também como vem sendo tratada a questão indígena e como é utilizado pelos (as) professores (as) como conhecimento, valor e espaço de saber.

Nesse sentido, a escola também é espaço de criação de ideologias e representações e sob os livros didáticos estas são veiculadas. Esses pesquisadores também ressaltam o trabalho dos povos indígenas, e mostram que estes tinham outra modalidade de produção, o coletivo, mas ressalta que variava de grupo para grupo.

Ainda sobre o livro didático (SANTIAGO & DIAS. 2009. p. 12) observaram que “os livros didáticos permanecem com uma narrativa que representa os indígenas como autores coadjuvantes da história do Brasil, destribalizados, genéricos e enfocados no passado”.

Nessa perspectiva os povos indígenas são colocados numa história atemporal, por sua vez tem a necessidade de se buscar referenciais positivos. Acerca dessa questão, (BRAND e CALDERONI) apontam a presença dos povos indígenas nos livros didáticos “como artefatos culturais”, já que este carrega diversas estratégias e discursos variados, que acabam por sua vez em construir identidades que são cada vez mais representadas pelos discursos.

Percebe-se que os livros didáticos tendem a “folclorizar” a diversidade indígena e colocá-los no passado, mesmo situando-os no presente. De certo modo constataram que “quando tratam de cultura persiste o pensamento elitista e colonizador e os povos indígenas estão sempre ausentes ou silenciados” (BRAND & CALDERONI, p. 197).

Há jogo de poder nos conceitos. Dessa forma, os indígenas acabam marginalizados, visto que são colocados como o “bom selvagem” com uma carga homogeneizada, aquele que é puro e ligado à natureza, acabando por não perceber as diferenças, perdura um ideal único, sendo representados desse jeito até mesmo pelos docentes.

Os livros didáticos silenciam e inviabilizam a presença dos indígenas tanto no presente quanto no passado. Os indígenas quando representados são de forma reduzida, o que contribui para criar novos preconceitos que acabam gerando a reprodução dos padrões eurocêntricos. Atentam ainda para os cuidados que o (a) leitor (a) deve ter ao analisar as representações dos indígenas nos livros didáticos, pois se verificam que tais representações muitas vezes “silenciam, nomeiam e posicionam os povos indígenas” em lugares subalternos (BRAND & CALDERONI, p. 198).

A esse respeito (CUNHA & ARAÚJO, 2011) abordam a inserção da cultura indígena na sala de aula e nos materiais didáticos, haja vista, a busca por uma educação igualitária e antirracista está na ordem do dia, o que na opinião desses pesquisadores contribuirá com a desconstrução de antigos paradigmas existentes sobre os povos indígenas e os reconhecerão como agentes históricos ativos importantes para a compreensão da nação brasileira.

De fato, a luta pelo reconhecimento dos povos indígenas e africanos como relevantes na formação do Brasil vem desde a “metade do século XX”, com leis que visavam implementar a história desses povos no cotidiano escolar. Mas de certa forma ainda “o fazem de maneira reducionista e eurocêntrica o que destoia das novas problemáticas do século XXI” (CUNHA e ARAÚJO, 2011, p. 3).

Os pesquisadores (CUNHA & ARAÚJO, 2011, p. 6) chamam a atenção para:

Outro problema, o de interpretação epistemológica que está presente na historicidade do livro, pois ele nem sempre contextualiza os processos sociais na sua complexidade, isto é, na prática não ocorre uma preocupação em descrever minuciosamente os eventos e a atuação dos atores sociais envolvidos numa relação de poder, discurso, representações e finalidades, mostrando como o passado tem uma interconexão com o presente e este por sua vez, pode desdobrar em eventos que repercutam na proposição de um futuro.

São necessárias mudanças que integrem e coloquem os sujeitos no plano “central”, dando espaço para a sua cultura, saber, vivência, entre outros, já que o livro deve atender a lei 11.645/2008.

Possibilitar o diálogo é fundamental, “desconstruindo a história traçada por cronistas leigos e religiosos, a valorização dos povos indígenas, a partir de seus próprios olhares, e o debate com autores da antropologia, sociologia e história” (CUNHA & ARAÚJO, 2001, p. 6).

Nesse sentido é preciso “tecer” uma “nova história” do Brasil, que quebre com os dogmas impregnados de racismo, estereótipos e discriminação. Desse modo, criticar o escrito oficial, é primordial. Além disso, valorizar a cultura e a sociedade, o que faz parte do dia-a-dia, pois assim se estará reescrevendo uma “nova história cultural”.

Nessa perspectiva (NIKITIUK, 2009) atenta para a identidade de cada um, a linguagem, registro e personalidade. Essa pesquisadora afirma que o papel do (a) professor (a) é mostrar os diferentes olhares sobre o objeto de estudo e ensino, ou seja, deve estar atento para as novas formas de ensino e desprender-se do livro como verdade absoluta, deve ser, portanto, crítico (a).

Segundo (NIKITIUK, 2009) a questão do ensino de história e o currículo também devem ser discutidos. Nesse sentido aponta para as questões que a história deve atentar como o local dos (as) alunos (as), o meio social em que vivem, e não deixar que esse, composto pela pluralidade seja desrespeitado no currículo, deve ser valorizado como propõe a Lei 11.645/008.

Outra pesquisadora a dar sua contribuição é (PINTO, 1992) ela atenta para a educação e como essa tem se desdobrado para as diferentes dimensões num contraponto as perspectivas da questão “raça” e educação. Aponta que nos livros didáticos se tem priorizado três enfoques em especial, a questão da raça, cor, identidade, entre outros. Chama a atenção para as formas preconceituosas nas quais as diversas categorias etnicorraciais são colocadas e apresentadas nas imagens e textos. Isso ocorre principalmente nas referências das vivências de negros e índios. As formas de discriminações acabam por manifestar certos personagens estereotipados e deturpados.

Ainda sobre o índio fixa o foco da discussão na:

Denuncia as representações deturpadas e estereotipadas, conseqüentemente a perda de excelente oportunidade de levar o educando, através do conhecimento das nações indígenas, de seus costumes e das suas relações com o mundo dos brancos, via o material didático, a rever posições etnocêntricas e estereotipadas e a se posicionar de maneira mais aberta perante outras culturas e outras racionalidades (PINTO, 1992, p. 42).

Essa pesquisadora ainda deixa evidente que grandes mudanças precisam ser feitas nos materiais didáticos, seus textos e suas imagens, de modo que seja quebrada a força do eurocentrismo, e chegue a adentrar aos espaços correlacionados ao meio social do (a) aluno (a). Portanto, é preciso um “material didático-pedagógico que ofereça oportunidade a todas as crianças, qualquer que seja a sua origem, de se reconhecerem positivamente” (PINTO, 1992, p. 44).

Acerca das imagens e seu uso na história (BURKE, 2004), atenta para as diversas formas de imagens e que estas também são evidências para o historiador, uma vez que elas podem vir a contribuir com o testemunho de seu tempo, ou seja, o tempo em que foram produzidas. Por isso, na produção do conhecimento histórico, as imagens podem se igualar aos textos escritos e “testemunhos orais”.

Muitos historiadores analisam pinturas, imagens, para assim se colocar de frente ao passado ou até mesmo tentar entender a realidade representada, sobretudo, quando as fontes orais e escritas são escassas.

Na compreensão de Burke o historiador deve acima de tudo fazer “uma crítica à fonte”. (BURKE p. 30). Desse modo não deve colocar o que a imagem representa, visto que ela foi construída num determinado momento e sob a influência de vários aspectos.

No contexto das imagens, as fotografias são relevantes porque também ajudam a reconhecer o passado. No entanto, é preciso ficar atento às imagens de pessoas importantes, pois elas podem estar usando a sua melhor roupa e não ser o que está representado. As iconografias devem ser levadas em conta, e criticadas.

Portanto Burke atenta para os cuidados que se deve levar quando se utilizar às imagens. Na sua acepção:

{...} As imagens não são nem um reflexo da realidade social nem um sistema de signos sem relação com a realidade social, mas ocupam uma variedade de posições entre estes extremos. Elas são testemunhas dos estereótipos, mas também das mudanças graduais, pelas quais indivíduos ou grupo veem o mundo social, incluindo o mundo de sua imaginação (BURKE, p. 232).

Outro pesquisador relevante para nossa pesquisa foi (BORGES, 1999), visto que atenta para a educação escolar intercultural. Desse modo, discute que a história e a imagem dos índios nos livros didáticos estão na contramão da história dessa etnia, pois no livro didático o índio é pouco retratado e quando esse traz algo sobre, os próprios indígenas quase sempre não se reconhecem, visto que as diferenças não são abordadas. Desta feita afirma que,

“uma história que realmente represente a visão de mundo de um povo é que poderá ser significativa na construção de sua identidade” (BORGES, 1999, p. 93).

Sendo assim, esse pesquisador afirma que na história também são importantes os “não vistos”, ou seja, os indígenas. O silêncio e a ausência da história indígena nos livros didáticos deixam no ar muitas indagações. Nesse contexto se reporta a aldeia de Sapucaí e mostra que nessa comunidade indígena existem diversos costumes, e uma história guardada na memória, que é repassada pelos idosos, considerados guardiões da história, pois, “os mais idosos do grupo, quer, por sua vivência acumulada, ainda possuem a magnífica função de resguardar a memória de seu povo” (BORGES, 1999, p. 94). De certo modo, esse pesquisador abordou os fatos a partir da visão indígena. Na arte de fazer história trouxe à tona a visão dos índios sobre os 500 anos de história. Trouxe uma “história bem ensinada” conforme afirmara o Professor guarani Argemiro da Silva.

Sendo assim é importante ressaltar que (RIBEIRO, 2011) na sua pesquisa enfatizou a visão que a sociedade criou acerca dos povos indígenas. No seu trabalho sobre os povos indígenas, aponta fatos importantes para entendermos a história que está presente nos livros didáticos, sobretudo, no que diz respeito ao ensino de história do Brasil, sem assim saturar o que já fora pesquisado sobre este tema, considerado importante. Desta feita, o livro é considerado objeto de pesquisa, visto trazer identidades, imagens e, sobretudo, memórias.

Assim as imagens dos povos indígenas recorrentes nos livros didáticos estão defasadas, pois são preconceituosas, como afirma Ribeiro:

A história dos índios não foge à regra. As imagens, muitas vezes, estereotipadas e preconceituosas dos povos que habitavam o continente americano antes da chegada dos europeus, presentes no imaginário das pessoas, estão relacionadas à forma como foram fabricados nos tempos escolares (RIBEIRO, 2011, p. 3).

Assim é repassada a história de um índio genérico, algo que não se pode aceitar, pois cada etnia tem seus costumes, crenças, vivências diferentes. Essa generalização não só está nos livros, mas nos meios de comunicação como filmes, músicas, iconografias, nas escolas, nas falas dos (as) professores (as), nas comemorações, entre outros, é tudo como se fosse padronizado a noção de que o índio é caçador, pescador vive em ocas e dorme em rede, vive nu na selva, dança e canta com seu arco e flecha e usa o cocar. Essas ideias são passadas até hoje.

Nesse sentido (GUIMARÃES, 2008) chama atenção para a riqueza que há na diversidade cultural ritualista dos povos indígenas, entre outros aspectos. Todavia, o ensino de história indígena deve ocorrer nas escolas, pois está assegurado por lei.

Desse modo é preciso que professores (as) tenham algum interesse na contribuição dos povos indígenas para a formação cultural do Brasil. Nesse ínterim há uma gama de histórias, vestígios arqueológicos, acerca da história dos povos indígenas, que não são informados, sobretudo, quanto ao grande contingente de nações indígenas que havia no período do contato com os portugueses e o que há atualmente. Esse pesquisador afirma que em vista da destruição a que os povos indígenas foram submetidos poderia não haver mais sinal dessa cultura.

Sendo assim, busca entender que os indígenas são ricos quanto à cultura, e a diversidade e afirma que:

os índios constituem uma diversidade de sociedades com histórias, territórios e saberes próprios, consubstanciados em usos, costumes, crenças, línguas e linguagens extremamente ricas e ancoradas em tradições milenares, reconhecidas e asseguradas como direito na Constituição Federal de 1988 (GUIMARÃES, 2008, pp. 61-62).

Este pesquisador critica a visão que a sociedade brasileira tem em relação aos povos indígenas que é extremamente estereotipada, o que contribui para o crescente preconceito. Ainda se tem uma visão deturpada e genérica dos indígenas. Haja vista as diferenças entre os povos indígenas ser abrangente a todos os níveis, como cultura, crenças, vida familiar, linguagem, entre outros aspectos. Por isso, é importante saber que os nativos possuem seus referenciais e sempre foram agentes ativos da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação dos povos indígenas no livro didático vem sendo discutida de forma significativa nas diversas áreas das ciências humanas, dentre estas podemos destacar: história, geografia, pedagogia, letras, e antropologia. Trata-se de uma discussão relevante, visto que contribui com outra questão, a equidade social e racial no Brasil.

A pesquisa nos propiciou compreender a representação dos povos indígenas no livro didático de História, sobretudo, os livros destinados ao ensino fundamental I.

Na análise das representações dos povos indígenas no livro didático de História do Projeto Buriti pontuamos alguns aspectos que consideramos relevantes, visto que podem

contribuir com as práticas pedagógicas de professores (as) de História, principalmente na perspectiva de tornar a escola inclusiva e respeitosa com as culturas indígenas.

No geral as representações dos povos indígenas apresentam as seguintes características: O caráter generalista dos povos indígenas, estes são representados como se fossem únicos e iguais, simplesmente índios.

Embora no Brasil exista uma diversidade de nações e culturas indígenas, estas não são contempladas no livro didático em apreço. Alguns capítulos do livro em questão trazem referências aos índios yanomami (MS), canela (MA), pataxó (MG), cinta larga (MS, RO) xavante (MS), waurás (MS), mas estes não são integrantes de uma grande nação, são índios, sujeitos individualizados que vivem sem nenhum tipo de relacionamento entre eles;

Os povos indígenas são representados no tempo passado, vivem nus, usam penacho, moram em oca construída de palha, vivem da caça, pesca e coleta de raízes e frutos; não acompanharam a tecnologia, uma vez que mesmo quando as imagens os representam na contemporaneidade, os colocam utilizando instrumentos do passado, como o arco e a flecha;

A maioria das representações dos povos indígenas não é de fotografia, mas são ilustrações e desenhos; obras de artísticas contemporâneas, cujos nomes não são revelados; geralmente as ilustrações não os retratam na contemporaneidade e não contemplam a sua diversidade cultural. Trata-se de uma invenção; os povos indígenas são associados aos animais, selvagem, e exótico; preguiçoso,

Esse tipo de representação se deve ao fato de o livro didático em análise se manter na perspectiva eurocêntrica de história, o que faz com que os conteúdos que lhes são pertinentes não os representem na condição de agentes ativos da história do Brasil.

Os livros didáticos de História analisados na pesquisa ainda representam os povos indígenas na perspectiva eurocêntrica. Todavia, uma questão se faz. Como tais conteúdos estão sendo implantados no currículo da escola da educação básica? Eles estão correspondendo ao que preconiza a lei 11.645/008? Essa lei ao obrigar as escolas da educação básica a incluir no currículo escolar os conteúdos de história e cultura indígena, a perspectiva é a de que ultrapasse a compreensão eurocêntrica de história, e se espera que novos paradigmas para a educação sejam formulados.

Todavia, o livro didático ainda é o principal instrumento utilizado pela maioria dos (as) professores (as) na escola da educação básica, e esse conforme nos revelou a pesquisa mantém a perspectiva eurocêntrica de história. Desta feita, a implantação da história e cultura

indígena para além da compreensão eurocêntrica não é fato na sala de aula, o que faz com que os estereótipos identificados nas representações didáticas não sejam ultrapassados.

REFERÊNCIAS

BORGES, Paulo Humberto Porto. Uma visão indígena da História. In: **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 49, Dezembro / 1999.

BRAND, J. Antonio; CALDERONI, Valéria. A. M. D. **Saberes e Dizeres sobre os povos indígenas nos livros didáticos**. pp. 189-200.

BURKE, Peter. “Testemunha ocular: história e imagem”. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. – Bauru SP: EDUSC, 2004.

CAVALHEIRO, Rosa Maria; COSTA, Flamarion da. **A temática Indígena no Livro Didático**. s/d.

CUNHA, Robério Davi Borges; ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão. **A História Recontada: Revisitando os povos indígenas no livro didático**. 2011.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

FEITOSA, Amanda Araújo Pombo; XAVIER, Marcio Câmara. **A História indígena nos livros didáticos do Ensino Fundamental I e na Aldeia Guarani Tekoá-Ytu em São Paulo**, 2010.

GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi. Imagens contraditórias e fragmentadas: sobre o lugar dos Índios nos livros didáticos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, V. 77, n. 186, p. 409-437, 1996.

GUIMARÃES, Francisco Alfredo Morais. A temática indígena na escola: onde está o espelho? In. **Revista fórum de identidades**. Ano 2, Volume 3 – pp. 57-65. 2008.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **A representação sobre os índios nos livros didáticos de História do Brasil**. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB: 2006.

NIKITIUK, Sonia M. Leite (Org.). **Repensando o ensino de história**. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Teresinha Silva de. Olhares que fazem a “diferença”: O índio em livros didáticos e outros artefatos culturais. **Revista Brasileira de Educação**, MG, 2003.

PINTO, Regina Pahin. Raça e educação: uma articulação incipiente. In; **Caderno de pesquisa**. São Paulo, n 80, pp, 41-50, fev, 1992.

RIBEIRO, Renilson Rosa. Entre o bom e o mal selvagem: imagens dos indígenas nos livros didáticos de História do Brasil. In: **Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos pesquisadores do Ensino de História**. Florianópolis, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILLI, Chirley; SILVA, Paulo Vinícius Baptista. Racismo em livros didáticos e seu combate: uma visão da literatura. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, V. 29, n. 1, p. 125-146, jan./jun. 2003

SANTOS, Kleber Rodrigues. **Ilustrações nos livros didáticos**: representações dos indígenas nos manuais de história do Brasil. 2010.

SANTIAGO, Leila Adriana da Silva, DIAS, Maria de Fátima Sabino. A questão indígena na cultura escolar no Brasil. In: **Revista Lateral**. 2009.

COSMOLOGIAS E TRADUÇÕES NA AMÉRICA PORTUGUESA DO SÉC. XVI: FILTROS E REPRESENTAÇÕES

Daniel Santana Leite da Silva*

Resumo

Este trabalho é fruto de estudos vinculados ao grupo de pesquisa História e Historiografia dos Povos Indígenas no Período Colonial - Universidade Federal da Paraíba. De acordo com a nova história indígena – que tem como aliado teórico a antropologia –, o “encontro” entre europeus da América colonial Portuguesa do século XVI (especialmente missionários) e indígenas foi marcado por traduções mútuas. Através delas o europeu interpretava o indígena através de seus ditos e escritos – especialmente a sagrada escritura – e o índio, por sua vez, via no missionário os seus pajés e caraíbas. O papel do missionário foi fundamental para a compreensão daquele universo, pois o mesmo tinha, como principal objetivo, trazer aquele gentio para a civilização cristã. Foi, o missionário, um dos mais importantes responsáveis pela mediação cultural ocorrida no período. Com base nestes postulados, nesta etapa de nossa pesquisa, apontamos questões teórico-metodológicas acerca dessas traduções que os missionários fizeram acerca das práticas cosmológicas indígenas, buscando discutir os possíveis filtros teóricos necessários para esta operação. Para tanto, utilizamos os conceitos de tradução, segundo a antropóloga Cristina Pompa, e de representação, segundo o historiador Roger Chartier.

Palavras chaves: Povos indígenas; missionários; tradução cultural; representação; cosmologia.

Introdução

Os povos indígenas se tornaram nos últimos anos importantes protagonistas da história e historiografia Brasileira, principalmente no que diz respeito ao período colonial de um modo geral. Esse movimento se deve, em parte, a nova articulação interdisciplinar entre a História e a Antropologia – movimento este que é denominado por alguns historiadores e antropólogos como *nova história indígena*, por volta da década de 70 e 80*. Graças a essa articulação, começa-se a quebrar certos paradigmas e equívocos que estavam até então dentro da historiografia de um modo geral – rompimento do binarismo vencido/vencedor, retirando então ‘a toga’ do indígena ingênuo e submisso –, repensando que as *relações de contato* entre seres até então estranhos passaram por inúmeras esferas conflituosas, sejam elas relações das mais triviais possíveis até verdadeiras querelas filosóficas. Os índios passam, agora, a serem vistos como agentes ativos do processo histórico, e não mais fósseis vivos, incorporando “*elementos da cultura ocidental, dando à eles significados próprios e utilizando-os para possíveis ganhos nas novas situações em que vivem*”(ALMEIDA, 2010:22). Doravante, começa-se a perceber que, dentro daquela conjuntura, existiram conflituosas relações de interesse e poder das mais diversas perspectivas, baseadas em distintas representações.

* Aluno de graduação do curso de Licenciatura em História

* Os trabalhos do John Manuel Monteiro (2001) e de Maria Regina Celestino (2010) são ótimas referências para apreciar essas discursões sobre a possibilidade de observarmos uma nova história indígena.

O encontro[†] entre europeus da América colonial Portuguesa do século XVI (especialmente missionários) e indígenas foi marcado por traduções mútuas; traduções estas entre indígenas e europeus, os quais, segundo seus princípios culturais, interligam outro segundo seus signos. Esse processo pode ser percebido em diversos tipos de fontes e com diversos tipos de autores, seja ele um cronista, um missionário ou os dois. Doravante, podemos destacar dentre estes autores um em especial que tina consigo um significante papel no que diz respeito dessa relação: o missionário.

O papel do missionário foi fundamental para a compreensão daquele universo, pois o mesmo não tinha apenas como principal objetivo trazer aquele gentio para a civilização cristã, mas também trazê-lo à ordem colonial, promovendo – consciente ou inconscientemente – um processo de ocidentalização[‡] daquela gente que compunha o novo mundo. Para tanto, ele precisava entender aquele novo gênero humano, o que significava um exercício de bastante complexidade devido à sua imensurável categoria e formas de distribuição dentro do novo mundo. Uma verdadeira terra de contradições e ‘estranhos’ dividida por um imenso ‘rio atlântico’.

Experimentando a mediação cultural como ‘filtro’ (ou ‘ponto de partida’)

A fonte sempre é um ponto inicial para produção historiográfica – seja ela oral ou não. É dela que estabelecemos os interesses e os métodos no qual, talvez, possamos, de fato, produzir um material satisfatório (científico) para o(s) historiador(es). No que diz respeito à fonte documental das relações de contato entre indígenas e europeus no Brasil colonial, o trabalho desenvolvido pelo missionário “*de desconstrução e reconstrução dos códigos comunicativos*” (MONTEIRO, 2006:32) dos povos indígenas, faz deste um ponto de partida importante para o estudo de ambos os *cosmos*[§]. O missionário representou significativo

[†] Para Paula Monteiro, o termo “encontro” deve apresentar um caráter simbólico/metafórico para designar um espaço (que não é físico), aonde o jogo das mediações vai sendo permanentemente feito e refeito (2006).

[‡] Para Serge Gruzinski, A ocidentalização não é, de modo algum, um processo fixo. Ela reajusta continuamente seus objetivos. (...) a ocidentalização iniciada no século XVI não estava à altura de suas ambições e era atormentada por interesses e objetivos contraditórios, que representavam um obstáculo considerável para os projetos de integração à sociedade colonial. (2003).

[§] Segundo Aracy Lopez da Silva, cosmologias são teorias do mundo. Da ordem do mundo, do movimento no mundo, no espaço e no tempo, no qual a humanidade é apenas um dos muitos personagens em cena. Definem o lugar que ela ocupa no cenário total e expressam concepções que revelam a interdependência permanente e a reciprocidade constante nas trocas de energias e forças vitais, de conhecimentos, habilidades e capacidades que dão aos personagens a fonte de sua renovação, perpetuação e criatividade. Na vivência cotidiana, essas concepções orientam, dão sentido, permitem interpretar acontecimentos e ponderar decisões. São, de modo

destaque no processo de mediação cultural entre europeus e índios, uma porta de locução que tinha como responsabilidade mediar os interesses da coroa, os interesses da colônia – que necessariamente não está desapegado aos interesses do primeiro – e, mesmo que intrinsecamente, os interesses dos indígenas naquela situação. Entretanto, mediação cultural não é

[...] observar do encontro de duas sociedades e/ou culturas distintas (e desiguais) e os efeitos de uma sobre a outra, mas de compreender como agentes em interação acessam alguns de seus códigos próprios ou se apropriam de alguns códigos alheios para significar (MONTEIRO, 2006, p.51).

Dentro daquelas conflituosas relações de poder e ideias, podemos afirmar que o missionário foi um dos mais importantes responsáveis pela mediação cultural ocorrida no período, pois esse mediador foi quem erigiu o espaço simbólico das relações entre ambos, uma mediação, que busca códigos compartilhados.

Os missionários, ao se fixarem com índios nas aldeias, puderam, além de passar à frente metodologias pedagógicas de sua cultura para que este gentio, por fim, adentrasse na ‘dinâmica cultural europeia’, precisaram compreender, ainda que com seus próprios códigos comunicativos – baseados numa cultura “segregada por um oceano de ideias” –, o cosmo do outro.

[...] esse mundo e esta história já estavam “ditos” e “escritos” com uma linguagem peculiar, a da sagrada escritura, da Escolástica e dos documentos eclesiais, por um lado, e a dos mitos e dos rituais, por outro. O encontro fez com que este mundo acabasse, e esta história fosse recontada e reescrita, com linguagens que, procurando manter a mesma gramática, tiveram, porém que incorporar termos do outro. (pompa, 2003, p.7)

As representações^{**} interpretadas de ambos os pontos de vista sobre um e sobre o outro, podem – ou não – responderem seus interesses ocultos em questão. Enquanto de um lado temos

sintético, expressas com clareza exemplar através da linguagem altamente simbólica da dramaturgia dos rituais. Música, gestualidade estereotipada mas sempre criadora, ornamentos corporais mais ou menos exuberantes, entre outros recursos, permitem o contato com outras dimensões ósmicas que aquela habitualmente ocupada pelos humanos e com momentos outros do mundo e do processo da vida (e da morte). (In: GRUPIONI, 2005, p. 75.)

^{**} As representações, segundo Roger Chartier (1990), são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que a forjam.

um personagem que está disposto a passar uma doutrina cosmogônica sobre o universo cristão – afirmando que todo e qualquer manifestação da realidade está associada às escrituras antigas e as interpretações européias do novo mundo, como o mito Português de São Tomé, por exemplo^{††} –, do outro lado temos um outro personagem até então estranho para com esse primeiro, o qual não negava um interesse de “absorção” do outro, só que segundo os seus costumes e práticas. Essa relação, por exemplo, pode ser associada ao fato de os indígenas terem certo interesse de perceber o missionário como seu pajé, traduzindo-o conforme o papel social do líder religioso na aldeia.

A nebulosidade das fontes em revelar o ponto de vista do indígena é uma constante. Essa relação de mediação cultural proposta pelos missionários permitiu alguns apontamentos de como esse lado indígena pode se manifestar. Entretanto, o problema da definição do universo de pertencimento das práticas culturais que o missionário põe em circulação, ou, dito de outro modo, uma vez que a construção simbólica do outro não é prerrogativa da cultura ocidental, será preciso construir uma abordagem que de algum modo incorpore à análise o ponto de vista nativo.

Trabalhos como o “perspectivismo” proposto por Eduardo Viveiros de Castro são apontamentos hipotéticos de como podemos perceber a dinâmica cultural dos povos tupis com os missionários. O exemplo do Mármore e a Murta – usado por Antônio Vieira para explicar o quão volúvel era a natureza daquele gentio – e a inconstância da alma selvagem é um significativo avanço da inteligibilidade do documento: a apropriação dos rituais católico-cristãos por parte do índio e a relação de alteridade dos significados destes rituais é um exemplo de como a apropriação e a ressignificação de práticas, signos e outros mecanismos de uma cultura foi, pelo menos até certo ponto, uma real constante naquela vida de “mundos numa mesma terra” (Viveiros de Castro, 2002).

Outro ponto que é interessante ressaltar é o de que, ainda segundo Eduardo, muitos povos do continente americano compartilham do pressuposto de que a humanidade é a “matéria

^{††} Dentro do processo de descoberta e conquista das Américas, acreditava-se que neste continente estava o Paraíso Terreal. Essa ideia passou a ganhar atenção conforme as descrições mais fantasiosas apareciam. Porém, antes das Américas, fora a África o palco de tal Paraíso Terreal. O rio Nilo – tinha como característica a presença de hipopótamos – seria um dos rios que saem do Paraíso, o Gion. O Fison seria o Ganges, e o Tigre seria o Heidequel, sobrando o Eufrates sem correspondência terrestre. Essa crença fez com que se pensasse que o Senegal, que desemboca no Atlântico, fosse um braço do Nilo; o mito de São Tomé propagou a ideia de que os apóstolos se espalharam pelos continentes proliferando os dogmas do cristianismo.

primordial”, ou a forma originária de virtualmente todo ser (Viveiros de Castro, 2002): do mesmo modo que concebemos o substrato animal de nossa humanidade, o pensamento indígena concebe o substrato humano dos seres do cosmos, como condição universal, ainda que esta não possa ser percebida de maneira imediata. Esse pode ser considerado um importante filtro para entender as representações do ponto de vista do indígena, pois os sentidos cosmogônicos do indígena podem (ou não) estarem ostensivos dentro dos relatos dos missionários, pois:

A perspectiva histórica precisa partir da hipótese de que até o que chamamos de "sentido da vida e da morte" bem como todas as noções que projetamos no plano universal sejam na verdade o produto histórico das relações entre as civilizações da Idade Moderna, que, não por acaso, se abre com a descoberta do Novo Mundo e a conseguinte necessidade social e cultural de repensar o mundo. (GASBARRO, in: MONTEIRO, 2003, p. 71)

Este é um importante passo para problematizar o lado indígena das fontes. Contudo, ainda precisa-se de mais trabalhos tanto do campo antropológico, passando pelo sociológico, quanto do histórico.

Traduções culturais e simbolismos mestiços

Cronistas e missionários produziram uma linguagem simbólica negociada a partir de uma tolerância recíproca. Isso permitiu que pudesse ser narrados universos simbólicos distintos ainda que possuindo uma “*imagem deformada no espelho*” (POMPA, 2003, p.27). Dessa maneira, os missionários ‘construíram’ toda uma *religião* indígena, com suas escatologias e representantes sacerdotais. Essa construção tinha como alicerce as estruturas do milenarismo medieval e do paganismo clássico; a composição desta “mestiça cosmologia” eram os mitos e ritos dos nativos, afim de promover uma faca de dois gumes: mostrar, através de uma linguagem de fácil interpretação para com esses índios, o caminho para uma fé cristã ocidental.

A necessidade da ‘criação’ – ou identificação – de um panorama religioso ameríndio lusitano era absolutamente importante, pois a superação religiosa do cristianismo tridentino perante o paganismo indígena deveria ser executada de imediato. O procedimento de conquista do novo mundo via a necessidade de combate às religiões xamânicas, necessidade esta que estava tanto entrelaçada à uma necessidade material – o progresso e real ‘controle’ da colônia e da sua extensão humana e natural – e sobrenatural – propagar a doutrina cristã a fim de trazer mais adeptos para a religião e pro seus representantes na terra: o rei e o Papa.

Todo esse movimento se deve ao fato de que no Brasil não tinha uma “religião pagã única”, como os incas e os cultos mesoamericanos. Portugal, até certo ponto, viu no sucesso de conquista Espanhol uma espécie de modelo à ser compartilhado no tocante à questão do território Brasileiro, revelando o interesse num método conquistador.

Por outro lado, como dito anteriormente, os indígenas mostraram-se disposto a aceitar essas doutrinas e construções messiânicas. Contudo, isso tudo tinha um preço: as interpretações estavam associadas segundo os seus sentidos, executando-os segundo suas práticas e termos. Essa prática fazia com que o missionário tivesse interpretações, até certo ponto, equivocadas segundo suas tradições^{‡‡}. Tomando como exemplo disto, temos a ideia de que os cronistas associavam o demônio como o estopim que alimentava as idolatrias ameríndias.



Aygnan Cacodaemon Barbaros Vexat. Ilustração do Texto de Jean de Léry *Le Voyage au Brésil*, editado por de bry em *America Tertia Pars...*, 3º volume de *Grands Voyages*, Frankfurt, 1592, p.223. (BELLUZZO, 2000, p.43)

A presença dos elementos da cultura cosmológica (e cosmogônica) europeia era perceptível além dos textos. Na obra *Aygnan Cacodaemon Barbaros Vexat* de Theodore De Bry traz em ilustração o imaginário representado por ele do novo mundo e da gente que compunha ele, destacando ostensivamente em seus trabalhos a participação destes elementos

^{‡‡} Para Maria Regina Celestino, o conceito de tradição (...) tem sido repensado, prevalecendo, hoje, o pressuposto de que ela sempre se modifica ao ser transmitida. Tudo que se transmite é recebido conforme a maneira do receptor, o que implica em valorizar mais a apropriação do que a transmissão.

^{§§} Imagem retirada de <http://resobscura.blogspot.com.br/2011/04/for-they-are-very-expert-and-skillful.html>; apesar da legenda da imagem ser do livro “O Brasil dos Viajantes” – e a mesma se referia à referida imagem –, a imagem foi rebuscada na internet através deste blog por ter melhor resolução, a fim de explicar melhor a mesma.

peculiares da cultura cristã europeia sobre a vida dos povos ameríndios. A partir destas interpretações, acreditava-se que as idolatrias ameríndias “(...) *se assentavam na macaqueação grosseira das obras de Deus, expressas nos sacrifícios humanos, na antropofagia, na sodomia, na adivinhação onde o diabo intervia oralmente*” (SOUZA, 1993, p.35) uma vez que o corpo eclesiástico acreditava de início que o demônio havia ‘fugido’ da Europa e tinha se assentado no restante do mundo.

Considerações Finais

A incondicional colaboração e articulação da Antropologia com a história foi (e é!) um dos pontos chaves dentro dessa discursão. Nos últimos anos temos uma significativa articulação interdisciplinar para podermos problematizar a história indígena de um modo geral, gerando significativos resultados. Contudo, além de ser um processo relativamente lento e precoce, a problematização temática segundo essa perspectiva ainda não possui uma grande quantidade de trabalhos – mesmo que haja certo esforço.

A construção da fonte no tocante de quem a construiu revela o valor por trás das representações das práticas dos indígenas. Seja no campo das relações de mediação cultural, seja no ponto de vista da tradução cultural, passando pelos planos teóricos metodológicos da história cultural – como o de representação, por exemplo –, os filtros metodológicos para discutir as relações de contato entre indígenas e europeus são importantes mecanismos para o historiador que estuda esse período – e outros também, ainda que trabalhe com outros imensuráveis contextos – que tem como protagonistas um confuso gênero humano. Os trabalhos como de Cristina Pompa sobre tradução cultural e o de Paula Monteiro sobre mediação cultural é um mister teórico e metodológico dentro desse leque de possibilidades da leitura do outro no viés religioso, problematizando desde pequenos detalhes que pertencem ao cotidiano produzido durante as fontes (não em seus mínimos detalhes, mas como articular a conjuntura espacial/temporal mais estes aportes teóricos-metodológicos com o documento em questão) até perceber o quão importante é entender a questão do imaginário cosmológico de ambas as partes – como, em parte, propõe Viveiros de Castro.

Em suma, a exigência de mais trabalhos no campo é uma constante para qualquer tema historiográfico. No que diz respeito a essa nova história indígena (seja ela no campo Colonial,

imperial e contemporâneo), ainda temos muito que avançar, principalmente na formação dos profissionais; é interessante formar profissionais que possuam uma bagagem teórica que percorra entre a história e a antropologia, permitindo um diálogo interdisciplinar mais próximo e um desenvolvimento historiográfico mais rico. Estreitar o diálogo entre as duas áreas humanas e dialogar com outras (como a sociologia e a Filosofia, por exemplo) deve ser uma constante neste debate.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina celestino de. **Identidades Étnicas e culturais. Novas perspectivas para a história indígena.** In: ABREU, Marta & SOIHET, Rachel (Org.). *Ensino de história; conceitos, temáticas e metodologia.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

_____. **Os índios na História do Brasil.** Rio de Janeiro, FGV, 2010.

BELLUZZO, Ana Maria Moraes de. **O Brasil dos Viajantes.** Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações culturais.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

GRUZINSKI, Serge. **A Colonização do Imaginário.** São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

_____. **O Historiador, o macaco e a centauro: a ‘História Cultural’ no novo Milênio.** In: Revista Estudos Avançados. 17(49) São Paulo, 2003, p. 321 - 342

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil,** São Paulo, Editora Brasiliense, 2002.

MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores.** Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese de Livre Docência. Unicamp, 2001

MONTEIRO, Paula (Org). **Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural.** São Paulo: Globo, 2006.

POMPA, Cristina **.Religião como Tradução.** Missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial. Bauru, Edusc, 2003.

SILVA, Aracy Lopez da. **Mitos e cosmologias indígenas no Brasil: Breve introdução.** In: GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi (org). **Índios no Brasil.** São Paulo, Globo, 2005.

SOUZA, Laura de Melo e. **O conjunto da América diabólica.** São Paulo, Companhia das Letras, 1993

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da Alma Selvagem.** São Paulo: Cosac&Naify, 2002.

PARTIDOS POLÍTICOS E ATUAÇÃO PARLAMENTAR NA PARAÍBA NA DITADURA MILITAR (1968)

*Dmitri da Silva Bichara Sobreira**

O golpe civil militar no Brasil inicia-se com a deposição do presidente da república, João Goulart, em 1964. Vários aspectos são abordados pela historiografia sobre golpe que apontam motivos para os militares tomarem tal atitude. Carlos Fico (2005), ao analisar a historiografia do período, relata que vários mitos e estereótipos vão sendo quebrados na história recente do Brasil, na medida em que há um distanciamento do golpe¹. O presente trabalho busca a interseção entre o conceito de cultura política e a nova fase da história política para fazer uma nova análise dos acontecimentos de 1964 a 1968 na Paraíba.

Este trabalho é fruto de pesquisa desenvolvida no projeto *Golpe civil-militar e implantação da ditadura militar na Paraíba: Adesão, repressão e resistência (1964-1968)*, onde seu objetivo é a partir de pesquisa desenvolvida nos principais jornais da época perceber novos aspectos de um período tão conturbado da história do país. Os três planos de trabalho desta projeto são a imprensa, a sociedade civil e, o deste trabalho especificamente, os partidos políticos.

As instituições partidárias no Brasil, no período que os militares permaneceram no poder, tiveram um aspecto muito abrangente. Elas tanto acabaram dando margem à tomada de poder dos militares e os sustentaram no poder, como tiveram importante papel na tomada de consciência da sociedade das barbaridades cometidas pelos militares. O papel da oposição política, apesar de bastante sufocado pelo aparato repressivo do Estado, ajudou na redemocratização do Brasil. A atuação de grupos como os Autênticos do MDB, por exemplo, é bastante reconhecida pela historiografia da ditadura².

* Estudante de graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba.

¹ Carlos Fico em seu livro *Além do Golpe* relata a classificação simplista dos militares em “duros” e “moderados”; a ideia de que só após 1968 houveram torturas e assassinatos políticos no Brasil; o mito da vitimação de Jango, o presidente reformista; a suposição de que os oficiais do alto escalão do exército não tinham responsabilidades pelas torturas e assassinatos políticos; a ideia de que a repressão era homogênea e articulada. Assim, inicia-se uma nova fase de pesquisa e produção histórica sobre o período.

² Para saber da atuação de Humberto Lucena, influente emedebista na Paraíba, ver livro *Autênticos do MDB* de Ana Beatriz Nader, Paz e Terra, 1998.

A Paraíba tinha sua configuração político-partidária bem específica, apesar dessa estar inserida em um contexto nacional. Este texto é resultado da ultima parte do projeto que vai analisar o ano de 1968. Portanto, após reconhecer a configuração partidária do golpe e a instituição do sistema bipartidário, os problemas do ano que culminou com o Ato Institucional nº5 é o principal foco de concentração deste trabalho.

Trabalhando história e cultura política

Para conseguir perceber atores políticos como parlamentares, integrantes de partidos políticos, na Paraíba, na época da ditadura militar, é necessário fazer toda uma recapitulação sobre a história política e suas mudanças de perspectivas ao longo do século XX.

Desde as monarquias europeias, como explica René Rémond (1988), a História se concentrava na curta duração, onde os eventos políticos eram analisados em meio de uma história nitidamente narrativa e descritiva. A história visava os indivíduos ligados ao Estado, como reis, presidentes ou grandes homens do exército que influenciaram as grandes batalhas ou tomadas das importantes decisões para uma nação. “Factual, subjetivista, psicologizante, idealista, a história política reunia assim todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência.” (Rémond, 1988, p. 18). Havia a necessidade de deixar de lado a história dos grandes feitos, das personalidades destacáveis, e dar força àqueles que queriam ascender à história dos povos e das sociedades.

Assim, em meados do século XX, uma nova corrente historiográfica toma força na Europa. A Escola dos *Annales* procura dar voz a atores históricos antes ignorados. O advento da democracia política junto ao crescimento de movimentos oriundos das camadas mais baixas da sociedade, como o movimento operário-sindical, respaldava a corrente historiográfica. Os *Annales* surgem baseados nas ciências sociais, em especial Durkheim e Weber, com certa influência do marxismo, onde houve um desprezo do político. Os problemas políticos seriam problemas sociais ou econômicos mal colocados dentro da história.

Francisco Falcon (1997) fala da influência do marxismo para a formulação desta ideia de que o político estava ultrapassado para a história. Essa influência vinha desde o século XIX, quando suas bases teóricas foram bem utilizadas para uma oposição àquela visão positivista da história, onde: “Uma noção de político/política desvinculada da totalidade do processo histórico e presa fácil da ideologia; o caráter voluntarista de uma história baseada em

ideias e ações de alguns poucos agentes históricos individuais; um discurso histórico-narrativo, cronológico e linear construído em função de uma epistemologia empírica.” (Falcon, 1997, p. 71). Mesmo essas teorias marxistas ficando de fora dos principais centros de produção até a década de 1940, ela volta com bastante força neste declínio do político na história, principalmente na União Soviética e na França. Falcon (1997:72), vai além nesta análise da influência do marxismo no declínio da história política:

Inicialmente pelo menos, o marxismo produziu dois efeitos antagônicos: recolocou no primeiro plano da escrita da história o poder, o político e a política; mas aprofundou a atitude, entre os historiadores marxistas, de franca rejeição da história política tradicional com seus chamados fatos, seus conhecidos atores, enfim, sua alienação. É também não menos verdadeira a constatação de que a vertente do marxismo estruturalista (sic) contribuiu, e muito, para reforçar o descrédito daquela história, na medida em que interpretou a política como efeito derivado das estruturas.

Assim, durante todas as gerações da *Nouvelle Histoire* manteve-se esta aversão ao político. Este se caracterizou como um elemento retrógrado e secundarista para o estudo da história.

A volta do político se caracteriza como na sua queda, na influência do tempo histórico em que vive os historiadores. Para o estudo da história, não haveria mais como deixar de lado o político, ele estaria quebrando barreiras e criando autonomia em relação aos demais elementos (sociedade e economia). A política e as relações de poder passariam a ser não somente privilégio das instituições oficiais, elas passariam a englobar os sindicatos, as associações, a igreja, ou qualquer outra instituição onde houvesse relações de poder. Deixou de ser centrada em um só indivíduo e passou a estar em toda a sociedade.

Com o crescimento das redes de comunicação, principalmente o jornalismo, e sua proximidade com a Ciência Política, vários acontecimentos acabaram entrando no campo da política. Com isso, houve uma maior participação da sociedade nos problemas que antes eram apenas do Estado. Criou-se assim a concepção de que tudo estava ligado ao político, e este seria responsável por tudo. Qualquer problema que ocorresse de mais grave dentro de uma sociedade (crises econômicas, conflitos de interesse) tudo se resolveria com a mudança do regime vigente. Isso foi o que, aos poucos, ocorreu com o Brasil na década de 1960. Com o conflito de interesses entre a política reformista de Jango e o conservadorismo dos grandes empresários ligados ao capital estrangeiro e proprietários de terras, se fez necessário uma intervenção dos militares para que toda a estrutura social se mantivesse vigente.

O segundo conceito utilizado neste trabalho é o de cultura política. Para Rodrigo Patto Sá Motta (2009) a cultura, para a história, nos dias atuais, tem influência semelhante à da economia, por exemplo, no século XX. Então para se entender o contexto particular do golpe e dos anos subsequentes na Paraíba, é necessário compreender a cultura política do Estado à época.

Para Motta, desde o século XX, há a ideia de que várias culturas políticas existem dentro da sociedade. Há então uma hierarquização da cultura política. Academicamente, esse conceito só foi ser utilizado a partir dos anos 1950-60 nos Estados Unidos. O autor faz uma descrição do estudo da democracia desenvolvido por Gabriel Almond e Sidney Verba, onde havia uma grande influência da psicologia e da antropologia. Assim haveria uma: Cultura Política Paroquial: aquela que se encontra em pequenas comunidades; Cultura Política de Sujeição: as ditatoriais; e uma Cultura Política Participativa: aquela que era superior (ex.: EUA e Europa).

Para o autor, havia uma grande complexidade nesses tipos de cultura política proposto por Almond e Verba, então surgiu o termo “*Sub-cultura política*”. Esse termo era utilizado para enquadrar os casos em que não cabiam nessa divisão. Porém, esse conceito acaba caindo em um etnocentrismo.

Ao longo do século XX os historiadores começaram a se apropriar dessa construção teórica dos cientistas sociais, porém poucos foram os casos de historiadores que se apropriaram desse conceito. Principalmente porque nessa época estava em voga a *Escolla dos Annales*. Este conceito só passou a ser realmente utilizado a partir do retorno da história política. Correntes francesas foram as que se destacaram nessa apropriação. Na década de 1990, os historiadores franceses Serge Berstein e Jean-Fançois Sirinelli lançam algumas reflexões acerca de cultura política. Assim como o aqui já trabalhado René Remond, esses historiadores também participaram da coletânea *Por uma história Política*. Segundo Motta, Remond “prenuncia que cultura política, conceito novo, tendia a ocupar lugar de destaque em futuros trabalhos, e apresenta uma definição da categoria mais próxima de modelos tradicionais, associando-a configuração nacional” (Motta, 2009:19).

O grupo francês seguiu a linha de Remond. Utilizou-se a conceito de cultura da antropologia, que a partir daí formaram um novo conceito de cultura onde se rejeitava o etnocentrismo e o nacionalismo no sentido de generalização. Os historiadores franceses dão ênfase nas diferenças existentes em um espaço nacional. Segundo Motta: “Ao invés de

procurar por uma cultura política específica em cada povo [...] os trabalhos inspirados em Berstein e Sirinelli buscam identificar as diferentes culturas políticas que integram e disputam um mesmo espaço nacional.” (Motta, 2009: 20). Não existe para esses autores uma singularidade, eles procuram fazer um investimento na pluralidade de culturas. Assim, para Motta (2009:21) define-se cultura política como:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.

Contextualizando o golpe e o bipartidarismo

No primeiro ano do trabalho, o foco principal foi o estudo do golpe. Paulo Giovani Antonino Nunes (2010) faz um resumo geral da situação partidária do período do pré-64, no Brasil e na Paraíba. A crise partidária era evidente, segundo ele, os partidos políticos da época não conseguiam uma representatividade coesa, o aumento dos votos de “protestos” e as coligações esdrúxulas entre partidos de ideologias diferentes resultavam num imbróglio partidário em todo o país. O PSD enfrentava uma crise interna, a “Ala Moça” apoiava as reformas de base, indo de encontro aos setores mais conservadores do partido. Assim como o PSD, a UDN, partido historicamente conservador, tinha sua parcela de membros reformistas. Já o PTB estava dividido em dois grupos: o “Compacto” que mantinha uma linha independente ao trabalhismo de Goulart e o “Fisiológico” que apoiava em todas as ordens o presidente da república. O congresso estava dividido em duas frentes: A Frente Parlamentar Nacionalista, formada pela maioria dos deputados do PTB e PSB, juntamente com setores “nacionalistas” do PSD, UDN e PSP e a Ação Democrática Parlamentar, com membros do PSD, UDN e PDC e alguns poucos parlamentares do PTB.

Visto isso, o que se percebia nas páginas políticas dos jornais, era que as principais lideranças políticas da época, e não só as que estavam diretamente ligadas aos partidos conservadores, temiam as propostas de reforma agrária no Brasil. A atuação das Ligas Camponesas provocava pavor nos políticos que tinham ligações com os grandes proprietários de rurais. A “Chacina de Marí” foi um episódio importante que representa como estavam as coisas entre os parlamentares e as Ligas. Em coluna publicada no jornal *O Norte* (PONTES, O Norte 04 de fevereiro 1964), o colunista descreve o que acontecia em Marí:

As notícias chegadas de Sapé e Marí, região conflagrada que se considera o pavier de pólvora dos comunistas da Paraíba, informam que tudo vai correndo bem com a presença do Cel. Luiz de Barros comandando mais de 100 homens, com a missão de cumprir a ordem a qualquer preço. Afirmam que o secretário da Justiça, Bel. Sylvio Porto está decidido com a austeridade natural de cargo, a manter a ordem sem atrito e sem emprego de força.

As Ligas Camponesas não representavam um medo apenas na questão das terras. Elas eram importante meio de difusão de ideais comunistas no estado. O anticomunismo era um movimento que pairava a sociedade brasileira da época. O medo de que um golpe instalando uma ditadura comunista no Brasil nos moldes da que ocorrera em Cuba era fácil de perceber.

Com o golpe, vários políticos acabaram sendo pegos de surpresa, como o governador Pedro Gondim. Quando ele se deu conta, boa parte do seu secretariado já havia aderido ao movimento militar e para ele só restou a adesão para não ser cassado. Apenas o PTB de Jango tomou posição de solidariedade ao presidente deposto. Em telegrama (SOUTO, O Norte, 03 de março de 1964) encaminhado ao líder paraibano do partido, Argemiro de Figueiredo:

Os deputados trabalhistas da Assembleia Legislativa (...) fizeram uma reunião no Palácio das Secretarias, ontem pela manhã. Depois de muitos debates, deliberaram telegrafar ao senador Argemiro Figueiredo, que deverá assumir a presidência do partido no país, hipoteticando-lhe irrestrita solidariedade. Pedem, no telegrama, que transmita ao “presidente” João Goulart nosso pensamento na lealdade partidária. O redator da mensagem foi o próprio líder da bancada, deputado Ronaldo Cunha Lima.

A política de cassações pegou deputados ligados às Ligas ou ao extinto Partido Comunista, como Agassis de Almeida, Langstein de Almeida, Figueiredo Agra e Assis Lemos, juntamente com políticos de outras instâncias, como a Câmara Municipal. Após a “limpeza” houve uma tentativa de reorganização do cenário político nacional. Porém o embate dentro dos partidos políticos continuava sendo um problema.

Foi então que no ano de 1966 foram abolidas todas as legendas partidárias e instituído dois partidos, a Aliança Nacional Renovadora (ARENA), alinhada aos militares, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição. Para José Octávio de Arruda Mello (2010), o PSD foi o embrião do partido da oposição no Estado. Devido à primária indecisão do alinhamento partidário do presidente regional do PSD, o senador Ruy Carneiro, coube ao dep. Federal Humberto Lucena a organização institucional do partido na Paraíba. Contando com o apoio de alguns aliados políticos, o deputado arcou com a organização

financeira do partido e os primeiros comitês no interior do Estado, onde teve problemas em algumas cidades, pois não havia interessados em se vincular com o partido da oposição.

A grande maioria dos políticos na Paraíba acabou se alinhando à ARENA, visto seus interesses ou medo de ter seus direitos políticos cassados. Sendo assim, o partido da situação tomou para si mais da metade do colegiado de todos os antigos partidos. O que acabou dificultando a atuação da oposição no estado.

1968: das eleições municipais ao AI-5

O ano de 1968 começa com as especulações para as eleições para prefeito e vereador. Com o fim das eleições para presidente, governador e prefeito das capitais e das cidades consideradas zonas de segurança nacional, restavam aos políticos pleito dos demais municípios. O que ainda assim acabou criando problemas dentro dos partidos.

A ARENA na Paraíba está dividida pelos caciques políticos dos antigos partidos. O partido do governo, que buscava o comando do maior número de cidades no Estado, teve problemas no sentido que grupos rivais de uma mesma cidade estavam no mesmo partido. A criação de sublegendas dentro do partido ajudava ao mesmo partido lançar mais de um candidato em cada cidade. O que ajudaria principalmente a diminuir as crises dentro do partido governamental. Para deputado emedebista Sebastião Calixto, isso prejudicaria a precária situação dos partidos no Brasil: “O deputado Sebastião Calisto declarou-se sistematicamente contrário às sublegendas explicando que a criação desses, ou seu reaparecimento, só viria acarretar transtornos aos dois minguados partidos existentes no Brasil” (DEPUTADO... Correio da Paraíba, 14 de março de 1968).

Segundo Grinberg (2009), a permissão para a criação de sublegendas, privilegiou a ARENA, as sublegendas ARENA 1, ARENA 2... Agradou aos grupos políticos que antes disputavam as eleições nos municípios em partidos como PSD e UDN. Isso fez com que o partido do governo tivesse o controle sobre a grande maioria das cidades do interior do Estado, sem o choque de grupos rivais.

Porém, um impasse ainda maior para os partidos é Campina Grande. A cidade, que à época da extinção das eleições, não foi tida pelos militares como zona de segurança nacional, é disputada por grandes expoentes da política local. O medo maior era de que, caso a cidade fosse tida como zona de segurança nacional, fosse designado um interventor. O que deixaria emedebistas e arenistas sem o comando de umas das cidades mais importantes do Estado

(João Pessoa era a única cidade que foi considerada zona de segurança nacional). Os políticos paraibanos dependiam da decisão do congresso e do executivo, segundo político local (ELEIÇÕES... Correio da Paraíba, 07 de fevereiro de 1968).

Somente aos congressistas cabe a responsabilidade desse pronunciamento, quando opinará produtivamente através de seu voto – continuou – não podemos ocultar todavia que a extraordinária cidade serrana passa por uma fase emocional face à decisão que independe a manifestação do seu civismo...

Porém, segundo colunista do Correio da Paraíba, J. Soares Madruga (MADRUGA, Correio da Paraíba, 08 de fevereiro de 1968), a não participação de João Pessoa e Campina Grande dará vantagem para a ARENA no pleito:

Mas, os que acreditam na liberdade pretendida, calculam que a Arena daria um bom banho de cuia no MDB, saindo das eleições municipais desse ano com um bom saldo, seja pela importância das prefeituras que conquistará, seja pelo número de vitórias no total dos municípios em que haverá pleito em 1968. Isso porque Campina Grande está praticamente fora da disputa eleitoral, como está João Pessoa, os dois grandes centros de indiscutíveis tendências oposicionistas.

O que se pode tirar de conclusão a priori, vista a declaração é que a população das grandes cidades teria uma consciência política maior que as cidades menores, reflexo da antiga política dos coronéis e práticas como o clientelismo. O que não pode ser confirmada sem uma análise eleitoral mais profunda, procurando entender o contexto político eleitoral que vivia cada cidade do interior paraibano. O que mesmo assim, seria um grande preconceito contra o eleitorado dos menores domicílios eleitorais.

Outros pontos importantes do contexto político nacional de 1968 são elencados por Maria Helena Moreira Alves (1984). O movimento sindical ou a criação da Frente Ampla são exemplo deles. Mas o que acabou refletindo em maior proporção no noticiário político, foram as passeatas estudantis. A morte do estudante Edson Luiz no estado do Rio de Janeiro por policiais da Polícia Militar repercutiu aqui na Paraíba. Várias foram as passeatas estudantis contra a atitude da PM e contra o governo militar. Várias dessas passeatas acabaram com estudantes presos. O partido de oposição foi favorável às manifestações estudantis. O partido lançou nota (MDB CONTRA... Correio da Paraíba, 06 de abril de 1968) solidária aos estudantes:

Tão logo chegou ao conhecimento da direção dessa agremiação partidária, o fato de que a polícia estadual havia dissolvido a bala concentrações estudantis que se realizavam no centro dessa cidade, além de ter efetivado prisões de estudantes e praticado outros atos de violência, deliberou

manifestar sua solidariedade aos estudantes paraibanos e ao mesmo tempo, condenar com veemência a atitude brutal, violenta e antidemocrática da polícia local, abatendo com tiros estudantes em plena via pública.

Assinaram tal nota os deputados: Mário Silveira, Ronaldo Cunha Lima, Sebastião Calixto, Antônio Gadelha, Orlando Cavalcanti, Azulil Assis, José Fernandes de Lima, José Maranhão, José Gayoso, Aloysio Pereira, entre outros.

Porém, há de se relatar que esse apoio, aparentemente não passava de notas de repúdio ou utilização da influência política para livrar um ou outro estudante preso. O MDB aqui na Paraíba, pelo que se relatou nos jornais até 1968 foi um partido de grito, incapacitado à ação.

O que se pode perceber é que na véspera do Ato Institucional número cinco ainda havia os mesmos vícios políticos que vigoravam no estado no período pré-golpe de 1964. O Estado da Paraíba refletia ao seu modo ou ritmo os acontecimentos do país. Tudo isso prova que a Paraíba era um estado que buscava lutar, dentro de seus limites político-culturais contra a repressão de um governo autoritário que estava prestes a fechar ainda mais o regime.

Na Paraíba a política eleitoreira comandava o posicionamento dos parlamentares e dos partidos políticos, apesar de alguns raros casos. Ganhar eleição, comandar o maior número de cidades, ou manter a ordem oligárquica, era o maior objetivo político no Estado. As mesmas oligarquias do início do século XX estavam ainda em atividade, comandando os currais eleitorais, as cidades do interior do estado. O domínio dos grandes latifundiários ainda era forte e a manipulação era visível, visto a falta de saúde e educação para o pequeno trabalhador rural, por exemplo.

A dependência da imensa parte do campesinato a esses grupos fazia com que se mantivesse essa ordem política. Grupos como as Ligas Camponesas, que trazia um forte sentimento de mudança do sistema teve sua ideologia retirada à bala.

Quem vive de ideologia não tem força na Paraíba.

Referências

Hemerográficas:

PONTES, Antônio Barroso. Pelo Nordeste: A ordem está cumprida. **O Norte**. João Pessoa, 04 fev 1964

SOUTO, José. Ronda Política: Telegrama. **O Norte**. João Pessoa, 03 mar 1964.

Deputado do MDB contrário às sublegendas. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 14 mar 1968, p. 8.

Eleições para prefeito de campina depende do Congresso, diz Plínio. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 07 fev 1968, p. 5.

MADRUGA, José Soares. Diário de Política: Injeção na ARENA. **Correio da Paraíba**. 08 fev 1968, p. 3.

MDB contra a violência e solidário com estudantes. **Correio da Paraíba**. 06 abr 1968, p. 03.

Bibliográficas:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol 24, N. 47, 2004, p. 29-60.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Nacional Renovadora (ARENA)**. Rio de Janeiro, Mauad, 2009, p. 93-123.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Da Resistência ao Poder: o (P)MDB na Paraíba (1965/1999)**. Campina Grande: UEPB, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**, Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-37

NUNES, Paulo Giovani Antonino. A quebra da ordem institucional e a ditadura militar no Brasil. In: ARAÚJO, E.M.N.; NÓBREGA, E. M. M.; SANTO NETO, M. G.; BARBOSA, V; L.. (Org.). **Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico**. 1 ed. Campina Grande: Editora da UFCG, 2010, v. 1, p. 278-294

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996a, p. 13-36.

O DISCURSO POLÍTICO DA TÉCNICA DA AÇUDAGEM COMO RESOLUÇÃO DAS SECAS NO NORDESTE

*Everaldo de Oliveira Silva**

*Eloyza Tolentino Soares***

RESUMO

O presente trabalho se debruça na tentativa de compreender o discurso propagado pelos políticos e intelectuais acerca da técnica da açudagem (construção de grandes reservatórios d'água) como panaceia da resolução das secas nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Partimos da observância e da pluralidade de significados atribuídos a riqueza por trás da história do sertanejo, imbuí-se a possibilidade da pesquisa deste lugar, que, castigado pelas secas, foi palco de diversas tramas político-culturais. Propõe-se estudar os meios desenvolvidos para conter os efeitos confluentes das secas, privilegiando-se a açudagem e o discurso político de sua utilização que se fazia presente em torno de tais obras. Essas estruturas - grandes depositários d'água - são importantes para o sertanejo em dimensão para além da economia, mas também um novo espaço de identidade. Além disso, os projetos de construção de açudes proporcionaram instrumentos de barganha política, como eleição de figuras ligadas aos açudes e garantia de recursos do governo para as regiões beneficiadas. Compreender a técnica da açudagem e a trama política envolvida em sua construção se faz necessário à pluralidade de interesses, narrativas, personagens e impasses à construção dessas obras.

Palavras Chave: Secas. Discurso Político. Açudagem.

1. INTRODUÇÃO

O contato com o vasto acervo da Fundação Vingt-Un Rosado (FVR)¹ nos possibilitou um enorme leque de fontes de pesquisa. Em meio a dezenas de livros, cartas e outros documentos, várias inquietações foram despertadas. Havia algo, porém, que chamava atenção: a coleção de títulos sobre secas, a maior do Brasil, porém, como foi dito, tanto a bibliografia sobre as secas quanto as possibilidades de pesquisa são vastas. Dessa nos reportemos especificamente sobre um tema pouco explorado, mas, de grande valia, a açudagem, objeto das nossas reflexões neste texto. Por que estudar a açudagem? E qual sua relação entre políticos, sertanejos e intelectuais? É preciso pensar que, durante muito tempo,

* Aluno de graduação em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN/Bolsista PROEXT/UERN/MEC

** Aluna de graduação em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN/Bolsista PROEXT/UERN/MEC

¹ Nesta casa de memória estamos efetivando um projeto de extensão que tem como objetivos a organização do acervo bibliográfico, bem como sua divulgação para todo o Nordeste e mesmo o Brasil, por meio do incentivo a formação de bibliotecas, onde para tanto, doaremos kits para bibliotecas municipais e Universidades nordestinas e de outras regiões do país. E foi a partir deste projeto de extensão que demos início a esta pesquisa.

desde o império, se pensava em uma maneira de resolver ou diminuir os efeitos causados pelas secas, problema que desde mesmo o império até a república, tornava difícil a vida dos administrados públicos, tanto em esfera municipal, como na esfera estadual e federal, e muito mais, dos nordestinos que ali viviam e ainda vivem.

Este trabalho volta-se à discussão das secas procurando problematizar e historicizar as perspectivas da açudagem e sua utilização como programa de governo, utilizada como forma mais imponente de resolução dos problemas sociais e econômicos no Nordeste brasileiro, entendendo que, essa técnica proporcionou a formação de imagens de autoridades e garantiu barganhas a esses políticos da região, assim como foi objeto de discurso de intelectuais, seguindo um pensamento positivista de progresso da nação. Não é fácil de responder tais inquietações, pois, é ampla a discussão do pensar e repensar as políticas propagadas no Nordeste com suas reais intenções.

A política da açudagem viabilizou barganhas políticas, sobre tudo em campanhas eleitorais, construindo no imaginário popular imagens de homens que lutavam pela solução de problemas de seus conterrâneos. Políticos que se apoderaram de pensamentos de intelectuais acerca das causas e soluções para a resolução das secas, cujos argumentos, muitas vezes, eram associados ao de técnicos do Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS² - que eram deslocados para estudar a região e que viabilizavam a açudagem como forma mais significativa de solucionar o problema dos flagelados, reforçando dessa maneira o discurso do qual se apropriavam essas autoridades.

2. A PANACEIA DAS SECAS

Aziz Nacib Ab'Saber caracteriza o Nordeste seco pelas seguintes características de região semiárida:

Os atributos que dão similitude às regiões semi-áridas são sempre de origem climática, hídrica e fitogeográfica: baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo das precipitações ao longo dos anos; prolongados períodos de carência hídrica; solos problemáticos tanto do

² O DNOCS era um órgão do governo federal, que tinha como pretensão socorrer o povo do Nordeste por meio de obras que asseguram-se emprego aquele povo durante os períodos de grandes secas, bem como tinha a função de estudar a região em busca de soluções para aqueles problemas oriundos das secas, era responsável também pela construção dos açudes públicos que ali eram construídos, sendo também responsável muitas vezes por sua administração, bem como servia a construção outras obras que amenizavam os efeitos das secas nessa região, ele veio em substituição ao IFOCS, órgão que até então tinha as mesmas funções, porém, foi substituído por esse novo órgão.

ponto de vista físico quanto do geoquímico (solos parcialmente salinos, solos carbonáticos) e ausência de rios perenes, sobretudo no que se refere às drenagens autóctones. (Ab'Saber, 1999:7)

Por essas características que impedem um desenvolvimento regular do Nordeste, diferente de outras regiões do país, que se desenvolvem por consistirem de características climáticas diferentes, essas que lhes propiciam diversas práticas de caráter agrícola, de garantias de estadia no ambiente de origem por contingentes humanos, que encontram atividades a ser realizadas garantindo sua subsistência e diversas práticas econômicas, por exemplo, foi assim que se atribuiu ao açude diversas finalidades, dentre as quais, tinha como função primordial a defesa do Nordeste frente aos efeitos das secas por meio da irrigação, sendo essa prática seguida da produção de energia elétrica, criação de peixes, garantia da estadia do sertanejo no interior, em especial no seu lugar de origem.

A seca que assolara a região há muito tempo, desde mesmo o império já era vista como dificuldade para o desenvolvimento da região, essa que está inclusa no espaço compreendido como Polígono das secas³, esse que por sua vez influência no clima do Nordeste causando migrações, falta de produtividade econômica e agrícola pela irregularidade das chuvas, fenômeno oriundo da influência climática existente nesse espaço, o que invalida garantias de chuvas regulares, atingindo diretamente a garantia de água para períodos que superassem mais de um ano e meio de estiagem, e por fim morte. Sendo assim, se pensou em por em prática uma técnica que surtisse efeitos positivos, e que, fosse do agrado de todos os interessados sejam eles políticos ou mesmo o próprio povo nordestino que era o que mais sofria com as secas.

O açude não tinha apenas a função de acastelar água para períodos de secas, mas, cabia-lhe conter as águas de rios que em períodos de grandes invernos, esses que se davam em períodos distintos, provocando diversos transtornos ao sertanejo por meio de suas enchentes. Já como curador dos males oriundos das secas estava sendo requisitado pelo fato de acumular água que poderia ser utilizada nos períodos de secas, e dependendo do seu tamanho poderia resistir por dois anos ou até mais aos efeitos dessas auxiliando os nordestinos na resistência desses períodos escassos. Engenheiros ao se depararem com a região e constatar que de forma

³ Esta área é considerada como polígono das secas, por ser afetada diretamente pelos efeitos das secas e compreender as regiões dos [Estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Ceará, Paraíba](#) e [Rio Grande do Norte](#), sendo estes três últimos estados, os mais afetados por esse problema da falta de chuvas regulares e do tempo ocioso sem precipitações.

mais acentuada o mal da região era a falta da água propriamente dita, proporcionada até pela má distribuição das chuvas, não hesitaram em confirmar a açudagem como artifício solucionador do calvário do nordestino, um exemplo é o do eng.º Vinícius Bêredo, que no ano de 1950 afirmava:

O açude nas condições especiais de clima do Nordeste e na plenitude de suas funções intrínsecas, é aguado, para alimentação do homem e dos rebanhos; é campo de pesca; é centro de produção agrícola, nas vazantes; é reservatório de acumulação de água para irrigação sistemática; é obra de regularização de regime, de defesa contra as cheias; é fonte potencial de energia. (ROSADO; ROSADO, 1986: 54)

Os políticos foram os mais vibrantes defensores da prática da açudagem, recorrendo a ela para afirmar que o nordeste tinha possibilidades econômicas, cabendo apenas ao governo federal que, se predispusesse em fornecer recursos para a construção dessas engenharias em prol do povo nordestino, os intelectuais também foram muito importantes, pois, foram eles que ajudaram a arregimentar esse discurso pronunciado por esses políticos. Eloy de Souza intelectual e também engajado na política, representante do Estado do Rio Grande do Norte, fala dos gastos que o referido Estado sofrera com as secas no período entre os anos de 1950 a 1951:

A seca ainda reinante expatriou muitos milhares de conterrâneos. Dizimou nossos rebanhos numa proporção alarmante. Matou lavouras. Impediu a cultura da terra e a produção de gêneros de primeira necessidade, o que nos obrigou a pagar aos Estados do Sul cento e trinta e dois milhões de cruzeiros pelos alimentos básicos da nossa alimentação regional; farinha de mandioca, arroz, feijão e charque. Essa quantia fabulosa, drenada para outros Estados em 1950 e 1951, já se elevou a uma percentagem não pequena, tão só com a entrada de mais de mil sacas de farinha de mandioca em janeiro último. (SOUZA, 1983: 22)

Ele ainda afirma que “Para mim irrigar é povoar, enriquecer, ser feliz. Não somente isso senhores” (SOUZA, 1983: 22). O açude era entendido como sendo até então a melhor solução já se pensada a cerca da resolução dos problemas enfrentados pelo Nordeste e que fizeram e fazem do sertanejo a maior vítima. No tocante ao que confere dor e penúria ao povo, era que se fazia fortalecer um discurso de pedido de socorro, como fala Foucault:

era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se

passar, mas contribuía para a sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim com o destino. (FOUCAULT, 2011:15)

Essa apoderação do açude como forma de conter tais problemas foi fundamental para a consolidação dessa técnica como elemento propiciador de vantagens políticas e sendo elemento do discurso político, tendo como elemento base o sofrimento dos sertanejos nos períodos de secas.

Elabora-se para tanto uma imagem de uma região castigada pelas secas, impedida de produzir meios que lhe garanta crescimento econômico, bem como impossibilite a promoção de empregos a seu povo, se não os que são garantidos no interior por meio das fazendas, esses que são comprometidos quando a seca se estabelece por um longo período, afetando diretamente os trabalhos no campo. Essa imagem pode ser reforçada e justificada pelas fugas empreendidas pelos sertanejos durante esses períodos ociosos, onde “nenhuma” gota de água, ou mesmo, poucas chuvas que não servem para garantir a criação de nenhuma gramínea ou outro tipo qualquer de pasto ou produção agrícola, força o homem do interior a se aventurar na urbe em busca da garantia da sua vida.

Mas, não seria esse um discurso recíproco remetido pelas autoridades com o intuito de comover as autoridades superiores do país? Era exatamente essa realidade utilizada como elemento que fomentava a necessidade de ajuda para o Nordeste, a população agonizava na espera de uma solução, essa que havia sido encontrada e que, restava não mais apenas a atuação do governo estadual nessa luta, porém, era essencial o engajamento do governo federal auxiliando nessa empreitada com recursos que favorecesse a por em prática a técnica da açudagem como sendo a solução que viria a conter os efeitos oriundos das secas consecutivas no Nordeste.

Felipe Guerra também ressalta a situação na cidade de Mossoró, quando a seca se estendia e a cidade também era alvo da população que fugia da agonia que a seca origina:

Sua população talvez duplicada pelas vítimas das secas, que se declarou, e que dos sertões chegavam à procura de trabalhos, de recursos quaisquer, pois não seria possível morrer de inanição, sem luta, sem esperanças. (GUERRA, 1985: 7)

Foi-se até posta em prática a emigração para fora do Estado, em especial para a Amazônia e para o Sudeste, como forma de amenizar a situação daqueles flagelados, muitas

vezes também na tentativa de evitar mais transtornos às autoridades, pagavam as passagens para que os sertanejos voltassem para casa ou mesmo para outras regiões do país, para assim não se agruparem com outros mais revoltados e consignarem uma revolta de dimensões ainda maiores que as que já se sucediam e fora presenciado em outros anos de secas incidentes.

3. OS INTELLECTUAIS ENGAJADOS NA DEFESA DO AÇUDE

A solução para os problemas acarretados pelas secas foi uma das aspirações remetidas aos intelectuais nordestinos, eles que tinham em mente, partindo da observação de outros lugares do mundo que também sofriam com os mesmos problemas das secas, e, a partir também da sua própria observação e da de sertanejos que sempre ressaltavam que o problema era a falta de água e que, o problema seria resolvido com a garantia da água para esse lugar, bem como imbuídos de um sentimento nacionalista de desenvolvimento do país, chegou-se a constatação de que a construção de reservatórios, ou melhor, grandes reservatórios d'água é que seria possível para resolver esse problema.

Segundo a professora Ivone Cordeiro Barbosa o país após a proclamação da República estava imbuído de um espírito nacionalista voltado para o desenvolvimento da nação e, os intelectuais tinham uma participação fundamental no que concerne a conhecimentos específicos de cada lugar, favorecendo assim a um efetivo desenvolvimento homogêneo do país:

Intencionalmente, indiferencio discursos para enfatizar o quanto o imaginário criadora e o discurso técnico-científico fruto da observação empírica e, portanto, “racional”, descrevem e manifestam sentimentos de exaltação e surpresa diante da paisagem sertaneja. Se me reporto a estes diferentes discursos para falar do processo de produção do espaço sertanejo é para lembrar com Süsskind que a inclusão do sertão no espaço nacional exigiu um esforço de construção laboriosa para criar uma unidade para uma realidade que se apresentava fraturada em profundas divisões e diferenças sociais, econômicas e políticas entre as classes e entre os diferentes espaços territoriais (regiões) brasileiros. Nessa mesma perspectiva, referindo-se aos que buscam uma identidade essencial e sem rachaduras, afirma que o equívoco destes é permanecerem presos a uma “miragem originária” e a uma pretensa “substância natural” para configurar uma imagem sobre a nação. (BARBOSA, 2000: 46).

Essa foi à tarefa atribuída aos intelectuais, a de procurar maneiras de desenvolver suas regiões para que com isso o país crescesse de maneira homogênea representando a unidade da nação, a partir daí, essa técnica também foi defendida por autoridades nordestinas que não hesitaram em defender e se apoderar de mesma como arma discursiva na busca por recursos federais para a região Nordeste. Felipe Guerra no Rio Grande do Norte dizia que:

A vida normal da região reclama igualmente esse suprimento. Passados os quatro meses de “inverno”, só as terras naturalmente úmidas, como o leito dos rios, lagoas, etc., podem oferecer capacidade para produzir. Necessário é, portanto, que o trabalho do homem transforme terras ressequidas em terras aptas a produção, fornecendo-lhes a necessária irrigação. Para o Nordeste, o meio mais fácil, mais simples, para a consecução desse suprimento, tão essencial a sua economia, é o açude, e a açudagem. O açude é um prolongamento do inverno, nos anos normais; é um “inverno”, nas crises das secas. (GUERRA, 1989: 93)

Cogitou-se que, com a técnica da açudagem a produção econômica do Nordeste poderia efervescer, favorecendo a uma não dependência como a que até então se fazia dessa região em detrimento do país. Eloy de Souza também defendia o açude como elemento de importância para a região, não deixando despontar o lado econômico como viés de garantias pelo grande açude:

Não há nessa minha opinião o desejo de parecer original e isolar-me do contato de outras opiniões opostas; mas sim, a lição da nossa própria experiência (sic) feita na prática da pequena açudagem e na lição de outros povos, sujeitos a fenômenos idênticos, e que regeneraram o meio econômico ferido pelo mesmo mal, construindo imensos reservatórios para irrigação das terras que as secas tornavam improdutivas. (SOUZA, 1983: 22)

Não era a pequena açudagem a solução mais apropriada, Eloy de Souza defendia o grande açude como uma forma de abrangência maior, possibilitando resultados mais favoráveis à irrigação, já que, em outros lugares do mundo que também sofrem com o mal das secas, também se fizera experiências e os pequenos açudes não resistiam a longas estiagens, essas quando se estendessem por mais de um ano de seca, deixando assim os seus dependentes a própria sorte.

[...] Foi, então, que um estadista de imaginação, compreendeu a inutilidade da pequena açudagem como elemento defensivo das estiagens prolongadas, por espaço superior a dois anos, delineou e iniciou o vasto e custoso programa dos reservatórios colossais destinados a fertilizarem os vales improdutivos, hoje, apesar de ainda haver muito por fazer, calamidades

iguais àquela não matariam sequer o excedente de três por cento do obituário normal. (SOUZA, 1983: 23)

A partir daí defendia-se a grande açudagem como garantia veemente de resolução dos problemas das secas, não se poderia ignorar as experiências de outros lugares que, com a investida nos grandes depositários d'água obtiveram resultados favoráveis e garantiram uma maior resistência aos efeitos flagelantes das secas. Felipe Guerra ainda atribuía as seguintes vantagens do açude durante períodos de seca, em vista a imagem do Nordeste durante esse período:

O açude, a irrigação do solo, é o único meio de evitar que, durante a seca estéril e improdutivo permaneça o solo, que poderá ser transformado, durante a calamidade, em fonte de produção e trabalho. Nos anos normais, a açudagem incrementa o trabalho e a riqueza particular, sendo, portanto, um fator valioso para a economia da região. Não há muito anos, todos os produtos da cana consumidos no sertão do Estado eram comprados nos Brejos paraibanos, ou cariri, do Ceará. Hoje, grande parte desses produtos são oferecidos em pleno sertão. (GUERRA, 1989: 95)

Nesse sentido, não se vê as garantias de emprego aos sertanejos ainda durante as secas, já que, se existe a proporcionalidade de emprego estará garantida a renda do sertanejo, assim como está garantida a de seu empregador, o grande latifundiário, não sendo preciso que este se retire de seu lugar de origem em busca das cidades mais úmidas, como muito ocorreu durante as secas, o que era um grande problema para as autoridades e para os fazendeiros que perdiam sua mão de obra. Sem contar que o açude necessitava de mão de obra para ser construído, utilizando para tanto, o sertanejo o que seria mais uma vez vantajoso, assegurando-lhe renda nos períodos de secas que era quando esses depositários d'água eram construídos, servindo até como frente de obras emergenciais.

Muitas vezes os açudes também deixaram de ser construídos pelo interesse político que existia de maneira pertinente em torno dessa técnica, tanto a favor quanto na oposição, dependendo é claro, de quem seria o beneficiado, é o que podemos aquilatar numa fala de Juvenal Lamartine no ano de 1955, ao se referir a esse jogo de interesses políticos:

O açude Serra Negra, no rio Espinharas, à montante da cidade do mesmo nome, estudado, projetado, oferecendo condições para construções muito superiores á do açude Orós, no Ceará e com a capacidade de um bilhão e seiscentos milhões de metros cúbicos d'água, foi abandonado para não prejudicar alguns proprietários de sua bacia de montante, que se opuseram á construção. Este açude que beneficiaria dois Estados e redimiria contra os

efeitos da seca uma grande porção do Nordeste Brasileiro, foi preferido por uma barragem no Boqueirão de Oiticicas, no Rio Piranhas, onde foram gastos vinte mil contos sem eu estudos tivessem sido concluídos e isso porque todo mundo sabe, desde os técnicos do DNOCS, até o sertanejo mais ignorante, que é impraticável a construção do açude Oiticicas. (GUERRA, 1989: 67)

O interesse político se fazia incessante sobre a utilização dessa técnica, nesse caso não que o açude deixaria de proporcionar benefícios para uma maioria como assevera o Juvenal Lamartine, mas é que, os grandes fazendeiros que tinham suas terras nesse espaço onde seria construído esse grande açude, o Serra Negra, neste caso específico, por exemplo, seriam prejudicados e, a importância dessas elites para o governo era significativa, no que concerne a votos e garantias de futuras eleições com o suporte político dessas elites nessa região do Estado.

O açude nem sempre foi visto como uma técnica voltada apenas para a solução dos problemas que a seca desencadeava no Nordeste, mas, como jogada política para obtenção de recursos do governo federal, onde, obras eram superfaturadas, originando o que se chama de Indústria das secas, causando para o sertanejo não vantagens, mas, desvantagens.

4. O AÇUDE COMO GARANTIA DE BARGANHAS POLÍTICAS

O Thomaz Pompeu Sobrinho intelectual e político do Estado do Ceará, afirma a politicagem que se recaiu sobre a açudagem, onde políticos procuravam tirar proveito da referida técnica:

Não tardou que uma asfixiante burocracia e injunções de caráter eleitoral exercessem as suas nocivas influências sobre as atividades da repartição, concorrendo acentuadamente no sentido de restringir as suas operações reduzidas quase somente à construção de açudes públicos ou particulares. As secas intercorrentes (1915-1919) contribuíram ainda mais para este fim, com a maior interferência dos chefes políticos, cada vez mais profundas nos trabalhos, serviços e deliberações. (SOBRINHO, 1982: 84)

A açudagem foi constituída de aparato para barganhas políticas, os relatos de abundância e relevâncias que essa técnica garantiria ao Nordeste deu lugar a uma astúcia política que tinha como pretensão garantir apoios políticos e dessa forma, asseverar-se no poder, usufruindo assim dos recursos federais que eram remetidos para essa região como

subsustanciadores para a fomentação de investimentos na construção de açudes públicos, como de primeira importância e também de açudes particulares, esses últimos de menor magnitude, mas que, também deveria de algum modo favorecer a um controle da situação dramática causada pelas secas.

É o que ressalta Durval Muniz:

A imagem e o texto do Nordeste passam a ser elaborados a partir de uma estratégia que visava denunciar a miséria de suas camadas populares, as injustiças sociais a que estavam submetidas e, ao mesmo tempo, resgatar as práticas e discursos de revolta popular ocorridas neste espaço. Estes territórios populares da revolta são tomados como prenúncio da transformação revolucionária inexorável. As terríveis imagens do presente servem de ponto de partida para a construção de uma imagem futura, de uma espacialidade imaginária que estaria no amanhã, de um espaço da utopia. (ALBUQUERQUE Jr., 2011: 208).

Constrói-se um discurso voltado para interesses próprios, tomando para si as mazelas que afligem o povo da região, assim como impede também seu desenvolvimento, a partir daí surge a açudagem e a irrigação que era a grande valia cogitada pelos políticos como a mais nobre importância do açude, pois, era a partir da produção agrícola que se garantiria o fluxo de alimentos de grande importância para a dieta dos sertanejos, diminuindo assim os problemas da fome, doenças, migração e assegurando o sertanejo no campo, o que era um dos maiores objetivos dessa técnica, evitando que esses levantes tomassem os grandes centros e realizassem eventos arruaceiros como muito se viu, sem contar na penúria que era o caminhar do interior até as grandes cidades, onde consumiam o que encontravam pela frente seja para amenizar a fome, como por exemplo, carne podre de animais mortos, ou mesmo água suja, para matar a sede, até mesmo casos de antropofagia foram registrados.

Quem ressalta esses eventos é o professor Frederico de castro Neves, ao se reportar ao ano de 1958:

A situação no acampamento da construção da estrada não é das melhores. Os “salários estão atrasados há dois dias e não há armazéns de fornecimento”. De fato, a situação “está-se tornando quase insustentável, dada a quantidade de homens que ali buscam trabalho”: “Os serviços, até agora iniciados, são muito poucos, distantes um do outro, insuficientes, por tanto, para dar ocupação a todos os necessitados”. Por outro lado, “não há ferramenta para todos” e “a verba destinada aos aludidos serviços não é de molde a garantir ocupação para tanta gente durante muito tempo”. O

governador, mais uma vez, é chamado a intervir “para verificar o que é possível fazer, com os limitados recursos de que dispõe o Estado, para fazer face à difícil situação que se criou com a seca”. Com “promessas” e “meias medidas”, os responsáveis pela obra procuraram convencer os retirantes a retornar ao acampamento em Messejana. Mas as promessas de pagamento, porém, não convencem um grupo de retirantes, que “começou a se mover para Fortaleza”. Outro grupo permanece nos arredores de Messejana, ameaçando o comércio. Um novo impasse se estabelece, enquanto, por via das dúvidas, os comerciantes fecham as suas portas. O conflito, por alguns momentos, foi pacificamente resolvido pela polícia, que distribuiu leite – do próprio bolso do secretário de polícia, segundo o jornal (o democrata de 1958) – e, com o auxílio de alguns comerciantes, outros gêneros alimentícios. O chefe dos serviços conseguiu, ainda, o pagamento de um dia de trabalho para evitar um novo deslocamento dos descontentes. (NEVES, 2000: 12)

Eventos dessa magnitude só ocorriam nos momentos mais drásticos, quando não havia mais nenhuma perspectiva de salvação por meio da ajuda que era empreendida pelo poder público, ou em casos como esse, quando tardava a acontecer o pagamento dos sertanejos o que levava alguns a se revoltar e conseguirem juntar outros em prol de saquear os galpões do DNOCS para encontrar alimento e aliviar a fome.

Celso Furtado ao se referir as obras que eram direcionadas para o interior nos leva a seguinte inquietação: qual era realmente a intenção daquelas autoridades? Favorecer a uma melhor condição de vida para aqueles sertanejos ou assegurar-los no campo como garantia de votos controlados e mão de obra para seus correligionários políticos?

Celso Furtado ressaltou o seguinte:

As obras improvisadas para ocupar a população, as medidas de curto prazo têm como principal consequência fixar a população onde ela se encontra. Contribuem, assim, para que não se interrompa o crescimento da carga demográfica [...]. Ora, quanto maior for o excedente demográfico, maior será o impacto social da seca. (FURTADO, 1959: 69)

Havia um interesse em mantê-los atalhados, na tentativa de não transgredirem as leis estabelecidas e mesmo, talvez, o que seria o objetivo maior por parte dessas autoridades, assegurar o sertanejo no seu lugar na tentativa de comover autoridades federais, para que dessa forma pudesse ser assegurada a vinda recursos para a região. Furtado também salienta:

As obras improvisadas para ocupar a população, as medidas de curto prazo têm como principal consequência fixar a população onde ela se encontra.

Contribuem, assim, para que não se interrompa o crescimento da carga demográfica [...]. Ora, quanto maior for o excedente demográfico, maior será o impacto social da seca. (FURTADO, 1959: 69)

Ao nos debruçarmos sobre essa perspectiva percebemos como as autoridades se articulavam com um mesmo propósito, usando para tanto, uma ideia de sobreposição por cima de leis, de ações tendenciosas e perigosas, que na verdade tinham o intuito de disfarçar a verdadeira pretensão, que era garantir votos e consequentemente eleições. Celso Furtado, ao se referir a açudagem afirma que, essa não serviu efetivamente ao propósito que até então era defendido por políticos e intelectuais, mas que, serviu à pecuária, ou seja, favorecendo não diretamente e como deveria servir ao sertanejo e nordestino como um todo, mas, a elites agrárias aliadas:

Se observarmos a economia da região semi-árida em suas três camadas antes referidas, comprovamos que o efeito mais importante da política da açudagem se faz sentir na terceira delas, isto é, no setor pecuário. O coeficiente de mortalidade do gado durante a seca, é hoje em dia muito inferior ao de outras épocas. [...] No outro extremo, temos a produção de alimentos, que em quase nada se beneficiou dos grandes investimentos realizados no represamento de águas. [...] Na realidade em que tem contribuído para tornar mais rentável a pecuária, a açudagem também contribui para reter uma maior massa populacional na região. (FURTADO, 1959: 70)

E qual o propósito desses políticos com essas ações? É simples, garantir alianças políticas para que nas eleições futuras essas autoridades estivessem afirmadas de novo no poder, com seus votos assegurados pela estadia do homem do interior, no seu respectivo espaço, logrando assim o que os bens públicos lhes pudessem agraciar. Essas ações consistem num sistema de clientelismo onde não só existem relações de políticos com políticos, mas de, políticos com elites agrárias que possuem uma importância fundamental para suas ambições nas áreas onde residem, é o clientelismo que José Murilo de Carvalho caracteriza da seguinte maneira:

As relações clientelísticas dispensam a presença do coronel, pois ele se dá entre o governo ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. (CARVALHO, 1997: 3-4)

Assim essas pessoas que interagiam diretamente com essas autoridades eram beneficiadas com a construção de obras em suas regiões, ou mesmo, com a garantia de

empregos públicos em setores da administração pública, elaborando para tanto uma relação reelaborada da política nordestina, onde o Coronel é deixado de lado, para que, os novos interesses sejam resolvidos diretamente com quem interessava as autoridades, sejam eles políticos ou mesmo integrantes da sociedade que lhes favorecesse a seus propósitos, garantindo para tanto, ao final desse jogo de poder e troca de favores, barganhas políticas por meio de laboras para fins comuns.

FONTES

ARANHA, Teresa (Seleção e Organização). 18º Livro das secas. Secretaria de Projetos Especiais do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. CDXLI, Mossoró, 1989.

CUNHA, Egberto Carneiro da. Construção dos Açudes Públicos “Coremas” e “Mãe D’agua”, (1952), Coleção Mossoroense. Série “B”, vol.1006, Mossoró, 1991.

DUQUE, José Guimarães, Perspectivas nordestinas, 2ª Edição. Fundação Guimarães Duque. Fundação Vingt – Un Rosado, Coleção Mossoroense. Série “C” Vol. 1234, Mossoró, Set. 2001.

FILHO, Joaquim Inácio de Carvalho. Discurso pronunciado a 11/07/1935. Rio de Janeiro, Tipografia do jornal do comércio, 1936. A lei das Secas e Outros Temas, pág. Coleção Mossoroense Série “C”, Vol. CCLXII, Mossoró, 1982.

FURTADO, Celso. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Ministério do Interior Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Assessoria Técnica. 2ª edição. Recife, 1967.

GUERRA, Otto (Seleção e organização). 20º Livro das secas 2ª Edição, Coleção Mossoroense, Série “C”, Vol. CDLXXII, Mossoró, 1989.

GURGEL, José Jarbas Studart. OLIVEIRA, Adbeel Goes de. Efeitos da Introdução de Peixes e Crustáceos no semiárido do Nordeste Brasileiro, Coleção Mossoroense. Série “B”, vol. 453, Mossoró, 1987.

ROSADO, Vingt-un, ROSADO, América, (seleção e organização), 8º Livro das Secas. Editora Universitária UFRN, Coleção Mossoroense. Série “C”, vol. CCXLII, 1986.

ROSADO, Vingt- Un, ROSADO, América (Seleção e organização). 10º Livro das Secas, Editora Universitária UFRN, Coleção Mossoroense. Série “C”, vol. CCCIV, Mossoró, 1985.

ROSADO, Vingt- Un, ROSADO, América (Seleção e organização). 12º Livro das Secas, Editora Universitária UFRN, Coleção Mossoroense. Série “C”, vol. CCCVI, Mossoró, 1985.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. História das Secas (Século XX). Assembleia Legislativa do rio Grande do Norte, Fundação Guimarães Duque, Escola Superior de Agricultura de Mossoró, Coleção Mossoroense, Série “C” Vol. CCXXVI 1982.

SOUZA, Eloy de. O Calvário das Secas. 3ª edição – Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília INL: Natal: Fundação José Augusto, 1983.

PEREIRA, Francisco das Chagas. Jorge Fernandes e a Seca 1984, Coleção Mossoroense. Série “B”, vol.1010, Mossoró, 1991.

TALTASSE, Pierre. STRETTA, Etienne. Os Problemas Hidro geológicos do polígono das secas 1ª Edição 1959, Coleção Mossoroense. Série “B”, vol. 719, Mossoró, 1990.

BIBLIOGRAFIA

AB’SABER, Nacib Aziz. Dossiê Nordeste Seco, Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estud. av.* [online]. 1999, vol.13, n.36, pp. 7-59. ISSN 0103-4014. Acessado em 20/07/2012 ver no link: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n36/v13n36a02.pdf>

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Trabalho apresentado no simpósio sobre " Nation-Building in Latin America: Conflict Between Local Power and National Power in the Nineteenth Century", em homenagem a Raymond Buve, Leiden, Holanda, 20-21 de abril de 1995. Dados vol. 40 no. Rio de Janeiro 1997. Acessado em 21/08/2012 ver link: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S001152581997000200003&script=sci_arttext&tlng=en

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso, aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 21ª edição. São Paulo: editora Loyola, 2011.

HOBBSAWM, Eric J. A Era do Capital 1848 – 1875. 3ª edição. Tradução de Luciano Costa Neto, digitalização: Argo, Stanford, março de 1977.

MENDES, Benedito Vasconcelos. Reflexões Sobre o Nordeste, Coleção Mossoroense, Série “C” vol.1358, maio de 2003.

NEVES, Frederico de Castro: A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará. Fortaleza (Relume Dumará, 2000).

NO FLUXO DAS RIMAS: A LITERATURA DE CORDEL COMO LINGUAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA

Felipe Aires Ramos¹

Resumo: A Escola dos Annales é caracterizada profundamente até hoje como a que marcou uma quebra definitiva no modo de se escrever, e, portanto, de se ensinar a História; transgredindo os limites anteriormente impostos pela Escola metódica, ela abriu o conceito de fonte, abrangendo os mais diversos materiais que tivessem por artífice o homem. Assim, no Brasil essa inovação também encontrará ressonâncias na prática do ensino, alargando em muito as possibilidades de linguagens na sala de aula e, portanto adaptando as aulas à realidade cotidiana dos alunos através de caracteres que permanecem no seu dia-dia; essa mudança prática é visibilizada principalmente através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). A literatura de cordel, nesse contexto, enquanto crônica poética e jornal "popular" contemporâneo a seu tempo, assume papel importante no processo de educação e uma pertinente possibilidade de linguagem para a utilização na sala de aula, uma vez que se visibiliza monumento. O presente artigo, portanto, tem como objetivo central analisar como a literatura de cordel pode ser utilizada em sala de aula no processo de educação, claramente em História, visando compreender como sua utilização pode ser dialogada com as recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, explicitamente às referentes aos terceiros e quarto ciclos do ensino fundamental. Para a realização de tal utilizarei como referencial teórico Tomaz Tadeu da Silva em "Documentos de identidade: uma introdução às teoria do currículo", Antônio Flávio Barbosa Moreira, Os parâmetros Curriculares Nacionais em Questão", os próprios PCN's o Mark Curran através de "História do Brasil em Cordel", estabelecendo também pontes entre esses referenciais e alguns cordéis a título de análise a respeito dessa relação.

INTRODUÇÃO

Considerando o alargamento que a Escola dos Annales, durante o século XX promoveu na prática historiográfica estendendo o conceito de fontes, atualmente, a educação brasileira vive um momento de consolidação dessas propostas, especificamente a área de ensino da História. Neste sentido, começam a ter visibilidade novas linguagens que anteriormente não tinha espaço no lecionar História, como, por exemplo, a música, o teatro, a literatura entre outras linguagens que hoje se tornam possíveis de serem trabalhadas em sala de aula.

Desse modo, muito dessa nova cultura "escolar" foi empreendida a partir da redação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, documento que explicita propostas e novas visões acerca do ensinar e, mais especificamente, no caso da parte de História, do ensinar História. Essa é uma quebra no sentido de manuseio didático uma vez que os próprios objetivos da educação, segundo os PCN's serão outros, muito mais vinculados à procura de uma

¹ Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Graduando, (PIBIC/PROPESQ)

conscientização dos alunos enquanto potenciais agentes sociais. Esse seria, afinal, o grande papel da educação, formar esses agentes sociais, construir novos cidadãos críticos capazes de interferir na sociedade.

Essa afirmação será de vital importância dessa abertura no que diz respeito a linguagens didáticas, uma vez que, no caso da disciplina História, por exemplo, existirá a preocupação com a criação de pontes, de ligações, que o permitam conhecer a sua sociedade a partir de sua construção histórica.

Sendo assim, o presente trabalho busca pensar a literatura de cordel, maciçamente difundida no Brasil, e principalmente no Nordeste, do século XX, como uma nova possibilidade de linguagem para a sua utilização na aula de História, tentando perceber as características que a tornam um ângulo de visão diferenciado sobre determinada época, e como ela pode ser influente nesse processo de educação proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

PCN'S E A UTILIZAÇÃO DA LITERATURA DE CORDEL COMO LINGUAGEM DIDÁTICA

A “Annales d’Histoire Economique et Sociale” é um movimento oriundo de , oficialmente, 1929, criado inicialmente por Lucien Febvre e Marc Bloch. Esta, mais tarde já consolidada escola histórica, influenciará decisivamente nos rumos que a história tomará chegando a controlar e ser o centro da própria na sua segunda fase comandada por Braudel.

Ela, inicialmente, nasce como uma tentativa de resposta a todas as regras impostas pela vigente naquela época História Metódica, escola esta que se apegava aos métodos, à objetividade, neutralidade do historiador que, na verdade, seu trabalho se assemelhava e era realmente uma coleta de dados sem, nas concepções daqueles que a fundaram, influências externas: o historiador, portanto teria que se “despojar” de todo tipo de opinião ou característica pessoal que pudesse atrapalhar a pesquisa e impedir, assim, que a História chegasse limpa até a sociedade.

Pois bem, o que Febvre e Bloch propõem justamente é a formação de uma “Nouvelle Histoire”, distanciada o máximo possível dessa história metódica. Entre os combates que os Annales faziam aos antecessores estavam o metodismo exagerado, a separação da história das demais ciências, o historiador como sendo o coletor de dados e, principalmente, a mudança de

concepção sobre fonte histórica; esta característica afetará diretamente uma futura alteração no estudo e, logicamente, no ensino de História.

Uma das características mais marcantes da Escola Metódica, além da afeição por usar métodos das ciências naturais no fazer histórico, era o verdadeiro estigma pelo aproveitamento único e exclusivamente de documentos oficiais escritos como fonte histórica; isso demonstra duas características que são a História política como único campo de estudo possível segundo eles e o abandono de outros vestígios históricos. Nesse movimento, é possível perceber uma das principais causas do abandono e da periferização, na verdade exclusão, de um material tão rico e que diz tanto sobre uma sociedade como o cordel enquanto elemento “monumento” de uma cultura literária.

Quanto a essa questão os Annales irão dar uma importância fundamental, propondo uma total inversão quando, até mesmo por trabalharem com mentalidades, imaginários e valores temporais, trazem como representação de fonte histórica todo e qualquer instrumento que seja fruto ou tenha sofrido a ação do homem sobre si. José Carlos Reis, em seu livro “A Escola dos Annales – A Inovação em História”, traduz bem esse pensamento proposto pela Nova História, mais exclusivamente Febvre:

“Nesse sentido, Febvre propõe uma outra ‘inovação’: ele defenderá a ampliação do ‘arquivo do historiador’, A história, para ele, pode ser feita com todos os documentos que são vestígio da passagem do homem. O historiador não pode se resignar diante de lacunas na informação e deve procurar preenchê-las. Para isto, usará os documentos não só de arquivos, mas também um poema, um quadro, um drama, estatísticas, materiais arqueológicos.”(REIS, 2004, p. 77-78)

Febvre abrirá o conceito de fonte, porque abre igualmente o conceito de História, ou seja, ao expandir o campo histórico para as demais áreas que não só o campo Político, mas também o cultural, econômico, entre outras, ele abre a possibilidade, na verdade uma necessidade de encontrar respostas em outras fontes; afinal, o cultural não poderia ser encarado apenas através da utilização de documento oficiais, mas de toda e qualquer elemento que marque a passagem e “manuseio” do homem.

Nesse contexto, se uma abertura no conceito de fonte na pesquisa histórica se dá a partir da Escola dos Annales, essa experiência será reverberada e fará ecoar igualmente, porém tardiamente no ensino de História, no nosso caso, no ensino de História no Brasil. Nesse contexto, podemos localizar nitidamente um desenvolvimento dessa vertente

historiográfica no ensino de História no Brasil a partir do lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Esse conjunto de orientações teórico-metodológicas já nasce sobre o paradigma de um multiculturalismo, conceito esse que conseqüentemente expande o seu campo de ação, provocando, deste modo, uma abertura, igualmente, no campo historiográfico e, portanto, no conceito de linguagens. No próprio documento já é alocado enquanto um dos objetivos centrais de todo o ensino fundamental a questão da construção de uma criticidade que possibilite a formatação de uma cidadania, ou seja, preparar o aluno para a possibilidade de integração com o mundo em que vive. Desse modo, é afirmado que é objetivo central da educação a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's):

“Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.”(BRASIL, 1997:07 – 08)

Para essa participação social a que o texto se refere, portanto, seria necessário a realização de uma História alocada a partir de conceitos e de elementos que identifiquem o aluno dentro de sua própria cultura, de sua própria realidade, numa gradual reflexão, inicialmente sobre sua micro realidade partindo, posteriormente para um plano mais macro que seria o de uma realidade, seja ela territorial, cultural ou política mais ampla.

É justamente no ponto de encontro dessa preocupação em inserir o aluno dentro desse ambiente de “realidade” que ele vive, procurando fazer com que ele desenvolva inicialmente uma criticidade com relação ao ambiente local, à micro realidade em que ele está inserido, que ele relaciona essa preocupação com a metodologia pela qual seria possível, ou seja, levá-lo a:

“Utilizar as diferentes linguagens. verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação.”(BRASIL, 1997:07 – 08)

É nesse contexto, portanto, de uma abertura de fontes, de linguagens para o ensino de História nos Terceiro e Quarto ciclos que é abordada a Literatura de Cordel enquanto possibilidade de inserção de um novo elemento para o ensino desta, notadamente da História do Brasil. “Interpretar e usufruir” dessas produções culturais públicas, como o texto se refere,

é sinônimo de visualizar as possibilidades de identificação do cordel de um elemento literário extremamente sujeito a interpretações, como é o caso da maioria desses recursos.

A cultura cordelística ganha muita força no Nordeste brasileiro, principalmente durante a primeira metade do século XX. De fato, esse momento vai ser marcado pela emergência da atuação de várias tipografias, principalmente nos limites do que José Alves Sobrinho caracterizará como o “tripé” comercial do cordel, respectivamente Guarabira, Recife e João Pessoa. Essas cidades serão consideradas os três principais pólos produtores de folhetos do Brasil, com destaque para a primeira, onde, no decorrer década de 30, entre maiores e outras de menor porte, podemos localizar cerca de nove tipografias.

Por conseguinte, os cordéis, que abordam diferentes temáticas, desde histórias tradicionais até acontecimentos cotidianos, passam a ser analisados por historiadores não como lugar de uma cultura cristalizada, mas como um campo em litígio, como lugar de operação, criação, poética, sendo o mesmo (cordel) um lugar de produção e reprodução de sentidos.

Assim, posta essa observação, é interessante notar como será visivelmente presente nesse tipo de produção história que façam referência a fatos da História do Brasil estudados didaticamente nas escolas.

Dentre os temas mais encontrados nos cordéis alguns que notadamente se destacam por ter tido uma maior tiragem ou venda, são assumidamente ligados a fatos que diariamente são estudados nas aulas de História do Brasil. Dentre os grandes temas de cordéis explorados na pesquisa, pôde-se constatar que o Cangaço soava como conjunto temático preponderante, principalmente quando a história era centrada nas figuras de Lampião, de Antônio Silvino, ou de Jesuíno Brilhante; a Política também aparece como uma representação bastante recorrente na literatura de cordel, principalmente das décadas de 30 e 40 do século XX, com a presença de Getúlio Vargas e, conseqüentemente da crônica de sua morte enquanto, o ápice dessa produção, mas também se centrando na figura de João Pessoa e, do mesmo modo, da sua morte.

Folhetos sobre religiosidade, já que este conjunto temático, já mencionado, possuía um apelo muito forte nessa sociedade própria da primeira metade do século XX, assim; quando tinha como tema religiosidade, geralmente eram usados pelos poetas imagens de santos ou profetas que possuíssem certa proximidade do catolicismo popular, como Maria, Jesus Cristo, Frei Damião e, principalmente, Padre Cícero, alcançando uma legitimidade perante a

população consumidora. Assim, este é outra grande temática que é explorada pelos folhetos de cordel, a Revolta de Juazeiro e Canudos ocupam um lugar central nas produções religiosas. Nesse contexto, Curran afirma: “A maior parte dos poemas louvam o padre Cícero e sua causa, comparando-o a Cristo, falando de sua relação com a Santíssima Trindade Sagrada, de sua caridade para os pobres e de sua liderança contra o governo Rabelo.” (CURRAN, 2003, p. 80)

Em suma, os 120 cordéis até então micro-filmados e analisados, desde o início da pesquisa até agora, permitem-nos visualizar a estreita relação entre a escrita destes e o ambiente social vigente daquele momento, tanto do autor, quanto do público consumidor, uma vez que nenhuma prática pode ser dissociada de seu momento de criação.

Essa convergência entre a escrita de poetas como Leandro Gomes de Barros, Manoel Camilo dos Santos, José Alves Pontes ou Francisco das Chagas Batista, entre vários outros e o ambiente, a sociedade a que eles pertencem, permite-me considerar essas produções como ideais para serem trabalhadas em sala de aula, uma vez que, assim, como imagens explícitas em um livro didático, ou escritos expostos em cartas, são mais que simples monumentos, são documentos, e investigar com os alunos as possíveis intencionalidades e as relações da sua sociedade da época com todo o mundo em seu redor. Inserir novas linguagens, como a utilização do cordel na sala de aula de História, é mais que simplesmente estudar o conteúdo sugerido no livro, mas é sobretudo pensar a sociedade em que aqueles indivíduos foram gerados e educados: uma educação de autorreconhecimento social, que os permite de elaborar aos poucos uma visão de mundo crítica sobre essa sociedade que a rodeia e suas características, construindo, gradativamente, essa identidade no aluno de cidadão crítico.

Tomaz Tadeu da Silva em “Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias do Currículo” pelo fato de sua preocupação com a questão da identidade, já percebe esse movimento de atualização do currículo, principalmente pós-estruturalismo, os estudos culturais que, segundo ele, levam em conta a preocupação da análise de diversas obras “monumentos” vigentes da elite burguesa, como será veiculada assim o papel da mídia enquanto divulgador de valores morais próprios de determinada época, entendendo a cultura enquanto campo de batalhas simbólicas, assim, há, segundo ele, mesmo que não a influência imediata no currículo escolar brasileiro, mas a formação de um “currículo oculto”, que empreende características próprias desse ensino.

Desse modo, a literatura de cordel pode assumir no ambiente da sala de aula de um contextualização de tentar perceber características da sociedade que o educou (o aluno) e que o formou; é uma percepção sobre si mesmo. Assim, inserir em uma aula sobre a Primeira Guerra Mundial, um cordel sob título de análise de autoria de Leandro Gomes de Barros do ano de 1918 denominado “A Alemanha Vencida e Humilhada – Victoria dos Aliados”, é mais que estudar simplesmente sobre esse recorte espaço-temporal; isso porque esse folheto porta todo um conjunto de valores e idéias permanentes naquela sociedade da época, ou seja, realizar com os alunos um estudo acerca desse folheto não é apenas estudar sobre a Primeira Guerra Mundial, mas, acima de tudo estudar sobre a sociedade que gestou o folheto, desse modo, ao mesmo tempo em que está no folheto a seguinte estrofe se referindo ao conflito:

*“Foi na Batalha do Marne
Que o americano chegou
No Oisne Saint Quentin
A sua bravura mostrou
Numa investida sem trégua
Que o allemão extranhou”²*

Gomes de Barros ainda faz referência a como a sociedade brasileira recebeu as notícias naquele momento, misturando ficção com realidade que ele, detecta a escatologia presente numa sociedade como essa que é a do primeiro quartel do século XX, dessa maneira, posteriormente ele afirma nesse mesmo folheto de cordel esse fato, dizendo que:

*“E comprida a profecia
Do Padre Cícero Romão
Na matriz do Joazeiro
Dizendo a todo christão
Que a Guerra findaria
Sendo vencido o Allemão.”*

Esse folheto estrutura seu enredo em toda a narrativa do que, supondo Leandro Gomes de Barros, seriam as causas da derrota “allemã” na Guerra; desde a sua prepotência enquanto força mundial, até a influência sobre as demais nações europeias daquele período como a Áustria e a Bélgica que são as “vítimas” recorrentemente citadas nessa obra.

Porém, é narrado por um narrador suposto seguidor do Padre Cícero Romão, do qual ele inicia o cordel com a descrição de sua profecia. Este folheto, mais que uma narrativa de uma simples história de guerra retrata a imagem da sociedade daquele período, uma vez que o

² Estrofe do folheto de cordel de autoria de Leandro Gomes de Barros intitulado “A Alemanha Vencida e Humilhada: Victoria dos Aliados”.

mesmo poeta só vem a falecer um ano após a escrita desse cordel, exatamente no ano de 1919. Ele, na verdade, elabora uma crônica sobre a sociedade da qual ele estava inserido.

Esse, afinal, é um dos conteúdos programáticos para o terceiro ciclo do ensino fundamental, que é o fato de conseguir estabelecer uma relação entre sociedades e culturas diferentes e, de fato, no quarto ciclo, onde ele tem como objetivo central “utilizar conceitos para explicar relações sociais, econômicas e políticas de realidades históricas singulares, com destaque para a questão da cidadania” (BRASIL, 1997: 66).

A partir desse momento é interessante a percepção de como esse trabalho conota no sentido de uma renovação quanto a uma prática que, apesar de teoricamente renovada, ainda finca suas raízes no tradicionalismo de décadas na educação brasileira. Mais que um “pré-conceito”, nesse momento, é possível perceber a lenta adaptação dos professores escolares de História quanto à realização dessa nova prática, uma vez que se torna um momento de diferente manuseio quanto à explanação de uma linguagem como o cordel no dia-dia da sala de aula.

Porém, se ainda há certo receio por parte dos docentes em utilizar o cordel como fonte linguística nas aulas de História, há ainda outro fator que pode inverter a situação, que se caracteriza pelo fácil entendimento pelo aluno de uma linguagem tão simples de ser entendida como é a linguagem dos folhetos de cordel. Uma linguagem que capacita a leitura e a interpretação. E se é essa interpretação que dá uma autonomia para o aluno, então podemos perceber a atividade de interpretação enquanto ainda convergente com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), quando, ao sugerir uma interpretação de um texto, não ser apenas a referência a esse documento, mas um monumento que faz menção a toda a sociedade que rodeia o indivíduo leitor naquele momento daquela literatura de cordel.

Durante muito tempo, até por uma vinculação com a Escola Metódica existiu um receio para o trabalho com esse tipo de fontes na área de História até, pelo fato de serem obras de ficção, que não tem um compromisso real com a realidade, ao que eu perguntaria, qual o documento histórico que não possui intencionalidades, que não é monumento? Qual obra literária que não tem sobre sua construção um fundo de verdade acerca de sua sociedade? Enfim, quais as fronteiras entre presente e passado? Quais as fronteiras entre História e Literatura? Em “Meta-História”, Hayden Whyte, já mostrou que na verdade o que existe são dois discursos assentados em uma mesma base, inclusive retórica. Desse modo, mais que retórica há uma convergência que se dirige ao territorial, ao simbólico, que se dirige aos locais

de produção. Cruzamentos que não por acaso se investem de um mesmo sentido em obras de caráter tão diferentes como um livro didático e um folheto de cordel. Porque assumem essa sociedade a que são gestados, espaço de influência mútua, como é perceptível, por exemplo, em cordéis que na verdade são livros de rezas transcritos para uma linguagem mais fácil e de fluência espontânea, ou livros que acabam falando sobre produções cordelísticas. É uma metalinguagem que transcende os limites do privado e trazem para o público, para a escola, para o aluno essa questão central, o cordel como materialização da sociedade a ser estudada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, lecionar a disciplina História na atualidade é mais do que simplesmente a explanação de um conteúdo que se situa em um passado separado por um pedestal, mas sim averiguar as continuidades e as rupturas, o que se rompeu e o que continuou como simbologia de determinada sociedade. A Escola dos Anales, a partir do início do século XX ofereceu a possibilidade de pensar esse dilema por outro viés.

Viés este assumido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCN's, que já nascem sob a proposta de uma nova relação entre presente e passado, uma proposta de interferência, de contraste e de diálogo uma vez que pensa a História já a partir dessas renovações por quais essa mesma passa. Pensa a História sob o conceito de ligação entre o presente e o passado; ligação entre o público e o privado; ligação entre o sujeito e sua sociedade, seja ela localizada no presente, ou ainda como essa mesma sociedade foi construída e a partir de que paradigmas.

É pensando nestas propostas que lancei mão de um material riquíssimo como é o cordel para pensar como ele poderia ser pensado no ensino de História, e o resultado, de modo bastante abrangente, é que, por se tratar de uma publicação inserida em uma determinada época e, portanto, sujeita a um determinado contexto social, ela mesma diria muito sobre sua realidade, como uma simples percepção dos poemas de Leandro Gomes de Barros têm em seu interior aspectos ainda ligados a uma cultura do início do século XX profundamente ligada a questões moralistas e a um ideal cristão de sociedade ao tomar, por exemplo, o Padre Cícero, como ponto de partida de sua narrativa, sendo ele uma espécie de marco na mesma.

A partir dessa percepção, foi possível identificar que a serie de temas que tiveram mais sucessos estão profundamente ligados a fatos históricos presentes no currículo escolar de História, como, por exemplo, a República Velha, a morte de João Pessoa, O governo e a

morte de Getúlio Vargas, o Cangaço, O Movimento de Juazeiro, até eventos internacionais, como foi possível perceber no decorrer do trabalho.

Então a idéia de juntar todas essas características próprias desse tipo de literatura, com a própria facilidade de leitura, que lhe é própria, associando ao novo projeto educacional proferido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, tende a permitir um ensino que valorize a reflexão o pensamento acerca de sua sociedade, da construção da mesma no decorrer dos tempos, conhecendo os passos da construção da mesma que se concretiza hoje como tal, um ensino que busca, sobretudo a criação de uma criticidade sobre a sociedade em que está imerso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Leandro Gomes de. **A Alemanha vencida e Humilhada: Victoria dos Aliados**. Guarabira: Typografia Pedro Baptista, 1918.

BITTENCOURT, Circe M.F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CURRAN, Mark J. **História do Brasil em Cordel** / Mark Curran. – 2. ed. 1. Reimpr – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a Inovação em História**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo** / Tomaz Tadeu da Silva. – 3. ed. 1. Reimp – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

WHYTE, Hayden. **Meta-História: A imaginação Histórica do século XIX**. São Paulo: Editora da USP, 1992.

CIDADE E PATRIMÔNIO: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Francisca Kalidiany de Abrantes Lima¹

Micarla Natana Lopes Rebouças²

No Brasil, a temática do patrimônio cultural tem se ampliado nas últimas décadas, e abriu espaço a profícuos debates e reflexões a respeito das políticas de preservação desenvolvidas no país. Nesse sentido, um ponto chave nas discussões em torno desses bens materiais e culturais e sua preservação diz respeito à inserção de políticas públicas que possibilitem a implementação da Educação Patrimonial nos espaços escolares. Os esforços para efetivar essa proposta se deparam com questões referentes à preservação do patrimônio histórico e cultural, que se encontram à margem das ações efetivas que os espaços escolares podem realizar. A educação como prática de cidadania requer que questões sociais dessa grandeza sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais (Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs, 1997, p. 25). Assim, Educação Patrimonial constitui um instrumento que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 06). Sendo assim, um estudo correlacionado das leis municipais e nacionais, direcionadas a uma prática no ambiente escolar, por meio da realização de palestras que promovam a conscientização sobre a importância da preservação desses bens, tendo como objetivo a formação de pessoas mais críticas e responsáveis diante da problemática do patrimônio, acarretará na ideia de que conhecer e valorizar são atitudes necessárias para a construção de uma consciência de preservação. Dessa forma, o presente trabalho está voltado para a perspectiva de uma Educação Patrimonial que vá além de conceitos e normas pré-estabelecidas, mas que desperte nos alunos um sentimento de pertencimento às representações culturais e históricas disponíveis na cidade.

Palavras Chaves: Educação Patrimonial, Política de Preservação, Cidadania.

Este trabalho é fruto de discussões e práticas desenvolvidas ao longo das atividades do Projeto de Extensão *História, Memória e Patrimônio: os lugares de memória e a preservação patrimonial na cidade de Mossoró*. As ações do projeto analisam a importância da Educação Patrimonial para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Mossoró. Para tal, a proposta problematizou a viabilidade da política patrimonial na cidade de Mossoró em dois espaços escolares da Rede Municipal de Educação, sendo elas a Escola Municipal Joaquim Felício de Moura e a Escola Municipal José Benjamim, por entendê-los como lugar de construção de saberes.

As discussões em torno da preservação do patrimônio cultural têm se tornado cada vez mais presentes e difundidas, tanto no espaço acadêmico, através dos inúmeros trabalhos de pesquisas desenvolvidos sobre o tema tanto nas Universidades, por meio de projetos de

¹ Graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

² Graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

extensão e pesquisas, programas de pós-graduações, quanto no desenvolvimento das políticas estratégicas do Governo Federal³ e dos municípios com relação aos bens culturais. Mesmo havendo esse maior destaque e abertura sobre a temática do patrimônio cultural, muitas cidades brasileiras ainda não conciliam o crescimento urbano e as transformações por ele trazidas com a necessidade de conservação do patrimônio histórico edificado⁴. “Esses lugares de memória⁵ são encarados, muitas vezes, como obstáculos ao desenvolvimento da cidade, os quais devem ser destruídos ou modificados para permitir o estabelecimento de uma nova forma de construir, com uma estética própria” (CHOAY, 2001). Esse quadro revela a necessidade da criação de políticas públicas que possibilitem a preservação desses bens materiais e culturais. Nesse sentido, a realização de atividades que promovam a Educação Patrimonial nos espaços escolares assume uma importância central, na medida em que possibilita a formação do olhar desses sujeitos no intuito de despertar o interesse e sensibilidade, tendo em vista que a partir do conhecimento se faz possível a proteção e valorização do patrimônio cultural que se tem, assim, também se desenvolve uma visão crítica, a qual é lançada como forma de cobrar do poder público as políticas de preservação.

Os esforços para efetivar essa proposta se deparam com questões referentes à preservação do patrimônio histórico e cultural, que, de certa maneira, encontra-se à margem das ações efetivas que os espaços escolares podem realizar. Essa marginalização contribui para o desconhecimento da grande maioria da população ao que diz respeito ao patrimônio cultural da cidade e das questões relacionadas à sua preservação. Nesse sentido,

A educação como prática de cidadania requer que questões sociais dessa grandeza sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais (Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, 1997:25).

³ Destaca-se dentro dessas políticas a atuação do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão federal que promove a divulgação das ações de proteção ao patrimônio.

⁴ Segundo Andréa V. F. Costa, o patrimônio edificado pode ser entendido como o conjunto de bens que compõe o acervo cultural material da cidade, tendo em vista seu valor histórico e arquitetônico, sendo um espaço que pode ser apropriado ou não pelos indivíduos.

⁵ Expressão cunhada por Pierre Nora. Segundo ele esses espaços depositários da memória formam-se pela interação entre a memória e a história. Há lugares de memória porque não há mais meios de memória.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁶ entende a Educação Patrimonial como sendo:

Os processos educativos formais e não-formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sóciohistórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação (IPHAN).

Assim, “Educação Patrimonial constitui em instrumento que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999:06). Sob essa perspectiva, pretende-se fazer uso da Educação Patrimonial como ferramenta mediadora no processo de preservação dos bens culturais e históricos da cidade de Mossoró. Trabalha-se, pois, na perspectiva de uma Educação Patrimonial que vá além de conceitos e normas pré-estabelecidas, mas que desperte nos alunos dessas escolas o sentimento de pertencimento, as representações culturais e históricas disponíveis na cidade.

Dentre as bases teóricas e metodológicas utilizadas no trabalho foram realizadas leituras comparativas entre as leis que regem a educação patrimonial no âmbito nacional e as referentes ao município de Mossoró. Por meio desse estudo comparativo busca-se entender a configuração da legislação da cidade quanto ao seu patrimônio, bem como sua relação e adequação as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal. Com o estudo correlacionado das leis municipais e nacionais, direcionaremos nossa prática para o ambiente escolar, por meio da realização de palestras que promovam a conscientização sobre a importância da preservação desses bens. Nessas palestras serão distribuídas cartilhas sobre educação patrimonial. Busca-se com isso uma ação, em médio prazo, que abra caminhos para a formação de pessoas mais críticas e responsáveis diante da problemática do patrimônio cultural. Essas ações partem da premissa de que conhecer, valorizar e preservar são atitudes necessárias para a construção de uma consciência crítica sobre os bens culturais e históricos da cidade.

“O conhecimento histórico é produto da permanente interação entre o pesquisador e seu objeto de estudo, bem como da relação entre sua prática de pesquisa e o contexto social

⁶ Instituição federal, vinculada ao Ministério da Cultura e responsável pela política de patrimônio cultural em nível nacional.

em que está inserida” (BARROS, 2007:10). Sob essa perspectiva, a Educação Patrimonial se configura como um processo contínuo de descoberta e experimentação do pesquisador e de seu público alvo. Através de ações conjuntas, busca-se despertar o interesse quanto à importância da preservação dos bens históricos e culturais da cidade. Assim, pensar a questão do patrimônio cultural e sua relação com a educação patrimonial, a partir da valorização da memória e da cultura local, é adentrar pelos caminhos ligados a memória coletiva.

Para tal, buscamos o engajamento dos alunos em ações que promovam reflexões sobre a importância da preservação do patrimônio, como resquício do passado, representação simbólica de um tempo. Dessa forma, entendemos esses bens patrimoniais edificados como “um espaço que é praticado, imaginado, reelaborado e também apropriado, passando a ser lugar, que apresenta uma dimensão subjetiva, ligada à experiência, ao afeto, a necessidade de raízes do sujeito” (COSTA, 2009). Esse é um dos caminhos para entendermos que o patrimônio cultural faz parte do cotidiano das pessoas que circulam por eles ou e se identificam com eles.

Se entendermos ser a educação algo contínuo que possibilita horizontes de expectativa, “o dever de educar consiste em propiciar aos alunos uma reflexão sobre seu agir diante do patrimônio de sua cidade. Para tal, conceitos e habilidades, assim como para o seu uso na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional” (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999:08) são necessários para a construção de um conhecimento e compreensão do passado, bem como de sua relação dialética com o presente. Partindo de tais pressupostos, trabalha-se em uma perspectiva interdisciplinar que propõe construir uma consciência crítica nesses sujeitos em formação.

Apesar de constituir uma valiosa ferramenta do saber histórico, a Educação Patrimonial ainda é pouco explorada no espaço escolar. Verifica-se a necessidade de ações educativas no processo de gestão do patrimônio cultural e de publicização de sua importância. Diante disso, procura-se fazer uso do processo educativo para implementar ações de reconhecimento e valorização do Patrimônio Cultural no município de Mossoró, uma vez que essa cidade possui monumentos históricos e manifestações artísticas que precisam ser reconhecidas e sentidas pela população. Assumiu-se, então, a responsabilidade em promover ações que desenvolvam e valorizem as expressões culturais, os elementos identitários que compõem a memória coletiva “para além de lembranças de um passado que já se foi, apontará

para as potencialidades de um futuro que se deseja construir” (HALBWACHS, 2006:108) e fazem de Mossoró uma cidade plural.

Uma das primeiras etapas empreendidas dentro dos objetivos propostos, como já citado, foi o estudo dirigido das políticas públicas municipais que versassem sobre patrimônio. Nesse primeiro momento, procurou-se fazer o mapeamento das ações municipais que se dirigissem a preservação desse rico leque de bens patrimoniais que a cidade possui, medidas essas frágeis, isoladas e com pouca efetividade. Até 2006 o principal ordenamento urbanístico de Mossoró era o Plano Diretor aprovado em 1973. O documento previa a preservação de locais paisagísticos e edificações de valor histórico e cultural do município, mas não especificava de maneira clara, o que o mesmo concebia como patrimônio histórico e arquitetônico. Assim, mesmo diante da demonstração do interesse em se preservar esses locais, a maneira vaga como estes foram explorados na legislação a tornaram sem força efetiva na conservação desses bens históricos.

Outro esforço do Poder Público Municipal para proteger o seu patrimônio cultural edificado foi a criação da lei municipal nº 148/83 a qual delimita a zona especial do corredor cultural de preservação paisagística e ambiental, no centro da cidade de Mossoró. Nas edificações, praças e monumentos presentes nesse setor, o denominado corredor cultural, foram fixadas placas que os identificavam como integrantes do perímetro de proteção. Entretanto, mesmo constituindo uma ação mais efetiva, a medida ainda possui limitações. O projeto do corredor cultural não possui, se quer, um inventário com documentação iconográfica das edificações protegidas.

Um novo Plano Diretor foi criado em 2006. A nova legislação define que o planejamento urbano deve ter como objetivo o “respeito a memória construída”, bem como institui o tombamento, “visando a preservação de bens culturais, históricos, arquitetônico e locais de ruínas e cavernas, bem como o seu entorno num raio de 100,00m” (MOSSORÓ, Art. 41, Inciso III, 2006). A legislação também delimita a Área Especial De Interesse Histórico Cultural – A-EIHC. Segundo o novo Plano Diretor, as edificações localizadas nesse setor devem ser recuperadas e preservadas por possuir valor arquitetônico, histórico e cultural. Mesmo diante dessa nova regulação urbanística mais atuante, verificou-se a necessidade de uma normatização mais específica, que contemplem sanções àqueles que destruírem esses patrimônios e que também estabeleçam, de fato, estratégias para promover a restauração e

revitalização das edificações e que para além de ações pontuais desenvolva ações a médio e longo prazo, como o trabalho de educação patrimonial.

A ação mais recente da Prefeitura Municipal no tocante a preservação patrimonial foi a criação da lei 2.749 de 17 de junho de 2011, a qual dispõe e regulamenta o tombamento e a preservação do patrimônio cultural, históricos, artístico e paisagísticos da cidade. Dentre as ações previstas na legislação, encontram-se a criação do Livro de Tombo no qual seriam inscritos os bens sujeitos à proteção por parte da prefeitura, bem como a criação da chamada Comissão de Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagística do município, a qual seria responsável por deliberar e executar os atos relativos aos dispositivos da lei. Apesar de tratar da preservação dos bens patrimoniais de maneira mais clara, a lei reflete mais uma vez a política frágil do poder público municipal com relação à preservação do Patrimônio Cultural, na medida em que as ações nela previstas encontram-se, mais de um ano depois, apenas no papel.

Outro fator agrava tal fragilidade na legislação municipal. O crescimento experimentado pela cidade nos últimos anos tem dado lugar a ações estratégicas no sentido de modernizá-la.

Ao mesmo tempo em que há essa transformação do espaço urbano de Mossoró, várias edificações de importância histórica vêm sendo paulatinamente substituídas ou destruídas, por se considerar que é essencial adaptar, modernizar as edificações, tanto estética como funcionalmente” (TRIGUEIRO, 2005).

Essa realidade torna-se ainda mais preocupante quando se constata que essas ações do poder público vêm sendo feitas sem o auxílio de uma legislação efetiva que regule, de fato, a intervenção nesses espaços.

Nesse sentido, análise da política patrimonial de Mossoró nos revelou uma grande contradição. Deparamo-nos com o discurso oficial que faz uso da história e da memória para promover a imagem de uma cidade de intensa vida cultural e que, portanto, valoriza o seu patrimônio. Entretanto, contrastando com a tentativa de se firmar enquanto “Cidade da Cultura”⁷, percebemos através do estudo da legislação do município, a ausência de ações que

⁷ Com o objetivo estratégico de atrair recursos para a Cidade, um projeto empreendido pela Prefeitura Municipal foi a candidatura de Mossoró à *Capital Brasileira da Cultura 2007* (título concedido pelo Governo Federal desde 2006 à cidade que se destaca pelas iniciativas na área cultural).

realmente promovam a conservação de seu patrimônio edificado. Verificam-se, medidas que contemplam a proteção dos bens patrimoniais da cidade, entretanto, de maneira vaga e sem efetividade. Essa realidade torna-se ainda mais evidente quando mesmo diante desse discurso de valorização cultural, constata-se que até momento grande parte de seu patrimônio cultural ainda não foi tombado.

Porém, a maior ausência verificada, quando se analisa a política de preservação mossoroense, é a de ações que contemplem a Educação Patrimonial nos espaços escolares. Tendo em vista que:

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999).

Assim, o trabalho com Educação Patrimonial possibilita ao longo das ações educativas, o conhecimento crítico e apropriação consciente dos bens culturais por parte do educando.

A apropriação, oposto de distanciamento, é um processo em que por meio das práticas sociais, é atribuído significado a determinado espaço, conferindo-lhe o status de lugar [...] por meio da apropriação, o espaço é re-elaborado no imaginário, permitindo a construção de uma visão particular do mundo pelo sujeito social e, portanto, de sua própria subjetividade (COSTA, 2009:10).

Como forma de levar a temática para os espaços escolares, conforme já citado, em um segundo momento será confeccionado uma cartilha educativa. Esse material gráfico trará conceitos básicos (tombamento, patrimônio cultural, educação patrimonial etc.) trabalhados através de histórias em quadrinho. Além da distribuição das cartilhas, serão realizadas palestras, momentos de interação, diálogo e discussões que contemplem a relação desses alunos com os bens patrimoniais que estão a sua volta, isso na tentativa de despertar o interesse desses sujeitos em conhecer e preservar tais bens.

Uma das grandes preocupações na confecção do conteúdo do material gráfico e da preparação das palestras educativas foi adequá-los a linguagem e ao desenvolvimento psicocognitivo do público alvo, que se constitui de alunos do Ensino Fundamental (6º ao 9º

ano) na faixa etária entre 11 e 14 anos de idade. O conteúdo das atividades práticas foi elaborado para que o aluno possa saber um pouco mais sobre a temática do patrimônio histórico e cultural, de acordo com o seu interesse e curiosidade natural, ajudando-o a refletir e a construir seu pensamento crítico e analítico.

Dessa forma, as atividades funcionarão como uma ferramenta para despertar o interesse, desses sujeitos em formação, pela preservação dos bens culturais de sua cidade, tendo em vista que se faz necessário uma compreensão do significado de Patrimônio Cultural para que assim se possa pensar em preservação. Partiu-se da premissa de que o interesse em preservar só será desenvolvido a partir do momento em que esses alunos tomem consciência da importância desses espaços para o meio social, tanto de forma individual quanto coletiva, e se vejam enquanto responsáveis pela sua conservação.

Muito mais que conhecê-los, é preciso fazer com que através das ações educativas, desenvolva-se o sentimento de pertença, trabalhando-se a relação desses sujeitos com seus bens patrimoniais e articulando a representação, a apropriação e a dimensão subjetiva que o patrimônio assume com as ações práticas próprias da Educação Patrimonial. A ideia é articular teoria e prática, problematizando, debatendo e fazendo com esses alunos conheçam o patrimônio de sua cidade e mais que isso o valorize e façam parte da preservação sustentável desses bens.

Referências Bibliográficas

BARROS, José de Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, Rio de Janeiro; Vozes, 2007.

COSTA, Andréa Virgínia Freire. **Lugares do Passado ou Espaços do Presente? Memória, identidade e valores na representação social do patrimônio edificado em Mossoró-RN**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.
Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1997.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Rio de Janeiro: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**; tradução Yara Aun Khoury. São Paulo, SP- Brasil, 1981.

MOSSORÓ, **Lei Complementar nº 012/2006**, de 11 de dezembro de 2006.

TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. **Oh de fora!** Dissertação (Mestrado de História)- curso de História da Universidade Federal de Per

A EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA E A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO ARTICULANDO SABERES E PRÁTICAS NAS ESCOLAS MULTISSERIADAS

*Francisco Alisson de Oliveira**

Elaborado com a finalidade de reduzir as dificuldades metodológicas encontradas pelos professores que lecionam no ensino multisseriado em escolas da zona rural do município de Cajazeiras (PB), o projeto de extensão *Qualificação em Educação do Campo: Contextualização para a Convivência com o Semiárido*¹, que serve como texto base para este artigo, vem desenvolvendo atividades extensionistas, articulando saberes através do uso da interdisciplinaridade e a contextualização para a convivência com o semiárido de alunos e professores envolvidos no projeto.

Esse projeto de extensão vem ampliando, apoiando e sistematizando o processo teórico-metodológico dos professores do ensino multisseriado da região de Cajazeiras, beneficiando inúmeros alunos da zona rural, bem como contribuindo para o processo de formação do bolsista PROBEX que participa das atividades desenvolvidas.

As ações extensionistas que vêm sendo trabalhadas envolveram mais do que temas e conteúdos a serem ministrados pelos professores, uma vez que, para além das questões relacionadas ao planejamento didático-pedagógico, consideram-se as condições oferecidas pelo poder público municipal (infraestrutura, livros e materiais didáticos, acesso as tecnologias e a diversidade do mundo moderno, acompanhamento sistemático das escolas e do processo de ensino-aprendizagem, acompanhamento psicológico de professores, pais e alunos etc.). Com isso buscou-se a melhoria da formação teórico-metodológica dos referidos professores, bem como a (re)elaboração das metodologias de ensino.

* CFP/UFCG/Graduando em História/Bolsista PROBEX.

¹ O projeto é vinculado ao Programa de Extensão da UFCG (PROBEX), nas vigências 2011 e 2012, e tem coordenação da Professora Doutora Mariana Moreira Neto, com orientação da Professora Doutora Maria Lucinete Fortunato.

No início do projeto, foram feitos lançamentos das principais dificuldades encontradas no modelo multisseriado local, em diversos aspectos, como isolamento das escolas, despreparo de alguns docentes, a falta de comunicação com a Secretaria Municipal de Educação, a falta de estrutura das escolas para melhor atender os alunos de diferentes faixas etárias (salas com pouco espaço, refeitório pequeno e/ou inexistente, falta de um local apropriado para a recreação e a prática de esportes etc.), falta de acomodações para alunos que necessitam de atenções especiais, ausência de bibliotecas, videotecas, salas de leitura, laboratórios de informática, materiais didáticos deficitários e/ou em número insuficiente etc.

Com esse levantamento em mãos, foi possível iniciar os trabalhos propostos no projeto, onde a participação em conjunto entre os membros extensionistas, os professores envolvidos e a parceria feita com a Secretaria Municipal de Educação, foi de vital importância na elaboração dos conteúdos, que foram apresentados e executados durante o ano de 2011, tendo sua continuidade no ano de 2012.



Professores e membros extensionistas em uma das reuniões na sede da Defensoria Pública Municipal de Cajazeiras (PB).

Os professores envolvidos participaram assiduamente das ações extensionistas e promoveram práticas didático-pedagógicas, em suas salas de aulas e/ou escolas, contemplando os princípios apresentados ao longo das atividades desenvolvidas.

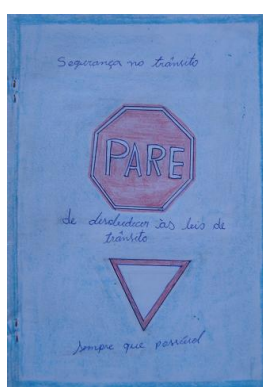
Foi elaborado coletivamente um plano de curso anual para a educação do campo no município de Cajazeiras (PB), contemplando a educação para a convivência com o semiárido, inovando sistematicamente e unificando temas, conteúdos e atividades direcionados ao ensino multisseriado. Optamos pela pesquisa-ação (PA), devido à natureza do problema, onde desenvolvemos nossas ações extensionistas, o qual nos remete: o aprofundamento e análise teórico-metodológico do ensino multisseriado desenvolvido no município, e das questões relacionadas à prática pedagógica nesta área. Desse modo, houve uma interação participativa entre a equipe extensionista e os professores envolvidos com o projeto, possibilitando que a

pesquisa e a ação acontecessem de forma concomitante, onde o grupo beneficiado passou por transformações no âmbito da produção de conhecimentos e da prática.

A elaboração e posterior aplicação do plano de curso anual para a educação do campo deu-se tendo como base as reais condições de trabalho no ensino multisseriado, vinculado à rede pública municipal de ensino. Essa discussão foi subsidiada com a leitura e análise de textos teóricos e os depoimentos e experiências que, quinzenalmente a cada encontro da equipe extensionista com os professores envolvidos, eram relatados. A partir daí, foram discutidas e elaboradas propostas de atividades. Diversos temas foram abordados, discutidos, apresentados, formulados, distribuídos e aplicados, sempre respeitando as diferentes disciplinas, as faixas etárias e a série de cada aluno.

Uma das ações discutidas com frequência durante o projeto foi a construção coletiva de métodos e estratégias de avaliação que eram utilizados a partir dos temas levantados. Esse diálogo teve como propósito trabalhar a melhor forma do aprendizado exercido pelos alunos mediante as metodologias aplicadas pelo docente. Os professores envolvidos perceberam que a prática da avaliação deve estar interligada com os temas, com os objetivos específicos, com os conteúdos apresentados e com as metodologias.

Exemplificando essa questão, pode-se apresentar o uso de questionários em forma de álbum seriado feito pelas crianças, apresentado pelo professor Francisco Lima da Silva, para o processo de avaliação do tema “Segurança no Trânsito”, e que já demonstra um melhor desenvolvimento, dentre outros temas, no método de verificação do aprendizado.



Capa do álbum seriado elaborado pelas crianças.

Ao mesmo tempo, a realização das atividades extensionistas possibilitou a percepção das dificuldades enfrentadas e os déficits educacionais registrados em muitas escolas multisseriadas do município. Situação que se manifesta tanto na parte docente quanto na parte

estrutural. Fato este percebido e avaliado nos depoimentos cedidos pelos professores envolvidos.

Partindo desse pressuposto, a equipe extensionista buscou incentivar a prática de questionamentos e de avaliações, tanto tradicionais, quanto modernas, defendidos pelo fato de que, o professor deve estar amplamente envolvido com o repasse do conhecimento e o que diz respeito a sondá-lo, pois em um futuro acadêmico, o aluno poderá ser avaliado através desta prática de verificação, dessa forma, em meio a um processo seletivo, feito geralmente através de exercício de verificação de aprendizagem aplicada.



Equipe de professoras-coordenadoras e bolsista PROBEX.

Dentro desta perspectiva, o modelo avaliativo processado e aplicado pela equipe extensionista ajudou os professores a melhor coordenarem suas atividades dentro das salas de aula do ensino multisseriado, sempre com a preocupação de dar uma nova roupagem ao processo de transferência de conhecimento, como forma de driblar as dificuldades existentes já enunciadas nas reuniões e nos questionários anteriores.

Uma atividade com um tema universal, o Natal, foi elaborada como proposta avaliativa:

TEMAS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO	METODOLOGIA	AVALIAÇÃO
Natal – Festas Religiosas	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Apresentar e trabalhar com os professores e alunos as diversidades culturais encontradas no Natal; ❖ Trabalhar o Natal e as Festas de Fim de ano dentro do espaço religioso e do espaço comercial; ❖ Valorizar o Natal como festa cristã; ❖ Trabalhar com os alunos as reuniões familiares proporcionadas pelo Natal e pelas Festas de Fim de Ano. 	<p>A origem natalina; Trabalhando os vários símbolos do Natal; Como o Natal é festejado em várias regiões; As celebrações religiosas do Natal; Natal: Festa Cristã; Introduzir textos e canções natalinas; Participação da figura do Papai Noel no universo infantil; O Natal e o cotidiano: comércio, preços, etc.</p>	<p>Elaboração de cartões de Natal; Presépio vivo e presépio como ornamentação; Uso de textos natalinos; Participação dos alunos e professores nas brincadeiras e cantigas de Natal; Dramatizações; Participação de “Papai Noel”; Ornamentação da sala de aula; Uso do “amigo oculto”; Uso de questionário: sobre o conhecimento natalino dos mais velhos; Uso de textos explicativos; Aulas expositivas.</p>	<p>O envolvimento e a participação de professores e alunos na produção das atividades sobre o Natal; Pesquisas e produção de questionários; Realização de debates sobre o espírito natalino; Confecção de cartazes; Encenações teatrais com os presépios vivos e/ou Papai Noel.</p>

Nessa perspectiva, percebeu-se que o material teórico-metodológico trabalhado discutido, as reuniões, as palestras proferidas pelas coordenadoras do projeto, a troca de experiências entre os docentes e os demais conteúdos utilizados, representaram um avanço na resolução de muitas carências existentes no ensino multisseriado local.

Para os professores envolvidos, as ações extensionistas do projeto trazem como principal suporte a produção de melhores condições de ensino, sobretudo devido a possibilidade de troca de experiências e aprofundamento teórico-metodológico e didático-pedagógico. Percebe-se que a qualificação permanente dos professores, vem possibilitando um redimensionamento sistemático do ensino nas escolas beneficiadas, já que a ampliação do universo teórico dos mesmos tende a viabilizar uma melhoria na qualidade da educação do campo, sobretudo no que diz respeito à contextualização e a convivência com o Semiárido.



Alunos da Escola Vital Alves de Freitas, no Sítio Serragem, zona rural do município de Cajazeiras (PB), uma das escolas beneficiadas pelo projeto.

Além das atividades sugeridas no plano de curso anual para a educação do campo outras propostas foram, ao longo das ações extensionistas, sugeridas para serem desenvolvidas nas escolas, destacando-se: trabalhar incisivamente a temática sobre a região polarizada pelo semiárido: suas culturas², sua climatização, sua estrutura geopolítica, projetos governamentais de desenvolvimento, etc.; projetar estudos de campo utilizando a interdisciplinaridade, produzindo relatórios posteriores acerca do aproveitamento de cada estudo realizado; promover olimpíadas rurais (Esportivas, Matemática, Redação, etc.) com o apoio da Secretaria Municipal de Educação e/ou o respectivo poder público, além da provável participação da iniciativa privada; aplicar a diversidade de temáticas existentes em cada setor social, como empregos e geração de renda no campo e na cidade, saúde, educação nas áreas rurais, participações de ONGs e Pastorais no combate aos diversos males sociais, etc.;

² Explorar as atividades culturais locais presentes, como bandas cabaçais, de pífano, ritos africanos, culturas quilombolas, atividades rurais ligadas a cultura nordestina e/ou ao semiárido etc. fazendo com que essas tradições não desapareçam do semblante popular.

diagnosticar os principais motivos que levam alguns alunos a terem maior dificuldade em absorver o conhecimento aplicado do que outros; insistir no processo de utilização de alunos com maior facilidade de absorção do conhecimento como monitores e/ou auxiliares dos que têm maior dificuldade; manter a prática de estímulo a leitura e a escrita: produzindo redações, contos, cordéis, músicas, etc.; promover aulas de canto com os alunos (de preferência com a formação de um coral infantil); promover atividades físicas pelo menos duas vezes por semana, e estimular essa prática desde os alunos até a comunidade em geral (caminhadas, pequenos aquecimentos físicos, prática de esportes, etc.); aplicar palestras com membros da comunidade ou autoridades das diversas áreas sociais, sempre que possível para uma melhor divulgação dos acontecimentos extra campo: desenvolver e estimular o dom das artes em cada aluno: música, pintura, desenho, poesias, danças, etc.; intercalar toda e qualquer temática utilizada dentro das várias disciplinas ministradas pelo docente no ensino multisseriado, além de dividir as práticas que vêm dando certo com os demais parceiros envolvidos no projeto de extensão; manter a “rotina semanal” – troca de experiências praticadas em sala de aula entre os docentes envolvidos no projeto de extensão; trabalhar a socialização com o “quadro de chamada” – recurso que utiliza pequenos bilhetes dos alunos quando da entrada na respectiva instituição de ensino; priorizar o trabalho com o cabeçalho escolar – ensinando e cobrando do alunado a produção do mesmo; continuar discutindo sistematicamente textos teórico-metodológicos sobre o ensino multisseriado; manter uma integração entre escola, comunidade e administração para divulgação dos acontecimentos extra sala ou extra campo, auxiliando na melhor forma possível de educar os alunos; Continuar trabalhando os temas que combatem as drogas, a violência física e sexual, o bullying, as hostilidades em sala de aula e nas demais localidades, etc.; palestras com psicólogos com o apoio da SME; trabalhar o comportamento individual de cada aluno com o uso de relatórios semanais, mensais e/ou bimestrais pelo professor; continuar inserindo a participação da comunidade em geral na escola; trabalhar a programação de TV local – coisa que não acontece, pois com o uso de antenas do tipo parabólica a grade de programação que chega a zona rural é a nível nacional, abafando a grade de programação local; incentivar o plantio e o cuidado com uma horta e/ou uma “farmácia natural” (plantas medicinais) com os alunos; buscar melhorar cada vez mais a comunicação e a parceria entre as escolas envolvidas, a Secretaria Municipal de Educação e o apoio da UFCG, com seus programas (Projetos de Extensão, de pesquisa, etc.) de auxílio e melhoramentos para uma notável qualidade de ensino nas zonas rurais e urbanas.

A realização das atividades permitiu perceber a complexidade que marcar o ensino multisseriado em escolas do município de Cajazeiras. Uma realidade que se repete em muitas partes do país e que revela o distanciamento e, também, o descaso com que a educação do campo é tratada pelas políticas públicas de educação em todas as suas instâncias.

Essa situação se torna complexa quando se considera a questão de uma educação contextualizada na perspectiva da convivência com o semiárido. Os relatos e as experiências que os professores fartamente apresentaram nos encontros do projeto exemplificaram como o material didático, a formação docente, a relação da escola com a comunidade e com a realidade que a circunda não considera que o aprender é uma relação que carece ser alicerçada na realidade local e global.

A elaboração do plano de curso anual para a educação do campo que vem sendo operacionalizado pelos professores das escolas do campo do município de Cajazeiras pode traduzir uma primeira tentativa de construção de uma proposta diferente para as escolas do campo deste município. A revelia da precariedade de infraestrutura, da ausência do poder público, da falta de condições de funcionamento das escolas se faz pensar a educação como inerente a realidade onde se vive pode ser um começo.

Referências Bibliográficas:

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M.G.; CALDART, R.; MOLINA, M. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: LDB: trajetória, limites e perspectivas**. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000a.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: arte. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000 b.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Armed, 1993.

KINCHELOE, Joe L. **A formação do professor como compromisso político**: mapeando o pós-moderno. Porto Alegre: Armed 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítica-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

NICOLAU, Marieta Lúcia Machado; DIAS, Marina Célia Moraes (Ufrgs). **Oficinas de Sonho e Realidade na Formação do Educador da Infância**. Campinas, Papirus, 2003

BRASIL. Lei de Diretrizes e bases da educação nacional. (Lei nº. 9.394/96). Rio de Janeiro: Qualitymark/DUNYA, 1998.

CALDART, Roseli Salete. “Elementos para a construção do projeto político-pedagógico da educação do campo.” IN: JESUS, S. M. S. A. de; MOLINA, M. C. (orgs.) **Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo**: Brasília/DF: Universidade de Brasília, 2004, p. 13 – 52. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 5. DAMASCENO, M. N.; TERRIEN, J. (Coord) **Educação e Escola no Campo**. 1ed. Campinas: Papirus, 1993.

DAVIS, C.; GATTI, B. A. “A dinâmica da sala de aula”. IN: DAMASCENO, M. N.; TERRIEN, J. (Coord) **Educação e Escola no Campo**. 1ed. Campinas: Papirus, 1993, p. 73-135.

DEMARCO, D. J. “O ambiente educacional no meio rural brasileiro: alguns pontos para reflexão.” IN: FAVARETO, A. ; MAGALHÃES, C. ; ROMAGNOLI, R. (Org.) **Série Debate & Reflexões**, n. 09, São Paulo: CUT, Escola Sindical São Paulo, dez, 2002, p.103-122.

FORQUIN, J. C. Escola e Cultura. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FIGUEIREDO, Tânia M. Mares. **Educação do campo: uma nova possibilidade para antigas necessidades**. Disponível em: <http://www.lfti.com.br/EMEC/trabalhos/92/EDUCACAO%20DO%20CAMPO%20TEXT0%20P%20UFMG.pdf> Acesso: 28-04-2011.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. “A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições.” **Educação e Sociedade**. [online] Campinas, abr., v.23, n.78, 2002. [citado 20 Fevereiro 2005], p.15-35. Disponível na World WideWeb:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S10173302002000200003&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-7330. Acesso em: 15 de Agosto 2005.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **EDUCAÇÃO DO CAMPO E TRANSGRESSÃO DO PARADIGMA (MULTI)SERIADO NAS ESCOLAS RURAIS**. In: ANPED. UFPA. Disponível em: <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT13-6181--Res.pdf> Acesso 28-04-2011.

FIGUEIREDO, Tânia M. Mares. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA NOVA POSSIBILIDADE PARA ANTIGAS NECESSIDADES**. In: IFTI. Disponível em: <http://www.lfti.com.br/EMEC/trabalhos/92/EDUCACAO%20DO%20CAMPO%20TEXT0%20P%20UFMG.pdf> acesso: 28-04-2011.

NICÁCIO, Marcondes de Lima; PINHEIRO, Maria Joana Manaitá; WALKER, Maristela Rosso; TERUYA, Teresa Kazuko. **A CONSOLIDAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS MODELOS MULTISSERIADOS DE ENSINO** In: Histedbr – UNICAMP. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/LNE4Sg2n.pdf acesso: 28-04-2011.

LUGARES DE MEMÓRIA: SOCIABILIDADES E IDENTIDADES

Hélia Costa Morais¹

*Jeová Jonathan da Silva Barbosa ***

O presente resumo busca abrir um debate acerca da problemática dos lugares de memória e sua utilização como espaço de sociabilidades, onde o teor histórico e memorialístico pretendidos, muitas vezes, permanece à margem. Afim de, promover uma articulação entre a intencionalidade na construção desses lugares como detentores da memória individual e coletiva e, sua influência na construção das identidades socioculturais. Deste modo, busca-se empreender uma reflexão em torno do patrimônio material e simbólico e sua importância histórica para a sociedade na qual estão inseridos. O objetivo é atentar, não somente, para o valor histórico e cultural dos lugares de memória, mas analisá-los como espaços públicos responsáveis pela interação social dos sujeitos expostos às suas manifestações culturais, políticas, cívicas, esportivas e religiosas. Deste modo, os lugares de memória são primordiais para a reelaboração de novas identidades e o reconhecimento dos grupos sociais que ali se constroem, de modo que, “cada objeto reencontrado e o lugar que se encontra, no conjunto, nos recordam uma maneira de ser comum a muitas pessoas.”. Metodologicamente, utilizou-se o cruzamento de fontes escritas com os relatos orais de pessoas que se sociabilizam nestes espaços, afim de perceber semelhanças e divergências no que se refere à intencionalidade desses lugares e sua apreensão pelos sujeitos que os frequentam. Portanto, intenciona-se analisar os espaços de memória, investigando tanto seus usos materiais, quanto seus laços de sociabilidades. Afinal, se a memória é fundamental para a construção das identidades, seu trabalho é indispensável na produção desses lugares. Assim sendo, sua importância revela como determinados lugares de memória são espaços modelados e modeladores da memória e dos sujeitos que por eles circulam.

Palavras Chave: Lugares de Memória, Sociabilidades e Identidades.

O presente trabalho é fruto da pesquisa realizada como membro do projeto de extensão “História, Memória e Patrimônio: os lugares de memória e preservação patrimonial na cidade de Mossoró”, o qual suscitou inúmeros debates e discussões acerca do patrimônio material e imaterial da cidade de Mossoró, fornecendo resultados bastante pertinentes ao desenvolvimento deste texto. Aqui se busca abrir um debate em torno da problemática dos lugares de memória e sua utilização como espaços de sociabilidade onde o teor histórico e memorialístico pretendido, muitas vezes, permanece à margem. O intuito é promover uma reflexão entre a intencionalidade na construção desses lugares como detentores da memória individual e coletiva e sua influência na construção de identidades de grupos que circulam ou se apropriam das narrativas existentes nesses espaços, bem como, refletir acerca do patrimônio material e sua importância histórica e simbólica para a sociedade que os insere.

A reflexão acerca de patrimônio inicia-se com a necessidade que o sujeito traz consigo de legar aos seus herdeiros os seus bens, sejam eles materiais ou imateriais. Isso significa que esses bens podem variar desde imóveis, joias, fotografias, livros e modos de

¹ Graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

** Graduando em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

fazer. Bens que se desdobram, por exemplo, desde receitas culinárias, danças, até os ensinamentos espirituais que, na maioria das vezes, envolvem as lições de vida que se desejam perpetuar às futuras gerações. Ou seja, são bens:

(...) de natureza econômica, moral, religiosa, mágica, política, jurídica, estética, psicológica e fisiológica. Constituem, de certo modo, extensões morais de seus proprietários e estes, por sua vez, são partes inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem sua condição de indivíduos". (GONÇALVEZ, 2003, 316-23)

Os lugares de memória são portadores de grande valor histórico e cultural, além de espaços públicos responsáveis por grande parte da interação social das cidades. Muitas vezes, são definidos como ponto de encontro e de sociabilidade pela população local, tornando-se palco de manifestações culturais, sociais, políticas, cívicas, esportivas e religiosas. E, embora a essência desses lugares seja constituída a partir das narrativas aí existentes, o conjunto urbano e paisagístico (de seu entorno) contribui para a apreensão desses lugares como espaços simbólicos e memoráveis. Sobre os espaços urbanos utilizados por esses lugares a historiadora Sandra Jatahy Pesavento discorre:

A cidade é sempre um lugar no tempo, na medida em que é um espaço com reconhecimento e significação estabelecidos na temporalidade; ela é também um momento no espaço, pois expõe um tempo materializado em uma superfície dada. Porém, em termos de cidade, esse tempo contado se dá sempre a partir de um espaço construído, e não é possível pensar um sem o outro. Quando se trata de representificar a memória — ou a história — de uma cidade, a experiência do tempo é indissociável da sua representação no espaço". (PESAVENTO, 2007, p. 13).

É nesse sentido que os lugares de memória, bem como, toda a gama de patrimônio cultural dos grupos sociais envolvidos em sua construção garantem a continuidade de narrativas, uma vez em que representam sua própria identidade através da circulação de valores que transcendem gerações. Isso porque a memória tende a legitimar a aproximação entre o indivíduo e o coletivo/grupo. Para isso, é necessário o incentivo do conhecimento crítico e a apropriação consciente pelos grupos do seu próprio patrimônio e as maneiras de preservá-los, de modo a fortalecer o sentimento identitário e de cidadania, ou melhor, possibilitar ao indivíduo a compreensão do seu universo sociocultural.

No que concerne às práticas de sociabilidade exercidas nestes espaços, pode-se dizer que vão além da análise e observação do conjunto urbanístico e paisagístico, pois ali, constrói-se a identidade social dos sujeitos ao si reconhecerem e perceberem os diferentes

valores e interesses constituintes da sociedade. Por isso, a compreensão das representações sociais é tão fundamental à interpretação do universo simbólico ali existente, pois “(...) cada objeto reencontrado e o lugar que se encontra no conjunto nos recordam uma maneira de ser comum a muitas pessoas”. (HALBWACHS, 2006).

Assim, o estudo da problemática social da memória deve considerar não somente mecanismos, suportes, referenciais ou conteúdos e representações, mas também incluir os agentes e as práticas que influenciam diretamente nos rumos dados à problemática da memória e as sociabilidades consolidadas em seus espaços. Afinal, como nos alerta Pesavento, “o espaço construído se propõe como uma leitura no tempo, em uma ambivalência de dimensões que se cruzam e se entrelaçam através da representação”.

Os lugares de memória, segundo Pierre Nora, são espaços que possuem uma aptidão para a metamorfose, mistos, híbridos e mutantes, têm a função de parar o tempo, bloquear o esquecimento, imortalizar a morte, materializar o imaterial, ou seja, prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, quando não há intenção de memória, os lugares de memória são lugares de história. Pois, a busca da memória e da história está ligada às sociabilidades e ao contexto social em forma de saber cultural, sendo que “(...) o passado tende quase sempre a ser fugido” (LOWENTHAL, 1998).

No decorrer desta discussão se faz necessário atentar para os espaços de uso coletivo, os quais implicam na construção da memória coletiva, a qual é enraizada nos valores dos mais diferentes grupos sociais. Sendo assim, imprescindível atentar para as alterações provocadas pelos grupos sociais que se sociabilizam nesses espaços coletivos, a fim de perceber os elementos simbólicos que influenciam sua composição e as práticas sociais que modelam esses espaços e a influência exercida sobre eles. Afinal, como nos lembra Durval Muniz: “(...) o espaço não é apenas uma superfície empírica que a nós se impõe, é antes de mais nada um conceito através do qual tentamos apreender, significar, organizar, dar sentido a um dado recorte feito nesta empiria desordenada.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p, 67).

Levando em conta que o patrimônio cultural é o legado histórico determinado e preservado pela memória coletiva, sobre o qual versam inúmeras interpretações históricas e construções identitárias de um povo. Os lugares de memória como patrimônio histórico-cultural das cidades são responsáveis pela reelaboração de novas identidades coletivas e pelo reconhecimento dos grupos sociais que as constroem. No que se refere à questão do

patrimônio material e sua preservação, busca-se entendê-lo como algo singular, aberto ao ver e sentir da sociedade. Tendo-se na memória a busca da conservação e na história a transformação dessa memória em objeto concreto.

Assim, têm-se nos lugares de memória espaços destinados a conter lembranças, no sentido material, simbólico e funcional, que possibilitam uma integração social dos sujeitos que se apropriam deles. O passado apresenta-se como uma maneira de examinar a cultura de um povo e o presente como espaço de se sociabilizar com tal passado, a cultura, portanto, mostra-se como lugar privilegiado no estudo da história social. Pois, infiltra-se também nas redes de sociabilidades produtoras de uma dialética de comunicação, que promove novas relações entre grupos diferentes e destes com o mundo e o contexto cultural que os cercam.

No que concerne aos lugares de memória da cidade de Mossoró, entre eles, os Casarões da Estação Ferroviária, o Cemitério Municipal São Sebastião, a Estação das Artes Eliseu Ventania, o Memorial da Resistência, o Museu Histórico Municipal Lauro da Escóssia, entre outros, o poder público municipal empreendeu a construção de monumentos que celebram a importância dos grandes feitos ocorridos na cidade. São espaços públicos, símbolos da comemoração e ostentação de acontecimentos, como por exemplo, a libertação dos escravos (1883), o primeiro voto feminino do Brasil (1927) e a resistência ao Bando de Lampião (1927).

Oitenta anos após a invasão do bando de Lampião à cidade, surgiu ao poder público mossoroense a proposta de se construir um memorial que retratasse a resistência de Mossoró aos cangaceiros de Lampião. O Memorial da Resistência seria construído dentro de um projeto realizado pela prefeitura Municipal de Mossoró que articularia a memória dos acontecimentos locais em um projeto urbanístico que contemplaria acima de tudo os interesses do mercado de eventos e de turismo. Isso porque, a organização e estruturação do projeto do Memorial da Resistência deveriam ser adaptadas aos interesses políticos responsáveis pelo projeto, de modo a utilizar a documentação existente para retratar o episódio da resistência ao bando de Lampião como um grande feito heroico.

O Memorial da Resistência possui uma estrutura física que agrega prédios posicionados linearmente, que dão aos mecanismos utilizados para apresentar a cidade e a resistência ao bando de Lampião uma sequência dos acontecimentos que levam o observador a pensar a invasão e a resistência como algo extraordinário que foi cristalizado nos banners e nos uso dos documentos expostos em painéis. (...) Nota-se que a manipulação das fontes

para a construção dos painéis é um indício que nos faz pensar na forma que deveria ser apresentada uma memória sobre os resistentes e na maneira como utilizar os documentos disponíveis (FALCÃO, 2011, p. 111).

O fato é que desde a montagem do projeto até a inauguração do Memorial da Resistência havia outros interesses além da construção de um espaço voltado para a memória ou para a história local. O intuito principal era finalizar o Corredor Cultural de Mossoró, composto pelas praças de Convivência, Eventos, Esporte e Lazer; o Teatro Dix-Huit Rosado, a Estação das Artes Eliseu Ventania e finalmente, o Memorial da Resistência. De modo que, o projeto estava para além de um Corredor Cultural, a intenção era construir um espaço logístico muito mais voltado para os interesses de atividades econômicas e lucrativas do que a promoção da história local. Sendo assim, esses espaços estariam: “(...) mais empenhados na promoção das atividades turísticas da cidade do que na efetivação de um espaço voltado à memória sobre a invasão dos cangaceiros e a resistência dos mossoroenses” (FALCÃO, 2011, p. 109).

Deste modo, além de ser um espaço voltado à comemoração da resistência aos cangaceiros de Lampião, sua estrutura funciona acima de tudo como suporte à lógica de consumo e turismo local, pois, o Memorial da Resistência seria um lugar voltado, sobretudo, ao consumo. Sobre isso, Yuri de Tasso Queiroz Pinto secretário de obras do Município de Mossoró, responsável pelos trabalhos de organização e execução do Memorial, explica:

Em toda cidade os fatos culturais são os que chamam mais a atenção do turista. A cidade de Mossoró não tem paisagens naturais que atraiam a presença do turista, como belas praias, como serras interessantes, rios com comidas diferenciadas, ou rios caudalosos com cachoeiras, cachoeiras. A gente não tinha esse tipo de geografia que trouxesse o turista para a cidade de Mossoró. Então, qual o caminho para o turista visitar Mossoró? Então, a gente achou que poderia ser pelo turismo de eventos, e o turismo de eventos estaria ligado aos festejos. As populações das demais cidades gostam de visitar as cidades em virtude dos festejos de padroeiros, de datas comemorativas, como é o caso de Salvador, que já pegou determinada fama. O incidente de Lampião ocorreu no mês em que aqui no Nordeste a gente comemora o São João, então a cidade de Mossoró uniu o espetáculo Chuva de Balas no País de Mossoró (que é o espetáculo que retrata a invasão de Lampião) com os festejos juninos, fazendo uma grande festa e trazendo para a cidade de Mossoró um grande número de pessoas, isso também em função da acolhida que o povo do Nordeste presta ao turista. Assim, nada mais importante que retratar um fato histórico tão importante para o Brasil, pois o cangaço é contado na história desse país. E isso é um dos fatos que marcaram o cangaço, pois são através desses eventos culturais que a gente consegue trazer esses turistas para a cidade de Mossoró (FALCÃO, 2011, p. 209-210).

Assim, o objetivo central do projeto de extensão, bem como deste trabalho, foi atentar para a importância dos lugares de memória na formação das identidades locais. Isso porque, a memória deve ser entendida como algo não cristalizado no passado, mas que implica uma dialética permanente entre passado-presente. De modo que se faz necessário o estabelecimento da relação entre a cultura e a história desses lugares de memória, para a compreensão desse processo identitário.

Assim é preciso analisar esses espaços de memória investigando as alterações no seu uso no que se refere às sociabilidades ali presentes, percebendo com isso, os elementos simbólicos que influenciam na sua composição, uma vez que as práticas sociais que modelam esses espaços também sofrem a influência destes. No entanto, é preciso ter em mente que as simbologias impostas pelas elites responsáveis pela produção desses lugares são utilizadas como objetos de manipulações dos seus receptores e não dos seus elaboradores.

As finalidades propostas por esse trabalho se albergam no cruzamento de fontes escritas (documentação referente aos lugares de memória, neste caso, especificamente os lugares de memória da cidade de Mossoró) com a oralidade (depoimento das pessoas que se sociabilizam nestes espaços). Uma vez que, a metodologia da história oral explora as relações entre memória e história ao colocar em evidência a construção da identidade, contada pelos próprios sujeitos que se sociabilizam nos lugares de memória da cidade. Os testemunhos orais produzem uma fonte que possibilita a construção da história, cujo processo histórico não está acabado, pois “enquanto eventos factuais da história proporcionam o esboço da narrativa, seu significado permanece quase inteiramente nas mais baixas frequências da comunicação oral” (PORTELLI).

A evidência oral transforma os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribuindo para uma história mais rica, viva e verdadeira. Portelli valoriza a subjetividade do narrador, pois, segundo ele, fornecem às fontes orais, elementos inigualáveis como nenhuma outra fonte. Thompson acrescenta que, “(...) é evidente que compilar fontes orais é uma atividade que aponta para a conexão existente entre todos os aspectos da história e não para as divisões entre eles” (THOMPSON, 1992, p. 92).

Portanto, o cruzamento e análise dessas fontes possibilitam a compreensão das semelhanças e divergências no que se refere à intencionalidade na construção desses lugares e as maneiras como são utilizados e apropriados na formação das identidades.

Multiplicar o novo, fabricar o acontecimento, degradar a informação, são seguramente os meios de se defender. Mas a ambiguidade que se encontra no coração da informação acaba no paradoxo das metamorfoses do acontecimento (NORA, 1995. p. 188).

Considerando que a história não é uma ciência de resultados, mas de contextos, a intenção é perceber a relação dos sujeitos que usam esses espaços e como esses espaços são sentidos pelos mesmos. Afinal, a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos que compõem uma sociedade. Ou seja, a memória é também o sentido da identidade individual e coletiva e seu trabalho indissociável da organização social da vida, pois requer uma dialética comunicacional produtora de novas relações pessoais e culturais.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstituída sobre uma base comum. Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter lembrança. É preciso que essa reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros. (HALBWACHS, op. cit. p. 39).

O conflito existente entre esses espaços de memória e sua utilização como meio de sociabilidade, na maioria das vezes, perdem suas referências com o passado e adquirem o poder de manipulação política e perpetuação de memórias oficiais. Isso porque, os usos e apropriações desses lugares de memória estão ligados aos tipos de relações estabelecidas entre as pessoas que os utiliza, de modo que tais relações caracterizam a forma e o tipo de uso que o espaço adquire.

Pois, mesmo que um espaço seja destinado a um fim específico, não necessariamente desempenhará a função para o qual foi construído. Isso porque, o tipo de uso ou o não uso, serão determinados pelos valores das pessoas que os utiliza. Certeau (1995: 233) chama atenção para este aspecto “(...) as maneiras de utilizar o espaço fogem à planificação urbanística (...)”.

Assim sendo, a memória oficial construída por esses grupos elegem pontos do passado a iluminar e outros a deixar no escuro, consciente ou inconscientemente. Embora, Le Goff afirme que a memória coletiva é um instrumento de poder, onde as tradições formais representam a consciência coletiva de grupos ou de indivíduos, contrapondo-se a conhecimentos privativos de interesse constituídos, acredita que “(...) os esquecimentos e os

silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”. (LE GOFF, 1996, p. 426).

Portanto, o corredor cultural de Mossoró, assim como qualquer outro espaço de patrimônio histórico cultural, foi construído com fins específicos, (no caso de Mossoró, transmitir a ideia de resistência, enunciar os grandes fatos e feitos da memória coletiva local), no entanto, suas maneiras de usos adquirem variadas apropriações. Isso porque, o valor cultural é explícito nestes locais, mas não se sabe se são valores do presente ou do passado, pois a intensa vida social nestes lugares, na maioria das vezes, negligencia a percepção da trajetória de uma sociedade no tempo e a história social ali encontrada. Como afirma Pimentel,

Para o memorioso, assim como para os lugares de memória, a experiência pode ser trocada pela ficcionalidade de uma lembrança fortuita, escapando da história e de seu referente - que muitas vezes apenas por efeito de discurso (PINTO, 1998, p. 210).

Considerando que a memória está sempre disposta a resgatar o passado, através de inúmeras matrizes que representam hábitos, recordações e lembranças, individuais e coletivas, numa tentativa de reiterar identidades ligadas a temporalidades passadas, é imprescindível considerar que se a memória é fundamental para a construção das identidades, seu trabalho é indispensável na produção desses lugares de memória. Visto que, sua importância histórico-cultural revela como os lugares de memória são espaços modelados e modeladores dos sujeitos que por eles circulam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade nacional**. Recife: Bagaço, 2008, p. 67.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano e as artes de fazer** 16^o edição. Petrópolis: Vozes, 2009.

GONÇALVES, José R. **O patrimônio como categoria de pensamento**. ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (org.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, 316 p, p.23.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. 1^o edição. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**; tradução Bernardo Leitão. [et. al.]. – 4. ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LOWENTHAL, David. **Como Conhecemos o Passado**. In: Projeto História 17. São Paulo: PUC, 1998.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**; tradução Yara Aun Khoury. São Paulo, SP- Brasil, 1981.

_____ **O retorno do fato**. In: LE GOFF, Jacques. **História: novos problemas**. – Rio de Janeiro. Francisco Alves. 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidade visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH, vol. 27. n. 53, jan-jun., 2007. vol. 27, nº 53.

PINTO, Júlio Pimentel. **Os Muitos Tempos da Memória**. Projeto História, São Paulo, (17), nov. 1998.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como gênero**.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p 92.

CRIANÇAS NEGRAS EM SALA DE AULA: DIÁLOGO COM AS DIFERENÇAS

*José Jaime do Nascimento¹
Márcia Monique da Silva²*

1. Introdução

A educação é um elemento de extrema importância para a constituição de uma sociedade. Porém, uma reflexão mais profunda a cerca do ensino no Brasil nos revela que a educação foi implantada para atender um público homogêneo, uma vez que a mesma foi instaurada pela elite branca, a qual buscou assim, forjar uma nação única, sem considerar as diversidades e disparidades humanas.

Diante deste posicionamento historicamente pensado, propomos como metodologia utilizar a instituição escolar, juntamente com o seu elemento humano, tendo em vista, que

¹ Aluno de Graduação do 7º Período da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

² Aluno de Graduação do 2º Período da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN.

ambas são agente de produção ideológica, visamos, assim, dirimir o apagamento sócio-cultural do povo africano e afro brasileiros, que por centenas de anos foram representados por estereótipos negativos.

Pretendemos, portanto, pensar uma educação plural que contemple as diferenças em sala de aula, começando o trabalho a partir das séries iniciais, ou seja, Fundamental I. Com este estudo, objetivamos entender como as crianças se comportam diante do diferente em sala de aula e também investigar como professores estão agindo quando se deparam com atitudes que representam preconceito e discriminação, motivada por questões étnicas.

Para isto, este estudo fundamentou-se em uma pesquisa do tipo exploratório. A fase exploratória da pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de obter-se uma visão geral das identidades das crianças negras produzidas em sala de aula. Ao mesmo tempo, foi feito um levantamento bibliográfico. Diante do exposto é possível destacar que a discriminação étnica é fruto de um processo histórico de longa data, e que se prolongou

ao longo dos tempos produzindo efeitos mesmo na atualidade. Este artigo toma como alicerce teórico os trabalhos de Fazzi (2006), Gomes (2007) e Silva (2008).

2. PENSANDO A IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL

Por longos períodos, tentou-se construir a ideia de que somos todos iguais, tal concepção não representa um posicionamento uniforme, quando tomamos por base os estudos culturais, compreendemos que na realidade também somos constituídos pela diferença. Eu só existo, porque existe um outro diferente de mim, e é a partir dessa concepção, onde se formula a ideia de alteridade e por conseguinte as múltiplas identidades.

A diferença entre os povos, caso específico do Brasil, acaba sendo natural, pois é através deste hibridismo que aprendemos a nos relacionar com os outros, para poder ou não incorporar elementos que nos possibilite constituir nossa própria identidade, enquanto sujeito social. A identidade é um processo que vai se estruturando ao longo da vida, a partir de influência políticas, sociais, culturais e familiares.

É fundamental perceber que o processo de identificação implica que estejamos abertos a nos relacionar com aquilo que é diferente de nós; a dialogar com as diferenças, pois é a partir deste diálogo que incorporamos novos conteúdos a nós mesmos abandonando antigos, nos transformamos. (SANTOS, p. 16)

As identidades e as diferenças são criadas com o intuito de nos aproximar de determinadas características, e por outro lado, de nos afastar de outras, certos comportamentos e atitudes acabam sendo exaltadas e outros são visto negativamente. Pode-se perceber que estamos diante de uma dicotomia, onde criamos padrões e modelos, que nos permitem identificar e nos diferenciar dos outros. O intento disto, é desenvolver categorizações cujo objetivo é transparecer seus status e demonstrar a qual meio pertence ou pretende está envolto. Diante do exposto, é necessário destacar que pertencemos um momento histórico onde nos é permitido reconhecer as diferenças e as particularidades, de forma que as desigualdades possam ser superadas.

[...] (para isto, é necessário) o reconhecimento das diferenças como ponto de partida para a criação de direitos e de políticas sociais e educacionais que possam, ao mesmo tempo corrigir as desigualdades que a sociedade originou sem que as culturas e as diferenças de cada grupo social sejam apagadas ou desconsideradas em nome de um princípio universal. (SANTOS, p. 38)

Como uma tentativa de ruptura do preconceito racial na escola, acreditamos que a instituição escolar, juntamente com o seu elemento humano, tendo em vista, que ambas são agente de produção ideológica podem funcionar como a formação de uma sociedade anti-racista. O objetivo é formar um novo aluno, começando o trabalho a partir das séries iniciais, isto é, Fundamental I, pois partimos do pressuposto que as crianças das séries iniciais, terão a possibilidade de inserirem-se em uma sociedade livre de racismo, discriminação e preconceito, para com uma população negra que é mais um elemento constituinte da nossa identidade enquanto brasileiros.

Sabe-se que será um batalha árdua, pois o Ensino brasileiro foi estruturado para valorizar o branco. Contudo, com o engajamento dos professores, dos militantes e da própria escola, prejuízos históricos construído sobre os Africanos e afro-brasileiros poderão ser minimizados, precisa-se quebrar estereótipos.

Mesmo estando no século XXI se convive com resquícios de pensamentos do século XIX, nossa sociedade ainda esta estruturada em um tradicionalismo, onde ainda as diferenças não são respeitadas, diante deste cenário e tentando minimizar o preconceito com os povos Afro brasileiros, pretende-se que os profissionais da área da educação se engajem na luta de contenção a discriminação racial, mobilizando-se e responsabilizando-se pela difusão do respeito e valorização da diversidade na escola. Sabe-se que a escola é um dos órgãos que pode estimular o combate a discriminação, seja ela, racial, sexual e social. Mas outros órgãos: Secretaria de Educação do Estado e Município precisam contribuir com tal iniciativa, um vez que, existe débito de longa data para com os afro brasileiros.

Entretanto, para que as escolas contemplem as diversidades é preciso que elas se afastem do viés universalista, este unifica todos como se fossemos um só. Sendo o Brasil desde o princípio constituído pela mistura, isto é fato, não se pode negar e muito menos fingir que não existe. Assim, cabe a escola ser a responsável por reforçar o debate sobre a multiculturalidade do país.

[...] o multiculturalismo dá em destaque à diferença, ao tratamento diferencial, para se chegar à igualdade de oportunidades. O referido tratamento impõe, como resposta, no plano da ação, não mais o princípio da democracia formal, mas as estratégias chamadas por alguns autores de ‘política de reconhecimento’, por outros de ‘política de identidade’ e ainda ‘política da diferença’ (GONÇALVES e SILVA, 2003, p.118 Apud MARTINS E MUNHOZ; p 38)

Podemos inferir que o esforço por uma política multiculturalista, refere-se ao reconhecimento de uma dívida do passado para com os negros, que começou a ser pensado como forma de dirimir o prejuízo, este posicionamento ganhou proporções aceitáveis em fins do século XX e primeiros anos do século XXI, tais iniciativas estão dando aos afro-brasileiros notoriedade no meio acadêmico. O negro que antes era totalmente marginalizado e oprimido, agora faz parte de estudos que os exaltam e os veem como agentes responsáveis por sua própria história.

Vale lembrar que mesmo diante dos novos estudos que vislumbram os afro-brasileiros como elemento constitutivo da identidade brasileira, que propagam o respeito à diferença e divulgam a ideia de igualdade racial e de oportunidades ainda temos muitos resquício de uma construção histórica centradas no eurocentrismo, onde se apregoa que o branco é superior ao negro. Tais posições ainda se fazem presentes com muita força no imaginário social e

institucional. A própria escola, juntamente com seus elementos constitutivos como, por exemplo, livros e docentes, tanto estão, respectivamente desatualizados em relação à temática, como muito dos professores não tiveram preparação e nem se interessam em incorporar em suas aulas o ensino da cultura africana e afro-brasileira. Contudo, acreditamos que mesmo em meio as dificuldades de inserir a cultura africana e afro-brasileira nas escolas, é através dela, que poderemos iniciar a ruptura de muitos estereótipos que continuam sendo propagados.

3. UMA PROPOSTA ANALÍTICA SOBRE CRIANÇAS NEGRAS EM ESCOLAS BRASILEIRAS .

Sabe-se que o Brasil é constituído por multiculturas, contudo, isso não afirma que existe reciprocidade entre brancos e negros. O racismo do nosso país atua de forma sutil e camuflada, de maneira que, pessoas menos atentas com a discriminação, acreditem que nossa sociedade conviva e respeite as diferenças.

Com este estudo, pretende-se analisar como dar-se-á as manifestações raciais em sala de aula do ensino Fundamental I, com isso, busca-se observar, as ações das crianças e também procurar-se-á investigar como professores estão agindo quando se deparam com atitudes que representam preconceito e discriminação, motivada por questões éticas.

Então nosso intuito é trabalhar com as crianças as questões raciais colocando-as como protagonistas para podermos analisar, como elas atuam diante do diferente. Precisa-se entender que elas não são apenas um folha em branco, um repositório de informações e um sujeito paciente. Elas têm perfeitamente capacidade de criar, reforçar e recriar preconceito e pode até influência pessoas que as circundam.

É certo também comentar que as crianças constroem suas percepções de mundo a partir das construções sociais, através do meio ao qual estão inseridas, aí vem as influências dos adultos, balizada pela crença religiosa, pelo convívio familiar e pela própria ação da escola. Diante do exposto, pode-se destacar que a aprendizagem vem através do estímulo do outro. Contudo elas também têm norral para interferirem em alguns posicionamentos daqueles.

Como já foi comentado as crianças são susceptíveis as estruturas sociais, elas podem até terem consciência que são negras, porém podem perfeitamente negar tal origem, pois

desejam participar de grupos que são considerados superiores e que tem privilégios. Segundo Fazzi (2006), “ao analisar essa questão da auto-identificação racial incorreta feita pelas crianças Black de até 6 anos de idade acreditavam que poderiam torna-se uma criança White se quisesse”. Como foi possível observar, diante dos vários estereótipos negativos que se construiu sobre o negro, acabou ocasionando prejuízos a identidade da criança negra. Estas por sua vez, não querem ser identificadas com tais valores e muitas acabam rejeitando suas origens de influência negra, temendo assim a discriminação.

Tal desejo acaba sendo compreensivo, pois no nosso país a história do negro foi construída em bases preconceituosas e discriminatórias. Foram vários estereótipos negativos que foram utilizados para identificar o negro ou preto, exemplo: macumbeiro, diabo, sujo, ladrão, pobre favelado, macaco, feio e cabelo ruim, entre outros.

Levando em consideração a idéias do branqueamento no Brasil, verificou-se que símbolo de beleza almejado era representado por um perfil da raça branca, características: olhos claros, cabelos loiros e lisos, nariz afilado e pele branca. Enquanto que, o negro estava associado à feiúra, a cabelos enrolados, nariz e lábios grossos, ou seja, o negro não era um padrão de beleza desejável pela sociedade. E isto acaba produzindo nas crianças um conceito do que representa o belo.

Apesar das crianças considerarem, a partir do seu meio social, os traços físicos dos brancos algo desejável e os traços dos negros repulsivos. Existe possibilidade das crianças negras se afirmarem, para isto estas precisam estarem inseridas em um ambiente socioeconômico favorável, mesmo assim o preconceito ainda ocorre mais com menos intensidade. No Brasil dependendo do poder que uma pessoa negra esteja investida, ele pode receber características pertencentes ao branco.

[...] Teste de similaridade entre crianças negras. Ela afirma que cor da pele e tipo de cabelo, pista fornecidas no teste de similaridade, podem não ser atribuídos salientes, quando no julgamento de si próprio. Crianças menores de minoria podem estar identificando-se com whites “porque elas podem agir como elas, ser felizes e bem sucedidas como elas ou jogar os mesmos jogos” (ABOUD, 1987, p 40 Apud FAZZI, 2006, p.55).

Como já citamos, a criança é vista como sujeito ativo, e logo em seus primeiros anos escolares, percebe que a diferencia da cor da pele produz status sociais diferentes, sendo assim, ao longo da formação, elas criam e reforçam ou não, sua maneira de agir perante o

outro. De acordo com alguns estudos, as crianças em seus anos iniciais, aprendem mais pelo que ouve, do que pelo o que se vê. Então elas acabam formando suas idéias de mundo, a partir das influências que recebem

Segundo Porter:

Demonstrou a existência de uma alta relação entre consciência e contato inter-racial, pois as “crianças em escolas não segregadas são provavelmente mais sensíveis para a existência de grupos raciais”. Katz, também ressaltou a importância do contato. Segundo ela, a exposição a uma pessoa racialmente diferente é necessária para que o conceito de raça entre no repertório da criança e/ou para dissipar concepções equivocadas. (PORTER, 1973, p.27 Apud FAZZI, p. 57)

É interessante destacar que o racismo manifesta-se de forma distinta nos diversos agrupamentos, ao qual as crianças estão inseridas. Existe o racismo por questões raciais e por questões sociais. Neste o racismo é expressado a partir das atividades exercidas, ao qual o negro ocupa na sociedade, exemplo: empregos domésticos, gari, cozinheiro e descarregador de carros, atividades necessárias, porém sem visibilidade social. Naquela as crianças expressam suas diferenças para com o outro, tomando por base, o critério da cor da pele, isto faz com que elas, encarem os negros com certo grau de inferioridade e distanciamento.

Falar de raças no Brasil, gera uma certa complexidade, pois vivemos em um país heterogêneo e que possui particularidades no que concerne a questão racial. Definir quem é branco ou não, requer observações detalhadas, pois de acordo com o senso comum, o negro pode ser classificado como preto, moreno, mulatos e pardos, cada uma dessas definições são atribuídas visões distintas. No Brasil dependendo da posição que o negro ocupa, ou seja, maior grau de escolaridade, poder político e econômico, ele pode ser considerado mais ou menos negro. No Brasil o status social define quem é negro ou menos negro, isto é, o negro bem relacionado possui alma branca.

[...] Aqueles que se autodeclaram pretos? Em sua grande maioria trata-se dos negros mais pobres. Os negros que não querem se definir como “negros” e têm uma condição um pouco melhor tende a se autodefinir como “escuras” ou, mais ainda, como “pardos” ou “morenos”. Algo parecido acontece com os mestiços: aqueles com uma condição melhor na rua tendem mais a se autodefinir como brancos. Neste sentido, o termo preto forma uma categoria-resto que contém os mais escuros “sem jeito” – aqueles negros com renda, escolaridade e status baixos demais para se aventurarem no jogo dos códigos da cor e do status. (SANSONE, 1983, p.88 Apud FAZZI, p. 57)

Na realidade o que observou-se é que a aparência e o estilo de vida quanto mais aproxima-se do branco melhor será, para quem tanto tempo foi marginalizado. Percebe-se que para obter algumas características do branco, houve subdivisões, os tons da pele foram mudando: negro, preto, mulato e moreno, este ultimo é o que mais se aproxima do branco, então supostamente é o mais aceito em uma sociedade racista.

As negatividades produzidas sobre os negros intensificam-se pelo descaso e a falta de conhecimento acerca da história dos Africanos e dos Afro brasileiros. Boa parte das escolas, por terem carência de pessoal preparado no ensino da cultura da África e dos Afro brasileiros, acaba sendo mais um agente produtor do racismo, isso pelo fato que, lidar com as diferenças é um projeto difícil. Ressaltamos que a escola é um ambiente que se convive com pessoas de mundos completamente díspares, e diante de comportamentos novos, fica difícil tomar um posicionamento. Lidar com a diferença é um processo que requer calma e longa aprendizagem, nesse ínterim caberá a escola quebrar paradigmas, estereótipos e contribuir para a divulgação de novos sentidos e respeito à diversidade.

4. REFERÊNCIAS

CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

FAZZI, Rita de Cássia. O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceitos. 1ª reimpressão – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: autêntica, 2007.

MARTINS, Roseli Figueiredo; MUNHOZ, Maria Letícia Puglisi. Professora, Não Quero Brincar com Aquela Negrinha! - Coleção Percepções da Diferença Negros e Brancos na Escola, Vol. 5.

OLIVEIRA, Lúcio. Tímidos ou Indisciplinados? - Coleção Percepções da Diferença Negros e Brancos na Escola, Vol. 7.

PEREIRA, Rosa Vani. Aprendendo Valores étnicos na escola. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. – (Formação Humana na Escola).

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz; LEÃO, Geraldo. Quando a diversidade interroga a formação docente. Belo Horizonte: autêntica Editora, 2008 – (Docência).

ROCHA, Solange Pereira da. FONSECA, Ivonildes da Silva: População Negra na Paraíba. 1ª Ed. Campina Grande: EDUFPG, 2010.

SANTOS, Sandra. Brincando e Ouvindo Histórias - Coleção Percepções da Diferença Negros e Brancos na Escola, Vol. 9.

SANTOS, Renato Emerson dos. Diversidade, espaço e relações sociais: O negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Racismo em livros didáticos: Um estudo sobre negros e brancos em livros de Língua portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008. – (Coleção Cultura Negra e Identidade).

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Percepções da Diferença - Coleção Percepções da Diferença Negros e Brancos na Escola, Vol. 1.

FORMAÇÃO DOCENTE: PERSPECTIVAS TEÓRICO PRÁTICAS NO PPC (2009) EM HISTÓRIA CFP

Josefa Emiliany Barros de Sousa¹

RESUMO

Essa pesquisa é vinculada ao PIBIC/CNPq/UFPG e visa problematizar a formação do profissional de história no Curso de Licenciatura em História do CFP/UFPG. Problematiza a proposta curricular de 2009, levando em consideração o tipo de prática docente que ela viabiliza e as consequências na prática pedagógica e na formação do educando. Objetiva refletir sobre as mudanças teórico-metodológicas e a relação teoria/prática que o atual PPC viabiliza. A pesquisa vem sendo desenvolvida por meio de análise documental (PPC – Ementas, Objetivos e Referências propostas para as disciplinas e Planos de Curso) e bibliográfica, através do método qualitativo, tendo como fundamento analítico a análise de discurso na perspectiva de Michel Foucault. De acordo com os resultados da pesquisa há uma interatividade entre as múltiplas Sub Áreas analisadas possibilitando que o modelo curricular implantado contemple o domínio de saberes específicos do campo da História, bem como, seja acompanhado de discussões e reflexões embasadas em propostas teórico-metodológicas que contribuem para a formação de um professor capacitado em conhecimentos didáticos, acompanhados de uma consciência valorativa sobre o ato de educar e, conseqüentemente, com habilidade crítico-reflexiva e capacidade de produzir e socializar conhecimento histórico na prática intelectual e didático-pedagógica.

Palavras chave: Formação Docente, Currículo, Teoria, Prática.

¹ Bolsista PIBIC-CNPq-UFPG. Aluna do Curso de Licenciatura em História, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, CFP/UFPG, Cajazeiras, PB E-mail: emiliany.barros@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A formação do professor e o Ensino de História só se instituíram como objeto de reflexão, análise e pesquisa no universo dos historiadores, sistematicamente, a partir da década de 1970. De acordo com Ernesta Zamboni,

Os trabalhos e pesquisas sobre o ensino de História desse período [década de 70] têm um caráter de relato de experiência com pouca ou nenhuma reflexão teórica. Nos anos 80, o discurso educacional é dominado pela dimensão sócio-política e ideológica da prática pedagógica. A produção da pesquisa incide sobre o livro didático e começam os primeiros trabalhos sobre currículo, e alguns muito timidamente refletem sobre uma análise teórica. [...] A década de 90 foi marcada pela busca de novos enfoques e paradigmas para a compreensão da prática docente e dos saberes dos professores, embora tais temáticas ainda sejam pouco valorizadas nas investigações e programas de formação de professores. [...] Atualmente, é necessário aprofundarmos essa temática devido às discussões e a política do MEC, que está relacionada a mudanças de currículo e a uma nova concepção de licenciatura. (ZAMBONI, 2000/2001, p. 106).

A partir da década de 1980, o ensino de História passou por mudanças significativas dos saberes históricos e do próprio fazer historiográfico, sob a influência dos novos paradigmas historiográficos que discorrem sobre reelaborações epistemológicas e conceituais que perpassam as noções de tempo e espaço e o status de ciência do qual a História (conhecimento) é portadora, proporcionando diversas possibilidades e olhares para que o historiador possa trabalhar as e com as fontes, de modo que, a História passa a ser abarcada por alguns como o produto do trabalho do historiador, como um discurso em constante mudança.

Também foi nesse cenário que no campo da História, como espaço de saber, foram ampliadas as possibilidades analíticas com a inserção de novos sujeitos, novos objetos e novas metodologias, a fim de instituir, cada vez mais, nexos interdisciplinares com os estudos literários, as demais ciências humanas, as artes e/ou as ciências naturais, proporcionando uma formação voltada para o professor-pesquisador.

Partindo desses pressupostos, cremos que a formação do professor de história deve ter como preocupação principal o tipo de educador/historiador que se está formando. E como princípio básico, a indissociabilidade entre a produção e a socialização do conhecimento,

devendo se configurar, de forma efetiva, como uma qualificação do indivíduo para o exercício profissional e para a vida na sociedade.

Tentando contribuir com esse debate, problematizamos as perspectivas de articulação entre teoria e prática na construção e socialização do conhecimento histórico que têm sido referendados pelo novo Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História do Centro de Formação de Professores da UFCG (PPC-2009).

Por considerarmos o currículo como um elemento de suma importância para a organização da ação pedagógica é que adotamos o referido PPC e as possibilidades de formação que ele viabiliza como principal fonte de pesquisa, a partir da compreensão de que o currículo deve ser pensado, não apenas como grade curricular, mas abrangendo de forma interligada todas as suas finalidades e potencialidades em termos de subjetividades possíveis, pois,

As funções que o currículo cumpre como expressão do projeto de cultura e socialização são realizadas através de seus conteúdos, de seu formato e das práticas que cria em torno de si. Tudo isso se produz ao mesmo tempo: conteúdos (culturais ou intelectuais e formativos), códigos pedagógicos e ações práticas através dos quais se expressam e modelam conteúdos e formas. (SACRISTÁN, 2000, p. 16).

Assim, o currículo pode ser vislumbrado como um conjunto de práticas que viabilizam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social, contribuindo para a construção de identidades sociais e culturais. Ou seja, como resultado de uma seleção de saberes que formam posturas e quando visibilizados supõem uma questão de identidade, de subjetividade, tornando-o uma questão de conhecimento, de poder. (STEPHANOU, 1998). Neste sentido, pode-se afirmar que o termo currículo está relacionado ao tempo histórico, a diferentes práticas discursivas que não são passíveis de uma definição, fixa ou estável.

De acordo com as ideias defendidas por Kátia Abud podemos afirmar que é

Através dos programas curriculares [que] divulgam-se as concepções científicas de cada disciplina, o estado de desenvolvimento em que as ciências de referência se encontram e, ainda, que direção devem tomar ao se transformar em saber escolar. Nesse processo, o discurso do poder se pronuncia sobre a educação e define seu sentido, forma, finalidade e conteúdo e estabelece, sobre cada disciplina, o controle da informação a ser

transmitida e da formação pretendida. Assim, a burocracia estatal legisla, regulamenta e controla o trabalho pedagógico. (ABUD, 1998, p. 28).

Acreditamos que a apreensão do processo de ensino aprendizagem na formação do historiador, sua relação com a teoria e suas implicações contextuais, deve ser viabilizada por meio da problematização da nossa proposta curricular, levando em consideração sua função e seus significados, bem como, o tipo de prática docente que ela viabiliza e as consequências na formação do educando e na prática pedagógica.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa é de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de análise documental, na qual investigamos as ementas, objetivos e referências propostas para as disciplinas pedagógicas, teóricas e práticas do PPC (2009) do Curso de História do CFP/UFCG (as disciplinas foram selecionadas tendo como critério o fato de pertencerem à nova grade curricular e inferirem na formação teórico-prática do graduando). Também foram analisados os Planos de Curso das disciplinas teórico-metodológicas e práticas. Outras fontes documentais também nos deram subsídio, quais sejam: o antigo PPC do referido Curso (1979); os Parâmetros Curriculares Nacionais PCN's (1998); e a Legislação que tem regido o ensino superior da década de 1960, até a nossa contemporaneidade (LDB nº 9 394/96; a Resolução CNE/CP nº 2/2002; a Resolução CNE/CES nº 13/2002; a Resolução CNE/CP nº 01/2002; a Lei nº 1/2004; e a Resolução nº 26/2007; Parecer CNE/492/2001). Ainda foi realizada análise bibliográfica, tomando como base textos teóricos que versam sobre leituras e discussões a respeito de Teorias do Currículo, Formação Docente, Ensino de História e relação entre Teoria e Prática. Com base nessas fontes problematizamos a alocação de tempos e espaços curriculares e a relação entre teoria e prática que o atual PPC viabiliza.

Com relação à organização e análise dos dados, trabalhamos com análise de discurso na perspectiva de Michel Foucault. Corroborando com Foucault (1996) compreendemos que os discursos veiculados nas fontes documentais devem ser analisados como uma prática que provém da formação de saberes, como um espaço em que poder e saber se articulam para construir subjetivações sócio-culturais e criar identidades. Procuramos aprofundar esses discursos em seu poder de afirmação, de construção de domínios de objetos e de codificação de correlações de forças; como pontos de interseção entre saber e poder.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Curso de Licenciatura em História do Centro de Formação de Professores da UFCG foi criado a partir de uma perspectiva curricular que dissociava a relação entre teoria e prática, acatando aos requisitos considerados básicos na época de sua criação (1979) e colocando o seu “fazer pedagógico” em volta, de um único aspecto: formar professores, sem nenhuma preocupação com o perfil profissional, muito menos com a produção do conhecimento histórico. Voltava-se para uma história linear, pautado num ensino por meio da transmissão e reprodução do conhecimento, sem nenhuma criticidade e/ou reflexão.

A necessidade de se pensar um novo perfil para o Curso resultou das discussões sobre a formação docente e do ensino de História veiculadas nas duas últimas décadas do século XX, quando os historiadores assumiram a responsabilidade pelo que é ensinado nas escolas e voltaram sua atenção para as novas concepções e abordagens historiográficas.

Diante das inovações que se acarretava na produção historiográfica e numa sociedade em constantes transformações com toda a sua complexidade, o Curso de História do CFP precisava de um novo perfil em relação à forma de se perceber a história, frente às atuais exigências sociais e acadêmicas. Após muita discussão, e tendo como base as exigências da SESu-MEC postas na LDB (1996) e nos PCNs (1998), um novo Projeto Pedagógico do Curso foi aprovado em 2009, alegando ter como objetivo principal a capacidade de formar não apenas um professor de História, mas um cidadão crítico e reflexivo da realidade que o cerca, um professor-pesquisador com habilidades no campo do ensino e da pesquisa.

Para Moreira (2001) um dos dilemas que desafia os especialistas na organização dos seus cursos são as dificuldades na articulação entre teoria e prática.

“A questão curricular corresponde a um processo contínuo e complicado de desenho do ambiente escolar, um ambiente simbólico, material e humano constantemente em reconstrução. Esse desenho para elaborar-se, requer o técnico, o político, o estético e o ético”. (APPLE apud MOREIRA, 2001, p. 44).

A questão curricular requer teorizações concretas, esta pode ser debatida e discutida na teoria, contudo, só será resolvida na prática. Nesse viés ocorreu uma mudança na matriz curricular do Curso de Licenciatura em História do CFP/UFCG que foi extremamente

importante, e seu deu em função de uma análise aprofundada das questões e demandas do contexto acadêmico e cultural vigente numa sociedade que cada vez mais exclui os sujeitos que não acompanham o seu ritmo de desenvolvimento acelerado. De acordo com PPC (2009),

Ao realçarmos o esgotamento do modelo curricular vigente, queremos, em igual medida, propor outro paradigma para a formação dos historiadores neste Centro. A partir de agora, queremos instituir uma nova relação entre a produção e a reflexão sobre o conhecimento/saber histórico, repensando a relação entre conhecimento e prática social, ao posicionar o conhecimento do real em situações novas. Enfim, são inovações que propomos diante de um diagnóstico realizado, buscando como horizonte a reformulação de nossa prática profissional, assumindo novas dimensões políticas, técnicas e humanas. (PPC História CFP, 2009, p. 8).

A reformulação do novo PPC visa, pois, a inserção de conteúdos de caráter técnico e científico, referentes às atuais exigências da comunidade acadêmica, levando em consideração o ser humano como ator social, que edifica sua história e o conhecimento, e, por sua vez, pode transformar a realidade a partir de uma postura ativa, ou seja, como sujeito atuante na sua própria formação. A idéia é de que a formação do “professor-pesquisador”, reflexivo e crítico, só será conquistada se este estiver sempre (re)pensando cada prática realizada e o significado de cada ação desenvolvida para uma aprendizagem clara do aluno, bem como, para o seu próprio ofício como educador.

O Curso de História do CFP/UFCG, pautado nessa nova matriz curricular, busca, desde então, gerar uma eficácia na associação entre teoria e prática viabilizando ao profissional de história, habilidade para produzir e socializar o conhecimento histórico, pautado na criticidade e na problematização.

A partir desses pressupostos, o referido Currículo, no momento da sua elaboração, foi estruturado agregando três eixos compostos por disciplinas formadoras do historiador: eixo obrigatório, eixo complementar e eixo optativo. Esses eixos buscam gerar uma eficácia na nova Licenciatura, pleiteando um processo de interatividade entre teoria e prática para um ensino/aprendizagem vinculado à pesquisa, estimulando o hábito acadêmico de produzir conhecimento. O PPC está dividido, ainda, em quatro sub áreas: do Ensino; de Formação Histórica; de Formação Teórica e de Formação Prática, as quais, visam possibilitar a formação de um profissional dotado de qualidades diversificadas, com capacidade para agir não só como sociabilizador do conhecimento histórico, mas como produtor do mesmo.

Para a sub área do Ensino o PPC do referido Curso propõe o debate sobre toda trajetória da educação básica, isto é, sua história ao longo do tempo e o conhecimento sobre o ensino básico envolvendo sociedade, escola pública e educação, instrumentalizando o formando a entender o significado destes na construção da cidadania. Ainda, são inseridos nesta sub área uma carga de conhecimentos teóricos sobre o ensino de História, para que o formando tenha a possibilidade de problematizar o saber histórico sob formas de produção e transmissão de conhecimentos. O Currículo também se volta para uma perspectiva histórico-sociológica, permitindo ao formando a abordagem da relação entre educação, Estado e sociedade, assim como, do papel sócio-político que é preparado para a escola na nossa contemporaneidade. Também funciona como discurso de poder perante a sociedade.

Nesse trabalho, não analisamos, de forma aprofundada, a sub área de Formação Histórica, visto que, nossa preocupação está voltada para a relação entre teoria e prática na produção e socialização do conhecimento histórico no atual PPC.

No que concerne à sub área de Formação Teórica, o Currículo coloca uma discussão teórica sobre o ensino de história debatendo: o saber histórico como forma de produção e transmissão, situações pedagógicas vivenciadas em sala de aula no ensino básico, a recepção da historiografia no ensino de história, entre outros. Oferece uma carga de leituras que viabilizam a reflexão do graduando a respeito das categorias e dos conceitos básicos e fundamentais que são usados pelo historiador, como: tempo, fato, objeto e sujeito históricos, assim como, as mais variadas fontes de pesquisas como: escrita, iconográfica, oral, tipologia, permitindo ao formando a apreensão do conhecimento histórico com suas categorias e análise conceitual.

Na sub área de Formação Prática o Currículo permite ao formando conhecer as mais variadas linguagens do Ensino de História, compreendendo as chamadas novas linguagens. Possibilita instrumentalizações dos conhecimentos indispensáveis para a elaboração de um projeto de pesquisa em história e áreas afins, assim como, prepara o graduando para a utilização de documentos (sejam fontes orais, imagéticas, bibliográficas, jornalísticas, etc.), e suas metodologias.

Por fim, o PPC analisado, estabelece que, no último período do Curso, o formando terá que apresentar um Trabalho Monográfico de Conclusão de Curso (TCC), como parte das exigências para a aprovação na referida disciplina e para a conclusão do Curso. A pesquisa, para este fim, começa a ser realizada a partir do terceiro período.

Diante dessas reflexões, percebemos que a mudança na grade curricular no Curso de Licenciatura em História do CFP/UFCG corroborou para a articulação entre teoria e prática possibilitando a produção e divulgação do conhecimento histórico, assim como, para o acompanhamento de discussões e reflexões embasadas em propostas teórico-metodológicas que contribuem para a formação de um profissional capacitado, pensante e crítico, capaz de ter uma consciência histórica e atuar de acordo com as demandas do nosso tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da concepção de que é característica fundamental do conhecimento a capacidade de inovar, de atualizar-se de maneira permanente, consideramos, ao longo da pesquisa, que é preciso desenvolver um ensino que mantenha o profissional “em dia”, com capacidade de compreender a pesquisa como a competência de manejar conhecimento, dentro do desafio da inovação, do questionamento constante e da articulação e intercâmbio interdisciplinar.

De acordo com essa compreensão, a ideia do PPC (2009) do Curso de Licenciatura de História do CFP/UFCG é que o professor-historiador deve conhecer as abordagens historiográficas nas suas atualizações contemporâneas. Enquanto educador, o historiador tem que compreender a complexidade da história. Neste sentido, o perfil do profissional de história neste começo do século XXI é resumido por Silveira (2008) da seguinte forma:

1º) a sensibilidade para ouvir, sentir, ‘ler’ e problematizar o mundo atual, o seu tempo, nos seus vários percursos históricos, deixando os sentidos abertos para o inesperado; 2º) uma extensa e intensa qualificação na alteração histórica, significando a capacidade para mediar com os mortos é construir narrativas – representações das experiências vividas, vivendo-se de referências (...), procedimentos (...) e fontes (...) compatíveis e possibilitadores de aproximação bem como de formas de construção de narrativas; 3º) a compreensão de que o ofício do historiador é narrar para alguém, educando-o sobre as temporalidades históricas, isto é, que o conhecimento deve ser socializado e ser-lhe significativo; ao mesmo tempo compreendendo, ainda este receptor de sua mensagem também como produtor de narrativas. (SILVEIRA, 2008, p. 29-30).

Considera-se, que hoje o profissional de História necessita estar pronto para enfrentar as demandas deste século considerando suas complexidades. E a universidade, por sua vez, deve

estar preparada para garantir uma formação de qualidade para o historiador, tornando-o capacitado para agir no seu tempo como um verdadeiro agente de conhecimento.

Portanto, acreditamos que o PPC analisado já foi produzido com base nos conceitos vigentes de que a escola como instituição social deve acolher a diversidade cultural, bem como, os conhecimentos dos diferentes grupos. Além disso, está imbuído da concepção de que a mudança no ensino de História é indispensável não apenas para romper com as práticas homogeneizantes e mnemônicas, mas para corroborar com a invenção de inovadoras ações escolares. O profissional de história deve seguir esse processo, uma vez que, de acordo com essa apreensão, espera-se que o mesmo tenha competência para assumir um compromisso com o ensino e com a prática da pesquisa e seja consciente do papel que a educação superior concebe para a sociedade.

Quanto ao perfil do Curso de Licenciatura Plena em História, busca-se integrar teoria e prática, produção e divulgação do saber histórico, de modo que haja uma melhoria qualitativa, tornando, assim, o ensino mais problematizante. Neste sentido, objetiva-se, formar profissionais de perfil atualizados e capacitados na produção e compreensão do conhecimento histórico.

O atual PPC do CFP/UFCG é voltado, pois, para a formação de um profissional, cujo, perfil possibilite que ele se mova nos diferentes espaços disponíveis para um profissional de história, como: na sala de aula, no campo da pesquisa, arquivos, entre outros. Com base no estudo e análise das disciplinas implantadas, pode-se observar que um melhor nível de ensino-aprendizagem é colocado à disposição do formando, uma vez que estas novas disciplinas, sobretudo as teóricas e práticas, estão embasadas em inovações que versam sobre questões necessárias a formação do professor-pesquisador.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Kátia. Currículo de História e políticas públicas. In: BITTENCOURT, Circe Maria F. (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. O campo do Currículo no Brasil: os anos noventa. In: **Currículo sem fronteiras**, v.1, n. 1, pp. 35-49, jan/jun 2001. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org.

SACRISTÁN, J. Cimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A formação do profissional de história para o século XXI. In.: CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia (Orgs.). **Historiografia em diversidade**: ensaios de história e Ensino de história. Campina Grande-PB: Editora Universitária/UFCG, 2008, p. 17-32.

STEPHANOU, Maria. Currículos de história: instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 15-38, 1998.

UFCG. Resolução 04/2009 (Câmara Superior de Ensino (CSE) da UFCG).

ZAMBONI, Ernesta. Panorama das pesquisas no ensino de História. **Saeculum** - Revista de História, João Pessoa, Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, n. 6/ 7, jan.- dez. 2000/2001, p. 106. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum06-07_art09_zamboni.pdf>.

DOS MINÉRIOS INTRATERRENOS A VIAGENS A LUA: VIDA E ESTUDOS DO DIVULGADOR CIENTÍFICO

*Juliana Cavalcante Bezerra Silva¹
Ionara Rafaela Costa de Oliveira²*

Resumo

Várias são as facetas da memória, entre elas, o esquecimento. Por tais efeitos, muitos são deixados a “beira do caminho”, o que contribui para a escassez de estudos, como acerca do cientista divulgador literário Rômulo Argentière. Desenhando um breve panorama das ciências que perscrutaram os estudos deste estudioso, entre estas, a Mineralogia, Geologia, Química, Física, Radioatividade, Astronáutica e Astronomia, realçamos dois aspectos que se relacionam, intimamente, com a realidade do Nordeste, o papel desta última em seus estudos e a própria vida do cientista que muito se esforçava em divulgar seus trabalhos e de outros renomados estudiosos de forma atrativa ao leitor, personalidade escriturária esta que me fez caracterizá-lo – calcada em obra de Maria S. Mora – como um divulgador, como citado acima, literário e não apenas isto, mas também fazedor de ciência. Para a contemplação de tais objetivos, utilizei leituras de obras de/sobre o cientista em questão, entre estes, manuscritos ainda não publicados e bibliografia referente ao tema.

Palavras-chave: Rômulo Argentière. Ciências. Nordeste.

¹ Discente do 7º período do curso de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e bolsista do Projeto de Extensão Coleção Mossoroense: incentivo à leitura e formação de bibliotecas – PROEXT/MEC.

² Discente do 3º período do curso de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e bolsista do Projeto de Extensão Coleção Mossoroense: incentivo à leitura e formação de bibliotecas – PROEXT/MEC.

Biografia: um percurso pelos espaços da vida do cientista divulgador literário, Rômulo Argentièrè

O início do século XX representou uma ebulição de nascedouros expressivos para a humanidade, o ano de 1916 vira nascer a Academia Brasileira de Ciências, a Teoria da Relatividade Especial e Geral de Albert Einstein, assim como o professor e divulgador científico, Rômulo Argentièrè. Sendo, justamente, sobre a vida e as obras deste, sobretudo as relacionadas a Astronomia, que debruçamos nossa pesquisa, com a perspectiva de angariar o máximo a respeito de sua história e os frutos desta, principalmente as partes que tiveram como palco o Nordeste brasileiro.

Descendente de franceses, Rômulo R. Argentièrè nasceu a 23 de dezembro de 1916, na cidade de Amparo no Estado de São Paulo, Brasil. Aos dezesseis anos viajou para a Europa onde estudou na École de Physique et Chimie (concluindo em 1938) e, posteriormente, na École National Supérieur des Mines, retornando ao Brasil após concluir tais estudos em 1948.

Argentièrè se fez notar não somente na divulgação das ciências espaciais brasileiras, mas também em estudos geológicos, climáticos e botânicos nordestinos. Assim, engajou-se em diversos trabalhos, sendo interessante atentar-se para o fato de que estes não se resumem apenas a divulgação científica, mas também

Sendo engenheiro de Minas e especialista em radioatividade natural, veio a ser um dos pioneiros na prospecção de minerais radioativos em território nacional (...), consultor governamental para assuntos militares e técnico-científicos, em especial durante a Era Vargas (ALVES; MENESSES; ANDRADE, s/d, p. 01).

Tendo começado, assim, a estudar o Nordeste. Região que mais tarde serviria de cenário pra seus mais extensos estudos e também seu lar ao lado da costureira Marinês Dantas Argentièrè, a qual muito se esforçou em colaborar com seu marido, tanto de forma afetiva, estando ao seu lado mesmo nas maiores crises de sua vida, como a econômica, com a humilde aposentadoria de R\$100,00 e mantendo-se firme nas costuras, maneira simplória, mas que muito significou em seu orçamento e algumas vezes intelectual, com certas observações em sua escrita, como o próprio agradece no início de seus manuscritos sobre a água

A professora Marinês Dantas, pela paciente correção deste livro durante vários anos; pelos cuidados que teve com a minha saúde e pelo trabalho que

desempenhou nos momentos mais difíceis de minha vida, sem cuja assistência esta obra não teria sido terminada.

A maioria indiscutível dos registros acerca da vida de Rômulo Argentièr e seus trabalhos foram produzidos por pessoas que mantinham relações, geralmente, diretas com ele, o que dificulta uma visão mais ampla das ações do mesmo. O termo “paixão” e alguns sinônimos são, frequentemente, empregados quando estes autores se referem ao interesse de Argentièr pelo Nordeste brasileiro. Aturdidos tão somente pelo romantismo entoado a figura do mártir conferida a este, sem se referir ao óbvio em seu próprio convívio, como sendo característica para compreendê-lo e não apenas desmistificá-lo.

Devido sua proximidade com os estudos relacionados ao Nordeste, seu tão comentado encantamento com esta terra, mas também, imprescindivelmente, dificuldades financeiras e familiares fizeram com que esta região lhe parecesse um recanto auspicioso, principalmente por nela estarem amigos como Vingt-un Rosado que muito lhe ajudou, nutriam afinidades como, por exemplo, o interesse por numerosos assuntos, geralmente, díspares. Os trabalhos de R. Argentièr foram trazidos a baila no cenário nordestino porque ambos (o cientista e a região) careciam um do outro, não que estes não mantivessem uma relação além de tal interesse, que chegava a ser pela própria sobrevivência, houve afeição, assim como negócio. É bem verdade que dedicou 40 anos de sua vida a pesquisa da água e outros assuntos referentes ao Nordeste, mas também, provavelmente, reconhecia a carência de estudos nas diversas áreas científicas na região, o que poderia lhe ser muito útil em sua carreira profissional, ou seja, a costumeira frase “unir o útil ao agradável” faz jus ao empregá-la em tal conjectura.

O mundo que vira nascer um dos mais brilhantes cientistas do Brasil, em 17 de março de 1995 também presenciou seu falecimento. Mas, o mundo e nem o próprio Rômulo Argentièr eram os mesmos, muito havia se passado e vivido e as mudanças moldaram ambos. Vítima de um carcinoma no esôfago, Argentièr não resistiu à cirurgia que esperavam fazê-lo viver um pouco mais. Fora sepultado no humilde cemitério do Bom Pastor em Natal/RN.

Geralmente, após a morte de relevantes figuras, a sociedade tende a tributá-la homenagens, mas mesmo com sua partida, ela não o fez e continua não fazendo de forma digna, visto que entre as escassas homenagens lhe dedicadas estão a denominação “de Rômulo Argentièr a segunda Ponte sobre o Rio Mossoró, na Avenida Dix-Neuf Rosado, no sentido Centro/Campus Universitário, na cidade de Mossoró, neste Estado” (Diário Oficial do

Estado do Rio Grande do Norte, 1996), Medalha de Mérito Alberto Maranhão, do Governo do Rio Grande do Norte e a Medalha Honra ao Mérito da Fundação Espacial do Recife (1972).

Quanto ao setor econômico, mesmo da aprovação da sua pensão por parte do governo, Argentièrre não chegou a ser conhecedor. Não desejo aqui, forçar o poder persuasivo que poderia ter o meu parecer, mas este drama aparentasse com uma peça de dramaturgia ficcional, pelas portas que foram abertas e fechadas em seu percurso, visto que, como descreve Vingt-un Rosado

Na noite de 16 de março, o Governador me telefonou para comunicar que acabara de assinar o decreto que concedia a Rômulo Argentièrre uma pensão especial de 10 salários mínimos.

O cientista já se encontrava na UTI do Hospital Onofre Lopes onde veio a falecer no dia seguinte (ROSADO, et alii, 2002, p.04).

A morte que às vezes trás a glória, também pode trazer a extirpação, assim como a vida em sua longura, havendo tempo para o ápice e para a cadência. Alguns com prestígio em vida e a indiferença da morte, outros com desconsideração em vida e honra na morte, mas há ainda aqueles “esquecidos em vida”, como me disse o professor da Universidade Federal do Semi-Árido, Francisco Ernesto Sobrinho, responsável por organizar parte dos manuscritos de deixados por Argentièrre, documentos estes em posse da Fundação Vingt-un Rosado.

Astrologia x Astronomia

Historicamente, os astros que mais mexem com a mente humana – independente de tais mentes serem reconhecidas nacionalmente ou não, serem cientistas ou mesmo poetas – são o Sol e a Lua, por serem os mais próximos de nós. O Sol é intimamente ligado à vida na Terra, tanto ao seu nascedouro e preservação, quanto à natureza, crenças e práticas costumeiras. Tanto o é, que a exemplo temos o que o Astrônomo Ronaldo Mourão se referiu em sua obra

A atividade solar está em íntima correlação com vários fenômenos que se passam a superfície da Terra, tais como a frequência das auroras boreais, as variações de declinação magnética. As explosões solares (...), são responsáveis pelo aumento da atividade solar, da qual derivam (...) as excitações ionosféricas, que influem nas transmissões radiofônicas, emissões de televisão, etc.(MOURÃO, 1977, p. 21, 26)

As chuvas excessivas, as secas desgastantes, luzes que riscam a face do manto celeste, a morte, a vida, a regularidade e novidade dos passos dos astros, a dança da qual todos nós somos espectadores – na qual também nos é ofertado uma cena – e as possíveis causas

históricas para cada uma destas manifestações naturais, são encontradas nos mais diversos mitos espalhados por toda a História do mundo, este existindo de forma diferente para cada cultura.

O que outrora fora considerado o estudo da influência do posicionamento dos astros sobre a vida humana, ganhou a forma de um conhecimento relacionado a amplitude da investigação celeste. Entre suas contribuições para este cenário científico, Argentièrre escreveu acerca de viagens espaciais e a este subsídio soma-se a relação entre manchas solares e as secas no Nordeste.

Como vários são os perfis e usos deste autor e não ser costumeiro o uso de termos astronômicos³ no meio historiográfico se torna apropriado uma explanação acerca do aporte das manchas solares sobre o nordeste brasileiro. É sabido que a física solar foi iniciada através da observação telescópica feita por *Galileu Galilei*, em 1610, quando descobriu entre outros achados de grande repercussão, as manchas solares e a rotação do Sol. É entendido por mancha solar, segundo Mourão, como a

Manifestação da atividade solar que se apresenta sob forma de uma mancha escura ocupando uma pequena região do disco solar e fazendo em geral parte de um grupo de manchas. As manchas, cujas dimensões são de alguns milhares ou dezenas de milhares de quilômetros, surgem e evoluem em forma e posição para desaparecerem em tempo que varia de algumas horas a algumas semanas. (MOURÃO, op. cit., p.500).

Apesar de a teoria de Argentièrre quanto às influências solares no clima terrestre não ser pioneiro, visto que seu contemporâneo Ronaldo Mourão a mencionou como um estudo já existente, é válido ressaltar que trouxe tal estudo para a realidade nordestina, introduzindo-a em importante local de estudo para a Astronomia – já que as vistas científicas ainda não se debruçavam sobre várias questões que afligiam o Nordeste – delimitando o responsável solar, sendo as manchas solares as interventoras, para tanto, retificou teorias de cientistas renomados como Herschel e Derby, que defendiam a influência do ciclo undecenal (onze anos) – no qual ocorre o aumento e decréscimo do aparecimento de manchas escuras na superfície solar – de manchas solares na periodicidade das secas. Apesar de sua negação a tal conclusão, Argentièrre reconhece incontinência dos estudos científicos e a variedade de possibilidades no trato com as questões levantadas pela mesma, sendo que diferentes ciclos solares estariam influenciando e não apenas o undecenal

³ Apesar de reconhecer que algumas adjacências históricas provêm da Astronomia, como a palavra “revolução”.

A partir da segunda metade do século XIX, alguns astrônomos tentaram explicar os períodos secos, úmidos e glaciais através do ciclo undecenal de manchas solares. (...) A ciência atual não dispõe ainda de elementos suficientes para fazer uma triagem individual e responsabilizar este ou aquele fator na produção de secas ou de períodos glaciais. Talvez todos façam parte de um processo integrado (ARGENTIÈRE, 1983, p.123).

Sendo objetivo e direto, mas preocupado com a compreensão por parte dos futuros leitores, desenvolve sua obra decorrendo com imagens, gráficos e longas explicações, depois sintetiza o resultado de seus estudos sobre o tema, resumindo o que conclui ao fim de seu estudo, por exemplo, acerca de seu prognóstico solar e terrestre em quatro pontos principais

- 1) Apenas um ciclo restrito está ligado às manchas solares.*
- 2) As estatísticas mostram que os ciclos de secas estão ligados a um andamento geral da atividade solar;*
- 3) a atividade solar tem influência na microfísica das nuvens.*
- 4) A importância destes estudos é inegável e afeta a vida de cerca de 25% da população do Brasil. Faz-se mister fundar, por exemplo, em Natal, o Instituto das Secas com o fim de coordenar os programas de estudos, fazer a previsão e planejar os meios técnicos de combate a secas (ARGENTIÈRE, idem, p. 133).*

Suas ideias, mais uma vez, se mostram engajadas no favorecimento da população nordestina e expansão da ciência. Sua coragem em explanar acerca de um eixo teórico que ainda não era defendido por muitos, chama a atenção.

Quanto outro eixo de seu estudo e o segundo astro de destaque em nossa realidade e imaginação, tratando este de viagens a Lua, sabemos que o anseio por conquistas territoriais, sempre fora um dos principais desencadeadores de guerras, desde seus primórdios. A Guerra Fria, por exemplo, também intuía a aquisição de novas terras, mesmo que apenas, simbolicamente, como no século XX os limites territoriais já estavam demarcados, o que restou ao Homem foi tentar alcançar os torrões lunares que àquela época ainda não eram vendidos, mas já era motivo de conflitos. Agitação esta que teve início ao fim da Segunda Guerra Mundial, por volta de quando Argentière publicou seu livro Viagem a Lua (1947), mas sua pesquisa tivera um começo anos antes quando de suas suspeitas quanto à indústria bélica internacional e a concorrência espacial.

Tão importante quanto o trabalho científico, é sua divulgação, isto porque se o conhecimento pára em nós, o mesmo morre e junto com ele, quem o desenvolveu. Rômulo Argentière encarregou-se disto fazer, levar ao público o que a ciência se encarregava de trabalhar. Mas, seu trabalho, como outros da mesma época, não se resume apenas a divulgação científica, também realizou produções em diversas áreas e ainda fez uso de uma

linguagem acessível e prazerosa aos leitores, talvez influenciado por uma onda de movimentação científica da época caracterizada justamente porque “deitam por terra o clichê de que os cientistas não podem escrever, mas também são escritores no sentido mais amplo do termo. (...) podem ser utilizados como instrumento de ensino ou de informação” (MORA, 2003, p. 29 e 30). Termos ocorrentes com frequência na obra de Argentièrre lhe conferem um caráter literário levando em consideração o acima citado acerca disto, frases com poder retórico para ceder um tom mais artístico a sua obra, é o caso de expressões como quando se refere a origem da água, diz que, “navegamos em um mar de hipóteses”. Ou mesmo quando cita, costumeiramente, autores como Euclides da Cunha, Tavares de Lyra e Guimarães Duque. Preocupando-se, ainda, em fazer um apanhado histórico acerca do que intenta esboçar e inserir o leitor em tal sinopse. Encantando-o no início de suas obras lhes ofertando o que lhes é agradável aos olhos, depois lhes apresenta a cientificidade sólida do que outrora lhes era advogado, prosaicamente, como uma estética que os enobrecia, insólita para a subjetividade do ser, a ciência cerca-o, mostra a dupla face do que lhes é trivial, descrevendo-o com dados, estatísticas, gráficos, informações que mais parecem decodificar o que outrora fora dito, mostrando os elementos em outra linguagem, como algo pode ser duas coisas ao mesmo tempo? Atrativamente, charmoso e metódico? As proezas da literatura científica podem fazer isto com a mentalidade do leitor, adaptando-o a um estilo que intenta conquistá-lo e fazê-lo ser conhecedor dos trabalhos científicos.

Um colaborador de tamanha importância para a ciência nacional não só como divulgador, mas como aderido a própria realidade do que divulgava na condição de cientista, não pode ser esquecido pela memória e extirpado das pesquisas acadêmicas. Assim sendo, nos lançamos nesta empreitada com intuito de preservar a memória de um dos grandes cientistas nacionais, escritor, tradutor, redator, professor e colaborador jornalístico, que se não filho do Rio Grande do Norte, o foi de forma adotiva quando do interior de São Paulo, migrou para o Nordeste, colaborando grande parte da região, seria uma tacada de mestre poder recorrer aos governadores dos 08 Estados da região para solicitar ajuda na publicação de seu “*O Ciclo d’Água no Nordeste*”, mas ainda assim, seu trabalho não chegou as mãos do público, hoje, seu valor para as ciências exatas é incerto, visto que as descobertas científicas ocorrem, muitas vezes e rapidamente.

Argentièrre perseguiu sempre o ideal de oferecer ao público obras de divulgação de uma ciência viva, embelezada, explicada, pautadas pela inovação. E mesmo tendo tamanha

autoridade no assunto, no caso do Brasil – tendo grandes referências no cenário mundial e contribuintes ao desenvolvimento em considerável medida, em aspectos medicinais e até sustentáveis – que tem uma História rica em ótimos representantes da ciência e sua divulgação, mesmo assim muito pouco se conhece sobre a mesma “ainda há lacunas para que se possa compor um quadro histórico completo dessas iniciativas (...) completar esse fascinante quebra-cabeça.”

(<www.museudavida.fiocruz.br/brasiliansa/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?pl=home>, 2012).

Precisei, assim, pesquisar uma ampla bibliografia que perpassa pelos caminhos não só da História, mas também outras ciências como a Astronomia, unindo ambas de forma complementar, bem como pesquisar o acervo da Fundação Vingt-un Rosado (na instituição e fora dela) que teve por idealizador um dos melhores amigos, quando em vida, de Argentière, analisar obras publicadas e manuscritos que este pretendia publicar em forma de livro, mas que não tivera tempo ou mesmo recursos financeiros para fazê-lo, também artigos e matérias jornalísticas relacionados e criados pelo cientista.

FONTES

DOCUMENTAIS

ARGENTIÈRE, Rômulo. Bloco I – A Água

_____. Bloco V – A Atmosfera

ORAIS

SOBRINHO, Francisco Ernesto. Professor de Geomorfologia e Classificação de Solo – UFERSA. Entrevista realizada no dia 17 de Janeiro de 2012, em sua residência, localizada no Bairro Liberdade, Mossoró/RN.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. T. Schiavani. MENESSES, F. C. de. ANDRADE, Anna L. C.R de. Um resgate da atuação de Rômulo Argentière na divulgação das ciências espaciais no Brasil. Artigo apresentado no XII Encontro Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba.

MORA, María Sanchés. A Ciência como Literatura. UFRN, 2003.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Da Terra as Galáxias. São Paulo: Edições Melhoramentos, INL, 1977.

ROSADO, Vingt-un. ROSADO, Isaura Ester. Rômulo Argentièrre, o País de Mossoró e Outros Países (livro 01). Fundação Guimarães Duque, Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense. Cadernos de Carnaúbas dos Dantas – N° 001. Janeiro de 2002.

Texto de apresentação Brasileira. Disponível em: <www.museudavida.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?pl=home>. Acesso em: 20 jan. 2012.

AS MULHERES NA HISTÓRIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE CAMPINA GRANDE

Laysa Cristina de Barros Silva¹
Eulina Souto Dias

Resumo: O presente artigo é resultante do trabalho desempenhado pelo projeto de pesquisa PIVIC/UFCG-2011-2012 intitulado por: Mulheres nas Engenharias: Estudos da História, Ciência e Tecnologia, que objetivou realizar uma pesquisa que apresentasse os aspectos das relações das mulheres que estiveram inseridas no campo da ciência e tecnologia da Escola Politécnica da Paraíba, que fora criada em 1952, inicialmente com o curso de Engenharia Civil, e em 1963 com o curso de Engenharia Elétrica. Sabe-se que a EPP tornou-se rapidamente referência em Ensino Superior do Nordeste e passou a atrair olhares desejosos de formação superior. Apesar de ser um ambiente visto como culturalmente masculino, passou a atrair também os olhares femininos que buscavam formação profissional na área científica e tecnológica. Os procedimentos metodológicos utilizados são a história oral e a análise de entrevistas realizadas com mulheres contemporâneas da Politécnica. Os resultados da pesquisa nos permite compreender a importância da preservação da memória da participação dessas mulheres no momento da consolidação de uma instituição, que dera a Campina Grande o prazer de tornar-se um dos melhores centros tecnológicos do mundo, atentando para o silenciamento da historiografia com relação à temática.

Palavras-chave: Escola Politécnica, Memória, História Oral.

WOMEN IN ENGENARIAS: STUDIES IN HISTORY, SCIENCE AND TECHNOLOGY

Abstract: This article is the result of work performed by the research project entitled PIVIC/UFCG-2011-2012 by: Women in Engineering: Studies of History, Science and Technology, which aimed to carry out a survey to present aspects of the relationships of women who've entered in science and technology at the Polytechnic School of Paraíba, which was created in 1952, initially with the Civil Engineering course, and in 1963 with the Electrical Engineering course. It is known that the EPP has

¹ Aluna do curso de Licenciatura em História, Unidade Acadêmica de História e Geografia, UFCG, Campina Grande, PB, E-mail: laysadebarros16.2008@hotmail.com.

quickly become a reference in the Northeast Higher Education and began to attract glances desirous of higher education. Despite being seen as an environment culturally male, began to attract also looks feminine seeking professional training in science and technology. The methodological procedures used are oral history and analysis of interviews with contemporary women's Polytechnic The survey results allow us to understand the importance of preserving the memory of the participation of these women at the time of consolidation of an institution that had the pleasure to Campina Grande to become one of the world's top technology centers, paying attention to the silencing of historiography regarding the topic.

Keywords: Ecole Polytechnique, Memory, Oral History.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultante da pesquisa realizada através do projeto de pesquisa PIVIC–UFCG/2011-2012, intitulado de MULHERES NAS ENGENHARIAS: ESTUDOS DA HISTÓRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, que objetivou colher informações a respeito da presença de mulheres na escola Politécnica da Paraíba, que fora criada em 1952, de início com o curso de engenharia civil, um ambiente caracterizado pela presença masculina. Com isso, pretendeu-se atentar para os detalhes dessas convivências, visando compreender como foram recebidas nesse ambiente e de que forma puderam estar dando suas contribuições para a formação de um centro científico e tecnológico, que possui representatividade internacional.

Para isso, fez-se necessário visitarmos uma bibliografia que se relaciona com a história da Escola Politécnica da Paraíba, dentre esta podemos citar as seguintes obras: Politécnica: primeira escola de ensino superior em Campina Grande de Edvaldo de Souza do Ó; A obra de Rômulo de Araújo Lima que resultou do trabalho que desenvolveu em seu doutoramento intitulada por A luz que não se apaga: Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico tecnológico; e a dissertação de mestrado de José Valmi Oliveira Torres que tem como título Escola Politécnica e a construção identitária de Campina Grande como polo tecnológico (1952-1973). A leitura e a análise dessa bibliografia nos proporcionou o acesso ao contexto histórico e social que a sociedade campinense estava inserida. Assim como também colher alguma informação em periódicos em uma breve pesquisa no arquivo do Jornal A União localizado em João Pessoa-PB e analisar entrevistas de mulheres que integraram a composição do corpo discente realizada por Valeska Vasconcelos Correia, durante uma pesquisa que desenvolveu no projeto da professora Dr^a. Rosilene Dias Montenegro no ano de 2009.

Diante dessa empreitada, encontra-se um silenciamento acerca da referida temática, na bibliografia estudada, com isso tentarei problematizá-lo visando às justificativas para tal. Já nas entrevistas é onde podemos ter acesso aos depoimentos de ex-alunas, que relatam suas

experiências e descrevem o espaço de convivência que a Politécnica representava para elas, enquanto mulheres em meio a um universo marcado culturalmente pela presença masculina. Para trabalhar conceitualmente as questões de gênero, foi utilizado um texto de Joana Maria Pedro, intitulado de Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica, de onde iremos retirar reflexões acerca de gênero como categoria de análise.

As discussões teóricas deste trabalho dialogam com a preservação de memórias, atentando para o silenciamento que encontramos no campo bibliográfico estudado, nossa intenção aqui é questionar tal silenciamento buscando compreendê-lo, assim como também contribuir para que essa memória não seja esquecida.

METODOLOGIA

A pesquisa, nessa primeira etapa do projeto, se fundamentou na leitura e análise da literatura sobre gênero, nos textos teóricos sobre memória nas análises sobre o tema produzidas a partir das pesquisas anteriores realizadas pelo Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande. Foram lidas também transcrições de entrevistas temáticas concedidas ao Projeto Memória da Ciência e Tecnologia em Campina Grande por mulheres com atuação acadêmica (ex-alunas, professoras, pesquisadoras e/ou administradoras que cursaram cursos de engenharia).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A história da Escola Politécnica da Paraíba já foi contemplada por uma vasta e relevante bibliografia, é a partir de algumas dessas obras que buscaremos narrar o contexto histórico campinense da década de 1950.

Ao ler a dissertação de José Valmi Oliveira Torres (2010), temos acesso a esse esplendoroso cenário. Em seu trabalho intitulado “Escola Politécnica e a construção identitária de Campina Grande como pólo tecnológico(1952-1973)”, nos deparamos com a informação de que houve um declínio da exportação do algodão em Campina, que acarretou uma crise econômica, com isso surge a preocupação de uma elite de manter Campina Grande ligada a ideia de desenvolvimento e progresso, com relação a isso, temos:

(...) Campina Grande, o imaginário de “cidade moderna”, “lugar onde o progresso não pára de acontecer, cidade destinada à prosperidade e ao futuro”, são discursos que

passam a ser mais propagados e intensificados a partir dos anos cinquenta, momento em que a cidade estava vivenciando uma transição em sua estrutura econômica (...).²

Podemos reafirmar essa ideia de uma classe elitista, que lutava para desenvolver Campina e dar-lhe destaque, ao ler a obra de Edvaldo de Souza do Ó, que compunha essa elite. A obra se intitula *Politécnica: Primeira Escola Superior de Campina Grande*, nessa obra o autor narra suas experiências durante a luta para a criação da escola. Segundo ele:

Entendia a União Universitária, que Campina Grande, pela sua projeção social e econômica, com profundas repercussões no resto do país, tinha direito, já naquela época, de realizar uma campanha de promoção das suas elites dirigentes, através da criação de escolas universitárias, destinadas à formação profissional e aprimoramento intelectual de sua juventude (...).³

Nessa colocação, Souza do Ó esclarece bem que a luta pela criação de uma escola superior em Campina Grande estava atrelada aos interesses dessa elite, porém ele também diz que houve um movimento que buscou fazer com que a comunidade no geral se mobilizasse em prol dessa luta, e para confirmar essa ideia podemos ver: “Contamos com o apoio de toda comunidade campinense, pois até os cinemas Capitólio e Babilônia, aquiesceram em cobrar uma taxa em cada ingresso, para as despesas de movimentação.”⁴

Além disso, mostra que o apoio que foi dado pelo governo do estado, que tinha José Américo de Almeida como governador foi fundamental. É evidente que todas essas colaborações, tanto a participação dessa elite que mobiliza a comunidade contando com seu apoio, quanto o apoio do governador tiveram sua efetiva importância, e ainda não podemos deixar de mencionar que a imprensa local também contribuiu e muito para esse projeto, tal como nos mostra Torres

(...) mesmo não tendo um jornal diário na primeira metade dos anos cinquenta do século passado circulando na cidade de Campina Grande, os periódicos então existentes *O Momento*, *Folha Acadêmica*, *A Ordem*, mesmo sendo publicados durante curto período, as elites⁷ letradas já utilizavam as páginas destes para investir na construção de um novo lugar discursivo para a cidade (...)⁵

2 TORRES, José Valmi Oliveira. *Escola Politécnica e a construção identitária de Campina Grande como pólo tecnológico (1952-1973)*. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB. 2010. p.25.

3 Ó, Edvaldo de Souza do. *Politécnica: Primeira Escola Superior de Campina Grande*. Campina Grande: Editora Campina Grande Ltda, p.13. 102p.

4 Idem, *ibidem*. p.17.

5 TORRES, José Valmi Oliveira. *Escola Politécnica e a construção identitária de Campina Grande como pólo tecnológico (1952-1973)*. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB. 2010. p.28

Toda essa ideia de que Campina Grande é abordada por uma crise econômica no início dos anos de 1950 também é abordada por Rômulo de Araújo Lima em “A luz que não se apaga”, expõe bem isso quando diz que

(...) as elites econômicas e políticas de Campina Grande assumiram compromisso com a formação do campo científico-tecnológico apoiando, inicialmente, a EPUP em sua consolidação, a resposta parece estar no fato de que a crise econômica, cujos sinais podiam ser vislumbrados, no início dos de 1950, e que se instala em meados dos anos 1960, precisava ser enfrentada e contornada. A educação superior foi a estratégia encontrada para a superação da crise.⁶

Então, conhecendo um pouco do cenário campinense que recepcionara essas ideias que deram incentivo para a criação de uma escola superior em Campina Grande, iniciaremos a partir daqui as discussões que dizem respeito à participação e à presença de mulheres nas engenharias. O fato é que, mesmo após estudar três obras que versam sobre a História da Politécnica, só visualizamos a presença de mulheres na obra de Souza do Ó, contudo isso apenas quando descreve a composição do corpo administrativo e docente, pois descreve a composição das quatro primeiras turmas que se formaram em engenharia civil, e não é registrada a existência de nenhuma mulher no corpo discente. Em meio ao registro dos nomes dessas mulheres não foi trabalhada nenhuma problematização que se relacionem aos trabalhos que discutam relações de gênero, há um silenciamento. O nosso trabalho se propõe a questionar tal silenciamento buscando compreendê-lo, através de justificativas.

Joana Maria Pedro desenvolve uma série de estudos sobre gênero como categoria de análise, afirmando que o uso da palavra gênero enquanto categoria de análise na pesquisa histórica está ligado às percepções do universo cultural, porém devemos levar em consideração que estudos dessa natureza são muito recentes. Em se tratando de perspectivas historiográficas, só se torna possível o estudo de gênero a partir “dos Annales – que pretendiam ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns(..)”⁷ Nesse ponto podemos dizer que localizamos uma justificativa para tal silenciamento. No entanto, a partir daqui novas formas de se escrever história tornam-se possíveis, e buscaremos aqui um suporte na história oral que também surge no novo fazer historiográfico. Segundo Torres “A história oral tem possibilitado uma ampliação de temas que se voltam para a

6 LIMA, Rômulo de Araújo. A luz que não se apaga: a Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico. Campina Grande: Eduepb, 2010. p. 32

7 PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. Revista História (São Paulo): Editora UNESP. Vol. 24. núm. 1. 2005. pp. 77-98. (ISSN 0101-9074) 2006.

contemporaneidade, a exemplo de história de bairros, das mulheres, das minorias, das instituições, estudos que se utilizam dessa metodologia.”⁸

Paul Thompson em a *A voz do passado: história oral* nos traz algumas considerações acerca da História das Mulheres, e nos diz que essa “Até bem pouco tempo, (...) foi ignorada pelos historiadores, em parte porque a vida delas, ligada ao lar ou ao trabalho desorganizado ou temporário, muito freqüentemente transcorreu sem ser documentada.”⁹ As colocações de P. Thompson correspondem claramente com o presente estudo, pois a falta de documentação “justifica” o silenciamento o qual estamos questionando, assim como também interliga-se diretamente aos depoimentos das alunas da Politécnica, que afirmam que as diferenças não correspondiam as relações de gênero e sim através do desempenho, ao passo que admitem a desvantagem com relação aos homens por serem mulheres que na maioria das vezes eram casadas, possuíam família e com isso uma carga de afazeres maior que a dos homens.

A análise de entrevistas de mulheres contemporâneas da escola politécnica torna-se imprescindível diante da escassez de fontes. Ao deparar-se com entrevistas de ex-alunas dos cursos de engenharia, é possível que seus depoimentos nos surpreendam, pois uma das entrevistadas a senhora Luciana Marta Vilar Mayer relata em seu depoimento que ao ingressar no curso de engenharia elétrica no ano de 1968, apesar de ser um universo predominantemente masculino, a recepção de um número pequeno de moças foi normal, que as oportunidades eram as mesmas e que não enfrentou nenhum tipo de dificuldade na profissão por ser mulher. Ao passo que, uma outra senhora, de nome Moema, que ingressara em 1966 também no curso de engenharia elétrica, depõe e chega a declarar que era comum ouvir frases do tipo “como é que tu vai subir num poste?”, levando a entender que uma mulher não tinha todas as capacidades que um homem tinha para exercer a função de engenheiro eletricitista. Apesar de concordar em parte, com a outra depoente ao afirmar que não percebia diferença no tratamento para com as mulheres, dá declarações que a relação dos rapazes não era tão boa com a única professora mulher que tinham no corpo docente, assim como também que ao se afastar da universidade através da licença maternidade sentiu-se “premiada” com um trabalho que teve que desenvolver em uma disciplina que não era sua área. Como Já foi mencionado anteriormente, em depoimento foi afirmado que as

8 TORRES, José Valmi Oliveira. Escola Politécnica e a construção identitária de Campina Grande como pólo tecnológico (1952-1973). Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB. 2010. p.20

9 THOMPSON, Paul. “A contribuição da história oral”. In: ___. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 104.

divergências no ambiente acadêmico não eram vistas com relação ao gênero e sim de acordo com o desempenho dos alunos. Rosa Tânia Barbosa de Menezes diz que “(...) não sentíamos discriminação de gênero (...) os grupos de amigos, de estudo, de relacionamento, eles se dividiam muito mais em função do desempenho.” Já Maria de Fátima Queiroz Vieira relata que “(...) para você ser considerado um bom profissional enquanto mulher você tem que ser melhor do que os homens, para eles lhes respeitarem (...). Então, essa situação assim, de impor do ponto de vista de gênero sempre existiu e sempre vai existir (...). Com isso, podemos perceber que algumas delas consideravam normal aquele universo, porém tinham consciência de que de certo modo haviam desigualdades entre os gêneros, e que uma dessas mulheres tinha consciência da desigualdade e que buscava “não olhar para essas diferenças”.

Com a história nova, surge “uma diversificação das temáticas historiográficas”¹⁰, e só assim torna-se possível o estudo “do lugar reservado às mulheres em diferentes épocas”¹¹, da escassez de trabalhos desenvolvidos com relação a essa temática retiramos nossas reflexões a respeito da importância de se desenvolver trabalhos que deem suas contribuições, pois a preservação dessas memórias depende dessas contribuições. Do esforço de livrá-las do esquecimento, pois lembremo-nos que “(...) o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente.”¹².

Paul Thompson nos fala também da importância de estudar a temática da História das Mulheres vejamos: “O descaso total por esse campo faz com que entrar nele cause a emoção de uma viagem de descoberta.”¹³ E ainda, “(...) essa nova história também põe em xeque pressupostos básicos sobre estrutura social e desigualdade, a ‘natureza’ de homens e mulheres, as raízes do poder entre eles, e a modelação da consciência tanto pelo lar como pelo trabalho.”¹⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do trabalho, podemos inferir que a pesquisa deve ser continuada a fim de conseguir recolher mais informações sobre a temática: MULHERES NAS ENGENARIAS:

10 LUCA, Tânia Regina. A História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

11 Idem, ibidem.

12 GAGNEBIN, Jean Marie. Verdade e memória do passado. In: ___. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Ed. 34, 2006. p.44.

13 THOMPSON, Paul. “A contribuição da história oral”. In: ___. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.104

14 Idem.

ESTUDOS DA HISTÓRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Visando sempre dar maiores contribuições a memória de mulheres que ali estiveram presentes e representaram um papel muito importante para a construção desse campo científico. Sendo adiada para o período de retomada das aulas, após mais de quatro meses em greve, o cronograma das entrevistas com as mulheres objeto desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS:

Ao PIVIC/UFCG pela concessão a pesquisa e a Rosilene Montenegro pela Orientação.

REFERÊNCIAS:

GAGNEBIN, Jean Marie. Verdade e memória do passado. In: ___. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Ed. 34, 2006. 39-47p.

LIMA, Rômulo de Araújo. A luz que não se apaga: a Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico. Campina Grande: Eduepb, 2010. 235p.

LUCA, Tânia Regina. A História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2005, p. 111-153.

Ó, Edvaldo de Souza do. Politécnica: Primeira Escola Superior de Campina Grande. Campina Grande: Editora Campina Grande Ltda, 102p.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. Revista História (São Paulo): Editora UNESP. Vol. 24. núm. 1. 2005. pp. 77-98. (ISSN 0101-9074) 2006.

THOMPSON, Paul. “A contribuição da história oral”. In: ___. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.104-137.

TORRES, José Valmi Oliveira. Escola Politécnica e a construção identitária de Campina Grande como pólo tecnológico (1952-1973). Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB. 2010.170p.

RELAÇÃO DE ENTREVISTAS

Moema Soares de Castro Barbosa:

Graduação em Engenharia Elétrica, (1973-1977). Entrevista realizada dia 04/09/2009 às 10,00hs, na sala do Projeto Memória, na UFCG.

Rosa Tânia Barbosa de Menezes:

Graduação em Engenharia Elétrica, (1972-1976). Entrevista realizada dia 02/10/2009, às 10:00hs, na sala do Projeto Memória, na UFCG.

Maria de Fátima Queiroz Vieira:

Graduação em Engenharia Elétrica, (Mestrado em 1975). Entrevista realizada dia 16/10/2009, às 16:00hs, na sala da professora, localizada no Bloco CI, na UFCG.

Luciana Marta Vilar Mayer:

Graduação em Engenharia Elétrica. (1968-1972). Entrevista realizada dia 23/10/2009 às 16:00hs na sala do Projeto Memória, na UFCG.

O ACERVO JOSÉ SIMEÃO LEAL: MEMÓRIA ARQUIVADA E HISTÓRIA DE UM PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO

Lesleyanne Rodrigues de Lima¹

Resumo: Este estudo faz parte do *Projeto Memória e Preservação do Patrimônio Arquivístico: o Acervo José Simeão Leal*, coordenado pela professora Maria da Vitória Barbosa Lima (PPGCI/UFPB), e integra o Programa de Documentação e Memória, através do *Grupo de Estudo de Cultura, Memória, Informação e Patrimônio (GECIMP)* vinculado ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba (NDIHR/UFPB). O Acervo José Simeão Leal é um acervo privado pessoal doado ao governo do Estado da Paraíba, em 1996, e foi tombado como patrimônio arquivístico estadual pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) e homologado pelo governo do Estado através do Decreto nº 25.155, de 06 de julho de 2004. O Acervo é constituído por: livros, revistas, comendas, medalhas, correspondências, esculturas, pinturas, colagens, desenhos, objetos pessoais, documentos pessoais, partituras, documentos sonoros, fotografias, entre outros. O presente pôster tem por objetivo relatar a memória e a história da aquisição, tombamento e a luta pela preservação do Acervo José Simeão Leal.

Palavras-chave: Memória Arquivada. Preservação de Patrimônio. Acervo José Simeão Leal.

INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte do *Projeto Memória e Preservação do Patrimônio Arquivístico: o Acervo José Simeão Leal*, coordenado pela professora Maria da Vitória Barbosa Lima (PPGCI/UFPB), e integra o Programa de Documentação e Memória, através do *Grupo de Estudo de Cultura, Memória, Informação e Patrimônio (GECIMP)* vinculado ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba (NDIHR/UFPB).

Ressaltamos que o patrimônio arquivístico formou-se a partir de fontes de pesquisas históricas e esse fator contribuiu muito para os estudos realizados na área de acervos privados. Muitos trabalhos acadêmicos estão surgindo desses acervos, pois eles possuem uma demanda de informações valiosas, que contribuem para o enriquecimento da cultura histórica e popular do país.

¹ Discente de Ecologia da UFPB. E-mail: lesley_rodrigues@hotmail.com.

O acervo a ser apresentado neste estudo é o de José Simeão Leal, acervo esse, privado, pessoal, e tombado como patrimônio arquivístico. É constituído por: livros, revistas, comendas, medalhas, correspondências, esculturas, pinturas, colagens, desenhos, objetos pessoais, documentos pessoais, partituras, documentos sonoros, fotografias, entre outros (SOUSA, 2001).

Dessa maneira, o objetivo central desse trabalho é relatar a memória e a história da aquisição, tombamento e a luta pela preservação do Acervo José Simeão Leal. Nossa metodologia compreende a pesquisa bibliográfica e documental e a abordagem qualitativa das fontes primárias (os documentos do acervo e outros) para escrever uma minibiografia do titular do Acervo, identificar a composição deste e historiar o seu tombamento.

EM DEFESA DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO: instrumentos teóricos

Antes de adentrarmos na biografia, descrição e tombamento do Acervo de José Simeão Leal, fazem-se necessário discorreremos um pouco sobre a questão do patrimônio arquivístico.

As manifestações de proteção e conservação do patrimônio cultural vêm desde muitos anos, a nível internacional, com as Cartas Patrimoniais², e a nível federal, com a criação do/da Serviço/Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (hoje IPHAN, em 1937), a nível estadual, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP, em 1971).

O IPHAEP, no seu Regimento Interno revela as seguintes competências:

[...]

III – classificar, inventariar, cadastrar, tomba, restaurar, preservar a conservação de monumento, obras, documentos e objetos de valor histórico, artístico, arqueológico, folclórico e artesanal, bem como sítios e locais de interesse turístico, ecológico e paisagístico do Estado da Paraíba;

IV – catalogar sistematicamente e proteger museus e arquivos estaduais, municipais e particulares, cujos acervos sejam do interesse do estado quer possua vinculação a episódios da história paraibana, quer pelo seu valor arqueológico, antropológico, artístico, museológico, botânico, etnográfico, folclórico e artesanal. (IPHAEP, Regimento Interno, 1992) (Grifo nosso)

² Ressaltamos que as Cartas Patrimoniais são como instrumento teórico, elas não têm a função de legislar sobre o Patrimônio, e sim fornecer embasamento filosófico para que os órgãos competentes, nos diversos países, possam legislar com segurança.

Contudo, essa instituição até hoje apenas tombou um acervo, em 2004, e foi um arquivo privado pessoal.

Ressaltamos que a expressividade que abrange história e cultura, se valorizou nos arquivos públicos e privados que guardam uma carga da memória nacional. Bellotto define a contribuição do arquivo como:

O caminho dos arquivos é aberto aos historiadores, aos sociólogos, aos antropólogos, aos arquivistas, aos literatos, aos detetives, aos policiais, aos juristas, aos educadores, aos médicos, aos psicólogos, aos psicanalistas, aos jornalistas, e a outros que, pelas características de sua atuação profissional, têm maiores condições e oportunidades de realizar essa espécie de viagem ao interior do pensamento de uma pessoa, e a razão de ser de ações e atitudes suas, das quais, de outro modo, só se conheceria a finalização. (BELLOTTO, 1998, p. 201).

O patrimônio arquivístico é composto por informações relevantes, que mostram como a sociedade se organiza e se transforma ao longo dos anos, contribuindo para manter viva a cultura de um país. O acervo privado de José Simeão Leal guarda a memória desse intelectual que contribuiu muito para a nação brasileira, hoje esses arquivos pessoais são os mais procurados, considerando o lugar que as histórias pessoais e intelectuais têm ocupado na pesquisa social e historiográfica, aprofundando diversas reflexões sobre o indivíduo na História, (REIS; SANTOS, 2010).

JOSÉ SIMEÃO LEAL E O SEU ACERVO



Foto 1: Carteira Profissional

Fonte: AJSL

Biografia

José Simeão Leal, filho de Alfredo dos Santos Leal e Maria de Almeida Leal, nasceu na cidade de Areia, em 13 de novembro de 1909. Fez seus estudos iniciais na sua cidade natal e aos 11 anos foi morar em João Pessoa, onde estudou no Lyceu Paraibano. Coursou medicina inicialmente em Recife/PE e depois se transferiu para o Rio de Janeiro/RJ. Formado em medicina volta à Paraíba, casado com Eloah Drummond Leal e exerce cargos públicos. Neste Estado realiza entre 1940 a 1945 pesquisas sobre a

cultura paraibana, no âmbito de João Pessoa, Bayeux e Cabedelo.

Retorna ao Rio de Janeiro em 1947, onde exerce por pouco tempo a medicina. Neste mesmo ano é indicado para o cargo de Diretor do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde por mais de 18 anos. Transformou o Departamento, que cuidava basicamente de publicações corriqueiras e diárias oficiais, na mais importante editora da cultura oficial brasileira. Sob a sua direção foram editadas inúmeras obras, assim como os cadernos de Cultura e a revista Cultura, o mais importante periódico da área até então no país.

Simeão Leal exerceu inúmeras atividades no país dentre as quais:

1940 -1945: Diretor do Departamento do Serviço Público do Governo da Paraíba;

1947-1961: Diretor do Serviço e Documentação do Ministério da Educação e Saúde. Criador dos Cadernos e da Revista Cultura;

1951-1960: Delegado do Brasil nas Conferências da UNESCO, na França e na Índia;

1955: Participante ativo na construção da Universidade Federal da Paraíba e do Distrito Federal – Brasília;

1956: Delegado da UNESCO na Índia

1962: Nomeado pelo Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, coordenador das atividades culturais da Secretaria do Estado da Guanabara de Educação e Cultura dos seguintes órgãos: Departamento de História e Documentação; Biblioteca Estadual e Bibliotecas Populares; Serviço de Teatro de Diversões; Serviço de Divulgação compreendido pela Rádio Roquette Pinto, Discoteca Pública, Cinema Educativo e Documentário;

1965: Adido Cultural da Embaixada Brasileira no Chile;

1972: Delegado da BENFAM no Hemisfério Sul;



Foto 2: Livro de Francisco de Assis Barbosa

Fonte: AJSL

1979: Diretor do Museu de Arte Moderna – MAM/RJ;

1981-1982: Diretor Fundador da Escola de Comunicação e Artes da UFRJ;

Membro Fundador da Associação Brasileira de Críticos de Artes;

Além de,

Membro Fundador e Delegado da Associação Internacional de Críticos de Artes no Brasil;

Membro da primeira Reunião Brasileira de Antropologia do Museu Nacional;

Membro Fundador da Associação Brasileira de Imprensa.

E ao longo de sua vida amechou para si importantes documentos, que dado seu valor histórico e informacional merecem ser preservados e estudados.

O Acervo e sua Composição

Destacamos a seguinte composição do Acervo:

Aproximadamente 4000 Livros, Revistas, Catálogos, etc, nas áreas de Artes (predominante), História, Filosofia, Arquitetura, Antropologia, Sociologia, Religião, Cultura, Geografia, Literatura, Folclore, Biografia, Saúde, Turismo e outras;

11 Comendas e medalhas (entre as quais a de cavaleiro do Mérito da República Italiana, Medalha Rui Barbosa, do Ministério da Educação e Saúde; Medalha Anchieta, da Prefeitura do Rio de Janeiro; Medalha Maria Quitéria, do Ministério da Guerra; Medalha Silvio Romero, da Comissão Nacional do Folclore; Medalha do Sesquicentenário, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Comenda da Ordem do Rio Branco, do Itamaraty);

2000 Correspondências expedidas e recebidas que revelam as redes de relações de José Simeão Leal;

05 Esculturas em Ferro Reciclado;

18 Pinturas em técnicas mistas sobre Duratex em tamanhos variados;

53 Colagens sobre papel em tamanhos variados;

74 Pinturas em técnicas mistas sobre papel em tamanhos variados;

146 desenhos em técnicas mistas sobre papel em tamanhos diversos;

Objetos Pessoais (Cachimbos, gravatas borboletas, relógios);

Documentos Pessoais (documentos de estado civil; documentos relativos a escolaridade e formação; documentos relativos a carreira militar; documentos relativos a carreira - editais de nomeação, promoções, atribuições e condecorações; agendas; diários íntimos e memórias; cadernos de notas; passaportes, identidades; etc);

Partituras;

Documentos Sonoros (gravações em fitas metálicas);

Documentos manuscritos e datilografados, notadamente sobre o folclore paraibano;

Documentos mimeografados e impressos referentes a sua **atuação** administrativa e intelectual entre os quais destacam-se: Museu de Arte Moderna/RJ, Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde e **Atas do Seminário Internacional** sobre desenho Industrial do qual resultou a criação da Escola Superior de Desenho Industrial;

842 Fotografias pessoais e de eventos.

Processo de Tombamento

Doado cartorialmente a Paraíba em 1996, pela viúva Eloah Drummond Leal, patrimônio tombado pertencente ao Estado, o acervo José Simeão Leal, rico em suas qualidades documentais e



Foto 3: José Simeão Leal em seu gabinete de leitura

Fonte: AJSL

informativos, está sob a custódia do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB), que está na qualidade de instituição depositária conjuntamente com o IPHAEP.

Consideramos o Acervo de José Simeão Leal como um patrimônio, pois ele tem valor reconhecido para a história nacional e local. Foi por isso que o governo da Paraíba resolveu tombá-lo. O tombamento “[...] é o processo pelo qual um bem é inscrito no Livro de Tombo [...] como reconhecimento pelo Governo de que esse bem é parte significativa da identidade cultural de um lugar”. (QUEIROZ; et all, 2011)

O processo de tombamento seguiu as seguintes etapas:

- a) 1ª Etapa: *Levantamento da documentação*³ para conhecimento das tipologias documentais, seu estado de conservação e o valor histórico e cultural;
- b) 2ª Etapa: *Exposição de motivos* solicitando e subsidiando o tombamento do Acervo;



Foto 5: Carta de doação do AJSL

Fonte: AJSL

³ Ressaltamos que no processo de tombamento há apenas uma listagem dos tipos documentais e não uma relação minuciosa da documentação.

- c) 3ª Etapa: Formulação do processo junto ao IPHAEP. Nesta instituição o processo passa por vários procedimentos: inicialmente, o registro no setor de protocolo, onde todos os documentos necessários ao tombamento são anexados. Formado o processo, este recebe uma numeração onde o solicitante pode acompanhar seu andamento. Do Protocolo passa para a Coordenação Administrativa que por sua vez o envia ao setor competente para dar o parecer, neste caso à Coordenação de Assuntos Históricos, Artísticos e Culturais. Esta dá seu parecer favorável e o reenvia à Coordenadoria Administrativa e analisa os autos, estes estando completos, são enviados à Diretoria Executiva que coloca em pauta na próxima reunião do Conselho de Proteção dos Bens Históricos e Culturais⁴. Aqui o processo é analisado por um conselheiro e aprovado o seu tombamento.
- d) 4ª Etapa: A Deliberação declaratória de tombamento do CONCEP é enviada pela Direção Executiva do IPHAEP ao governo do Estado para homologação;
- e) 5ª Etapa (final): o governo do Estado através do Decreto nº 25.155, de 06 de julho de 2004 homologa o tombamento do Acervo de José Simeão Leal.

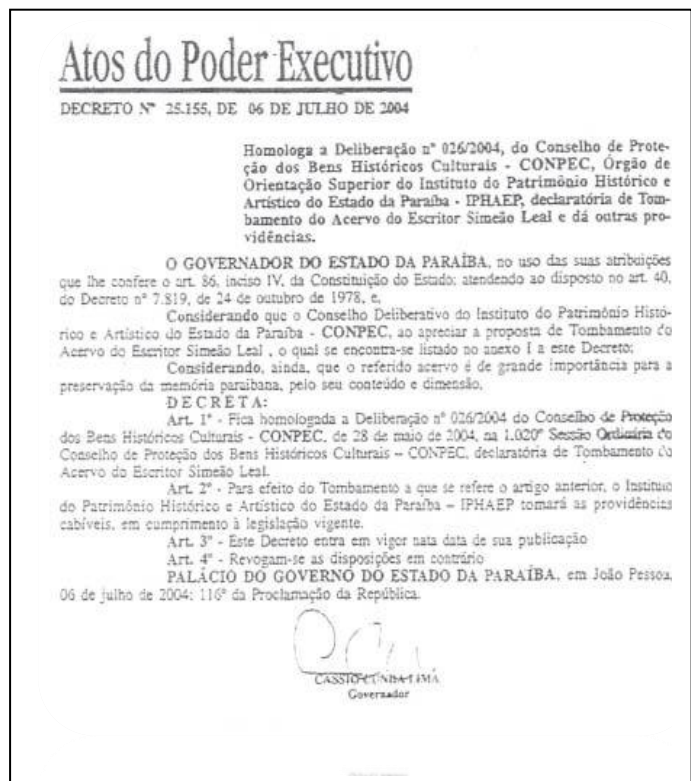


Foto 5: Decreto de Tombamento (DO, 2004)

⁴ Órgão deliberativo do IPHAEP.

RESULTADOS/CONCLUSÕES

O acervo de José Simeão Leal fundamentou diversos trabalhos acadêmicos em nível de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado), referendando o papel de José Simeão Leal na construção do processo histórico-cultural do país, assim como a riqueza histórica da documentação.

- *Trabalhos de conclusão de curso:*

- **Preservação e Conservação de obras:** o acervo José Simeão Leal. 2001;

- *Artigos publicados:*

- **José Simeão Leal:** na tessitura da história cultural brasileira. 2005;
- **Memórias de leitura:** prática leitora em José Simeão Leal. 2006;
- **Memória e Arquivos Literários:** a escrita de si como registro intimista. 2010;
- **Santuário de gente:** a biblioteca privada de José Simeão Leal. 2011;
- **Direito à memória:** processo de tombamento do acervo José Simeão Leal. 2011;

- *Dissertação:*

- **Rede Humana de Relações:** relações de sociabilidade a partir do acervo fotográfico de José Simeão Leal. 2012;

- *Tese*

- **José Simeão Leal:** escritos de uma trajetória. 2009.

E muitos outros trabalhos podem ser realizados, a exemplo deste estudo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria do Carmo. José Simeão Leal. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=903&Itemid=189. Acesso em 08 out. 2012.

BATISTÉRIO de 02/07/1937. Localização: AJSL (NDIHR/UFPB)

BARROS, Kelly Cristiane Queiroz. **Rede Humana de Relações:** relações de sociabilidade a partir do acervo fotográfico de José Simeão Leal. Dissertação (Mestrado em Ciência da

Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. 2v.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Documento, informação e meios institucionais de custódia e disseminação. In: _____. **Arquivos institucionais: tratamento documental**. 2. ed. ver. e amp. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL. Diário Oficial de 15/01/1947.

CAMARGO, C. R.; MOLINA, T.S. O patrimônio arquivístico: acervos privados e interesse público. **Anais do XV Encontro Regional da ANPUH-Rio**, Rio de Janeiro, p. 1-5, 2010.

CARTAS PATRIMONIAIS. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br> Acesso em 8 out. 2012.

DUTRA, C.A.R.; FREIRE, B.M.J. José Simeão Leal: na tessitura da história cultural brasileira. **Biblionline**, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=13529>. Acesso em 12 out 2012.

FREIRE, B. M. J. Santuário de gente: a biblioteca privada de José Simeão Leal. 2011. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewFile/56/93> Acesso em 08 out. 2012.

IPHAEP. Regimento Interno. 1992.

JOSÉ Simeão Leal: homem de cultura. Mostra Iconográfica. João Pessoa: NDIHR/ UFPB; Fundação Ormeo Junqueira Botelho; Usina Cultural Energisa, 2011.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **José Simeão Leal: escritos de uma trajetória**. 2009. 870f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. 2v.

_____. **Simeão Leal, o semeador da cultura**. In: José Simeão Leal: Homem de Cultura. Mostra Iconográfica. João Pessoa: NDIHR/ UFPB; Fundação Ormeo Junqueira Botelho; Usina Cultural Energisa, 2011.

OLIVEIRA, B. M. J. F.; CÓRDULA, A. C.; ANDRADE, B. A. Direito à memória: processo de tombamento do acervo José Simeão Leal. **Revista Brasileira Arqueometria, Restauração e Conservação**, v. 3, p. 1-6, 2011.

QUEIROZ, Malthus Oliveira de Queiroz; et all. Patrimônio – Conceito. **Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação** - ARC - Vol. 2 - Edição Especial, 2011.

SOUSA, Josefa Lopes de. Preservação e conservação de obras: o acervo de José Simeão Leal. João Pessoa, 2001. 62f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

AS FORMAÇÕES HUMANÍSTICAS E PROFISSIONAIS NO ESTADO NOVO: EXPERIÊNCIA PARAIBANA

Luiz Mário Dantas Burity¹

1. Introdução

Diante dos questionamentos proporcionados pelas fontes com as quais tivemos contato na pesquisa “Escolarização para a moral, o civismo e o nacionalismo: os grupos escolares e as escolas rurais, espaços para a difusão dos ideais estadonovistas (1937-1945)”, parcialmente financiada pelo CNPq, surgiu à necessidade de melhor compreendermos a proposta estatal destinada ao ensino profissionalizante, principalmente a partir das novas normatizações que foram elaboradas sobre o ensino profissionalizante e contidas nas Leis Orgânicas do Ensino, publicadas na gestão de Gustavo Capanema, que esteve à frente do Ministério da Educação. Essas Leis Orgânicas do Ensino, no nosso entendimento concluíram um ciclo de “democratização de ensino” que fora iniciado na Reforma Francisco Campos, reforçada com a Constituição de 1934 e concluída a partir da instauração do Estado Novo. Esse momento, todavia, se apresentou com novas roupagens, especialmente em relação às questões educacionais, mas inseridas nas velhas condições políticas, econômicas e sociais do estado brasileiro e paraibano.

Para tanto, nos debruçamos sobre o nosso objeto de pesquisa tomando como referências as ideias de *continuidades* e *descontinuidades*, a partir da perspectiva historiográfica pensada por Hobbsbawm (1998) e dos escritos de Gramsci (1995) sobre as formulações acerca das relações ensino-sociedade. Para este último autor o ensino profissional não significava e nem propunha mudanças na estrutura social e econômica de uma dada realidade. Afinal, a partir do momento em que os filhos das elites e os filhos dos trabalhadores das indústrias fossem segregados em dois modelos de formação, ocorreriam, inevitavelmente, direcionamentos distintos para os jovens que assumiriam funções específicas na sociedade, impedindo, inclusive, a mobilidade social desses últimos.

Mas, se no Brasil verificamos uma continuidade no sentido de favorecer os grupos sociais dominantes não podemos deixar de considerar que a proposta do governo também incluiu a vontade de “civilizar” as populações mais pobres e em especial o homem do campo, a partir da educação escolar, o que na prática significou oferecer um ensino profissional agregado a algumas lições do ensino humanístico. E para melhor compreendermos essa

¹ UFPB/PIBIC.

proposta adentramos um pouco no conceito de civilização e nacionalismo, que correspondem, respectivamente, ao modelo de sociedade almejada pelo Governo Getúlio Vargas. Nesse sentido, analisamos, principalmente, três fontes históricas: Os discursos acerca do Dia da Juventude, transcritos no Jornal A União, em 1941; a conferência de encerramento da Semana da Criança, proferida na sede da Prefeitura de Alagoa Nova pelo seu prefeito, Arlindo Colaço, em 1943, publicada pela Gráfica Mundo Espírita entre os anos de 1944 e 1945, e, por fim, a monografia *A Força Nacionalizadora do Estado Novo*, de Mercedes Dantas, que recebeu menção honrosa num concurso instituído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda Nacional e publicada pelo mesmo instituto, em 1942.

Após leitura cuidadosa do material acima mencionado verificamos que os conceitos de civilização e nacionalismo serviram de base para o desenvolvimento de políticas educativas do governo Getúlio Vargas.

2. O Nacionalismo a serviço da civilização

Arlindo Colaço, em defesa do ensino profissional, estruturou o seu discurso condenando “a elite social do Brasil” que corria ao ensino superior apenas para “conquistar títulos”. Para embasar a sua crítica, apresentou um curioso caso de um formado (em curso superior) que havia sido preso no Rio de Janeiro por estar trabalhando como pedreiro. Assim, ao ser descoberto foi confundido como se estivesse desenvolvendo uma militância comunista. (COLAÇO, 1944).

No entanto, no transcorrer das suas argumentações não percebemos uma crítica no sentido de que a educação não devesse ser um fator de diferenciação social, o que o chocou foi à falta de preparo real dessa suposta elite diplomada que não conseguia exercer a atividade para a qual havia sido preparado. Para o referido autor a situação da escolaridade superior no Brasil se tornara tão crítica que já não se distinguia tão nitidamente as funções de um engenheiro de um pedreiro. Nesse sentido, a melhor solução para livrar o Brasil de tamanha “epidemia” seria o de ampliar a oferta de ensino técnico profissional, que prepararia o letrado para as reais necessidades da sociedade. Tal proposta atenderia três necessidades, quais sejam: A de manter a aristocracia brasileira em sua velha posição social; a de expandir o trabalho especializado por todo o Brasil, e por fim articular as populações, inclusive àquelas que se encontravam distantes dos centros urbanos, às necessidades imperativas do meio ao qual pertenciam, fosse na “ agricultura, se for no campo, industrial se é num ambiente industrial,

ou pastoril, se o meio a requer”. Para Colaço (1942, p. 31) era necessário coibir tanta “sarna literária, cujo prurido provoca a malévola ociosidade dos agitadores de guines, nas praças publicas, nos cafés e em outros lugares escusos”. Segundo, ainda, o referido autor:

Uma palavra que se diga neste mister, nunca será demasiado proferí-la. Seja o pregão de todas as horas, e, certo, se criará uma consciência onimoda sobre os objetivos educacionais inadiáveis o minimamente necessário, para garantia do nosso futuro nacional.

(...) Em resumo, - um pouco de letras indispensáveis e bastante técnica para todas as funções produtoras. (COLAÇO, 1942, p.31).

Assim, mesmo em se tratando de um ensino profissionalizante, era necessário manter uma formação humanísticas básica, objetivando a manutenção de uma consciência nacionalista, consciência que, aliada ao ensino técnico profissional, criaria homens fortes, eficientes e “racionalmente indicado[s] a desempenhar as funções que a pátria lhe reserva” (GOMES, 1941, p. 3).

Na mesma perspectiva do intelectual anterior, Mario Gomes, em seu artigo publicado no jornal A União, (1941, p.3) nos mostra um Brasil que estava sendo guiado por uma nova “Carta Magna” que indicava apoio à infância e à juventude, preocupando-os desde a gestação, uma vez que fora inaugurada novas maternidades, passando pelos cuidados da puericultura, pela fase pré-escolar, o jardim de infância e a “escola em sua complexidade”. Assim sendo, para ele a implementação do Estado Novo foi uma continuidade do “ato revolucionário de 1930” que

rompeu com os velhos preconceitos e tomou de assalto das mãos dos demagogos ineficientes as rédeas da administração de logo cuidou de formar a nossa raça, imprimindo á educação a moderna orientação pedagógica consentanea com a civilização atual.

A partir da “roça brasileira” se propunha formar uma “raça brasileira”, dando um sentido unificador ao povo brasileiro, e para incutir esse sentimento uniforme seria necessário preparar os jovens para o Brasil que nascia sob a luz da civilização moderna, civilização essa que aqui compreendemos como uma referência às nações economicamente desenvolvidas. Nessa perspectiva era necessário formar homens fortes e preparados para a indústria, agricultura e pecuária.

Num outro artigo publicado nesse mesmo jornal, a Escola de Professores é referenciada como um núcleo de estudos para melhor educar os jovens brasileiros para uma civilização em mudança (A UNIÃO, 9 abr. 1941, p. 3). Mudança essa que em que a figura política do presidente Getúlio Vargas muito bem representou esse ideário.

A depressão econômica do entre guerras se propagou pelo mundo capitalista exigindo novas posturas políticas dos Estados Nacionais. Em consequência da nova divisão internacional do trabalho que se efetivou após a Primeira Guerra quando os países derrotados pelo conflito armado fizeram ampliar os ideais facistas, além da Rússia ter adotado o regime socialista, fez com que surgisse “outra faceta assumida pelo imperialismo”. Nesse sentido, os estados vitoriosos se viram obrigados a intervir na economia, num processo que Brito (2006) denominou de sepultamento do liberalismo:

A relativa desagregação da velha divisão internacional do trabalho abria espaço para a diversificação das economias, o que dependia, em cada caso específico, do estágio de desenvolvimento industrial existente em cada país, a extensão do seu setor de bens de capital, além da maior ou menor presença do Estado, enquanto sustentáculo destes processos. (BRITO, 2006, p.5)

O Brasil, a partir de então, iniciou uma política de retração de importações, concentrando seus esforços nas exportações, principalmente de algodão e café, e num segundo plano na siderurgia, que se tornou um ponto central das reformas econômicas implementadas por Getúlio Vargas, a partir de 1930.

Assim, o setor educacional passou a ser pensado no sentido de preparar o brasileiro para o progresso que se avizinhava cada vez mais. Nessa nova conjuntura política e econômica podemos compreender que a ideia de “civilização” assumiu novos contornos, tendo a educação como um dos seus principais vetores. No discurso do Tenente José Góis de Campos transcrito no Jornal A União, em virtude das comemorações do Dia da Juventude, encontramos tais articulações as quais apontamos acima. Vejamos: “Carvão, ferro e petróleo formam o trinômio material da **civilização contemporânea.**” (A UNIÃO, 17 abr. 1941, p.1, negrito nosso).

Temos, portanto, um conceito de civilização mundial que compreende o desenvolvimento das nações a partir de um poder estatal suficientemente forte para controlar a economia, e de um povo unido e preparado para erguer a sua pátria: De modo que aos jovens do Brasil era necessária uma formação técnica capaz de fornecer à pátria tanto os elementos básicos para a sobrevivência econômica da nação, que vinham da agricultura, pecuária e minério, sustentáculo do Brasil monocultor da velha divisão internacional do trabalho, quanto o beneficiamento destes produtos a partir da siderurgia, aspecto fundamental para a sobrevivência econômica do estado em tempos de crise, assim como promover um sentimento nacionalista unificado que eliminasse as dificuldades regionais em prol de uma causa maior: Podemos ver esse discurso no primeiro parágrafo da notícia de capa do jornal “A União” do

dia 19 de abril de 1941, que intitula-se “Getúlio Vargas – Patrono da Juventude”, onde confirmamos a importância desse conceito para os objetivos dos governantes brasileiros no Estado Novo: “FAÇAMOS justiça ao homem providencial que está dando ao Brasil a mais feliz das oportunidades: a ressurgir e soerguer-se com as suas próprias forças, na hora crítica da civilização ocidental” (A UNIÃO, 19 abr. 1941, p.1). A partir dessa proposta política é necessário considerar que o Governo Getúlio Vargas efetivou diversas reformas sociais, iniciadas com a Constituição de 1934, e que se multiplicaram ao longo de seu governo, aparecendo, em primeiro plano, a partir das reformas trabalhistas:

Decreto-se a obrigatoriedade do repouso semanal, feriados, domingos, depois de um ano de trabalho; indenização pela dispensa e sem justa causa, proporcional ao tempo de serviço; salário mínimo, jornada de oito horas, remuneração suplementar para o trabalho à noite; proibição do trabalho a menores de 14 anos, de trabalho noturno a menores de 16, e em indústrias insalubres a menores de 18 e a mulheres; assistência médica e higiênica ao trabalhador e à gestante; instituição de seguros de invalidez e velhice, seguros de vida para o caso de acidentes de trabalho; associação de trabalhadores; férias remuneradas aos comerciários, bancários e aos empregados de associações privadas; férias aos tripulantes; trabalho das mulheres no comércio e na indústria, nacionalização do trabalho, condições de trabalho na imprensa e junta de conciliação; estabilidade no emprego e tantíssimas outras medidas acauteladoras e de assistência ao trabalhador. (DANTAS, 1942, p.209).

Mercedes Dantas (1942), enquanto uma teórica do e no Estado Novo, conceitua o espírito progressista das reformas estatais enquanto uma força nacionalizadora, ou seja, capaz de inculcar na sociedade esse espírito de amor à nação brasileira. Nesse sentido, devemos compreender o nacionalismo enquanto um sentimento social que em muito supera o conceito de patriotismo, pois o reverte a favor do desenvolvimento econômico do país: Temos aqui, portanto, o “sentimento de nacionalismo, de defesa, de amparo, de assistência em prol da brasilidade, como expressão autônoma e brilhante de um sentimento vivaz e inconfundível de civilização e força, dentro de fórmulas imperativas de justiça e equidade” (A UNIÃO, 19 abr. 1941, p.7)². E nada mais necessário para o desenvolvimento econômico desta nação do que educar a sua juventude: “Quantos conhecem a história da civilização, sabem que o fim dos grandes impérios começou na dissolução dos costumes, através da corrupção juvenil” (A

² Discurso proferido pelo Dr. Domingues Uchôa às 19 horas do dia 18 de abril na Rádio Tabajara, e transcrita no Jornal “A União” no dia seguinte.

UNIÃO, 17 abr. 1941, p.1)³. Necessidade que transparece nas comemorações do Dia da Juventude e que se fez representar na fala do dr. Ovídio Duarte:

Jovens, o Brasil depende de vós, do nosso esforço, de vosso amor ao estudo, êle abre caminho à melhor compreensão dos fatos sociais, nêle vai haurir elementos mágicos, que ajudam a conhecer a vida normal e patológica das nações, e por uma e outra a inferir e predizer o destino das humanas sociedades, nossa pátria, jovens, está em progresso e ninguém será capaz de deter a sua grande marcha. (A UNIÃO, 23 abr. 1941, p.1)

Analisando profundamente a proposta do ensino profissional encontramos uma continuidade em relação à velha estrutura da republica velha que conferia diplomas para acentuar as diferenças sociais: Aos filhos dos ricos caberia uma formação mais humanística, como é o caso do Liceu Paraibano, a fim de proporcionar a formação dos futuros alunos de Direito e Medicina, e uma formação técnica específica ao curso de Engenharia e Agronomia associada a um ensino humanístico fragmentado, curso que difere em muito o ensino técnico conferido aos mais pobres: Pois embora o ensino dedicado a estes fosse publico eram exigidos enxovais para o egresso do aluno na escola, alguma taxa de permanecimento, ou mesmo, a localização geográfica da escola, que garantia uma clientela de suas redondezas, alguns desses fatores são perceptíveis, por exemplo, na Escola de Agronomia do Nordeste:

Para o curso de nível fundamental, que formava administradores rurais, em um ano, os candidatos teriam que apresentar a mesma documentação exigida para o curso médio. É importante destacar que para ambos os cursos, o aluno teria que pagar uma taxa anual de cem contos de réis, pagamento este feito em quatro prestações trimestrais. Essa informação nos leva a crer que a Escola de Agronomia não esteve acessível a todas as classes sociais, mas delimitava o seu acesso e sua permanência, visto que nem toda a população dispunha de recurso financeiro para ingressar na Escola. (PEREIRA, 2010, p. 55).

Aos mais pobres seria direcionada, portanto, uma formação voltada ao trabalho industrial, como na Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba, ou para o meio rural, como é o caso das escolas rurais:

Adentramos, portanto, a concepção de Gramsci (1995, p.130), que explica que a

divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais.

³ Continuação do discurso proferido pelo Tenente José Góis de Campos e transcrito pelo Jornal “A União” no dia 17 de abril de 1941.

Por enquanto não nos preocuparemos em afirmar se no caso brasileiro esse esquema tenha se dado de modo racional: Cá temos uma proposta para bem responder às exigências de um tempo histórico que bem serviu às necessidades da elite brasileira: Nos limitamos, por enquanto, às consequências desse modelo de ensino para a sociedade brasileira, que impediu as emergências de posições políticas por parte dos mais pobres a partir de um rompimento com a mobilidade social a partir do ensino, como veremos mais à frente em análises mais profundas das reformas de ensino do Brasil nas décadas de 1930 e 1940.

3. As reformas de ensino no contexto do Estado Novo

Como explicado no início deste trabalho, compreender o ensino ao longo do Estado Novo significa considerar as continuidades e discontinuidades que envolveram as Leis Orgânicas de Ensino de Gustavo Capanema, o que exige que retrocedamos a Francisco Campos e à Constituição de 1934, que correspondem à legislação sobre a qual o ensino está posto para que possamos perceber algumas discontinuidades, e a reforma de 1946, que responde a algumas necessidades do ensino frente a essa proposta e exigem uma maior organicidade por parte do governo. Assim, estudamos aqui o contexto histórico do ensino em nosso recorte temporal, o Estado Novo.

Para essa discussão Xavier *apud* Brito (2006, p.12), aponta que

A modernização econômica dependente implicou uma modernização cultural e institucional que, assim como a econômica, tendeu a se dar dentro dos limites necessários à incorporação da economia nacional ao conjunto da economia capitalista mundial a que se subordinava.

Nessa perspectiva, todas as reformas econômicas teriam sido aplicadas na educação a partir de três direcionamentos distintos, de um ponto de vista direto essas reformas teriam se dado quantitativamente a partir da criação de novas escolas, conseqüente ampliação do número de vagas e democratização do saber escolar, e qualitativamente com as reformas na estrutura do ensino e na melhoria das condições sociais que o cercam. E, de um ponto de vista indireto, a partir das reformas sociais e culturais que proporcionaram aos jovens uma educação diferenciada também no que se fala de todo um universo de influências que está além dos muros escolares e que também interferem em seu processo educativo. Mas para além das propostas que se voltam para as transformações sociais, Brito (2006, p.12) afirma:

Segundo a mesma autora [Xavier], o intenso debate que vinha acontecendo no país sobre o tema educacional, mesmo antes dos anos 30, e o que se seguiu, deviam-se pouco às exigências concretas, econômicas e sociais do período, sendo que seu resultado concreto, na melhor das hipóteses, foi a

expansão dos estabelecimentos escolares, sem ter alcançado a sua organização interna, que continuou voltada para a formação humanística, pensada em termos de classe dirigente.

A ausência de uma modificação interna na educação, nesse sentido, é aquilo que a autora coloca como a manutenção de uma “formação humanística, pensada em termos de classe dirigente”, e que segundo ela não estaria vinculada a uma necessidade econômica ou social, ou seja, a transformação da sociedade, já que permanecia nela um caráter elitista. Concordamos com a autora quando a mesma afirma que o ensino não foi responsável por uma grande transformação social, mas se voltarmos à perspectiva de Arlindo Colaço (1944), que de alguma forma reflete o olhar dos governantes paraibanos sobre o ensino profissional, perceberemos que a principal importância deste é dar utilidade real ao ensino, fazendo uma crítica veemente aos devaneios proporcionados pela formação humanística em excesso. É claro que não podemos tomar esse discurso como uniforme e nem acreditar que ele tenha se efetivado, mas partindo de sua conceituação é possível perceber que sua proposta principal não é de transformar a sociedade:

Se observarmos a perspectiva de Gramsci (1995, p.136/137), esse próprio caráter elitista vai apontar para uma motivação econômica e social anterior: “A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes grupos uma determinada função tradicional, diretiva ou instrumental”, de forma que perpetuassem as classes sociais vigentes para as gerações futuras. Nesse sentido haveria um modelo de ensino próprio para direcionar cada indivíduo, de cada classe social, para uma determinada função na sociedade já no ensino secundário, preparando os filhos da elite para os cargos públicos e profissões liberais, enquanto direcionava os filhos dos trabalhadores fabris ou do campo para o trabalho fabril ou agrícola, o que os manteria presos a essas atividades já que não teriam *know-how* para ocupar outros espaços sociais:

Mas o tipo de escola que se desenvolve como escola para o povo não tende mais nem sequer a conservar a ilusão, já que ela cada vez mais se organiza de modo a restringir a base da camada governante tecnicamente preparada, num ambiente social político que restringe ainda mais a “iniciativa privada” no sentido de fornecer esta capacidade e preparação técnico-política, de modo que, na realidade, retorna-se às divisões em ordens “juridicamente” fixadas e cristalizadas ao invés de superar as divisões em grupos: a multiplicação das escolas profissionais, cada vez mais especializadas desde o início da carreira escolar, é uma das mais evidentes manifestações desta tendência. (GRAMSCI, 1995, p.137).

Nesse sentido, a educação profissional se configuraria enquanto uma continuidade para a distinção social a partir do ensino no contexto da descontinuidade que havia sido a democratização no caso da Reforma de Francisco Campos, ainda entre os anos 1931 e 1932 e da Constituição de 1934; ou uma descontinuidade, se partirmos das críticas de Arlindo Colaço (1944) quando já não eram perceptíveis as distinções sociais a partir do diploma, sendo o ensino profissional uma forma de suprir as necessidades econômicas mais imediatas.

Nos primeiros sete anos de administração do governo Getúlio Vargas, principalmente a partir da reforma Francisco Campos, observamos a implementação das universidades no Brasil, o que representou uma ampliação do ensino superior, antes restrito a duas faculdades de Direito e uma de Medicina, para demais cursos, ou seja, proporcionando outras formações, se ainda de uma forma elitista, já com um número maior de vagas, democratizando um pouco esse ensino, o que vai se intensificar com o passar do tempo a partir da criação de outras universidades e instituições de ensino superior. Por fim, essa democratização do ensino se legitima sob égide da Constituição de 1934, que “declarava a educação como direito de todos, bem como a sua gratuidade” (BRITO, 2006, p.13).

No caso do ensino secundário Romanelli apud Brito (2006, p.13) nos mostra que o objetivo era:

dar organicidade ao ensino secundário, estabelecimento definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. Além disso, equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, mediante a inspeção federal e deu a mesma oportunidade às escolas particulares que se organizassem, segundo o decreto, e se submetessem à mesma inspeção. Estabeleceu normas para a admissão do corpo docente e seu registro junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública. (ROMANELLI *apud* BRITO, 2006, p.13).

Ainda nessa reforma foi criado o ensino comercial, que estaria, de acordo com Brito (2006, p.13) dividida também em dois ciclos, sendo que, ao segundo ciclo caberiam especializações nas funções de “secretariado, guarda-livros e administrador-vendedor”, para os quais não havia curso superior, ou seja, tendo um caráter terminal, e aos cursos de “atuário e perito”, que permitiria unicamente o ingresso no curso de Finanças, havendo já aí uma disparidade para com a formação das escolas tradicionais, às quais seria permitido o egresso em todos os demais cursos. Nesse caso a divergência deixa de estar no nível das potencialidades e adentra um universo legal, a partir do momento em que o ensino superior não é permitido a uma classe de jovens não pela incapacidade de sua formação de permitir

que ele adentrasse esse espaço, mas principalmente por uma incapacidade legal já é possível pensar numa intencionalidade para com essas divergências, que exploraremos mais a frente. Por enquanto nos limitemos às consequências legais desses ideais a partir das reformas de ensino.

Nesse sentido, apenas nas Leis Orgânicas do Ensino de Gustavo Capanema, instauradas ao longo do Estado Novo, foi decretado oficialmente o ensino profissionalizante (CUNHA apud BRITO, 2006, p.14), que estaria dividido em dois ciclos, estando o primeiro instituído em quatro modalidades, “o ensino industrial básico (quatro anos); o ensino de mestria (dois anos); os ensinos artesanal e de aprendizagem, este ultimo destinado aos aprendizes de plantas industriais instaladas no país.” (BRITO, 2006, p.14), e o segundo ciclo, “previa o ensino técnico industrial, a ser concluído em três anos, e o ensino pedagógico, que visava formar responsáveis pelas escolas deste ramo de ensino”.

Com a instauração do ensino profissional foi possível uma maior acessibilidade ao ensino superior em relação ao que se tem acesso no ensino comercial, mas ainda assim este estava limitado a alguns cursos afins, ficando restrita a sua formação complementar a alguns cursos avulsos: enquanto aos cursos secundários, com as humanidades, foram aperfeiçoadas por essas Leis Orgânica do Ensino com o ensino do “Português, Latim, Francês, História Geral e do Brasil”, Ciências e Matemática, sendo opcional o Grego, estando presente ainda a educação militar, que deveria estar sob o controle do Ministro da Guerra, aos meninos acrescentar-se-ia ainda os trabalhos manuais, e às mulheres orientações da vida doméstica. Também o ensino comercial foi reformado, seguindo algumas características do Ensino Profissional.

Podemos perceber, a partir dessas reformas acima descritas, que o ensino profissional toma uma conceituação jurídica que diverge um pouco da descrição posta por Arlindo Colaço (1944). No campo das reformas essa linguagem jurídica afirma o ensino profissional como um plano direcionado aos trabalhadores fabris e do campo, enquanto aquele autor coloca essa nomenclatura como que voltada a um tipo de ensino que deveria coexistir com o ensino humanístico em todos os níveis de formação. Há três interpretações possíveis para essa variação de significado. A primeira e mais óbvia é a inevitável coexistência de pensamentos destoantes em qualquer espaço e temporalidade, a segunda é o também inevitável distanciamento entre a teoria e a prática, mas, embora as duas perspectivas provavelmente tenham interferido nessa dupla significação de uma mesma proposta, ela parece, na verdade,

ser fruto de uma subdivisão jurídica para planos de ensino que se propõe a dispor diferentes níveis de conteúdo humanístico e profissional para cada classe de estudantes a partir da função que lhes é direcionada.

A extinção política do Estado Novo no ano de 1945 não se tornou, dentre as reformas da educação, uma descontinuidade considerável, uma vez que as três Leis Orgânicas foram decretadas em continuidade às políticas educacionais do governo Getúlio Vargas. A Lei Orgânica do Ensino Primário, que “visava, essencialmente, regular a participação do governo federal neste grau de ensino” (BRITO, 2006, p.16), além de instituir um curso fundamental com cinco anos, sendo o último voltado para a preparação para os exames de admissão para os graus médios de ensino, e “o curso supletivo, com dois anos, visando à escolarização da população analfabeta, adulta e jovem” (BRITO, 2006, p.17); A Lei Orgânica do Ensino Normal, que se voltaria à formação de professores para o ensino primário, dessa forma, o ensino secundário estaria subdividido em dois ciclos, de modo que o primeiro, “com quatro anos, formava o regente do ensino primário e, graças a uma parte complementar, considerada como especialização, também podia formar o administrador escolar” (BRITO, 2006, p.17); A Lei Orgânica do Ensino Agrícola, que “previa a modalidade em dois ciclos: o primeiro, voltado para a formação (iniciação agrícola e maestria, ambos com dois anos), aperfeiçoamento e especialização do aluno; e um segundo ciclo, com o curso técnico agrícola, de três anos e cursos pedagógicos (magistério de economia rural doméstica, didática do ensino agrícola e administração do ensino agrícola), para formação dos quadros docentes desta área” (BRITO, 2006, p.18). Assim, haveriam três tipos de escolas voltadas ao ensino agrícola: as de iniciação agrícola, as agrícolas e as agrotécnicas.

É possível perceber, principalmente a partir das Leis Orgânicas do Ensino Normal e Agrícola, que elas são legislações específicas de algumas especialidades do ensino profissional que necessitaram da aplicação de alguns critérios legais mais específicos: No caso do ensino normal, a formação para a “mestria” já estava compreendida no segundo ciclo do ensino comercial, só que com uma formação de dois anos, de modo que essa Lei Orgânica de 1946 se propõe a dar-lhe uma organicidade maior, e no caso do Ensino Agrícola, ele também já estava compreendido desde a efetivação do ensino profissional, mas algumas dificuldades práticas exigiram também dele uma maior organização, como é o caso dos cuidados específicos com o ensino normal rural, vista a falta de professores que se

disponibilizassem a ensinar em zonas rurais do estado, assim como da falta de preparo dos mesmos para que pudessem atender às exigências desse tipo de ensino:

A mania de todos os recém-diplomados de se localizarem nas capitais traz como consequência dificuldades para a administração do Estado e grave deficiência do ensino, motivada pelo desequilíbrio das forças educativas que não se podem ajustar correntemente às necessidades de uma equitativa distribuição de técnicos de ensino pelas zonas rurais (GOMES, 1941, p.3)⁴.

Problema pelo qual Sizenando Costa *apud* Pinheiro (2006, p. 65) apresenta, a partir da necessidade de formar

um professorado de emergência para prover às escolas dos centros rurais. O preparo desse pessoal docente, NA FALTA DE ESCOLAS NORMAIS RURAIS, será conseguido, embora com deficiência, dirigindo-se o professorado do interior dos Estados para fazer estágio em escolas-padrão.

O que, sendo o professor do próprio meio rural, facilitaria a permanência deste no meio rural, mas que seria uma solução emergencial, visto que a verdadeira solução para este problema seriam as Escolas Normais Rurais, instituídas com maior especificidade a partir de 1946.

Assim pudemos conhecer melhor as articulações legais para a proposta de “nacionalizar” para “civilizar” o Brasil através do ensino, e que se entrecruzam com os aspectos simbólicos presentes nos discursos dos representantes do governo durante as festividades de exaltação à pátria, ao presidente, ao progresso e à educação, como veremos mais à frente principalmente através do Dia da Juventude.

4. As relações ensino-sociedade a partir dos discursos dos governantes locais

O Dia da Juventude foi uma festividade cívica instituída no Estado Novo que não somente teve um importante caráter simbólico para o enaltecimento da imagem política de seus governantes, como foi o caso de sua comemoração a partir de 1941 se dar no dia do aniversário do Presidente Getúlio Vargas, enquanto uma iniciativa do Interventor Ruy Carneiro. Assim como também foi um dia tomado de discursos que enalteciam o progresso econômico da pátria, que é onde ele se torna interessante para a nossa análise, visto que será possível vislumbrar as nuances desses discursos que estarão presentes nas instituições de ensino profissional e de ensino humanístico.

⁴Artigo “Descentralização do Professorado” assinado pelo professor Mario Gomes no Jornal “A União” em 13 de maio de 1941.

Analisar os discursos presentes nas festividades cívicas, no entanto, terá algumas nuances que não podem deixar de ser consideradas: Pois, se de acordo com Silva (2011, p.15), estudar as festas “significa adentrar em ambientes carregados de simbolismos que visavam (e visam!) difundir valores e condutas que, de certa forma, reforçam ideários nacionalistas”, compreender seus discursos significará compreender a relação entre esses valores e condutas transmitidos e o objetivo de seus oradores para com eles, sendo necessário, portanto, considerar de onde fala esse orador, ou seja, que instituição representa, e o público a quem fala.

No caso específico do Estado Novo, como nos mostra Silva (2011, p. 15), vivia-se “um regime de exceção, no qual o Estado passou a exercer maior controle sobre as atividades escolares”, de modo que elas vão emergir para um “aumento significativo de datas festivas”. Muito embora esses oradores representassem instituições de poder das mais variadas especificidades, era comum o fato de que todos serem favoráveis ao poder político vigente naquele momento.

Nessa perspectiva, não basta “olhar para o ato festivo e analisá-lo” (SILVA, 2011, p.34): Na perspectiva de Silva (2011, p.34) é necessário perceber, que do outro lado do palanque há uma “grande participação de pessoas que por algum motivo lá estavam a festejar, a comemoração e até mesmo a observar de forma menos empolgada toda aquela movimentação que alterava o cotidiano de todos durante o Estado Novo”, e estas pessoas não poderão ser desconsideradas dessa análise.

Há um modelo comum a quase todos os discursos proferidos no Dia da Juventude em 1941 na Paraíba, que inicia com as congratulações ao Interventor Ruy Carneiro pela iniciativa de instituir no dia 19 de Abril, data aniversária do presidente Getúlio Vargas, o Dia da Juventude, e em seguida exalta a memória do presidente destacando as reformas declaradas na sua gestão em contraposição ao ceticismo e individualismo das épocas subsequentes⁵ (A UNIÃO, 19 abr. 1941, p.4). Dentre essas iniciativas destaca-se a criação de novas escolas, e no caso específico dos discursos proferidos a todos os públicos, com ênfase do ensino profissionalizante e alguns comentários rápidos na formação das elites.

É nessa perspectiva que verificamos a conferência do Dr. Andrade Bezerra, diretor da Faculdade de Direito de Recife, que fora convidado pelo Departamento de Imprensa e

⁵Discurso proferido na faixada do Palácio do Governo pelo Dr. Andrade Bezerra, diretor da Faculdade de direito de Recife.

Propaganda da Capital paraibana, para uma conferência “político cultural” no dia 19 de Abril, Dia da Juventude paraibana. (A UNIÃO, 16 abr. 1941, p.2).

Logo após a apresentação do “nosso conterrâneo e advogado do Banco do Brasil em Recife” (A UNIÃO, 19 abr. 1941, p.7) Samuel Duarte, o Dr. Andrade Bezerra discursou na sacada do Palácio da Redenção, enfatizando “a disciplina política baseada no conceito cristão da justiça social” (A UNIÃO, 20 abr. 1941, p.4) na sua preocupação com os trabalhadores:

se justificam a medida de proteção e interação social dos trabalhadores; as leis reguladoras do trabalho, da higiene industrial, da ocupação das mulheres e dos menores de acidentes, as associações profissionais, os convênios coletivos, o salário mínimo, a justiça do trabalho. E quanto mais á ação previdente e tutelar do Estado, os serviços de proteção ao lar operário, de assistência á infantaria de alimentação saudável e barata de creches e maternidades, de ensino profissional junto ás fábricas de construção e de casas populares. (A UNIÃO, 20 abr. 1941, p.4).

Nessa descrição, portanto, o ensino profissionalizante apareceria enquanto uma das melhorias promovidas em prol de uma “justiça” à classe operária, engendradas pelo Governo Getúlio Vargas. O parágrafo subsequente, no entanto, apresenta uma contradição de significados sobre essa perspectiva:

Quanto à formação técnica e moral das novas gerações, empenha-se o Presidente Getúlio Vargas em imprimir ao ensino caráter objetivo e nacional, intervindo para a remodelação do ensino primário; elaborando o Estatuto da Família e criando a Juventude Brasileira, cuja festa hoje celebramos, a fim de preparar novas gerações dentro do regime de disciplina e de ordem, para as altas funções que estão chamadas a desempenhar na substituição das gerações atuais. (A UNIÃO, 20 abr. 1941, p.4).

A objetividade com o qual o ensino deveria ser direcionado, na fala do Dr. Andrade Bezerra, deixou claro o efeito ansiado pelo governo para com a formação dessa juventude. Diante das poucas letras humanísticas, que aqui recebem o nome de formação moral, e da formação técnica, cá temos um ensino objetivo, sem acesso a qualquer tipo de pensamento crítico e, conseqüentemente, a posições contrárias, o que faria desses jovens pessoas mais obedientes e coesas nesse objetivo maior da nação. Cada um assumiria a sua alta função na construção do Brasil, que seria erguido com disciplina e ordem, afim de garantir um Brasil mais prospero e feliz com jovens mais bem preparados para assumir a direção desse país que estava sendo guiada pelo Presidente Getúlio Vargas. Por fim ele propõe a substituição das gerações atuais por gerações futuras mais bem preparadas, e apresenta uma intitulação, por ele feita outrora para a figura do presidente como “reconstrutor da nacionalidade”, o que é um termo curioso no discurso do Dr. Andrade Bezerra, afinal, para que Getúlio Vargas seja o

reconstrutor é necessário que alguém tivesse construído essa nacionalidade, e se ela precisa ser reconstruída é porque ela fora destruída:

Era, na realidade, sombrio o quadro da situação político-social no Brasil, ao irromper o surto revolucionário de que se fez chefe vitorioso o Presidente Getúlio Vargas.

(...) Na ordem política, era o Estado agnóstico e indiferente, numa época em que, por toda a parte, o Estado deixava essa atitude neutral, para assumir funções de comando e controle na vida social. No Brasil, o Estado se organizava sob o signo da indiferença por todos os interesses permanentes da Nação... Estado suicida, que dentro de si mesmo cultivava o germen da própria dissolução. Era a perigosa hegemonia dos Estados ricos e poderosos sobre os Estados, pobres e abandonados. Eis o particularismo, o regionalismo. Era o particularismo, o regionalismo – mandocuísmo pessoal, sob todos os seus disfarces. Era, em suma, a dissolução iminente desta grande Pátria, que o valor dos antepassados gloriosos, entre os quais os inesquecíveis mártires paraibanos e pernambucanos, nos legara e que nós, sucessores incapazes, não sabíamos nem poderíamos aperfeiçoar nem manter.

(...) Na ordem da produção, era ainda o patriado econômico, num regime em que o capital não se sentia com obrigações, desprotegidos. Era o esperado abandonado das leis e do poder público, pária dentro da própria Pátria, cuja riqueza ele ajudara a construir, entregue, sem defesa, á propaganda desenfreada do comunismo antibrasileiro e anticristão (A UNIÃO, 20 abr. 1941, p.4).

O Dr. Andrade Bezerra, a partir do discurso apresentado acima, colocou a organização estatal anterior ao Governo Getúlio Vargas como indiferente aos “interesses permanentes da nação”, e, portanto, suicida, já que assim se entregava ao domínio dos Estados ricos e poderosos, dessa forma o reconstrutor da nacionalidade, junto aos mártires paraibanos e pernambucanos, teria salvado o Brasil dessa administração letal, voltando sua preocupação para alguns desses “interesses permanentes”, que tornariam o Brasil, assim, também um Estado rico e poderoso, aspectos esses que estariam diretamente ligados à sua nacionalidade: Afinal, o particularismo e regionalismo que ele apresentou, seriam, portanto, duas formas de esquecer os ideais pátrios a favor de interesses egoístas, o que abrisse as portas do Brasil para o comunismo “antibrasileiro” e “anticristão”.

No caso do discurso “Juventude e o Novo Regime” proferido pelo dr. Evilacio Feitosa, secretário da Interventoria, na semana dedicada á “Juventude Brasileira” pela Rádio Tabajára também iniciou proferindo críticas a administração pública que antecederá o Governo Vargas, explicando a importância que uma festividade como aquela ganhara após a coordenação, a diretriz segura, que lhe fora concedida pelo Presidente Getúlio Vargas:

Até bem pouco tempo contentaram-se as comemorações públicas em assinalar apenas a vossa existência, ora de intermeio ás solenidades gerais,

comemorativas dos fatos históricos, ora colocando-vos como frontispício dos cortejos festivos. Jamais ocorrêra á mente dos nossos homens públicos e educadores a ideia de cultar com carinho e destacado realce, a mocidade, dando-lhe a projeção e o relêvo capaz de firmar a consciência do seu valor e estimular na sua personalidade a noção exata de quanto ela vale e representa nos destinos pátrios. A sua existência era apenas tangenciada. O seu papel uma função quantitativa, de parcela. O seu patriotismo de faixa, restringia-se ao culto efêmero dum simbolismo que mal teria a sua intuição. Era êsse o grande e capital pecado que forjava uma consciência trêpega, flexível, capaz de se deixar arrastar pelo menor sôpro do vendaval das paixões indisciplinadas. Habitava por assim dizer é superfície das coisas sem ter noção de si mesma. Ufanava-se de tudo, entusiasmava-se por tudo, mas não refletia a propósito de nada. As revoluções mal concebidas e pelor ainda executadas quando brechavam as forças sociais em desequilíbrio, buscavam nela, nos seus elementos rebustecidos, os primeiros prosélitos. Era a argamassa comam de todas as iniciativas úteis ou perniciosas. Não as plasmava uma mentalidade dentro dos sadios moldes da verdadeira grandeza nacional. (A UNIÃO, 16 abr. 1941, p.1)

Quando coloca a juventude enquanto a argamassa das iniciativas uteis, o autor elege esse momento governamental que vive enquanto um momento das atitudes estatais verdadeiramente importantes para o desenvolvimento da nação, que para tanto precisaria de uma juventude bem preparada e consciente de sua missão, dando culto aos jovens antes esquecidos pelas comemorações dos fatos históricos: Eles deveriam ser o símbolo maior dessa nação em desenvolvimento, de modo que o dr. Evilacio Feitosa chega a concluir que sem a devida valorização aos jovens todo esse patriotismo das festividades seria uma faixa efêmera que não encaixava-se nos reais moldes “da verdadeira grandeza nacional”.

Partindo dessa perspectiva é possível compreender a necessidade dos governantes da nação de imprimir uma outra percepção social do povo Brasileiro sobre o Brasil, ou seja, de reposicioná-los frente à História dessa nação, primeiro ao conferir aos jovens uma participação mais ativa em sua construção, o que interfere em sua relação identitária para com a construção desse país: Já não cabe a eles esperar a fase adulta para participar ativamente dela, pois os líderes desse novo momento nacional já havia os convidado para estar junto deles nesse movimento de reedificação da realidade brasileira. Nova realidade para a qual o presidente teria dedicado um cuidado bastante especial a partir de novas orientações para o meio educativo, artístico, intelectual e físico, “abrangendo a todos os degraus da cultura”, como foi o caso do ensino profissional que ganhou terreno, principalmente a partir da publicação de “leis de proteção à família, à criança e ao trabalho em geral”, demonstrando um “zelo acentuado pela integridade consequente da raça”. A “raça” brasileira, uniformizando a

todos os brasileiros enquanto um único povo, específico, tomado pelos mesmos sentimentos cívicos que os levariam a conquistar a posição sócio-econômica almejada.

Nesse sentido, o autor do artigo reforma a necessidade de associar os ensinamentos humanístico e profissional para a boa preparação dos alicerces dessa “grande pátria”:

Se a formação da juventude consiste somente em adquirir conhecimentos práticos para exercer um ofício. – dizia um célebre escritor – ao invés de exigir muito dela, melhor seria colocá-la cedo diante da bigorna, ensinando-lhe um ofício manual”. Mas, o que seria um mundo de trabalhadores manuais? O de que precisamos é preparar elites cultas, em todas as suas manifestações aliando-se na vida espiritual da Nação (A UNIÃO, 16 abr. 1941, p.1).

Ao propor com alguma clareza que o ensino profissional era necessário para melhor direcionar os jovens às funções exigidas para a função futura exigida de si e explicar a necessidade de desenvolver elites cultas, o autor não só mostra uma racionalidade para com as divisões sociais propostas por esse modelo de ensino, como outrora propusera Gramsci (1995), como também coloca a necessidade do ensino humanístico enquanto promotor de cultura, o que reforça a teoria explicitada anteriormente de uma formação acrítica para as classes populares. Aqui observamos, portanto, duas formas de tratar as divisões entre ensino humanístico e ensino profissional, que se dão principalmente por uma divergência de significado: No caso das reformas de ensino e do discurso do dr. Evilacio Feitosa, o ensino humanístico e profissional são dois planos de curso distintos para dois públicos distintos, tendo ou não o ensino profissional alguns conteúdos de ensino humanístico e vice-versa, e no caso dos discursos de pensadores como Arlindo Colaço (1944) e o dr. Andrade Bezerra esses dois modelos de ensino correspondem a correntes distintas de conteúdos que são ministrados aos dois tipos de ensino em níveis distintos, estando o ensino humanístico mais voltado ao desenvolvimento da moral e do civismo no indivíduo, enquanto ao ensino profissional caberiam as lições técnicas que o preparariam melhor para o desempenho de atividades futuras.

Considerações Finais

É possível concluir a partir dessas conceituações anteriormente realizadas e nos diálogos que travamos com as fontes que podemos pensar sobre a relação ensino-sociedade a partir do pensamento de Gramsci (1995). Tal perspectiva de leitura pode ser verificada no caso da Paraíba estadonovista, inclusive quando o mesmo afirma que estes direcionamentos sociais eram um meio racional de distinguir a população a partir do seu grau de instrução.

Mas, mesmo se tratando de uma proposta racional não é possível atribuir causalidade a ela, ou seja, não podemos afirmar que aquele governo instituiu o ensino profissional com essa finalidade. Em geral não há entre os governantes da Paraíba estadonovista uma preocupação com as questões sociais proporcionadas pela educação, até mesmo porque, mediante as transformações das relações políticas e econômicas em nível internacional, esta se tornou uma forma de melhorar as condições econômicas da nação.

O governo se voltou, portanto, para uma educação sob novos moldes, ou seja, o ensino profissional, que associado a algumas letras humanistas desenvolveriam um tipo perfeito de homem brasileiro, com conhecimento técnico especializado para uma maior eficiência no trabalho, proporcionando conseqüentemente um melhor rendimento econômico para o país. Esse homem também teria uma maior capacidade para articular saberes das áreas distantes dos centros urbanos a partir de uma adaptação do ensino de cada jovens às exigências da economia nacional para aquele meio.

As reformas educacionais também propiciaram o fim de posicionamentos contrários ao governo, a partir de um maior controle sobre o “excesso de educação humanística”, conforme detectamos nos discursos produzidos por Arlindo Colaço. O novo modelo de educação no entanto, se tornou mais objetivo e acrítico, pautado no desenvolvimento de uma consciência nacionalista a partir da educação moral e cívica.

Tudo isso em meio a uma proposta de democratização do ensino que se fizera principalmente a partir da criação de novas escolas em todo o país, incluído áreas rurais, de forma que o governo estaria preocupado em levar civilidade aos jovens de todo o país, o que faz parte da sua proposta de criar uma nação unificada, com uma única raça brasileira, com a qual todos pudessem se identificar. Civilização que, diante do fim do liberalismo, precisaria ter um governo capaz de controlar a economia, que no caso brasileiro se deu a partir do investimento na siderurgia, embora continue dependendo da produção agrícola, o ensino profissional, então, atenderia bem a essas duas exigências, preparando os jovens mais pobres do campo para o trabalho agropecuário e os cidadãos para o trabalho industrial.

Mas as transformações engendradas não se deram só no plano econômico, pois se por um lado Getúlio Vargas salvaguardou os interesses da velha elite agrária brasileira impedindo que o ensino promovesse mobilidade social, por outro ele abriu espaço para uma série de reformas trabalhistas que melhoram as condições de vida dos trabalhadores industriais brasileiros, fato que Mercedes Dantas (1942) chamou de “força nacionalizadora do estado

novo”, e o dr. Andrade Bezerra de “justiça social”, colocando-o, assim, como o “reconstrutor da nacionalidade” já que o mesmo se dedica aos “interesses permanentes da nação”, onde verificamos o já discutido cuidado com a economia e o cuidado com a juventude. Getúlio Vargas seria, portanto, o “Patrono da Juventude”, o guia desse nacionalismo que precisaria do apoio da juventude para se desenvolver. A juventude, portanto, seria o alvo de seus cuidados, já que desprezar a sua formação seria equivalente a um suicídio diante dos tentáculos das nações mais desenvolvidas.

Quanto às reformas de ensino é perceptível uma continuidade no processo de democratização do ensino e também nos aspectos que dão maior organicidade á educação profissional, que se efetiva na Lei Orgânica do Ensino Profissional de Gustavo Capanema, mas ganha novas roupagens com o passar do tempo, principalmente a partir das Leis Orgânicas do Ensino Normal e Agrícola em 1946, onde são direcionados novos encaminhamentos a esses dois modelos de ensino antes misturados entre os demais tipos de ensino profissional, e que, portanto, exigem maiores estudos por parte dos Historiadores da Educação para que se melhor compreenda que problemas práticos foram observados ao longo do Estado Novo que exigiram do governo uma nova arregimentação para esses tipos de ensino.

Referências

- **Livros:**

BRITO, Silvia Helena Andrade de Brito. **A Educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945)**. In: Disponível em: “http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_101.html”.

COLAÇO, Arlindo. **Ensino Atualizado**. Rio de Janeiro: Gráfica Mundo Espírita, 1944.

DANTAS, Mercedes. **A força nacionalizadora do Estado Novo**. Rio de Janeiro, DF: DIP, 1942. (Decenal da revolução brasileira).

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

PEREIRA, Priscilla Leandro. **Experiências educacionais na Paraíba para o meio rural (1930-1937): ações civilizadoras, profissionalizantes e disciplinares**. João Pessoa, PB: UFBP/CE, 2010. (Monografia Curso de Pedagogia).

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. A era das escolas rurais primárias na Paraíba (1935 a 1960). In: SCOCUGLIA, Afonso Celso e MACHADO, Chraliton José dos Santos (orgs). **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção memória da educação).

SILVA, Vânia Cristina da. *Ó Pátria Amada, Idolatrada, Salve! Salve! Festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945)*. João Pessoa, PB: UFPB/PPGH, 2011. (Dissertação de Mestrado em História).

- **Periódicos:**

GOMES, Mario. Descentralização do professorado. In: PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**. João Pessoa, 13 de Maio de 1941.

_____. Rendimento Escolar. In: PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**. João Pessoa, 17 de Maio de 1941.

PARAÍBA, Estado da. **Jornal A União**. João Pessoa, 9 de Abril de 1941.

_____. **Jornal A União**. João Pessoa, 16 de Abril de 1941.

_____. **Jornal A União**. João Pessoa, 17 de Abril de 1941.

_____. **Jornal A União**. João Pessoa, 19 de Abril de 1941.

_____. **Jornal A União**. João Pessoa, 20 de Abril de 1941.

_____. **Jornal A União**. João Pessoa, 23 de Abril de 1941.

A IMPRENSA PARAIBANA E A DITADURA MILITAR: ADESÃO, RESISTÊNCIA E “NEUTRALIDADE”

Luiza Paiva Duarte de Andrade Carneiro

I. Introdução

Este trabalho visa ampliar a compreensão e o conhecimento acerca da relação sociopolítica entre a imprensa paraibana e os ocorridos políticos no Brasil e na Paraíba, entre os anos de 1964 e 1968, sendo o ponto de partida o golpe civil-militar do ano de 1964. A análise da imprensa como fonte histórica foi imprescindível para a realização deste trabalho, pois a partir desta, tanto como em outros meios de comunicação, é possível compreender as opiniões e, até certo ponto, como era guiada a mentalidade da população através dos periódicos. Porém, como o trabalho se trata de *imprensa*, foram utilizadas apenas as fontes hemerográficas.

A imprensa não faz apenas parte de grandes grupos pertencentes à elite econômica e social, embora seja deste modo que ela se propague e tenha efetivo sucesso na conquista do gosto da população. A imprensa também pode surgir de organizações pouco representativas socialmente (sendo importante, igualmente, fazer uma análise dos pequenos jornais paraibanos que circularam pelo estado no referido período de pesquisa). Geralmente estes

pequenos periódicos aparecem para se opor ao Estado através de críticas e oposições políticas, tentando mostrar à população os rumos que este toma e que a imprensa elitista não mostra nas suas manchetes, por serem contra as necessidades da sociedade. É neste contexto em que entra a censura; o Estado (numa conjuntura de não liberdade de expressão, ou até sob um regime ditatorial) que detém o poder e é ligado não só à imprensa, como a todos os outros aparelhos do seu próprio sistema, sente-se prejudicado e põe em prática a censura, para evitar uma possível reviravolta da opinião da população. No governo de João Goulart a grande imprensa brasileira denotou fortemente sua oposição ao presidente. No momento da deposição do presidente Goulart pelo golpe civil-militar do dia 1º de abril de 1964, a grande imprensa festejou em suas manchetes e deu total apoio aos militares nesta “empreitada anticomunista”, exceto poucos jornais de esquerda, como por exemplo, *Novos Rumos* e *Última Hora*.

Apesar de ser reconhecida a importância da pequena imprensa local, este trabalho apenas se ateve a pesquisa dos grandes periódicos que circulavam no estado, sendo abordados no decorrer do texto os jornais *O Norte* e *Correio da Paraíba*.

II. A imprensa no contexto da cultura política

Textos de abordagem teórica foram amplamente utilizados para a realização deste trabalho, visando maiores esclarecimentos relativos aos mecanismos de relação entre o Estado, sociedade e imprensa. Um destes textos foi *A cultura política* de Serge Berstein (1998), que visa observar as diversas culturas políticas que há na estrutura da sociedade como um todo. De acordo com Berstein, o fenômeno que acontece é a predominância de uma cultura política sobre as outras, estas que não são menos importantes, buscam se estabelecer e ganhar espaço na sociedade. A partir disto, Berstein nos mostra e conceitua o que ele chama de hierarquização das culturas políticas. Este se trata de um fenômeno evolutivo, sendo necessárias muitas décadas de sedimentação de uma cultura política para que esta substitua a antes dominava os parâmetros sociais e políticos. Os principais canais da cultura política na nossa sociedade são a família, a escola, as universidades, os partidos políticos, a esfera militar, etc. A cultura política para o estudo do historiador é imprescindível e duplo.

O texto *Por uma história conceitual do político* de Pierre Rosanvallon (2003) diferencia *político* de *política*; o entender do político compreende a sociedade e a política é a prática do poder. Faz-se necessária a compreensão do político como campo e trabalho; o campo remete à existência de uma sociedade, e o trabalho é um agrupamento humano enquanto comunidade. Para o autor, simples eventos não são suficientes para o entendimento dos fenômenos sociais, é preciso tomar amplitude da longa história e a análise a nível globalizante.

A *democracia*, segundo Pierre Rosanvallon, é a coexistência do sonho do bem e a realidade da indeterminação. A democracia moderna é uma contradição entre liberdade e poder e tem caráter mutável. A partir deste conceito, faz-se necessário observar a genealogia das questões políticas e contemporâneas.

Para Rosanvallon (2003), os regimes totalitários são vistos como desvios padrões da modernidade; são a democracia em sua realização negativa. A coletividade de vários pequenos Estados em forma de Estado-nação declina em função do aumento em número destes enquanto independentes entre si.

Tânia Regina de Luca em seu texto *História dos, nos e por meio dos impressos* (2006), desenvolve um texto que delinea a história da hemerografia. De acordo com a autora, na década de 1970 poucas produções acadêmicas eram feitas a partir da utilização de jornais como fontes e os pesquisadores relutavam em produzir através da imprensa, isto porque, ainda eram embasados pelo positivista de *veracidade dos fatos*. O uso de periódicos parecia equivocado para serem fontes para o passado, devido à personalidade conferida na imprensa. A partir da escola dos *Annales*, paulatinamente foi-se explorando o potencial dos periódicos enquanto fonte histórica.

A terceira geração dos *Annales* apresentava novas visões a respeito do fazer histórico. A historiografia passou a reconhecer uma maior importância dos elementos culturais. Os textos começaram a ser lidos mais pelo modo como eram passados ao interlocutor do que pela informação em si.

Muitas produções foram realizadas a partir da pesquisa hemerográfica. A história do movimento operário pôde encontrar nos jornais imprescindíveis fontes, embora muitas páginas, datas e números de publicação sejam imprecisos.

As revistas semanais e mensais também são importantes fontes de pesquisa. O sucesso destas revistas deve-se à utilização da linguagem acessível. A publicidade cresceu bastante com a explosão do sucesso das revistas e muito mudou na forma de abordagem. As imagens nas revistas são igualmente fonte para o historiador e, muitas vezes, mostram a face das classes dominantes.

A história política não deve excluir a imprensa enquanto fonte histórica, pois, exemplificando, no começo da segunda metade do século XX viu-se muito na imprensa brasileira a influência norte-americana em termos políticos, culturais e econômicos. Durante as ditaduras brasileiras, a imprensa de oposição sumariamente silenciada. A utilização da imprensa como fonte tem que levar em conjunto a observação das condições técnicas do material que se tinha ao dispor para a impressão. Por exemplo, a qualidade de um jornal feito pela classe dominante era muito superior à feita pela militância operária.

Há objetividade ou neutralidade na imprensa? Acima de tudo, há a necessidade de se observar as motivações que levaram as publicações de determinado tema ou notícia e atentar ao que está nas entrelinhas. O pesquisador deve, portanto, recorrer a outras fontes para compreender o processo da imprensa.

O texto *A Mídia* de Jean-Nöel Jeanneney (1996) verifica até onde vai o poder do Estado em relação aos meios de manipulação nos meios de comunicação. Neste texto, Jeanneney busca nos dizer que as relações entre o Estado e a Mídia não são tão simples quanto parecem, pois ao contrário do que superficialmente se pensa, nem sempre os meios de comunicação, principalmente em um Estado democrático, vão dar apoio às ideologias dominantes. Embora haja muitos mecanismos de poder entre a sociedade civil e o Estado, as mídias e a imprensa não são organismos passivos às demandas do Estado. Antes de serem

analisadas estas relações de poder, se faz imprescindível o olhar à constituição e mecanismos da própria mídia e imprensa.

Fátima Araújo, em seu livro *História e Ideologia da Imprensa na Paraíba* (1983), faz uma análise histórica da imprensa mundial, nacional e local e como ela pode moldar a opinião pública, refletir interesses e o contexto histórico de onde esta está situada. Os principais periódicos para a nossa pesquisa, brevemente explanados por Fátima Araújo, são *A União*, criado em 1893, *O Norte*, de 1908 e o *Correio da Paraíba*, lançado em 1953. De acordo com José Octávio de Arruda Mello, em visita pessoal que lhe fiz em dezembro de 2011, até o ano de 1962 (ano do assassinato de João Pedro Teixeira), *A União* apoiava as Ligas Camponesas, mas mudou de rumo igualmente ao então governador Pedro Gondim, e, a partir deste ano, não apoiou mais o movimento. *O Norte*, sempre exaltando posicionamentos políticos reacionários, em meios às tensões de 1964, passou ainda mais a esbravejar posições contundentemente anticomunistas em favor do golpe de Estado militar. Segundo Fátima Araújo, o pensamento político do jornal *O Norte* era dominante. Já o jornal *Correio da Paraíba* era o periódico mais "neutro" dos três que foram utilizados na pesquisa, sendo o mais desligado de setores conservadores do Estado da Paraíba.

III. Os anos de 1964 e 1968 sob a perspectiva dos jornais *O Norte* e *Correio da Paraíba*

A realização deste trabalho foi feita a partir do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba, dentro de um projeto de pesquisa (Golpe Civil-Militar e implantação da Ditadura Militar na Paraíba: adesão, repressão e resistência (1964-1968)), orientado pelo Prof. Dr. Paulo Giovanni Antonino Nunes (membro do Departamento de História da UFPB). Dentro deste projeto, há três linhas de trabalho, cada realizada por três estudantes. O período histórico em estudo e pesquisa envolveu os anos de 1964 a 1968, e cada linha de trabalho se especificou em alguns anos, sendo os frutos desta parte do ano de 1964 (mais precisamente o momento de transição do golpe de Estado) e parte do ano de 1968 (os reflexos do AI-5).

A partir da pesquisa não apenas do Jornal *Correio da Paraíba*, foi verificado no Jornal *O Norte* outras posturas e posicionamentos dos jornalistas e colunistas. Com a construção de um acervo de fichas feitas a partir da pesquisa destes periódicos, é possível ver importante e aprofundada contribuição para a produção historiográfica e científica sobre a imprensa e a política do Estado da Paraíba no que tange o período ditatorial de 1964 até 1968.

a) 1964

Desde o início do ano de 1964 podia-se verificar rejeição do *O Norte* em relação ao governo Goulart. Como verificado em notícia publicada em 15 de janeiro de 1964, sob o título de “Denunciado o presidente Goulart como campeão da anti-democracia”, sendo esta uma declaração do deputado udenista Hamilton Nogueira. Segundo ele, em palestra, o Brasil se encaminhava para um totalitarismo de esquerda, que ia contra as nossas instituições e tradições.

Só o que interessa ao presidente da República - asseverou o representante carioca na Câmara Federal a certa altura - é a implantação de uma república sindicalista em nosso País.

Mesmo não se tratando de uma notícia local, o fato de este periódico publicar uma notícia deste cunho, já se pode denotar o interesse em mostrar à opinião pública a posição do *O Norte*.

Colunista do Jornal *O Norte*, Antônio Barroso Pontes em sua coluna “Pelo Nordeste” sob o título de “BRAVO” publicada em 5 de março de 1964, enaltece o governador Pedro Gondim pela nomeação do Cel. Luiz de Barros para apaziguar conflitos que ocorriam no estado, tais como a Chacina de Mari:

não se emocionando com os gritos histéricos levados a efeito pelos fervorosos defensores de Krushov, o sr. Pedro Gondim se impôs a toda altura, mantendo o oficial que dentro de poucas horas fez ressurgir a tranquilidade em tôda a várzea e demais municípios do litoral paraibano.

É possível verificar na escrita do colunista severa posição anticomunista e apoio às Forças Armadas.

Em coluna sob o título de “O Comício”, também de Antônio Barroso Pontes, publicada logo após o comício do presidente João Goulart anunciando o início da Reforma Agrária, Pontes faz severas críticas ao presidente e aos seus copartidários:

A assinatura do decreto de encampação das Refinarias de petróleo e da desapropriação das faixas de terra nas margens das rodovias e açúdes, representa uma só demagogia, mas traduz duas finalidades, que são a de convulsionar as massas populares e desajustar ainda mais a política social e economia brasileira. (...) O sr. Miguel Arrais, com a sua oratória capenga, com seus discursos primários, também arrancou palmas já que usou uma originalidade, embora cometendo um crime previsto na lei de Segurança Nacional, pois o governador de Pernambuco concitou o povo à revolução.

O jornal *Correio da Paraíba*, ao contrário do *O Norte*, publicou integralmente o discurso proferido por João Goulart no dia 13 de março de 1964 (decretando o início da Reforma Agrária), o que denota uma maior tranquilidade política por parte deste periódico.

Em parte da coluna “Diário da Política” do colunista José Soares Madruga do Jornal *Correio da Paraíba*, publicada no dia 2 de abril de 1964, logo após o golpe, o colunista comenta sobre o posicionamento do então governador Pedro Gondim:

não se esperava que o Governador Pedro Gondim tomasse posição imediata ante os acontecimentos nacionais. Lembrando-se a crise que precedeu a posse do sr. João Goulart, acreditava-se que sómente depois de sentir a inclinação dos fatos é que o Chefe do Executivo chegasse a se pronunciar. Mas, o sr. Pedro Gondim, logo pela manhã já se definira em favor do Governador Magalhães Pinto.

b) 1968

Com o passar dos anos verificou-se paulatino, porém severo, endurecimento do governo militar frente às camadas populares e intelectuais da sociedade. Foram instituídos os chamados Atos Institucionais, que foram decretos que foram agentes legitimadores das ações políticas militares, inconstitucionais frente à Constituição Brasileira de 1946. O ano de 1968 foi marcado por inúmeras e sucessivas movimentações antagônicas ao Regime. Para contorná-las, foi instituído o Ato Institucional Número Cinco, o mais conhecido dos atos, editado no dia 13 de dezembro. Concedeu ao Regime Militar amplos poderes de repressão, de proibições de manifestações políticas, de poder fechar o Congresso Nacional, que ficou fechado por quase um ano, etc.

Em notícia publicada no Jornal *O Norte* no dia 14 de fevereiro de 1968, sob o título de “Intelectuais protestam amanhã contra a censura”, podemos ver um exemplo de reação à Ditadura Militar e uma de suas principais características, a censura:

Os intelectuais de artistas pessoenses marcaram para amanhã, a partir das 17 horas, em pleno Ponto de Cem Réis, uma manifestação pública em favor da cultura e contra a censura, pela cultura e contra os censores, pelos artistas, contra as interdições, pela democracia.

Os estudantes e as universidades do Brasil, inclusive da Paraíba, foram alvo de muita perseguição e de redução de poderes conferidos às universidades federais. No ano de 1968, os estudantes da Paraíba, como no Brasil inteiro, foram às ruas protestar por melhorias no sistema. Podemos ver em notícia publicada no dia 2 de abril de 1968 no Jornal *O Norte* notícia referente a uma das manifestações feitas por estudantes paraibanos:

Na Paraíba os estudantes saíram às ruas, usaram a linguagem que bem entenderam, queimaram bandeiras, e tudo não passou de uma manifestação de estudantes. Por incrível que pareça, não apareceu um miliciano, um cacete, um capacete, como se houvesse uma combinação prévia para que todos os soldados se recolhessem ao seu quartel. (...) Se na Guanabara o argumento do Governo contra a passeata foi a transgressão do 'direito de ir e vir', em João Pessoa até a Delegacia de Trânsito desviou o curso dos ônibus, interrompeu o trânsito, para que, não os pedestres, mas os estudantes, fôssem e viessem a seu bel prazer.

A partir dessa notícia, podemos ver que tais manifestações muitas vezes não eram levadas a sério e, com esta em específico, vemos que a repressão era incitada na imprensa conservadora, que acompanhava os passos do Regime Militar.

IV. Conclusão

Pôde-se observar a partir dos resultados extraídos deste trabalho que, de uma forma geral, a grande imprensa é orientada e motivada por ideologias dominantes. No caso do período pesquisado, sabe-se que era vivido, no mundo, o momento conhecido por Guerra Fria, um embate ideológico entre os Estados Unidos da América (capitalismo) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (comunismo). Falando em sucintas palavras, para reagir contra a “onda comunista” que a URSS gerava, os EUA puseram-se a realizar uma empreitada anticomunista pelo mundo, principalmente pelo continente americano, onde tinha (e ainda tem) muita influência econômica e ideológica. Consequentemente, a maioria da sociedade e da grande imprensa estava orientada a demonizar “tudo” o que pertencesse ao “mundo comunista”.

A diferença entre o *Correio da Paraíba* e *O Norte* era orientada no plano político. Teotônio Neto, fundador do *Correio*, foi deputado federal pelo PSD, partido coligado com o PTB (de João Goulart). Já Assis Chateaubriand, fundador d’*O Norte*, era orientado pela direita conservadora, característica fortemente denotada. Com isto, podemos ver que o fato de a imprensa não apenas paraibana, como também a nacional, estava inclinada a se opor contundentemente à presidência de João Goulart, que apresentava propostas orientadas pela esquerda política. Diferenças, como foram explanadas ao longo do texto, existiram. Contudo, a grande imprensa, sendo ela mais *soft* como o jornal *Correio da Paraíba* ou mais “linha dura” como *O Norte*, esteve frequentemente orientada a se opor à política e ideologia de esquerda do presidente Jango.

V. Referências:

- ARAÚJO, Fátima. **História e Ideologia da Imprensa na Paraíba**. João Pessoa: A União, 1983.
- BERSTEIN, Serge. "A cultura política." In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- JEANNEENEY, Jean-Noel. "A mídia". In RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996, pp. 213-230.
- LUCA, T. R. de . História dos, nos e por meio dos periódicos (1a ed. 2005; 2a ed. 2006). In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. 2aed. São Paulo: Contexto, 2006, v. 1, p. 111-153.
- ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

“O TEMPO PASSA E ESQUECEMOS” A AÇÃO DO PROJETO COMPARTILHANDO MEMÓRIAS

Maíra Rodrigues dos Santos¹

Com a Ditadura Militar, o sistema político brasileiro passou a repudiar alguns tipos de cultura no sentido de costumes e linhas ideológicas da população. E será nesse meio de conflito externo na conjuntura social do Brasil que iriam surgir e/ou fortalecer os movimentos populares de esquerda. Eram estudantes, secundaristas e universitários, sindicalistas, operários, artistas, metalúrgicos, enfim jovens e adultos que se engajaram para lutar por essa causa: o fim da ditadura e da repressão imposta.

Por isso, a Memória é muito importante, onde Le Goff tecerá que a memória é uma propriedade onde conserva determinadas informações e o homem pode a qualquer momento pode variar as suas informações ou impressões passadas, para ele, o estudo da memória social é importante para interpelar os problemas do tempo e da história.

“Uma cultura da memória será, portanto, interminável, infinita. Com tal, ela se saberá atuante e viva somente a partir de suas produções incisivas presentes nos memoriais, intervenções artísticas, debates intelectuais, testemunhos e sentenças em torno dos quais muitos militantes se movem na produção de uma cultura viva, longe de soterramento e silenciamento. O que ela no permitirá compreender e dizer refará, pouco a pouco, a teia de significados que permitirão nosso próprio aprofundamento político e o da democracia frágil e defeituosa em que ainda vivemos” (ENDO, 2010: p.23).

E foi pensando nisso que o *Projeto Acervo e Memória da Repressão e da Resistência na Paraíba (PROEXT/MEC/SISU)* se desdobrou, através da iniciativa de organizar outro projeto intitulado, *Compartilhando Memórias: As que não serão esquecidas*, onde a equipe de trabalho do Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social da Paraíba (DOPS/PB) organizou o ciclo de diálogos com pessoas que tiveram seus nomes fichados pela Delegacia, ou mesmo tiveram algum envolvimento com organizações e movimentos considerados subversivos.

Devido à atuação e vivência dos ex militantes do período da Ditadura Militar podemos observar que este momento no seio paraibano foi muito significativo, pois ocorreram várias mudanças na política e na sociedade. E com isso, através de pesquisas no acervo, e sugestões dos próprios ex militantes, é feita a identificação de nomes que possam contribuir para o debate.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal da Paraíba. Financiador PROEXT – MEC/SESU/DIFES no Projeto Acervo e Memória: Repressão na Paraíba.

É importante fazer uma relação entre o passado e o presente, partindo disso, “Eric Hobsbawm (1972) levantou o problema da “função social do passado”, entendendo por passado o período anterior aos acontecimentos de que um indivíduo se lembra diretamente.” (LE GOFF, 2003: p. 217). Neste sentido o passado não só é lembrado através dos acontecimentos em si, mas pelos valores vividos que acarretou naquela época, com isso a memória é construída a partir desses valores que no caso são políticos e ideológicos. Observamos que a discussão entre passado e presente vai além do lembrar, pois o “passado não é só passado, é também, no seu funcionamento textual, anterior a toda a exegese, portador de valores religiosos, morais, civis etc...” (LE GOFF, 2003: p. 212 - 213). Estes preceitos iram firmar a concepção de que a memória enquanto história tende a se estabelecer no elo que entre o passado e presente, e estas informações transpassadas pelos seus interlocutores iram compor uma ideia de que a construção da história, neste exemplo dos ex militantes da Ditadura Militar, é um meio de trazer ao nosso tempo contemporâneo, as vivências e experiências que poucos foram escritas e expostas nos meios oficiais e livros didáticos. Felizmente essa realidade começa a mudar, pois o historiador vem sendo instigado à pesquisa sobre esse período, e com isso projetos como o *Compartilhando Memórias* objetivou se nesta busca pela exposição dessas memórias.

Contudo, a

valorização de uma história das representações, do imaginário social e da compreensão dos usos políticos do passado pelo presente promoveu uma reavaliação das relações entre história e memória e permitiu aos historiadores repensar a relações entre passado e presente e definir para a história do tempo presente e o estudo dos usos do passado. [...] A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente. (FERREIRA, 20002: p. 321).

Referente a isto, o projeto se preocupou em elaborar, através de pesquisas e entrevistas, um perfil e uma pauta do evento que servirá de orientação para os convidados, além disso, todas as sessões são gravadas, para posteriormente serem disponibilizadas para consulta.



Logomarca do Projeto

Tendo este objetivo para a metodologia foi desenvolvido a partir da organização do Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PB), que esteve na Secretária de Segurança pública, e foi transferida para o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão onde se encontra em custódia provisória no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos na Universidade Federal da Paraíba. A denominação encontrada no acervo era variável, havia Estados que eram delegacias e outros eram nomeados como departamento.

“Na Paraíba, por exemplo, encontramos as seguintes denominações: Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS; Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica – DOPSE; Delegacia Especial de Ordem Política, Social e Econômica – DEOPSE; Centro de Informações Policiais e de Segurança – CIPS. No acervo em que esta essa documentação, estão presentes documentações da DOPS, DEOPSE E CIPS.” (SILVA e SANTOS, 2010: p.2).

Com a iniciativa de projetos vinculados por esta Universidade que iniciou o processo de organização, onde concluíram que o acervo tem 6.583 mil fichas cadastrais e 679 processos abertos, muitos fichados eram pessoas, entidades ou movimentos sociais que eram consideradas uma ameaça para a ordem pública.

Diante disso, podemos caracterizar esse projeto, como um processo de construção do conhecimento histórico e documental, pois buscou se realizar um registro audiovisual da memória dos perseguidos, para isso utilizaremos entrevistas como também debates, para desse modo ampliar as fontes documentais e criar um acervo audiovisual.



Cartaz do Projeto

Durante os anos de 2010 e 2011 foram realizadas 12 sessões com 25 convidados e 12 mediadores, sendo 11 sessões realizadas na UFPB no Campus I em João Pessoa e 1 sessão no Campus II em Areia. Em janeiro de 2010 o Projeto Compartilhando realizou 5 sessões de debates com 10 convidados tendo no **1º Compartilhando Memórias**: Fernando Moura e Flávio Tavares; no **2º Compartilhando Memórias**: Simão Almeida e José Emilson Ribeiro; no **3º Compartilhando Memórias**: Vilma Batista de Almeida e Elisa Mineiros; no **4º**

Compartilhando Memórias: José Adeildo Ramos e Samuel Firmino de Oliveira e no **5º Compartilhando Memórias:** Maria de Lourdes Meira e José Calixtrato Cardoso.

No ano de 2011 foram realizadas 7 sessões onde tivemos no **6º Compartilhando Memórias:** Jader Nunes e Rubens Pinto Lyra; no **7º Compartilhando Memórias:** Zezita Matos e Fernando Teixeira; no **8º Compartilhando Memórias:** Ana Rita de Castro e Salete Van Der Pöl; no **9º Compartilhando Memórias:** Elizabeth Teixeira; no **10º Compartilhando Memórias:** Agassiz Almeida e Ariosvaldo Diniz; no **11º Compartilhando Memórias:** Carlos Aranha e Jomard Muniz de Brito e o **12º Compartilhando Memórias:** Maria da Soledade Leite, Luzia Soares Ferreira e Waldenice do Nascimento Silva este realizado em Areia.

Com isso, observamos que este ciclo de debates atingiu áreas além dos cursos de Ciências Humanas. E como resultado final, as pesquisas, a realização das palestras e o material audiovisual servirão como suporte à produção de novas pesquisas na área da História do Brasil Contemporâneo, compondo assim um Acervo com uma documentação resultante da História Oral destas pessoas que foram viventes e atuantes contra o Regime Militar paraibano.

Foram atingidas, em média, 600 pessoas dos cursos de graduação em História, Arquivologia, Letras Clássicas e Estrangeiras, Filosofia, Teatro, Jornalismo, Pedagogia, Serviço Social, Direito, Comunicação Social - Rádio e TV, Medicina, Geografia, Relações Internacionais, Economia, Ciências Sociais, Biblioteconomia, Designer, Gestão Pública, Agronomia, Zootecnia e Ciências Biológicas e dos cursos de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Serviço Social, Educação, História Filosofia, Ciências da Informação, Especialização em Linguística.



Foto 1: Da direita para esquerda: Samuel Firmino, Professor Jonas Duarte e Adeildo Ramos no 4º Compartilhando Memórias. Fonte: Acervo da DOPS/PB.

Cada história contada nos traz uma referência de como era viver em um período onde a liberdade era privada, e com isso, ressaltaremos aqui três dos vinte e cinco convidados pelo Projeto que são Salete Van Der Pöl, Maria de Lourdes Meira e Samuel Firmino.

Salette Van Der Pöl é natural de Campina Grande, sua formação é na área da Educação e mestra em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Federal da Paraíba. Iniciou sua militância antes mesmo do golpe de 1964, na Ditadura trabalhou como professora e foi militante em alguns movimentos sociais como a Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC), além da Ação Popular (AP), foi coordenadora da Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR/PB), e quando atuante chegou a ser presa e proibida de participar de concursos públicos. Atualmente, integra o Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba onde foi fundadora, atua também na Rede de Letramento de Jovens da Paraíba (RELEJA/PB) onde tem foco em regiões rurais de vários municípios paraibanos, tais como: Alagoa Grande, Pirpirituba, Juarez Távora, Riachão do Bacamarte, Serra Redonda, Caaporã e Conde.

Outra militante foi Maria de Lourdes Meira Cabral que iniciou sua participação política na década de 1960, militou na Ação Popular quando era estudante do curso de Filosofia na UFPB, a antiga FAFI, onde foi membro do Diretório Acadêmico. Devido suas ações contra o regime foi bastante perseguida e com Ato Institucional de nº 5 foi impedida de estudar por 3 anos, além disso, foi presa por panfletar contra a repressão e foi condenado por 6 meses de prisão pelo Tribunal Militar, mas só cumpriu 3 meses no quartel da Polícia Militar e logo em seguida foi transferida para o Bom Pastor. Após ser libertada ainda era vigiada, e teve sua casa invadida por militares, o intuito era encontrar algum material considerado subversivo. Por conta destas perseguições, Maria de Lourdes, foi morar em Recife, no ano de 1970 e continuou sua militância e ingressando no Partido Comunista do Brasil, mas ainda era perseguida. Devido a isso decidiu residir no Maranhão, chegando iniciou suas atividades políticas em São Luis, só que mais uma vez sofreu repressão e em 1980 casou e foi morar no interior do Maranhão na Cidade de Bacabal, e lá trabalhou como professora na rede pública e privada fundando a Associação de Professores.

Por fim, ressaltaremos uma figura importante e um exemplo de resistência da Ditadura Militar. Samuel Firmino é natural de Pau d'Alho em Pernambuco e iniciou sua militância ainda criança seguindo o exemplo de seus pais que eram camponeses e se mudaram para Recife onde fez cursos de oceanografia e astronomia na Escola da Marinha, trabalhou numa fábrica

têxtil, como bancário e jornalista onde cobria casos de rua para o Jornal Correio da Manhã. Foi a partir de 1964 que se engajou na luta social, enfrentando o governo e a favor da liberdade. Com seus companheiros elaborou um jornal direcionado para os movimentos sociais e a sua atuação sindical reforçou a sua formação política no que levou a fazer estudos direcionados a Filosofia para adquirir um conhecimento político maior, nesta mesma época era obrigado a prestar depoimentos por conta das suas ações sindicais.

Além das articulações sindicais, e o contato com as Ligas Camponesas, em 1962 começou a participar do Partido Comunista Brasil que já era clandestino. Com endurecimento da Ditadura o PCB recuou e Samuel passou a participar do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) que foi uma ruptura do PCB e este tinha uma tendência para a luta armada. E a partir disso, este grupo estabeleceu uma forte guerrilha, onde realizava assaltos manterem a causa revolucionaria e também para fazer panfletagens e propagandas de conscientização política. Será em 31 de março de 1968, Samuel Firmino foi preso após um tiroteio, e desse momento em diante sofreu diversas torturas no DOPS/ PE e não negava que era comunista, foi condenado há 58 anos pela Justiça, cumpriu 9 anos e 8 meses na Casa de Detenção de Itamaracá. Em 1972 fugiu, mas foi capturado e teve 90 dias de isolamento e castigo, sofrendo todos os tipos de tortura, ainda preso foi militante onde participou de 8 greves de fome, foi na prisão que se casou e teve um filho onde sua esposa também era militante. Sua liberdade só chegou com o processo da Anistia e atualmente é servidor aposentado e residi em João Pessoa.

Diante disso, o período ditatorial utilizou de muitos métodos e modos para estabelecer o controle das pessoas tidas como subversivas, foram torturas bárbaras, prisões, perseguições, impedimentos, enfim, uma serie de ações que atentavam a liberdade da sociedade. Estes exemplos de militância foram apenas um esboço dos tantos outros que atuaram na época.

Contudo, concluímos que o golpe iniciou-se com uma caçada aos subversivos que eram contra aos militares, usando o seu poder para essas ações que agrediram os Direitos do Homem e do Cidadão, que até o período ou mesmo antes, no Brasil não se havia debatido acerca dessa temática. O acervo da Ditadura antes de tudo tornou-se uma peça chave para que possamos entender e compreender o processo pelo qual se deu esse momento político no Brasil. Pois a partir de pesquisas podemos observar, havia todo um jogo político e ideológico que envolvia a DOPS, e tendo este os aportes juntamente com a oralidade dos perseguidos da

Ditadura podem fazer um contra ponto entre ambas as informações, ou melhor, um preenchimento de lacunas.



Foto 2: Equipe do Projeto Compartilhando Memórias: As que não serão esquecidas juntamente com os convidados da VI sessão (ao centro). Marcelo Quixaba, Nazaré Zenaide, Carmélio Reynaldo, Lúcia Guerra, Jader Nunes, Eduardo Rabenhorst, Rubens Pinto, Arlene Costa, Maíra Rodrigues, Suelen Andrade, Andréa Lacerda. Fonte: Acervo DOPS/PB.

Com isso, entendemos que há uma grande importância em trabalhar esta temática, pois apesar de ser uma História Recente, está fadada ao esquecimento, a memória está sendo apagada; e com isso as gerações futuras pouco saberão o que foi realmente aquele período, e, além disso, trabalhos como este busca a articulação e preservação do patrimônio material como imaterial buscando também a promoção dos Direitos Humanos, sendo por isso, que o projeto visou trazer aos contemporâneos às memórias vividas e presenciadas pelos militantes contra a Ditadura Militar de 1964 a 1985 no Brasil.

Bibliografia Referências:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. 1964-1984. Bauru: EDUSC, 2005.

CITTADINO, Monique. A política paraibana e o Estado autoritário (1964/1986). In. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. **Estrutura de poder na Paraíba**. – João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 1999.

COSTA, Arlene Xavier Santos, SILVA, Suelen de Andrade e SANTOS, Maíra Rodrigues dos. **Ditadura Militar e Vigilância Social: O exemplo do Brasil frente ao cone sul**. In: VI Seminário Internacional de Direitos Humanos da UFPB. João Pessoa, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. In: Revista Topoi nº 5, v. 3. UFRJ, 2002. Disponível em:

http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf. Acesso: 05 de nov. de 2012.

GOMES, Maria José Teixeira Lopes. **Ditadura na Universidade Federal da Paraíba** (1964-1971): Memória de Professores. João Pessoa: CEFET/PB, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LUNA, Guanambi Tavares de. **A atuação da DOPS Paraibana no período da Ditadura Militar** (1964 - 1974). Trabalho de conclusão de curso. João Pessoa, 2007.

ENDO, Paulo César. O Debate Sobre a Memória e o Corpo Torturado como Paradigma da Impossibilidade de Esquecer e do Dever de Lembrar. In: SANTANDER, Ugo (Org.) **Memória e Direitos Humanos**. p. 15 -23. Brasília: LGE, 2010.

SANTOS, Maíra Rodrigues dos e SILVA, Suelen de Andrade. **Memórias Esquecidas: Divulgação e Acesso do Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social da Paraíba**. In: Anais do XII Encontro de Extensão. PRAC/UFPB. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SILVA, Suelen de Andrade; SANTOS; Maíra Rodrigues dos; e COSTA, Arlene Xavier Santos. **Projeto Compartilhando Memórias: o trabalho com a história oral Paraibana**. In: Anais do XIII Encontro de Extensão. PRAC/UFPB. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

SILVA, Suelen de Andrade e SANTOS, Maíra Rodrigues dos. **Repressão na Paraíba: Projeto em defesa dos Direitos Humanos**. In: Anais do II CNEU – Congresso Nordestino de Extensão Universitária. UFRPE, 2010.

SILVA, Suelen de Andrade e SANTOS, Maíra Rodrigues dos. **Lutas pelo fim do Regime Militar: documentos e memórias**. In: CCHLA - Conhecimento em debate – UFPB. João Pessoa, 2010.

RICOEUR, Paulo. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

DISCURSOS SOBRE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: INVENÇÕES E DISPERSÕES

Maria Thaize dos Ramos Lira¹

RESUMO

Este artigo analisa como o discurso da convivência com o semiárido é compreendido, reelaborado e ressignificado no contexto da vivência de entidades, organizações e agricultores que trabalham com esta ideia; quais associações são estabelecidas entre a ideia de convivência e desenvolvimento sustentável pelas entidades do Alto Sertão Paraibano, buscando apreender como tais entidades trabalham e desenvolvem a proposta de convivência e sustentabilidade na região. Tendo em vista questões como, consolidar as ações pautadas na ideia da convivência e do desenvolvimento local sustentável, possibilitar a redefinição das condições sócias culturais, políticas e econômicas desta região. A relevância acadêmica e social da pesquisa encontra respaldo na sistematização de saberes que, articulados, poderão contribuir para o debate sobre convivência no Semiárido. O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa documental e teórica e com a realização de entrevistas, trabalhando com análise de discurso. Os resultados explicitam que o discurso da convivência está entrelaçado a um diálogo conflituoso entre discursos, com outros olhares que, muitas vezes, acaba restringindo suas fronteiras, intervindo em suas ações e dificultando a adesão à sua institucionalização.

Este artigo reflete e sistematiza ponderações e análises realizadas pelo projeto de pesquisa “Discursos sobre convivência com o semiárido: invenções e dispersões” que problematiza e interroga como o discurso da convivência com o semiárido é compreendido, reelaborado e ressignificado no contexto da vivência de entidades, organizações e agricultores que trabalham com esta ideia; quais associações são estabelecidas entre a ideia de convivência e de desenvolvimento sustentável; como é elaborada e vivenciada uma identidade sobre o que é ser semiárido; e, como são significadas e ressignificadas as distensões, fugas e divergências que destoam da racionalidade que a proposta da convivência e seu pressuposto de sustentabilidade recomendam.

Ao se pensar o Semiárido Brasileiro, a imagem que vem à mente, a priori, é de uma localidade seca e inadequada ao convívio humano, ou seja, uma região periodicamente afetada por estiagens prolongadas que, manipuladas por grupos políticos e econômicos regionais, ditos oligárquicos, agrava a pobreza da população e corrobora o discurso de que a miséria é castigo divino ou resultado da inviabilidade econômica e social da região. Um discurso que, valendo-se da literatura, reforça a imagem do sertanejo como condenado a retirância.

¹ Bolsista PIBIC-CNPq-UFCG. Aluna do Curso de Licenciatura em História, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, CFP/ UFCG, Cajazeiras, PB E-mail: thaize_ramosjp@hotmail.com. Pesquisa orientada pela Prof. Dr^a. Mariana Moreira Neto Socióloga, Orientadora - Professora, Doutora, DCS/CFP/UFCG, Cajazeiras, PB, E-mail moreiramariana@uol.com.br

Ninguém pergunta ao retirante donde vem nem para onde vai. É um homem que foge do seu destino. Corre do fogo para a lama. (...) Baldara-se lhe todo o heroísmo sertanejo. Ainda bem não se refazia de um cataclismo, sobrevinha-lhe outro. Horrendos desastres desorganizando a economia remanescente. O sertão vitimado: todo o seu esforço aniquilado pelo clima arrítmico, perturbador dos valores, regulador inconstante dos destinos da região. (ALMEIDA, 1980: 29-31).

Estereótipos enaltecendo de miséria perpetuaram, por um longo período, a visão de Nordeste, mas o que não se pode deixar de expor é que se trata de visões curtas e espaciais, que ofuscam a possibilidade de pensar cada indivíduo inserido no seu tempo. Assim, tradicionalmente, os líderes políticos vinculados às chamadas oligarquias regionais, se apresentam como reforçadores desse discurso que associa o Nordeste apenas à seca e fome. Esses foram por muito tempo, gerenciadores de um meio representativo corrupto e falseado, em que faziam uso da chamada indústria da seca para manter seus meios de enriquecimento. Os inúmeros discursos que se lançam sobre o Nordeste não surgem aleatoriamente, nem tão pouco sem um foco. Esse tem por objetivo os bens financeiros que eram arrecadados pelos tidos líderes políticos.

As políticas governamentais sempre foram acionadas a partir das necessidades extremas da população nos períodos de seca, mas sempre foram comandadas pelas elites regionais que controlavam a situação. Tanto a distribuição de cestas básicas, como a distribuição de água e a organização de frentes de trabalho foram controladas pelas elites e serviram para aumentar sua riqueza e seu domínio sobre a população. (ÁGUA DE CHUVA: 2001 p.14 – 15)

Devido a uma nova leitura da região, empreendida, sobretudo por organizações não governamentais, que passam a apontar a ideia da convivência entre o homem e o meio ambiente como alternativa para se pensar a vida nesta região, começa a ser elaborada uma concepção que compreende esse espaço como de interseção, encontro e convivência entre homem e o seu meio.

A nova releitura da região semiárida procura desmistificar a ideia de que o problema central desse espaço é a falta de água. Aponta também que o nordestino não deve abandonar seu espaço, não sendo preciso deixar sua localidade, mas adaptar-se a ela, quebrando a ideia de que no Nordeste não se vive. Esse debate tem como principal suporte a ideia da convivência que se apóia nos parâmetros do desenvolvimento sustentável, como possibilidade concreta de construção de alternativas de vida e de promoção do protagonismo dos habitantes do Semiárido.

O discurso da convivência se volta a olhar os sertanejos não como um povo sofrido, ignorante, sem conhecimento algum, ou meros habitantes de um Brasil isolado e devastado pela fome, o descaso, a miséria ou o atraso.

As leituras que apresentam o Nordeste como uma localidade própria ao convívio são muitas, considerando ser esse,

(...) o Semiárido mais chuvoso do planeta: a pluviosidade é, em média, 750 mm/ano (variando, dentro da região, de 250 mm/ano a 800 mm/ano). É também o mais populoso, e em nenhum outro as condições de vida são tão precárias como aqui. O subsolo é formado em 70% por rochas cristalinas, rasas, o que dificulta a formação de mananciais perenes e a portabilidade da água, normalmente salinizada. Por isso, (...) a captação da água de chuva é uma das formas mais simples, viáveis e baratas para se viver bem na região”. (MALVEZZI, 2007: 10).

Essa nova compreensão de como devem ser construídas as relações entre o homem e a semiaridez passa, necessariamente, pelo viés da sustentabilidade em suas múltiplas manifestações.

O que se busca é a abertura de uma nova cultura de relação com a chuva, uma nova cultura de conservação da água. Isso não é fácil, pois significa uma crítica a tudo que se tornou tradição na região e um despertar para caminhos novos de convivência com ela. (POLETTI, 2001: 21).

Nesse sentido, a sustentabilidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, através do uso dos recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro. A questão que se apresenta como pertinente nesse debate é a de compreender como são estabelecidas as relações entre o homem e o meio, quais políticas e projetos são definidos na perspectiva da convivência e, como essa idéia se sustenta na proposta da sustentabilidade do desenvolvimento.

A temática que cerca o desafio da sustentabilidade ambiental requer em uma primeira análise a contemplação de mecanismos conceituais e estruturais que se evidenciam principalmente no que diz respeito à interação entre homem e natureza. (GEWEHR, 2006, s/p).

A partir dessa compreensão, Chacon 1999, elenca alguns pontos que servem para destacar uma formulação do conceito de sustentabilidade, situados nas dimensões do social, do ambiental, do territorial, do econômico e do político. A observação desses critérios é apontada pela proposta da convivência como pré-requisito para que o desenvolvimento do Semiárido aconteça na interface entre as dimensões social, econômica, política, cultural e ambiental, ou seja, que a irregularidade das chuvas e a aridez do solo não sejam convertidas

em argumentos políticos de legitimação e justificação da miséria regional. Portanto, viver no Semiárido traduz-se em adequar-se as características da região, através do uso racional dos seus recursos naturais e favorecendo a autonomia e o protagonismo social.

Portanto, a sustentabilidade se anuncia como a possibilidade concreta de produção de melhores perspectivas de vida e de valorização humana e social, rompendo com o ciclo vicioso do conformismo que, historicamente, vem configurando as relações de poder nessa região. Essa ruptura que se observa com a proposta da convivência com o semiárido passa pelo incentivo, através de inúmeras organizações não governamentais e movimentos sociais, de práticas e vivências de organização comunitária, de novos conhecimentos sobre a realidade social e ambiental da região, de produção de novos dizeres e novos saberes que legitimem e respaldem as experiências exitosas de convivência.

Dessa forma, a proposta da convivência pode ser considerada como um novo discurso que se anuncia como possibilidade de produção da existência no Semiárido, quebrando paradigmas e instituindo novas concepções de mundo, reforçando o argumento de Foucault, para quem “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 1999: 10).

Assim, compreender quais associações é estabelecido entre a ideia de convivência e de desenvolvimento sustentável a partir da prática de entidades e da ação e atuação de homens e mulheres que trabalham com a proposta no Alto Sertão Paraibano permite apreender como esse discurso é significado e ressignificado no cotidiano dessas entidades e quais elaborações e reelaborações ele opera na produção de relações de poder saber que perpassam e situam o dizer da convivência.

A realização da pesquisa deu-se com a associação entre leituras e debates de material bibliográfico acerca da proposta da convivência, da análise de discursos e de outras temáticas correlatas, o levantamento das entidades que trabalham com a proposta da convivência na região do Alto Sertão Paraibano e a realização de entrevistas com lideranças de entidades que trabalham com a proposta da convivência e que desenvolvem projetos e ações em municípios do Alto Sertão Paraibano.

As análises teóricas e metodológicas empreendidas focaram, sobretudo, na abordagem da análise do discurso e na contribuição desta para o entendimento dos discursos que se encontram materializados nos textos e, de modo geral, no campo da linguagem, produzindo

sentidos e revelando a posição que ocupam os sujeitos sociais nas relações de poder/saber. Também foram analisados textos que abordam a questão da convivência, do desenvolvimento sustentável e da relação entre conviver e sobreviver dignamente no semiárido.

As entrevistas com as lideranças das entidades que trabalham com a proposta da convivência no Alto Sertão Paraibano foram realizadas tendo como pressuposto a argumentação teórica elaborada por Foucault que trabalha a análise do discurso como uma forma de compreender como os ditos e escritos revelam um sentido que define posições e produz compreensões e explicações sobre a realidade.

O exercício teórico-metodológico que subsidiou a pesquisa, além da análise de discurso proposta por Michel Foucault, observou ainda a sugestão de Bourdieu (1996), que propõe a metamorfose dos conceitos teóricos em manuais de “ginástica intelectual”, em roteiros aplicados a uma prática capaz de transformar a pesquisa num exercício prazenteiro, livre de “(...) proibições e de divisões e desejosa de trazer a todos esta compreensão rigorosa do mundo que (...) é um dos instrumentos de liberação mais poderosos com que contamos”, (BOURDEIU, 1996: 8).

A partir dessa compreensão, os discursos veiculados nos documentos e nas falas dos entrevistados são compreendidos como uma prática que provém da formação de saberes, como um espaço em que poder e saber se articulam para construir subjetivações sócio-culturais e criar identidades.

Nesse sentido, se buscou apreender como, e até que ponto, o discurso da convivência com o semiárido é compreendido, reelaborado e ressignificado no contexto da vivência de entidades, organizações e lideranças que trabalham com esta ideia; quais associações são estabelecidas entre a ideia de convivência e de desenvolvimento sustentável; como é elaborada e vivenciada uma identidade sobre o que é ser semiárido; e, como são significadas e ressignificadas as distensões, fugas e divergências que destoam da racionalidade que envolve a proposta da convivência e seu pressuposto de sustentabilidade.

A mudança que vem se operando no Semiárido Brasileiro, com o deslocamento do discurso do combate à seca para a concepção de convivência, vem instituindo um redimensionamento de concepções, enunciados e dizeres sobre o que é ser Semiárido. A ideia da convivência como contraponto ao descaso histórico para com o Semiárido Brasileiro, por exemplo, baseia-se em evidências que coloca a região como espaço de tematizações pertinentes sobre o ecossistema caatinga, suas diversidades e sobre as possibilidades de um

desenvolvimento sustentável. Mudança que, se assentando em enunciados como o da convivência, possibilita a (re) elaboração de novas perspectivas de identificação e caracterização do sertão.

A convivência com o Semiárido se situa na dinâmica de uma compreensão que redimensiona o lugar dos sujeitos e das imagens elaboradas sobre estes e sobre o ambiente. Compreensão que começou a ser elaborada no início dos anos 1990, quando trabalhadores rurais e urbanos, através de suas organizações (federações estaduais, sindicatos, igrejas, associações, cooperativas de pequenos produtores e ONG's de assessoria e apoio) começam a contestar o modelo de intervenção governamental, propondo soluções a partir de outra forma de compreensão da vivência no Semiárido.

Motivados por uma conjuntura política e social provocada por novas secas, centenas de trabalhadores reivindicam ações governamentais de caráter permanente, através de um programa de ação estratégica para o desenvolvimento da região, com vistas a desestruturar e abandonar definitivamente o que consideram como “as práticas assistencialistas e clientelistas das oligarquias locais” e apresentar, por outro caminho, uma reversão do quadro de miséria, abandono e humilhação que afligia milhões de pessoas que habitam o Semiárido. A lógica deste discurso se assenta na compreensão de que

(...) a convivência do homem com a semi-aridez pode ser assegurada. O que está faltando, são medidas de política agrária e agrícola, tecnologias apropriadas, gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública – para corrigir as distorções estruturais seculares, responsáveis pela perpetuação da miséria e da pobreza no meio rural (FÓRUM NORDESTE, 1993: 05).

O debate sobre a convivência com o Semiárido tem como um dos seus principais pressupostos a sustentabilidade, ancorada em práticas e alternativas de desenvolvimento harmonioso e integrado das esferas econômica, política e social e no protagonismo dos seus habitantes. Tal pressuposto é referenciado como essencial para a (re)elaboração de relações de poder-saber que, deslocando-se do tradicional discurso da dependência, gestem novas possibilidades para este “território”, ancoradas na reflexão de questões como: respeito à diversidade, solidariedade, coletividade, articulação em redes, autogestão, sustentabilidade, etc.

O conceito de desenvolvimento sustentável, enunciado prioritário da ideia de convivência com o Semiárido, começou a ser elaborado nas décadas de 70 e 80 do século passado, na esteira de uma grave crise do sistema capitalista mundial, a qual revelou o

esgotamento de práticas e de relações de convivência entre o homem e a natureza. A ciência e a tecnologia que, por quase dois séculos, professaram a inesgotabilidade dos recursos naturais, começaram a ser questionadas pela recorrência de catástrofes planetárias, vislumbradas em horizontes cada vez mais próximos e mais espacialmente distribuídas pelo planeta.

A noção contemporânea de sustentabilidade pode ser mais bem compreendida com os argumentos elaborados por SACHS (2008a, 2008b) que vem construindo um referencial teórico bastante pertinente sobre essa questão. Segundo este autor, a sustentabilidade do desenvolvimento ou o ecodesenvolvimento, como alguns designam, é uma maneira de encarar a vida no planeta pensando não apenas no imediatismo do presente, mas na responsabilidade que temos com o futuro, ou seja, ela se assenta “no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras” (SANCHS, 2008b: 15).

Sachs destaca cinco pilares que dão cimento para a formulação do conceito de sustentabilidade, situados nas dimensões do social, do ambiental, do territorial, do econômico e do político. Nesse sentido, a sustentabilidade somente é possível quando forem obedecidos e seguidos critérios como: alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais; mudanças no interior da comunidade com equilíbrio entre respeito à tradição e inovação; capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno; preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; uso limitado dos recursos não-renováveis; configurações urbanas e rurais balanceadas com eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis; desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios. (Cf. SACHS, 2008a: 85-88).

No que tange à proposta de convivência com o Semiárido, a sustentabilidade, aparentemente, tem se configurado como uma reação social e política à racionalidade econômica que, ao longo dos anos, instituiu discursos e práticas sobre esta região, cartografando-a como economicamente improdutiva e humanamente inviável. No entanto, o

que se percebe é que, embora o discurso da convivência e da sustentabilidade do desenvolvimento do Semiárido se anuncie como possibilidade de emancipação que tem nas prioridades sociais sua razão primeira, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos, ele se apresenta como funcional ao sistema na medida em que procura construir uma lógica de vida no Semiárido a partir de estratégias e táticas que se apresentam como disciplinadoras, ordenadoras da vida, modeladoras de uma identidade sobre o que é ser semiárido.

A elaboração de uma identidade para o semiárido como um aspecto que aparece com recorrência quando se analisa o discurso da convivência se vislumbra como uma tentativa, embora não explicitamente exposta, mas implicitamente atuante, de elaborar uma visão homogênea sobre o que é viver neste espaço. O sentido de identidade aqui abordado é compreendido a partir da trilha de Albuquerque Júnior² que afirma ser o pensamento identitário sempre uma forma autoritária de compreensão e explicação da realidade através da busca da unidade, da unificação, sendo policalesca por estar sempre reprimindo, enclausurando no esquecimento, no ostracismo, na negatividade o diverso, o diferente, o divergente.

A pergunta pela identidade é conservadora, pois nela vem embutida o desejo e a obrigatoriedade de cessar a dissensão, a divergência, a diversão. A identidade busca construir sentidos hegemônicos e nucleares que joguem para as margens outras possibilidades do ver, do dizer, do narrar. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008: 02)

Nesse sentido, a identidade de Semiárido que o discurso da convivência vem tecendo deixa antevê uma homogeneidade que se anuncia a partir de um conjunto de elementos que podem ser assim sintetizados: a manutenção, em longo prazo, dos recursos naturais e da produção agrícola; a redução e eliminação dos impactos negativos da atividade produtiva sobre o meio ambiente; a relação de convivência com as especificidades climáticas regionais; a valorização econômica e política dos agricultores; o atendimento satisfatório das necessidades humanas de alimento e renda e o atendimento às necessidades sociais das famílias e das comunidades residentes no Semiárido. Tais elementos se sintonizam, sobretudo, com a agricultura familiar – modalidade de organização produtiva que caracteriza uma considerável parcela da população residente na região – cujas prioridades devem ser

²Para uma maior compreensão da discussão sobre identidade elaborada por ALBUQUERQUE JÚNIOR, conferir: **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional.** Recife, Bagaço, 2008. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia.** São Paulo, Cortez, 2007. **Nordestino: uma invenção do falo (uma história do gênero masculino - Nordeste, 1920/1940).** Maceió, Catavento, 2003.

atendidas a partir da gestão democrática da diversidade e articuladas levando em consideração as diferentes formas de organização e de demandas do conjunto da sociedade e das comunidades locais.

Assim, a homogeneização e conseqüente naturalização da convivência como única possibilidade de vida para o Semiárido elabora dizeres e fazeres sobre este espaço determinando comportamentos, modelando opiniões, organizando e legitimando maneiras de plantar, de colher, de comer, de vestir, de cantar, de se divertir e, porque não, de sonhar. São comuns, em diversos municípios do Semiárido a realização de festas, exposições, feiras, promovidas, seja por entidades e organizações vinculadas à ASA, seja por prefeituras municipais, com apoio de governos estadual e federal, onde oficialmente, se procura valorizar aspectos de uma pretensa cultura do semiárido e da convivência. O que está em cena nestes eventos não é apenas uma exaltação de práticas culturais folclóricas e estilizadas como peças de promoção turística, mas a intencionalidade de construir um novo conceito civilizatório para a região através da proposta da convivência que entenda a região semiárida a partir de sua própria lógica pensando-a “no seu contexto global e segundo as características que lhes são próprias e únicas” (MALVEZZI, 2007: 131). Essa “nova civilização” que a convivência elabora e reelabora para o Semiárido procura legitimar e institucionalizar um discurso que se apresenta como naturalizado e única possibilidade de construção de vida e dignidade na região.

A convivência com o semiárido, portanto, vem se legitimando como um discurso que se institucionaliza como possibilidade de se viver nesta região, mesmo com o registro das estiagens periódicas. A construção de engenhos para guardar a água da chuva, para represar água no subsolo e assegurar a produção, mesmo nas estiagens, a mudança da mentalidade de que os povos desta região, por uma determinação natural, estavam fadados a subserviência, a atrofia política e cultural, são mandamentos que cotidianamente são prescritos aos habitantes, através das entidades, dos projetos, programas e ações que se propõem a estabelecer uma nova mentalidade neste espaço. Dessa forma, é possível perceber como o discurso da convivência é apropriado e reelaborado a partir dos interesses e das intencionalidades históricas que marcam cada momento e cada experiência das entidades, das lideranças, dos homens e mulheres, no percurso de suas práticas cotidianas inventam um outro espaço, o semiárido.

No tocante as falas dos líderes das entidades do Alto Sertão Paraibano³, percebe-se como essas lidam com a ideia da convivência no semiárido desde que aliada a proposta da sustentabilidade que segue parâmetros e questões que, discutidas abertamente pelas entidades e pelos habitantes da região, resultam uma organização que acarreta a todos certo nível de responsabilidades. Responsabilidades essas como a de lidar com esse espaço sem agredi-lo, tirando dele seu sustento e respeitando a responsabilidade ética com as futuras gerações.

No que concerne à proposta da convivência com o semiárido, as análises empreendidas revelam que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas, através da interação com a Articulação do Semiárido (ASA), desenvolve atividades ligadas ao Programa Um Milhão de Cisternas de Placas (PIMC), iniciado em 2001, com o apoio do Governo Federal e instituições estrangeiras que oferecem apoio financeiro e educacional para elaboração dos projetos. O Sindicato também coordena, desde 2003, bancos de sementes comunitários.

As atividades desenvolvidas pelo Sindicato trazem como principal característica a articulação com as famílias beneficiadas que, através de cursos e oficinas de capacitação, trabalham questões como preservação do meio ambiente, conservação de sementes nativas e adaptadas ao clima e ao solo do semiárido, recursos hídricos, como guardar a água da chuva para consumo humano, entre outras. Somente com o projeto PIMC o Sindicato já beneficiou 199 famílias de 12 comunidades. Todas as famílias beneficiadas participam ainda do Fundo Rotativo, que possibilita a expansão das cisternas para outras famílias ou a construção de outros equipamentos sociais que contemplem as comunidades, como hortas comunitárias. Para o vice-presidente do Sindicato, Damião Gomes da Silva, a convivência com o semiárido é uma questão de saber lidar com a estrutura que o clima disponibiliza, a partir da construção de cisternas de placa, banco de sementes comunitário, barragem subterrânea⁴, com a armazenagem da ração forrageira, a criação de animais, respeitar e zelar o meio ambiente, evitar o uso de agrotóxicos. A cisterna, na percepção de Damião, é um artefato que não traz

³ Cf. OLIVEIRA SILVA, Maria Rosivânia, MOREIRA NETO, Mariana. Relatório Parcial da Pesquisa UFCG/PIBIC/CNPq.

⁴As barragens subterrâneas são uma tecnologia simples e barata que permite captar e armazenar água de chuva sob a terra sem inundar as melhores áreas de plantio nos baixios. Para fazer a parede da barragem, cava-se uma valeta, cortando o leito do riacho ou baixio até encontrar a rocha firme. Dessa forma, quando chega a água de chuva, ela fica sob a superfície, formando uma área embrejada. Essa concepção de guardar a água sob o solo evita, ou pelo menos reduz drasticamente, o fenômeno da evaporação. Dessa forma, podem-se formar pomares e fazer cultivos de mais longo prazo na área banhada pela barragem.

apenas água, mas também a autonomia das famílias em relação aos grupos políticos que, no decorrer de décadas, escravizaram a população com a utilização de carros pipas assim como outras esmolas públicas.

Outra entidade que tem relevância no trabalho de convivência como semiárido no Alto Sertão Paraibano é a Comissão Pastoral da Terra (CPT-Sertão), sediada na cidade de Cajazeiras, que trabalha com 24 assentamentos, compreendendo ao todo 22.475,20 hectares somando um total de 961 famílias. A luta do sertanejo pela conquista de sua própria terra aumentou a vontade da entidade de lutar pela ideia de convivência com o semiárido, gerando uma melhoria na qualidade de vida das famílias envolvidas.

A CPT-Sertão trabalha também com projetos como Campo Limpo ligado a agroecologia, o projeto Gaby que envolve saúde e alimentação e o Kinder que está ligado à educação, cultura e sementes, trabalhando também com formação continuada de professores tendo como parceiro uma instituição alemã, AKION KRESPATRE BEDA. A entidade executa também o projeto desenvolvido pela ASA, o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) que tem por objetivo fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido Brasileiro, trabalhando com a relação de uma terra e duas águas, onde seria uma água para plantar e outra para consumo puro e adequado.

A CPT desenvolve ainda projetos de sustentabilidade e de fundo rotativo, como Rede Sementes, Rede Abelha, Rede Água, Rede Educação, Rede Saúde e Alimentação etc. Todas essas redes integram, além dos assentamentos e acampamentos, outras comunidades e entidades ligadas a fóruns de nível estadual, regional, e nacional, a exemplo da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB), da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB) e da Rede Abelha Nordeste.

A compreensão da convivência como estratégia de construção de dignidade de vida no Semiárido se expressa no desenvolvimento de saberes e experiências que possibilitem aos homens e mulheres que vivem neste espaço, ressignificar saberes e modalidades de vida, transformando concepções políticas e desmistificando crenças. Nesse sentido, para um dos coordenadores da CPT-Sertão, Antonio Cleides Gouveia, a convivência com o semiárido é uma questão de saber superar as adversidades do clima, é o armazenamento de água e de sementes, como também o manejo adequado da terra, possibilitando, assim, a pastagem para os animais. É uma garantia de sobrevivência dos seres humanos, dos animais e da produção e que por mais que essa seja uma região onde a chuva é irregular as pessoas têm que se

conscientizar de que é necessário armazenar, pois, caso contrário, passará por sérias dificuldades no período de estiagem. Essa elaboração da convivência explicita como os discursos são articulados a partir das posições e dos lugares que os sujeitos ocupam, o que empresta legitimidade e reconhecimento as suas falas. A percepção de como é morar no sertão está imbricada pela desconstrução da idéia de combate à seca, pois, “quando se pensa no sertão, se pensa em seca, em muita tristeza, falta tudo, povo com fome”, e isso não é verdade, o sertão apresenta possibilidades, só que muitas das vezes essas possibilidades são mal usadas pelo poder público e pela sociedade”.

A fala de outra liderança da CPT-Sertão, Maria do Socorro Ferreira, revela como a idéia da convivência vem atrelada a uma mudança de concepção que se processa no curso de ações educativas e formativas que positivem o semiárido como possibilidade e desconsidere o sertão como espaço da fome, da miséria, do degredo. Nesse sentido, para ela, o trabalho que deve ser realizado com a população do Semiárido é o de “incutir na cabeça das pessoas que não é possível acabarem com a seca. Existia uma ideia, se trabalhava uma ideia antes que era possível acabar com a seca e “ai” o nosso trabalho foi feito nessa perspectiva de desconstruir esse conceito de que é possível acabar com a seca”.

Essa fala permite apreender como o deslocamento de compreensões acontece a partir da legitimação de novos discursos. Percebe-se, pois, como o discurso da convivência com o semiárido começa a se instituir no imaginário sertanejo suplantando a compreensão prevalecente, até algumas décadas, quando as pessoas pensavam que seria possível acabar com a seca, não dando relevância ao fato de ela ser um fenômeno climático natural. A convivência com o semiárido está imbricada por uma relação de aprendizagem, ou seja, aprender a respeitar o meio em que se vive, estabelecendo estratégias de sobrevivência, porque ou o sertanejo aprende a conviver ou “vamos cometer um genocídio com as matas, com os animais e com as pessoas”, diz Socorro Ferreira. O respeito ao meio em que se habita é o passo principal para a convivência, pois é a partir dele que se consegue estabelecer estratégias de sobrevivência. A sustentabilidade torna-se, nessa região de clima semiárido, uma prática essencial a partir do momento em que as pessoas aprendem a respeitar a natureza e as pessoas que estão a sua volta. “Não é preciso sair do Alto Sertão Paraibano pra perceber que é possível conviver bem, costume dizer que vamos aprendendo diversas formas de camuflagem, assim como o camaleão que se camufla, mas não deixa de ser ele mesmo, então

o sertanejo aprende também”, acrescenta a coordenadora da CPT, Maria do Socorro Ferreira, a respeito de como é pra ela morar no sertão.

Percebe-se, pois, que a proposta da convivência vem se institucionalizando como um discurso que ganha cada vez mais projeção como uma forma de ver e de dizer sobre esta região. Nesse sentido, observa-se que todas as entidades pesquisadas, ao desenvolverem suas ações e atividades a partir da idéia da convivência, trazem como consequência principal o redimensionamento do lugar que os sujeitos sociais ocupam e quais estratégias e táticas utilizam para produzirem esse espaço.

Observa-se ainda que a interseção entre convivência e sustentabilidade vem marcando os empreendimentos desenvolvidos na região e estabelecendo novos paradigmas na relação que os homens constroem entre si e com o meio ambiente. As práticas de armazenamento da água da chuva, de manejo sustentável da caatinga, de educação contextualizada, a preservação dos recursos hídricos se constitui, portanto, em formas de construção de uma articulação harmoniosa entre homem e meio ambiente. Dessa forma, visando superar o sofrimento político e social provocado pelas estiagens e reelaborando relações de poder saber que valorizem o protagonismo e a vivência no espaço Semiárido o discurso da convivência se insinua como uma possibilidade de construção de condições de vida no Semiárido e se legitima como um dizer sobre este espaço e sobre como devem ser os procederes para se habitar esta região, mesmo com as adversidades climáticas e naturais que lhes são peculiares.

Os ditos e escritos que dão subsídio a compreensão do que é ser semiárido auxiliam na percepção de que não é necessário abandonar o sertão e ir em busca de melhores condições de vida, pois a região apresenta estratégias de convivência, basta saber lidar com elas, por exemplo, o respeito ao meio em que se habita que carece de uma população consciente de seu papel enquanto um ser social.

A mudança que vem se operando no Semiárido Brasileiro, com o deslocamento do discurso do combate à seca para a concepção de convivência, vem instituindo um redimensionamento de concepções, enunciados e dizeres sobre o que é ser Semiárido. A ideia da convivência como contraponto ao descaso histórico para com o Semiárido Brasileiro, por exemplo, baseia-se em evidências que coloca a região como espaço de tematizações pertinentes sobre o ecossistema caatinga, suas diversidades e sobre as possibilidades de um desenvolvimento sustentável. Mudança que, se assentando em enunciados como o da

convivência, possibilita a (re)elaboração de novas perspectivas de identificação e caracterização do sertão.

As ações desenvolvidas pelas entidades pesquisadas mostram como a idéia da convivência com o semiárido se complexifica quando sai do campo do discurso articulado e elaborado e ganha o território das práticas cotidianas. As falas das lideranças das entidades que trabalham com a proposta da convivência com o semiárido no Alto Sertão Paraibano permitem apreender que a proposta da convivência vem ganhando cada vez mais legitimidade como forma de ver e dizer um espaço, o semiárido, e de classificar e nomear as práticas e os procedimentos de uma população. A ideia de morar no semiárido está imbricada por valores estabelecidos a partir de uma educação contextualizada, que priorize aquilo que a região disponibiliza. Nesse sentido, os projetos realizados pelas entidades estão entrelaçados em experiências partilhadas que também atuam como estratégias de sobrevivência dentre elas, a armazenagem de água nos meses de chuva através das cisternas de placa, pois, assim o sertanejo garante a sobrevivência da família nos períodos de estiagem. Apesar das dificuldades que as entidades enfrentam para colocar os projetos em prática, é ao sucesso deles que atribuem o reconhecimento da sociedade civil.

O discurso da convivência também passa pela produção de uma identidade que denota o semiárido através de um lugar onde é possível construir dignidade de vida através da valorização dos recursos da região e da apropriação de táticas e práticas de criação e manejo garantindo assim a sustentabilidade do desenvolvimento. Em suma, uma identidade que define como positiva a adesão aos engenhos e aos dizeres sobre o que é viver no Semiárido tendo uma cisterna de placa, uma barragem subterrânea, a participação nas visitas de intercâmbio, a preservação das sementes da paixão, a educação contextualizada.

A ideia de convivência com o semiárido, mesmo ganhando cada vez mais espaço no debate intelectual e no diálogo social, não se expressa, na prática, como uma idéia totalizante, unificadora. Ela sofre as tensões, distensões e contradições de sua operacionalização. No entanto, é fundamental que se perceba que esse diálogo que vem ocorrendo em inúmeras ONGs - a exemplo das visitadas – e que se manifesta nas falas das lideranças entrevistadas, é responsável pela produção de uma compreensão político-pedagógica que procura colocar a discussão da convivência com o semiárido como essencial para se pensar possibilidades diferentes de construção da vida nesse espaço.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, JÚNIOR. Durval Muniz. **Nos Destinos da Fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.
- BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo.
- CHACON, Suely Salgueiro. **O Que é Desenvolvimento Sustentável? Definição da Sustentabilidade para Comunidades Rurais Carentes através do Planejamento Participativo**. 2006.
- FORUM DO NORDESTE. **Ações Permanentes para o desenvolvimento do Nordeste Semiárido brasileiro: propostas da sociedade civil**. Recife, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 1999.
- GEWEHR, Mathias Felipe. **Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira: implicações conceituais e específicas**. Revista Jus Vigilantibus. 2006.
- MALVEZZI, Roberto. **Semiárido - Uma Visão Holística**. 1º Edição. ED.LTDA. Brasília: Confea, 2007.
- OLIVEIRA SILVA, Maria Rosivânia, MOREIRA NETO, Mariana. Relatório Parcial da Pesquisa UFCG/PIBIC/CNPq. **Relatório Parcial**. Discursos sobre convivência com o semiárido: invenções e dispersões. UFCG/PIBIC/CNPq. Vigência 2010/2011.
- POLETTO, Ivo. Da indústria da seca para a convivência como o Semiárido Brasileiro. In: **Água de chuva: o segredo da convivência com o Semiárido brasileiro**. São Paulo: Paulinas, 2001. Pp. 9-25.
- RAMOS LIRA, Maria Thaize dos, MOREIRA NETO, Mariana. Relatório Parcial da Pesquisa UFCG/PIBIC/CNPq. **Relatório Parcial**. Discursos sobre convivência com o semiárido: invenções e dispersões. UFCG/PIBIC/CNPq. Vigência 2011/2012.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamoud, 2008a. 3ª Ed.
- _____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. . Rio de Janeiro: Garamoud, 2008b.
- SHISTEK, Harad. Como Conviver com o Semiárido. In: **Água de chuva: o segredo da convivência com o Semiárido brasileiro**. São Paulo: Paulinas, 2001. Pp. 41-61

CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DA MULHER NEGRA NO BRASIL (1985-2010): ALGUNS APONTAMENTOS

Rayssa Andrade Carvalho¹

INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir da década de 1980, emerge o Movimento de Mulheres Negras, cujos debates e ações se centram dentro das organizações não governamentais (ONGs), que vão se formando em todo o território nacional, desde o início da década de 1980. Contudo, antes de atuar politicamente em seu próprio movimento, com suas questões específicas de luta, essas mulheres estiveram presentes, atuando em outros movimentos sociais, principalmente nos movimentos negro e feminista.

Através de suas várias organizações, um dos principais objetivos do Movimento de Mulheres Negras é de evidenciar as condições e as demandas específicas das mulheres negras, na sociedade brasileira, e debater as desigualdades sociais/raciais (ROLAND, 2000). Para isso, atuou e atua, no Brasil, na construção e na afirmação da identidade do ser mulher negra e na desconstrução dos estereótipos que foram construídos historicamente sobre ela na nossa sociedade.

Este texto está inserido na perspectiva teórica da História Social, que surge na França, na década de 1920, com a formação da *Escola dos Annales* que, por meio de importantes reformulações no saber histórico, contribuiu para a inserção de novos sujeitos, métodos, abordagens e problemáticas. Nesse sentido, inseriu as mulheres como um campo de estudo na História, uma reivindicação do Movimento Feminista, na década de 1960 (SOIHET, 1997).

Também utilizamos o conceito de gênero, elaborado por feministas na década de 1970, em que concebe que as diferenças entre homens e mulheres são construídas socialmente. Desse modo, contribuiu para enriquecer os estudos sobre a mulher, visto que introduziu uma noção relacional e ampliou a compreensão do feminino. Nesta narrativa, articulamos o conceito de gênero às categorias de raça e de classe, para que se compreendam bem mais as relações sociais/raciais em que estão inseridas as mulheres negras brasileiras.

¹ Discente do curso de Licenciatura Plena em História – UFPB. E-mail: carvalho_rayssa@yahoo.com.br.

O presente trabalho propõe analisar a construção das identidades da mulher negra no Brasil, no período de 1985 a 2010, destacando o momento que marca o surgimento do Movimento de Mulheres Negras e consolida os espaços de debate e as ações políticas próprias delas.

Faremos uma abordagem sobre o pensamento e o Movimento Feminista, que surgiu na década de 1970, para situá-los nos âmbitos da teoria e, principalmente, da prática, e sobre como as mulheres negras questionaram o Movimento Feminista, visto que as feministas negras precisavam criar uma agenda própria, que atendesse às suas demandas políticas (SANTOS, 2009: 277). Assim, em fins da década de 1970 e início de 1980, elas começaram a organizar o feminismo negro, um conceito que buscou desenvolver e aplicar a teoria feminista com recorte racial e voltado para demandas específicas das mulheres negras (SANTOS, 2009: 277).

Na década de 1970, predominava a visão de uma identidade coletiva pelo Movimento Feminista, que buscou unir todas as mulheres em uma categoria homogênea, afirmando que a opressão a elas estava centrada na questão de gênero (PISCITELLI, 2002: 12). Porém, o Movimento de Mulheres Negras com o Feminismo Negro destacou as contradições do feminismo tradicional e inseriu a discussão das diferenças existentes entre as mulheres, considerando categorias importantes como raça, etnia e classe, fundamentais para se entenderem suas condições na sociedade brasileira e suas demandas específicas, que precisavam ser visibilizadas politicamente no Brasil. Nessa conjuntura, teceremos algumas considerações acerca da contribuição fundamental de intelectuais e ativistas negras, como Lélia Gonzalez (1982) e Sueli Carneiro (2002), no que diz respeito às condições das mulheres negras e à formulação do conceito de Feminismo Negro.

Portanto, com o questionamento sobre a prática do “Movimento Feminista Branco” no Brasil, no início da década de 1980, influenciado por uma visão europeia e estadunidense, o Movimento de Mulheres Negras, surgido na década de 1980, contribuiu diretamente para a construção das múltiplas identidades dessas mulheres, articulando as questões de gênero, raça, etnia, classe, sexualidade e religião. Essa construção identitária aconteceu nos âmbitos político, social e cultural. A respeito das tensões entre feministas negras e brancas, Soares (2000: 275) destacou que o “Movimento Feminista Branco expressou o seu racismo particular no modo como deu prioridade a certos aspectos de conflito feminino e negligenciou outros,

tendo sido, em geral, cego e ignorante das condições de vida das mulheres negras”. Depois de mais de uma década, feministas negras têm muitos desafios, contudo, é possível afirmar que são, na atualidade, protagonistas e sujeitos políticos importantes nos debates públicos em defesa da ampla cidadania. Outros desafios também têm feito parte do feminismo, como as questões de orientação sexual, em cujas discussões tem predominado a defesa de direitos de lésbicas e bissexuais.

A narrativa será desenvolvida com base em fontes bibliográficas (artigos e livros) de vários/as autores/as, com destaque para os trabalhos de Caldwell (2000), Carneiro (2002), Hall (2006), Moreira (2011), Roland (2000), Soihet (2007), entre outros pesquisadores/as que tratam das questões colocadas pelo presente tema e de pesquisa nos portais eletrônicos das organizações de mulheres negras no Brasil.

CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE FEMININA: MOVIMENTO FEMINISTA

A primeira fase do Movimento Feminista, no Brasil, data de meados do Século XIX e surge como luta das mulheres pelo sufrágio e pela conquista de um direito fundamental: sua inserção na vida política do país (PINTO, 2003). Assim, no Brasil esse primeiro momento do feminismo vai até a década de 1930, período de ascensão da ditadura Vargas (1937-1945).

O Movimento Feminista que ressurgiu nas décadas de 1960 e 1970 toma vulto como movimento social na Europa e nos Estados Unidos, em um contexto de mudanças políticas, econômicas e sociais, que fazem surgir movimentos dos grupos afetados pelas desigualdades sociais produzidas nesses países. No caso do Brasil, o contexto histórico era a ditadura instaurada com o golpe de 1964. Céli Pinto, em seu trabalho *Uma história do feminismo no Brasil*, relata como o feminismo se desenvolveu no país, desde os primeiros grupos e manifestações até a consolidação do movimento em meados da década de 1970, principalmente com a instituição do ano de 1975 pela Organização das Nações Unidas – ONU - como Ano Internacional da Mulher, um marco muito importante para o feminismo, segundo Pinto (2003, p. 56).

Adriana Piscitelli (2002) discute os pressupostos da teoria feminista formulados desde a década de 1960 e destaca as principais correntes do pensamento feminista, mas ressalta que,

apesar das diferenças entre essas vertentes, elas compartilhavam algumas ideias centrais. Afirmavam que as mulheres ocupavam lugares sociais subordinados aos homens e “que essa subordinação é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente” (PISCITELLI, 2002: 9).

Piscitelli (2002) assevera que a criação de uma categoria homogênea de “mulher” pelo pensamento feminista tem origem a partir da corrente radical, segundo a qual a opressão sofrida pelas mulheres estava, especificamente, em seu sexo, deixando outras questões como raça e classe como secundárias. A autora diz que essa construção identitária feminina foi útil politicamente para o Movimento Feminista.

O reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na idéia de que o que une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas. Dessa maneira, a “identidade” entre as mulheres tornava-se primária.
(PISCITELLI, 2003: 12)

Ressalte-se, porém, que essa identidade feminina homogênea foi forjada por um movimento formado por mulheres brancas, intelectualizadas e de classe média. Assim, a partir de fins da década de 1970 e início da década de 1980, a ideia da mulher como uma categoria homogênea passou a ser questionada por mulheres ligadas a outros movimentos sociais, as quais haviam tido contato com as teorias feministas (MOREIRA, 2011: 60).

Das discussões sobre as concepções de identidade e de sujeito, no período pós-moderno, citamos o trabalho de Stuart Hall (2006), que discute as mudanças que ocorreram na constituição da identidade dos sujeitos, ocorridas no final do Século XX. Nesse sentido, Hall destaca o que chama de “descentração” ou fragmentação do sujeito que, ao invés de uma única identidade, passa a ser considerada as suas inúmeras identidades possíveis que surgem neste novo momento histórico, estas podem ser contraditórias ou não resolvidas (2006, p. 12). O autor indica a teoria e o movimento feminista como um dos descentramentos do sujeito e destaca sua contribuição com o questionamento de dualismos e a politização da subjetividade, da identidade e do processo de identificação (HALL, 2006: 43).

A partir da década de 1970, os estudos sobre a mulher e, posteriormente, a elaboração do conceito de gênero, empreendidos por intelectuais feministas, contribuíram para a visibilização das condições da mulher na sociedade. Então, quando começou a produção de estudos acerca do cotidiano, da vida das mulheres e dos seus papéis informais, começaram a

ser evidenciadas “as diferenças de comportamento e estratégias entre as mulheres em função de classe e raça” (SAMARA, 1997: 25). Samara (1997) aponta estudos que, a partir da década de 1970, na América Latina, tentaram reconstituir espaços ocupados pelas mulheres e inseriram a discussão das desigualdades existentes entre as mulheres latino-americanas ampliando a compreensão dessas experiências históricas.

Os estudos que começaram a ser produzidos por intelectuais negras brasileiras, com a conceituação do Feminismo Negro, visibilizaram as condições dessas mulheres no Brasil. Por meio da interseção entre raça, gênero e classe, elas demonstraram suas experiências históricas específicas e ressaltaram a presença das mulheres negras nos espaços públicos, desde o período colonial, e a chefia de famílias exercida significativamente por mulheres negras. Atualmente, de acordo com pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa porcentagem ainda é bastante relevante. Nessa perspectiva, também destacaram as questões relativas à saúde, à educação e ao trabalho das mulheres negras, cujas demandas eram bem diferentes das feministas tradicionais.

Assim, as mulheres negras que atuavam, principalmente, nos Movimentos Negros, desde fins do Século XIX, e a partir da década de 1960, no Feminista, começaram a questionar a secundarização de suas questões dentro desses movimentos e a reivindicar a construção de uma identidade feminina negra. Dessa forma, a construção sua identidade foi legitimada pela afirmação de uma experiência histórica particular, razão por que nosso objetivo é discutir as questões e os desafios debatidos pelo Movimento Feminista e o surgimento do Feminismo Negro, anos 1980, que, como dito, trouxe para a cena a articulação das categorias de gênero, raça e classe. Essa intersecção de categorias tornou-se fundamental para se compreenderem as especificidades das discriminações e das desigualdades que afetam as mulheres negras na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2002: 180).

Sobre a formação do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, na década de 1980, Sueli Carneiro afirma:

A consciência dos limites da concepção feminista tradicional para contemplar a temática específica das mulheres negras conduziu-nos a construir uma plataforma de luta que nos habilitasse a tratar simultaneamente das dimensões particulares de gênero e das questões gerais colocadas pela questão racial em nossa sociedade (CARNEIRO, 2002, p. 181).

Ainda sobre a cidadania de mulheres negras, Soares (2000: 276) enfatizou o

feminismo como um elemento fundamental para explicitar a “rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder”, assim como na “construção de propostas ideológicas” que visavam conquistar o empoderamento e a autonomia e superar as desigualdades, com a “reinvenção das práticas feministas”, por entender que o “racismo opera em conjunção com o sexismo e com outros sistemas de dominação”. Assim, mulheres negras, como sujeitos políticos de direito, conforme a ativista Sueli Carneiro coloca, vêm ‘enegrecendo o feminismo’ brasileiro.

CONSTRUINDO MÚLTIPLAS IDENTIDADES: FEMINISMO NEGRO

O Feminismo Negro surge no Brasil, em meados da década de 1970, como um novo conceito que incorporava a perspectiva racial na teoria feminista. Assim, as intelectuais feministas que pensaram esse conceito afirmavam que as limitações dos conceitos e das categorias eram utilizadas pelo pensamento feminista para tratar as temáticas referentes às mulheres negras. Acerca dessas questões, Moreira (2011) destaca a importância do Movimento e da Teoria Feminista para a formação do Feminismo Negro pelas mulheres negras brasileiras e ressalta que a reflexão sobre a intersecção das questões raciais e de gênero e a crítica ao feminismo tradicional já vinham sendo feitas por grupos de mulheres negras nos Estados Unidos, no Canadá e na Inglaterra e que essas discussões repercutiram tardiamente no Brasil.

Sônia Santos (2009), discutindo sobre a formação do Feminismo Negro e a organização do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, destaca, em seu artigo, os conflitos das militantes negras com o Movimento Negro e o Movimento Feminista, que levou essas mulheres a se emanciparem politicamente desses movimentos. Nesse sentido, Santos observa as discussões, dentro do movimento feminista, em relação à homogeneização das mulheres, pois “as feministas tradicionais não queriam discutir as diferenças existentes entre as mulheres que faziam parte do movimento – tais como classe, raça/etnicidade, com a desculpa de que isto iria dividir o grupo” (2009: 277). Esse seria um dos pontos principais a se destacar acerca das demandas das mulheres negras com o Movimento Feminista.

Santos (2009) cita algumas intelectuais e militantes negras que contribuíram para a formação do Feminismo Negro. Uma delas é a antropóloga Lélia Gonzalez, em cuja obra, *O*

lugar da mulher (1982), discute a ausência da categoria raça nos estudos sobre a mulher desenvolvidos no Brasil e a importância de articular as categorias de raça, gênero e classe para estudar as peculiaridades das condições das mulheres negras. Santos traz um trecho de uma entrevista com uma militante do MMN de São Paulo que ressalta o pioneirismo de Lélia Gonzalez, na década de 1970, na perspectiva de “um feminismo que tivesse a cara das mulheres negras” (2009: 61). A outra é a filósofa Sueli Carneiro, que lança a expressão “enegrecendo o feminismo” para discutir a emergência de um novo movimento, que surge para visibilizar as condições das mulheres negras na sociedade brasileira. Então, a necessidade da interseção entre as questões de gênero, raça, classe, sexualidade, religião e etnia mostra as diferentes experiências históricas, sociais, culturais e políticas das feministas negras e das tradicionais (SANTOS, 2009: 278).

O Movimento de Mulheres Negras tem tido como um dos principais objetivos a atuação em defesa da construção e da afirmação positiva de múltiplas identidades do ser mulher negra no Brasil e de desconstruir os estereótipos que foram construídos historicamente sobre elas em nossa sociedade. Entre os/as autores/as que tratam da construção desses estereótipos na sociedade brasileira, mencionamos Carneiro (2002) e Moreira (2011), que destacam duas imagens principais de mulheres negras, que são retratadas na literatura desde o período colonial e repassadas pela tradição oral: uma é a imagem da “bela mulata”, que atribui à mulher negra uma sensualidade exacerbada, destinando-a exclusivamente ao sexo e ao prazer dos homens. Ela é seriamente desconstruída pelo Feminismo Negro, que discute o estupro colonial como uma prática nas relações sociais entre senhores e escravas. A outra imagem recorrente é a de “mãe preta”, que é atribuída às mulheres negras que cuidavam dos filhos e da casa das senhoras e são retratadas como mulheres sem uma subjetividade.

Corroborando o que mencionamos a respeito das diferentes experiências históricas das feministas negras, em relação às tradicionais e à construção de estereótipos racistas e sexistas, como um ponto para a tensão entre mulheres negras com o “movimento feminista branco”, Carneiro aduz:

Essa herança colonial e a persistência desses paradigmas no pós-abolição terão impacto negativo na construção de uma perspectiva unitária de luta das mulheres pela sua emancipação social, transformando o movimento feminista posterior em um campo de batalha, onde ressentimentos seculares decorrentes dos privilégios e opressões determinados por estereótipos defrontar-se-ão de forma às vezes dramática, até que as diferenças pudessem

ser admitidas o suficiente para viabilizar um diálogo que só agora se inicia de forma mais solidária, desarmada e conseqüente (CARNEIRO, 2002, p. 172).

Assim, as mulheres negras se aproximaram e inseriram-se no Movimento Feminista, a partir da década de 1970, quando começaram as divergências entre feministas negras e brancas. Segundo Caldwell (2000), em 1975, no Congresso de Mulheres Brasileiras, as mulheres negras apresentaram o *Manifesto das Mulheres Negras*, que “chamou a atenção para as especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras e sublinhou o impacto da dominação racial em suas vidas” (p. 98). Dessa forma, as diferenças entre as mulheres começam a ser inseridas no Movimento Feminista através das militantes negras. Entretanto, esse diálogo não caminhou de forma satisfatória.

A respeito do questionamento sobre as práticas do *feminismo tradicional* com as feministas negras, Moreira (2011) destacou o *III Encontro Feminista Latino-americano*, realizado em Bertioga (SP), em 1985, considerado como marco para a emergência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, que tinha o objetivo de dar visibilidade às desigualdades raciais, sociais e de gênero enfrentadas pelas mulheres negras brasileiras, e ressalta que, “a partir do encontro ocorrido em Bertioga, consolida-se, entre as mulheres negras, um discurso feminista” (p. 65), pois, em décadas anteriores, algumas rejeitavam uma identidade feminista.

Rodrigues e Prado (2010), tratando da trajetória do Movimento de Mulheres Negras, também ressaltam o Encontro Feminista de Bertioga como um marco na consolidação de uma perspectiva feminista negra que alçam as mulheres negras na cena pública brasileira (p. 450-451). Entretanto, anteriormente a esse Encontro, elas já demonstravam, em âmbito público, a emergência de um movimento que tratasse das demandas específicas das mulheres negras. Assim, em 1983, foi criado o *Conselho Estadual da Condição Feminina* (CECF), o primeiro conselho governamental dos direitos da mulher no Brasil, mas que foi integrado somente por conselheiras brancas. Esse fato fez com que as mulheres negras militantes do Movimento Negro se mobilizassem para que houvesse representantes no conselho. O resultado foi a nomeação de duas mulheres negras para compô-lo (ROLAND, 2000: 238).

Portanto, depois do Encontro Feminista de Bertioga, em 1985, o Movimento de Mulheres Negras surge reivindicando, durante o período de 1985 a 1995, a construção de uma identidade feminina negra. Nessa visão, essa construção identitária representou a afirmação da

organização de um novo sujeito político na esfera pública brasileira (MOREIRA, 2011: 66).

A partir do Encontro de Bertioga, as mulheres negras passaram a discutir, de forma mais sistemática, as diferenças existentes entre as mulheres no Movimento Feminista. Em 1987, foi realizado o *IX Encontro Nacional Feminista*, em Garanhuns (PE), do qual participaram, aproximadamente, duzentas mulheres negras que, “além de denunciar a ausência de debates sobre a questão racial, ainda promoveram reuniões no interior daquele encontro para discutir suas questões específicas” (MOREIRA, 2011: 66).

Desde fins da década de 1970 e, principalmente, na década de 80, as mulheres negras avançaram em sua luta contra o racismo e o sexismo, buscando construir uma identidade coletiva que abarcasse suas múltiplas identidades. Para isso, apropriaram-se do pensamento feminista e o contestaram, quando ele afirmou uma categoria homogênea de mulher que estava unida pela opressão de gênero.

Assim, em 1988, foi realizado o *I Encontro Nacional de Mulheres Negras*, em Valença (RJ), e, em 1991, o *II Encontro Nacional de Mulheres Negras*, em Salvador (BA). Ambos os eventos marcaram o ascensão do Movimento de Mulheres Negras em nível nacional, pois, até aquele momento, ele estava, de certa forma, mais restrito à Região Sudeste do país. Sobre o Encontro de Valença, Moreira (2011) afirma: “Esse encontro aponta para a construção da visibilidade e da representação da organização das mulheres negras frente a sociedade, ao movimento negro e ao feminismo” (p. 72).

Assim, as feministas negras brasileiras afirmaram suas múltiplas identidades, que decorriam das questões de raça, gênero, classe, etnia, sexualidade e religião, e que requeriam agendas e ações específicas no combate às desigualdades sociais/raciais no país. Contudo, a partir da década de 1990, o Movimento Feminista se abre para as discussões das diferenças entre as mulheres e estabelece um diálogo com as feministas negras e com o Movimento de Mulheres Negras. No entanto, a inserção da diferença entre as mulheres já estava sendo feita, desde a década de 1980, no campo acadêmico, mas sofreu resistências no âmbito da prática feminista.

Neste artigo, objetivamos expor, de maneira incipiente, a trajetória dos debates e as ações que levaram as mulheres negras a construírem suas identidades. Para isso, criaram o Feminismo Negro, abarcando conceitos que visibilizaram suas condições específicas na

sociedade brasileira, e partiram para constituir, de forma autônoma, o Movimento de Mulheres Negras no Brasil, com vistas a afirmar e a valorizar essas identidades. Assim, fortaleceu a luta contra as desigualdades raciais, sociais e de gênero, que afetam as mulheres negras brasileiras e precisam ser combatidas, visando à ampliação e efetivação da cidadania no Brasil.

REFERÊNCIAS

- CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Estudos feministas**, Florianópolis: CFCH-UFSC, vol. 8, n. 2, 2000, p. 91-108. Disponível em: www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/.../16112009-035108caldwell.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2012.
- CARNEIRO. Sueli. Gênero e raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. Gênero (Orgs.), **Democracia e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002, p. 167-193.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**/ tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MOREIRA, Núbia Regina. **A organização das feministas negras no Brasil**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.
- PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila M.(Org.) **A Prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002, p. 7-42.
- ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio A.; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 237-256.
- SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. **Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.
- SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e cultura: Revista de Ciências Sociais**, vol. 12, n. 2, jul/dez, 2009, p. 275-288.
- SOARES, Vera. O verso e reverso da construção da cidadania feminina branca e negra no Brasil. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio A.; HUNTLEY, Lynn (Orgs.) **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 257-282.

MEMÓRIA E AFRODESCENDENCIA NO CARIRI CEARENSE: TRAJETÓRIAS DE PROFESSORES DE HISTÓRIA

*Taís Haney Araújo Ferreira**

O presente trabalho consiste num estudo sobre a relação entre memória afrodescendente e ensino de história no Cariri cearense¹ a partir das trajetórias de professores desta disciplina na região, que atuam em defesa do (re) conhecimento e valorização da memória étnica. O estudo analisa o percurso dos docentes e a incorporação das preocupações sociais no seu cotidiano, bem como a inserção dos mesmos nos movimentos sociais e sua atuação nos espaços escolares e não escolares, buscando compreender as motivações que os levam de forma ativa a propiciar e difundir as reivindicações no tocante a demanda sociocultural afrodescendente.

A pesquisa, ancorada na história cultural, é realizada por meio metodológico da história oral, utilizando entrevistas semiabertas, com intuito de captar as seleções mnemônicas dos entrevistados, propiciando para que os mesmos ajam na construção de suas trajetórias, fazendo um balanço de suas vidas e expectativas. A investigação é apoiada na análise de documentos institucionais e materiais produzidos pelos docentes.

Neste artigo apresentaremos a análise de fontes orais de três professores, a fim de caracterizarmos os pontos iniciais do desenvolvimento da investigação. Nessa perspectiva, constitui-se um diálogo entre os conceitos de memória social, espaço de experiência e horizonte de expectativa. Direcionando-nos a pensar as trajetórias de vida a partir da compreensão do vivido, do presente e do esperado, e como se constituem nas memórias as reivindicações e motivações dos professores de história do Cariri Cearense, ao se inserirem no campo de atuação das causas defendidas.

Objetivamos apresentar os direcionamentos sobre a inserção desses profissionais no seu campo de ação e como este se estabelece como meio de atrelar as experiências já vivenciadas e o presente pautado nas lutas, seja em movimentos sociais ou no ambiente escolar, mas que guiam o elo entre a trajetória e o desejo de intervenções, lutas e mudanças.

* Autora. Graduanda em História pela Universidade Regional do Cariri - URCA. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-URCA. E-mail: taishaney@hotmail.com.

¹ Cariri. Mesoregião sul do estado do Ceará.

1. Delineamentos da Pesquisa: O uso da memória.

“Os professores de história, ao fazerem um balanço de suas experiências, não se limitam às profundezas de seus passados singulares, mas articulam suas trajetórias ao contexto de resistências e lutas, motivando o conjunto dos professores à tomada de consciência” (FONSECA, 1995:80).

A análise de Fonseca perante a experiência dos professores de história nos incita pensar na “experiência” como objeto de estudo, uma vez que ela abriga a posição tomada, a história vivida narrada e as vivências que se acumulam na história de vida e que percorrem os mais diversos cenários que habita o indivíduo.

A história de vida nos atribui inúmeras possibilidades de tomar conhecimento e problematizar um leque de fatores, acontecimentos e ações que corroboram a pensar o professor de história além dos currículos escolares ou das problemáticas que emergem na área do magistério (Idem, 1995). Ela nos desvenda outro palco tomado pelo protagonismo desses profissionais, que ao narrar suas histórias, elencam na seleção mnemônica suas interações sociais, formação e concepções de vida e também de história. Expõe suas dificuldades e anseios, seja na vida profissional ou na mescla entre o profissional (público e privado), nos permitindo adentrar profundamente no que planejam e praticam em suas ações, e que vislumbremos o fazer e no por que fazer.

Nesse direcionamento, o presente artigo busca em sua potencialidade analisar a relação entre memória afrodescendente e ensino de história dentro das trajetórias de professores de história que incorporam em seu cotidiano a luta pela valorização da história, memória e cultura afrodescendente na região, que dentro do espaço e escolar e também em tantos outros espaços sociais explanam seus ideais e se apropriam do conhecimento histórico em seus discursos e ações de luta, que emergem nos variados cenários de suas vivências.

O trabalho ancorando na história cultural vem sendo desenvolvidos sob os procedimentos metodológicos da história oral de vida, e também com o apoio de fontes escritas (jornais, produções dos docentes e documentos) e fontes icnográficas. O nosso objeto de estudo se insere na narrativa da experiência e em diálogo com o ensino de história e/ou nas diversas expressões do conhecimento histórico, encarnadas pelos professores de história, que tornando-se fontes do seu agir histórico, sentem-se vivos na história e pela história.

A escolha metodológica utilizada neste trabalho partiu da percepção de fonte e sua predisposição com o tema. Ao refletirmos e questionarmos o nosso objeto histórico “a

experiência de vida”, vimos a necessidade de dialogar não apenas com as fontes escritas, pois neste caso elas se portariam como uma parte da história dessa experiência que foi exposta, em primeira pessoa ou por terceiros, mas que não conseguiriam abarcar as dimensões que intercalam estas experiências, e nesse sentido passamos a dialogar com fontes orais.

Ao problematizarmos o objeto, várias questões ficavam em absoluto silêncio. Ao pensarmos como perceber as motivações, as circunstâncias, os processos que pautam a experiência de vida nos damos conta de como a história oral se portaria como protagonista nessa pesquisa, oferecendo suporte para compreendermos e analisarmos o objeto de forma muito mais profunda. Pois, ao falarmos da experiência de vida, esta nos instiga a pensar em seu emaranhado, pois ela se encontra indissociável do seu ambiente social.

A história oral, o tratamento da memória, da história de vida, nos possibilitou pensarmos de forma mais aguçada no que se encontra presente em meio dos emaranhados da experiência, pois a memória se porta numa “reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”. (FERREIRA; AMADO, 2006:97). Que nos implica planejar sobre o contexto social e as relações interpessoais que estão estabelecidas e relacionadas com a memória, com a experiência vivida.

Ao relacionarmos essas questões metodológicas com as fontes evidenciamos que essas experiências não apenas são envolvidas com essas relações sociais, mas atuam diretamente dentro dessas relações. Dessa forma, a abordagem nos proporcionou não apenas a possibilidade de análise dos acontecimentos como também a própria percepção dos sujeitos históricos, pois valoriza o indivíduo como sujeito histórico (JUCÁ, 2011).

No conjunto teórico e metodológico da história oral, dialogaremos com os conceitos de memória social, espaço de experiência e horizonte de expectativas, com o intuito de delinear a especificidades de cada trajetória a partir da sua seleção mnemônica, da memória social que estaria sendo rememorada no momento da entrevista, mas também seus silêncios e tentativas de esquecimentos, que no espaço de experiência e horizonte de expectativas permeariam o vivido, o desejo e a projeção do futuro pelo que pode ser vivido.

As reflexões lançadas por Le Goff, em seu livro intitulado “História e Memória” (1990), se mostram pertinentes do desenvolvimento desse estudo, pois a memória não apenas

faz parte como envolve a identidade, e, portanto a história do indivíduo ou grupo no qual o mesmo se insere. Seja ela oral ou escrita, nesse caso a história oral se mostrou eficaz, por revelar sentidos, que mesmo não escritos, eram recordados como memórias selecionadas, atreladas pela própria história de vida e pelo contexto social do indivíduo.

Como salienta em sua obra “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1990:477).

Nessa perspectiva o conceito de memória vem sendo utilizado, como forma de construção de identidade, percepção da memória, como de um plano de ação libertário traçado nas experiências e aspirações dos docentes que através do reconhecimento e valorização da sua memória agem ativamente para que ela se torne um canal de liberdade e de conhecimento da própria história individual e coletiva. Que encontram em seu passado as angústias presentes e os anseios futuros.

O autor demonstra que “A memória faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em via de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.” (idem, 1990:476)

A batalha dos docentes pelo reconhecimento e valorização da memória africana e afro-brasileira da região traz a tona por meio da história oral as disputas e conflitos de identidade das memórias, que oscilam entre os interesses de realização pessoal e contribuição social.

Encontramos na atuação dos docentes, essa luta que no espaço de experiência dessas pessoas, projetam uma reinauguração da memória buscada, e da história silenciada. Nas palavras de Koselleck (2006:306), “Todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem.”.

O seu conceito sobre a construção da história, nas experiências e expectativas humanas, nos possibilitou pensar sobre os construtos históricos através da trajetória de vida, que resguarda as memórias, experiências e também as expectativas.

O espaço de experiência abriga o cotidiano e também a luta diária dos indivíduos, das ideologias defendidas, das escolhas, dos impasses, dos fazeres e desfazer, compartilha com a memória os horizontes de expectativas, as projeções e superações. Pois ambas se encontram nas memórias, e estas na história de vida, pois “não há expectativa sem experiência, não há

experiência sem expectativa.” (Idem, 2006:307). E, se ambas constroem a história, são constituídas na memória, pois,

A experiência é o passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento... Mas também a expectativa se realiza no hoje, é o futuro presente, voltado por ainda-não, para o não experimentado, para o que ainda pode ser previsto. (Idem, 2006: 309-310)

O passado e o futuro se encontram no presente, que é o tempo da memória. Ambos os conceitos estruturados por Le Goff e Koselleck, nos auxiliam na análise e compreensão da história de vida dos professores de história do cariri, pois os elementos que transcorrem a memória, o espaço de experiência e horizonte de expectativa, acharam-se presentes nos percursos trilhados por essas pessoas que através do horizonte de expectativa, agem no espaço de experiência promovendo mudanças socioeducativas, que no campo da memória, reconstróem a história e promovem transformações sociais dentro do seu contexto social.

2. Memória de afrodescendentes: experiências e expectativas

Colaboraram para a referente pesquisa três professores que habitam nas cidades conurbadas de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha situadas na região do Cariri, sul do estado do Ceará, e que agem em defesa da memória africana e afro-brasileira na região.

A escolha foi feita a partir da representação deles num espaço social de ação (universidade, escola, movimentos sociais, entre outros) e a quem as pessoas tomam por referência nesses espaços como aqueles que são ligados ao movimento negro ou que figuram externamente uma identidade afro, geralmente classificada pela maneira de se vestir, cabelo, e demais adereços que identificam tais características.

Nesse sentido, foram escolhidos professores ligados ao GRUNEC (Grupo de Valorização Negra do Cariri). O grupo surgiu em 2002, concebido e viabilizado por professores e estudantes, dentre eles, de história, pedagogia e letras, que se reuniam pra discutir as problemáticas da historicidade do negro na região. O grupo é o único movimento social desse gênero na região, sediado na cidade de Crato, mas que atua em todo o Cariri, com palestras, projetos sociais, eventos, produção científica e demais atividades nas quais em seu alcance consiga discursar, apresentar e evidenciar a causa.

Também foram selecionados professores que atuam na sala de aula, desenvolvendo projetos pedagógicos que contem a história e cultura africana e afro-brasileira.

Ao partir das trajetórias desses professores de história que atuam em defesa da valorização da memória negra no Cariri, principalmente ligado ao GRUNEC, percebemos que as fontes demonstram uma identificação, uma relação de pertencimento, que atenua diretamente na atuação desse profissional, como destaca o depoimento de Karla², integrante do GRUNEC:

Na minha concepção. Desde que a gente se percebe enquanto negro inserido dentro da sociedade a gente já faz parte do movimento, tentando lutar contra esses paradigmas e contra essas imposições que nos são colocadas no decorrer da nossa vida. Em fatos, principalmente durante a nossa infância, dentro das escolas, com os pré-conceitos que quem tem melanina tanto quanto eu sabe do que eu tô falando. Dos pré-conceitos que são sofridos dentro da sala de aula com relação a cor, com relação a própria história do Brasil. (Karla Alves, 2012)

Além da concepção de movimento social, ela também destaca essa relação de pertencimento, “quem tem melanina tanto quanto eu, sabe do que eu tô falando”, e o seu contexto social, quando destaca a sala de aula como um lugar de tensões e pré-conceitos, que habitam a sua experiência de vida.

Este pertencimento também é refletido na fala de Reginaldo³, também integrante do GRUNEC:

No decorrer da minha vida, na escola, na infância, no campinho que eu jogava futebol, minha identidade sempre se aproximava da questão de ser negro. Mas uma coisa que eu ressalvo, inclusive citei na minha dissertação é o seguinte:

Eu queria ser o neguinho em casa, o neguinho de casa, mas aquele mesmo neguinho que eu era na escola, eu não queria ser...e aí eu ficava me perguntando por que que eu quero ser...minha família me chamava de neguinho e eu gostava e na escola se me chamavam de neguinho, eu não gostava. Então enquanto criança, enquanto adolescente eu vivi esse choque...esse paradoxo identitário, e que eu só passei a perceber quando cheguei à faculdade, à graduação (Reginaldo F. Domingos, 2012)

A partir das falas desses professores, se torna evidente o vínculo de identificação e as memórias que marcaram essa identidade e que se transportam de forma a encontrar a

² Karla Alves, professora, 28 anos, graduanda em história e conselheira fiscal do GRUNEC, 2012, Juazeiro do Norte-CE.

³ Reginaldo Ferreira Domingos, professor, 28 anos, graduado em história, mestre em educação, integrante do GRUNEC. 2012, Juazeiro do Norte-Ce.

resolução de um conflito, no conhecimento histórico. Quando o entrevistado cita o fato de ter colocado essa memória na sua dissertação de mestrado e quando relembra o conflito, “Então enquanto criança, enquanto adolescente eu vivi esse choque... esse paradoxo identitário, e que eu só passei a perceber quando cheguei à faculdade, à graduação” demonstrando que as memórias da infância, escola e adolescência se fizeram presentes no estágio adulto, e que após o contato com a história, houve a tentativa de compreender esse conflito.

O depoimento da primeira entrevistada ainda revela uma relação que se estabelece entre o reconhecimento e a ação.

Então a partir desse momento, a partir de quando você já está inserido, você está dentro do movimento negro. Independente de militar contra isso ou não. Quando você se cala está deixando que uma história, que essa mesma história seja perpetuada contra tudo, todos os benefícios que a nossa população [negra] trouxe e ainda tem para a construção desse país (Karla Alves, 2012).

A memória evidencia as concepções sociais do indivíduo, suas opiniões, críticas, discursos, sentimentos, enfim tudo que atenua e está intrínseco em sua vida, como reflete Jucá, “A memória está viva, ou seja, ao relatar fatos e histórias de vida ou de um lugar, o documento vivo passa a expor o que está ou ficou guardado nas memórias dos indivíduos. A memória é espontânea e por isso só relata o que ele tem vontade de falar” (JUCÁ, 2011:63).

As concepções ideológicas do indivíduo, são também transpostas, na sua narrativa e na sua prática, como é o caso da entrevista nos seus ideais e práticas dentro do Grupo de Valorização Negra do Cariri, onde tenta aplicar seus desejos e vontades e também as dificuldades que enfrenta:

A dificuldade é só a questão financeira, porque nada disso tem remuneração... Ninguém do Grunec ganha pra militar, ninguém do Grunec ganha pra trabalhar no Grunec. Todo mundo tem o seu emprego. Todo mundo tem sua remuneração fora da militância. A gente faz isso, a gente milita por uma questão voluntária mesmo, por vontade mesmo, vontade de trabalhar essa questão... É tudo dando a cara à tapa mesmo...por menos que seja o salário do professor, daria pra se manter. E no caso de trabalhar assim na rua, nas comunidades...e no meu caso, que tem que estudar, que tem que trabalhar pra se manter, tem que cuidar de filho, que acaba indo para essa educação nas comunidades”. (Idem, 2012)

Apesar das dificuldades, o relato estabelece essa vontade de atuar enquanto sujeito e agente histórico, e essa atuação se encontra intimamente ligada com o caráter pessoal do indivíduo, e que é partilhado nas suas práticas educativas, seja em comunidades receptadas com projetos do grupo ou na sala de aula, a educação sempre está presente na experiência.

As experiências mobilizam-se como transformadoras e importantes agentes sociais e políticos na luta pelo direito a memória e liberdade social.

Como reconhece o Boletim Raízes:

Os movimentos populares recentes de Jaguaribara e Jaguaratama (Casa da Memória), Altaneira (ARCA), Porteiras (REMOP) e Crato (GRUNEC) fazem referências a movimentos culturais, religiosos e políticos de séculos passados. Como um direito e como construção, a memória é política e é parte fundamental dos movimentos. A trajetória de lideranças é um dos focos que merece atenção, não somente como heróis ou personalidades, mas como personagens situados em contextos históricos determinados.

As ações desenvolvidas dentro da sala de aula também se portam como importante instrumento de análise com relação ao estudo das africanidades, como por exemplo, o episódio relatado pela professora Michelle⁴, onde numa aula, cuja metodologia consistia na exposição da África através de imagens, utilizado imagens de diferentes países, etnias, danças, vestimentas, classes sociais durante a aula e ao comparar com as informações de uma África pobre e agenciada pelas campanhas televisivas de apadrinhamento e arrecadação pelas ONGs (Organizações Não Governamentais) das quais os alunos detinham sobre aquele assunto a priori conclui que, “Eles [os alunos] se mostraram muito curiosos! Em saber qual o outro lado [da África], procurando o porquê. E foi uma das mudanças que encontrei” (Michelle Juliane Ferreira, 2012).

Na fala da professora ela se sentia realizada e empolgada com o resultado das suas exposições.

Tanto os professores inseridos no GRUNEC, quanto os professores que trabalham autonomamente em sala de aula, estão diretamente ligados à reivindicação à memória afrodescendente, contribuindo tanto para possibilitar o reconhecimento e valorização dessa memória, como também para uma melhoria social, trabalhando para garantir a memória social do lugar, pois “O indivíduo privado do uso desse direito é um indivíduo condenado à amnésia social e à anomia”. (apud FERNANDES. In. BITENCURT, 2006: 63).

Contribuição que relaciona à experiência vivida, as memórias seletas e os conflitos que se tentam resolver ou mesmo deixar no esquecimento, em detrimento da atuação, das concepções que se ilustram nas vontades, na construção narrativa e nas projeções reivindicadas pelas ações empregadas nos espaços de vivências. Experiências que ilustram

⁴ Michelle Juliane Ferreira, professora, 22 anos, graduanda em história, 2012, Juazeiro do Norte-Ce.

“outros convívios com a história”, os quais se fazem nos saberes cotidianos e na construção da identidade do docente (SILVA, 1995).

Considerações Finais

A compreensão dessas narrativas resulta na constatação de que as memórias e as ações por eles empregadas se contrastam dentro do espaço de experiência e o horizonte de expectativas, se constituindo na memória dessas pessoas como um cenário entre lutas e concepções, cujas lembranças e desejos se entrecruzam entre a consciência de ação, ânsias, sentimentos e silêncios que percorrem essa busca, e que não estão no campo de ação somente. Pois se fazem presentes nas recordações mnemônicas mais profundas do indivíduo.

As noções de história se efetuem nas trajetórias, nas atuações e desejos percorridos pelos docentes, que se apropriam do conhecimento histórico para ancorar suas perspectivas e embasar sua ação sociopolítica na região.

Com a investigação tornou-se possível encontrar eixos ou elos que vinculam as memórias mais sensíveis, sentimentos de conflito e de identidade aos saberes e práticas dos docentes que emanam em seus discursos e nas suas construções e concepções de história, assim como nas lutas que entravam em suas trajetórias, trazendo-os ao campo do ensino de história como sujeitos que percorrem a história nos mais variados prismas, e percebendo-os como indivíduo inserido no seu contexto social.

Dessa forma este artigo buscou trazer algumas reflexões e apontamentos que ganharam relevo na investigação, não obstante esperamos trazer por meio deste, contornos imóveis, mas por meio destas análises, contribuir para o campo de estudo o qual, ainda sucinta inúmeras problemáticas e pesquisas.

Documentação Oral

Entrevistas realizadas:

1. Karla Alves, professora, 28 anos, graduanda em história e conselheira fiscal do GRUNEC, residente na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Atualmente desenvolve projetos

de educação em terreiros de Umbanda e Candomblé, mapeamento de comunidades remanescentes quilombolas e formação de professores.

Entrevista realizada em 2012.

2. Michelle Juliane Ferreira, professora, 22 anos, graduanda em história, residente na cidade de Juazeiro do Norte-Ce. Desenvolve trabalhos acadêmicos direcionados à área, além de atuar no espaço escolar da rede privada.

Entrevista realizada em 2011.

3. Reginaldo Ferreira Domingos, professor, 28 anos, residente em Juazeiro do Norte-Ce. Graduado em história, especialista em História e Sociologia pela Universidade Regional do Cariri-URCA. Mestre em educação pela Universidade Federal do Ceará. Integrante do GRUNEC. Foi professor de ensino básico da rede pública, atualmente é professor da URCA.

Entrevista realizada no ano de 2012.

Documentação Escrita:

Publicações:

GRUPO DE VALORIZAÇÃO NEGRA DO CARIRI (GRUNEC); CÁRITAS DIOCESANA DO CRATO. *Caminhos: Mapeamento das Comunidades Negras e Quilombolas do Cariri Cearense*. Crato: GRUNEC, 2011.

INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC). *Comunidades negras no Ceará*. Fortaleza: IMOPEC, 1998.

Referências:

BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. 3ª ed. Campinas-SP: Papirus, 1995, p. 59-87.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana*. Fortaleza: Premius, 2011.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas-SP: Unicamp, 1990.

SILVA, Marcos A. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC - Rio, 2006.

REVOLUCIONÁRIO E PUBLICISTA: OLHARES SOBRE ANTÔNIO BORGES DA FONSECA

*Thayná Cavalcanti Peixoto*¹

Este artigo tem por objetivo analisar, a partir de outros olhares, a trajetória política de Antônio Borges da Fonseca durante o período Regencial (1831-1840). Para tanto, faremos uma análise historiográfica para compreender a atuação política do publicista. Escolhemos como fonte quatro trabalhos, sendo três obras referenciais da historiografia paraibana, que são: Irineu Pinto por *Datas e Notas sobre a Paraíba* (1977[1908]) vol.II; Celso Mariz com *Apanhados Históricos da Paraíba* (1980[1922]) e *História da Paraíba* (1978) vol.II de Horácio de Almeida, e a quarta obra é um trabalho biográfico escrita por um historiador pernambucano, Mário Márcio de Almeida Santos, por *Um Homem Contra o Império: vida e lutas de Antonio Borges da Fonseca* (1995) que nos guiará como base para compreensão mais ampla da vida de Borges da Fonseca.

Tomaremos como ponto de partida o que Michel de Certeau chamou de *lugar social*, na pretensão de apresentar o discurso desses autores sobre a importância da atuação política de Borges da Fonseca durante o período regencial, já que:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. [...] Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam. (DE CERTAU, 2010: 66-67)

¹ Graduanda em História pela UFPB e integrante do Grupo de Pesquisa *Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista*. E-mail: thaynapeixoto@hotmail.com

Outro conceito que nos dará um suporte nas análises é o de Culturas Políticas:

[...] pois, de compreender as motivações que levam um indivíduo, um grupo ou uma sociedade a adotar um determinado comportamento político. As culturas políticas constituem fator de agregação social, contribuindo de modo decisivo na constituição de uma visão comum de mundo, de uma leitura compartilhada do passado e do futuro. Formam desse modo 'um patrimônio indiviso', composto por vocabulários, símbolos e gestos, por todo um arsenal de ferramentas que possam exprimir valores, idéias e desejos políticos de um dado conjunto social. (SOIHET; BICALHO; GOUVÊA, 2005:13)

Mas, afinal, quem foi Antônio Borges da Fonseca? Ele nasceu em 1808, na Paraíba, filho de uma índia com um militar, descendente de um ramo familiar dos Borges da Fonseca que vieram de Portugal e se instalaram em Pernambuco. Seus familiares por parte de pai, já morando na Paraíba, foram governadores de capitanias da Paraíba e Ceará, e participaram ativamente da Insurreição de 1817, mas, nessa época, Borges ainda era muito criança. E foi na Confederação do Equador, em 1824, que ele adentrou ao universo da militância política de fato. Iniciou a carreira de publicista em 1828 quando fundou o segundo periódico da Paraíba, o *Gazeta Paraibana*, assim como também o *Abelha Pernambucana*, em Recife, os dois de caráter liberal, na defesa de interesses republicanos. Com as acirradas disputas políticas teve o seu periódico fechado em Recife.

Em 1830, já na Corte teve toda exposição possível quando começou a publicar artigos contrários ao imperador, e ficou conhecido enquanto jornalista político atuante. Ganhou destaque por ter participado ativamente, contra o imperador, nos episódios: *Noite das Garrafadas* (1831) e o *7 de Abril* (1831), mas logo após a renúncia do imperador, e o início do período regencial, Borges da Fonseca, se aliou ao partido que estava no poder.

Em 1832 seguiu para a Paraíba para assumir o cargo de Secretário Geral do Governo da Paraíba, no qual vivenciou o outro lado da moeda, em que do lado do governo defendeu a ordem contra os opositores. Em 1833, novamente contra o governo, volta à Corte, sendo um dos fundadores da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Nessas idas e vindas entre 1841 e 1842 fundou em Recife o periódico *Correio do Norte*. Quando se instalou em Nazaré da Mata em Pernambuco, fundou mais um periódico, que perdurou entre 1843 a 1848, que foi *O Nazareno*.

Ganhou destaque também pela importante atuação política na Revolução Praieira (1848/1849), após esse episódio, viveu até seus últimos anos de vida publicando suas ideias através da imprensa. Morreu em Nazaré da Mata em 1872, como podemos perceber, ele foi

um homem que nasceu e morreu durante todo o período monárquico brasileiro e participou ativamente dos embates políticos.

Na tentativa de um melhor entendimento, acerca da Paraíba no cenário regencial, partimos daquilo que Miriam Dolhnikoff (2005) chamou de *Pacto Imperial*, no qual as províncias locais não estavam marginalizadas, mas tiveram importância e voz ativa dentro das instituições de poder na Corte Imperial e que havia, em certo ponto, autonomia provincial. Dentro dessa perspectiva de articulação das elites percebemos o discurso e atuação de Borges da Fonseca. Citado como atuante nos seguintes episódios: *Noite das Garrafadas e o 7 de Abril*, que culminaram na abdicação de D. Pedro I, observamos na figura de Borges da Fonseca um elo de conexão entre a Paraíba e a Corte Imperial, dentro desse cenário de complexidades políticas. Por isso, se faz necessário à compreensão das singularidades do conceito de Culturas Políticas, que a partir de "explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas suas vivências, suas sensibilidades" (GOMES, 2005:30), poderemos compreender melhor a participação de Borges da Fonseca durante o período regencial.

Mas para entender como Borges da Fonseca se inseria na Regência é preciso compreender, primeiramente, como o período citado se encontrava politicamente. Por ter sido um período de embates e discussões políticas, que estavam no centro da construção e consolidação do Estado Nacional, foi visto de maneira negativa pela historiografia que deixaram marcas na História. Já que a maioria dos historiadores “[...] optou-se por focar as rebeliões do período (que não foram poucas) como forma de trazer à tona aspectos de conflito, resistência e opressão da sociedade brasileira.”(MOREL, 2003:8). Mas foi:

A partir do final da década de 1970, com o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação no Brasil, novas pesquisas revigoraram os estudos sobre a Regência, abordando em profundidade objetos mais específicos e assim definindo algumas áreas temáticas. (BASILE, 2009:56)

Portanto, após os anos de 1970 começam a surgir novas pesquisas sobre o período regencial, com olhares voltados para temáticas que anteriormente foram silenciadas pela historiografia.

Voltando a atuação de Borges da Fonseca, no Rio de Janeiro ele ganhou maior destaque em 1830 com o seu jornal *O Republicano*, nome pelo qual também era conhecido. Nesse cenário existiam três grupos políticos que lutavam e discutiam conceitos e modelos

administrativos para o país, seja no poder ou através da imprensa, já que de acordo com Basile:

Jornais e panfletos foram os grandes responsáveis pela produção e difusão da cultura política ultrapassando até a barreira do analfabetismo, uma vez que os impressos eram habitualmente lidos e comentados em voz alta, o que multiplicava seu poder de comunicação. (BASILE, 2009:65)

Dentro dessas facções políticas vigentes: *exaltados, moderados e restauradores*, encontramos um Borges da Fonseca, no início de sua carreira como publicista, liberal *exaltado*. Estes eram considerados como sendo a oposição mais ferrenha do governo, e foi nesse contexto que ele seguiu para o Rio de Janeiro e se envolveu nos episódios que levaram à abdicação do imperador D. Pedro I. Mas assim que se instituiu a Regência, o publicista se uniu ao grupo de centro composto pelos *moderados*: que almejavam reformas administrativas mas, sem romper com o sistema monárquico constitucional, e o terceiro grupo, *restaurador*, o qual, nunca Borges da Fonseca aderiu, já que sempre lutaram pela permanência do imperador no poder.

Os autores que abordam sobre a atuação de Borges da Fonseca (PINTO, MARIZ, ALMEIDA e SANTOS), apresentam várias facetas da vida do publicista. Inicialmente analisamos Irineu Pinto com *Datas e Notas para a Paraíba* (1977[1908]) já que foi a primeira obra escrita das que escolhemos e que até hoje é muito revisitada, por conter uma vastidão de documentos. Esses documentos foram copiados pelo autor, são de cunho variado, como administrativo, etc. Mas, que nos facilitam a compreensão do momento histórico ali exposto. Com relação a Borges da Fonseca, Pinto (1977) apresenta um documento mostrando Borges da Fonseca, enquanto Secretário Geral do Governo. Nesse documento Borges da Fonseca, em 1832, pedia ao povo paraibano para lutar contra os rebeldes do alto sertão, em um episódio conhecido como “Rusga do Dantas”, na tentativa de manter a ordem. Nas palavras de Borges da Fonseca, enquanto funcionário do Governo:

[...] Este Governo a quem incumbe o cuidado de vos defender recorre ao vosso patriotismo, Parahibanos, que em todo o tempo tem sido decidido quando se trata de defender a Liberdade, convida a todos os Cidadãos que quiserem mais esta vez servir a Liberdade que se venhao apresentar para formando-se força marcharem com a possível brevidade. Parahibanos, a Pátria requer vossa coadjuvação e confio que vos prestareis gostos s a hum tal empenho.[...] (PINTO,1977: 124)

Esse documento encontrado exemplifica o que foi discutido em um dos trabalhos mais

recentes sobre Borges da Fonseca, o de Carolina Silva (2010), intitulado “*A trajetória d’O Republico no fim do Primeiro Reinado e início da Regência: Discursos Impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832)*”. Dissertação em que a autora analisa a mudança de discurso de Borges da Fonseca através do jornal *O Republico*, que passa de exaltado, em 1831, para moderado, em 1832. Essa transformação de discurso político coincide com o período em que ele possuía um cargo administrativo no governo da Paraíba. Portanto, é nesse contexto que podemos observar Borges da Fonseca lutando para “manter a ordem”, esse era o lema do seu discurso, ou seja, mais moderado. A partir desse trecho podemos perceber que Borges da Fonseca estava mergulhado na cultura política da época, essa alteração de pensamento e discurso político, através de um cargo público, é um exemplo de como, a partir de sua importância nos movimentos que deram início à regência, ele soube se aliar aos moderados, que agora estavam no poder, e se inserir em outras esferas do poder.

Mas, durante a análise da obra de Irineu Pinto sobre o período regencial podemos perceber que ele descreve na sua maioria conflitos, contribuindo com o pensamento de autores do século XIX, no qual, afirmavam que a regência foi um período conturbado e de anarquia. Assim como bem afirma o autor sobre o conflito supracitado: “Em face de uma luta terrível entre esse dous elementos políticos, estabelece-se no alto sertão a **anarchia** e a dissecação das famílias.” (PINTO, 1916:124. Grifo nosso). Mas, para compreender o autor não podemos inseri-lo no nosso presente, e sim perceber a instituição de onde o historiador falava (DE CERTAU, 2010), já que o autor foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano/IHGP. Podemos, então, entender o porquê de sua obra inteira ser estruturada por uma narrativa descritiva, permeada por documentos copiados, que o autor não traz a referência, já que se acreditava ainda na “neutralidade” histórica e que os documentos falariam a verdade por si só.

A segunda obra analisada foi lançada em 1922, *Apanhados Históricos da Paraíba*, de Celso Mariz. Encontramos uma menção à Borges da Fonseca, no capítulo intitulado “Na Política do Primeiro Reinado”(p. 131-137), e apenas na última página do capítulo encontra-se:

A Paraíba estava bem trabalhada para esse desfecho revolucionário da situação. Além de Carneiro da Cunha, que era a voz da província nas manobras do Rio, aqui se achava ao tempo e daqui ia e vinha Corte, até a onde também influiu nos debates, a pilha cerebral de Borges da Fonseca. Em 1829 redigia a “Gazeta Paraibana” que arranhava desembaraçadamente o Poder, levando o agitador, acusado por Joaquim Avundano, à barra de um júri benigno.(MARIZ, 1922:137. Grifo nosso)

Nesse trecho, Mariz descreve o 7 de Abril e, mostra a participação de Borges da Fonseca nesse episódio. Caracteriza-o como “pilha cerebral”, sem detalhamentos sobre o pensamento ou atuação do publicista, mas pensamos que ele estava se referindo a posição liberal exaltada do jornalista. Ao longo da obra de Mariz, percebemos uma atenção especial às grandes datas e grandes nomes da elite paraibana, pois quanto ao seu *lugar social*, era:

[...]membro de uma oligarquia, identificado com ele, produziu sua versão de história a partir das idéias do IHGP, sobretudo as que vigoravam na primeira metade do século XX. Sua versão de história, portanto, reproduz os interesses da classe dominante, ou seja, é a memória da elite reproduzida por um filho dessa mesma elite. (FILHO, 2003:165)

A nossa última obra paraibana a ser analisada foi *História da Paraíba vol.II*, de Horácio de Almeida, escrita já em 1978. Encontramos menção à Borges da Fonseca apenas no quinto capítulo da obra, no tópico intitulado *A imprensa na Paraíba*, mas, apesar de ser apenas uma página, contém relevantes informações sobre a opinião do autor:

*O segundo jornal – Gazeta Paraibana – apareceu em 1828, fundado por Antônio Borges da Fonseca, o mais vibrante jornalista que teve a Paraíba nos tempos provincianos. Era **um espírito revolucionário, inveterado republicano**, que procurou sacudir os seus conterrâneos da modorra em que viviam, **incitando-os na esgrima da linguagem violenta pela imprensa**. Por esse abuso de linguagem suscitou uma ação criminal por delito de imprensa, a primeira que houve na Paraíba, talvez do Brasil. O *Repúblico* foi a quarta folha que teve a Paraíba, também editada por Borges da Fonseca. Apareceu em 1832, desfraldando a bandeira da república, quando o Império ainda estava nos cueiros. (ALMEIDA, 1978: 146-147)*

Horácio de Almeida, nesse tópico do livro, apenas citou os primeiros periódicos da Paraíba e a importância de Borges da Fonseca enquanto jornalista para nós paraibanos no período imperial. A partir desse trecho podemos perceber como o autor caracterizava Borges politicamente, como: vibrante; revolucionário e inveterado republicano. Pensamos então que o classificou como liberal exaltado, contra o sistema monárquico, já que durante muito tempo se teve “A visão de que os exaltados eram ‘violentos’, ‘demagogos’ e ‘agitadores’[...]”(SILVA, 2010:26) posta desde a segunda metade do século XIX assim como afirma Carolina Silva. Mesmo sendo sua obra de caráter político não se ateu aos embates políticos existentes na regência, e segundo Emmanuel Arruda, por sua obra ter sido um trabalho de síntese, muitos assuntos foram tratados de maneira superficial, mas ao mesmo tempo que trouxe temas diferentes em sua obra ele “[...] utiliza documentos já consultados e

obras consagradas sobre o período, elegendo praticamente as mesmas datas e heróis, exaltando os mesmos marcos históricos [...]”(ARRUDA, 2003:196)

Por fim, a obra que serviu como suporte de informações, a respeito da vida de Borges da Fonseca, foi a de Mário Márcio Santos (1995) *Um homem contra o império: vida e lutas de Antônio Borges da Fonseca*. No período de escrita desse livro foi o momento em que as obras biográficas começaram a aparecer e ganharam um campo mais valorizado nas livrarias, e despertando mais interesse nos historiadores. A obra em si, realmente traz muitos detalhes da trajetória de Borges da Fonseca, particularidades vistas, apenas, em obras biográficas, assim como a descrição da fisionomia do publicista, como “Provinciano, feio, tipo anguloso, magro, moreno, olhos rasgados de índio, míope.” (SANTOS, 1995:38). Mas não é porque a obra traz muitas informações e por ser biográfica que a tomaremos como base única do que aconteceu, mas sim analisá-la criticamente, e perceber de que *lugar* o autor fala.

Sabendo que o autor é pernambucano, podemos compreender suas primeiras linhas do livro em que afirma: “Antônio Borges da Fonseca, o **Repúblico**, nasceu na Paraíba, terra de homens idômitos, de história gloriosa e acidentada, pobre, dura, difícil de governar. Nele, os atributos temperamentais resultam, por certo, dessas raízes telúricas.” (SANTOS, 1995:15), na tentativa de explicar as ações comportamentais de Borges da Fonseca a essa “terra de homens indomáveis”.

Percebemos, que ao longo da obra o autor não conseguiu se desvincular da figura biografada, Santos acaba tomando partido de Borges da Fonseca, acreditando que ele foi um “eterno sonhador liberal, um eterno opositor”, assim como reflete no seu título “Um homem contra o Império”. Inclusive quando fala sobre o cargo que Borges da Fonseca assumiu na Paraíba, não foi porque o mesmo quis, mas foi “Numa manobra sutil, oferecem a ele a secretaria do governo da Paraíba. Querem quanto antes, removê-lo do Rio de Janeiro, afastá-lo do povo carioca.”(SANTOS,1995:48). Ou seja, para Santos, foi uma tentativa de afastar o “eterno insubmisso”(SANTOS,1995:47), o eterno revolucionário da Corte Imperial.

Assim como Carolina Silva (2010), também acreditamos que Santos, ao longo da obra retrata Borges da Fonseca como o “D. Quixote nordestino” (SANTOS, 1995, p.15), o homem que sempre esteve na oposição do governo. “Santos, buscando valorizar a atuação contundente de Borges da Fonseca, acabou erigindo-o como ‘herói’, um elemento de destaque na ‘saga libertária da imprensa pré-republicana’(SILVA,2010:11). Mas, não deixemos de reconhecer a importância de sua obra para os estudos do período monárquico e principalmente

para quem desejar se aprofundar na trajetória de Antônio Borges da Fonseca.

À guisa da conclusão, percebemos na historiografia que o interesse sobre o período regencial está ganhando força, por ter sido permeado de complexidades políticas, e por ser:

[...] tachado de caótico, desordenado, anárquico, turbulento e outros adjetivos conexos. Este era o discurso de parte dos grupos dirigentes da época, envolvidos nos embates de construção do Estado nacional brasileiro e buscando formas de legitimar o exercício de poder e de coerção. (MOREL, 2003:7)

Por isso consideramos relevante contribuir para a escrita da história paraibana, trazendo à tona uma figura, ainda pouco conhecida na historiografia, principalmente em um momento tão complexo da história do Brasil: a Regência. Mas, gostaríamos de lembrar que o nosso trabalho ainda está na fase inicial da pesquisa, sendo assim, não podemos aprofundar as nossas análises sobre sua atuação política, por isso escolhemos alguns autores que trataram sobre esse período e Borges da Fonseca. Mas, acreditamos que Antônio Borges da Fonseca foi um publicista de grande participação e voz política, durante o período regencial, por isso pretendemos dar continuidade a nossa pesquisa.

Referências:

- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba, vol.II**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.
- ARRUDA, Emmanuel Conserva de. A distância que aproxima: a obra de Horácio de Almeida e a Paraíba Imperial. In: **Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX**. MARIANO, Serioja R.C; SÁ, Ariane Norma de Menezes. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.
- BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: **O Brasil Imperial, volume.II: 1831-1870**.(organizadores) GRINBERG,Keila; SALLES, Ricardo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BASTOS, Tavares. **A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1870.
- BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima; SOHIET, Rachel. (org.) **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Faperj, 2005.

- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (p.65-119)
- DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.
- FILHO, Carmelo R. Do Nascimento. O historiador burocrata: uma análise historiográfica da obra de Celso Mariz. In: **Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX**. MARIANO, Serioja R.C; SÁ, Ariane Norma de Menezes. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.
- GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. (p.21-44). In: BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima; SOHIET, Rachel.(org). **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Faperj, 2005.
- MARIZ, Celso. **Apanhados Históricos da Paraíba**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.
- MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- PINTO, Irineu. Datas e Notas para a História da Paraíba, volume 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.
- SANTOS, Mário Márcio de Almeida. **Um homem contra o Império: vida e lutas de Antônio Borges da Fonseca**. Recife: FUNDARPE, 1995.
- SILVA, Carolina Paes Barreto da. **A trajetória d'O Republico no fim do Primeiro Reinado e início da Regência: Discursos Impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832)**. 2010. 173f. (Dissertação em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói.